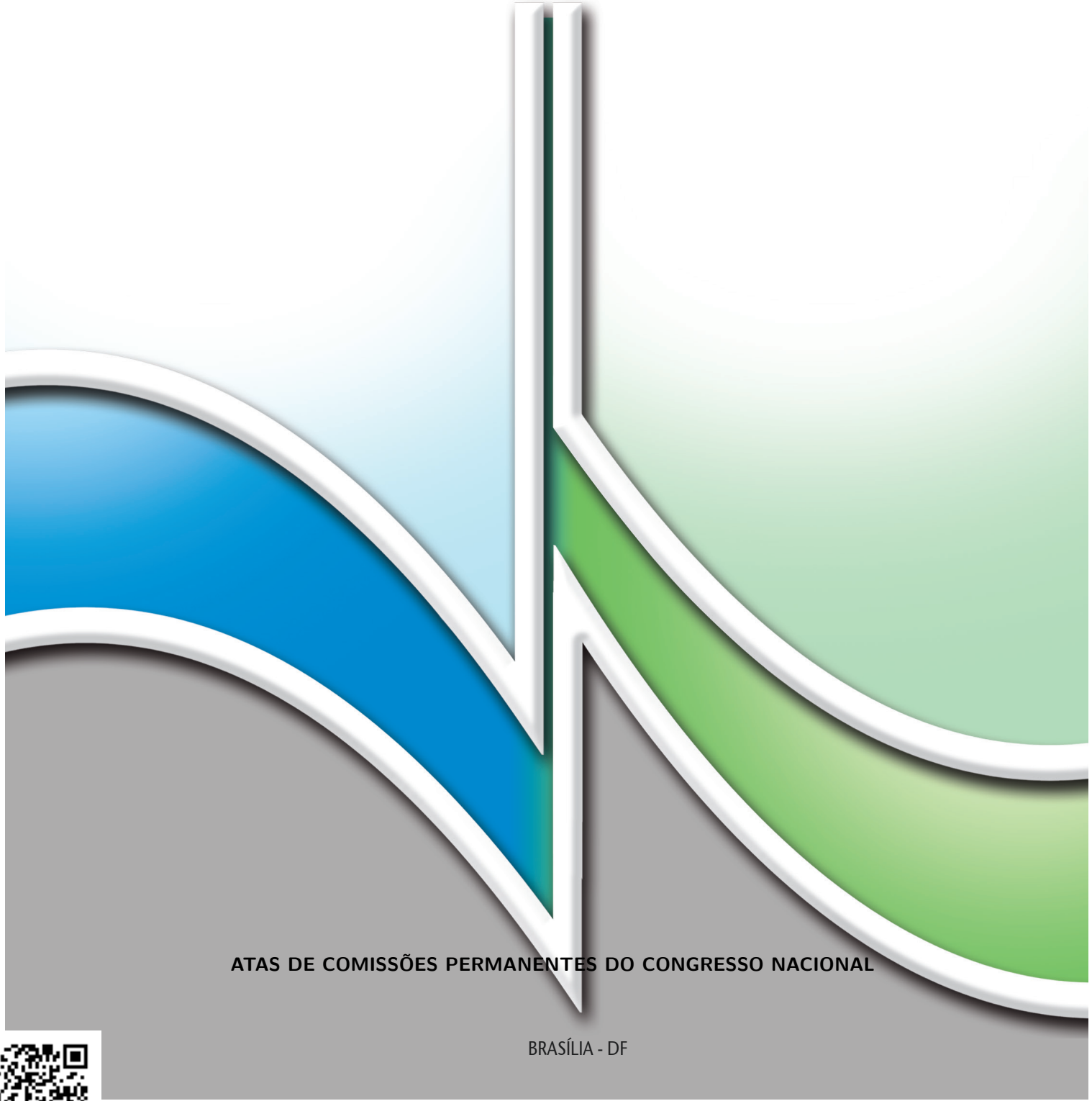
00100.208716/2023-20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVIII SUP. A AO Nº 50, QUINTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2023



ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente
Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário
Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)
Presidente
Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente
Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
2º Vice-Presidente
Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário
Deputada Maria do Rosário (PT-RS)
2ª Secretária
Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário
Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)
2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

1.2 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 7ª Reunião, realizada em 22 de Novembro de 2023 5

1.3 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de Junho de 2023 10

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de Julho de 2023 24

Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 de Agosto de 2023 40

Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de Agosto de 2023 72

Ata da 5ª Reunião, realizada em 31 de Agosto de 2023 91

Ata da 6ª Reunião, realizada em 13 de Setembro de 2023 136

Ata da 7ª Reunião, realizada em 3 de Outubro de 2023 169

Ata da 8ª Reunião, realizada em 14 de Novembro de 2023 237

1.4 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de Novembro de 2023 246

Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de Novembro de 2023 252

Ata da 3ª Reunião, realizada em 21 de Novembro de 2023 258

Ata da 4ª Reunião, realizada em 28 de Novembro de 2023 265

1.5 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 1ª Reunião, realizada em 27 de Setembro de 2023 307

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.208716/2023-20

Ata da 2ª Reunião, realizada em 18 de Outubro de 2023 328

Ata da 3ª Reunião, realizada em 19 de Outubro de 2023 341

Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de Outubro de 2023 342

Ata da 5ª Reunião, realizada em 14 de Novembro de 2023 350

Ata da 6ª Reunião, realizada em 22 de Novembro de 2023 356

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Paulo Alexandre Barbosa, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência com a presença dos Parlamentares Efraim Filho, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Esperidião Amin, Carlos Zarattini e Delegado Ramagem, e ainda dos Parlamentares Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Marcio Bittar, Paulo Paim, Marcos do Val, Eliziane Gama, Magno Malta, Augusta Brito, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Eduardo Braga, Aguinaldo Ribeiro, Eduardo Bolsonaro e Mário Negromonte Jr. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas ao PLOA 2024**. **Finalidade**: Discussão e deliberação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN (PLOA 2024). **Resultado**: Aprovada a apresentação, pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, de 4 (quatro) emendas propostas ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN (PLOA 2024): **Emenda nº 1 – CCAI** – Ação: 2866 - Ações de Caráter Sigiloso; Subtítulo: 0001 - Nacional; Tipo: Apropriação/Acréscimo; Unidade Orçamentária: 52111 - Comando da Aeronáutica; Valor: R$ 10.763.263,00 (dez milhões, setecentos e sessenta e três mil, duzentos e sessenta e três reais); **Emenda nº 2 – CCAI** – Ação: 2684 - Ações de Inteligência; Subtítulo: 0001 - Nacional; Tipo: Apropriação/Acréscimo; Unidade Orçamentária: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; Valor: R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais); **Emenda nº 3 – CCAI** – Ação: 21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária; Subtítulo: 0001 - Nacional; Tipo: Apropriação/Acréscimo; Unidade Orçamentária: 52931 - Fundo Naval; Valor: R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); **Emenda nº 4 – CCAI** – Ação: 147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional; Subtítulo: 0001 - Nacional; Tipo: Apropriação/Acréscimo; Unidade Orçamentária: 52121 - Comando do Exército; Valor: R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Paulo Alexandre Barbosa
Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

O SR. PRESIDENTE (Paulo Alexandre Barbosa. PSDB - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

A presente reunião é destinada à escolha das emendas da CCAI que serão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, Projeto de lei Orçamentária Anual para 2024.

Comunico que o prazo para a apresentação de sugestões de emendas ao PLN nº 29/2023 foi do dia 8 de novembro ao dia 20 de novembro.

Esgotado o prazo, foram apresentadas quatro sugestões.

Relatório.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 30/08/2023, o Ploa 2024, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006, a CMO fixou o prazo de 07/11/2023 a 23/11/2023 para apresentação de emendas ao Ploa.

A Resolução nº 1, de 2006, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Nesse contexto, esta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2024.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se quatro indicações de diferentes emendas de apropriação. Não foram apresentadas indicações de emendas de remanejamento nem de texto.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão, todas já constantes do Ploa 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta CCAI, tipo de emenda, ação, código da ação, órgão, valor e autores. Anexados a este parecer também vão os respectivos espelhos das indicações de emendas apresentadas.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que não extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. Assim, a aprovação das indicações apenas se ateve à observância dos limites legais e normativos, com fundamentos colhidos na legislação de direito financeiro.

Importa consignar que todas as indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando à região ou localidade específica.

A esse respeito, cabe estender considerações sobre a sugestão em favor da programação 21BY – Fiscalização da Navegação Aquaviária, de responsabilidade do Comando da Marinha. Em um primeiro exame, a atividade objeto da emenda não aparentaria ser voltada à atividade de inteligência, dado que se insere mais diretamente nas funções operacionais da Marinha. No entanto, a definição legal de atividade de inteligência é a "que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado", e aos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (entre eles a Marinha do Brasil) compete executar ações relativas à obtenção e à integração de dados, informações e conhecimentos, conforme previsão dos planos de trabalho e solicitar, obter, processar, produzir e compartilhar dados, informações e conhecimentos em conformidade com a Política Nacional de Inteligência, com os planos de trabalho e com o disposto na legislação.

Ora, a fiscalização da navegação marítima, fluvial e lacustre é evidentemente uma fonte direta de importante manancial de informações de relevância para efeitos de inteligência, o que permite enquadrar a demanda entre aquelas abrangidas pela competência regimental da Comissão, que tem por missão "a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, desenvolvidas no Brasil ou no exterior por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, especialmente pelos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência".

Podemos afirmar também que todas as indicações exibem inegável mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, em se tratando de emendas não impositivas de apropriação, seguimos as orientações do Manual de Emendas – Orçamento da União para 2024 – PLN nº 29/2023 das Consultorias de Orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados (p. 7) no sentido de indicar, para todos os cancelamentos, sequenciais em órgãos do Poder Executivo, sabendo que nesse tipo de emendas a informação do sequencial cancelado não vincula a atuação dos Relatores, os quais podem indicar outros recursos para atendimento das referidas emendas, conforme procedimentos previstos na Resolução nº 01/2006-CN e autorização no parecer preliminar.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2024, por esta Comissão, das seguintes emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – Unidade Orçamentária 52111 – Comando da Aeronáutica, a emenda indicada pelo Senador Esperidião Amin em favor de "Ações de Caráter Sigiloso" no valor de R$10.763.263;

b) No âmbito do órgão orçamentário 20000 – Presidência da República – Unidade Orçamentária 20118 – Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a emenda indicada pelo Senador Esperidião Amin, em favor da ação "2684 – Ações de Inteligência", no valor de R$35 milhões;

c) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – Unidade Orçamentária 52931 – Fundo Naval, a emenda indicada pelo Senador Efraim Filho, para a ação "21BY – Fiscalização da Navegação Aquaviária", no valor de R$200 milhões;

d) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – Unidade Orçamentária 52121 – Comando do Exército, a emenda indicada pelo Senador Esperidião Amin, para a ação "147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional", no valor de R$20 milhões.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem receber o RP 8. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 22 de novembro de 2023. (*Pausa.*)

Em discussão o relatório com as emendas. (*Pausa.*)

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo...

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que concordam com as emendas propostas no relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Mara Gabrilli, Paulo Paim e Carol Dartora, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Sergio Moro, Alessandro Vieira, Alan Rick, Nelsinho Trad, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Socorro Neri, Dorinaldo Malafaia, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral, Rosana Valle, General Pazuello, Reginete Bispo e Túlio Gadêlha, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Flávio Arns, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Dagoberto Nogueira e Marcelo Crivella. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitas Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, a Senadora Mara Gabrilli e a Deputada Carol Dartora, e designado relator o Deputado Túlio Gadêlha. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão e à eleição de Presidente e Vice e, naturalmente, vai ser indicado também o Relator.

De acordo com o parágrafo único do art. 5º, do Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados, de 2019, as funções de Presidente e Vice-Presidente da Comissão devem ser exercidas alternadamente por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Na atual sessão legislativa, a Presidência da Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a Vice-Presidência e a relatoria ficarão sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Já estão no Plenário conosco, presencialmente, e outros estão virtualmente, a Deputada Socorro Neri, Deputada Carol Dartora, Deputada Reginete Bispo, que já está na tela.

As mulheres tomaram conta, eu sou minoria, mas vamos em frente.

Enquanto chegam os Senadores e Senadoras, nós vamos abrir a palavra e eu vou fazer uma abertura em nome da Presidência. Na verdade, eu sou o Vice-Presidente até hoje; até hoje eu sou o vice ainda, mas daqui a pouco já não serei mais. Então, eu falarei como o mais veterano ou, digamos, o mais idoso. O mais velho, não, eu digo o mais veterano.

Eu faço a abertura aqui dos trabalhos na visão, claro, agora, política.

Hoje iremos instalar a Mesa da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

A Comissão foi criada através de ato conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados, em 2019, no qual criou-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

A iniciativa da Comissão surgiu com os esforços, na época – esse já é o terceiro mandato –, da Deputada Bruna Furlan, do Deputado Túlio Gadêlha – que, ao que tudo indica, será o Relator, porque é a Mara que vai indicar –, da Senadora Mara Gabrilli e desse Senador que vos fala. Tivemos, nessa trincheira, a parceria de diversos Parlamentares aguerridos com a temática, tanto Senadores e Senadoras quanto Deputados e Deputadas.

No dia 20 de junho, celebramos o Dia Mundial do Refugiado. A data traz como tema, em 2023: "Esperança longe de casa: Por um mundo inclusivo com as pessoas refugiadas".

Conforme a Agência da ONU para Refugiados, a Acnur, o tema reflete a necessidade de se buscarem soluções para viabilizar a integração das pessoas refugiadas nas sociedades de acolhida, propiciando assim meios para a sua efetiva inclusão e oportunidades para que possam contribuir para o desenvolvimento local com seus conhecimentos, talentos, coragem e determinação.

Conforme o Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre janeiro e junho de 2022, o Brasil concedeu refúgio para 1.720 mil pessoas que buscam segurança fora de seu país de origem. Há pedidos de 121 nacionalidades diferentes. A maioria, 55%, é da Venezuela, que tem a condição reconhecida por grave e generalizada violência de direitos humanos, como guerras e insegurança alimentar. Os dados são do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que decide sobre os processos de reconhecimento, cassação e perda de condição de refugiado.

No primeiro semestre desse ano, 1.864 casos foram analisados. Desse total, 1.720 pedidos foram aceitos, 112 pedidos indeferidos e os demais cessados ou extintos. Outros 17.845 pedidos por refúgio não tiveram ainda o mérito analisado pelo Conare por incorreções no procedimento ou impossibilidade de continuidade do processo. Os pedidos podem ser extintos, por exemplo, em casos em que o solicitante deixa de renovar o protocolo exigido a cada seis meses.

Os números de migração referentes ao primeiro semestre de 2022 estão disponíveis no Painel Interativo sobre o Refúgio no Brasil, atualizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (Acnur), com dados do Conare. Nas páginas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a seção Refugiados, em números, informa as principais decisões do Conare, além de divulgar relatórios e publicações referentes ao tema.

Nos últimos dias, diversos meios de comunicação vêm divulgando a situação dos afegãos no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, inclusive, conforme informação, alguns vítimas do surto de sarna. Conforme o Coletivo Frente Afegã, foram identificados 26 casos entre os 209 que estão lá e que vivem, no aeroporto – inclusive com sarna; no caso, são 26, não é? – , sem banho, sem higiene e sem dignidade básica. Por isso tudo, a Comissão realmente tem que aprofundar o debate, em parceria naturalmente com os órgãos do Governo.

A Prefeitura de Guarulhos informa que possui apenas 177 vagas para acolhimento de migrantes e refugiados, sendo 127 geridas pela municipalidade e outros 50 pelo governo estadual.

Segundo a Prefeitura, todas as vagas estão lotadas. Precisamos, mais do que nunca, nos debruçar sobre situações de emergências como essa. O Governo Federal, em parceria com os outros entes da Federação, com certeza há de se mobilizar. Eu já tenho o ofício – que eu vou ler aqui – para garantir, nos seus orçamentos, recursos para políticas públicas para migrantes e refugiados. Lembro ainda que o portal de notícias G1 comunica que os pedidos de refúgio cresceram 220% e a fila de espera é de 97 mil – 97 mil!

Enfim, que a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, chamada CMMIR, consiga contribuir ainda mais com a proteção e os direitos da população de migrantes e refugiados, em parceria com todas as instituições que acolhem e orientam migrantes e refugiados no nosso país.

Como encaminhamento para os trabalhos da Comissão, foram diversas sugestões que surgiram por parte de Deputadas, Deputados, Senadores e Senadoras.

Como Vice-Presidente da Comissão, até há mais alguns minutos, eu solicitei também uma diligência no Estado do Rio Grande do Sul para tratar da situação de migrantes e refugiados em um ciclo de debate diante do mundo do trabalho para migrantes e refugiados, já que sou o Relator do Estatuto do Trabalho nesta Comissão desta sala de Direitos Humanos. Este debate nós já estamos travando há cinco anos, com juízes, advogados, centrais, federações, confederações. Agora, com a participação do Ministério do Trabalho mandando sempre aos debates os representantes, nós queremos que haja um capítulo exclusivo para a situação de migrantes e refugiados, e, claro, que esse capítulo exclusivo do Estatuto do Trabalho a minha relatoria há de aprontar, espero eu, antes dos próximos cinco anos para que a gente tenha uma nova CLT. A última, se não me engano, é a de 1943, não é? Surgiu na era de Getúlio Vargas. E, de lá para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cá, teve alterações, e, infelizmente, muitas pioraram, como as reformas trabalhistas e previdenciárias, que têm reflexo também no mundo das leis que estão na CLT.

Mas, enfim, essa é a minha fala de introdução.

Com isso, eu declaro abertos os trabalhos para a instalação e a eleição da Mesa da Comissão, mas, antes de iniciar, eu faço questão de ouvir a palavra dos nossos Senadores, Senadoras e Parlamentares.

Está inscrita já aqui a Deputada Socorro Neri. Quer usar a palavra para uma saudação agora? Fique bem à vontade, porque depois vai ser a festa da escolha por unanimidade da nossa direção desta Comissão.

A SRA. SOCORRO NERI (PP - AC) – Presidente Senador Paulo Paim, Deputada Carol Dartora, nas pessoas de quem cumprimento todos os Parlamentares que, de forma presencial ou *online*, participam desta sessão.

Eu sou a Deputada Socorro Neri, Deputada de primeiro mandato, amazônida, acriana. E tenho esse tema, e daí a razão de ter solicitado a participação nesta Comissão, como um tema, de fato, muito caro para a minha região. O Acre tem sido historicamente rota de movimentos migratórios, que se iniciaram com movimentos haitianos e, mais recentemente, venezuelanos, além de outros de menor expressividade. De modo que o nosso estado tem se envolvido e tem se visto numa dinâmica de mudança, inclusive da sua rotina, agravando os seus problemas, os serviços de saúde, de trabalho, de moradia, enfim, dados esses movimentos migratórios.

Mas eu tenho esse tema, por força da minha formação na área da educação, como um dos temas mais importantes, um tema ético, um tema humanitário e sobre o qual todos nós Parlamentares devemos nos debruçar e fazer, por meio desta Comissão Mista, o devido acompanhamento, o monitoramento, a fiscalização, a apresentação de proposições, de modo a, de fato, garantir que o nosso país seja um país também acolhedor para os que o buscam, seja por um movimento migratório, seja como refugiados.

Aqui quero dizer da minha alegria de que, a partir deste momento, possamos fazer esse bom debate aqui e o encontro, a convergência de boas proposições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, meus parabéns, Deputada Socorro Neri! (*Palmas.*)

Contribuindo, de forma tranquila, para o bom andamento dos trabalhos.

Eu consultava aqui a assessoria que – inscrita, que pediu a palavra – agora está a Deputada Reginete Bispo. E eu concordei com ele, mas eu vou te dar mais, você vai ficar mais, você vai ter mais espaço do que imagina. A partir de agora, você é a nossa Vice-Presidenta. Então, se vocês concordarem, eu passo a palavra somente para a Deputada Reginete Bispo, e, daí, nós fazemos a posse, por unanimidade, da chapa apresentada.

A Deputada vem para a mesa, a Mara vai naturalmente presidir, você naturalmente é Vice, e este Senadorzinho tem que voltar é para o Plenário, acabou. Acabou meu festival aqui. Então eu já usei até demais a palavra hoje, porque normalmente me chamam para instalar Comissão, por eu ser o mais... Não tem problema de chamar idoso ou mais velho. Eu tento ser o mais rápido possível. E quem assume a Mesa toca os trabalhos.

Então, se vocês concordam, eu passo a palavra para a Deputada Reginete Bispo, já a vejo na tela, tanto quanto o Deputado Túlio Gadêlha, que tudo indica que poderá ser o Relator – porque eu não posso indicar ninguém, viu? E está aqui, claro, a nossa querida Deputada Carol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dartora, que é uma surpresa de uma Parlamentar jovem, negra, combativa, que coordena, junto conosco, a Frente Parlamentar Mista contra o Racismo, não é? E que vai, pelo que percebo, estar na chapa, de comum acordo. A Senadora Mara Gabrilli, viu, Mara? Estou falando demais. Quero aproveitar meu último dia, não é? A Mara Gabrilli já está conosco.

Então só vamos dar a palavra, se todos concordarem, para a Reginete Bispo, que, diga-se de passagem, é a minha suplente do Senado, viu? Elegeu-se Deputada Federal.

E daí eu vou eleger a Mesa, mas o pessoal do Governo está me cobrando aqui, porque eu não li ainda e eu me comprometi com eles, Reginete.

Nota Oficial, que recebi agora do Ministério da Justiça:

> Sensível à situação no Aeroporto de Guarulhos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) esclarece que vem acompanhando desde o início do ano a situação dos afegãos que chegam ao Brasil. Estão sendo realizadas reuniões interministeriais com diversos órgãos da sociedade civil, das polícias e do Poder Judiciário para [...] [encontrar solução ao] problema.
> E, diante deste novo quadro de emergência, o MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), envia, nesta quarta-feira (28), grupo de servidores da pasta para trabalharem na gestão da crise emergencial, coordenando [assim] e fornecendo o atendimento necessário neste momento.

Estão presentes, inclusive, aqui, Rodrigo Portella, o Secretário Nacional de Justiça, que me entregou os documentos em mãos – a quem, já, eu agradeço –, e o Paulo Illis, que também é da mesma equipe do Ministério da Justiça – é isso? (*Pausa.*)

Então, está correto.

Eu vejo como um ato muito positivo. Que bom poder ler esse documento aqui! E que essa missão, que vai coordenada por vocês para São Paulo, atinja os seus objetivos – e, tenho certeza – com essa comissão!

Então, minhas palmas para o Ministério, que, de pronto, já apresenta a esta Comissão o encaminhamento que fará a partir, já, desta semana. (*Palmas.*)

Então, neste momento, nós vamos à votação. (*Pausa.*)

A assessoria lembra que eu havia prometido... À Deputada Reginete, minha suplente no Senado, eu tinha passado a palavra.

Por favor, Deputada Reginete Bispo, a palavra é sua neste momento.

A SRA. REGINETE BISPO (PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, meu querido Senador Paulo Paim, meus colegas que compõem esta Comissão, Senadores, Senadoras, Deputada Federal!

Na pessoa da Deputada Federal Carol Dartora, minha colega, cumprimento todos os demais.

Eu pedi a palavra, primeiro, para dar uma saudação e dizer da importância desta Comissão – eu me orgulho de estar participando desta Comissão –, que trata de um tema tão importante e tão emergente nos dias de hoje, como são as migrações e os refúgios, na medida em que a gente vive num mundo em conflito permanente, como a gente tem visto a guerra na Ucrânia, a guerra no Afeganistão, mas, sobretudo, as mudanças climáticas que têm promovido o deslocamento de populações em todos os continentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta Comissão tem um papel fundamental no sentido de atuar para minimizar ou resolver os problemas que decorrem em função disso. Nós temos acompanhado, e o Senador bem trouxe aqui, a situação crítica do Aeroporto de Guarulhos, mas também temos acompanhado, no Acre, nos últimos anos, a intensa movimentação de migrantes refugiados dos continentes africano e asiático, da Europa, da América Latina. E nós precisamos, urgentemente, E nós precisamos, urgentemente, aperfeiçoar e aplicar a nova lei das migrações.

Então, portanto, esta Comissão, na minha opinião, tem um imenso trabalho pela frente, para o qual eu me coloco inteiramente à disposição.

Também não poderia deixar de fazer referência aqui à atuação do Ministério da Justiça, que tem feito um trabalho permanente de visitas parlamentares, e também a constituição de uma comissão, de uma equipe muito séria, muito comprometida com esse tema. E, recentemente, tratou de uma pauta que, para nós que trabalhamos com a imigração e refúgio, é muito intensa, que é a situação da população haitiana, dos imigrantes haitianos que residem no nosso país. O Ministério da Justiça tem trabalhado – eu não poderia deixar de fazer referência a isso – no sentido de superar as enormes dificuldades que essa população tem encontrado em fazer a reunião familiar, porque se tornou uma crise humanitária os haitianos residentes no Brasil que não conseguem trazer seus filhos, suas famílias para cá.

Então, eu gostaria de fazer referência ao empenho e à disposição do Ministério da Justiça em equacionar esses problemas.

No mais, quero desejar para todos nós, para esta Comissão um excelente trabalho e, sobretudo, para os eleitos na condução, que irão nos coordenar nesse processo.

Um grande abraço a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, muito bem, Deputada Reginete Bispo!

Meus amigos, com a presença já da Senadora Mara Gabrilli, que está na tela, só me aguardando... Ela está dizendo assim: "Desapega, Paim". (*Risos.*)

Estou brincando com ela, porque agora eu estou saindo da Vice-Presidência.

Temos a presença da Deputada Socorro Neri, da Deputada Carol Dartora, da Deputada Reginete Bispo, do Deputado Túlio Gadêlha, do Deputado Baleia Rossi, que se encontra neste momento prestigiando a Comissão. Enfim, somos mais de 15. Então, há todas as condições para encaminharmos a votação.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicadas, para Presidenta, a Senadora Mara Gabrilli e, para Vice-Presidenta, a Deputada Carol Dartora – o Túlio está esperando que a Mara decida, mas provavelmente a Mara vai decidir bem.

Vamos à votação, então, da Presidenta e da Vice.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. O.k.? (*Pausa.*)

O.k. Assim colocamos em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Declaro eleitas, como Presidenta, a Senadora Mara Gabrilli e, como Vice-Presidenta, a Deputada Carol Dartora.

Convido a Deputada Carol Dartora que venha para a mesa e, de imediato, passo a Presidência da Comissão à Senadora Mara Gabrilli, mas não sem antes dar um grande abraço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no nosso querido e sempre membro desta Comissão, que poderá ser indicado como Relator, o querido amigo Deputado Federal Túlio Gadêlha.

Como a Presidenta não está aqui...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Como a Presidenta não está aqui, vai vir para o lugar da Presidente. Primeiro tem que me dar um abraço, senão não saio daqui. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Passo a palavra, então, à Senadora Mara Gabrilli, para fazer a sua fala.

A SRA. MARA GABRILLI (PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, Srs. e Sras. Senadoras, Deputadas, Deputados!

Muito obrigada, Carol, por essa passagem de palavra.

Eu estou muito feliz com a instalação da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, algo que estávamos buscando concretizar há semanas, sobretudo diante das urgências que o tema merece.

Quero agradecer muito à Deputada Carol Dartora por aceitar o desafio da Vice-Presidência desta Comissão. Carol, muito obrigada, gratidão! (*Palmas.*)

Eu quero agradecer, em primeiro lugar, à Deputada Bruna Furlan, que deixou esse legado da Comissão Mista no Congresso Nacional sobre Migrações Internacionais e Refugiados. Foi a Líder desse processo e também a nossa primeira Presidente.

Eu agradeço também ao meu parceiro de tantas lutas, de tantas conquistas, meu querido Senador Paulo Paim. Você, Senador, será sempre Presidente. O que eu for, você será sempre junto comigo, de tanto que eu respeito e acredito na nossa parceria de trabalho, que sempre foi muito construtiva. E você fez um trabalho maravilhoso, participou desde o início da luta ao meu lado e ao lado da Bruna Furlan. Obrigada, Senador Paim, também, por convocar esta reunião, mais especialmente por toda a sua dedicação ao longo dos anos na defesa dos direitos humanos. A sua Presidência da CMMIR, em 2021, foi exemplar na condução dos trabalhos, quando começamos a discutir fluxos migratórios e de refúgio dos povos venezuelanos e afegãos, que nos mobilizam até hoje.

Eu quero parabenizar também o Deputado Túlio Gadêlha, que foi o Presidente da Comissão ao longo de 2022, quando seguimos acompanhando de perto a Operação Acolhida de venezuelanos no Brasil, assim como realizamos importantes diligências no Aeroporto Internacional de Guarulhos, bem como nos centros de acolhida aqui do Estado de São Paulo, acompanhando os imigrantes e refugiados afegãos.

Eu aproveito a oportunidade e gostaria de designar o Deputado Túlio Gadêlha como Relator desta Comissão.

Temos avançado com importantes audiências e discussões aqui na CMMIR ao longo dos últimos anos, e discussões relativas ao acolhimento dos imigrantes, dos refugiados, em situação principalmente de vulnerabilidade, e também sobre os impactos das mudanças climáticas, como a Deputada Reginete comentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-la, cumprimentar a Deputada Socorro também pela presença, o Deputado Baleia Rossi. Eu não consigo ver os outros Deputados aqui, mas sintam-se cumprimentados.

E falando das mudanças climáticas que interferem diretamente nos fluxos migratórios forçados, é de um desafio mundial que a gente está falando. Cerca de 108 milhões de pessoas no mundo estão se deslocando de modo forçado. E mais de 35 milhões já são refugiados por conta de conflitos armados, de perseguição política ou ainda devido à fome.

Na ONU, havia uma placa dizendo: não existe desastre natural.

Infelizmente, somos nós, os homens, que acabam provocando esses desastres naturais. Eles não vêm naturalmente, do nada, porque somos nós, é a ação do homem que acaba desequilibrando as coisas, que acaba promovendo a desigualdade social, desmatando e ainda ocasionando as mudanças climáticas.

Ressalto que a gente tem buscado estreitar o diálogo tanto com o Governo Federa quanto com as organizações da ONU para migrações e refúgio, como o Acnur e a OIM. Essa cooperação é fundamental para que esta Comissão possa realizar seus trabalhos em seu pleno potencial, especialmente no que diz respeito ao repasse de fundos federais e a outras medidas de assistência emergencial para ajudar os estados e municípios a acolherem todos que buscam uma nova oportunidade no nosso país.

Convocaremos ainda, antes do recesso de julho, uma novar reunião, para apresentar nosso plano de trabalho para este ano, já que há muito ainda a ser feito para o acolhimento digno de imigrantes e refugiados.

Sabemos que refugiados afegãos seguem em situação de muita vulnerabilidade, lá no aeroporto, com dezenas de famílias acampadas em Guarulhos, especialmente diante da recente notícia de que enfrentam, agora, um surto de sarna.

Também queremos discutir questões relevantes como a inclusão de crianças migrantes e refugiadas nas escolas, o acesso ao mercado de trabalho, a revalidação de diplomas – isso tem sido um assunto recorrente entre os refugiados aqui –, a institucionalização da Política Nacional de Migrações, entre tantos outros assuntos, isso com o objetivo de oferecer proteção e assegurar direitos a essas pessoas em nosso país.

Eu queria contar com as contribuições de todo este Colegiado. Que possamos trabalhar sempre com empatia e inclusão.

Inclusão e empatia são palavras-chaves para a gente planejar e promover as políticas públicas para pessoas migrantes e refugiadas.

Estou certa de que dedicaremos nossos melhores esforços para exercitar a escuta ativa das demandas e dos sonhos dessas populações de diversas origens, nacionalidades, religiões, raças, etnias, identidades de gênero, orientações sexuais, posicionamentos políticos e grupos sociais.

Quero só dizer o quanto engrandecedor é para o nosso olhar e para nossa vida poder trabalhar nesta área, com tanta diversidade.

E é um direito inalienável do ser humano migrar, buscar refúgio. E essas pessoas escolheram o Brasil para chamar de lar. Isso muito nos honra.

Eu quero agradecer a presença de todas e todos os Parlamentares aqui, aproveitando esse momento tão simbólico de celebrações do Dia Mundial do Refugiado, que foi comemorado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

última semana, para convidá-los para prestigiar a sessão solene do Congresso que realizaremos na próxima segunda-feira, 3 de julho, às 10h, e que será presidida pelo nosso Deputado Relator Túlio Gadêlha.

Agradeço a confiança em mim depositada para conduzir os trabalhos da CMMIR neste ano.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Muito obrigada.

A gente não tem nenhuma inscrição. Acredito que, para os Senadores e Deputados que ainda quiserem se inscrever para fazer alguma fala, está ainda aberta.

Eu gostaria de começar agradecendo muito ao Senador Paim por ser essa linha de frente na luta pela efetivação dos direitos humanos no Brasil. Então, não tem como não ter esse reconhecimento de uma figura que é amparo, esteio, alento, esperança, é para onde a gente tem olhado por muito tempo. Todos nós que estamos envolvidos nessa luta por consolidar justiça social tivemos contato com o seu trabalho e com tudo que o senhor representa para o Brasil.

Então, começo fazendo esse agradecimento e cumprimento a todas e todos presentes. Boa tarde às Deputadas, aos Deputados, aos Senadores aqui. Cumprimento a mesa na figura da Senadora Mara Gabrilli, nossa Presidenta desta Comissão, e já agradeço a deferência do meu nome para a Vice-Presidência e a confiança do Senador Paim, do Deputado Túlio e da Senadora, que me viram como uma possibilidade, uma aliada para construir essa luta aqui nesta Comissão.

Quero agradecer também ao Deputado Túlio Gadêlha, nosso Relator, que também tem feito um trabalho muito importante nessa temática e em tantas outras, é também um aliado na luta por justiça social.

E não poderia deixar de cumprimentar alguns companheiros que estão aqui: o companheiro Rodrigo, da Assessoria da Secretaria Nacional de Justiça, do MJ; e a Profa. Tatyana Friedrich, que acredito que está nos acompanhando *online* – ah, está aqui presente! Que bom! –, que é do Departamento de Migrações, também do MJ. Não poderia deixar de fazer esse agradecimento aqui pela presença.

Eu gostaria de, também, dizer da alegria e da satisfação de iniciar o dia de hoje, os trabalhos nesta Comissão internacional de refugiados. O mês de junho marca, além do mês do Orgulho LGBTQIA+, também o mês de comemoração do Dia Nacional do Migrante e do Refugiado. E este é um momento importantíssimo para reforçarmos os valores dos direitos humanos, da liberdade global de circulação das pessoas e para denunciarmos a xenofobia e a violência racista que, infelizmente, ainda assola o nosso país.

O Brasil, reconhecido mundo afora como um país acolhedor, se mostra, na prática cotidiana, como um país ainda muito hostil, com altos índices de violência e disseminação de discurso de ódio, em especial para a migração negra, que, além de ter que conviver com diversos obstáculos decorrentes da imigração, sofre também com a violência agravada pela cor da sua pele.

Segundo relatório do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no ano passado, foram contabilizados um total de 151 mil imigrantes e foi constatada uma tendência de crescimento contínuo de mulheres, crianças e adolescentes de nacionalidade haitiana e venezuelana.

A xenofobia também tem sido disseminada através de discurso de ódio nas redes, conforme levantamento divulgado pela Central Nacional de Denúncias da SaferNet, no qual foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível verificar um crescimento de denúncias de xenofobia na internet de 874% em 2022, em comparação com o ano anterior.

Eu, como uma mulher negra, já vivi enquanto migrante em outros países e sei da necessidade de efetivarmos políticas públicas que garantam direitos e deem condições e subsídios para a população migrante que chega ao Brasil, desde a capacitação de servidores na administração pública para o atendimento desse público, passando por urgências quanto à saúde, educação, moradia e também na regularização de documentações para a empregabilidade dessa população.

Como Parlamentar, acompanho desde 2021 a situação de imigrantes e refugiados no país, especialmente na cidade de onde eu venho, Curitiba, e o que pude observar foi a urgência em visibilizar essa população.

Em razão disso, protocolei, na semana passada o Projeto de Lei 3.230, que altera a Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para obrigar os modais de transporte que compõem o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana a adotar mecanismos de informação aos usuários sobre condutas de discriminação racial, etária, capacitistas e crimes contra a dignidade sexual.

Esse projeto foi protocolado motivado pela situação de um migrante cadeirante lá na cidade de Curitiba que sofreu violência racista no transporte público, e isso fala de todas as camadas do preconceito, não é? Como se não bastasse ser um migrante, tendo inúmeras dificuldades para acessar o transporte público, ainda ter que lidar com esse contexto de hostilidade e violência. Então, em decorrência disso, protocolamos esse projeto para que ele promova, nos transportes públicos, transformação social, reeducação social e formação de uma consciência humana para a boa convivência.

Este mês, em Curitiba, no dia 8 de junho de 2023, tivemos esse caso que acabei de citar. O nome desse senhor é Angelino Cassova e ele é um estudante de Direito aqui, no Brasil. O caso está sendo acompanhado pelo meu mandato, mas eu gostaria de trazer também essa situação para a gente refletir sobre a necessidade de mais políticas públicas de proteção a migrantes e refugiados.

A violência, a exploração laboral, a segregação social e a falta de acesso a serviços básicos são a realidade na vida dessas pessoas, o que revela uma falha na garantia dos direitos humanos. Temos que avançar em políticas públicas federais que garantam esses direitos e, mais do que isso, temos o desafio de fazer com que essas políticas alcancem e sejam replicadas nos grandes centros urbanos e nas cidades que recebem maiores índices de população migrante. Para isso, a gente precisa de informação, bancos de dados, pesquisa, estudos. É importante que essa população seja vista, seja olhada, seja visibilizada e que informações sejam produzidas sobre ela para que a gente possa amparar da melhor maneira.

É urgente avançarmos nessas políticas que assegurem a dignidade e a inclusão dessa população vulnerável na construção de uma sociedade que abrace a diversidade e respeite a vida daqueles que têm buscado refúgio em meio a crises e fluxos forçados. Isto a gente também não pode esquecer, que a migração tem esse componente de uma desigualdade que impacta o mundo todo.

E aqui eu gostaria de, mais uma vez, ressaltar a minha alegria em estar nesta Comissão e pela confiança que me foi dada de presidir esta Comissão. Porque, como disse anteriormente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como uma mulher negra, e já fui migrante em outros países, senti o impacto que a migração negra sofre, o impacto que a migração das mulheres negras sofre.

Passei uma situação uma vez, indo para a Espanha – não estava migrando, estava indo passear, mas isso fala dessas barreiras que são impostas pela cor da pele, pelo gênero. Ao chegar no Aeroporto de Madri... Eu tinha ido para conhecer, era meu sonho conhecer Barcelona, era meu sonho conhecer Madri, e eu ainda era estudante de história na época – sou Professora de História, ainda estava cursando a faculdade –, então esse sonho estava exacerbado por tudo que eu estava vendo do mundo e tudo que eu queria conhecer da história do mundo. Então, fui fazer essa viagem, e, chegando na migração ali do aeroporto da Espanha, do Aeroporto de Madrid, apresentei meus documentos, falei que era estudante, falei o que ia fazer no país, onde ia ficar, e a pessoa que estava me atendendo ali disse o seguinte: "Ah, tá! Você, jovem desse jeito, eu duvido que você está vindo aqui para passear, para conhecer, que você é só uma estudante". E fui deportada... Não fui deportada, mas não fui admitida para entrar no país. Isso aconteceu em 2010, num momento de bastante crise, e várias pessoas foram enviadas de volta. Na época o Presidente Lula também deu uma resposta muito importante nessa situação que estava ocorrendo ali naquele momento. Então, isso fala, não é? Isso fala dessa discriminação, isso fala do olhar que muitas vezes os migrantes recebem nos equipamentos públicos.

Então, por mais que a gente tenha uma legislação muito avançada, uma legislação muito refinada nesse sentido, ela não se aplica; ela não se aplica em decorrência da xenofobia, do preconceito, do racismo, da misoginia. Então, acredito que esses são os desafios que a gente tem para superar, para promover reeducação, promover conscientização e promover, fomentar nesta sociedade as melhores ações, para que a gente tenha uma sociedade que saiba conviver em harmonia e que garanta direitos humanos.

Agradeço demais este momento, agradeço demais a presença de todas e todos aqui, e passo a palavra para o nosso Relator desta Comissão, o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Mas, antes, palmas... (*Palmas.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos, colegas que estão presentes na Comissão. Quero fazer uma saudação à mesa, na Presidência da Senadora Mara Gabrilli, da Vice-Presidente Carol Dartora. Digo que minha fala será bem breve, eu estou em um espaço público, mas não poderia deixar de, nesta reunião da Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados, fazer uma fala aqui, por ter sido Presidente no ano anterior e ter sido Relator em 2021.

Primeiramente, quero dizer que os desafios são imensos que nós teremos neste ano, nesse final de ano, nesse segundo semestre, na Comissão, porque todos os indicadores mostram que o fluxo migratório no Brasil tem se acelerado, com cada vez mais pessoas escolhendo o nosso país para morar, em virtude de guerras, de desastres e das mais diversas naturezas. Essas pessoas buscam acolhimento, mas ainda não temos políticas sólidas de acolhimento dos imigrantes e refugiados que escolhem o Brasil para morar.

Assim como nós temos que ter cuidado com os brasileiros que estão fora do país. Temos centenas de milhares de brasileiros hoje morando fora de nosso país e que muitas vezes precisam de um canal de diálogo com a embaixada ou até com o governo local, e esta Comissão pode ajudar muito nesse sentido. Inclusive foi através da Comissão que nós articulamos a vinda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de brasileiros da Espanha e de Portugal durante a pandemia de covid, quando estavam isolados e, muitos, presos em aeroporto.

Então, Carol, quero dizer que temos muito orgulho de tê-la como nossa Vice-Presidente, por sua história, por sua bagagem, pela qualidade do debate que você se propõe a fazer nesta Comissão.

Temos muito orgulho de ter a Senadora Mara Gabrilli presidindo estes trabalhos, sabendo que tudo será conduzido da mais perfeita forma. A Senadora tem essa pauta como pauta central do seu mandato, ela é engajada, ela viaja mais do que todos nós juntos, conhece muito bem a realidade do imigrante e do refugiado.

Os desafios são grandes porque esta é uma Comissão que requer de nós, Parlamentares, muitas visitas técnicas, muita conversa com as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Além disso, outras pessoas, além da situação de migrantes, são indígenas, como é o caso dos indígenas venezuelanos waraos, que chegam ao Brasil aos milhares e nem sequer falam a língua espanhola e culturalmente têm muitas diferenças em relação ao nosso povo.

Então nós precisamos discutir uma política sólida para trazer educação, trocas de cultura, língua. A partir da educação, a partir da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, a gente evita a violência, a exploração laboral e evita casos tristes como aquele que aconteceu recentemente no Rio de Janeiro com um congolês, o Moïse, que foi vítima de xenofobia e foi assassinado na praia da Barra da Tijuca, na cidade do Rio.

Esses casos emblemáticos precisam ficar marcados nesta Comissão para sabermos da nossa tarefa aqui enquanto Parlamentares membros de uma Comissão tão importante e que terá, a cada ano, mais importância por conta do fluxo migratório, que tende a aumentar no Brasil e no mundo.

Agradeço a todos os colegas, ao Deputado Baleia Rossi e à Deputada Socorro Neri pela presença nesta Comissão. Temos excelentes quadros aqui nesta Comissão e tenho certeza de que faremos um grande trabalho.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Muito obrigada...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Antes de você encerrar, só quero dar um aviso se você me permitir. É um aviso, não é discurso.

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Sim, tranquilo, pode dar o aviso.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Eu queria aproveitar, Presidenta, a audiência da TV Senado e a presença de todos aqui para convidá-los para amanhã – inclusive seria muito bom, Presidenta, que você estivesse presente –, a partir das 9h, nós discutirmos o marco temporal. Ele está aqui no Senado, e está em jogo o meio ambiente e a vida dos povos indígenas. Teremos essa audiência aqui e gostaria muito que todos que pudessem estivessem aqui.

E teremos, na sexta-feira – o Presidente Lula vai estar no Rio Grande do Sul, e eu já havia me comprometido –, às 9h, um debate sobre igualdade racial na educação.

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Sexta-feira?

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Ouvi outra voz no fundo...

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Acho que é o microfone da Presidenta que está aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Então, só para outro informe: já na sexta-feira, Igualdade racial na educação básica, uma iniciativa da Frente Antirracismo, em que V. Exa. é uma das líderes. E, na segunda-feira, às 10h, Vinte anos da história da cultura afrobrasileira no Brasil, em que tentaremos, lógico, junto do Governo e de todos os movimentos negros do país, começar a lançar a campanha para que a verdadeira história do povo negro, índio e deficiente seja contada nas salas de aula. Como eu digo, oxalá, do jardim de infância à universidade.

Obrigada, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Obrigada. Perfeito, Senador.

Só para ressaltar...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) – Presidente, permita-me a palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – ... que essa sessão solene dos 20 anos...

Ele pediu a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Túlio, você pediu a palavra?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) – Pedi, Presidente. Desculpe por interrompê-la. Permita-me a palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Concedo a palavra.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu só queria fazer aqui uma saudação especial ao Senador Paulo Paim, que não citei na minha fala. Ele foi uma peça fundamental para o andamento dos trabalhos nesta Comissão. O Senador é inspiração para a minha geração e para todos que defendem os direitos humanos no Brasil. Muito obrigado, Senador, por nos ajudar a construir esta Comissão, aprofundar os debates na Casa. Quero dizer que estaremos sempre na sua sombra, ajudando no trabalho da Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Obrigada.

Eu só gostaria de ressaltar a importância dessa audiência sobre os 20 anos da Lei 10.639, de 2003, que é a lei de ensino de história afrobrasileira e africana, porque é essa a lei que passou a fazer parte dos currículos e que foi tão importante para todos os debates, para que a gente pudesse diminuir e mitigar o preconceito que ainda habita corações e mentes na nossa população. Então essa lei é muito importante para o movimento negro, e, portanto, essa audiência, tenho certeza de que vai ser histórica e muito bonita.

Agora eu gostaria de passar a palavra para o Deputado que está inscrito, Deputado Baleia Rossi.

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pela oportunidade. Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que tão bem representa São Paulo no Senado da República, que vai nos presidir nesta Comissão; cumprimentar a Deputada Federal Carol Dartora, que é a nossa Vice-Presidente; e em especial o Túlio Gadêlha, que é Deputado Relator, que foi quem me convidou para esta Comissão das mais relevantes. Acho que nós temos muito trabalho, é uma questão humanitária, uma questão das mais relevantes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes deixada em segundo ou terceiro plano. Então fiz questão de participar desta Comissão.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e todos os membros da Comissão e me coloco à disposição em todos os debates que contribuírem para uma visão mais justa, mais humanitária, de caráter de acolhimento, com essa preocupação social que nós temos. Vocês podem contar, serei aqui um membro atuante para contribuir modestamente com esse debate.

Parabéns a todos por esse trabalho. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Eu consulto o plenário sobre se mais alguém gostaria de usar a palavra.

Passo a palavra para a Tatyana.

A SRA. TATYANA SCHEILA FRIEDRICH (Para expor.) – Quebrando aqui um pouco o protocolo, agradeço à Deputada, a Vice-Presidente da Comissão recém-eleita.

Só queria cumprimentar a todos e, na qualidade de Diretora do Departamento de Migrações do Ministério da Saúde, saudar e cumprimentar a todos pela instalação dos trabalhos desta Comissão Mista, e também nos colocar à disposição, lá no Ministério da Justiça, onde estamos construindo a primeira Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia com ampla participação social, com uma atuação coletiva envolvendo todos os protagonistas da causa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Muito obrigada. (*Palmas.*)

Passo a palavra para a Senadora Mara, nossa Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Carol.

Eu queria ver se alguém mais tem alguma coisa para colocar, para falar.

A SRA. CAROL DARTORA (PT - PR) – Eu abri a palavra aqui para ver se há alguém que queira ainda se pronunciar.

Não sei se alguém gostaria de se inscrever.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Então, acho que, não havendo mais quem queira discutir, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – O.k.

Então, aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Carol Dartora, Alan Rick, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Socorro Neri, Pedro Aihara, Sidney Leite, Gabriel Mota, Reginete Bispo e Túlio Gadêlha, e ainda dos Parlamentares Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Prof. Paulo Fernando e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Sergio Moro, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle e General Pazuello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 1, de 2023** que: "Requer, nos termos regimentais, a votação do Plano de Trabalho para esta Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR) para o ano de 2023." **Autoria:** Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 2, de 2023** que: "Requer a realização de diligência externa desta Comissão, para realização de reunião na cidade de Curitiba/PR, sobre a criação de um Centro de Atendimento ao Imigrante." **Autoria:** Deputada Federal Carol Dartora (PT/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 3, de 2023** que: "Requer a realização de diligência externa desta Comissão, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana em Foz do Iguaçu/PR, a fim de acompanhar a interiorização de migrantes e verificar as demandas relacionadas aos estudantes, com foco nos refugiados e nas formas de ingresso na universidade." **Autoria:** Deputada Federal Carol Dartora (PT/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 4, de 2023** que: "Requer, nos termos art. 90, XIII, e 142, do Regimento Comum do Congresso Nacional, a realização de visita técnica da CMMIR no estado de São Paulo para diligências com representantes municipais e estaduais na área de migração, refúgio e tráfico de pessoas, e representantes de agências das Nações Unidas, com a finalidade de debater os avanços e os desafios para a implementação de políticas públicas para migrantes e refugiados no estado, independentemente da sua nacionalidade ou status documental." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 5, de 2023** que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de visita técnica da CMMIR no estado de Roraima." **Autoria:** Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Migrações Internacionais e Refugiados n° 6, de 2023 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de visita técnica da CMMIR no estado de São Paulo." **Autoria:** Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 7, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de analisar, através de diligência, a situação de migrantes e refugiados no estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 8, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater "O mundo do trabalho para migrantes e refugiados no Brasil"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas! Ai, que honra!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho e de requerimentos.

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Túlio Gadêlha, para que faça a leitura do plano de trabalho, mas, de antemão, obrigada pela presença de todos.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Mara Gabrilli, nossa Presidente desta Comissão. Sabemos dos desafios que temos pela frente.

É uma felicidade ver tantos Parlamentares aqui, como o Senador Paulo Paim, o Deputado Prof. Paulo e a Deputada Nely. A gente tem aqui presentes 12 membros, entre Senadores e Deputados, nesta Comissão. Existem mais duas Deputadas que estão chegando.

A gente decidiu, Senadora, conversando com os nossos pares, prosseguir com a leitura do nosso plano de trabalho. Eu acho que essa leitura deve durar em torno de dez a quinze minutos. Eu acho que é o tempo de as colegas chegarem aqui para completar esse quórum.

Então, peço permissão para fazer a leitura do plano.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Claro!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR). Proposta de plano de trabalho para 2023.

O Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019, criou a Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR).

Como atribuição, incumbe à CMMIR: "acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados".

De acordo com o art. 7º do Ato Conjunto referido, a competência da CMMIR de acompanhamento, monitoramento e fiscalização refere-se às políticas públicas de controle migratório, às causas e aos efeitos do fluxo migratório internacional, além da defesa dos direitos de refugiados, dentre outros assuntos correlatos.

Neste plano de trabalho, buscamos consolidar as atividades da CMMIR e funcionar como um ponto de partida para ações integradas entre Legislativo, Executivo, Judiciário e sociedade civil, em políticas voltadas para migrantes e refugiados.

A Comissão foi criada, em 2019, e, após as dificuldades de operacionalização vividas no contexto de pandemia, tivemos a oportunidade de proporcionar maior concretude e efetividade aos encaminhamentos extraídos nos debates.

Nesse sentido, além desse ponto de partida, temos com o presente plano de trabalho o intuito de promover, na CMMIR, um elo da sociedade civil organizada com o Poder Executivo.

As causas e consequências das migrações humanas e os pedidos de refúgio, no século XXI, têm se mostrado cada vez mais complexos quando analisados como fato social. Nessa perspectiva, os recortes para o entendimento do fenômeno e para tomadas de decisões políticas têm que abranger um olhar diverso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devemos olhar o mundo moderno dentro da universalidade da condição humana, com as particularidades trazidas em cada caso, ou seja, todos são, formalmente e legalmente, migrantes ou refugiados, mas cada situação pede tratamentos e formas de acolhimentos em diferentes escalas.

Existem pessoas de outros países que vieram ao Brasil em condições financeiramente estáveis. Em contrapartida, a maioria dessas pessoas que chegam em condição de pobreza busca uma vida melhor. Existem famílias inteiras já constituídas que vêm ao Brasil, mas também temos mães que chegam sozinhas com seus filhos pequenos. Migrar sendo adulto é totalmente diferente de migrar sendo criança.

Numa sociedade estruturalmente racista e machista, mulheres e negros migrantes ou em condição de refúgio merecem atenção especial. Temos também que ter olhos para a migração cigana e indígena em nosso território. Esses grupos somatizam vulnerabilidades e enfrentam muitas dificuldades e discriminações no dia a dia.

No que diz respeito às políticas migratórias para as pessoas com deficiência, esse é um outro ponto que não recebe tanta atenção quanto deveria. Essas pessoas, historicamente, enfrentam diversas dificuldades na legislação brasileira. As barreiras são ainda maiores quando estão em condições de migração ou refúgio. Nesse sentido, é importante olhar para assegurar a proteção e a segurança dos imigrantes refugiados com deficiência que se encontrarem em situação de risco, inclusive em situações de conflito, emergências humanitárias e em ocorrências de desastres naturais, nos termos do Artigo 11 da Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência, o primeiro instrumento internacional internalizado no ordenamento jurídico brasileiro com *status* de constitucional.

Além dos aspectos identitários e sociais, é necessário olhar para a questão da educação para migrantes e refugiados nos níveis fundamental, médio e superior. Temos que atualizar o debate da revalidação de diplomas e propor alternativas para que a massa de trabalho qualificada e especializada em instituições de ensino fora do país possa ser aproveitada positivamente pelo Brasil e pelos brasileiros.

Outro tema que merece especial atenção é o mundo do trabalho para os migrantes e refugiados. Atenção às condições gerais em que se desenvolvem os trabalhos, à oferta de oportunidades, à fiscalização de condições precárias de trabalho e aos trabalhos análogos da escravidão. É necessário olhar para políticas públicas possíveis de serem estabelecidas para aprimorar e gerar um processo de maior inclusão, tratamento humanitário e geração de renda para esse público.

De suma importância também são as mudanças climáticas, os desastres ambientais e os consequentes deslocamentos humanos, que, muitas vezes, são somente um gatilho para a mudança de local, mas em muitos casos geram os chamados deslocamentos forçados.

Como caso recente mais significativo no acolhimento de refugiados no Brasil tivemos o terremoto do Haiti, que tem consequências até os dias atuais. Muitas famílias haitianas permaneceram aqui. Mesmo que em número reduzido, ainda há registro de imigrações e entradas de haitianos aqui no solo brasileiro.

Em nível nacional, temos muitas pessoas migrando internamente no nosso país e por diversos motivos: desmoronamentos de terras; fortes enchentes e alagamentos nos quais pessoas perderam suas casas; crimes ambientais como o rompimento de barragens, como a de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brumadinho e Mariana; constantes secas extremas nas regiões do país, principalmente na Região Nordeste; e outros fenômenos naturais e de intervenção humana na natureza que modificam geografias locais, alteram a qualidade de vida e os meios de subsistência e, até mesmo, a cultura de certas regiões, temas com os quais esta Comissão deve manter-se sempre alerta.

Nos últimos anos, a migração venezuelana é, de longe, a que tem ocorrido em maior volume no Brasil. Muitas foram as cidades afetadas com o fluxo migratório direto, como são os casos mais latentes de Pacaraima e Boa Vista, além de diversos venezuelanos que se espalharam no interior do país em busca de trabalho e melhores condições para suas famílias.

Outro fluxo mais recente é o dos afegãos, desde 2021, quando os radicais talibãs assumiram o poder no Afeganistão, forçando milhões de pessoas a deixarem o país. O Brasil se tornou um destino de parte desses migrantes quando foi publicada uma portaria, em setembro de 2021, autorizando o visto temporário e a residência por razões humanitárias. A cobertura da mídia sobre essa situação tem sido constante, seja pelas centenas de refugiados que passaram a morar no saguão do Aeroporto de Guarulhos, seja pelo recente surto de escabiose no acampamento e no aeroporto.

Não podemos perder de vista também outros movimentos migratórios, como os argentinos, que em 2022 somaram mais de 6,6 mil pessoas entrando no Brasil; os cubanos, mais de 5,4 mil pessoas; e os angolanos, mais de 3,4 mil pessoas. Esse é o levantamento anual mais recente do OBMigra.

A Política Nacional de Migrações, prevista na Lei nº 13.445, de 2017, a Lei de Migrações, tem tido aclamação forte, por parte da sociedade civil, no que se refere à sua implementação. Além dos atos normativos do Governo Federal necessários para implementá-la, os estados e municípios têm de estar organizados em conjunto para promover um regime de cooperação. Entendemos que esta Comissão tem um papel fundamental para fortalecer as iniciativas já existentes de alguns estados, interligar os diversos atores responsáveis por implementar a Política Nacional de Migrações, bem como motivar membros a criarem comitês estaduais nos seus respectivos estados que ainda não os possuam. A Comissão tem a densidade maior dos seus trabalhos voltada aos acontecimentos no território nacional e nas fronteiras, todavia não se pode deixar de abordar o monitoramento dos brasileiros no exterior.

Em visita recente ao Japão, em 2022, no ano passado, enquanto eu presidia esta Comissão, pude conversar com o Conselho de Cidadãos Brasileiros em Hamamatsu e entender mais como nós poderíamos atuar em favor dos nossos conterrâneos fora do país. Nesse sentido, devemos observar como estão as condições de trabalho dos nacionais que residem fora do país; ter um panorama geral da situação das mulheres no exterior; avaliar a situação de intercâmbios para vistos estudantis, como parcerias educacionais já estabelecidas pelo Brasil, e quais outras parcerias que nós, daqui, podemos estabelecer.

Outros dois pontos que merecem atenção especial nesta Comissão são o tratamento dos casos de xenofobia vividos por brasileiros nos últimos anos e, além disso, combater o tráfico de pessoas para fora do país.

Nós construímos o Plano de Trabalho considerando todos esses pontos levantados, na tentativa de abranger os mais variados temas que compõem e circundam a migração e refúgio, de forma atualizada e condizente com as necessidades do nosso tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir das pertinências temáticas levantadas acima e buscando estabelecer um meio efetivo de trabalhar os temas, elaboramos um plano de trabalho que buscará: atuar através de audiências públicas; realizar visitas técnicas em focos de maior fluxo migratório; propor reuniões em estados; e participar de eventos que giram em torno dos temas refúgio e migração no Brasil.

2. Atividades propostas.

2.1. Audiências públicas em Brasília.

2.1.1. Convite para apresentação de Ministérios do Governo Federal sobre atuações das respectivas pastas em temas de migração e refúgio.

Audiência Pública a ser realizada no dia 9 de agosto de 2023.

Ministérios convidados:

– Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
– Ministério das Relações Exteriores;
– Ministério da Justiça e Segurança Pública;
– Ministério da Educação;
– Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
– Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
– Ministério do Trabalho e Emprego;
– Ministério da Saúde.

Esta primeira audiência pública visa a estabelecer uma relação direta entre os poderes Executivo e Legislativo com propósito de unir os trabalhos de forma colaborativa. A proposta também tem como objetivo que os ministérios possam apresentar o que está sendo feito em relação à temática de migração e refúgio nos seus respectivos setores através de suas secretarias, diretorias e conselhos.

Acreditamos que dessa forma poderemos gerar um espírito de colaboração, promover o exercício da transparência e educar a sociedade civil sobre o panorama de funcionamento e organização do Poder Executivo acerca da temática.

2.1.2. O mundo do trabalho para migrantes e refugiados no Brasil.

Audiência Pública a ser realizada no dia 30 de agosto de 2023.

Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria desta Comissão.

2.1.3. Deslocamentos forçados sob a ótica das mudanças climáticas, desastres ambientais e constituições de riscos.

Audiência Pública a ser realizada no dia 16 de agosto de 2023.

Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria desta Comissão.

2.1.4. Regulamentação do art. 120 da Lei nº 13.445, de 2017 (Lei de Migração): desafios e propostas para institucionalizar a Política Nacional das Migrações.

Audiência Pública a ser realizada no dia 13 de setembro de 2023.

Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria desta Comissão.

Pretendemos convidar representantes de todos os estados, inclusive o Fonacceram, para participar dessa audiência pública.

2.1.5. Revalidação de diplomas de ensino superior para migrantes e refugiados.

Audiência Pública a ser realizada no dia 27 de setembro de 2023.

Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.1.6. Primeira infância, crianças desacompanhadas e a inclusão dos migrantes e refugiados menores de idade nas escolas. Audiência pública a ser realizada no dia 11 de outubro de 2023. Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria da Comissão.

2.1.7. Promoção da inclusão e combate às vulnerabilidades: feminização, PCDs, racismo e xenofobia contra imigrantes do terceiro mundo. Audiência pública a ser realizada no dia 25 de outubro de 2023. Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria desta Comissão.

2.1.8. Monitoramento da situação dos migrantes e refugiados vindos da Venezuela, do Afeganistão e do Haiti. Audiência pública a ser realizada no dia 8 de novembro de 2023. Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria desta Comissão.

2.1.9. Monitoramento dos brasileiros no exterior. Audiência pública a ser realizada no dia 22 de novembro de 2023. Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria desta Comissão.

2.2. Visitas Técnicas

2.2.1. Situação do refúgio aos afegãos em São Paulo. Durante os trabalhos do ano de 2022, foi realizada diligência da presente Comissão no Aeroporto de Guarulhos – inclusive, eu e a Presidente Senadora Mara Gabrilli estivemos lá juntos – e em casas de acolhimento em São Paulo. Como a situação ainda permanece latente no estado, buscaremos retomar esse diálogo com os agentes locais e governamentais envolvidos na situação dos migrantes e refugiados da cidade de São Paulo, os afegãos em São Paulo.

2.2.2. Situação do refúgio aos venezuelanos em Roraima. Visando a retomar a última visita da Comissão que ocorreu durante a pandemia e com a fronteira fechada, buscaremos retomar o histórico da Operação Acolhida e seus reflexos no Estado de Roraima, principalmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista.

2.2.3. Visita à Universidade Federal da Integração Latino-Americana em Foz do Iguaçu, Paraná. Devemos acompanhar as demandas relacionadas aos estudantes, com foco nos refugiados e nas formas de ingresso na universidade.

2.3. Reuniões e audiências nos estados.

2.3.1. Reunião com entes, órgãos e sociedade civil organizada do Estado de Pernambuco, para a criação do Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes no Estado de Pernambuco. Atualmente temos ao menos 11 estados no país que têm seu próprio comitê estadual voltado para migrantes e refugiados. Então, nós temos atualmente menos de 11 estados no país que têm seu comitê próprio para migrantes e refugiados: Estados do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, de Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, do Amazonas, do Mato Grosso do Sul, do Acre, do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Goiás.

A Lei de Migrações, em seu art. 120, propõe:

> Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo Federal em regime de cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme o regulamento.

Tomando esse indicativo como premissa, o intuito da reunião é dar um passo inicial e estruturar a política de migrações no Estado de Pernambuco, que, dessa forma, podemos utilizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como parâmetro de políticas já estabelecidas em outros estados, bem como impulsionar a criação de outros comitês estaduais em estados que ainda não têm o comitê implementado.

A reunião deverá ser realizada na cidade do Recife, em data a ser marcada e divulgada para a secretaria desta Comissão.

Como pretensos participantes, eu estarei como Relator desta Comissão, teremos representantes do Governo do Estado de Pernambuco, representante do Ministério Público estadual, representantes da Defensoria Pública estadual, representante da Caritas regional Nordeste e da Acnur Brasil. Essas foram as sugestões de representações para essa atividade no Estado de Pernambuco.

2.3.2 Reunião no Estado do Paraná para a criação de um Centro de Atendimento ao Imigrante.

A reunião deverá ser realizada na cidade de Curitiba, em data a ser marcada e divulgada para a secretaria da Comissão.

Como pretensos participantes, elencamos a Deputada Federal Carol Dartora, Vice-Presidente desta Comissão; o Departamento de Imigrações da Secretaria Nacional de Justiça; o Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná.

2.3.3 Reunião no Estado do Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa (ALRS).

A reunião deverá ser realizada na cidade de Porto Alegre, em data a ser marcada e divulgada para a secretaria da Comissão. Será em forma de audiência pública.

Como pretensos participantes, elencamos o Senador Paulo Paim, membro desta Comissão; o Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul e os Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul.

2.3.4 Reunião no Estado de São Paulo.

A reunião deverá ser realizada na cidade de São Paulo, em data a ser marcada e divulgada para a secretaria desta Comissão. Será em forma de audiência pública.

Como pretensos participantes, elencamos a Senadora Mara Gabrilli, Presidente desta Comissão; o Conselho Municipal de Imigrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura da cidade de São Paulo; o Comitê Estadual para Refugiados de São Paulo, da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo; o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo e representantes de agências onusianas, como Acnur e OIM.

2.4 Participação no Fórum Global de Refugiados, em 2023.

A partir de tratativas com o Comitê Nacional...

Vou pedir licença para tomar um gole d'água aqui, porque... Está acabando, pessoal. Mais duas laudas.

A partir das tratativas... Desculpe. A partir das tratativas com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), pretendemos enviar uma delegação para participação da CMMIR no Fórum Global de Refugiados, que acontecerá entre 12 e 15 de dezembro de 2023, em Genebra, na Suíça. O Fórum Global de Refugiados é o mecanismo central de apoio às pessoas refugiadas, no qual representantes de países e outros atores se reúnem a cada quatro anos para compartilhar: boas práticas; experiências técnicas; políticas para ajudar e alcançar as metas do Pacto Global; e contribuições para suporte financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último Fórum Global ocorreu em 2019. Quatro anos depois, teremos a oportunidade de avaliar o progresso que ocorreu com base na implementação de promessas e iniciativas estabelecidas naquele ano.

Entendemos que, dentro desse aspecto da temática de refúgio, necessitamos condensar certas ações, como: aumentar a capacidade dos refugiados de se tornarem autossuficientes; tornar mais leve as pressões sobre países e localidades que recebem fluxo intenso de refugiados; colaborar para que refugiados consigam soluções em países terceiros; e trabalhar para gerar apoio nos países de origem dos refugiados, caso eles desejem retornar aos seus países de origem.

Nesse sentido, o Fórum Global também será essencial para a troca de experiências e parâmetros em busca do aprimoramento de nossa execução das políticas nacionais sobre refugiados. Como forma de contribuir com a discussão global, pretendemos levar o relatório desse ano e apresentar os resultados obtidos pela CMMIR no ano de 2023.

3. Apresentação do relatório final.

Com base nessas atividades, será elaborado o relatório final para a apreciação dos nossos pares desta Comissão, com previsão de apresentação para a última semana de novembro de 2023.

Dessa forma, concluímos o nosso plano de trabalho, aqui na sala da Comissão, no dia 5 de julho de 2023.

Como Relator, eu, Deputado Túlio Gadêlha.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada, Relator, Deputado Túlio Gadêlha.

Bom, foram apresentados também os Requerimentos nºs 2 a 8.

Em discussão os requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para discutir.) – Primeiro, quero cumprimentar, se V. Exa. permitir, Senadora Mara Gabrilli, o Deputado Túlio Gadêlha pelo brilhante relatório apresentado como um programa de ação desta nossa Comissão sobre um tema que nos é tão caro, a todos nós que estamos aqui, e para milhares, eu diria até que para milhões, de pessoas no Brasil todo, que acompanham pela TV Senado o debate desta Comissão de refugiados e migrantes.

Por outro lado, também, eu queria cumprimentar tanto a Senadora Mara, a Presidenta, quanto a nossa Vice, a Deputada Carol, e o nosso Deputado Túlio Gadêlha pela atividade que fizeram no Plenário do Senado. Foi um sucesso absoluto. Se não me engano, o parceiro aqui foi um dos que presidiu. Eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, mas consegui ter informações. A Carol participou da abertura. Depois, foi lá para a Comissão de Direitos Humanos, onde nós estávamos discutindo o racismo e a educação e a importância de que, na sala de aula, se conte a verdadeira história de negros, índios, enfim, daqueles que ajudaram a formar este país. Mas eu vou falar é do Plenário.

Parabéns! Foi um grande evento. Foi o primeiro evento dessa nova direção que você assumiu, Mara, com a Carol e o Túlio, não é? E eu falo direto: Mara, Carol e Túlio, viu? Depois de uma idade, a gente se dá esse direito. (*Risos.*)

Então, parabéns pela atividade! Parabéns pelo relatório!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto aos requerimentos, não sei se V. Exa. vai citar os requerimentos que serão apreciados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Não; a aprovação, em bloco, mas para que o Plenário apenas conheça quais são os requerimentos, se possível. Seria bom, não é? Eu digo até para que o Plenário tome conhecimento de quais são os requerimentos. E, depois, votamos em bloco, se assim a senhora entender. Eu sou um ex-Vice-Presidente desta Comissão só.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Então, aproveitando, Senador Paim, quero dizer que o senhor é um eterno Presidente, Vice-Presidente, Relator, não importa o cargo. Mas você é nosso Presidente de honra aqui da Comissão.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Opa!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Então, a sua palavra é uma ordem.

Queria dizer que a nossa Vice-Presidente acabou de chegar, a Deputada Carol.

Quero parabenizar o nosso Relator pelo nosso plano de trabalho, que está tão completo do começo até o fim, e lembrando de incluir um monte de coisas muito importantes, que são temas sensíveis para todos nós.

Então, vamos aos requerimentos.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 1, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a votação do Plano de Trabalho para esta Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR) para o ano de 2023.

Autoria: Deputado Federal Túlio Gadêlha.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 2, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa desta Comissão, para realização de reunião na cidade de Curitiba/PR, sobre a criação de um Centro de Atendimento ao Imigrante.

Autoria: Deputada Federal Carol Dartora.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 3, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa desta Comissão, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu/PR, a fim de acompanhar a interiorização de migrantes e verificar as demandas relacionadas aos estudantes, com foco nos refugiados e nas formas de ingresso na universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Federal Carol Dartora.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 4, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, inciso XIII, e 142 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a realização de visita técnica da CMMIR no Estado de São Paulo para diligências com representantes municipais e estaduais na área de migração, refúgio e tráfico de pessoas, e representantes de agências das Nações Unidas, com a finalidade de debater os avanços e os desafios para a implementação de políticas públicas para migrantes e refugiados no estado, independentemente da sua nacionalidade ou status documental.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 5, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de visita técnica da CMMIR no estado de Roraima.

Autoria: Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 6, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de visita técnica da CMMIR no estado de São Paulo.

Autoria: Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 7, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de analisar, através de diligência, a situação de migrantes e refugiados no estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 8, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater "O mundo do trabalho para migrantes e refugiados no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Em votação, o plano de trabalho, bem como os requerimentos apresentados.

Os Parlamentares que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados o plano de trabalho e os Requerimentos de nº 2 a nº 8.

Parabéns! (*Palmas.*)

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu queria saber se alguém gostaria da palavra.

Por favor, Deputado.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Sra. Presidente, estou aguardando a identificação do meu bloco para fazer parte da Comissão.

Eu queria dizer que eu fiquei muito lisonjeado de ter podido presidir a sessão solene do dia do imigrante, que foi iniciada primeiro pela Deputada Carol. E eu recordava aqui com o Senador Paulo Paim que ele era Deputado constituinte enquanto eu era *office-boy* na Casa. Então, eu me senti muito lisonjeado de ter podido presidir a sessão solene do Congresso Nacional pela primeira vez com um assunto que me interessa profundamente na condição de católico.

Eu comentava aqui com o Senador Paulo Paim uma passagem de Mateus 2:16, em que a Sagrada Família teve que sair da Galileia e foi para o Egito. E a África, então, recebe a Sagrada Família como refugiada, ou seja, eles vão para uma terra estranha, uma língua estranha, uma cultura estranha. Depois o rei morre, e eles voltam. Isso é uma coisa muito significativa para toda a humanidade.

E é importante que aqui, nesta Comissão, nós possamos debater a situação desses irmãos de diversas nacionalidades que a nossa nação generosamente também acolhe.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Nossa, muito obrigada, Professor.

E que honra! Eu também adorei vê-lo presidir.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, me permita uma contribuição ao debate.

Como nós atuamos na Comissão de Direitos Humanos, eu proporia que se deixasse em aberto, se assim vocês entenderem – a Mesa entender e o Plenário –, para que a gente possa fazer algumas visitas comuns, porque tem toda uma ligação entre refugiado e direitos humanos. Nós poderíamos ir oficialmente, em nome da Comissão de Direitos Humanos, acompanhando a Comissão que trata de refugiados e migrantes, a algumas diligências, inclusive aquela que será feita no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Daria até um corpo maior com o mesmo objetivo: direitos humanos e refugiados – mas para cuidar da questão dos migrantes e refugiados.

Então, nós colocamos também a Comissão de Direitos Humanos à disposição para parceria, como a gente faz muito aqui na Casa, e a Presidenta sabe: duas Comissões combinam e atuam juntas em diversas esferas de interesse da população.

Quando entramos com o requerimento da questão dos refugiados no mundo do trabalho, é porque eu sou Relator do Estatuto do Trabalho aqui na Casa. Como sou o Relator do Estatuto do Trabalho, eu me comprometo a ter um artigo dentro dessa nova CLT – que eu chamo de CLT do século XXI – para cuidar da situação dos migrantes e refugiados. Claro que a construção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse artigo será feito por esta Comissão e eu, como Relator, só vou... Como diz aquela frase? "Manda quem pode e obedece quem é inteligente". (*Risos.*)

Então, a Comissão é que vai preparar para mim essa postulação, e eu coloco dentro da nova CLT, como Relator do mundo do trabalho na questão dos refugiados.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Está ótimo. (*Palmas.*)

A gente precisava de mais algo assim para tentar colocar o mundo do refugiado na educação.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Nessa mesma linha do que você está falando.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Então, fica aí para a gente desenvolver isso.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria também de fazer uso da palavra, primeiro, para saudar as companheiras que estão nesta Comissão conosco, Deputada Carol, Deputada Socorro Neri, que vêm ajudar a construir essa pauta e aprofundar esse debate no Brasil.

Quero dizer que a gente sempre teve muita parceria aqui dentro desta Comissão para fazer com que as coisas andem, avancem e apresentemos bons relatórios, e que esses relatórios sirvam para o Governo, para que se possam implementar políticas públicas. E, a cada ano, a gente tem percebido que a pauta da Comissão tem avançado.

A gente sabe que, muitas vezes, dentro do Parlamento, parece que na política se acentuam ainda mais as diferenças diante do contexto nacional que a gente vive de polarização política, mas eu queria externar aqui, Presidente, que as nossas diferenças são tão pequenas diante da realidade dos refugiados no Brasil e em todo o mundo. E talvez por isso a gente sempre trate dessa pauta de uma forma tão fraterna, para que isso avance, para que a gente encontre soluções.

Se já é aflitivo ver uma pessoa em situação de vulnerabilidade, imagine essa pessoa em situação de vulnerabilidade fora da sua casa. E é isso que a gente tem visto nas audiências que nós temos feito e nas visitas técnicas, como, por exemplo, em Pacaraima, um município em que dobrou a população por conta dos imigrantes venezuelanos. Você anda na rua em Pacaraima, às 8h, 9h, 10h da noite, e você começa a ver as pessoas arrumando aquele papelão no chão, numa praça pública, para dormir. E, quando dá meia-noite, você vê centenas de pessoas enfileiradas, uma deitada do lado da outra, dormindo ao relento do céu, porque não têm onde dormir, porque não tem casa de acolhimento. Mesmo com a Operação Acolhida, que faz um trabalho muito importante de acolhimento dessas pessoas – eles também têm esse trabalho de interiorização dos venezuelanos, uma tentativa de inserção no mercado de trabalho –, mesmo com toda essa realidade, ainda são milhares de pessoas no Brasil em situação de vulnerabilidade.

Então, eu só queria deixar, Presidente, esse relato de que, muitas vezes, a gente tem excelentes Parlamentares aqui, Senadores e Deputados Federais nesta Comissão, mas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucas diferenças que temos ideológicas se tornam muito pequenas diante da realidade dessas pessoas que vivem hoje em nosso país em situação de vulnerabilidade.

É por isso que a gente tem caminhado tão proativamente e tão celeremente com essas pautas aqui da Comissão, e, por isso, eu saúdo essas duas Parlamentares que chegam para contribuir com os trabalhos dessa Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito bem.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – A Deputada quer fazer uso da palavra.

A SRA. SOCORRO NERI (PP - AC) – Eu quero aqui cumprimentar a Sra. Presidenta, a Vice-Presidenta, o Deputado Túlio, Relator, e dizer que, de fato, é uma alegria já ver que na segunda reunião temos um plano de trabalho tão robusto, consistente, com ações que, de fato, visam a tratar de todas as questões que estão sendo vistas e são de fato prioridade na questão dos movimentos migratórios e também de refugiados.

É um tema, como foi dito aqui, que une e deve unir mesmo todos nós, porque é um tema, para além de ideologias, para além de disputas partidárias, que trata de ética, de humanidade, não é? De modo que eu creio que essa é uma Comissão que vai ter excelentes resultados.

Quero aqui dizer da minha alegria ao ver o nosso Senador Paulo Paim assumindo aqui e colocando à disposição da Comissão esse compartilhar no desafio de construir uma legislação que trate da questão do trabalho dos imigrantes e dos refugiados, e aceitar, como membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Vice-Presidente que sou daquela Comissão e professora da vida inteira de universidade, ex-Secretária de Educação do estado, o desafio aqui proposto pela nossa Presidenta de olhar para a questão da educação e termos legislação que trate de como o nosso país vai tratar da educação de imigrantes e de refugiados, de modo a termos um marco legal, uma legislação ajustada aos tempos atuais.

Vou assumir esse desafio e trazê-lo para cá para fazermos juntos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Ah, que bom!

Eu quero fazer uma saudação especial à Deputada Carol, que gostaria de falar. (*Pausa.*)

Carol, tem uma pessoa me esperando...

Obrigada por ter vindo, Deputada.

Você se incomodaria se eu lhe passasse a Presidência?

A SRA. CAROL DARTORA (PT - PR) – Não, não. Sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Então, passo a Presidência para a Carol, Deputada. Nós somos duas mulheres aqui – Presidente e Vice-Presidente – e o nosso Túlio aqui, Relator.

Eu vou dar uma saída rapidinho, porque tem uma pessoa me esperando, e aí eu deixo a palavra com você. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Faço uma saudação. Boa tarde a todas e a todos. É uma honra poder compor esta Comissão.

Cumprimento a Presidenta desta Comissão, Senadora Mara; o Relator, Deputado Túlio; o nosso Senador e companheiro de todas as lutas Paulo Paim.

Para além de ficar muito feliz de poder compor esta Comissão, estou extremamente honrada por ser Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero fazer uma saudação e corroborar esta pauta, esta organização de trabalho a partir desta Comissão, que trata de um tema fundamental, um tema que traz diversas complexidades e as complexidades deste tempo, as complexidades de um momento de exacerbação da violência, de propagação de discurso de ódio.

Então, a gente consegue perceber que também as populações migrantes que aqui estão no nosso país têm sofrido o impacto dessa violência que se impôs para todos nós, especialmente mulheres, especialmente mulheres negras. Então, perceber essa complexidade quando a gente pensa a migração negra, quando a gente pensa o acesso à saúde de mulheres migrantes.

Hoje mesmo, eu estava vendo uma notícia de mulheres que têm relacionamentos com pessoas de outros países, que sofrem situação de violência doméstica, que têm seus documentos retidos e que, muitas vezes, têm que fugir. E existe uma desproteção, uma fragilidade muito grande legislativa neste campo.

Acredito que a gente soma aqui diversos esforços. Tenho trabalhado esta pauta desde Vereadora em Curitiba. Agora, Deputada, trago o que a gente conseguiu formular e pensar lá para este campo, agora. E acho que a gente só tem a avançar.

Parabenizo todas as pessoas que estão aqui. Parabenizo esta Comissão. Parabenizo os integrantes desta Comissão, a Presidenta, nosso Relator.

Tenho certeza de que a gente vai ter um trabalho muito profícuo a partir daqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, nossa Vice-Presidente, Deputada Carol.

Antes de encerrarmos os trabalhos, gostaria da palavra?

Com a palavra, Deputado.

O SR. GABRIEL MOTA (REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Um minutinho.

Boa tarde a todos e a todas.

Para mim, que venho lá do Estado de Roraima, é um privilégio muito grande.

Quando eu vi a nobre Deputada Carol falando que foi Vereadora de Curitiba, eu também tive dois mandatos, antes de estar Deputado Federal, como Vereador de Boa Vista.

Esta questão da migração, Senador Paim, eu acompanhei muito de perto. Inclusive, fiz várias audiências públicas. Fui Presidente da Comissão de Migração da Câmara de Boa Vista, então, venho somar a esta Comissão. Conte conosco.

Inclusive, eu ia apresentar um requerimento hoje, pedindo que a gente vá visitar Boa Vista, Roraima, para a gente acompanhar de perto. Só que o Túlio já apresentou na minha frente.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Assina junto.

O SR. GABRIEL MOTA (REPUBLICANOS - RR) – Aí eu falei para o Raimundo, que trabalha comigo: o Túlio apresentou, então a gente está em casa.

Então, eu quero deixar aqui o nosso nome à disposição.

Desculpem-me por eu não ter participado na semana passada, que eu estava no interior de Roraima, onde a internet era muito ruim. Eu tentava acessar e não conseguia, mas a gente vai estar sempre presente, contem conosco. Eu tenho certeza de que daqui vão sair muitos frutos e, principalmente, para a gente dar todo apoio não só ao Estado de Roraima, que tem passado por essa imigração muito forte, mas também aos venezuelanos, porque, realmente, nós estamos administrando o caos em Roraima hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para se ter uma ideia, só para vocês terem uma noção, hoje, em Boa Vista, nós temos uma maternidade do estado. De 10 partos que são feitos lá, Senadora, 6 são de imigrantes. Só que eles não são mais venezuelanos, agora eles são brasileiros, porque estão nascendo aqui no Brasil. No Hospital Geral de Roraima, o HGR, que é o único de referência que a gente tem no estado, de 10 atendimentos, 5 são de venezuelanos. Tem posto de saúde em Boa Vista onde 90% dos atendimentos são de imigrantes. Então, Roraima já deu a sua contribuição. O que a gente tem que cobrar do Governo Federal – e aí eu não culpo o atual governo, até porque assumiu recentemente – é que o governo passe a contrapartida para o Estado de Roraima, porque fechar a fronteira hoje é desumano. São crianças, são idosos, geralmente com doenças, muitas mãezinhas grávidas que vêm da Venezuela, até porque lá não tem nem pré-natal. Então, a gente tem que ter essa preocupação.

E a minha grande responsabilidade aqui, como Deputado Federal por Roraima, é tentar somar forças com vocês aqui, que eu tenho certeza de que daqui vão sair muitos frutos. Tá bom Túlio?

Muito obrigado.

Estou muito feliz de estar aqui.

Senador Paim, é um orgulho estar aqui do seu lado.

Fiquem com Deus e até a próxima! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, Deputado Gabriel Mota. Obrigada mesmo!

E, antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 15 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Mara Gabrilli e Túlio Gadêlha, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Sergio Moro, Leila Barros, Alan Rick, Paulo Paim, Laércio Oliveira, Pedro Aihara, Zé Haroldo Cathedral, Prof. Paulo Fernando, Carol Dartora e Reginete Bispo, e ainda dos Senadores Beto Faro, Marcos do Val, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Cleitinho, Rogerio Marinho, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Eduardo Braga, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Nelsinho Trad, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Socorro Neri, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Marcelo Crivella, Rosana Valle e General Pazuello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2023 - CMMIR, de autoria Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE). **Finalidade:** Debater a atuação dos Ministérios do Governo Federal em temas de migração e refúgio. **Participantes:** Erasto Fortes Mendonça, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - Secadi, representante do Ministério da Educação; Clarissa Teixeira Araujo do Carmo, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas, representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Maria Clara de Paula Tusco, Diretora Substituta do Departamento de Organismos Internacionais, representante do Ministério das Relações Exteriores; Cinthia Barros dos Santos Miranda, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Agnes Soares da Silva, Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, representante do Ministério da Saúde; e Augusto de Arruda Botelho, Secretário Nacional de Justiça, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 9, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública a fim de promover discussão para debater o trabalho dos migrantes em território nacional e dá outras providências." **Autoria:** Deputada Federal Reginete Bispo (PT/RS) e Deputado Federal Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR) **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 10, de 2023** que: "Requer a realização de diligência externa desta Comissão, na cooperativa da C Vale em Palotina/PR, a fim de fiscalizar as condições de trabalho de imigrantes e acompanhar as diligências a serem realizadas para investigar as causas da explosão ocorrida na cooperativa no dia 27 de julho, que deixou 1 brasileiro e 7 haitianos mortos." **Autoria:** Deputada Federal Carol Dartora (PT/PR). **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião terá duas partes: a primeira destina-se à realização de audiência pública e a segunda destina-se à apreciação de requerimentos.

Primeira parte da audiência pública.

Em atendimento ao plano de trabalho aprovado pela Comissão, a audiência pública tem como objetivo debater a atuação dos ministérios do Governo Federal em temas de migração e refúgio.

Convido, para assento à mesa, os seguintes convidados:

- Erasto Fortes Mendonça, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação;

- Augusto de Arruda Botelho, Secretário Nacional de Justiça, Ministério da Justiça e Segurança Pública;

- Clarissa Teixeira Araújo do Carmo, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;

- Maria Clara de Paula Tusco, Diretora Substituta do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores;

- Cinthia Barros dos Santos Miranda, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Muito, muito obrigada pela presença de vocês. (*Pausa.*)

Ah, perdão!

Agnes Soares da Silva, Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, do Ministério da Saúde.

A participação dela será remota, via Zoom.

Bom, agradecendo a presença de todas as autoridades que atenderam ao nosso convite – obrigada de novo – e se dispuseram a apresentar, para os Parlamentares que compõem a CMMIR, suas ações em temas de migração e refúgio.

Convidamos oito pastas e temos seis aqui presentes, o que demonstra a visão desta Comissão sobre a importância da transversalidade dessa temática da migração e do refúgio no Brasil.

Esta audiência pública é para mim muito especial, pois é a primeira vez, desde a criação dessa Comissão Mista, que foi em 2019, que nos dedicamos a um debate cujo principal objetivo é unir os trabalhos do Legislativo e do Executivo de forma colaborativa.

Trata-se, portanto, de uma oportunidade única de escutarmos sobre como os ministérios têm trabalhado pelos migrantes e refugiados, em nível nacional, e quais são as suas prioridades e estratégias no curto, médio e longo prazos para essa população do Brasil.

Somente por meio desse diálogo e da transparência das ações é que nós Parlamentares, assim como a sociedade civil, poderemos colaborar e aprimorar as políticas públicas. Seguiremos discutindo, ao longo do semestre, questões fundamentais, como a inclusão de crianças imigrantes nas escolas, assim também como o acesso ao mercado de trabalho e à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revalidação de diplomas. E nesse aspecto, a ausência do Ministério do Trabalho hoje é bastante decepcionante, assim como a do Ministério do Meio Ambiente, já que as mudanças climáticas impactam fortemente nos deslocamentos forçados.

Também falaremos da situação dos brasileiros no exterior e do combate ao racismo, à xenofobia e a qualquer forma de discriminação contra migrantes e refugiados, entre outros temas.

Também faremos visitas técnicas para seguirmos acompanhando os desafios das migrações afegãs e venezuelanas, nas quais já trabalhamos nos anos anteriores e nos reunimos, em diversas partes do país, conforme o planejado no plano de trabalho do nosso Relator, o Deputado Túlio Gadêlha.

Infelizmente, terei de me despedir de vocês, pois tenho que presidir outra audiência pública, da Comissão de Assuntos Sociais em parceria com a Comissão de Educação, sobre a implementação da Lei 13.935, que aprovamos no Congresso Nacional em 2019, que determina que as redes de ensino contem com equipes multiprofissionais, formadas por psicólogos e assistentes sociais.

Como o Deputado Túlio não chegou, eu vou continuando aqui.

O Ministério do Trabalho e Emprego não enviou representante para a audiência.

A Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, comunicou que não poderá comparecer à reunião por compromissos agendados previamente.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos.

Então, concedo a palavra ao Erasto Fortes Mendonça, que é Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – o nome é grande. (*Risos.*)

Obrigada, Erasto. A palavra está com você.

O SR. ERASTO FORTES MENDONÇA (Para expor.) – Eu agradeço e desejo uma boa tarde à senhora, em particular, e a todos os presentes.

Queria saudar a Senadora Mara Gabrilli, Presidente da Comissão, os demais Parlamentares, as autoridades presentes e os participantes desta audiência.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer à Secretaria da Comissão por ter acolhido o pedido de minha parte para ser o primeiro a me pronunciar, em função de um compromisso no Ministério dos Direitos Humanos – agora, às 15h30, eu tenho que participar de uma mesa.

Bem, o objetivo desta sessão é debater a atuação dos ministérios, em particular, no nosso caso, do Ministério da Educação, em temas de migração e refúgio.

Essa temática – eu queria esclarecer – é acompanhada pela assessoria internacional do gabinete do Ministro Camilo Santana.

O MEC participa do Comitê Nacional para os Refugiados, que é um órgão de deliberação coletiva vinculado ao Ministério da Justiça e criado por lei, que definiu os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados, de 1951. Participa também do Conselho Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Imigração (CNIg), órgão colegiado de caráter também deliberativo, normativo e consultivo, igualmente da estrutura do Ministério da Justiça.

As diversas reuniões e grupos de trabalho já realizados apontam, em linhas gerais, as demandas que estão relacionadas à área de educação, que incluem temas como efetivação de matrículas, acolhimento nas escolas – que reportam imensos desafios culturais, inclusive de idioma –, o transporte escolar, a revalidação de diplomas de graduação e o reconhecimento de diplomas de pós-graduação.

Resoluções do Conselho Nacional de Educação – quero informar – ampliaram os espaços institucionais de revalidação de diplomas. Anteriormente, eles eram exclusivamente feitos pelas universidades federais, e esse diploma do Conselho Nacional de Educação ampliou essa ação para que também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, agora equiparados às universidades, também possam acolher os pedidos de reconhecimento dos diplomas. Isso amplia grandemente a possibilidade dessas demandas.

O Ministério da Educação também possui a plataforma Carolina Bori, onde são feitas essas solicitações e são analisadas pelas instituições, universidades e institutos federais.

Mantemos também o programa Re-Saber, que é o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais, aqueles que são adquiridos fora dos sistemas regulares. Isso é muito importante do ponto de vista da certificação de pessoas que têm um determinado conhecimento, não adquirido em escolas ou universidades, mas que a secretaria responsável por esse setor no Ministério da Educação, mantendo esse programa Re-Saber, consegue reconhecer o conhecimento da pessoa, e ela fica então habilitada a fazer o papel de educadora. Ele é um sistema de certificação profissional gratuito e atende trabalhadores que detêm esses saberes e competências desenvolvidos ao longo da vida, fora, como eu já disse, do ambiente escolar formal.

Grupos de trabalho foram criados para subsidiar a elaboração da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. No âmbito desses grupos de trabalho, o Ministério da Educação se faz presente no Eixo II, integração local, por designação do Ministério da Justiça. Foram salientadas em particular duas ações, nesse grupo de trabalho, para a competência do MEC: a criação de protocolos e planos de atendimento ao aluno migrante; e a segunda, a ampliação e institucionalização da qualificação continuada dos profissionais da educação. Está em fase de revisão interna a minuta do decreto de Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, que deverá dar, naturalmente, orientações nesse sentido.

Uma palavra específica, voltada para a participação do Ministério da Educação na Operação Acolhida: já quero de antemão explicitar que companheiros nossos do Governo Federal já me fizeram cobranças aqui de que o Ministério da Educação precisa ter uma participação mais efetiva. Como essa área está vinculada, neste momento, à assessoria internacional, é justificável que não se tenha uma ação propriamente concreta na Operação Acolhida, mas eu estou aqui assumindo, pessoalmente, como Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos, daquela imensa secretaria que a Senadora nominou no início da sessão, o compromisso de participar, pessoalmente, da operação, no sentido de verificar com as autoridades locais, municipais e estaduais e, principalmente, com as pessoas interessadas no acolhimento, as medidas que o Ministério da Educação deverá tomar a partir de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora. Essa operação – nós sabemos, não é preciso dizer aqui – está fundamentada em lei que dispõe sobre medidas de assistência emergencial.

O Comitê Federal de Assistência Emergencial, previsto na legislação, tem a participação do MEC, bem como do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade. A ação envolve o Governo Federal, os estados, os municípios, Forças Armadas, órgãos do Judiciário, organizações internacionais e mais de cem organizações da sociedade civil. No âmbito dessa operação, há a questão dos imigrantes indígenas, em particular, que repercute intensamente na área educacional, como é de se supor.

Eu extraio de um dos relatórios do Comitê Federal de Assistência Emergencial algumas, dentre outras, ações que foram realizadas ao longo da realização da Operação Acolhida, diretamente em parceria com o Ministério da Educação. Não são ações executadas obrigatoriamente neste momento, mas que foram realizadas ao longo do tempo da Operação Acolhida.

Primeiro, o protocolo simplificado para validação de diplomas, especialmente aos imigrantes com mestrado, doutorado, pós-doutorado, pela Capes, com o objetivo de facilitar oportunidade de emprego.

Há uma resolução do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação, que dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Uma vez demandada essa matrícula, ela deve ser imediatamente assegurada na educação básica obrigatória, inclusive na educação de jovens e adultos, sem nenhum tipo de mecanismo discriminatório, independentemente de documentação comprobatória. A Lei de Diretrizes e Bases assegura às escolas o poder de fazer uma avaliação para classificar esse aluno num determinado ano escolar, independentemente de documentação.

O aceite em creches, naturalmente, como também não é obrigatório para brasileiros até o momento, será concedido de acordo com a disponibilidade dos sistemas de ensino.

Há previsão também de capacitação de professores e funcionários do ensino sobre práticas de inclusão de alunos não brasileiros.

O MEC mantém um sistema chamado Avamec, com uma diversidade enorme de programas autoinstrutivos, e um deles é um curso autoinstrucional de 80 horas, com certificação, para aprofundamento de conhecimentos em relação à inserção de pessoas refugiadas no ambiente escolar. Ele sugere possibilidade de mitigar situações-problemas que são apresentadas no programa e fornece sugestões didáticas para o acolhimento de alunos.

Houve, num determinado momento dessa operação, o repasse de um R$1.170.000.161 pelo FNDE para o Município de Pacaraima, para obras, transporte escolar, merenda e o Programa Dinheiro Direto na Escola.

Também a doação de cem computadores da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para abrigos em Roraima, no sentido de oferecer cursos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERASTO FORTES MENDONÇA – ... de qualificação profissional de curta duração.

Bem, me parece que o tempo se encerrou, mas eu queria dizer que as nossas ações no Ministério da Educação nessa área de direitos humanos são orientadas por um conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normativas que eu, pessoalmente, considero bastante robustas, que são o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que contemplam efetivamente o direito de refugiados e imigrantes.

Da mesma maneira, quero dar uma informação aqui que ainda não circula neste momento: a Unesco acabou de fazer uma revisão de uma recomendação de 1974 que é ligada à educação para a paz, direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Essa recomendação de 1974 deverá ser aprovada no mês de dezembro deste ano pela Conferência Nacional da Unesco, que deverá contar com o Ministro de Estado da Educação e, provavelmente, também com a Ministra da Cultura e que tenho certeza de que terá grande repercussão no campo da educação em direitos humanos, por incluir, desta vez, o desenvolvimento sustentável, que, como sabemos, é um dos objetivos para 2030 da Organização das Nações Unidas.

Eram essas as informações que eu queria prestar, e queria pedir, mais uma vez, desculpas pela indelicadeza de ter que me ausentar antes do término da sessão, em função desse outro compromisso no Ministério dos Direitos Humanos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, Sr. Erasto Fortes.

E eu passo agora a Presidência desta audiência para o Deputado Túlio Gadêlha. Também peço desculpas por não estar presente, mas a gente aqui tem que ter sósia para conseguir acompanhar tudo. (*Risos.*)

Desejo que os trabalhos sejam profícuos, e agradeço mais uma vez a presença de todos os nossos convidados.

Muito obrigada.

Cumprimento o nosso Senador Paim, que está sempre aqui presente.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone*.) – De plantão. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – E deixo aqui a palavra com o Deputado Túlio Gadêlha.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Obrigado, Presidente Mara Gabrilli, nossa Senadora que preside sempre com muita maestria esta Comissão que trata sobre as pessoas em situação de refúgio, que trata sobre as pessoas migrantes no nosso país.

Primeiramente, agradeço aos convidados que estão presentes aqui hoje: Dr. Erasto, Dra. Cinthia, Dra. Clarissa, Dra. Maria Clara e Dr. Augusto. Fico muito feliz com a representação dos ministérios aqui. É muito importante que a gente trate sobre esse tema de maneira transversal que envolva todos os ministérios e todas as políticas públicas do Governo hoje. E, por isso, se faz muito importante a escuta do planejamento de cada ministério, lembrando que seus pronunciamentos estarão disponíveis na página do Senado e da Câmara, e esses pronunciamentos serão importantes para que nós possamos construir projetos de lei e políticas públicas a serem aprovados nestas duas Casas Legislativas.

E, assim, Senador Paulo Paim, nosso grande defensor dos direitos humanos aqui na Casa, no Senado, o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que a gente possa construir uma pauta positiva sempre em consonância com o Governo Federal. Essa é nossa intenção aqui no Senado e na Câmara Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria perguntar ao Senador Paulo Paim se ele quer fazer uso da palavra, para saudar aqui nossos coordenadores e secretários no dia de hoje.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para discursar.) – Querido amigo e Líder, você lidera todos nós nesse tema aí, Deputado Túlio Gadêlha.

Eu quero só dizer que eu venho de uma correria, e eu só cheguei atrasado porque eu fui almoçar agora, terminei de almoçar nesse minuto, porque eu estive lá na Câmara dos Deputados – o Ministro da Previdência estava lá –, onde lançamos a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Pública, não é? E eu, não por ser o mais competente, mas por ser o mais idoso – uns dizem o mais veterano –, tive que presidir o período todo lá, e saí de lá há pouco tempo e ainda vim para a CCJ, em que conseguimos aprovar ali um projeto interessantíssimo, um projeto que veio da Câmara, que trata de uma semana de discussão da situação no Brasil de migrantes e refugiados. "Refugiados" não estava, mas eu, fiel ao meu Presidente, à minha Presidente e ao meu Relator, coloquei também a palavra "refugiados", já que eu fui o Relator, e aprovamos lá com unanimidade. Isso vai na seara do que nós estamos conversando aqui, e naturalmente a nossa Comissão terá um papel fundamental nesse debate em todo o país, nesses dias.

No mais, é uma alegria ver diversos ministérios representados, mostrando que o Governo Lula tem compromisso com essa pauta, que é uma pauta das políticas humanitárias. Independentemente da Comissão que esteja tocando, esse é o nosso papel.

É muito bom ver as senhoras e os senhores aqui, e tenho certeza de que, no fim desta reunião, nós teremos outras iniciativas que venham abraçar os refugiados, migrantes, eu também digo imigrantes e emigrantes, porque todos têm que ser abraçados – não é? – e mesmo o nosso povo, quando estiver lá no exterior.

Presidente e Relator, o tempo é seu, eu estou aqui para bater palma.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Obrigado, Senador Paulo Paim, pelas palavras, pela gentileza de sempre.

Eu gostaria de convidar à mesa aqui os convidados nesta audiência pública.

Gostaria de convidar... Como o Dr. Augusto, Secretário, ficou por último na relação de inscritos e temos como penúltima também a Dra. Agnes Soares, nós queremos chamar – temos três cadeiras aqui –, então, os próximos três oradores: a Dra. Clarissa Teixeira, representando o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; a Dra. Maria Clara, representando o Ministério das Relações Exteriores; a Dra. Cinthia Barros, representando aqui o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Então, queria fazer o convite para que os três convidados possam vir à mesa.

O Dr. Erasto fez uma fala e também vai precisar se ausentar, então acredito que não vou convidá-lo à mesa, para não atrapalhar a sua agenda também, Dr. Erasto.

Dessa forma, com os convidados chegando à mesa, a gente pode dar continuidade à nossa audiência pública, convidando agora, para fazer uso da palavra, a Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Dra. Clarissa Teixeira Araujo do Carmo, que está aqui hoje na mesa conosco.

Dra. Clarissa, com a palavra.

A SRA. CLARISSA TEIXEIRA ARAUJO DO CARMO (Para expor.) – Boa tarde a todas, todos e "todes".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saudar o Relator desta Comissão, o Deputado Túlio Gadêlha, os demais Parlamentares que nos assistem, o público que aqui está e que nos assiste também pela televisão.

É com grande felicidade e honra que eu me dirijo a todos que aqui estão para falar sobre uma pauta que, como já foi dito pela Senadora Mara, é uma pauta transversal. E eu acho que, além de transversal, ela demanda a união entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, para a gente conseguir olhar para os migrantes, em respeito aos seus direitos humanos. Os direitos humanos são universais, inalienáveis e indivisíveis, o que nos conclama a pensarmos, sempre em conjunto, em como atender às necessidades dessas pessoas, conforme a nossa Lei de Migração brasileira e também a antecedente lei de refúgio, que são normativos muito vanguardistas e que garantem, têm esse olhar para os direitos humanos, para a integridade da pessoa migrante. E a gente está, então, no momento de efetivar esses direitos humanos que os nossos diplomas legais consagraram.

Da parte do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a nossa ação na pauta se inicia neste Governo, a partir do momento em que foi criada a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas. Já nasce na estrutura dessa nova gestão justamente para a gente trazer esse olhar de direitos humanos para a pauta e para a garantia do efetivo acolhimento humanitário das pessoas que aqui estão e também dos brasileiros que se encontram fora do nosso país.

Como eu falei, as ações do ministério se iniciam com a própria criação da coordenação e a nossa imediata participação também na Operação Acolhida, por intermédio do Comitê Federal de Assistência Emergencial, e participamos também, igualmente, de dois subcomitês, o Subcomitê para Recepção, Identificação e Triagem, e o Subcomitê para Acolhimento e Interiorização.

Estivemos já fazendo visitas *in loco*. Convido a todas as pessoas que aqui estão, quando possível, se puderem visitar a fronteira norte, em especial em Roraima, para ver o tamanho do trabalho que tem sido realizado por lá, e os desafios que lá ainda permanecem.

Então, na parte, nós acompanhamos essas ações da Operação Acolhida, participamos, igualmente, como citou o meu antecessor Erasto, do grupo de trabalho que pensa na elaboração da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nosso ministério participou de quatro dos eixos temáticos, e estamos aguardando ansiosamente para a conclusão desses trabalhos, para que, então, nós tenhamos a regulamentação do art. 120 da nossa Lei de Migração, que tanto tem feito falta.

A migração é um fenômeno que se dá nos territórios, em estados e municípios, e a gente percebe a importância de uma orientação nacional na forma de uma política, para que os gestores públicos, locais, sociedade civil e as populações migrantes e refugiadas consigam ter o exercício de sua plena cidadania efetivado.

Nós também acompanhamos parcerias e convênios, muitos deles com a colaboração do Congresso Nacional, parcerias e convênios que são destinadas à promoção dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.

Também criamos, recentemente, um aplicativo que se chama Clique Cidadania, que tem a intenção de levar informação. E um aplicativo que é georreferenciado, então qualquer pessoa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só a pessoa migrante, mas o brasileiro ou a brasileira que aqui também estiver, qualquer pessoa que quiser acessar informação sobre os seus direitos no Brasil, assim como informação sobre os serviços públicos disponíveis, conseguem acessar por meio desse aplicativo. E, como inegavelmente estamos na época da internet, nós também embarcamos nessa época, no sabor do tempo, e temos esse aplicativo que fizemos em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Também fizemos um curso à distância, é um curso que tem 30 horas, está disponível na plataforma da Enap e é voltado para atendimento, informações sobre direitos das pessoas migrantes e refugiadas no Brasil e orientações para atendimento. É um curso que, além do panorama normativo que temos no Brasil, consagra ou pretende consagrar essa ideia de que os migrantes possuem os mesmos direitos que nós brasileiros aqui no Brasil.

Disponibilizamos o canal oficial de denúncias, que é o Disque 100, o canal do ministério. Estamos trabalhando junto com os colegas da coordenação do Disque 100 para que possamos construir protocolos mais adequados para o encaminhamento dessas demandas.

Nós participamos, fomos convidados e recebemos com muita honra o convite do Ministério da Justiça e dos demais membros titulares do Conare para acompanhar as reuniões do comitê na qualidade de ministério observador.

Nós elaboramos também materiais, guias e cartilhas informativas. Temos um guia com orientação em direitos humanos para a população afegã. Esse guia está sendo usado inclusive nos postos, nas localidades onde o Brasil tem emitido o visto humanitário. Ele já foi traduzido para o farsi, principal língua do Afeganistão, além de inglês e português, claro.

Nós acompanhamos situações migratórias críticas que têm acontecido no país, como recentemente tivemos a questão da epidemia – do surto, perdão – de escabiose no Aeroporto de Guarulhos.

Temos, como missão, dever e crença, a articulação entre os ministérios, articulação interfederativa e também entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na confiança e na fé de que realmente, para a garantia dos direitos das pessoas migrantes e refugiados no nosso país, é necessário observar e ter esse olhar de direitos humanos, o que a nossa nova Lei de Migração tão bem fez ao acolher esse olhar.

Nós também temos estabelecido diálogos com o que nós chamamos de governança migratória local, por meio de comitês e conselhos locais de promoção e políticas de atenção a migrantes e refugiados. Nós também fazemos diálogo com a sociedade civil, porque está no nosso DNA, do nosso ministério, o fomento à participação social. Nós acreditamos que não tem como fazer política para os migrantes sem eles. Apenas para eles não cumpre a integralidade, o protagonismo que as pessoas migrantes merecem. Devem, portanto, serem reconhecidas no nosso país com esse direito.

O Brasil precisa, de uma vez por todas, começar a olhar o migrante como um patrimônio histórico e cultural no nosso país, e não apenas uma pessoa ou um coletivo de gente que vem para cá para demandar serviços e que não tem essa troca tão valiosa. Nós somos todos aqui, com exceção dos povos originários, herdeiros, de alguma maneira, dos migrantes, não é? O nosso país foi formado por isso e precisamos, portanto – novamente reitero –, traduzir o que a nossa lei consagra em práticas e no compartilhamento de um trabalho que seja de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também fizemos... Apoiamos, institucionalmente, o lançamento de duas pesquisas – a primeira DTM foi uma pesquisa de monitoramento de deslocamento de indígenas venezuelanos – e também a elaboração de um guia de proteção comunitária para pessoas indígenas, tendo em vista que, entre o coletivo de migrantes, nós temos também um olhar para esses grupos vulnerabilizados.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLARISSA TEIXEIRA ARAUJO DO CARMO – Desculpe-me, eu continuo me assustando.

Eu já vou finalizar minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Falta um minuto ainda, Secretária. Pode ficar tranquila. Falta um minuto. O tempo está ali na tela.

A SRA. CLARISSA TEIXEIRA ARAUJO DO CARMO – Certo.

Eu já vou finalizar minha fala trazendo um pouco do que nos foi... A Senadora Mara disse... Nós vamos falar um pouco das nossas prioridades. Portanto, de curto prazo, é a própria estruturação da coordenação-geral e do trabalho do ministério na pauta. Nós estamos trabalhando também com dados, entendendo que, para a construção de políticas públicas, precisamos ter esses dados sistematizados. No médio prazo, nós queremos trabalhar numa incidência no fomento da participação social, claro, da população migrante, que começa desde agora, mas que a gente pretende que seja continuada, e trabalhar, numa incidência junto aos sistemas de registro de políticas e benefícios sociais no país, os marcadores sociais de diferença.

Nós não temos como pensar em políticas com esse olhar de direitos humanos em sistemas que não registram gênero, raça, etnia, muitas vezes nem sequer registram nacionalidade como um campo obrigatório. Eu acho que isso...

Deixo aqui o convite a todos os demais ministérios para que comecemos a pensar nesse sentido. E, de médio e longo prazo, também queremos incidir na região de fronteira. O Brasil tem 33 cidades gêmeas, que eu acho que é um campo que nós podemos aprender muito. São muitos os desafios e podemos trabalhar com a lógica de direitos humanos nas fronteiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado, Dra. Clarissa Teixeira. Nós que agradecemos aqui a sua participação.

Antes de passar para a próxima oradora, queria convidar o Dr. Augusto para vir à mesa. Já temos uma cadeira aqui, então, teremos todos os convidados presencialmente aqui compondo a mesa da Comissão. E temos atentamente ali o Senador Paulo Paim para fazer boas perguntas também.

Dessa forma, também agradeço, Dr. Augusto, ao Ministério da Justiça pela indicação de V. Exa. para estar aqui conosco, para discutir essa temática tão importante.

Dando continuidade, queria convidar agora a Dra. Maria Clara de Paula Tusco, que é Diretora Substituta do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, para que faça uso da palavra.

A SRA. MARIA CLARA DE PAULA TUSCO (Para expor.) – Muito obrigada, Deputado.

Eu gostaria de cumprimentá-lo como Relator desta Comissão e, na sua pessoa, saúdo todos os Senadores e Deputados aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de cumprimentar também os meus colegas de ministérios que compõem esta mesa, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, eu gostaria de, em nome do Ministério das Relações Exteriores, agradecer o convite do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para contribuir com esta audiência pública, prestando informações sobre a atuação do Itamaraty em temas de migração e refúgio. Esta é a primeira vez que participo de uma audiência pública e me sinto muito honrada com a oportunidade de poder contribuir e, sobretudo, escutar as preocupações e demandas mais prementes desta Casa.

Permitam-me aproveitar a ocasião para destacar o compromisso do Itamaraty de manter interlocução estreita, permanente e construtiva com o Poder Legislativo.

Passo agora a tratar do tema que suscitou o convite desta Comissão ao Itamaraty no âmbito de seu plano de trabalho para 2023. Com vistas a subsidiar os trabalhos desta Comissão, permito-me fazer um balanço geral da atuação do Itamaraty em temas de migração e refúgio, sempre buscando atuar de forma articulada e bem coordenada com outros países, organismos internacionais, ministérios e outros atores pertinentes, com atenção e respeito às suas respectivas competências.

Sr. Relator, eu não poderia falar do trabalho do Itamaraty sem comentar brevemente o contexto global com o qual estamos lidando. O momento atual é particularmente desafiador. Temos observado a multiplicação de crises e de conflitos armados, antigos e novos, com gravíssimas consequências humanitárias. A necessária solidariedade internacional, infelizmente, não tem crescido na mesma proporção que o crescimento dos deslocamentos humanos. Temos notado com grande consternação a proliferação de discursos e práticas xenofóbicas e o aumento de restrições à entrada de estrangeiros em diversos países. Devemos reconhecer que o Brasil caminha, com muito orgulho, na direção contrária a essa tendência.

Logo nos primeiros dias do Governo Lula, anunciamos o retorno do país ao Pacto Global para Migração, como um sinal de compromisso renovado com a proteção dos direitos humanos de todos os migrantes, independentemente de *status* migratório e com o necessário tratamento multilateral do tema das migrações. Nenhum país pode, sozinho, lidar com esses desafios.

Em seguimento ao anúncio de retorno do Brasil ao pacto, o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, recebeu em Brasília o Diretor-Geral da OIM, António Vitorino. Já se encontrou também com o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Filippo Grandi, à margem da Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro passado.

Recebemos ainda, em Brasília, visita da Alta Comissária Adjunta para os Refugiados, Kelly Clements, e de Amy Pope, agora eleita como Diretora-Geral da OIM.

No campo humanitário, o Ministro Mauro Vieira recebeu também em Brasília a Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Mirjana Spoljaric, a primeira mulher a presidir o Comitê em seus mais de 160 anos de história e a primeira visita ao Brasil de um Presidente do CICV desde 2010. O Brasil foi escolhido por ela como o primeiro país latino-americano a ser visitado em seu mandato, que se iniciou em outubro do ano passado.

Todos esses líderes elogiaram iniciativas brasileiras de acolhida humanitária, reconhecendo o país como um modelo de assistência a fluxos de migrantes e refugiados, e nos ofereceram apoio para superar os desafios que ainda persistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos trabalhando para viabilizar também uma visita do Alto Comissário para os Refugiados, Filippo Grandi, ao Brasil, que esperamos ocorrer em breve, assim como outras oportunidades de encontro de alto nível à margem de grandes eventos multilaterais.

Ainda no campo internacional, o Itamaraty está engajado nos preparativos para a participação do Brasil na segunda edição do Fórum Global sobre Refugiados, que será realizado em Genebra, em dezembro próximo. Trata-se do principal evento de seguimento ao Pacto Global sobre Refugiados, que ocorre a cada quatro anos.

Estamos empenhados para cumprir o nosso papel como ponte entre os organizadores do evento e os mais diversos órgãos de governo pertinentes, além das agências da ONU que atuam no Brasil, sociedade civil, academia e associações de migrantes e refugiados no processo de definição dos compromissos brasileiros a serem levados ao fórum.

A missão permanente do Brasil em Genebra está empenhada na organização de dois eventos previstos para serem realizados à margem do fórum. O primeiro está sendo coorganizado por Brasil, Chile e Colômbia, em preparação à Conferência Cartagena+40, a ser realizada no ano que vem no Chile, em seguimento à Cartagena+30, organizada pelo Brasil em 2013. O segundo evento paralelo está sendo organizado pelo Brasil, em parceria com o Canadá, com o Instituto de Pós-Graduação de Genebra e com a Rede Acadêmica Interdisciplinar Global, com a participação de representantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Com esse evento, pretende-se dar relevo ao papel da educação no alcance dos objetivos do Pacto Global sobre Refugiados e, ao mesmo tempo, prestar homenagem ao legado de Sérgio Vieira de Mello no marco dos 20 anos de seu falecimento, que se completa na semana que vem, no dia 19 de agosto, instituído pela Assembleia-Geral das Nações Unidas como o Dia Mundial dos Trabalhadores Humanitários.

E, neste ponto, Relator, permita-me dar ênfase à importância de prestarmos o tributo ao trabalho desse ilustre brasileiro de quem tanto nos orgulhamos, que passou a maior parte de sua carreira servindo a missões do Acnur no terreno. Perdeu a sua vida prematuramente em um ataque à sede da ONU em Bagdá, em 2003, enquanto atuava como representante oficial do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Ainda sobre o tema refúgio, Sr. Relator, eu gostaria de assinalar que o Ministério das Relações Exteriores integra o Conare – como mencionado também pelos representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Educação – na condição de Vice-Presidente do órgão, e, nesses oito primeiros meses do ano, temos buscado contribuir para os avanços dos trabalhos do comitê. Atuamos em coordenação com os demais membros do órgão, sempre com o olhar atento à coerência com as diretrizes gerais da política externa brasileira, bem como em observância à normativa internacional e nacional e ao protagonismo histórico regional e global do Brasil em matéria de refúgio.

O comitê tem buscado aprimorar seus métodos de trabalho, à luz do espírito de Cartagena, para usar a expressão cunhada pelo saudoso jurista Prof. Antônio Augusto Cançado Trindade.

Também com vistas a alcançar maior eficiência e alcance no processamento das solicitações de refúgio, foram adotadas, sob a liderança do Ministério da Justiça, medidas, este ano, relativas à proteção internacional de meninas e mulheres fugindo de práticas de mutilação genital e pessoas LGBTQIA+ fugindo da criminalização de relações homoafetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no âmbito doméstico, gostaria de mencionar que o Itamaraty integra grupo de trabalho, também já mencionado pelos meus antecessores, criado logo no primeiro mês de Governo pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Aproveito para parabenizar o Secretário Nacional de Justiça pela iniciativa do grupo criado para elaborar a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, em atendimento ao art. 120 da Lei de Migração, que se pretende ir muito além da mera regularização migratória e da assistência emergencial.

Para além do refúgio propriamente dito, o Governo brasileiro tem lançado mão também de importante via complementar de proteção internacional, ao amparo da nossa Lei de Migração. Estou me referindo à concessão de vistos de acolhida humanitária para permitir o acolhimento a estrangeiros, incluindo apátridas que se encontram em países de situação de grave ou iminente instabilidade institucional ou de conflito armado, como Haiti, Ucrânia, Síria e Afeganistão.

No que se refere especificamente a haitianos e afegãos, não vou entrar aqui em detalhes sobre as condições adversas sob as quais os funcionários das Embaixadas do Brasil estão atuando para atender ao processamento da enorme demanda por esses vistos para não me alongar, mas gostaria de destacar que estão trabalhando muito além de suas capacidades. Diante do agravamento do quadro de insegurança e instabilidade multidimensional no Haiti e do fechamento das fronteiras de outros países para as pessoas fugindo da crise no Afeganistão, o Brasil tem ajudado a salvar vidas por meio de sua política de portas abertas. Enfrentamos ainda inúmeros desafios internos para o devido e desejável acolhimento dessas pessoas, sobretudo no que se refere ao idioma, à educação, à moradia, a empregos dignos, à reunião familiar, à discriminação, entre outros. O Itamaraty tem atuado em coordenação com a Casa Civil e outros ministérios, Acnur, OIM e sociedade civil para buscar soluções duradouras para superar esses desafios.

Eu não poderia deixar de destacar também a experiência brasileira desenvolvido por meio da Operação Acolhida. Nos meses de abril e julho, o Itamaraty integrou missões interministeriais a Roraima e ao Acre, com vistas a acompanhar a situação de nossas fronteiras *in loco* e manter contatos com autoridades locais, agências da ONU e sociedade civil, com vistas a aprimorar a operação e analisar os possíveis impactos de eventuais novos picos do fluxo migratório em direção ao Brasil no curto, médio e longo prazos. Em função da necessidade de ampla coordenação entre o público, Governo Federal, estadual e municipal, as organizações internacionais e a sociedade civil, a operação tem incrementado a criação de redes relevantes para avançar na integração da população migrante refugiada no Brasil, além de fortalecer as comunidades de acolhida, que passam a beneficiar-se de conhecimentos, experiências e cultura dos migrantes.

Eu gostaria de mencionar também que, em âmbito regional, o Brasil tem participado do Processo de Quito e da Conferência Sul-Americana sobre Migrações, com o Mercosul e, bilateralmente, com todos os países da nossa região, sem excluir nenhum governo do necessário diálogo sobre o tema das migrações.

Também atuamos em estreita colaboração com as agências da ONU e a sociedade civil.

Para concluir, destaco que o MRE tem conjugado um leque de ações no tema de migrações e refúgio que buscam, a um só tempo, proteger os direitos humanos dos migrantes, ampliar os canais de migração regular e segura, combater o tráfico e contrabando de pessoas e contemplar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma legítima preocupação com a segurança do país e de nossos cidadãos, sempre em linha com a nossa tradição migratória aberta e solidária.

São essas as observações que eu tinha a apresentar a esta Comissão em minha intervenção inicial e reitero a minha disposição de ouvir de V. Exas. as ponderações, dúvidas, reivindicações e contribuições para que possamos agir em sintonia e colaboração e seguir aprimorando as boas práticas que já alcançamos como país, ao mesmo tempo superando os desafios que ainda enfrentamos como governo e sociedade.

Muito obrigada, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Nós te agradecemos, Dra. Maria Clara, que é Diretora Substituta do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores. Agradecemos sua participação aqui conosco.

Também quero registrar que temos várias perguntas aqui de internautas que estão acompanhando ao vivo esta audiência pública. Eu acho, Senador Paulo Paim, que já passam aí de 20 internautas aqui com dúvidas, e eu estou fazendo brevemente uma síntese dessas perguntas para que a gente, ao final, possa respondê-los, aos brasileiros que nos assistem, brasileiros e imigrantes que também estão acompanhando essa reunião.

Dessa forma, eu queria fazer uma saudação ao Ministro Mauro Vieira, Embaixador Mauro Vieira, que é Ministro das Relações Exteriores, e parabenizar pelo trabalho que ele vem desenvolvendo no ministério. E também fazer uma referência à memória de Sérgio Vieira de Mello, nosso diplomata brasileiro, filósofo, que foi do Alto Comissariado das Nações Unidas, que muito orgulha o nosso país. Deve-se muito o nível da diplomacia brasileira ao trabalho feito por Sérgio e a sua memória. Dessa forma, agradeço também a citação desse importante diplomata brasileiro.

Dando continuidade agora, a gente convida a nossa próxima oradora, convidada desta reunião, Dra. Cinthia Barros dos Santos Miranda, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Com a palavra, Dra. Cinthia.

A SRA. CINTHIA BARROS DOS SANTOS MIRANDA (Para expor.) – Boa tarde a todos, cumprimento V. Exa., Deputado Túlio; V. Exa., Senador Paulo Paim, e demais participantes da Comissão.

A migração é um direito inalienável. Como disse a colega do MRE, o Brasil voltou no início do ano ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e também é signatário de vários instrumentos internacionais, como a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, estando então alinhado às normativas de proteção social aos migrantes. Nossa Constituição Federal também impõe a igualdade de direito para todas as pessoas que residem no país, nacionais ou migrantes.

Além disso, a Lei de Refúgio, Lei 9.474, e a Lei de Migração, Lei 3.445, estão na vanguarda de uma legislação inclusiva e protetiva, tornando o Brasil um país de portas abertas, dando amplo acesso a serviços públicos. Estima-se que, no Brasil, vivem mais de 1,5 milhão de imigrantes internacionais, imigrantes da Venezuela, Haiti, Bolívia, Argentina.

Aí no eslaide o informe sobre refugiados imigrantes da Venezuela, em que temos mais de 400 mil pessoas com registro de residência e mais de 80 mil com *status* de refugiado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecido. São pessoas que trazem conhecimentos, experiências, competências, oportunidades e que, portanto, enriquecem o Brasil com suas práticas culturais, sociais e econômicas. No entanto, essas populações enfrentam desafios particulares em razão da condição migratória. Nesse sentido, no âmbito do compromisso do Estado brasileiro de não deixar ninguém para trás, gostaria de destacar a importância do Sistema Único brasileiro e das políticas públicas brasileiras.

O Sistema Único brasileiro oferece programas e serviços assistenciais de natureza pública e se destina a famílias que dele necessitam, inclusive imigrantes, independente do seu *status* migratório e porte de documentação. Constituem seguranças afiançadas – objetivos da assistência social: acolhida, o convívio familiar e comunitário, a renda, o desenvolvimento social, o desenvolvimento da autonomia e a sobrevivência sem riscos circunstanciais, isto é, a busca da dignidade e do bem-estar. Além disso, o Suas baseia-se nos princípios de universalidade, gratuidade, integralidade, intersetorialidade e equidade.

O Suas conta com um conjunto de ofertas para atenção às populações em situação de maior vulnerabilidade, que inclui serviços, programas, projetos e benefícios diversos que são garantidos aos migrantes e refugiados em todos os níveis de proteção, de acordo com as demandas e necessidades, sem qualquer distinção.

A Rede Suas tem capilaridade nacional, havendo unidades dos centros de referência da assistência social em mais de 99% dos municípios brasileiros, os quais atendem pessoas em situação de vulnerabilidade; além de unidades de média complexidade, que atendem pessoas que enfrentam situações de violência e violação de direitos, como tráfico de pessoa, violência de gênero, trabalho infantil e outras. Além disso, gostaria de ressaltar a importância, também no Brasil, de mais de 6 mil unidades de acolhimento, dos abrigos que atendem a crianças e adolescentes, idosos, população de rua e também migrantes. Portanto, é mandado do Sistema Único de Assistência Social a estruturação de acolhimentos também para o público migrante.

O MDS também gerencia o Cadastro Único, principal ferramenta de identificação e seleção de famílias em situação de vulnerabilidade. O CadÚnico permite aos migrantes, independentemente da sua origem e *status*... Atualmente existem 400 pessoas estrangeiras cadastradas no CadÚnico, e ele permite aos imigrantes terem acesso a diversos programas sociais, como o Bolsa Família, o benefício de prestação continuada (BPC), o Programa Minha Casa, Minha Vida, dentre muitos outros programas do Governo Federal.

A implementação do Suas é baseada em princípios de descentralização, participação social e integralidade, o que significa que as responsabilidades e ações são compartilhadas entre os três níveis de Governo. Então, no Suas, cabe ao Governo Federal o cofinanciamento, a orientação e o apoio técnico; ao Governo estadual, o financiamento e o apoio técnico; e, aos municípios, a execução direta dos serviços. As ofertas do Suas, então, devem passar pelas instâncias de pactuação e deliberação, como os conselhos de assistência social e a Comissão Intergestores Tripartite.

A Secretaria Nacional de Assistência Social compõe o Comitê Federal de Assistência Emergencial, citado por todos os meus colegas anteriormente, e coordena o Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade. Além disso, também coordena o grupo de discussão indígena nacional. Nós fazemos também o monitoramento mensal *in loco* há mais de seis anos. E nós temos atualmente uma câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica de imigrantes e refugiados discutindo a possibilidade de novos serviços específicos para migrantes dentro do Suas.

Gostaria de ressaltar a importância do Comitê Federal de Assistência Emergencial, que atualmente está em fase de recomposição na nova estrutura do Governo, porque ele traz os eixos de atenção emergencial à questão da migração, tendo três eixos principais: a recepção, a identificação e a triagem, do colega responsável no Ministério da Justiça; e acolhimento e interiorização, sendo responsável o MDS com os demais ministérios; e também responsáveis por ações de saúde.

A Operação Acolhida é regulamentada pelo Cfae (Comitê Federal de Assistência Emergencial), para a atuação junto à migração venezuelana em Boa Vista – e a gente gostaria de se deter alguns eslaides sobre isso.

Então, a Operação Acolhida é estruturada em três eixos: ordenamento de fronteira, acolhida de imigrantes e interiorização. Eu vou falar um pouquinho sobre cada um deles.

Algumas imagens dos nossos acolhimentos em Boa Vista.

Temos mais de 7 mil pessoas acolhidas em Boa Vista, em mais de sete abrigos federalizados.

Somos responsáveis também, junto com todos os parceiros, pela interiorização.

A interiorização é feita em quatro modalidades: o Governo brasileiro promove a inclusão socioeconômica de imigrantes em outras regiões do país, através da modalidade institucional, de um abrigo para outro abrigo; reunificação familiar, quando ele vai se juntar a outros membros da família; reunião social com outros membros, outras pessoas; e a vaga de emprego sinalizada, quando já tem oportunidade de emprego.

Já foram interiorizadas mais de 100 mil pessoas, e a meta atual é de mais de 2,5 mil pessoas por mês.

Temos também hoje mais de 249 mil refugiados imigrantes venezuelanos no Cadastro Único. Foram instalados dois pontos específicos do Cadastro Único dentro da Operação Acolhida, um em Pacaraima e outro que será inaugurado, em setembro, em Boa Vista. Então, dos 400 mil estrangeiros que estão no Cadastro Único, 249 mil são refugiados imigrantes da Venezuela.

Aqui umas fotos da interiorização, a questão afetiva e como eles retornam às suas famílias.

Dentro do Suas, atualmente, temos a Câmara Técnica de Refugiados e Migrantes no Suas, instituída na Comissão Intergestores Tripartite. Estamos discutindo a importância de reflexão entre o momento emergencial e o momento da integração socioeconômica para migrantes – são seis anos de Operação Acolhida –, como fazer esse intercâmbio entre uma situação de emergência e já uma situação de integração.

Também trouxe aqui o Planejamento Estratégico do MDS, em que existem duas metas específicas para a questão da migração: uma relativa a reformular normativos e protocolos de atuação do Sistema Único, voltados ao atendimento de emergências, inclusive relacionadas a migrantes e refugiados; e o outro de atendimento socioassistencial a migrantes, refugiados e vítimas de trabalho escravo até 2026. São as nossas metas dentro do nosso planejamento.

Além disso, como eu disse, o Suas é tripartite, então é responsabilidade do Governo Federal repassar recursos para os municípios para atuação junto com os migrantes. E aqui eu trago os números desse cofinanciamento federal, que está baseado na Resolução CIT 2, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2019, que acompanha aqueles que aderem à estratégia de interiorização e aqueles que apresentam um diagnóstico da situação a partir da chegada e demanda espontânea de migrantes.

Então, nós temos, em 2023, 15 solicitações de municípios atendidas, que geram o recurso de 8 milhões, quase 9 milhões já repassados, e estão em tramitação atualmente novas solicitações para mais 6 milhões para a estruturação, principalmente da questão do abrigo e de acolhimento, mas também de atendimento a migrantes.

Então, gostaria de agradecer novamente a oportunidade e dizer da importância de ter a temática aqui no Congresso Nacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado. Nós que agradecemos, Dra. Cinthia Barros. Eu acho que ela treinou bastante para apresentar cronometradamente no tempo a sua fala.

Parabenizo a Dra. Cinthia pela fala, ela que é Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Lembramos a importância dos dados que foram colocados aqui pela Dra. Cinthia, dados que são bem preocupantes. Eu, pessoalmente, conheço a Operação Acolhida – fui à Pacaraima e devo ir novamente este ano –, ela funciona há seis anos, e o Exército, que encabeça essa operação, tem feito um trabalho extraordinário. Mas também a gente precisa ter a força do Estado com um olhar de acolhimento. E a gente sabe que a *expertise* do Exército não é o acolhimento; por isso a importância das diversas instituições que trabalham ali – o Acnur, a OIM, a Cáritas e de tantas outras instituições que trabalham. E esse número é um número bem preocupante: dos 400 mil migrantes que estão hoje no CadÚnico, 249 mil – mais da metade – são da Venezuela.

Senador Paulo Paim, são venezuelanos que chegam aqui e que muitas vezes são colocados em cidades sem domínio da língua ou da cultura. E, como foi dito aqui, a gente tem muito a aprender com os migrantes e refugiados, com os venezuelanos. O nosso país ganha muito com a chegada dessas pessoas. A gente está aqui discutindo justamente para construir políticas públicas onde nós possamos aprender mais com eles e gerar mais oportunidades para essas pessoas, para que elas não vivam em condições degradantes, que é hoje o que nós temos observado em muitas cidades no país.

Mas, dessa forma, foi muito clara a apresentação da Dra. Cinthia Barros. Agradeço a sua participação.

Temos uma participação agora virtual, remota, pelo Zoom, da Dra. Agnes Soares da Silva, Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde, que nos contempla com sua presença virtual.

Com a palavra, Dra. Agnes Soares.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Deputado Túlio, me permite um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Claro, Senador.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Eu estou com um dilema de dois corações. Claro que eu queria ficar aqui, para ouvir inclusive o Secretário, ouvir todos, mas estão me chamando no Plenário, porque, como havia uma série de agendas e devido aquele debate da previdência na Câmara, eu fui para lá e transferi tudo para a tarde. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a minha assessora, o Leandro está desesperado lá, esperando que eu chegue para as comitivas que estão lá me esperando.

Eu queria só cumprimentar todos os painelistas, todos foram brilhantes. É inegável que o plano que cada um aqui explicou, projetou vai na linha daquilo que nós pensamos aqui nesta Comissão. E, claro, nos preocupa muito ali a questão da divisa da Venezuela com Roraima. Você esteve lá, não é? O desespero que eu vejo aqui, eu não tive lá, de parte dos Parlamentares que são de lá, é que, em toda reunião que a gente tem, eles falam de forma quase que desesperada que a cidade não dá conta do número de migrantes, enfim, de refugiados que vêm pela fronteira.

Enfim, nós todos temos compromissos. Quando eu falo aqui, eu não estou achando que o Governo tem que achar todas as soluções, porque não faz milagre e é um Governo que assumiu há seis meses, mas é importante para nós vermos tudo aquilo que vocês estão encaminhando, fazendo, e que a gente possa, com a Comissão, com aquele roteiro que o próprio Relator já apontou, que vai a diversos estados... E eu quero ver se eu vou junto, inclusive ao meu Rio Grande do Sul, onde tem problemas seriíssimos também com os refugiados, como é o caso de Caxias, Canoas, Porto Alegre, enfim.

Eu só quero aqui... Na verdade, estou pedindo desculpa, porque eu vou ter que me retirar sem ouvir o trabalho de vocês, com os complementos dos dois painelistas que estão esperando – não é? –, que são o Dr. Augusto e...

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Dra. Agnes.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – ... a Dra. Agnes, no virtual.

Mas me comprometo a olhar com carinho, depois, o material que o nosso Relator vai compilar, para ajudar nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Perfeito, Senador.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Minhas desculpas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Sem problemas, Senador. A gente sabe as atribuições. O Plenário às vezes pega fogo e precisa do nosso voto, não é? Os painelistas aqui também têm conhecimento da dinâmica das Casas, viu? Fique muito tranquilo.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Como dizia e sempre diz a Presidenta Dilma, nós voltaremos... (*Risos.*)

... para a Comissão, não é? Porque nós ganhamos, como a gente fala, o Executivo, mas não ganhamos o Congresso. E sabemos que estão muito embaralhadas as ações aqui na Casa. Mas me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Perfeito, Senador, tranquilo.

Continuamos aqui.

Dessa forma, passo a palavra para a Dra. Agnes Soares, que está nos acompanhando aqui virtualmente, representando o Ministério da Saúde.

Dra. Agnes, com a palavra, por dez minutos.

A SRA. AGNES SOARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu gostaria de cumprimentar V. Exa., Deputado Túlio Gadêlha, Relator desta Comissão, bem como os demais Parlamentares presentes. Também gostaríamos de cumprimentar as pessoas refugiadas e migrantes presentes e que nos acompanham remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicio a minha fala, sublinhando o direito constitucional à saúde dos migrantes, refugiados e apátridas. Independentemente da questão documental ou indocumentadas, essas populações possuem direito a terem sua saúde preservada, protegida e a terem acesso a cuidados à saúde, como também garante a Lei Orgânica da Saúde e a Lei da Migração. Este direito é efetivado pelo Sistema Único de Saúde.

O trabalho do Ministério da Saúde é na garantia do direito à saúde dessas populações imigrantes, mas também na qualificação das ações de saúde.

Considerando os desafios e barreiras que se colocam para essa população, em 29 de junho de 2023, foi publicado no *Diário Oficial* a Portaria nº 763, do Ministério da Saúde, assinada pelo Ministra Nísia Trindade, que institui o grupo de trabalho com a finalidade de elaborar proposta para o estabelecimento da Política Nacional de Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas.

Esse grupo de trabalho reúne secretarias do ministério, em esforço ímpar de organizar estratégias específicas de garantia de direito à saúde dessa população. Esse grupo de trabalho só foi possível a partir da visão do Ministério da Saúde de ampliar as políticas de equidade à saúde e por sua sensibilidade aos anseios sociais pelo aprofundamento da democracia no campo da saúde coletiva, representada por movimentos sociais de imigração e pelos fóruns populares estabelecidos nos últimos anos em defesa da saúde de migrantes, refugiados e apátridas.

No grupo de trabalho, em sua portaria, está em processo de revisão e realinhamento o entendimento de que é necessário garantir e ampliar essa participação social das organizações civis.

Temos prevista para este mês reunião do grupo de trabalho envolvendo as Secretarias do Ministério da Saúde e diferentes organizações sociais, no sentido de pactuar nova forma de funcionamento do grupo e sua metodologia. Nessa fase do GT, está em organização o formato e a aproximação com a participação social de entidades acadêmicas, agências internacionais do Sistema ONU, dos conselhos e comitês, Conselho Nacional de Saúde, Conass, Conasems, outros ministérios e demais atores que consideramos essenciais no processo de construção da política de saúde das populações migrantes.

Em julho, ocorreu a 17ª Conferência Nacional de Saúde, cujo tema era garantir direitos, defender os SUS, a vida e a democracia. A conferência é um espaço deliberativo com grande participação de usuários do SUS e demais atores que operacionalizam o sistema de saúde. Participaram dessa conferência delegados e delegadas migrantes, que discutiram de forma propositiva sobre os rumos da saúde pública brasileira, votando em propostas, dentre outras, sobre migração, orçamento, assistência e saúde, tratamentos e reabilitação, e todos os temas essenciais para o SUS.

Entre as frentes de trabalho importantes do GT, está em discussão a qualificação dos sistemas de informação de saúde, para que sejam adequados à realidade migratória brasileira e consigam responder, com dados e indicadores de saúde, como está a saúde dessas populações migrantes no Brasil. Atualmente, enfrentamos desafios para viabilizar, em boletins e relatórios, as informações dessa população.

São exemplos de sistemas de informação os de vigilância em saúde em geral o Sistema de Informação sobre Mortalidade, o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos, e o Sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Informação de Agravos de Notificações. Essa atividade reúne discussão de diferentes secretarias do ministério, em comitês de saúde digital.

Também participamos do GT do Ministério da Justiça, no eixo de integração local, para a construção da política nacional de integração do subcomitê de saúde da Operação Acolhida, e fazemos também acompanhamentos regulares ao Estado de Roraima, para qualificar as ações de saúde.

No âmbito da assistência, buscamos desmistificar as barreiras de acesso aos serviços do SUS, que por muitas vezes impedem essa assistência. Não há norma que impeça a assistência de migrantes e refugiados, sejam documentados ou não, de utilizar esses equipamentos. O trabalho tem sido de sensibilizar gestores locais e trabalhadores da saúde de que a oferta de saúde é universal. Também estão em construção traduções de documentos e cartilhas sobre o direito à saúde e o direito de participação social no SUS de migrantes e refugiados.

Para qualificar o acesso à saúde e considerar os aspectos culturais, também está em discussão para a política nacional ampliar as experiências de alguns municípios com a contratação de agentes comunitários de saúde imigrantes para atuar na atenção primária à saúde.

O acesso à urgência e à emergência, assim como a assistência especializada, são outras dimensões da oferta em saúde de especial importância.

É importante ressaltar que os grupos migrantes são heterogêneos, diversos em sua composição de nacionalidade, classe social, gênero, raça, etnia, entre outros marcadores sociais, e faz parte do trabalho em saúde o combate à xenofobia, ao racismo, ao capacitismo e a todas as formas de fobia e violência que impactam a saúde de migrantes e refugiados. Logo, os cuidados com a saúde das populações migrantes podem ser qualificados como uma política específica para essa população, mas também devem ser integrados às atividades de outras políticas de equidade já existentes, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, entre outras. Mesmo a distribuição de migrantes e refugiados no Brasil não é homogênea, como foi apresentado por outros ministérios. Isso depende da realidade fronteiriça, de fluxos migratórios históricos, da reunião familiar e de como as oportunidades de sobrevivência, trabalho e emprego se distribuem no Brasil.

Dessa forma, o esforço em saúde deve envolver todos os entes federativos e secretarias de saúde, sobretudo nos locais onde a migração é uma realidade cotidiana. As estratégias de saúde devem considerar as realidades regionais, incluindo a participação social, o controle social e órgãos públicos de saúde intersetoriais.

Essa complexidade exige ações de diferentes enfoques, como o fortalecimento de outras políticas de saúde que estão em expansão no Ministério da Saúde, como exemplo: o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu); o Programa Brasil Sorridente, que democratiza a oferta de saúde bucal; o Programa Mais Médicos e a ampliação da atenção primária à saúde, considerando as equipes de saúde da família, os consultórios na rua, que ofertam saúde diretamente no território, nos bairros e periferias. O fortalecimento da saúde indígena para os migrantes indígenas e para os povos indígenas que transitam em territórios transfronteiriços é parte dessa estratégia. Outra atividade é a vigilância em saúde ambiental, que realiza o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento da água para consumo humano nos abrigos e casas de passagem que dão suporte aos migrantes recém-chegados.

A atuação do Ministério da Saúde se estende ainda aos diferentes acordos e cooperações internacionais: fortalecimento da saúde nas fronteiras, cooperação no Mercosul, produção de conhecimento multilateral entre centros de pesquisa e universidades.

Sem dúvida, a reintegração do Brasil ao Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, em janeiro deste ano, é um dos marcos para o retorno do Brasil no cenário internacional e seu protagonismo na promoção de direitos humanos, tendo a saúde como eixo inescapável para a integração de refugiados e migrantes no país.

Mais uma vez, agradecemos o convite em nome da Ministra de Saúde, Dra. Nísia Trindade, e parabenizamos os trabalhos desta Comissão.

O Ministério da Saúde está à disposição para contribuições e sinergias neste e nos demais diferentes tópicos que se apresentem.

Obrigada e uma ótima audiência para todos.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Nós é que agradecemos, Dra. Agnes Soares, que é Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde. Agradecemos a sua participação aqui conosco. Sem dúvida, o Ministério da Saúde é estratégico e importante para a gente acolher e cuidar dos migrantes e refugiados que chegam ao nosso país. Agradecemos a sua participação.

Também temos perguntas aqui voltadas para o Ministério da Saúde, que logo mais devo ler. Por isso, peço, se for possível, para que permaneça conosco até o final da audiência, mesmo que virtualmente. Por isso, peço, se for possível, que permaneça conosco na audiência até o final, mesmo que virtualmente.

Dessa forma, agradeço à Dra. Agnes e passo a palavra para o nosso último convidado, o Dr. Augusto de Arruda Botelho, que é Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Com a palavra, Dr. Augusto.

O SR. AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Primeiro, Deputado Túlio, obrigado pelo convite, parabéns pelo trabalho. Cumprimento os Parlamentares, demais autoridades e o público aqui presente; cumprimento também meus colegas e colegas de Governo que atuam em conjunto nessa pauta de migração e refúgio, que é, como já foi dito aqui, absolutamente transversal, só avançaremos nela trabalhando em grupo.

Portanto, eu gostaria de pontuar inicialmente que a política migratória brasileira está sob a coordenação do Ministério da Justiça, mais especificamente da minha Secretaria, da Secretaria Nacional de Justiça, e a importância dessa temática é tão grande que nos primeiros dias de governo, mais especificamente no dia 23 de janeiro de 2023 – lembrando que nós tivemos um pequeno hiato em janeiro, uma tentativa de golpe no dia 8, então vamos pensar que nos primeiros dias mesmo deste novo Governo –, o Ministro Flávio Dino, absolutamente ciente da importância e sensível à necessidade de se avançar na pauta de migração, refúgio e apatridia, assinou uma portaria, a Portaria 290, que determinou que finalmente nós implementássemos a Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, observando o disposto no art. 120 da Lei de Migração,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa essa que, a bem da verdade, deveria ter sido tomada há muito tempo. Não foi, mas o que importa é que está sendo tomada.

De que forma? Essa Secretaria Nacional de Justiça, junto do nosso Departamento de Migrações, que é hoje dirigido pela Profa. Tatyana Friedrich, criou um processo profundo de escuta. Formamos uma série de grupos de trabalho, nesses grupos de trabalho há a participação de 15 ministérios do Governo Federal. Esse grupo de trabalho é dividido em vários eixos: um de regularização migratória, outro de integração local, promoção e proteção de direitos, combate à xenofobia e ao racismo, participação social e o último e quinto eixo, relações internacionais.

Houve a participação nessas intensas discussões de 160 atores, entre organizações da sociedade civil, associações de imigrantes e refugiados, órgãos do Governo e agências internacionais, além de uma participação muito expressiva da academia.

Foram 1.465 contribuições feitas nesses grupos de trabalho e quase 400 contribuições feitas por formulários que nós disponibilizamos para participação ampla da população.

Essa é uma, como disse, iniciativa pioneira diante da sensibilidade e da importância de se implementar essa política nacional, mas principalmente implementar uma política nacional com base na escuta, com base na discussão com todos, absolutamente todos os atores que possam participar direta ou indiretamente dessa construção.

Atualmente foi feita já uma depuração de todas as propostas. O texto da política nacional está em redação. Espero que em breve nós possamos partir dessa primeira minuta para uma segunda discussão com esses mesmos atores. Se tudo correr bem, até o final do ano nós teremos aí essa política nacional aprovada e implementada. Esse, obviamente, é o maior desafio, o maior trabalho que a pauta de migração tem dentro da Secretaria Nacional de Justiça, que tem como principal objetivo, Deputado Túlio, a criação de uma política nacional principalmente para que a gente saia um pouco da realidade de reagir a fluxos, não é?

Nós aqui, no Brasil, constantemente reagimos a fluxos migratórios, reagimos a situações emergenciais. É óbvio que é necessário que se faça uma reação rápida a essas emergências e a esses fluxos, mas é necessária uma política nacional que integre estados, municípios, todos os órgãos direta ou indiretamente envolvidos nessa temática, para que efetivamente nós tenhamos uma política em âmbito nacional.

Independentemente da construção dessa política, o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Justiça têm reagido a demandas. E eu gostaria de pontuar algumas delas nesses primeiros seis meses de governo.

Primeiro, nós assinamos a Portaria Interministerial nº 28, em 3 de março, dispondo sobre a concessão de visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária de nacionais ucranianos. Houve uma renovação dessa portaria.

Houve também essa bastante trabalhosa... Diante de um cenário absolutamente preocupante – e aqui tenho a Maria Clara, do MRE, que vai poder dizer muito melhor do que eu – na concessão de vistos para a reunião familiar no Haiti, um cenário que envolvia tanto a negação de um direito absolutamente fundamental, que é o direito da reunião familiar, como também envolvia uma questão da judicialização, da hiperjudicialização deste tema nos tribunais brasileiros; então, o Ministério da Justiça, também sensível a este problema, com o Ministério das Relações Exteriores, redigiu uma portaria que mudou a política e mudou a forma de concessão dos vistos para a reunião familiar dos haitianos, transferindo a análise de toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentação e a produção de toda essa verificação da possibilidade ou não de vistos serem concedidos para reunião familiar para o Ministério da Justiça, desafogando, então, a situação dramática que a Embaixada Brasileira em Porto Príncipe sofria. Essa Portaria 38 foi bastante aplaudida pela sociedade civil, pelas associações de haitianos. Em prática, está em vigência já no Ministério da Justiça. E esperamos poder entregar essa resposta de forma muito mais rápida do que vinha sendo feito, por questões obviamente logísticas, no passado.

O terceiro ponto bastante sensível, que já foi tratado lateralmente aqui, é a questão dos afegãos. O Brasil tem uma política absolutamente correta, elogiável de concessão de vistos humanitários para afegãos, mas essa política, e aqui acredito que seja consenso, foi feita sem a necessária construção do acolhimento. Uma coisa é conceder visto humanitário necessário, elogiável; outra coisa é simplesmente conceder um visto e não se preparar para acolher uma população que não fala a língua, que tem uma realidade sociocultural completamente diferente da nossa.

E o resultado concreto dessa forma de assim agir foi o resultado que nós pudemos observar quase que semanalmente nos telejornais com afegãos acampando no Aeroporto de Guarulhos em condições sub-humanas; tão sub-humanas que recentemente tivemos, como já foi dito aqui, um grupo desses afegãos acometidos por escabiose, o que trouxe uma situação absolutamente emergencial.

Aproveito para agradecer o Rodrigo Portella, meu assessor, que foi um dos responsáveis por essa ação emergencial, eu não me encontrava no Brasil à época. Conseguimos acolher esses mais de 150 afegãos num sindicato, veja bem, num sindicato de químicos em Praia Grande, já que pouquíssimas pessoas, pouquíssimas entidades se disponibilizaram a acolher essas pessoas.

Continuamos agora num projeto mais a longo prazo, em um projeto completo de acolhimento desses afegãos que continuarão a chegar em nosso país, mas eles não podem apenas chegar, eles precisam ser acolhidos de verdade. E é esse o trabalho que a Secretaria Nacional de Justiça está fazendo.

Terminando já, porque a minha fala já está quase no final, vou dar só alguns números desse primeiro semestre. Primeiro com o número em relação à análise de pedidos de refúgio: nós, até agora, até a última reunião do Conar em 2023, decidimos mais de 80 mil pedidos de refúgio – no ano passado inteiro foram decididos 42 mil processos. Nós dobramos, no primeiro semestre, o número de análise de pedidos de refúgio.

Mesmo número também com relação aos pedidos de naturalização, houve um aumento expressivo na análise desses e no tempo que dura a análise desses pedidos de naturalização. Mesma coisa em relação à imigração laboral, concedemos vistos para fins laborais num número 37% maior do que o primeiro semestre de 2022. O que mostra que, além da construção de uma política, o Departamento de Migrações e a Secretaria Nacional de Justiça têm como um dos objetivos entregar uma prestação de serviço eficiente para a população, através de inovações de gestão, inovações tecnológicas. Nós estamos diminuindo os prazos para entregar, volto a dizer, não apenas uma política nacional, mas também uma prestação digna, rápida e eficiente para a população.

Mais uma vez, agradeço o convite e já aqui peço desculpas porque eu estou vendo o horário e eu tenho que estar representando o Ministro daqui a dez minutos. Nem sei como é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou fazer isso. Acabei de ver que faltam dez minutos só. Então não vou poder ficar para responder às perguntas, mas as que puderem ser encaminhadas para o meu gabinete responderei com o maior prazer.

Agradeço, mais uma vez, o convite parabenizando a todos e todas desta mesa aqui, que tanto tem contribuído para a construção em conjunto dessa política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Sou eu que agradeço, Dr. Augusto, a sua presença aqui conosco, a sua brilhante exposição.

A gente tem, como eu falei, algumas perguntas. Se quiser, Dr. Augusto, em um minuto, para responder a uma pergunta aqui. Eu acho importante para os brasileiros que estão nos assistindo.

Essa pergunta é de Felipe Sobral, de São Paulo: "Primeiro, como os ministérios trabalham em conjunto para lidar com as questões de imigração e refúgio?". Foi bem colocado já pelo senhor que existe um trabalho que envolve – eu acho – 16 ministérios.

E tem outra pergunta para o Ministério da Justiça, que é feita por Nathaly da Silva Santos, de Pernambuco: "Como os ministérios equilibram a urgência humanitária com preocupações de segurança ao definir políticas de refúgio?".

Se puder responder, em um minuto, e fazer suas considerações finais, já o liberamos.

O SR. AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO (Para expor.) – Claro, claro.

Primeiro, como eu disse, a construção da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia conta com 15 ministérios. Então, é assim...

Deputado, quando eu cheguei – este é o meu primeiro cargo público, eu venho da iniciativa privada e tenho 22 anos de advocacia – aqui em Brasília, três palavras eu ouvi com frequência no primeiro mês em que eu estava aqui. A primeira é grupo de trabalho. Tudo aqui é grupo de trabalho. Vocês fazem grupo de trabalho até para almoçar. A segunda é ponto focal. Eu nem sabia o que era isso, mas descobri. Ponto focal. A terceira, mas, essa sim eu adaptei ao meu vocabulário, é transversal. Realmente, tem certas políticas que precisam ser feitas de forma transversal.

E a política de imigração e refúgio não tem como fazer sozinho. Por mais que, do ponto de vista de competência regimental, ela esteja ali na Secretaria Nacional de Justiça, no Ministério da Justiça, é impossível, completamente impossível. Ela envolve tantos atores, tantas temáticas completamente diferentes, que nós precisamos envolver, e o envolvimento tem sido muito, muito verdadeiro tanto nos grupos de trabalho com essa construção de 15 ministérios, quanto no dia a dia.

Na questão dos afegãos, nós temos, em termos de uma interlocução muito grande com o MDS, com o MDH, com a Casa Civil, com o MRE. Eu acho que o MRE é o ministério que eu mais visito – ainda bem que a gente está pertinho, ele fica logo lá na frente, é atravessar a rua –, quase que diariamente. Não há, nessa temática, a possibilidade de se construir nada sozinho. E este Governo, eu tenho visto isso na prática, tem essa característica de escuta, de diálogo. Obviamente, há divergências de um tema ou outro, mas essas divergências são resolvidas rapidamente, pensando na construção de uma política eficiente, humanitária e melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à segunda pergunta, que envolve questões de segurança pública e de refúgio, nós temos hoje, no Conare... Eu tenho bastante orgulho de ter uma construção dentro do Conare que mostra a efetividade do trabalho do conselho – pensar que, nesses primeiros seis meses, nós analisamos o dobro de pedidos de refúgio do que foi analisado no ano passado inteiro. Continua sendo uma construção transversal, com a participação ativa do Itamaraty nessas decisões, mas sempre questões ligadas à segurança pública norteiam, quando necessário, obviamente, nossas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Perfeito, Dr. Augusto. Agradeço, mais uma vez, a sua presença conosco.

Realmente, no que diz respeito a reagir a fluxos, eu acho que essa é uma dinâmica desta Casa. E isso é muito ruim para construir políticas públicas, aprofundar debates... Tem outra questão de que sempre tratamos que é a falta de interesse da classe política para discutir a questão migratória, dos migrantes, dos refugiados. Parece que é muito pelo fato de essas pessoas não terem título eleitoral. Olhem que absurdo!

Por isso, fico muito feliz com o fato de ver um governo sensível a essas questões. Só nos trazer que foi analisado o dobro dos pedidos de refúgio, se comparado com o ano passado, já mostra que este Governo tem mais prioridades em relação à pauta dos migrantes e refugiados no Brasil.

Dessa forma, agradeço a participação do Dr. Augusto, já o liberando para seguir com seus compromissos, à vontade.

Dando continuidade às perguntas aqui, eu farei a leitura das participações enviadas pelo Portal e-Cidadania e peço que os convidados que quiserem comentar essas manifestações possam comentá-las e que, em seguida, façam suas considerações finais pelo tempo de dois minutos. Então, já direcionamos aqui; vou ler e direcionar cada pergunta.

Primeiro, ao Ministério da Saúde, à Dra. Agnes Soares, pergunta feita por Ayslan Ferreira, de São Paulo, que pergunta sobre as crianças: "As crianças têm acesso a atendimento de saúde? Como seria esse acesso? Há um cadastro no SUS?". Essa é a pergunta feita por Ayslan Ferreira, de São Paulo.

Agora, ao Ministério dos Direitos Humanos, à Dra. Clarissa Teixeira, o Dr. Alexandre da Silva Lima, de São Paulo, também pergunta: "É realizado o censo racial das populações que estão migrando ou em situação de refúgio?". Essa é uma pergunta feita ao Ministério dos Direitos Humanos, à Dra. Clarissa Teixeira.

Agora, a gente faz uma pergunta ao Ministério das Relações Exteriores, à Dra. Maria Clara, que se encontra conosco, como convidada. Quem pergunta é Alexandre da Silva, de São Paulo, que questiona: "Os ministérios utilizam exemplos de condutas adotadas em outros países para elaboração de planos/estratégias para a questão do tema?". O tema é migrantes e refugiados, ou seja, há exemplo de condutas adotadas em outros países para construção de planos e estratégias em políticas públicas? Essa foi a pergunta feita por Alex da Silva.

Tem mais uma pergunta feita ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social por Nathaly da Silva, de Pernambuco. Ela pergunta: "Quais mecanismos de *feedback* os ministérios adotaram para adaptar suas políticas com base nas experiências vividas pelos próprios migrantes?". Então, ela faz uma pergunta com relação a esses mecanismos de *feedback* que são adotados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, eu passo a palavra... Eu queria deixar muito à vontade aqui as convidadas, caso alguma delas queira se manifestar – restaram quatro convidadas dos seis. Quem pode falar primeiro?

Dra. Clarissa, pode ser? Com a palavra, então, a Dra. Clarissa, representando aqui o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

A SRA. CLARISSA TEIXEIRA ARAUJO DO CARMO – Eu respondo a pergunta, Deputado, e depois faço as considerações? Ou...?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Isso, as duas coisas em dois minutos.

A SRA. CLARISSA TEIXEIRA ARAUJO DO CARMO (Para expor.) – Certo.

Com relação à pergunta que nos foi feita, muito obrigada pela pergunta. Acho que ela dialoga bem com o que eu coloquei antes na minha exposição, com a nossa preocupação com a existência de marcadores de diferenças sociais. Como eu falei, não existe um censo racial, ao menos um de que eu tenha conhecimento. Os próprios cadastros oficiais, por exemplo, o da Polícia Federal, não pegam o campo de raça como obrigatório. Tenho relatos de muitos refugiados e migrantes que acabaram conhecendo o racismo no Brasil. Não tinham essa experiência, sobretudo os migrantes que vêm do continente africano, por isso temos essa obrigação – e eu acho que dever –, enquanto Estado brasileiro, de pensarmos em como incluir, como dar visibilidade a essas pessoas, independentemente de terem ou não um título de eleitor, porque essas são realidades que são transversais ao ser humano. Daí a importância do Ministério dos Direitos Humanos nessa pauta. E isso vem, como eu falei também anteriormente, como uma iniciativa que nós, que já vínhamos atuando na pauta da migração, acolhemos com os braços abertos, que é essa iniciativa dos ministérios de colocarem seus servidores, suas equipes para pensar conjuntamente.

Deixo, finalmente, meus agradecimentos, novamente, por participar desta Comissão. Estamos à disposição para continuar construindo com vocês. Acreditamos que a promoção dos direitos das pessoas passa, necessariamente, pelo Legislativo, além, como já foi dito e reiterado aqui, da participação dos demais ministérios e das populações migrantes.

Então, muito obrigada. Agradeço sinceramente e sinto-me muito honrada com o convite.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Eu que agradeço, Dra. Clarice, em nome de todos os membros desta Comissão de Migrantes e Refugiados aqui da Câmara e do Senado Federal. Agradeço também pelos esclarecimentos no que diz respeito às políticas intersetoriais do Ministério dos Direitos Humanos e também faço uma saudação ao Ministro Silvio Almeida pelo seu trabalho e pela sua sensibilidade com essa pauta. Já trocamos algumas impressões, ele parece estar muito atento a essa pauta, e isso muito nos anima.

Agora...

A SRA. CLARISSA TEIXEIRA ARAUJO DO CARMO – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Desculpe-me, pode falar.

A SRA. CLARISSA TEIXEIRA ARAUJO DO CARMO – Só queria acrescentar, com relação à pergunta do censo racial, que o que aconteceu, acho importante trazer aqui, foi que no Censo do IBGE foi feito um censo com a população indígena venezuelana. Foi incorporado o warao. É o warao ou o não warao, as outras etnias também.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – É, todos eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARISSA TEIXEIRA ARAUJO DO CARMO – Todas as etnias migrantes da Venezuela.

Então, estamos esperando todos pelo resultado do Censo, que já deve contemplar essa população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Perfeito.

Muito obrigado, Dra. Clarice Teixeira.

Agora, dando continuidade, a gente passa a palavra para a representante do Ministério das Relações Exteriores, Dra. Maria Clara Tusco, que é Diretora Substituta do Departamento de Organismos Internacionais.

Com a palavra.

A SRA. MARIA CLARA DE PAULA TUSCO (Para expor.) – Muito obrigada, Deputado. Eu agradeço a pergunta do Alexandre da Silva, muito oportuna, que vai me permitir, inclusive, explorar um aspecto em que eu gostaria de ter me alongado um pouco mais na minha intervenção inicial. Ele pergunta se nós utilizamos exemplos de conduta de outros países para a elaboração de planos e estratégias de políticas públicas nessa área.

E a resposta é sim, com certeza, nós utilizamos. Nas reuniões internacionais eu cito, em especial, aqui na nossa região, como eu mencionei na minha intervenção, no âmbito do processo de Quito, da OEA, no âmbito do Mercosul – nós vamos ocupar a presidência agora nesse segundo semestre –, ou mesmo bilateralmente, por meio de reuniões de consultas políticas, nós trocamos justamente boas práticas, informações sobre nossa legislação com outros países pensando em adotar os melhores exemplos que temos à disposição, ao mesmo tempo em que compartilhamos também os desafios e as maneiras de enfrentá-los.

Mas eu queria aproveitar para comentar também um outro lado, que é os outros países utilizando as políticas brasileiras como exemplo nessa matéria. Sobretudo a nossa legislação de refugiados, a Lei 9.474, é reconhecida pelo Acnur e por outros países como uma das mais avançadas legislações, senão a mais avançada do mundo, em matéria de refúgio, indo muito além da Convenção de 1951, incorporando as recomendações da Declaração de Cartagena, de 1984, em âmbito regional. Então, o Brasil realmente é visto como exemplo em matéria de refúgio e também no que se refere à Operação Acolhida, reconhecida mundialmente como um exemplo de boa prática no acolhimento a migrantes refugiados.

Bom, Deputado, eu entendo que estão previstos no plano de trabalho da Comissão outros temas específicos que foram mencionados na reunião de hoje e coloco-me à disposição, e o Ministério, para seguir discutindo, dialogando com a Comissão e também em outros formatos, para que juntos possamos seguir construindo e avançando nas nossas políticas a esse respeito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado, Dra. Cinthia Barros, que representa aqui o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome... Oh, desculpa. Dra. Maria Clara, que representa aqui o Ministério das Relações Exteriores e que é Diretora Substituta do Departamento de Organismos Internacionais, agradecemos a participação do Ministério aqui. Dessa forma, a gente passa para a nossa última oradora... Quer dizer, penúltima oradora, para que faça suas considerações finais e responda, se possível, a pergunta do internauta que nos assiste nesse momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra à Dra. Cinthia Barros, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Com a palavra.

A SRA. CINTHIA BARROS DOS SANTOS MIRANDA (Para expor.) – Obrigada.

Então, a pergunta foi sobre quais são os mecanismos de *feedback* em relação a migrantes. Aí eu acho que a Clarissa já colocou anteriormente: nada para eles sem eles. Esse é o nosso discurso. Então, temos feito um esforço grande de chamar para o diálogo em todos os nossos eventos, em todas as oportunidades que temos. E, também, tanto o MDS quanto o MDHC têm mecanismos de ouvidoria que pretendem dar visibilidade e voz, e também temos pesquisas, temos formulários e momentos de fato em que nós descemos, inclusive mensalmente, ao terreno, lá na Operação Acolhida, para estarmos juntos com os migrantes.

Eu queria aproveitar meu tempinho de fala também para invadir a pergunta sobre atuação interministerial, porque esse é um tema que deve ficar de lembrança, aqui na reunião de hoje: a importância da atuação de todos os ministérios de forma conjunta. Lá na Operação Acolhida, que é o nosso exemplo, o Exército faz a coordenação operacional e logística, mas ela só é o sucesso inclusive internacional porque tem uma coordenação interministerial, tem uma atuação do MDS, da Saúde, dos Direitos Humanos; então, tem uma atuação da Justiça, de todos nós de forma conjunta, para coordenar e organizar a operação.

Reitero também... Além do que a colega do MRE falou sobre o avanço no refúgio, ressalto também a importância do avanço na legislação e no uso do visto humanitário também aqui no Brasil. E, novamente, igual ao já falado, coloco-me à disposição para acompanhar as outras reuniões. Acho muito interessante estarmos presentes aqui, enquanto Governo Federal também, acompanhando as demais audiências públicas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Eu que agradeço, Dra. Cinthia Barros. E agradeço também ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Sem dúvida, nós entraremos em contato com o ministério por *e-mail*, ou ligaremos, para poder ter mais acesso a dados. Isso é muito importante para que nós consigamos aqui avançar com políticas públicas, com propostas, até no recorte orçamentário mesmo, na LDO, para que possamos ter mais investimento no acolhimento das pessoas migrantes e refugiadas.

Muito obrigado pela participação, Dra. Cinthia.

Eu também queria agradecer aqui a participação do Deputado Zé Haroldo, que se encontra aqui conosco na Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados.

Quero abrir a palavra também. Dr. Haroldo, se quiser fazer uso da palavra a qualquer momento, fique muito à vontade. É um prazer tê-lo aqui na Comissão conosco.

Para concluir as falas, temos virtualmente conosco também a representante do Ministério da Saúde, Dra. Agnes Soares, que é Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. E para ela foi feita também uma pergunta.

Se quiser responder ao nosso internauta que nos assistiu, tem o tempo de dois minutos das suas considerações finais.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AGNES SOARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, inclusive obrigada pela pergunta.

Eu gostaria de lembrar que o Ministério da Saúde possui a responsabilidade de efetivar o direito a mais de 1,5 milhão de migrantes internacionais que se encontram no Brasil, sendo que esse atendimento é pautado pelos princípios e diretrizes do SUS. Dentre eles, está a universalidade, a integralidade, a equidade e a participação social. Em outras palavras, as crianças e todos os migrantes têm direito a essa assistência.

O cadastro é feito como qualquer cadastro. Não é necessário ter nenhum documento especial para ser cadastrado e ser atendido pelo SUS. Isso significa que não só as crianças, mas todos podem ter atendimento.

É importante lembrar que, no caso de crianças, a saúde materno-infantil é prioridade no Sistema Único de Saúde, então não existe nenhuma possibilidade de haver barreiras. E, se houver barreiras, é preciso que isso seja informado, porque não há, nem na sua constituição e nem em nenhum programa, qualquer restrição ao atendimento de populações, em particular dessas populações consideradas prioritárias ou em situação de vulnerabilidade.

Eu queria também marcar nossa posição da ideia de reforçar essa discussão, mesmo internamente no nosso grupo de trabalho, com a participação de outros setores, outros ministérios que possam melhorar nossa capacidade de levar a efeito essa ideia de equidade. Também serão muito bem-vindos nesse processo. E, como informamos, a própria formação do grupo de trabalho está sendo reformulada para ampliar essa participação e torná-la efetiva.

Muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Nós agradecemos à representante do Ministério da Saúde, Dra. Agnes, por estar aqui conosco virtualmente.

Essa foi uma reunião muito produtiva, onde vários ministérios participaram – seis ministérios.

Apenas dois ministérios justificaram a ausência e não puderam participar infelizmente – o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Trabalho, que são dois ministérios muito importantes também para a gente discutir políticas transversais.

Agradeço a cada Ministro por ter mandado representante, coordenador, secretário, diretor das pastas ministeriais...

A gente tem aqui a presença de 12 Parlamentares, entre Senadores e Deputados, temos em pauta um requerimento, que foi colocado pela Comissão, e precisamos de um quórum de 13, por isso eu queria aproveitar o momento para agradecer a todos os convidados

O Deputado, que se encontra aqui conosco também, se quiser fazer uso da palavra, Deputado... Aqui na Comissão sobre Migrações Internacionais e Refugiados, temos representantes aqui de todos os ministérios que foram convidados.

Dessa forma, agradeço, mais uma vez, a cada um aqui presente, a cada mulher que fez parte desta audiência pública.

Eu lembro que todos esses pronunciamentos, manifestações e apresentações, tudo isso estará no Portal do Senado e da Câmara, para que as pessoas possam acessar, tirar dúvidas, fazer recortes e, a partir daí, isso ajudar, inclusive, no estudo acadêmico de muitos jovens universitários, ajudar na construção de políticas públicas nas cidades, nos estados e também aqui na Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, mais uma vez, a cada convidado aqui conosco, agradeço aos Deputados presentes e suspendo, por 10 minutos, esta audiência pública, para que a gente possa atingir o quórum e discutir os requerimentos que estão hoje colocados em pauta.

Muito obrigado.

(*Suspensa às 16 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 23 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Declaro reaberta a reunião da CMMIR (Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados).

Agradeço aos Parlamentares presentes aqui na reunião conosco.

Daremos início à segunda parte da reunião, destinada a apreciar o Requerimento nº 9, de autoria da Deputada Federal Reginete Bispo, e o Requerimento nº 10, de autoria da Deputada Federal Carol Dartora.

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 9, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública a fim de promover discussão para debater o trabalho dos migrantes em território nacional e dá outras providências.

Autoria: Deputada Federal Reginete Bispo (PT/RS) e outros.

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 10, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa desta Comissão, na cooperativa da C Vale em Palotina/PR, a fim de fiscalizar as condições de trabalho de imigrantes e acompanhar as diligências a serem realizadas para investigar as causas da explosão ocorrida na cooperativa no dia 27 de julho, que deixou 1 brasileiro e 7 haitianos mortos.

Autoria: Deputada Federal Carol Dartora (PT/PR).

Temos aqui os temas dos requerimentos, já distribuídos entre os pares desta Comissão.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Os Parlamentares...

O SR. ZÉ HAROLDO CATHEDRAL (PSD - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – No requerimento de número?

O SR. ZÉ HAROLDO CATHEDRAL (PSD - RR) – Requerimento nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Deixo aqui, então, o Deputado Zé Haroldo subscrevendo o Requerimento nº 9, da Deputada Reginete Bispo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)
Encerrada a discussão.
Passamos à votação.
Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados os Requerimentos nºs 9 e 10.
Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a votação da ata da presente reunião.
Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e trinta minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências das Parlamentares Carol Dartora e Socorro Neri, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Alan Rick, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Dr. Hiran e Prof. Paulo Fernando, e ainda dos Parlamentares Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Zenaide Maia, Marcos do Val, Tarcísio Motta e Gilson Daniel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Sergio Moro, Leila Barros, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle, General Pazuello, Reginete Bispo e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2023 - CMMIR, de autoria Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE). **Finalidade:** Debater os deslocamentos forçados sob a ótica das mudanças climáticas, desastres ambientais e construções de risco. **Participantes:** Camila Suemi Okuti Macedo Tardin, Assessora Nacional da Cáritas Brasileira; Débora Castiglione, Coordenadora da Unidade de Migration, Environment and Climate Change da Organização Internacional para as Migrações - OIM; Inamara Santos Mélo, Coordenadora-Geral de Adaptação da Secretaria de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e Oscar Sanchez, Representante Adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR - no Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputada Carol Dartora
Vice-Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR. Fala da Presidência.) – Olá! Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Em atendimento ao plano de trabalho aprovado por esta Comissão, a audiência pública tem como objetivo debater os deslocamentos forçados sob a ótica das mudanças climáticas, desastres ambientais e construções de risco.

Eu, agora, com muita honra, convido para a mesa os seguintes convidados – se puderem tomar lugar aqui à mesa: Oscar Sanchez, representante do Acnur no Brasil; Débora Castiglione, Coordenadora da Unidade de Migration, Environment and Climate Change da Organização Internacional para as Migrações; Camila Suemi, Assessora Nacional da Cáritas Brasileira; e Inamara Santos Mélo, Coordenadora-Geral de Adaptação da Secretaria de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Boa tarde! Sejam bem-vindas e bem-vindos!

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição por dez minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos.

Neste momento, eu concedo a palavra ao primeiro expositor, Oscar Sanchez, do Acnur no Brasil, para fazer sua fala por dez minutos, por favor.

O SR. OSCAR SANCHEZ (Para expor.) – Muito obrigado.

É um prazer estar aqui representando o Acnur, a agência da ONU para Refugiados.

Gostaria de transmitir também as calorosas saudações do nosso Alto Comissário Filippo Grandi; cumprimentar as autoridades e a Presidenta hoje da Comissão, a Deputada Dartora – obrigado pelo convite –; e saudar também todas as pessoas que acompanham a sessão, em especial as pessoas refugiadas.

Ressalto também que a presente sessão reafirma o compromisso do Parlamento brasileiro com a temática de refúgio e também com as mudanças climáticas e o impacto que tem nas populações mais vulneráveis.

Tenho uma apresentação, assim vocês que não conseguem entender meu português, que não está muito bom, então podem também acompanhar a apresentação, que tem uns dados interessantes do tema das mudanças climáticas e seu impacto.

O impacto é principalmente às pessoas mais vulneráveis; então, as mudanças climáticas estão acontecendo no mundo inteiro, mas em particular têm um impacto nas pessoas que já estão num deslocamento forçado. Inclusive, de acordo com o IDMC, que é o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno – por a sigla ser em inglês –, só no Brasil tem mais de 700 mil pessoas que foram deslocadas, ou por mudanças climáticas ou por impactos ecológicos, como fortes chuvas, enchentes, em cifras de 2022. Então, é um impacto muito grande em todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mundo, em particular no Brasil, que é um país muito grande e também tem muitas diferenças sociais, ecológicas, que estão impactando nas pessoas, como eu falei, mais vulneráveis.

Nos acampamentos ou nas situações de refúgio, aquelas pessoas que foram deslocadas... Aí estão algumas cifras, que vocês podem ver na tela, de que principalmente aqueles países que têm um impacto da mudança climática mais forte são também aqueles países que estão, de alguma maneira, acolhendo as pessoas refugiadas. Inclusive, nove de cada dez pessoas que retornam... Então, quando nós falamos da possibilidade de uma solução duradoura para os refugiados, de eles poderem retornar aos seus países, seja na Somália, seja, sei lá, no Sudão, são aqueles países que têm mais vulneráveis para a mudança climática. Então, se a gente fala de uma possível solução duradoura para os refugiados, essa solução tem que ser também olhada desde o ponto de vista do impacto da mudança climática nesses países.

Os números são bem controversos, então seria bom a Comissão também ter um olhar sobre qual é a recolheita de dados que hoje em dia tem no Brasil, como melhorar essa recolheita de dados; ter um corte étnico, de gênero, de diversidade, porque não é todo uníssono – as pessoas mais vulneráveis são as que são mais atingidas por uma mudança climática. Então essa é uma possível sugestão para a mesa, para ter um olhar específico em como a gente toma os dados.

Então, no mundo inteiro, agora temos uma terminologia nova, que é *climate refugees* ou refugiados climáticos. De fato, é uma terminologia que já está no Dicionário de Oxford, então isso é parte do léxico comum, mas não é parte do direito internacional. Então, nós achamos que é interessante, como uma forma de dar uma olhada, uma visibilidade à temática, mas não está dentro do direito, então dificulta as tarefas, sobretudo de políticas públicas, porque você construir uma política pública que não tem uma base jurídica tem as suas dificuldades.

Mas temos jurisprudência já, temos uma jurisprudência internacional, que é o caso do Teitiota em Nova Zelândia. Então, ainda que o *fallo*, em particular, tenha sido negativo para esta pessoa, mas, na primeira instância, foi a um tribunal da ONU, no ano de 2020, que constatou que essas pessoas afetadas pela mudança climática e que *a priori* teriam o direito fundamental ao refúgio não poderiam ser devolvidas para essa situação que poderia pôr em risco as suas vidas. Então, ainda que o *fallo* não complete todo o círculo da proteção, se tem um vínculo muito forte na não devolução.

Isso é importante a se considerar para o futuro das políticas públicas também que podem se desenvolver aqui no Brasil.

Temos outros instrumentos legais... Desculpem-me, mas o Acnur é uma organização da ONU que tem como fundamento uma convenção, então, todo o olhar que a gente faz é desde o ponto de vista jurídico. Aqui os colegas vão falar muito mais, eu acho, de outras perspectivas, que podem ser mais de um ambiente mais científico ou ambiental ou de outras temáticas, mas para a gente, para o Acnur em concreto o nosso olhar sempre tem que ver desde o direito internacional, então, por isso, focamos muito isso.

Então, a Convenção de 1951, sim, pode ser um eixo transversal para discutir. Então, aquelas pessoas que têm um impacto na mudança climática podem ser vistas como refugiados, sim, se essas pessoas, pela mudança climática, têm outras situações que afetem a sua proteção efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, também temos instrumentos regionais, tanto na África como na Declaração de Cartagena, nas Américas, que determina que se eventos têm perturbado a ordem pública poderiam, sim, ser reconhecidos como refugiados ou como meritórios da proteção internacional.

Também temos o Pacto Global sobre Refugiados, que reconhece que "o clima, a degradação ambiental e os desastres interagem cada vez mais com os fatores geradores dos movimentos de refugiados".

Então, esses são alguns dos instrumentos legais que temos agora. Novamente, formam parte complementar da proteção, então têm que ser vistos como um todo, como origem da proteção efetiva internacional para essas pessoas que têm que fugir dessas situações.

Temos outros exemplos, como o do Haiti, então o Brasil tem sido, na região, um líder na discussão dos elementos de proteção que mais protegem e mais progressistas. Temos visto os vistos humanitários que aqui foram aplicados no caso do Haiti, que não foram por mudanças climáticas, mas foram por um desastre natural. Na região, também temos discussões similares com a Argentina e o Equador, dando um olhar do mesmo jeito que foi feito para o Haiti.

Quero lembrar também que o Brasil já é membro do Quadro de Sendai para redução de riscos e desastres. Então, há uma série de pautas que são previstas para ampliar, sobretudo, o tema da prevenção, da mudança, ou gerar resiliência para as áreas onde há maiores riscos, que podem pôr em risco a vida das pessoas.

Por parte do Acnur, o que estamos fazendo aqui é parte do nosso trabalho, que é promover e apoiar as diferentes comissões ou as diferentes interpretações da lei internacional.

A maioria das políticas públicas, as operações que nós temos, tanto no norte, em Roraima, também têm um olhar na mudança climática para a proteção das pessoas, mas também para mudanças dos próprios humanitários. A gente também utiliza muito material que é material não reciclável, o que poderia melhorar inclusive nossas respostas.

Também quero mencionar que o Acnur, faz dois anos, acho, que apoiou nessas inundações na Bahia, também apoiou agora com *kits* para defesa civil, no Maranhão e em Roraima.

Fizemos um encontro, também em Roraima, com a Universidade de Harvard, também com a Aalto University, da Finlândia, para melhorar a capacidade de resposta, por parte de Boa Vista, às mudanças climáticas. De fato, uma das regiões, de acordo com expertos, que vai ter mais mudança vai ser a Região Norte, a região da Amazônia, então a gente tem que estar preparado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSCAR SANCHEZ – O Acnur trabalha com as autoridades lá para isso.

Só para finalizar, a gente tem um escritório em Belém. Estamos à disposição. Aí é interessante que o escritório de Belém atua para apoiar a proteção de indígenas refugiados da Venezuela, que têm inclusive um impacto maior das mudanças climáticas.

Novamente, muito obrigado, por apoiar essa iniciativa, à Presidenta, à Deputada Dartora. É uma honra novamente para o Acnur estar aqui. Estarmos juntos com o Congresso Nacional para apoiar novas políticas públicas para melhorar a proteção das pessoas que têm que fugir pelas mudanças climáticas ou violência generalizada.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Muito obrigada pela sua fala, muito importante. Parabéns pelo trabalho que a Acnur vem realizando. A gente sabe de todos os desafios que são essas mudanças climáticas, que não são – acho que é importante a gente ter isso em mente –, algumas dessas mudanças, naturais, não é? São provocadas. E a gente precisa criar estratégias políticas e até mesmo combater a destruição da natureza que ocasiona essas mudanças. Então muito obrigada pela sua fala.

E agora eu passo para Débora Castiglione para fazer sua fala, por dez minutos.

A SRA. DÉBORA CASTIGLIONE (Para expor.) – Bom, muito boa tarde a todos.

Eu começo agradecendo à Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados o convite feito à OIM.

Cumprimento todos na pessoa da Deputada Carol Dartora.

Eu vou começar explicando bem rapidamente o que é a OIM. A OIM é a agência das Nações Unidas para as migrações. Ela foi criada em 1951 e trabalha com a promoção da migração regulada, redução da migração forçada e irregular e com a proteção dos direitos de todos os migrantes. A gente trabalha enfrentando os desafios operacionais da gestão migratória e avançando na compreensão das questões relacionadas à migração, também com o desenvolvimento social e econômico por meio da migração e na proteção da dignidade humana e do bem-estar dos migrantes.

Então, antes de eu começar a falar sobre o tema que nos traz aqui hoje, eu acho importante definir como a gente entende o migrante. Migrante não é um termo que esteja universalmente aceito e que esteja no direito internacional. Ao contrário, por exemplo, dos refugiados, pois este, sim, é um termo que está definido no direito internacional: são pessoas que se encontram fora do seu país de origem e têm um fundamentado temor a retornar, por cinco motivos relacionados à perseguição, ou por grave e generalizada violação dos direitos humanos – aqui no contexto Cartagena.

O migrante não tem essa categoria legalmente bem definida, então a gente trabalha na OIM com um termo que foi desenvolvido pela OIM para seus próprios fins. Então, é um termo guarda-chuva, que reflete todas essas pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência, dentro do próprio país, portanto, migração doméstica, ou através de fronteiras internacionais, e esta pode ser de forma temporária, de forma permanente, por uma grande variedade de razões e muitas vezes por razões que são complexas e que se sobrepõem.

Dentro do que é a migração ambiental e climática, a gente trabalha com quatro conceitos principais, que são conceitos também desenvolvidos pela OIM a partir do marco de adaptação de Cancún, de 2010.

Então, a gente trabalha com a migração como um movimento mais voluntário do que o deslocamento, onde há, digamos assim, uma agência, uma capacidade de escolha e de planejamento maior.

O deslocamento por desastres se refere ao movimento de pessoas que são forçadas ou obrigadas a deixar seu local de origem e de residência como resultado de um desastre – a gente já vai ver como a gente entende o desastre.

A realocação planificada ou planejada é também um conceito bem importante de se ter em mente quando a gente discute esse tema porque vai envolver uma mobilidade de um grupo de famílias ou de comunidades, de comunidades inteiras, de uma forma que é relativamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejada. Isso significa uma mobilidade de um lugar mais exposto a riscos ambientais ou climáticos para um lugar menos exposto a esses riscos, onde as pessoas podem refazer sua vida e fazer isso com segurança, com dignidade, portanto, sempre com o objetivo de evitar o deslocamento.

Já a imobilidade é um conceito bem menos falado, mas igualmente importante. Ela se refere a populações que ou não querem ou não podem deixar suas comunidades, apesar de estarem sofrendo impactos de desastres ou estarem sofrendo choques um atrás do outro. Portanto, é uma comunidade que está sofrendo impacto de secas, que está sofrendo impacto de chuvas ou de enchentes e que não tem os recursos para deixar aquele lugar onde está sofrendo um choque atrás do outro, causando empobrecimento, ou tem os recursos mas não quer deixar esse lugar porque é um território tradicional, por uma série de motivos. Então, embora a imobilidade seja menos visibilizada quando a gente fala sobre esse tema, é igualmente importante. A gente sempre traz a importância de se olhar para essas populações.

Eu trouxe aqui alguns conceitos, mas eu vou focar no conceito de desastre, porque eu acho importante a gente começar a nossa conversa por aí, entendendo que o desastre é uma ruptura grave do funcionamento da comunidade devido a fenômenos perigosos, mas que interagem com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade. Isso quer dizer o quê? O desastre não é aquela ameaça natural; o desastre é a interação da ameaça natural com a exposição, a vulnerabilidade e a capacidade. É por isso, também, que a gente não fala de desastres naturais, a gente não usa esse termo, porque não é o desastre que é natural; o desastre interage com condições sociais e de infraestrutura e outras.

E aí a gente, da OIM, entende esse tema da migração, meio ambiente, mudança do clima e redução de riscos de desastres, principalmente a partir de três eixos.

Soluções para que as pessoas se movimentem. Vocês se lembram de que eu falei agora da realocação planificada, mas que não é o único. A migração pode ser uma estratégia boa, positiva, que pode trazer muitas vantagens para as comunidades, de acolhida e de origem, e para as próprias pessoas migrantes.

A gente desenvolve soluções para pessoas que já estão em movimento, portanto, pessoas que já estão se deslocando, que já migraram, migrantes internos nas cidades, migrantes internacionais, portanto, como essas pessoas podem..., como se podem desenvolver soluções para assistir, para proteger, para potencializar a ação climática dessas pessoas migrantes e, sobretudo, a gente desenvolve soluções para que as pessoas fiquem.

E por que eu trouxe a questão de a gente desenvolver soluções para que as pessoas fiquem? E por que essa é uma parte tão importante da nossa estratégia sobre migração, meio ambiente e mudança do clima, que vocês podem consultar *online* se tiverem interesse? Porque é nesse ponto que a gente assegura que a migração é uma escolha, que, se a pessoa quiser migrar, ela pode acolher essa opção e pode se beneficiar de todas as oportunidades que a migração traz, mas que ela não se sinta obrigada ou não se veja numa situação de ter que fazer isso. E a gente faz isso através da construção de resiliência e do enfrentamento dos fatores adversos relacionados ao clima e ao meio ambiente.

Nós temos várias publicações e várias... A gente trabalha muito com a construção de evidências e dados, evidências sobre migração e meio ambiente e mudanças do clima, principalmente porque continua havendo uma lacuna muito grande nesses dados. A gente sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são vários fatores que interagem aqui no tema e a gente sabe que ainda existe uma lacuna muito grande nos dados também, porque há uma lacuna na coleta de dados e há uma lacuna na realização de estudos, que são muito complexos.

Então, esse é um estudo que nós fizemos em parceria com a Conferência Sul-Americana sobre Migrações. Aliás, é um estudo encabeçado pela Conferência Sul-Americana sobre Migrações em parceria com a OIM e com a Plataforma sobre Deslocamentos por Desastres, que tem um capítulo para cada um dos países da América do Sul – eu animo todos a consultarem isso –, mas traz esse tema de que os países da América do Sul são altamente vulneráveis ao impacto das ameaças e, aqui na região, principalmente, estamos falando de ameaças do tipo climático ou hidrometeorológico, em comparação com ameaças geofísicas que a gente tem também.

Com respeito, especificamente, aos impactos associados com a mudança do clima, a gente tem, por exemplo, no último relatório do IPCC, no *Sexto Relatório de Avaliação do IPCC*, que o Nordeste do Brasil e a Amazônia são identificados entre as zonas mais sensíveis do mundo à migração climática. A gente tem alguns estudos nacionais que indicam que a migração para centros urbanos próximos vem sendo uma resposta comum às secas. E a gente tem outros estudos que estimam que pode haver uma grande porcentagem de migração relacionada a motivos relacionados ao clima. E, aí, por que a gente fala "pode haver", "se estima"? Porque são muitos os fatores que interagem e nós estamos a tempo de trabalhar nas políticas de prevenção, que devem ser o foco.

Na América do Sul, eu trouxe aqui, e vou passar muito rapidamente, estou me referindo ao mesmo dado que o meu colega do Acnur já trouxe, para mostrar esses dados compilados de deslocamentos internos na América do Sul em 2022. E eu chamo a atenção de que é importante a gente ter consciência das lacunas e limitações dos dados existentes, porque cada país coleta esse dado de uma maneira diferente, por exemplo, o Brasil não coleta o dado de deslocamento; o que está refletido ali são os dos desalojados e desabrigados.

Eu vou correr um pouquinho para ir concluindo.

Sobre marcos globais sobre migração, meio ambiente, mudança do clima e desastres, nós não temos um único marco global. Temos marcos principais, mas é muito importante a gente ficar sempre com a informação de que o marco de direitos humanos protege todas as pessoas, inclusive migrantes internos, inclusive migrantes internacionais, independentemente do motivo da migração. Portanto, uma pessoa, mesmo que ela tenha atravessado fronteiras ou não, em uma situação de deslocamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA CASTIGLIONE – ... por motivo de desastres, está protegida pelo marco de direitos humanos.

E aí, especificamente na mobilidade humana, a gente tem compromissos assumidos pelos estados através do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, que refletiu de uma forma bem madura essa questão da migração relacionada ao meio ambiente e mudança do clima. O pacto é dos estados e traz isso principalmente no Objetivo 2, que fala sobre minimizar fatores adversos da migração – esse é o grande objetivo do pacto, que está relacionado à migração, ao meio ambiente e mudança do clima –, e ele fala também das vias de migração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regular para pessoas afetadas tanto por desastres repentinos quanto por impactos graduais da degradação ambiental e mudança do clima. E aí, nesse ponto, ele vai falar em desenvolver ou construir práticas nacionais e regionais para admissão e estadia, numa duração que seja apropriada, vistos humanitários, acesso à educação e uma série de outras coisas, portanto, ele reflete compromissos assumidos pelos Estados de construir essas soluções.

Então, para já ir concluindo, porque eu sei que passei um pouquinho, eu chamo a atenção de vocês para o fato de que está aqui, vocês podem depois consultar e fiquem à vontade também para me escrever e para me pedir o envio desse documento, que é público e está *online*, que se chama "diretrizes regionais para proteção dos direitos humanos de deslocados transfronteiriços por desastres" que foi construído pelos Estados no âmbito da Conferência Sul-Americana sobre Migrações. Esse documento traz já um processo de construção regional dos países participantes que vai detalhar, com bastante nível de amadurecimento, princípios, medidas de contingência. Ele busca soluções conjuntas, trabalha soluções adequadas para as necessidades das pessoas migrantes, pessoas deslocadas através das fronteiras internacionais, que é o foco desse documento, sempre com base na cooperação e na solidariedade entre os países.

Eu, com isso, concluo e agradeço muito a atenção de todos. Quem tiver interesse em consultar os documentos que estão aqui com mais detalhes, eles vão estar disponíveis na nossa apresentação. Eu estou à disposição de todos que queiram entrar em contato e pedir o envio dos documentos. Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Muito obrigada. Muito importante a sua fala.

Eu fiquei pensando aqui sobre essa falta de dados sobre desalojados e desabrigados. Eu venho lá da cidade de Curitiba, fui Vereadora lá na cidade de Curitiba, uma cidade que sofre com muitos alagamentos porque houve uma ocupação do solo irresponsável. Então, é uma cidade que alaga muito e, especialmente nas periferias, quando a cidade alaga, as pessoas que perdem tudo – perdem seus bens, perdem casa, perdem tudo – são colocadas como desalojadas, mas nunca nessa perspectiva de que elas estão sofrendo algo que é uma ausência do poder público no sentido de minimizar os impactos dessa ocupação irregular, que diz que é um problema causado, criado. Então, fiquei pensando aqui que isso fala muito do desafio que a gente tem de criar políticas públicas locais nessa perspectiva, através das câmaras municipais, enfim, então, realmente são desafios que a gente tem aqui.

Muito obrigada.

E agora eu passo para Camila Suemi, Assessora Nacional da Cáritas Brasileira, para fazer sua fala, por dez minutos.

O SR. CAMILA SUEMI OKUTI MACEDO TARDIN (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar a mesa, principalmente na pessoa da Carol Dartora, cujo trabalho eu admiro já há muito tempo.

Eu quero começar fazendo uma breve leitura:

> Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados na caatinga rala.
> Arrastaram-se para lá, devagar, sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás.
> Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.
> [Vidas secas, Graciliano Ramos.]

Aqui a gente vai perceber com brilhantismo que já está sendo narrado o deslocamento, a migração interna por mudanças climáticas, por questões climáticas.

A Cáritas Brasileira já atua há muito tempo no sentido de estender a mão ao mais necessitado seja no acesso à água, à segurança alimentar, na promoção do bem viver, também na acolhida, integração de migrantes, refugiados, nas fronteiras em todo o país, mas também na questão da atenção ao meio ambiente, gestão de riscos e desastres. Nesse sentido, desde *Vida Secas* até hoje, a gente vê um agravamento de toda a questão climática no mundo. A gente vê, por exemplo, a desertificação do Afeganistão, um terço do Paquistão está inundado, na Europa nós tivemos o verão mais quente dos últimos 500 anos, tem também o furacão Ian, nos Estados Unidos, que lembrou de maneira muito brutal que não há nação e não há economia que seja imune a crises climáticas.

O Brasil tem passado também por algumas catástrofes impulsionadas por essas mudanças climáticas. A gente vai falar de inundações, deslizamentos, desmoronamentos. A gente pode olhar, por exemplo, para o ano de 2022, quando tivemos fortes chuvas na Bahia, em Minas Gerais, em Petrópolis, em Recife e, olhando também para a população mais atingida, ver que sempre tem a mesma cor e o mesmo gênero. E por que eu estou falando aqui na Comissão de migração e refúgio sobre o que tem acontecido com a população brasileira? Porque eles são migrantes internos, é um deslocamento que já acontece por causa de questões climáticas e, quando os migrantes refugiados chegam ao Brasil, não é para lugares, bairros nobres que eles vão; é justamente para comunidades, para abrigos, para esses locais de maior vulnerabilidade social e também ambiental.

Eu acho que foi muito bem aqui apresentado pelos meus colegas – e eu não me arrisco a estragar esse brilhantismo trazido da migração internacional – e acho que foi muito importante o que foi trazido pela Carol Dartora: lembrar que muitos dos desastres ambientais só são desastres por uma falta de ação do Governo. Então, a gente precisa lembrar... Eu trouxe aqui alguns exemplos de desastres socioambientais, mas nós tivemos no Brasil também alguns desastres antropogênicos, que são crimes ambientais. Se a gente for olhar, por exemplo, para o rompimento da barragem de Mariana, de Brumadinho e do Pará, são crimes ambientais gravíssimos, e esses exemplos demonstram como esses projetos desenvolvimentistas, seja através da mineração ou através de hidroelétricas, do agronegócio, têm causado dano e prejuízo não só ao meio ambiente, mas também a uma parte da população em cujo núcleo está cuidar do meio ambiente. E aí eu vou falar de povos e comunidades tradicionais, de povos quilombolas, de povos indígenas que estão ali cuidando do meio ambiente e são mais recorrentemente alvo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas empreitadas, porque – e aí vale lembrar que está sendo desrespeitada a Convenção 169 da OIT – eles são expulsos de seus terrenos, e isso tem mudado toda a cultura desses povos. Se a gente for olhar para as comunidades ribeirinhas, elas cada vez menos têm acesso ao rio; há comunidades quilombolas que estão sendo expulsas de seus territórios e existem comunidades indígenas que estão sendo empurradas para áreas urbanas. Isso é muito sério! A gente vê que isso é o resultado de um desenvolvimento da sociedade de maneira irresponsável. A gente tem uma omissão histórica porque a população minorizada – e aí vão entrar também os migrantes e refugiados – não pode ficar nos lugares de maior segurança, eles sempre são colocados nas áreas de risco. Então a gente tem que caminhar para uma busca de justiça ambiental, mas também para a busca de justiça racial, de justiça de gênero.

Esse deslocamento interno que o brasileiro faz por questões climáticas, o migrante refugiado também vai fazer. Eu queria trazer um exemplo que foi muito emblemático: venezuelanos vieram ao Brasil por grave e generalizada violação dos direitos humanos e conseguiram se estabelecer no Pantanal. Criaram, inclusive, uma casa de passagem para outros venezuelanos. Entretanto, em 2020, nós tivemos aquela queimada que extrapolou todos os recordes históricos, e eles se viram novamente obrigados a migrar, mas, dessa vez, por uma questão climática, o que até então não era feito.

Eu acho importante... A Débora trouxe um recorte do IPCC. O IPCC é o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, das Organizações das Nações Unidas. O IPCC também mostra que Recife é a capital com o maior risco de avanço do mar. É considerada a Veneza brasileira. Está na posição 16ª de cidades com maior risco e vulnerabilidade ambiental do mundo. Isso é muito grave, mas, se a gente for olhar para essas chuvas que tiveram em 2022, a gente vê também a questão do racismo ambiental, porque Boa Viagem se recuperou no dia seguinte, mas a gente tem Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe ou a comunidade Jardim de Monte Verde que até hoje não se recuperaram, até hoje eles sofrem com isso. E a gente não precisa ir muito longe. Aqui mesmo, em Brasília, quando chove, tem pouquíssimos transtornos o Lago Sul, mas a gente vai ver em Planaltina e no Sol Nascente que as cidades ficam completamente destruídas.

Então, olhando hoje para o nosso cenário brasileiro, a gente já tem uma Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, criada pela Lei 12.608, de 2012, que fala sobre a gestão integral de riscos e desastres através da prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, então, já temos uma lei criada. Por que isso não está sendo efetivo? Por que a defesa civil não está, de fato, alcançando essas comunidades? E aí eu já estou me adiantando, indo para a parte final, mas eu queria trazer também bons exemplos. Recife foi muito emblemático por causa de todo o cenário que eu apresentei, mas não é o único lugar. Nós tivemos muitas chuvas.

Então, a gente não pode parar por aqui. Nós precisamos falar, por exemplo, da necessidade de um canal de diálogo permanente para abordar esses pontos. Já foi falado – inclusive, eu gostaria muito de ouvir, depois, a minha colega –, mas eu queria saber sobre a criação de um Conselho Nacional de Segurança Energética. Isso iria proporcionar maior segurança para essas pessoas, para essa população.

E eu quero trazer também alguns bons exemplos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILA SUEMI OKUTI MACEDO TARDIN – Estou finalizando.

Quero só trazer alguns bons exemplos.

A cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, foi severamente atingida pelas chuvas e foi uma cidade que criou duas leis – a Lei 8.431 criou um Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, e também a Lei 8.430 criou um Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil –, e o mais importante: com a institucionalização dos NUDECs, que são os Núcleos Comunitários de Defesa Civil, porque não adianta traçar uma rota de fuga; precisa-se comunicar, a comunidade precisa saber, e é muito diferente a gente pegar a avenida principal e falar assim: "Olha, vá ali à casa da D. Joana, vire à direita e siga até a praça". É isto que a gente precisa fazer: utilizar a Defesa Civil para construir planos de contingência, para construir abrigos e pensar em maneiras de acolher essa população.

E, para finalizar, nós estamos, sim, diante de um cenário global em que cada vez mais pessoas irão migrar por questões climáticas, e a gente precisa criar... Por isso, é tão importante este momento aqui, porque nós precisamos falar sobre políticas públicas para prevenir esses desastres naturais, porque, como a Débora bem disse, o desastre socioambiental só ocorre quando o perigo, somado à vulnerabilidade, causa dano, e é a inação do Estado que, infelizmente, tem causado mortes no Brasil.

Então, para que a gente possa garantir os direitos de todos os que habitam o nosso território e daqueles que virão a habitá-lo, nós precisamos entender que as mudanças climáticas realmente motivam a migração e, são, sim, causa de proteção internacional, mas também são causas que trazem diariamente morte para todos os brasileiros, principalmente quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pessoas negras do nosso país.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Muito obrigada, Camila.

Maravilhosa a sua fala e muito importante esse elemento do racismo ambiental. É um tema para o qual a gente tem tentado dar visibilidade, mas ainda é muito nebuloso na mentalidade de algumas pessoas, principalmente quando a gente pensa o racismo ambiental no contexto urbano, porque as pessoas associam muito o racismo ambiental às comunidades do campo – então, comunidades quilombolas e comunidades indígenas –, mas não conseguem perceber essa ocupação urbana e esses territórios dentro do contexto urbano que sofrem esse desprezo em decorrência do racismo.

Em algumas cidades, se a gente olhar, a gente consegue perceber onde estão, por exemplo, as pessoas negras da cidade e as não negras. Onde estão as pessoas negras, no Rio de Janeiro, por exemplo? Nos morros, nas encostas.

Então, isso muito importante, e essa importância dos protocolos de prevenção de risco, que acredito que é uma urgência brasileira, para os quais a gente tem que encontrar a forma. Acho que este é o espaço, estamos neste espaço privilegiado para conseguir efetivar a legislação nesse sentido.

Muito obrigada.

E, agora, eu passo pra Inamara Santos Mélo, para fazer a sua fala por dez minutos.

A SRA. INAMARA SANTOS MÉLO (Para expor.) – Muito obrigada, Deputada Carol Dartora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria aqui, em nome da nossa Ministra Marina Silva e também da nossa Secretária Ana Toni, de trazer uma saudação a esta Comissão, parabenizando os Parlamentares, em primeiro lugar, por trazer o tema dos impactos climáticos para a questão, para o debate das migrações.

A gente sabe que a questão da mudança do clima é, de fato, um desafio da contemporaneidade, que tem um impacto sobre as diversas dimensões da vida em sociedade, e acho que é muito pertinente trazer esse debate a esta Comissão.

A gente imagina, ouvindo aqui as demais falas, que nós teremos aqui acho que complementariedade desta mesa. Eu trago aqui algumas informações que eu acho que podem nos ajudar bastante neste debate.

A primeira coisa é considerar o quanto têm sido ineficazes ou insuficientes os esforços para conter as emissões de gás de efeito estufa. Isso tem trazido um impacto nas diversas dimensões da vida em sociedade, ampliando aquilo que são os agravos ambientais.

Nessa tela, a gente identifica aqui o que seria a contribuição nacionalmente determinada de todos os países e o quanto falta para que a gente mantenha o aquecimento global em um nível seguro para a humanidade. Então, falta muito para que a gente consiga manter a população, a sociedade, o futuro do planeta em um nível seguro, mas só que a gente não está falando só daquilo que está por vir, aquilo que hoje já é registrado traz um panorama que já nos apresenta enormes alertas.

Este estudo do Banco Mundial apresenta aqui o número de óbitos por tipo de desastre climático, e a gente já tem, nas últimas duas décadas, uma média de 61 mil óbitos ao ano, no mundo. E o Brasil aparece entre os dez países com mais registros de óbitos e, em 2022. Isso foi uma decorrência, em particular, das inundações do Sudeste.

Quando a gente fala em perdas econômicas, o mundo registra US$188 bilhões ao ano nessa média das últimas duas décadas. E o Brasil, mais uma vez, está entre os dez países do mundo com maiores perdas econômicas, e aqui voltadas à questão da estiagem em diversas regiões, em particular, no Nordeste brasileiro.

Aqui vocês veem qual é o percentual de contribuição nos danos materiais e prejuízos por grupo de desastres ao longo dos últimos anos; são dados que a gente pode verificar em todas as regiões do país. Nós temos isso traduzido em números, aquilo que são danos e aquilo que são prejuízos, ou seja, aquilo que impactou a economia e, mais uma vez, nós estamos falando do alto volume de recursos e daquilo que o Brasil perde ao ano.

Neste caso aqui, a gente está falando de mais de R$4 bilhões ao ano em danos materiais. Então, isso é um volume que se estende por diversas atividades: infraestrutura, habitação, ensino, a questão comunitária, saúde. Enfim, os diversos setores da economia são impactados, a vida das pessoas é impactada pelos desastres e, no caso brasileiro, a gente tem a questão da estiagem, da seca, como sendo este o maior agravo do ponto de vista climático que traz grandes problemas, que traz aqui o registro de milhões de pessoas afetadas com inúmeras ocorrências. Então, têm pessoas desabrigadas, desalojadas, um volume gigante de pessoas afetadas pelos desastres climáticos no Brasil.

Neste panorama, nós queremos registrar aquilo que é a capacidade adaptativa aos efeitos climáticos dos municípios brasileiros. Os dados da plataforma AdaptaBrasil nos apresentam que, dos quase 5.570 municípios, mais de 3,6 mil têm uma capacidade adaptativa baixa ou muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baixa à mudança do clima. E nós estamos falando de quase 500 municípios que têm um risco alto ou muito alto de deslizamento de terra. Nós estamos falando de quase 900 municípios com índice de ameaça de inundações, enxurradas e alagamentos alto ou muito alto. É óbvio que isso causa e traz um impacto relacionado ao deslocamento e à mobilidade, em função desses desastres.

Eu não vou aqui me ater aos conceitos, que já foram apresentados aqui, pela nossa colega Débora, mas é muito importante deixar a mensagem de que, num país de dimensão continental como o Brasil, é preciso, de fato, enfrentar os crescentes desafios e proteger a dignidade humana quando a gente fala em mudança do clima.

O direito internacional dos direitos humanos ainda busca compreender o alcance das obrigações estatais relacionadas aí à emergência climática. Mas é muito importante a gente se ater ao que consta na Constituição Federal, no art. 225, em que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo. E isso é uma responsabilidade do poder público e da coletividade. E quando a gente traz isso para a agenda do clima, a gente está falando em garantir, em implementar políticas de mitigação e de adaptação, a fim de proteger os direitos humanos das pessoas afetadas pelos impactos da mudança do clima.

Aqui tem um panorama internacional, que também já foi apresentado por meus colegas. Mas é muito bom, é muito importante dizer que nós precisamos elaborar uma política com a cara do Brasil. A justiça climática no Brasil tem as suas especificidades e a gente precisa entender que o fortalecimento dessa agenda do Plano Nacional de Adaptação envolve hoje uma iniciativa da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, que elabora e propõe o Plano Clima com a estratégia geral, os planos setoriais de adaptação, em que aqui se observa uma necessidade e um intento, um propósito desta gestão de, ao observar que as populações são, de fato, afetadas, de modo distinto, com intensidades variáveis, que nós precisamos sim garantir a inclusão de recortes de classe, de raça, de gênero; que nós precisamos observar a questão dos povos e comunidade tradicionais, dos biomas. E essa resposta precisa ser abrangente, precisa ser sensível e precisa observar aquilo que é a diversidade do povo brasileiro.

Nós estamos elaborando, Deputada, então a proposta do Plano Clima, que será submetida ao Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima, que será instalado este mês. E no Plano Clima se estabelecem a estratégia de mitigação, a estratégia de adaptação e uma estratégia transversal para a ação climática, envolvendo o propósito de tratar de transição justa, meio de implementação, educação, pesquisa, desenvolvimento e inovação, monitoramento, gestão, avaliação e transparência.

Nós temos 14 planos setoriais de adaptação. E nós pretendemos fazer com que esse seja um processo que tenha a construção participativa, a participação dos diversos atores.

Por isso, desde já, fica aqui o nosso convite ao Parlamento para que se integre a esta iniciativa de elaboração do Plano Clima. Temos feito uma série de diálogos para garantir o engajamento dos diversos atores.

Entre setembro e dezembro, nós trataremos de elaborar tanto o diagnóstico, o prognóstico e a estratégia em relação àquilo que envolve o Plano Clima. E teremos o processo de consolidação e validação dos compromissos brasileiros em relação às mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperamos entregar, na próxima COP, já a estratégia geral de mitigação e de adaptação a partir desse processo e desse diálogo com a sociedade.

Também gostaríamos de dizer que, nesses 14 planos setoriais, nós devemos promover a questão da abordagem da transição justa e da promoção da justiça climática.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. INAMARA SANTOS MÉLO – Há, aqui, um plano setorial de igualdade racial e combate ao racismo para tratar não só do ponto de vista transversal, mas de ter também um plano setorial que toque nas questões que foram abordadas por esta Mesa. Acho fundamental a gente entender que as populações mais vulneráveis precisam ser aquelas priorizadas.

Daí por que também trataremos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, enfim, segurança alimentar. Precisamos cuidar de quem mais precisa.

Esses planos de ação envolvem três ciclos de quatro anos. Nós pretendemos ter esse Plano Clima aprovado em 2024.

E a gente inicia esse processo com a oficina "Justiça Climática: o novo caminho para adaptação do Brasil", no próximo dia 4 de setembro. É uma oficina para recolher recomendações ao plano de adaptação.

Nós aproveitamos aqui para estender o convite também a todos vocês, a quem nos assiste. Esperamos contar com todos para garantir uma política de adaptação que, de fato, atenda aos anseios do país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – A gente agradece e comemora. Que maravilha ter um real Ministério do Meio Ambiente!

Estamos muito felizes de saber que tem uma política nacional sobre mudança do clima efetivamente sendo construída e confiamos muito no trabalho que o Ministério do Meio Ambiente está realizando.

Realmente, que outro momento que a gente está vivendo! Que bom!

Agora, a gente tem as perguntas que vieram pelo e-Cidadania, as perguntas que foram enviadas. Separei algumas perguntas, mas, antes de trazê-las, quero abrir a palavra à Deputada Socorro Neri, que está aqui presente.

A SRA. SOCORRO NERI (PP - AC. Para expor.) – Boa tarde, Presidente, Deputada Carol Dartora, todos os convidados.

Tive a alegria, a honra de chegar aqui no momento em que a Camila estava fazendo a sua apresentação.

Depois, assisti à apresentação da Inamara.

Lamento não ter assistido à sua, Débora, mas imagino o quão rica foi quanto às demais que eu mencionei.

A do Oscar, espero também ter essa oportunidade. Já vi que ficou um material aqui guardado e será utilizado.

Permitam-me que eu me apresente a vocês em relação a esse tema.

Eu sou do Acre, de modo que ali é rota de movimentos migratórios. Daí, de fato, o meu interesse em participar desta Comissão. E aqui, em primeiro mandato, criei e estou presidindo uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa, de modo que o tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem tudo a ver, e eu quero aqui lamentar, estou lamentando – e informando já a minha equipe para que busque o material – por não estar aqui desde o início.

Aqui nós temos atividades, infelizmente, várias – não é, Deputada? –, ao mesmo tempo, e a gente fica, em alguns momentos, sem dar conta de priorizar e dar a devida atenção a temas como este, aqui, tratado nesta audiência pública.

Nós aprovamos, recentemente, na Comissão de Educação e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, uma audiência pública para tratar, conjuntamente, de educação climática. Aprovamos também, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para tratar de justiça climática. De modo que, neste semestre, nós queremos dar mais visibilidade a essa discussão, a discussão desses temas na Câmara dos Deputados, envolvendo a nossa frente e também outras frentes das quais participamos: uma frente em defesa da Amazônia, que é presidida pela Deputada Professora Goreth, do Amapá, da qual eu sou Vice-Presidente, e o Parlamento Amazônico, o Parlamaz, que tem como Presidente o Senador Nelsinho Trad, e eu também sou Vice-Presidente.

Então, são temas, eu diria, que precisam estar, de fato, na ordem do dia, dada a emergência e dado que são situações que afetam, majoritariamente, como aqui já foi muito bem mencionado, os brasileiros mais vulneráveis – os indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas, aqueles que moram nas periferias das cidades, nos locais mais insalubres e de maiores riscos –, para os quais o nosso mandato tem como prioridade buscar construir políticas públicas que alterem esses cenários.

Então, quero aqui me colocar à disposição sempre da Deputada Carol Dartora, que vem, como Vice-Presidente, conduzindo muito bem, na ausência da nossa Presidente, esta Comissão e que fala com tanta legitimidade, com tanta fundamentação, e com um propósito tão nobre, tão ético e tão correto, a respeito desses temas.

Vincular essa discussão e aprofundá-la, do impacto das mudanças climáticas nos movimentos migratórios, é fundamental. Nós precisamos compreender e ajustar a legislação brasileira, para dar conta de políticas públicas que respondam, de forma urgente, a essas emergências.

Obrigada e parabéns pelas contribuições brilhantes que, certamente – mesmo àqueles que eu não assisti –, aqui fizeram.

Leve, Inamara, um abraço à nossa Senadora, Deputada, conterrânea, Ministra Marina Silva, e o nosso reconhecimento ao trabalho que ela e toda a equipe estão fazendo de recolocar o nosso país no protagonismo ambiental nessa discussão ambiental, como vimos agora, recentemente, a realização da Cúpula da Amazônia, em Belém, e os diálogos amazônicos que antecederam, que estiveram à margem da cúpula, fazendo, trazendo para o debate os segmentos sociais organizados e fazendo com que todos nos renovássemos, ali, algo que é fundamental para quem luta nessa seara, que é esperança, renovar a esperança. Foi realmente muito bom. Cumpriu o objetivo muito bem, e acredito que agora voltou-se a dialogar sobre essas questões.

Se voltamos a conversar sobre isso de forma franca, clara, honesta, nós vamos poder também – e vamos certamente – construir bons caminhos para solucionar, fazer mitigação, fazer adaptação, fazer o dever de casa que precisamos fazer.

Quero aqui parabenizar a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. PT - PR) – Deputada, eu preciso me ausentar, porque tenho o lançamento de uma frente parlamentar agora e gostaria de saber se a senhora pode terminar de conduzir a audiência, se pode presidir a audiência aqui no meu lugar.

Eu ia ler as perguntas do e-Cidadania, mas acredito que você pode ler e respondê-las na sequência.

Peço licença.

Muito obrigada.

E estamos juntos e juntas.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Então, nós temos agora perguntas do e-Cidadania, importantes, e aqui leremos algumas delas. Foram muitas. O interesse foi muito grande, realmente, pelo tema desta audiência.

O Roberto Coutinho do Prado, de Santa Catarina, pergunta: "O que impede os governos de cumprirem as legislações vigentes e até melhorá-las, de modo a que não se construa nas encostas, margens de rios, etc.?".

O Vítor Silva, da Bahia, pergunta: "Com a mudança do clima em andamento, o que as grandes empresas podem fazer para ajudar comunidades carentes a mitigar os efeitos da mudança?".

O Alan Edgar Thisted, de São Paulo, pergunta: "Quais incentivos o Governo pode dar para as cidades que aceitarem refugiados?".

A Rosana Aparecida Rocha, de São Paulo, pergunta: "Quais os desafios para sensibilizar a população sobre os riscos advindos das mudanças climáticas?".

O Alan Altafin, do Paraná, quer saber: "Quais políticas o Governo está adotando para garantir a proteção e assistência adequada às pessoas afetadas pelo deslocamento forçado?".

O Alexsander Alves da Silva, também de São Paulo, quer saber: "Quais são as consequências dos deslocamentos forçados para os indivíduos, famílias e comunidades?".

E, por último, Gabriel Valácio, do Distrito Federal, pergunta: "Qual o papel do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas nos esforços e prioridades da pauta, junto com os demais ministérios?".

Agora, então, aproveitando os questionamentos feitos, eu vou pedir que cada um dos nossos convidados possa fazer suas considerações finais, olhando e buscando responder, naquilo que lhe couber, aos questionamentos que agora, então, eu acabei de ler.

Eu peço que façamos essas considerações finais utilizando um tempo de dois minutos, começando pelo Oscar Sanchez.

O SR. OSCAR SANCHEZ (Para expor.) – Bom, muito obrigado, Deputada Neri, obrigado por também trazer essas perguntas.

Bom, eu falei um pouco do deslocamento, sobretudo o deslocamento internacional – então, aquelas matérias dentro do marco normativo internacional da proteção, mas está também a definição de Cartagena, que pode incluir um pouco mais abrangentemente. Então, aquelas pessoas que estão deslocadas forçosamente por uma mudança climática ou por uma crise ambiental podem-se acolher a essa proteção efetiva no Estado brasileiro.

Também foi ressaltado já, no marco constitucional, quais são os mecanismos de proteção.

Agora, como também as colegas falaram, a prevenção, a acolhida, o abrigamento, o apoio humanitário para aquelas pessoas, como estamos vendo também no Acre – para as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão saindo do Peru, entrando no Acre –, têm que ser fortalecidos. Então, as casas de passagem, justamente o que falamos, com o Acre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSCAR SANCHEZ – ... a assistência humanitária devida, o registro e a documentação são parte dessa proteção efetiva.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Oscar.

Passo a palavra agora à Débora Castiglione, Coordenadora da Unidade de Migração, Desenvolvimento do Clima e tal... (*Risos.*)

A SRA. DÉBORA CASTIGLIONE (Para expor.) – Obrigada.

Antes de mais, Deputada Socorro, vou começar agradecendo a interação das pessoas *online* e as perguntas que nos foram enviadas. É bom ver o interesse por este tema.

A gente teve perguntas bastante amplas. Eu vou tocar em alguns dos temas que foram trazidos e eu sei que os colegas depois vão também complementar.

A gente fala sobre a questão de sensibilizar sobre riscos, sobre construção em áreas de risco. É preciso a gente ter atenção a qual é o contexto mais amplo, os fatores todos que estão interagindo tanto com aqueles estabelecimentos, as construções, nas zonas de exposição e de vulnerabilidade. Portanto, a gente tem fatores micro, mais macro, mais estruturais, que estão interagindo naquela questão, e é preciso buscar ativamente soluções, para que as pessoas não estejam expostas a riscos que podem resultar em impactos, quando ocorre uma ameaça.

E aí, nesse sentido, tem uma série muito grande de soluções...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA CASTIGLIONE – ... que podem se buscar e se desenvolver. Não há uma fórmula mágica, mas há boas práticas internacionais, há diretrizes.

Acho que vale a pena também mencionar a Resolução nº 3, de 2021, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que está trabalhando para esclarecer quais são as obrigações de direitos humanos dos Estados em um contexto de emergência climática e que fala, muito claramente, que a questão da produção dos direitos humanos precisa ser transversal a todas as políticas que têm a ver com enfrentamento das mudanças do clima.

E aí eu chamo atenção para uma questão que eu trouxe também – bem rapidamente – na minha fala, sobre realocação planificada, que fala, exatamente, de você poder, de uma forma planificada, levar pessoas para zonas onde elas possam refazer as suas vidas sem estar expostas a riscos.

E, aí, por que é que a gente precisa ter essa discussão com tempo e com calma? Porque é uma questão complexa, porque, para se garantir a participação e o pleno direito à escolha, é preciso fazer as coisas com tempo, e que não seja uma coisa, digamos assim, com pouca participação ou com pouca atenção a questões importantes e sensíveis. E, aí, é preciso, por isso, proteger direitos.

Não é a única questão, obviamente, a realocação planificada, que toca aqui na questão da construção em encostas e áreas de risco. Existem outras questões também. Nós, por exemplo, trabalhamos bastante já, em outros contextos, com a questão da construção comunitária de alertas precoces, para, portanto, que as comunidades estejam engajadas, que elas façam parte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que elas saibam reagir, porque, muitas vezes, essa é uma questão, porque nem todo mundo recebe o alerta para um risco de desastre ou entende o alerta para um risco de desastre com antecedência suficiente. Portanto, a construção desses alertas de base comunitária seria também uma possibilidade. E, claro, fortalecer a capacidade para proteção e assistência.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada.

Passo agora a palavra à Camila.

O SR. CAMILA SUEMI OKUTI MACEDO TARDIN (Para expor.) – Acho que duas perguntas me saltaram mais aos olhos. Uma pergunta foi: qual a dificuldade em fazer cumprir a legislação para que não sejam construídas casas em lugares de risco?

Eu acho muito importante essa pergunta, e é importante a gente avançar, para não tornar o tema muito reducionista, porque eu garanto que essas pessoas não estão construindo as suas casas em lugares de risco porque elas querem. Então, como a gente falou aqui, infelizmente, as minorias não podem ficar em lugares seguros e são relegadas a elas as áreas de risco.

Brasília não é diferente. Muitos migrantes do Nordeste vieram para cá para construir Brasília, e eles não moram aqui e não acessam o centro, o coração de Brasília. Eles estão nas periferias. Então, a gente precisa olhar para essa desigualdade social e essa desigualdade ambiental, que também trazem uma exclusão fundiária.

Então, o problema é muito maior. A gente não pode só olhar para essa questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILA SUEMI OKUTI MACEDO TARDIN – ... de por que não é cumprida a lei, mas se deve tentar proporcionar um caminho de justiça social e justiça ambiental para essas pessoas.

Outra pergunta foi o que o Governo pode oferecer para que municípios recebam refugiados. É importante dizer que o município não deve negar o acesso, porque migrar é um direito humano, todos têm o direito de migrar, de ir e vir, e eu ainda quero trazer um ponto importante. Tem uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que mostrou que nos últimos anos nós tivemos uma fuga maciça de cérebros. Em contrapartida, nós temos recebido migrantes e refugiados com uma alta qualificação profissional. Essas pessoas, uma vez inseridas na sociedade, vão fomentar a economia através da revalidação do diploma, vão trabalhar na sua área de formação e vão poder também tirar ali o seu núcleo familiar de uma situação de hipossuficiência e de supervulnerabilidade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Obrigada, Camila.

Passo agora a palavra para a Inamara, para suas considerações.

A SRA. INAMARA SANTOS MÉLO (Para expor.) – Eu vou tentar, a partir da pergunta sobre o papel do MMA, chegar às outras questões.

Eu acho que é bem importante reforçar que a Secretaria de Mudança do Clima estabeleceu como missão promover políticas que sejam ambiciosas, mas que possam, com essa perspectiva de transição justa, impulsionar de fato o desenvolvimento sustentável, enfrentar desigualdades, promover resiliência. E isso se dá com base em três eixos: garantir uma governança climática multinível, que foi aqui colocada, e, então, ter todos os entes da Federação envolvidos nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governança é fundamental; outra questão é ter planos de mitigação e de adaptação que sejam robustos e que contenham com os meios efetivos de implementação, isso é uma necessidade, e nós contamos, inclusive, com esta Casa para garantir o orçamento para essas políticas que estão sendo planejadas; outra questão, para nós bem importante, é a integração e a integridade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. INAMARA SANTOS MÉLO – ... climática das diversas políticas implementadas pelo Governo, as políticas de infraestrutura, sociais e econômicas. Isso, para nós, faz com que a gente chegue à ponta.

Por último, quero falar de outro projeto, que eu reputo como de igual importância, que é a gente ter o apoio aos entes subnacionais para a elaboração dos planos de ação climática, o que a gente também está desenvolvendo. E gente acredita que, dessa forma, a gente vai chegar à população ou impactar a população em seus territórios e, dessa forma, fazer com que essa ação climática de fato chegue à maioria da população brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigado, Inamara.

Chegamos ao final desta audiência pública interativa que teve como finalidade debater os deslocamentos forçados sob a ética de mudanças climáticas, desastres ambientais e construções de risco.

Quero agradecer em nome da Comissão a participação e as brilhantes contribuições da Camila, da Débora, do Oscar e da Inamara e das instituições que cada um dos senhores e senhoras representa; e agradecer a participação dos que aqui prestigiaram esta audiência e daqueles que assistiram *online* e enviaram suas perguntas por meio dessa plataforma interativa, o que faz com que esta Comissão atinja também o seu objetivo de promover um bom diálogo, uma boa interação com a sociedade brasileira sobre esses temas tão relevantes para que, juntos, possamos construir justiça social no nosso país. Agradeço, portanto, a participação de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quinze minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Nelsinho Trad, Dr. Hiran, Prof. Paulo Fernando, Carol Dartora e Túlio Gadêlha, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Alessandro Vieira, Sergio Moro, Leila Barros, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Socorro Neri, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle, General Pazuello e Reginete Bispo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2023 - CMMIR, de autoria do Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE), REQ 8/2023 - CMMIR, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 9/2023 - CMMIR, de autoria da Deputada Federal Reginete Bispo (PT/RS) e do Deputado Federal Zé Haroldo Cathedral (PSD/RR). **Finalidade:** Debater o mundo do trabalho para migrantes e refugiados no Brasil. **Participantes:** Patrícia Gimenez Camargo, Representante do Sindicato Nacional dos Tradutores; Paulo Sérgio de Almeida, Oficial de Meios de Vida do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR Brasil; Marina Rongo, Assessora de Fortalecimento do Espaço Democrático da Conectas Direitos Humanos; Alzira Melo Costa, Procuradora do Trabalho; Lívia dos Santos Ferreira, Auditora-Fiscal do Trabalho (representando o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Sinait); Niusarete Margarida de Lima, Coordenadora de Atenção ao Migrante e Refugiados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Coordenadora do Subcomitê Federal para Acolhimento e para Interiorização (representante de: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome); Lutiana Valadares Fernandes, Defensora Pública Federal; Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Coordenadora-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) do Departamento de Migrações (DEMIG) da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS) (representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública); Vinícius Pinheiro, Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho para o Brasil - OIT; e Angel Mesias, Imigrante Venezuelano. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Objetivo e diretriz da reunião: a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o mundo do trabalho para migrantes e refugiados no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 1, de autoria deste Senador, do grande e querido Relator Deputado Túlio Gadêlha, de autoria também da Deputada Reginete Bispo, da Deputada Carol – ambas muito queridas – e do Deputado Zé Haroldo Cathedral.

De imediato, convido para tomar assento à mesa os seguintes convidados... Faremos duas mesas, porque são dez convidados. Eu vou pela ordem que recebi aqui da assessoria dos trabalhos.

Convido Vinícius Pinheiro, Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho para o Brasil, a nossa OIT, de todos nós. (*Palmas.*)

Bem-vindo.

Convido Alzira Melo Costa, Procuradora do Trabalho. (*Palmas.*)

Convido Lívia dos Santos Ferreira, Auditora-Fiscal do Trabalho. (*Palmas.*)

E convido Paulo Sérgio de Almeida, Oficial de Meios de Vida do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) Brasil. (*Palmas.*)

Feito. Estamos aqui com a primeira mesa.

Como é de praxe desta Comissão, a Presidência faz uma pequena fala de abertura dos trabalhos.

Fala da Presidência.

O tema da reunião de hoje é bastante oportuno, dada a situação cada vez mais difícil de migrantes e refugiados no Brasil, no que diz respeito à sua inserção no nosso mercado de trabalho.

O Observatório das Migrações Internacionais, iniciado em 2013, através de um termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e o seu Conselho Nacional de Imigração e a Universidade de Brasília, é uma das fontes de dados oficiais sobre migrantes internacionais e refugiados no Brasil.

Com a extinção do Ministério do Trabalho, em 2019, o Conselho Nacional de Imigração passou para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, sem afetar a continuidade do trabalho do OBMigra.

Sempre peço para que não botem na mesma folha, dos dois lados. Estão me ouvindo lá no gabinete, não é, Carol?

Felizmente o Ministério do Trabalho foi reconstituído pelo Governo Lula, e o Conselho Nacional de Imigração e o OBMigra seguiram no Ministério da Justiça. E isso parece fazer sentido, pois as questões de migrantes e refugiados transcendem a dimensão de emprego.

O último dos relatórios do OBMigra informa que os Dados Consolidados da Imigração no Brasil em 2022 estima em 1,5 milhão o número de registros de migrantes internacionais e refugiados entre 2011 e 2022.

No entanto, no início de 2022, menos de 230 mil dessas pessoas estavam inseridas no mercado de trabalho formal. É claro que esse número não capta a participação no mercado de trabalho informal, mas revela que é um longo caminho a ser percorrido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos compreender, e entendo que esse seja um dos propósitos desta audiência pública, quais são os gargalos que dificultam a inserção dos migrantes internacionais e refugiados no mercado de trabalho formal brasileiro.

Uma boa análise da situação pode ser encontrada em relatório relativamente recente da Acnur, a Agência da ONU para Refugiados no Brasil. Esse relatório é o "Estratégia de Meios de Vida 2019-2021 Brasil". Pelo que pudemos compreender da leitura, a falta de uma legislação adequada não parece ser o grande entrave.

Em certa medida, sobretudo na comparação com outros países, a agência da ONU elogia o ordenamento legal brasileiro, em especial a Lei 13.445, de 2017, a nova Lei de Migração, mas também a Lei 9.474, de 1997, a lei brasileira de refugiados.

A Acnur destaca o avanço em relação ao antigo Estatuto do Estrangeiro, uma lei de 1980, que refletia a postura da ditadura em termos de securitização dos movimentos migratórios externos e internos.

Na avaliação da agência da ONU, a nova Lei de Migração procura garantir, ao menos formalmente, direitos socioeconômicos para migrantes internacionais e refugiados, em especial quanto ao regime de visto para a residência e o trabalho.

A Lei de Migração é considerada avançada e positiva, sobretudo no caso de estrangeiros com problema de documentação, o que é muito comum quando as pessoas, por qualquer razão, deixam seus países com pressa e sem muito planejamento.

Por sua vez, a lei brasileira de refugiados é vista como importante para tratar especificamente da regulamentação do trabalho para refugiados e solicitantes de refúgio.

Um ponto positivo apontado pelo relatório é a relativa facilidade para a obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive para aquelas pessoas que ainda aguardam o devido deferimento de seus pedidos de registro como refugiados, para o que basta a apresentação do protocolo provisório de solicitação de refúgio.

No entanto, a agência da ONU identifica obstáculos de ordem prática para o acesso dos migrantes e refugiados ao mercado de trabalho. Um deles é que, apesar de as pessoas terem acesso aos mesmos serviços públicos de colocação profissional que são oferecidos aos brasileiros, não conseguem obter um atendimento adequado às particularidades da sua condição de migrante ou refugiado. As agências públicas de emprego são necessariamente ligadas às esferas de governo estaduais e municipais e a sua atuação é coordenada pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Apesar do importante apoio que prestam aos brasileiros e, em certa medida, também aos estrangeiros, a maior parte delas não consegue – estou no fim, pessoal, está longa essa minha introdução aqui – oferecer um atendimento preciso e equivalente a ambos os grupos.

O relatório aponta a falta de preparo das agências públicas de emprego para lidar com diferenças linguísticas e culturais, que se revelam, sobretudo, na relação face a face entre o cidadão estrangeiro que busca apoio e o servidor, o funcionário público brasileiro, que presta o atendimento.

Assim, apresentamos o PL 5.182, de 2020, que institui como política pública a obrigatoriedade de alocação de tradutores e de intérpretes comunitários em todas as instituições públicas federais, estaduais e municipais, de forma permanente ou através da formação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

núcleos especializados de tradução e de interpretação comunitária, especialmente organizados para atender às demandas específicas de cada área.

O projeto está tramitando na Casa bem, e estou muito confiante em que vamos aprovar o projeto.

A matéria tramita na CCJ, na qual estamos aguardando ainda o parecer do Relator. É muito importante que tenhamos mais formação, sensibilização e empatia diante da condição de vulnerabilidade econômica e emocional comum à grande maioria dos migrantes e refugiados.

Enfim, essa é a introdução que fiz em nome da Comissão e desta Presidência. Vamos escutar, debater e agir para que os migrantes e refugiados do Brasil tenham garantida a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Eu sempre digo, informalmente e formalmente, que direitos humanos não têm fronteira. Esse é um compromisso de todos nós.

Então, vamos, de imediato, passar à nossa lista de convidados.

A papelada aqui é grande, mas achei, já achei a lista com que eu tenho que convidar vocês a usar a palavra.

Então, de imediato, por dez minutos, passo a palavra ao Sr. Vinícius Pinheiro, Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho para o Brasil.

Eu já registrei a presença da Vice-Presidente desta Comissão, a nossa querida e grande Deputada Carol – não é, Carol? Ela é Vice-Presidente, e nós vamos dividir aqui. Eu fico um pouco, depois, você fica. Eu sou o autor do requerimento. E você, além de autora do requerimento, é Vice-Presidente.

Pode ser?

Então, tá.

Então, uma salva de palmas para a nossa Vice-Presidente aí... (*Palmas.*)

... uma grande liderança jovem, que está revolucionando, junto com outras mulheres, principalmente a Câmara dos Deputados. Tanto que a política de cotas já aprovaram lá, e eu consegui aprová-la, ontem, na Comissão de Direitos Humanos. Como Relator, a aprovamos também, sem nenhuma mudança, por unanimidade. Agora, vai para a CCJ.

Por favor, o tempo é seu, Dr. Vinícius.

O SR. VINÍCIUS PINHEIRO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas.

Queria agradecer ao Senador Paulo Paim por esse convite feito. Tenho a honra de estar aqui.

Queria agradecer também à pessoa da Exma. Deputada Carol Dartora por esse convite e saudar todos os colegas da mesa, saudar todas as pessoas que estão nos escutando, os trabalhadores migrantes, que também estarão presentes aqui via conexão, e também saudar os membros e o corpo técnico da Comissão, na figura da Presidente da Mesa, a Senadora Mara Gabrilli.

Eu queria dizer, inicialmente, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, que o emprego tem um papel central dentro das políticas, dentro da motivação para a migração. Sabemos que a população migrante tem um papel fundamental nas economias, no mercado de trabalho. Em 2019, em todo o mundo, quase 5% da força de trabalho global, o que é equivalente a mais ou menos 170 milhões de pessoas, eram migrantes, e essas pessoas, além de serem motores da economia, também são pessoas que, como o senhor próprio falou, requerem o respeito aos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos, o respeito aos direitos laborais, porque os direitos humanos e também direitos laborais não têm fronteiras.

Em 2020 – e o colega da Acnur certamente trará números mais atualizados –, o número de migrantes no Brasil foi de mais de 1 milhão de pessoas, dentro dos quais, 54% eram homens, a maioria deles provenientes da Venezuela, Haiti, Bolívia, Argentina, Colômbia, Peru, mas também da China, dos Estados Unidos, além do Paraguai, Senegal e Uruguai. E os fluxos têm aumentado.

Então, o que era uma situação mais simples no passado tem se tornado mais complexa e mais diversificada. Não é somente que os números têm aumentado, mas também os fluxos de diferentes países têm aumentado. Entre 2011 e 2021, o número de trabalhadores migrantes, e aqui me refiro ao número de trabalhadores migrantes no mercado formal no Brasil, saiu de 62 mil para 188 mil. E também observamos uma certa feminização da mão de obra. Nesse período, houve um aumento de 30% na participação das mulheres migrantes no mercado formal.

Então, tudo isso para dizer que, por certo, o que leva uma pessoa a sair do seu país e buscar outras oportunidades, às vezes, tem a ver com problemas políticos, climáticos, que, na verdade, é algo que se reflete mais no número de refugiados, mas a motivação econômica tem um papel central. E mesmo que seja um motivo político ou climático, ou por guerras, quando o migrante ou refugiado chega no país, a inserção laboral é um tema central. Então, a política de emprego, os temas relativos ao mundo do trabalho têm uma centralidade fundamental na dimensão dos processos migratórios. Isso é algo que a OIT tem defendido no mundo inteiro, por intermédio de nossa inserção no Pacto Global para Migração, que, muitas vezes... E, aí, tanto em nível global quanto em nível de países, tende-se a ver a migração como um tema de fronteira ou como um tema de polícia, ou como um tema de segurança nacional, o que, claro, tem a sua dimensão, mas, por outro lado, é importante também tratar da questão da inserção socioeconômica.

Eu queria salientar também a importância do diálogo social, do diálogo tripartite, como condição-chave na formulação de políticas da migração laboral, e, nesse mérito, reconhecer e celebrar a atuação do CNig na formulação da resposta brasileira aos fluxos migratórios na última década, quando o Brasil passa a se caracterizar também como um país de acolhida. A composição tripartite ampliada do conselho e sua atuação embasada no diálogo social permitiram identificar falhas nas políticas migratórias e propor soluções céleres. Então, o diálogo social com trabalhadores, empregadores, governo e outras áreas envolvidas é fundamental para isso num contexto de integração de políticas sociais.

O segundo ponto que eu queria salientar é a importância dessa integração socioeconômica dos imigrantes como fator de desenvolvimento sustentável. A política migratória nacional deve estar alinhada à política de trabalho e emprego e também o contrário: a política de trabalho e emprego tem que considerar elementos relacionados aos trabalhadores imigrantes. E a OIT tem feito um trabalho muito importante na América Latina em conjunto com outras agências, como a Acnur, OIM e mesmo o Pnud, em termos de prover orientações, estratégias, no caso, para atender o fluxo migratório venezuelano, com vários eixos prioritários, que incluem, primeiro, a regularização e caracterização da população migrante. Então, é importante saber quem são, quais são as suas competências laborais, que tipo de serviços necessitam e como o mercado de trabalho pode absorver esses contingentes. E esse é um processo de ganha-ganha, tá? Ganham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os migrantes, que têm a sua realização possibilitada no mundo do trabalho; ganham as empresas, ganha a sociedade e ganham as economias, que também vão estar, enfim, fazendo com que essa realização se transforme em ganhos econômicos.

Uma distorção enorme que tivemos durante a pandemia, não só no Brasil, mas em outros países da América Latina, é o fato de vários profissionais venezuelanos com formação médica ou em enfermagem estarem trabalhando no *delivery.* Então, foi um desperdício de talentos num momento em que o país e também outros países mais necessitavam de profissionais dessa área, que não podiam ter as suas competências reconhecidas e, portanto, não podiam atuar no meio médico, deixaram de salvar vidas e tiveram que sobreviver de outras formas. Então, a questão da caracterização é importante, mas também a questão da formação profissional e reconhecimento de qualificação, de competências.

A promoção do emprego seria o terceiro eixo fundamental dessa estratégia,

E o quarto eixo que eu gostaria de mencionar é a questão do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial. O imigrante, e também o refugiado, já é um empreendedor de natureza. Ele já tem uma propensão para o empreendedorismo maior do que a média, porque o fato de ter deixado a sua zona de conforto e ido para outro lugar buscar novas oportunidades, por si só já é um gesto em direção ao empreendedorismo, tanto que em muitas zonas, no Brasil, nos Estados Unidos, no resto do mundo, zonas relacionadas com comércio, com micro e pequenas empresas, são zonas em que há uma grande presença de mão de obra imigrante.

A inclusão financeira seria um eixo fundamental; o acesso à proteção social e, de novo, aí incluindo o serviço de saúde novamente durante a pandemia. Em alguns países, o que aconteceu é que imigrantes não tinham acesso ao serviço de saúde porque não estavam formalmente no mercado de trabalho, isso provocou um problema seríssimo para conter a pandemia. Como é que você vai conter uma pandemia excluindo grupos do acesso ao sistema de saúde? E a coesão social. Então, são sete eixos fundamentais que fazem parte dessa estratégia latino-americana que está sendo promovida pela OIT.

No caso do Brasil, com exemplos muito concretos, houve o lançamento de uma turma de aprendizagem para jovens imigrantes no DF, em parceria com a OIM, que estamos atendendo. É um grupo de 30 imigrantes que já saem do processo de formação profissional com a carteira de trabalho e com o emprego garantido, e são, na verdade, filhos de uma primeira geração de imigrantes venezuelanos que se instalaram aqui em Brasília e que vão ter um destino diferente dos seus pais, porque vão ter emprego com carteira, totalmente inseridos, enquanto seus pais ainda estavam na informalidade. Então, para a gente, dá muita alegria, muita emoção quando eu fiz a abertura dessa turma, junto com o diretor da OIM.

Também atendemos mais de cinco migrantes no Mato Grosso, incluindo encaminhamento para políticas públicas: emissão de documentos, sensibilização de empresas, qualificação profissional e intermediação entre a mão de obra e o mercado formal.

Por fim, vejo que tem um minuto ainda, Sr. Senador, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Com a devida tolerância da mesa. Se precisar trocar o meu voo, eu vou trocar. Porque eu vi aqui que a Carol está com um problema, e ela me explicou que não tem jeito dela ficar aqui mais do que às 10h30...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... mas eu já estou trocando o meu voo, porque eu ia passar para você. (*Risos.*)

A reunião é tão importante que eu estou me dando o direito de fazer esse aparte. Ela só não vai ficar por um motivo que me explicou aqui, depois da fala dela, mas eu já pedi para adaptar o meu voo. Então, quer dizer que eu vou dar sempre a tolerância necessária para que se conclua, e a minha tolerância tem sido de três a cinco minutos a mais do tempo que eu tenho dado.

O SR. VINÍCIUS PINHEIRO – Não, mas eu vou concluir a tempo. Nós advogamos, a OIT advoga para que toda pessoa, independente da situação migratória, tenha acesso ao emprego produtivo, com a renda justa, que permita desfrutar de segurança e liberdade no local de trabalho, desfrutar da proteção social e assim como, de maneira geral, também ter melhores perspectivas de desenvolvimento social e integração social, com igualdade de oportunidades. Então, toda pessoa, independente da situação migratória, do *status*, da raça, da etnia, da opção de orientação sexual, tem que ter acesso ao trabalho decente.

Nós saudamos muito essa nova iniciativa, inclusive está prevista para ser lançada na próxima reunião da Assembleia Geral em Nova Iorque, pelo Governo brasileiro, pelo Governo americano, de promoção do trabalho decente. Achamos que essa iniciativa também deveria ter um componente relacionado com os migrantes, porque como se trata de uma iniciativa global, nada melhor do que aproveitar esse conjunto de países para impulsionar uma agenda de trabalho decente em relação aos migrantes.

E também dentro desse ensejo, eu queria fazer referência, Exmo. Sr. Senador, a instrumentos, convenções da OIT que estão em tramitação nesta Casa. Hoje, desde que o Governo começou no dia 1º de janeiro, já foram enviados para o Congresso cinco instrumentos: a Convenção 190, que trata do assédio e da violência no mundo do trabalho, que ainda está em tramitação na Câmara; a Convenção 156, que trata de cuidados, de repartição de trabalho na área de cuidados – e as duas convenções têm a ver também com o mundo dos trabalhadores migrantes. Além disso, está a Convenção 187, que trata da saúde e segurança no trabalho, também um tema que afeta todos os trabalhadores, inclusive migrantes, e aí muito importante, o protocolo da Convenção 29, que é a convenção do trabalho forçado da OIT. A gente sabe que, infelizmente, os migrantes, pela sua condição de vulnerabilidade, migrantes e refugiados, estão mais propensos à exploração. Isso quer dizer exploração em relação ao trabalho análogo à escravidão, a exposição ao trabalho infantil, a exposição à discriminação, a exposição ao trabalho em condições degradantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS PINHEIRO – Então, esse avançar em relação à adoção por parte do Congresso desses protocolos, dessas convenções nos parece também um passo fundamental para garantir o trabalho decente para todos, inclusive para migrantes e refugiados.

Muito obrigado, colegas; muito obrigado, Sr. Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Sr. Vinícius Pinheiro, diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho para o Brasil (OIT). Parabéns – vou ser muito rápido aqui para ganhar tempo para que todos possam usar a palavra – pelas iniciativas que anunciou aqui, muito positivas, e essa sua sensibilidade, quando diz que existem muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais excelentes e que não são valorizados, e deu o exemplo de médicos e enfermeiros. Parabéns.

Dra. Carol Dartora, Vice-Presidente desta Comissão e uma das autoras desse requerimento, junto com este Senador e mais outros colegas.

A SRA. CAROL DARTORA (PT - PR. Para discursar.) – Bom dia a todas e todos.

Primeiro, quero começar parabenizando esse momento, parabenizando a todos os participantes dessa audiência.

O tema da migração é um tema muito caro para nós, a gente vem construindo uma rede para implementar a política de migração no Brasil. Hoje, a gente sabe que o Brasil está na rota da migração, mas infelizmente esse nosso país, tão diverso, ainda impõe condições muito precárias para os migrantes porque o nosso país sofre com essa fragilização das condições de trabalho e sofre também com o que eu acho que é mais pernicioso, que é o preconceito, o racismo, a xenofobia. Tudo isso traz muitas dificuldades. Então, esse tema é muito caro para nós. Eu estou muito feliz que a gente possa realizar essa audiência.

Quero cumprimentar especialmente aqui o Presidente desta Comissão, o Senador Paim; cumprimentar os convidados: o Vinícius Pinheiro, diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho para o Brasil; a Alzira Melo Costa, Procuradora do Trabalho; a Lívia dos Santos, Auditora-Fiscal do Trabalho; o Paulo Sérgio de Almeida, da Acnur; a Luana Maria Guimarães; a Patrícia Gimenez Camargo, representante do Sindicato Nacional dos Tradutores; Angel Mesias, migrante venezuelano; a Marina Rongo, Assessora de Fortalecimento do Espaço Democrático da Conectas Direitos Humanos; a Niusarete Margarida de Lima, Coordenadora de Atenção ao Migrante e Refugiados no Sistema Único de Assistência Social e Coordenadora do Subcomitê Federal para Acolhimento e para Interiorização; a Lutiana Valadares Fernandes, Defensora Pública Federal; e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Sei também que tem companheiros aqui do Ministério da Justiça acompanhando. Então, fico muito feliz pela presença dos convidados, por terem aceitado esse convite.

Quero fazer a minha fala aqui sobre a questão da migração e do mundo do trabalho, mas antes pontuar um quase colapso que o Brasil está vivendo.

Essa semana, no Plenário da Câmara dos Deputados, a gente votou um requerimento de urgência sobre um projeto que trata de interiorização dos migrantes que estão chegando, migrantes venezuelanos que estão chegando em Roraima, Pacaraima. A gente sabe que esse município está recebendo mais de 200 migrantes por dia e isso está gerando um colapso. Então é muito importante que o Estado brasileiro se coloque para construir as soluções necessárias para garantir os direitos humanos nessa condição e também para dar suporte para o município, que é um município muito pequeno. Então isso fala dessa urgência da política migratória que a gente tem o desafio de construir.

Esse é um projeto que avilta o direito dos migrantes porque tenta forçar uma interiorização, forçar que os migrantes vão para outros lugares, e a gente sabe que as pessoas têm o direito de construírem as suas vidas aonde elas quiserem, aonde elas desejarem. Então eu queria colocar isso porque é muito importante que a gente fique atento aos projetos, às propostas que chegam na Câmara.

E aí quero dizer que o mundo do trabalho para migrantes e refugiados no Brasil, como o próprio nome já diz, é algo muito hostil, tem sido muito hostil. Recentemente, no Paraná, o estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de onde eu venho, um dos estados que mais recebe migrantes, tivemos um caso grave envolvendo a morte de sete trabalhadores haitianos em uma explosão na Cooperativa C. Vale, em Palotina. Inclusive estive acompanhando de perto essa situação e prestando solidariedade às vítimas. Foi uma situação que ocorreu porque os trabalhadores haitianos ali estavam nas piores condições de trabalho. Então esse acidente foi um acidente que poderia ser evitado. Para além disso, esses imigrantes morreram queimados nessa explosão e não tiveram nem o direito de que suas famílias fossem avisadas. Então isso fala um pouco dessa hostilidade que é o mundo do trabalho.

São muito tristes e preocupantes essas condições a que os migrantes estão submetidos aqui no nosso país e que promovem dificuldades decorrentes da própria migração, como, por exemplo, a violência racista. O Brasil infelizmente é um país reconhecido mundo afora como um país acolhedor, porém se demonstra na realidade muito violento.

Eu destaco ainda a migração venezuelana, que vem crescendo cada vez mais no país. E aí a gente tem que pensar quais são as condições de trabalho que a gente tem oferecido para essas pessoas.

Então, que o trabalho dessa Comissão, que o trabalho que essa Comissão desempenha, trabalho fundamental para que a gente possa pensar nas ações de combate à violência, possa gerar as soluções de que a gente precisa urgentemente. Também é muito importante a gente pensar as condições das mulheres migrantes. A gente sabe que quando a gente intersecciona gênero e raça, outras problemáticas decorrem disso. Sabemos que as mulheres têm mais dificuldade de serem inseridas com dignidade no mundo do trabalho e são inseridas geralmente na pauta do cuidado, que é aquilo que está posto para as mulheres como um todo.

Então, eu reforço meu compromisso e minha disposição para atuar para mudar essa realidade, principalmente essa realidade dos migrantes negros, haitianos, venezuelanos, que são extremamente precarizados e que merecem condições dignas.

Eu peço desculpas, adoraria seguir aqui na audiência e poder fazer a continuidade, presidir a audiência, mas eu parto para Curitiba daqui a pouquinho – 10h50 é meu voo –, então daqui a pouquinho eu vou ter que me ausentar, mas agradeço a todas e todos. Estou aqui, contem comigo, estamos à disposição, assim como a Comissão como um todo. Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Parabéns, querida Deputada Federal Carol Dartora, que é Vice-Presidente desta Comissão. Eu era Vice, ela assumiu o meu lugar, porque aqui nós temos um sistema de rodízio. É automático o rodízio e ela foi escolhida por unanimidade para ser a Vice-Presidente desta Comissão. Eu já fui Vice no passado, já fui Presidente no passado e você será Presidente ali na frente, no futuro, tenho certeza absoluta. Carol Dartora, Deputada Federal do Paraná, é uma liderança corajosa, competente, preparada. Olha, dizem por aí que tu vais ser Prefeita de Curitiba. É verdade isso?

A SRA. CAROL DARTORA (PT - PR. *Fora do microfone*.) – Olha, eu quero!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Se já quer... Para ganhar, eu aprendi nos meus 40 anos de Congresso, tem que querer. E se você quer, vai ser. Boa viagem, Carol!

Passo de imediato a palavra à Procuradora do Trabalho, Dra. Alzira Melo Costa. Eu sei que todos são doutores, viu? Então o "doutor" vale para todo mundo aqui, só não vale para mim.

A SRA. ALZIRA MELO COSTA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos e todas! Gostaria de cumprimentar todos os colegas na Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim. Gostaria de cumprimentar também a Deputada Carol e cumprimentar todos os colegas que trabalham na pauta migratória, que aqui assistem, a todos os migrantes e refugiados que também acompanham a audiência *online.*

Inicio minha fala agradecendo a possibilidade de representar o Ministério Público do Trabalho na presente audiência pública nesta Comissão Mista Permanente para Migrações e Refugiados com o objetivo de debater o mundo do trabalho para migrantes e refugiados no Brasil. A pauta migratória sempre foi um tema muito caro para o Ministério Público do Trabalho, em especial porque nós acreditamos que o trabalho decente, ou seja, aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança, capaz de garantir uma vida digna, é o ponto central para a inclusão de migrantes e refugiados no Brasil, sendo fato que migrantes e refugiados, em especial migrantes por questões humanitárias e refugiados, são muito mais vulneráveis à precarização no mundo do trabalho, à discriminação no emprego e até mesmo às práticas criminosas de trabalho escravo, tráfico de pessoas, em especial para fins trabalhistas, que novamente é o tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo, tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e prostituição.

Dentro de todo o arcabouço de direitos humanos, a gente tem várias regras esparsas, diluídas em diversos instrumentos, em especial as convenções da Organização Internacional do Trabalho, convenções da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção da América sobre Direitos Humanos, e todas as questões versadas nesses instrumentos cuidam sempre de proteção, de igualdade de tratamento entre trabalhadores migrantes e nacionais e, sobretudo, da necessidade de o ser humano trabalhador ser atendido como um todo.

A Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais da OIT, adotada em 1998, para mim, em especial, estabelece marcos no que diz respeito aos princípios e direitos fundamentais do trabalho dos trabalhadores migrantes, entre eles, liberdade de associação, reconhecimento efetivo dos direitos de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição do trabalho infantil, eliminação de todas as formas de discriminação no emprego e na ocupação.

A nossa Constituição garante, por sua vez, igualdade de tratamento entre brasileiros e estrangeiros residentes no país, garantindo-lhes uma série de direitos. E aí, como bem falado pelo senhor, Senador, dentro de todo esse arcabouço normativo que já tinha sido citado, somente, em 2017, com a Lei de Migração, é que a gente teve realmente, dentro do país, uma modificação na percepção de como o migrante era visto. Ele deixou de ter aquela visão do Estatuto do Estrangeiro, de ser uma ameaça aos trabalhadores, uma ameaça à segurança nacional, e passou a ser visto dentro de um outro contexto muito mais colaborativo e dentro de todos esses princípios que foram citados nesse arcabouço normativo de direitos humanos internacional, que são os princípios da universalidade dos direitos humanos, da não criminalização da migração, do repúdio à xenofobia, ao racismo e a qualquer tipo de discriminação, além da proibição das práticas de expulsão e deportação coletivas.

A Lei de Migração busca assegurar aos migrantes igualdade de tratamento e de oportunidade. Em que pese tudo isso – e como é bonito o nosso arcabouço normativo, o Brasil realmente é muito avançado nisso –, é fato que migrantes e refugiados, seja pela urgência de gerar renda para o autossustento de suas famílias, seja pela ausência de uma rede de apoio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja pela dificuldade relacionada ao idioma, seja pelo desconhecimento dos próprios direitos, se colocam em situações difíceis, potencializando a exposição a todas as formas de exploração; sujeitando-se a maiores jornadas, a menores salários; privando-se de alguns direitos fundamentais que são garantidos a todos os trabalhadores, entre eles, recolhimento de FGTS, alguns direitos previdenciários; sujeitando-se, mais uma vez, a práticas criminosas, e tudo pela premência do autossustento.

Outras vezes, quando conseguem ser inseridos no mercado de trabalho, estão sujeitos a subempregos, não se considera a qualificação nem as capacidades laborais que foram adquiridas no seu país de origem, e eles são obrigados a se adaptar em busca do seu sustento.

Quando, dentro desse quadro, a gente faz um recorte para as mulheres, como bem abordado pela Deputada Carol, as dificuldades se acentuam. Se entre nacionais e estrangeiros, migrantes ou refugiados tem uma diferença no patamar salarial, quando nós pegamos dois estrangeiros, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, ela vai ganhar menos e vai ser submetida a maiores jornadas e a outras piores condições de trabalho.

Outro grupo que possui maior dificuldade e menos visibilidade são justamente os jovens, porque não têm a experiência prévia que, muitas vezes, se exige, não conseguem ser inseridos na aprendizagem e ficam no limbo: "Não tenho experiência, não consigo ser inserido na aprendizagem e muitas vezes eu não consigo a escola adequada".

É urgente e necessário, e aí me volto aqui para os colegas do Ministério da Justiça...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ALZIRA MELO COSTA – Muito obrigada.

É que essa cadeira é para gente grande, viu, Senador? Eu que sou pequenininha aqui, vou afundando, gente, daqui a pouquinho estou lá atrás, mas muito obrigada.

É urgente e necessário, e aí me volto para o Ministério da Justiça, eu sei que foi feito ali um esforço hercúleo de conseguir fazer o debate com todas as instituições, com a política nacional de migrantes, refugiados e apátridas, mas é urgente e necessário que se prevejam soluções duradouras para a inserção no mercado de trabalho.

Estou chefe da Procuradoria do Trabalho no Amazonas e em Roraima, que são os dois estados mais impactados com o fluxo migratório venezuelano.

A média, Deputada Carol, de entrada/mês, de janeiro a julho, é de 11,9 mil pessoas que adentram as fronteiras por mês, então, a média é de 390 pessoas por dia. É um fluxo que permanece intenso.

É necessário que tenhamos, para além da resposta humanitária emergencial, uma política que preveja uma solução duradoura para esses migrantes e refugiados.

Dentro desse contexto inteiro, o Ministério Público tem um papel fundamental na promoção de direitos, indução de políticas públicas, defesa da democracia, construção de uma sociedade livre, justa, solidária, seguindo todos os contornos delineados em nossa Constituição e em todo esse sistema jurídico internacional de direitos humanos.

É um tema complexo e multidisciplinar o acolhimento, a inclusão de migrantes e refugiados na sociedade brasileira, bem como a proteção dos seus direitos. Nisso, o Ministério Público do Trabalho faz a atuação de garantia de direitos não só repressiva, isso nos limitaria demais e apequenaria a atuação ministerial, mas a gente participa de diálogos com grupos e sociedades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidas, fóruns de debates, sociedade civil, e, sobretudo, Senador, o Ministério Público atua concretamente na defesa desses direitos laborais através do financiamento, por meio das suas reversões, de projetos relacionados à geração de emprego e renda em diversas ações.

Aqui, o meu colega de mesa, Vinícius, referiu as ações da OIT. É com muito orgulho que eu falo que nós financiamos, só no Amazonas, 110 pré-aprendizagens para jovens e, desses, 57 já estão como aprendizes.

Por que era necessário fazer essa pré-aprendizagem? Para fazer ali um conjunto de habilidades e interesses que eles pudessem, com participação da Acnur... A Acnur é muito parceira nossa em diversos projetos que são assinados pelo MPT do Amazonas e Roraima.

Para além disso, e aí peço para exibir um filme, o vídeo será curto... Quando foi gravado, nós tínhamos capacitado apenas 90 mulheres. Hoje, nós já conseguimos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALZIRA MELO COSTA – ... fazer a capacitação de 200 mulheres em Manaus, 50 em Boa Vista, num projeto que se chama Mujeres Fuertes, que é justamente voltado para migrantes e refugiadas chefes de família sozinhas.

Quando essa mulher de família monoparental precisa ser reinserida no mercado de trabalho, ela sofre muito mais dificuldades, principalmente pelo ônus do cuidado do seu familiar, criança ou adolescente, idoso ou alguma outra pessoa que precise de cuidado especial de saúde.

Então, eu peço para exibir e encerro a minha fala após o vídeo, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Vamos ao vídeo.

O vídeo é bem curto, segundo ela, como discurso de político – sobe no palanque para falar um minuto.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Parabéns, parabéns pelo vídeo! Foi curto, objetivo. Muito bom! Parabéns! Meus cumprimentos.

Pode concluir.

A SRA. ALZIRA MELO COSTA – Muito obrigada, Senador.

Este projeto tem um distintivo, não é uma mera capacitação. Cada fase é executada ao longo de quatro meses. São criadas e foram instituídas mitigações de barreiras, entre elas uma bolsa de R$300 para que a mulher possa ter ali justamente esse respiro, três meses dessa bolsa, para que ela consiga ir... É dado o vale-transporte para a mulher e para os filhos, aqueles que já precisam pagar. É estabelecido um espaço seguro, um local de lanche, para que elas consigam, realmente, ter essa formação e ter essa mudança de perspectiva também.

A mulher que vem, principalmente as que entram pela nossa fronteira a pé, chegam muito maltratadas. E os relatos são surpreendentes. Elas precisam, realmente, desse empoderamento, desse fortalecimento, enquanto ser, precisam dessa diluição de conhecimento. Não adianta pegar uma mulher dessas e dar uma capacitação de 80 horas em uma semana, porque ela não vai ter condição de progredir e avançar pelas próprias pernas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALZIRA MELO COSTA – Então, realmente, é uma satisfação muito grande o Ministério Público poder participar também de estratégias de respostas. Essas estratégias foram pautadas também em pesquisas: o que as mulheres mais tinham habilidade de realizar e qual era a capacidade do mercado de trabalho de inseri-las?

Em que pese ser um projeto voltado para o empreendedorismo, elas são capacitadas pelo Sistema S – Senai e Sebrae –, de forma que, não querendo mais ficar no Amazonas ou em Boa Vista, elas levem essa certificação para qualquer lugar do Brasil.

É isso.

Muito obrigada pela oportunidade, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Alzira Melo Costa, Procuradora do Trabalho, pela sua exposição e também pelo vídeo, e por esse investimento naquilo que eu chamo de ensino técnico profissionalizante, não é?

E lembrou o Sistema S.

Olha, eu sou um defensor do Sistema S aqui dentro do Congresso, porque eu também era um vendedor de flores e de banana na feira livre, em Porto Alegre. Fiz o curso técnico no Sistema S – na época, era um tempo mais longo e eu tinha uma ajuda mensal. A Vinícola Rio-Grandense que me dava essa ajuda mensal, porque, a cada cem, eles tinham que ter tipo um afilhado na empresa, e eu entrei numa dessas bolsas. E até hoje defendo muito, muito, a preparação... Até aí, agora, com a inteligência artificial, isso tudo no mundo – não é? –, se a nossa gente não se prepara não tem como exercer uma profissão com salário digno.

E você explorou bem também aquilo que eu chamo de situação análoga ao trabalho escravo, que é mais ou menos isso... Infelizmente, eu sempre digo que não há um estado neste país que não tenha trabalhador análogo a essa situação de escravidão. E você lembra dos refugiados, também, pela forma que são ainda, infelizmente, discriminados no país, apesar do esforço que percebo de todos vocês.

Vamos em frente.

Passo a palavra, de imediato, à Auditora-Fiscal do Trabalho, Dra. Lívia dos Santos Ferreira.

A SRA. LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Primeiro, eu quero agradecer o convite que a Comissão fez ao Sinait e quero agradecer ao Senador Paulo Paim.

Eu sou Auditora-Fiscal do Trabalho, mas eu estou aqui representando o Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), não estou representando o Ministério do Trabalho. Então, o convite foi feito ao Sinait, e aqui eu venho representá-lo.

Quero cumprimentar todos que estão na Mesa e, na minha fala, eu pretendo fazer, Senador, uma reflexão, baseada na minha experiência também como inspetora do trabalho, no combate ao trabalho escravo, porque eu trabalho em São Paulo e fiquei seis anos como Coordenadora do Combate ao Trabalho Escravo. Nessa oportunidade, eu tive a experiência de conversar e trabalhar com muita gente que atua na área da migração, porque os nossos atendidos eram quase 100% imigrantes e refugiados.

Quero fazer uma reflexão sobre a dissonância que eu enxergo entre a política de migração no Brasil e a política trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou trazer também um contexto da questão da construção da discussão da Lei de Migração, o que aconteceu anos antes da aprovação da lei, e dizer o que aconteceu nesse contexto e como eu enxergo essa dissonância.

Bom, é indiscutível... E aqui as pessoas já falaram, na mesa, sobre a importância do trabalho para os imigrantes como aspecto essencial e central para que eles tenham uma vida digna, no local de destino onde escolheram ou tiveram que migrar. Os imigrantes são trabalhadores que estão mais na ponta do mercado de trabalho, engrossam os números da informalidade. Quando o Brasil vivia o pleno emprego, mais ou menos em 2010, o índice de informalidade entre imigrantes era de mais de 40%, mesmo vivendo o pleno emprego. Portanto, para as políticas públicas trabalhistas conseguirem atingir essa população de imigrantes é preciso muito empenho, muita vontade política e muita estratégia e inteligência para conseguir chegar a esses trabalhadores.

No que diz respeito à atuação da inspeção do trabalho no Brasil, ela se volta mais para estabelecimentos e atividades mais formalizadas do mercado de trabalho e vêm atuando pouco – essa é uma crítica que e faço – na camada mais informal do mundo do trabalho. Então, tem dificuldade de chegar a esse trabalhador, de levar as políticas, a inspeção do trabalho para esse trabalhador. Essa ampla informalidade, como eu já falei, exige estratégias robustas e outras frentes de enfrentamento.

Trazendo um pouco do contexto da nova Lei de Migração, da época em que se discutia, em que se construía a nova Lei de Migração, faz-se necessário trazer um pouco desse contexto histórico para entender o que aconteceu naquele momento e para a gente entender o que a gente tem hoje. É um contexto histórico, mas muito recente, mais ou menos de 2015 a 2017. Então, vou rememorar brevemente esses acontecimentos. A nova Lei de Migração vinha sendo discutida nesses anos. É importante lembrar que, no contexto dessas discussões, foi pensada até mesmo uma proposta de lei no sentido de repensar os papéis tradicionais do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, do Ministério do Trabalho, do CNIg, inclusive, uma proposta de se criar uma agência nacional de migração, fundada na nova Lei de Migração. Houve essa discussão. Então, seria uma mudança bem profunda e que iria trazer um marco muito inovador, na minha percepção, em relação ao tratamento da política migratória no país. Discutia-se uma mudança muito profunda na forma como o Brasil trataria a sua legislação e políticas migratórias.

O CNIg sempre teve um papel muito importante, que possibilitava certos avanços no tratamento dos imigrantes, dos refugiados, a despeito da legislação antiquada que a gente tinha na época do Estatuto do Estrangeiro, que tinha um viés mais voltado para a questão de segurança nacional, da proteção do Estado brasileiro.

Menos de um ano antes da aprovação da nova Lei de Migração, quando fervilhavam as discussões em torno da nova lei, nós tivemos importantes reveses políticos no Brasil, em 2016. E aí eu falo da questão do *impeachment* da Presidenta Dilma. E esses reveses tiveram efeito na configuração e na efetividade da nova Lei de Migração.

Tivemos a aprovação do novo marco regulatório, que foi a Lei 13.445, 2017, que representou, de fato, um grande avanço no tratamento da questão migratória, mas que veio acompanhada de 20 vetos na sanção presidencial e também de desafios no que diz respeito à sua regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na época, setores conservadores e empoderados, também pelos reveses políticos que tivemos, pretendiam que não houvesse avanços importantes nas políticas migratórias. Esses setores se mostraram bem articulados para atuarem no processo de regulamentação da lei e conseguiram fazer regredir pontos importantes nos quais a nova lei representou avanços.

Coloco uma lupa sobre a questão do CNIg também: como, nesse processo, o CNIg foi esvaziado e como o diálogo social foi esvaziado dentro do CNIg. A importância da representação da sociedade civil, de certa forma, percebia um esvaziamento dessa participação.

Lá na frente, depois da aprovação da lei, em 2019, com a extinção do Ministério do Trabalho, o CNIg foi transferido para o Ministério da Justiça. Havia, naquele contexto, no âmbito da discussão e da aprovação da lei, uma certa tentativa – até para poder consolidar esses retrocessos – de captura da pauta migratória pelo viés da segurança pública e pelo viés policial.

Em 2019, a gente teve o fim do Ministério do Trabalho e, com isso, o CNIg sai de um órgão mais voltado para a questão trabalhista e vai para o Ministério da Justiça. Assim está até hoje, Senador. Então, mesmo com a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência, em 2021, esse órgão que tinha atuação protagonista, o CNIg, não reconquistou o seu protagonismo.

O Decreto 11.348, de 2023, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Justiça, já agora na gestão do Governo Lula, atribuiu à Secretaria Nacional de Justiça a responsabilidade de promover as ações sobre política migratória laboral. Então, a gente tem um contexto em que um órgão que era muito importante, em termos, principalmente, de construção de política migratória laboral, naquele contexto, teve uma certa captura pela pauta da segurança e isso foi consolidado com a saída definitiva de dentro do Ministério do Trabalho.

Bom, eu trago também algumas questões que percebo na prática, até para exemplificar essa questão da dissonância que eu trago entre a política laboral e a política migratória. Como que eu percebo isso quando estou atuando, na ponta, como inspetora do trabalho, no meu dia a dia? Por exemplo, existe uma resolução normativa do CNIg, a nº 2, de 2017, que trata sobre contrato de trabalho com vínculo empregatício. Então, se um empregador quer trazer um trabalhador de fora do Brasil para trabalhar no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – ... ele pede por meio desse procedimento do CNIg.

Não vou me alongar muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Tranquilo. Há tolerância. É dez com mais cinco.

A SRA. LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Então, essa resolução possibilita que o empregador peça um visto de trabalho, digamos assim, para o Estado brasileiro, para esse trabalhador imigrante. O que acontece? Essa resolução do CNIg permite, por exemplo, que tenha um intermediador de mão de obra ou uma agência de emprego nessa relação, sendo que o Brasil não tem legislação que regule esse tema. E é muito perigoso, não é? Em quase todos os casos de trabalho escravo e tráfico de pessoas, existem os denominados "gatos", que é um intermediador, é a agência de mão de obra.

A gente tem poucos instrumentos legais. A inspeção do trabalho busca combater essas violações, mas é difícil quando o Brasil não tem instrumentos legais que tratam sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso sistema de intermediação de mão de obra, o público, vem sendo inefetivo há muitos anos. E o Brasil não ratificou, por exemplo, a convenção da OIT que trata sobre as agências privadas de emprego, que traria algum tipo de arcabouço legal até para a inspeção do trabalho poder atuar. Então, temos essa dissonância, não é? O CNIg permite, mas a gente não tem nenhum tipo de regulação desse tipo de permissão.

Por outro lado, temos também, por exemplo, a previsão da concessão de residência para vítima de tráfico de pessoas e trabalho escravo na Lei de Migração, e isso foi uma novidade do CNIg. O CNIg que começou a fazer resoluções dando a residência dessas pessoas como obrigação do Estado brasileiro em atender essas vítimas dessas violações ocorridas no seu território. Isso foi para a nova Lei de Migração.

No entanto, quando chega à portaria do Ministério da Justiça, o Ministério da Justiça restringe a concessão à vítima à decisão da autoridade policial. Então, o que o CNIg legislava pela resolução normativa, de que qualquer autoridade, até mesmo trabalhista, que constatasse violação de direitos humanos concedesse a residência àquela vítima, o que é uma situação básica para restabelecer o direito daquelas pessoas violadas, quando chega à portaria do Ministério da Justiça, restringe-se a decisão à autoridade policial.

Então, são situações em que a gente percebe uma dissonância. E eu acredito que não é o único motivo, mas um dos motivos também, por termos essa dissonância, é também esse órgão, que era tão importante, que tinha um protagonismo do Ministério do Trabalho, que era o CNIg, que estabelecia as políticas migratórias laborais, hoje não tem diálogo, ou esse diálogo está muito diminuído com as políticas trabalhistas.

Então, nesse sentido, como representante do Sinait, eu venho advogar pelo necessário retorno do CNIg ao Ministério do Trabalho e Emprego.

O trabalho digno e o amplo acesso aos direitos sociais passam preponderantemente pela criação de políticas trabalhistas que sejam capazes de alcançar os trabalhadores nacionais e não nacionais. Então, a gente defende que a política migratória deva ser discutida e desenvolvida prioritariamente no Ministério do Trabalho e Emprego, sob o manto de um órgão que tem entre as suas atribuições as políticas trabalhistas, sociais e de direitos humanos.

Bom, era isso que eu tinha para falar. E agradeço muito a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dra. Lívia dos Santos Ferreira, Auditora Fiscal do Trabalho, que deixa uma série de sugestões no campo da legislação, desde esse retorno do CNIg, de que você falou durante todo o tempo, e também outras contribuições às relações.

E eu só peço então que todas as falas fiquem aqui na Comissão. A Comissão depois fará um resumo, e a gente estabelece um diálogo com o nosso Governo, que é um Governo de diálogo, para ver no que é possível avançarmos.

Claro que a gente não decide aqui, mas o que chega a gente encaminha para os órgãos competentes na busca do melhor entendimento em relação às políticas humanitárias.

Parabéns pela sua fala!

Por favor, Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Oficial de Meios de Vida do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Vamos já combinar: dez minutos, com mais cinco.

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Eu gostaria de agradecer, em nome da agência da ONU para refugiados, o Acnur, o convite da Comissão para que a gente pudesse estar presente neste importante debate.

Quero saudar aqui o Senador Paulo Paim, saudar os demais integrantes da mesa, saudar também todas as pessoas que nos acompanham, presentes aqui neste Plenário e também pela internet, saudar colegas que aqui estão também de outros órgãos, dos ministérios, do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho, enfim, e também saudar as pessoas refugiadas, as pessoas migrantes que estejam aqui conosco neste momento.

Primeiro, eu queria parabenizar o Parlamento brasileiro, por meio da Comissão Mista, pelo trabalho, na verdade, que vem realizando, Senador Paim. Acho que é um trabalho muito importante de analisar a questão da migração, a questão do refúgio. E eu tenho certeza de que o trabalho desta Comissão vai levar a melhorias no processo de acolhida dessa população aqui no Brasil.

De fato, o foco em pessoas refugiadas – eu já puxo um pouco para o tema do refúgio – é muito importante porque, como sabem, o contexto global no mundo atual é bastante desafiador. Nós passamos por um momento em que vemos o maior número, na história recente, de pessoas refugiadas buscando proteção em vários países no mundo. Nós estamos falando de 110 milhões de pessoas que foram forçadas a sair dos seus países, sair das suas casas, das suas cidades, como resultado de guerras, de conflitos, mas também de perseguições, perseguições pela sua opinião política, pela sua religião, por pertencer a um determinado grupo social ou etnia. Então, são pessoas que não têm outra opção que não sair do lugar onde vivem. Essas pessoas não gostariam de fazer isso, mas têm que fazer isso para salvar as suas vidas. Então, é um número que vem crescendo. Nos últimos dez anos, dobrou o número de pessoas nessa situação no mundo. Então, hoje uma a cada 74 pessoas no mundo é uma pessoa deslocada de forma forçada, e o Brasil não está fora desse contexto.

O Brasil também integra esse contexto de um número crescente de pessoas que se deslocam de maneira forçada para buscarem proteção aqui no território brasileiro. Então, nós estamos falando hoje de cerca de 650 mil pessoas de diferentes nacionalidades que vivem no Brasil na condição de pessoa refugiada reconhecida, de solicitante do reconhecimento dessa condição de refugiada, pessoas numa situação semelhante à de refugiado, pessoas com necessidade de proteção internacional.

Então, é um tema bastante importante.

O Brasil tem sido protagonista nessa questão, seja pela legislação moderna, uma legislação protetiva, uma legislação robusta e reconhecida internacionalmente, de acolhimento de pessoas refugiadas, pessoas que chegam e pedem refúgio, pessoas que entram com visto humanitário e depois pedem refúgio no Brasil... Então, o Brasil tem sido, de fato, um país que tem estabelecido políticas bastante importantes no acolhimento dessa população, que, como eu falei, é de diferentes nacionalidades. Nós estamos falando de pessoas que vêm da Venezuela, do Haiti, do Afeganistão, mas também da Síria, da República Democrática do Congo, de diferentes países, e que encontram aqui um local onde podem preservar as suas vidas, mas também recomeçar as suas trajetórias, ter um futuro digno. Então, é isso que nós, como Acnur, buscamos junto ao Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, de fato, reconstruir a vida significa... O primeiro passo para isso é, de fato, a inclusão no mercado de trabalho. É, de fato, a pessoa ter acesso ao mundo do trabalho. O Brasil tem uma legislação, aqui já foi várias vezes mencionado isso, uma legislação muito favorável: refugiado, solicitante de refúgio e essas outras pessoas podem acessar, desde um ponto de vista legal, o mercado de trabalho. Porém, também, como aqui já ressaltado, na prática não é bem isso que acontece. O ambiente normativo é favorável, mas há diferentes obstáculos que muitas vezes vão impedir que essas pessoas de fato acessem esses direitos e de fato deem efetividade a esses direitos.

Enfim, aí eu queria trazer aqui algumas evidências disso, para que a gente... Porque é isso, na construção da política pública, na construção das estratégias das diferentes organizações, é importante que elas sejam construídas em cima de evidências. E um parceiro do Acnur, um dos parceiros do Acnur, que é o Banco Mundial, desenvolveu, em 2021, implementou, em 2021, conduziu, em 2021, uma pesquisa tentando mapear quais eram, naquela ocasião, os desafios à integração local de pessoas refugiadas no Brasil, e fez alguns achados bastante importantes. Por exemplo, pessoas refugiadas têm apenas 30% das chances de uma pessoa brasileira de conseguir uma vaga de emprego formal no Brasil. Apenas 30% das chances. Então, isso claramente nos mostrou o quê? Que essas pessoas estão ficando para trás no que diz respeito à inclusão do mercado de trabalho. Mas não só. O tema de acesso à educação de crianças e adolescentes também é um tema bastante importante. O tema de acesso à assistência social. Então, são todos esses direitos, serviços previstos na legislação, mas, na prática, as pessoas não têm os mesmos acessos que a população brasileira tem, nas mesmas condições.

Uma outra questão importante que essa pesquisa revelou é que quando as pessoas refugiadas acessam o mercado de trabalho, elas o fazem numa situação de rebaixamento ocupacional. Ou seja, a pessoa tem uma formação, a pessoa exercia uma profissão no seu país de origem, mas, quando chega aqui, ela não consegue atuar na mesma profissão, na mesma ocupação, e ela acaba aceitando outros empregos, empregos abaixo da sua qualificação por uma questão de sobrevivência.

Então, a questão da inserção no mercado de trabalho é um tema e a qualidade dessa inserção no mercado de trabalho também é um tema bastante importante.

E aí, quando a gente olha os dados do próprio Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e como essa população acessa o CadÚnico, a gente percebe que é uma população que tem níveis de pobreza e extrema pobreza maiores do que a população brasileira.

Então, essa falta de acesso ao mercado de trabalho, essa inserção com uma qualidade não adequada levam a que essas pessoas estejam numa situação de pobreza e extrema pobreza pior, vamos dizer assim, do que a própria população brasileira.

Então, isso nos indica claramente a necessidade de uma série de ações em relação ao que está por trás disso. E a pesquisa também indica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – ... então, por exemplo, a baixa proficiência no português é um tema. Então, é fundamental que as pessoas possam acessar cursos, aprender o português. Isso faz uma diferença enorme na inserção no mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O insuficiente acesso a mecanismos de intermediação de mão de obra. Então, é fundamental o Sine, os mecanismos para que a população possa acessar as oportunidades de emprego que existem e estejam disponíveis.

O tema da revalidação de diplomas e reconhecimento de certificados. É fundamental, Senador Paim, que possamos avançar na simplificação dessas legislações porque isso impacta sobremaneira a qualidade da inserção dessa população.

E um tema que também é muito importante é o maior acesso à informação e mecanismos mais efetivos para impedir isso que já foi também muito mencionado nessa mesa, que é a exploração laboral. Como já foi dito pelo diretor da OIT, o Vinícius Pinheiro, que eu cumprimento, populações de refugiados e imigrantes são mais vulneráveis à exploração laboral. Portanto, o Estado, a sociedade tem que ter uma atenção mais efetiva para que essa população não seja sujeita à exploração no mercado de trabalho.

E aí, eu queria trazer uma questão que é o seguinte, quando a gente fala de população refugiada e imigrante, a gente está falando de fluxos de diferentes partes do território brasileiro, mas fluxos importantes na Região Norte do Brasil. E o Estado de Roraima é um estado que tem recebido um fluxo importante e é um estado que, como a gente sabe, não tem uma economia capaz de absorver a quantidade de pessoas que está chegando. A pessoa entra por Roraima, mas ela vai para outras partes do Brasil.

Então, lá atrás, aqui foi mencionado o Conselho Nacional de Imigração. Lá atrás, o CNIg apoiou, junto com o Observatório das Migrações, uma pesquisa para entender se as pessoas queriam ou não ficar em Roraima.

E aí, naquela época, mais de 70% das pessoas indicavam que, se tivessem apoio, elas gostariam de ir para outras partes do Brasil, porque é isso. Pela falta de condições econômicas, as pessoas vão ficando em abrigos, numa situação nada adequada, e, quando as pessoas permanecem por um longo tempo abrigadas, as pessoas não podem ficar tanto tempo abrigadas, isso acaba afetando os seus próprios direitos fundamentais. Então, lá atrás foi feito isso e foi estabelecida uma estratégia de interiorização voluntária, ou seja, as pessoas que voluntariamente e assim desejassem poderiam ter acesso a oportunidades de inclusão em outros estados brasileiros. Eu gostaria de dizer que, talvez, a estratégia de interiorização tenha sido um dos mecanismos mais efetivos – mais efetivos – de acesso dessa população à oportunidade de trabalho, à inserção no mercado de trabalho em outros estados brasileiros, porque, lá onde elas estavam, isso não era possível.

Então, o Acnur – junto com o Unfpa, junto com a ONU Mulheres e com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais e com a parceria com a Universidade Federal de Roraima – implementou uma série de pesquisas para entender a situação das pessoas que foram interiorizadas. E esses são dados muito reveladores, porque, por exemplo, mostram que as pessoas que foram realocadas voluntariamente, que o nível de desocupação delas é quase três vezes menor que o das pessoas que permanecem acolhidas lá em Roraima. Então, elas têm uma inserção no mercado de trabalho muito maior, é quase três vezes menor o índice de desocupação. É claro que existe uma questão aqui entre gêneros, ou seja, mulheres têm uma inserção menor do que os homens, isso é importante registrar, essa é uma questão que precisa ser aperfeiçoada. Então, a taxa de desemprego, por exemplo, a taxa de desocupação entre mulheres interiorizadas é muito superior à taxa de desocupação da população masculina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma população que acabou conseguindo se inserir no mercado de trabalho, como eu falei, muito pelo emprego formal, mas também com uma taxa alta de informalidade, isso é importante registrar. E o rendimento dessa população que foi interiorizada também é algo que vale a pena pontuar, porque a pesquisa indica que as pessoas que foram interiorizadas têm rendimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – ... duas vezes maiores do que as pessoas que ficaram em Roraima. E isso é algo que para nós é bastante importante e que precisa ser aperfeiçoado, mas é preciso ter um olhar também para essas estratégias para que as pessoas possam acessar locais com melhores oportunidades de emprego.

E, para concluir, eu também gostaria de mencionar uma outra questão, que é o tema do português, do ensino do português. Também a gente tem pesquisas que indicam que a pessoa que tem proficiência no português tem 42% a mais de chance de conseguir um emprego no mercado de trabalho formal, e isso tem uma consequência de renda para essa pessoa. Então, as pessoas que conseguem falar português vão estar melhor empregadas, vão gerar renda, pagar impostos, gerando uma melhor situação, inclusive, para as próprias comunidades de acolhida. Então, investir em programas públicos... As despesas com programas públicos de ensino de português não são despesas, são investimentos. Isso vai gerar, depois, repercussões em termos de maior arrecadação de impostos e outros benefícios que isso traz para essas pessoas.

Para concluir mesmo, é importante que, quando a gente olhar para essa população...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – ... a gente olhe não só para perfis de mulheres, mas também para mulheres chefes de famílias monoparentais e outras pessoas que tenham perfis ainda mais complexos e que precisam ter um olhar das políticas públicas, e também para as nacionalidades, porque isso também impacta o processo de integração.

Desculpe se me alonguei, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Não, ficou dentro do tempo. (*Palmas.*)

Muito bem, Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Oficial de Meios de Vida do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), que traz pesquisas muito interessantes e muito preocupantes também.

Os dados são alarmantes, tudo o que eu ouvi aqui – que nós ouvimos –, mas vai ser muito bom para esta Comissão trabalhar em cima de tudo o que foi colocado aqui.

Eu pediria a esta Mesa que, se puder retornar para o Plenário, eu chamarei a segunda Mesa.

Fica aqui uma salva de palmas a todos pelo brilhante trabalho que estão fazendo. (*Palmas.*)

Tem uma frase que eu uso muito: fizemos muito, mas temos que fazer muito, muito mais.

Obrigado a todos. Obrigado.

Obrigado, Doutora. Obrigado, Doutor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamamos, de imediato, a Coordenadora-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, Dra. Luana Medeiros, a quem eu recebo com o mesmo carinho de todos os outros. (*Palmas.*)

Dra. Patrícia Gimenez Camargo, representante do Sindicato Nacional dos Tradutores; seja bem-vinda.

Convido Angel Mesias, migrante venezuelano, que me informaram que está a caminho. Teve um acidente na ponte, por isso ele está ainda atrasado, mas virá.

Seja bem-vinda, doutora.

Convido Marina Rongo, Assessora de Fortalecimento do Espaço Democrático da Conectas Direitos Humanos.

E já vou convidar também... a Marina terá participação remota, e já anuncio também Niusarete Margarida de Lima, Coordenadora de Atenção ao Migrante e Refugiados no Sistema Único de Assistência Social e Coordenadora do Subcomitê Federal para Acolhimento e para Interiorização. Ela também estará remotamente.

E Lutiana Valadares Fernandes, Defensora Pública Federal, com participação remota.

Então, vamos de imediato com os que estão aqui na Mesa e vamos intercalando.

Dra. Luana, por favor. (*Pausa.*)

Assessoria é para isso, não é?

Pediram-me que eu desse dois informes.

> Gostaríamos de chamar a atenção para a grave crise humanitária resultante da saída das tropas americanas do Afeganistão, em 30 de agosto, há dois anos.
>
> Nesse contexto, o Brasil desempenha um papel fundamental no acolhimento dessas pessoas vulneráveis.
>
> Solicitamos que, durante a reunião da Comissão de Migrações e Refugiados, seja feita uma menção ao ato político que representa a saída das tropas americanas e que essa questão seja colocada em pauta para as futuras discussões.
>
> É crucial que a Comissão esteja ciente dessa crise humanitária e que esteja disposta a debater e tomar medidas para lidar com essa situação de forma humanitária e efetiva.
>
> Agradecemos, antecipadamente, pela atenção e pelo comprometimento com essa questão tão importante.
>
> Atenciosamente,
>
> Joyce Matias, Presidente Nacional da UGM (União Global das Mulheres).

Está feito o registro e nós passaremos à Presidente da Comissão.

Está presente, também, na Comissão, o Diretor de Relações Institucionais da Casa Venezuela BR, o Sr. Tomas Alejandro Guzman.

Está feito também o registro e vamos, de imediatamente, para a Dra. Luana, Coordenadora-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Departamento de Migração da Secretaria Nacional de Justiça.

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

De início, eu gostaria de agradecer, em nome do Ministro Flávio Dino e do Secretário Nacional de Justiça, Augusto de Arruda Botelho, o convite para que o Ministério da Justiça e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança Pública compartilhasse com esta Comissão os seus entendimentos, as suas ações, sobre esse importante tema para a população migrante, refugiada e apátrida no Brasil. Cumprimento os meus colegas de mesa, na pessoa da minha colega de trabalho e amiga, Niusarete Margarida, que nos acompanha *online.*

Eu me permito, também, fazer um agradecimento ao Coordenador-Geral de Migração Laboral, que, oficialmente, deveria estar aqui no meu lugar, mas que não pôde comparecer hoje à audiência, o colega Jonatas Pabst, porque estamos, neste momento, na terceira reunião anual do Conselho Nacional de Imigração, mencionado aqui anteriormente. Então, é até oportuno que esta audiência ocorra justamente no dia de uma reunião nacional do CNIg.

Então, falando um pouco já da pauta da nossa conversa aqui de hoje. Como é do conhecimento, eu acredito, de todos aqui presentes, em janeiro deste ano, o Ministro Flávio Dino lançou uma portaria determinando que a Secretaria Nacional de Justiça regulamentasse o art. 120 da Lei nº 13.445, de 2017, a Lei de Imigrações, para que, depois de muitos anos de espera – o que também já foi comentado aqui pela colega do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho – fosse criada a tão esperada Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

A forma de trabalho escolhida pelo Ministério da Justiça para regulamentar esse artigo, para iniciar e construir essa política, foi a criação de um grupo de trabalho com a participação de diversos órgãos do poder público, ministérios, secretarias de Estado, secretarias de municípios, órgãos de controlo e promoção de direito, como o Ministério Público do Trabalho, que também participou desta mesa, representantes da academia, de diferentes organizações da sociedade civil e participação também, direta, de migrantes, refugiados e apátridas.

O GT iniciou os seus trabalhos com cinco eixos de discussão. Desses cinco, eu gostaria de destacar dois que estão muito afetos à matéria que a gente discute hoje, que são justamente a promoção e a proteção de direitos, com foco também em combate ao racismo e à xenofobia, e a integração local.

Entre os diferentes objetivos, entre os diversos objetivos dessas discussões, desses eixos, estava justamente realizar um diagnóstico da situação, da integração local, da participação social e da promoção de direitos de migrantes, refugiados e apátridas no Brasil, mapear boas práticas locais, internacionais, que vêm sendo feitas, que vêm sendo construídas historicamente nesse tema e, principalmente, identificar necessidades de ação do Estado em temas como saúde, educação, participação social e, obviamente, acesso ao trabalho e emprego dignos e justos.

E aqui eu gostaria de destacar que o objetivo do Ministério da Justiça ao criar essa política nacional é que as ações na área migratória do Governo Federal do Brasil como um todo, do Estado brasileiro sobrepassassem a mera regulamentação, a regularização documental do migrante e as ações emergenciais que também já foram mencionadas aqui. A nossa ideia não é, também, criar sistemas paralelos de atenção a migrantes, refugiados e apátridas; muito pelo contrário, a ideia é assegurar, garantir que o direito constitucional de acesso às políticas públicas, que está lá no art. 5º, que garante os direitos e o acesso a todas as políticas públicas brasileiras a todas as pessoas que estão aqui no nosso território, independentemente de sua nacionalidade e de seu *status* migratório, que esse direito seja efetivamente concretizado nas diferentes políticas públicas que existem aqui no Brasil, quer seja pelo Sine, quer seja no Suas, quer seja no SUS, na área educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente que a gente sabe que adaptações, quer sejam linguísticas, quer sejam interpretações culturais, são necessárias e é importante que essa política consiga trazer esses instrumentos necessários, instrumentos concretos que sejam necessários para que essas adaptações ocorram e políticas específicas sejam desenvolvidas quando necessárias.

Algumas importantes constatações que nasceram desse trabalho do GT é que, obviamente, o trabalho precisa ser feito de forma transversal e integrada e em coordenação federativa, porque os migrantes, refugiados e apátridas, como todos nós brasileiros, vivem em suas cidades e estados. É o estado, é a cidade, é o município, é o território que vai ser o contato direto com aquela população.

Então, o Governo Federal precisa atuar, obviamente, com capacitação técnica, com recursos financeiros, sempre que possível, oportunos e necessários, mas, principalmente, na parte da coordenação dessa política, fornecendo os instrumentos e mapeando as necessidades de ações e melhorias.

Trazendo, agora, para as ações concretas que o Ministério da Justiça tem feito nesta área, eu gostaria de iniciar a minha fala neste tema ressaltando uma parceria que, este ano, completa dez anos, que é a parceria com o Observatório das Migrações, o Obmigra, que foi citado aqui na fala introdutória do Senador Paulo Paim.

Enfim, o Paulo Sérgio, colega que está aqui, participou lá, há dez anos, do começo dessa empreitada. O Obmigra é um observatório, é um instituto de pesquisa, vinculado à Universidade de Brasília, que estuda o fenômeno das migrações internacionais no Brasil e tem, historicamente sempre teve, um foco muito grande na inserção laboral desses migrantes, refugiados e apátridas no Brasil. O Obmigra compila, reúne uma série de dados de diferentes sistemas do Governo Federal, desde os sistemas de migração, de autorização de residência, de refúgio, os sistemas do Ministério do Trabalho, os sistemas da Receita Federal, do Ministério das Relações Exteriores, e produz, anualmente, relatórios críticos que fazem uma análise das tendências da migração no país e uma análise também regionalizada, focada em cidades, focada no perfil sociodemográfico dos migrantes que aqui estão.

Anualmente, entre os seus diversos estudos, o Obmigra divulga um relatório que a gente chama de Dados Consolidados da Imigração, que sugiro que todos consultem aí no nosso Portal de Imigração. Está disponível. Como eu falei, esse estudo mostra as tendências, em números, dos fluxos migratórios que chegam ao país, sua distribuição geográfica no território nacional, destacando os diferentes aspectos em que a migração contribui para o crescimento da economia brasileira.

O último relatório, que foi lançado agora em junho deste ano, trouxe algumas informações bem interessantes, que eu vou compartilhar aqui com vocês muito rapidamente.

Primeiro, o aumento, que já foi mencionado aqui também, acredito, pelo colega da OIT, do número de mulheres e crianças no fluxo migratório. Não obstante a maior participação de pessoas em idade ativa, ali dos 25 aos 39 anos, ou melhor, que a maior parte dos migrantes esteja entre os 25 e os 39 anos, os migrantes menores de 15 anos já superam as pessoas acima de 40 anos. Então, a gente tem um número muito grande de migrantes – 50 mil – menores de 14 anos que ingressaram no Brasil, no ano passado.

Outro número que também gostaria de destacar é que, no ano passado, foram concedidas mais de 25 mil autorizações de residência, com base laboral, aqui no Brasil, quer seja pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resolução n° 02, já mencionada pela colega auditora fiscal, quer seja por uma resolução de estudo, pesquisa ou investimento. As principais nacionalidades que obtiveram autorizações de residência foram os filipinos, chineses, estado-unidenses e britânicos. Esse perfil de imigrantes que receberam autorização para fins laborais e de investimento foram, majoritariamente, homens com idades entre 35 a 49 anos, com ensino superior ou médio completo.

O relatório do Obmigra também destaca que o mercado se recuperou um pouco, em 2022, depois da pandemia, e que foram criadas mais de 35 mil vagas para migrantes no Brasil – vagas de trabalho formal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Estou quase na metade da minha apresentação. Então, vou chegar lá! (*Risos.*)

Vagas de trabalhos formais. E o principal número de imigrantes empregados no país são os venezuelanos, com 147 mil movimentações laborais; os haitianos, com 62 mil movimentações laborais no ano passado.

Um outro dado que eu gostaria de destacar é que nós temos um tipo de autorização de residência, que é a autorização para fins de investimento, que eu acho que é muito importante que a gente relembre à nossa população que a migração também contribui bastante, significativamente, para o desenvolvimento da economia brasileira. Só no ano passado, foram R$336 milhões investidos no Brasil pelos imigrantes.

Enfim, é um relatório muito rico. Não posso trazer tudo aqui, mas eu sugiro que todo mundo consulte não só o deste ano, mas os dos anos anteriores.

E, sobre essa parceria, eu queria destacar que o Brasil é um dos únicos países do mundo, se não o único, que consegue produzir mensalmente dados sobre imigração. Isso demonstra uma institucionalização das políticas, mas também a importância que é dada ao tema nos diferentes órgãos de governo. E vale ressaltar que a produção de dados e estudos não é um fim em si mesma quando a gente fala de políticas públicas; ela é ensino, porque, obviamente, para você desenvolver políticas públicas de qualidade você precisa de dados, saber quem são e onde estão aquelas pessoas para quem a gente trabalha; ela funciona como catalisador para a produção de conhecimento sobre o tema, o que também retroalimenta o Estado com insumos para as políticas públicas; e, neste tema que a gente trata aqui especificamente, ela é muito importante para tornar o tema visível, e a gente sabe que isso é essencial na pauta migratória, principalmente quando a gente fala de combate à xenofobia e ao racismo para a população migrante, refugiada e apátrida.

Além dessa parceria do Obmigra, eu queria destacar algumas ações bem concretas do Ministério da Justiça e também alguns projetos que estão em desenvolvimento este ano – já estou finalizando, Senador. Um é um projeto de português como língua de acolhimento – foi mencionado aqui por vários dos colegas –; o primeiro entrave, a primeira barreira que o migrante precisa superar quando ele chega em um novo país é justamente o aprendizado do idioma. O idioma faz com que você aumente exponencialmente sua capacidade de obtenção de emprego, mas também que você consiga conviver com as pessoas que estão ao seu redor, que você comunique melhor no sistema de saúde quais são as suas deficiências, se comunique melhor na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola e em todas as outras políticas públicas e, enfim, em todos os outros aspectos, em geral, da vida em sociedade.

O Ministério da Justiça, por meio do Comitê Nacional para os Refugiados, do qual eu sou coordenadora, lançou agora em julho, um programa de português como língua de acolhimento focado na população haitiana, e é um programa diferente porque ele está formando multiplicadores de ensino de português. Então, nós, com a parceria do Acnur, selecionamos 20 pessoas, 20 nacionais haitianos que já têm o domínio da língua portuguesa e essas pessoas estão sendo capacitadas para ensinar português em suas comunidades. É um programa bastante inovador que tem um potencial de replicação e essas pessoas estão em todas as regiões do Brasil. Nós temos alunos de 19 cidades diferentes no Brasil todo.

Nós também temos cursos de educação financeira focados na população migrante. Este ano já realizamos turmas para a população indígena no Aral, turmas para migrantes empreendedores em São Paulo e estamos em conversa com a Receita Federal do Brasil para criar um programa semelhante de educação fiscal focado na população migrante, para, enfim, aprender a declarar o imposto de renda e todas as outras coisas que a gente faz todo ano no Brasil.

Eu gostaria também, já falando um pouco do que está em andamento, o Ministério da Justiça tem estudado e desempenhado muito em resgatar o protagonismo do Cnig na pauta migratória. Está em discussão a reformulação do comitê, sua ampliação, o resgate da participação social, o aumento do número de membros observadores. Eu acho que foi uma pauta, um ponto bastante importante resgatado pela colega que falou anteriormente.

Também mencionado pela colega, está em revisão, acho que na verdade já passou pela consultoria jurídica, a revisão da Portaria n° 87, que é a autorização de residência para vítimas de tráfico de pessoas, e muitas das colocações que foram feitas pela colega já estão contempladas nessa revisão. Também foi feito um grupo de trabalho com a participação do Ministério Público do Trabalho, com a participação da DPU e isso tudo, acredito, já esteja contemplado e espero que a nova portaria seja publicada em breve, pois já está em versões finais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Uma última coisa que eu gostaria de destacar... Eu já não estou mais nem conseguindo entender a minha letra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Fique tranquila que ainda tem dois minutos.

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Dois minutos a mais.

Eu falo rápido porque no Piauí a gente fala assim. Vai ser rápido.

Enfim, nós também temos uma parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo. O Tribunal Regional do Trabalho tem um programa interno de empregos no próprio tribunal para populações vulneráveis e acredito que são 5%, e nós estamos sugerindo que esse número seja aumentado, e o TRT, junto com o Conare – um desses públicos vulneráveis é justamente mulheres migrantes –, e junto com o TRT nós estamos fazendo esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mapeamento das pessoas, sugestão de currículos para que essa população possa ser empregada nesse programa muito bom do tribunal.

É isso. Muito obrigada. O ministério fica à disposição.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – E é isso. Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, muito bem, Luana Medeiros, Coordenadora-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, que coloca o ministério totalmente à disposição para o diálogo e, muitos talvez – talvez porque tem outros – fruto dessa audiência pública e, ao mesmo tempo, faz um relato das iniciativas do ministério.

De imediato, eu passo a palavra, porque ela está com problema também de deslocamento, para a Dra. Niusarete Margarida de Lima, coordenadora de Atenção ao Migrante e Refugiados no Sistema Único de Assistência Social e Coordenadora do Subcomitê Federal para Acolhimento e para Interiorização.

Já registro a presença na mesa do Sr. Angel Mesias, imigrante venezuelano. Seja bem-vindo. Como fiz com todos que aqui chegaram nossas palmas a você.

O SR. ANGEL MESIAS (*Fora do microfone*.) – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Nesse momento, eu passo a palavra, então, à Dra. Niusarete Margarida de Lima.

Ela estava com problema de horário e pediu para ser chamada logo que você terminasse. Ela me informa... Oi!

A SRA. NIUSARETE MARGARIDA DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Oi, vamos lá.

A SRA. NIUSARETE MARGARIDA DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Bom dia.

A SRA. NIUSARETE MARGARIDA DE LIMA (*Por videoconferência*.) – É que o áudio não estava liberado ainda.

Bom dia, Senador. É uma alegria estar aqui, participando desta audiência conduzida pelo senhor, já grande parceiro de longas datas. Somos parceiros na área de direitos humanos já há muitos anos, não é, Senador?

Muito obrigada. Então, eu cumprimento a todos os Parlamentares na pessoa do senhor e cumprimento aos demais, que estão assistindo *online* e também presencialmente na pessoa do Angel, migrante, porque eu acho que a política nacional, uma política nacional, qualquer ação na área de migração a gente tem de o fazer na presença e com a participação dos migrantes refugiados, porque eu acho que é aquele nosso lema antigo: "nada para nós sem nós". Então, acho, Angel, muito bom, ter você aí à mesa também.

Realmente, eu estou aqui numa pauta, exatamente nessa área de monitoramento e acompanhamento de migrações e refúgio aqui, em Roraima. Estivemos em Pacaraima também na fronteira. Então, eu estou aqui numa agenda bem ligada ao tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria, para iniciar, também, de fazer um pouquinho uma retrospectiva da nossa atuação enquanto Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome na coordenação, do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização, daqui, da migração venezuelana, que é uma migração que a gente está vivenciando muito mais intensa nos últimos tempos.

Então, nós estamos aqui, coordenando toda essa parte aqui, na fronteira, em parceria com o Ministério da Defesa, com as agências da ONU, na coordenação do Comitê Federal de Assistência Emergencial da Casa Civil e estamos aqui mensalmente, acompanhando e monitorando.

Realmente, já foi falada, pelos meus colegas, uma série de informações da entrada. A gente continua ainda tendo uma entrada de em torno de 300, 400 pessoas/dia, permanecendo no Brasil. Então, ainda temos que a trabalhar muito fortemente na ampliação desse deslocamento voluntário das pessoas para outras unidades da Federação, no intuito de desafogar um pouco todas essas estruturas aqui, em Roraima, que não comportam uma entrada ainda tão intensa se a gente não tiver uma outra estratégia de deslocamento.

Bem, a gente vem trabalhando, então, nessa articulação com os demais entes federados, no intuito de fazer esses deslocamentos. A Operação Acolhida é uma referência aí mundial de acolhida humanitária no mundo, mas nós ainda temos que melhorar muito, ainda temos que trabalhar muito juntos, para que a gente possa oportunizar a esses migrantes refugiados condições dignas de trabalho e de inclusão socioeconômica em nosso país.

Para o senhor ter ideia, nós trabalhamos aí nos três eixos. Luana falou um pouco aí também e o Paulo Sérgio também, do Acnur, nosso parceiro aí no acolhimento desses imigrantes. Nós ainda temos essa entrada intensa na fronteira, no acolhimento da fronteira, mas estamos conseguindo aprimorar os serviços já na entrada da fronteira com relação à regularização migratória.

Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social implantou, já na fronteira, um posto do Cadastro Único, para que essas pessoas já saiam com a documentação regularizada e já sejam cadastrados no Cadastro Único, já na fronteira, no intuito de a gente desafogar um pouco os equipamentos da assistência social dos territórios. Agora, em setembro, vamos inaugurar um outro posto também aqui, em Boa Vista, no Ptrig de Boa Vista, intuito de o imigrante já ser informado dos direitos, dos benefícios socioassistenciais que ele tem no nosso país.

Nós ainda temos, Senador, em torno de 7 mil, quase 7,5 mil pessoas abrigadas nos abrigos de gestão federal, em parceria com o Acnur.

Quanto a essas pessoas abrigadas, ainda temos que trabalhar para que elas sejam deslocadas voluntariamente, obviamente, para outras unidades da Federação. São em torno de, mais ou menos, 2.685 pessoas, nas idades de 18 a 59 anos; portanto, numa idade laboral ativa. Então, para essas pessoas, nós também precisamos trabalhar muito em sintonia com a sociedade, para que toda essa parte que foi colocada já aí, de discriminação, de xenofobia, de falta de conhecimento de que essas pessoas têm direitos no nosso país... para que elas tenham acesso.

Dessas pessoas abrigadas, nós ainda temos em torno de 2 mil pessoas, que são grupos familiares, e em torno de 1,5 mil mulheres chefes de família; são mais ou menos 165 a 200

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas idosas, com quem ainda a gente tem que trabalhar também, porque, embora sejam pessoas já na faixa de 65 anos, de 60 para cima, são pessoas que ainda têm uma força de trabalho, e a gente também tem um desafio para que essas pessoas possam continuar produzindo e tendo autonomia.

Nós ainda temos ainda um desafio muito grande aqui, na fronteira, em várias unidades da Federação, com a população indígena venezuelana. E aqui, em Roraima, só nos nossos abrigos de gestão federal, nós ainda temos em torno de 2 mil indígenas venezuelanos acolhidos e que também participam dessa estratégia da interiorização.

Nesse processo, como o Paulo Sérgio colocou, da estratégia, em que a gente considera efetiva à interiorização, da possibilidade do deslocamento voluntário dessas pessoas para serem inseridas socioeconomicamente em outras unidades da federação, até julho, em torno de 110 mil pessoas nós já interiorizamos para mais de 970 municípios, ou seja, precisamos de que as outras unidades da Federação também nos deem condições de deslocamento para outras unidades. Nós temos aí já mais de 5,5 mil municípios. Então, a gente precisa também expandir para outras unidades da Federação.

Essas pessoas contam com o apoio da nossa rede de assistência social. São em torno de mais de 8,5 mil Cras espalhados por todo o país, que contribuem para a orientação dessas pessoas que são interiorizadas, para a possibilidade dessa inclusão socioeconômica. Eles estão, sim, tendo acesso aos benefícios socioassistenciais, embora a gente precise ainda melhorar essa estratégia de comunicação.

Para o senhor e todos que estão nos assistindo terem ideia, nós temos em torno de 249 mil migrantes refugiados venezuelanos no Cadastro Único – isso são dados de junho –, e, desses, 141 mil receberam, em junho, o Bolsa Família. E ainda temos também o benefício de prestação continuada para pessoa com deficiência. Há em torno de 4 mil pessoas recebendo o benefício de prestação continuada.

Na estratégia de interiorização, embora a gente já tenha interiorizado mais de 110 mil pessoas, apenas 12% dessa população foram interiorizados já com vaga de emprego sinalizada, que é uma das nossas modalidades. E aí o Paulo Sérgio, do Acnur, já citou as pesquisas que foram feitas, indicando que é uma força de trabalho, sim, que se mantém no emprego, mas a gente precisa melhorar as condições de acesso, porque, muitas vezes, essas pessoas estão indo para postos de trabalho aquém da sua formação e da sua capacidade laboral. Então, a gente precisa oportunizar a esses migrantes refugiados a questão da melhoria do curso português e a questão da revalidação dos diplomas, para que eles possam, efetivamente, contribuir com o nosso país, com a força de trabalho e com seu perfil laboral adequado. Então, nisso ainda a gente precisa melhorar muito.

Precisamos também – é um dos desafios que a gente tem – da compreensão da sociedade brasileira com relação à diversidade cultural que nós temos também. Então, oportunizar esses mediadores interculturais também, porque a gente precisa não apenas dizer que eles precisam falar o português, que eles precisam nos entender, mas nós precisamos compreendê-los também. Então, tem também toda a questão da capacitação de profissionais e idiomas, não apenas do migrante no nosso português, mas também das nossas equipes em todas as áreas para que tenham capacitação para poder contribuir melhor para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Senador – eu tenho a mania, o pessoal diz que eu falo muito –, também eu penso que nós precisamos sair de apenas citações de marco legal – e a nossa legislação é aberta, perfeita, em termos de direitos humanos – e dizer que temos uma legislação nisso, nisso e nisso, para partir para ações concretas e realmente implementar o direito do migrante refugiado de acordo com o seu direito e igualdade de condições com nacionais, porque todos nós somos responsáveis por isso.

Nós estamos, neste Governo, ampliando...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NIUSARETE MARGARIDA DE LIMA (*Por videoconferência*.) – ... essa compreensão não apenas na área da assistência social e na área da Justiça, mas em outros ministérios também. O Presidente Lula, na nova estrutura de Governo, já aprovou. A gente já tem várias instâncias, em diferentes ministérios, cuidando da parte de migração e refúgio. Como exemplo, no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, tem uma coordenação-geral de migração, de emergência e calamidade, que é para abarcar toda a questão da migração e refúgio também.

Estamos trabalhando numa câmara técnica para dentro do Suas, mas com a participação dos ministérios setoriais também, no intuito de não pensarmos apenas a migração como uma situação de emergência, mas já termos, nas nossas tipificações, medidas que a gente possa implementar imediatamente, no momento em que estivermos vivenciando uma situação de emergência, para que a gente não se assuste e não tenha tanta dificuldade como nós tivemos com a migração venezuelana no nosso país.

Nós estamos aqui, Senador, em Roraima. Estou aqui com uma comitiva de, em torno, 12 pessoas do Ministério da Educação, porque eu penso que a educação é uma das pautas em que a gente precisa implementar ações mais efetivas, principalmente aqui, na fronteira, para que as pessoas tenham essa oportunidade de equivalência na área educacional, de revalidação de diplomas, de formação de professores, de formação dos próprios imigrantes e de professores imigrantes também.

Então, a gente está aqui numa pauta das principais secretarias do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Superior, do FNDE e da Capes. Nós já tivemos aqui articulações com a Universidade Federal de Roraima e com o Instituto Federal de Roraima. Hoje teremos uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação e ontem estivemos com a Secretaria de Estado, no intuito de o Governo Federal apoiar efetivamente os entes federados e, principalmente, aqui, em Roraima, nessa questão de ampliação da educação na área dessa imigração e refúgio.

Eu penso que já vamos sair daqui com algumas pautas e alguns encaminhamentos bem interessantes para que a gente possa mitigar as dificuldades que não só os profissionais da rede têm, mas principalmente que os imigrantes também tenham.

Então, eu penso que, nesse sentido, nós vamos já, partindo para algumas medidas efetivas, como eu disse anteriormente, ao invés de ficar apenas nas citações da legislação, mas na implementação de ações que possam beneficiar os imigrantes e refugiados.

Temos também algumas ações que nós apoiamos para os entes federados. Tem uma determinação do nosso Ministro Wellington Dias e também do nosso Secretário de Assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Social André Quintão e estamos na qualificação das equipes da Secretaria do Cadastro Único também, no sentido de ampliar essa cobertura do Cadastro Único. Essa pauta da educação é também uma pauta importante porque nós temos as condicionalidades de acesso ao Cadastro Único e, se a gente não implementar ações de acesso a essas crianças, por exemplo, às escolas, tanto nas fronteiras como nos destinos, estaremos impedindo o acesso dessas pessoas aos benefícios socioassistenciais a que têm direito.

Então, é uma determinação do nosso ministro apoiar e estar próximo dos entes federados, principalmente oportunizando aos imigrantes o acesso a todos esses benefícios que nós temos.

Estamos também apoiando os entes federais, estados e municípios, aqueles municípios que estão tendo uma grande demanda também, a exemplo da imigração afegã. Estamos com uma equipe também já em articulação com o Ministério da Justiça e Direitos Humanos apoiando lá, no Estado de São Paulo, o Município de Guarulhos, no intuito de oportunizar a esses imigrantes afegãos também condições mais ágeis de acolhimento e também encaminhamento aos direitos a que eles fazem jus.

Eu fico por aqui, Senador, acho que os meus colegas já passaram muito sobre a questão de indicadores e de dados e coloco o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome à disposição de todos vocês.

Convido-os a visitar aqui (*Falha no áudio.*)... porque é uma experiência única, e é muito importante que todos conheçam para que possam implementar ações nos seus territórios. Inclusive Parlamentares que não conheçam, é interessante que conheçam para que a gente possa encaminhar medidas adequadas e em sintonia com as demandas que a gente tem aqui na fronteira também.

Muito obrigada e um abraço a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Os meus cumprimentos à Sra. Niusarete Margarida de Lima, Coordenadora de Atenção ao Migrante e Refugiados no Sistema Único de Assistência Social e Coordenadora do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização.

A Comissão já esteve aí com uma delegação grande, mas o convite sempre é bem-vindo, e seremos acolhidos, tenho certeza, na Operação Acolhida.

Parabéns pela sua fala.

As sugestões todas colocadas serão analisadas aqui pela Comissão e remetidas aos canais competentes.

Eu queria agora chamar Marina Rongo, Assessora de Fortalecimento do Espaço Democrático da Conectas Direitos Humanos.

A SRA. MARINA RONGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, todas e "todes".

Cumprimento, na pessoa do Senador Paulo Paim, a Presidenta da Comissão, Senadora Mara Gabrilli; a Vice-Presidente, Deputada Carol Dartora; o Relator, Deputado Túlio Gadêlha; os demais membros da Comissão; os participantes e pessoas que acompanham a audiência.

Eu vou fazer brevemente minha descrição. Eu sou uma mulher branca, uso óculos, tenho cabelos castanhos, estou usando um casaco preto.

Bom, eu não vou me deter muito nos dados também, porque colegas já os expuseram brilhantemente aqui, e a gente pode perceber como trabalhadores migrantes são parte integrante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da economia mundial. Os dados mais recentes mostram que os trabalhadores migrantes são 5% da força de trabalho global, e os números são impressionantes.

No Brasil, só no mercado formal, já é um número bastante grande, mas a gente sabe que esse número é muito maior pelo número de trabalhadores que se encontram no mercado informal, infelizmente, ainda.

A gente pode trazer dados aqui também mostrando como esses trabalhadores são importantes e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades que os acolhem. Então, por exemplo, a gente pode trazer um estudo, de 2020, da Fundação Getúlio Vargas, que revelou que o Estado de Roraima registrou indicadores positivos de atividade econômica no período de intensificação do fluxo venezuelano, com aumento de índices de exportação, crescimento de 25% no recolhimento de ICMS, crescimento do PIB da região acima da média de outros estados brasileiros, entre 2016 e 2017. Só alguns dados para a gente ver o quanto a migração também é uma parte importante do desenvolvimento socioeconômico.

Eu queria detalhar um pouco mais aqui sobre algo, que também já foi trazido, mas vamos estender um pouquinho mais, que é o instrumento internacional que assegura os princípios fundamentais e os direitos essenciais a esses trabalhadores migrantes, que é a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Ele é o único, dos nove grandes tratados de direitos humanos da ONU, que o Brasil ainda não ratificou, e nós somos uma das únicas nações sul-americanas que ainda não aderiram a esse instrumento.

A convenção foi adotada em 18 de dezembro de 1990 pela ONU, ou seja, há quase 33 anos, e entrou em vigor em 2003, portanto, há 20 anos, há bastante tempo.

A Mensagem presidencial nº 696, de 2010, que encaminhou o texto da convenção ao Congresso, tramitava há 12 anos na Câmara dos Deputados e recebeu um parecer favorável somente em dezembro do ano passado, em 2022, pela Comissão Especial. Essa Comissão transformou o texto no PDL 405, de 2022, e o encaminhou para Plenário, mas, até então, a gente não teve essa matéria em pauta.

Então, eu deixo aqui que é de extrema importância a gente ratificar esse instrumento, que o Congresso Nacional ratifique a Convenção, que, dentre outros avanços, submeteria o Brasil a ser revisado pelo Comitê da ONU sobre Trabalhadores Migrantes, composto por peritos independentes, responsáveis por verificar o grau de implementação da Convenção em cada país-membro, analisando medidas legislativas, judiciais, administrativas, dentre outras.

E é importante ressaltar ainda que a ratificação é objeto de nove recomendações feitas no último ciclo da Revisão Periódica Universal do Brasil e de outras sete no ciclo anterior, no terceiro ciclo. E aí, nesse sentido, eu gostaria de saudar também esta Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados pelo envio de ofício ao Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente Arthur Lira, solicitando a tramitação mais célere do PDL 405, de 2022.

Outro ponto que eu gostaria de abordar aqui, que eu acho de extrema importância quando a gente trata de migração laboral, é a regularização migratória. Esse é um passo fundamental para garantir trabalhos mais dignos às pessoas migrantes, porque, quando elas estão indocumentadas, estão mais expostas a todos os tipos de exploração, de trabalho precário, de trabalho desprotegido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Comitê da ONU sobre Trabalhadores Migrantes aponta, em seus comentários gerais, que uma das formas mais eficazes de prevenir o tráfico de pessoas e contrabando de migrantes é promover o acesso de formas regulares de migração baseadas na demanda. O Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, do qual o Brasil voltou a ser parte no início deste ano, estabelece, como um de seus 23 objetivos para a cooperação internacional no tema, aumentar a disponibilidade e a flexibilidade dos caminhos para a migração regular, e a própria Lei de Migração brasileira traz, como princípio, em seu art. 3º, a promoção da entrada regular e de regularização documental. No entanto, a gente sabe que ainda há muitas pessoas migrantes indocumentadas no Brasil, seja por consequência de políticas discriminatórias adotadas durante a pandemia, que geraram uma grande demanda reprimida por documentação, seja pela falta de hipótese de regularização para alguns grupos de migrantes.

Um primeiro passo importante seria regularizar todas as pessoas migrantes que se encontram no país, e, nesse sentido, é recomendada a aprovação do PL 7.876, de 2017, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. E é importante dizer que, se o Brasil aprovasse esse projeto, não seria a primeira vez que o Brasil adotaria uma medida como essa, porque já foram aprovadas leis nesse sentido em 2009, 1998, 1985, 1980, então já é um processo que acontecia – não acontece há muito tempo, mas já aconteceu com alguma frequência –, e a própria Lei de Migração, aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, previa concessão de regularização ampla a pessoas migrantes que tivessem entrado no país até julho de 2016, mas, infelizmente, esse dispositivo foi vetado pelo ex-Presidente Michel Temer. Por isso, eu reitero que seria essencial a aprovação do projeto, para diminuir consideravelmente o número de pessoas indocumentadas e, consequentemente, a sua situação de vulnerabilidade frente a essa condição.

Por outro lado, é preciso que sejam criadas normas que ofereçam soluções de mais longo prazo. Por exemplo, criar uma via de autorização de residência para microempreendedores individuais e, especialmente, vias para pessoas migrantes de nacionalidades com fluxo significativo para o Brasil, como Angola, Nigéria, Cuba. Nesses casos também seria uma medida importante de reparação histórica.

Além disso, também seria importante oferecer alternativas de regularização migratória às pessoas que apresentam riscos de retornar aos seus países, mas não necessariamente se encaixam na definição clássica de refúgio, e também para solicitantes de refúgio que tiverem seus pedidos indeferidos, após transcorrido muito tempo da solicitação, quando eles já estão estabelecidos no Brasil.

Por fim, eu também queria deixar a nossa felicidade com o anúncio da reformulação do CNIg. Também era um ponto que tinha colocado aqui de fala, mas fico feliz com o anúncio da Dra. Luana dessa reformulação que vai promover mais participação social.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA RONGO – E o meu último ponto seria também algo que já foi trazido, sobre revalidação de diplomas, que é um passo essencial para que as pessoas migrantes possam atuar em suas áreas de formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de avanços recentes que saíram na Portaria 1.151, de 2023, ainda há dificuldades, e seria preciso haver mais incentivo para que as universidades disponibilizem vagas e que haja padronização em relação à cobrança de taxas, por exemplo.

Seria também necessária a garantia de que a pessoa que vai tentar a revalidação possa ter um número de tentativas que ela quiser e precisar, porque hoje esse número é limitado a duas tentativas, e também possivelmente seria ótima a criação de uma lei sobre o tema, porque hoje o tema é muito regulado por portarias, mas uma lei traria mais segurança e mais padronização para esse processo, que é muito importante para a inserção no mercado de trabalho formal dos trabalhadores migrantes.

Então, eu agradeço novamente pelo convite para participar desta importante audiência. Gostaria de colocar a Conectas à disposição para colaborar com os trabalhos da Comissão.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Marina Rongo, Assessora de Fortalecimento de Espaço Democrático na Conectas Direitos Humanos.

Eu pedi socorro aqui para a Luana, e ela me informou que o projeto a que tu te referes é do Orlando Silva. Está na Câmara dos Deputados, mas nós vamos fazer um movimento para ajudar, no sentido de que ele seja aprovado.

Tudo que você falou é importante. Destacou, como outros, o Revalida, para que isso permita que todos possam se habilitar na sua profissão.

De imediato, eu passo a palavra a Lutiana Valadares Fernandes, Defensora Pública Federal, também por via remota. Depois, nós teremos mais duas fala da mesa e encerramos.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e (*Falha no áudio.*)

Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Ainda não, mas creio que vai dar certo. Tenta de novo. (*Pausa.*)

Olha, se não está conseguindo conectar, nós vamos ter que avançar aqui.

Enquanto esperamos um pouquinho para ver se ela consegue entrar, eu vou fazer algumas leituras que, por ordem de ofício, eu tenho que fazer.

Registramos a presença do Sr. Pablo Ribeiro, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Agora esses aqui são do e-Cidadania, que ficam registrados. Se um dos convidados que ainda não falou quiser usar o tempo para responder, fique à vontade. Nós passamos para vocês.

Perguntas do e-Cidadania:

Gabriela Araújo, do Rio de Janeiro: "Como as políticas de inclusão no mercado de trabalho estão impactando a experiência dos migrantes e refugiados no Brasil?".

José Roberto, do Paraná: "Existe possibilidade do Governo brasileiro desenvolver programas de incentivo ao empreendedorismo direcionados aos refugiados?".

Paulo Marcos, do Rio de Janeiro: "Há um órgão de fiscalização e controle para que estas pessoas não sejam submetidas a trabalhos escravos e desumanos?".

Maria Virgínia, de Minas Gerais: "Como funciona a revalidação de diploma para essas pessoas terem melhores condições de trabalho e oportunidades em suas áreas?".

Eu já vou passando aqui ao lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda a Aynne Carmencita, de Rondônia: "Poderão existir incentivos ao ingresso em universidades e outros sistemas de ensino profissionalizante para os refugiados?".

Leomar de Franca, de Mato Grosso: "Há a possibilidade de criação de norma exigindo, de forma positivada, que todas as cidades tenham uma cobertura de apoio ao migrante?".

Cechim José, do Paraná: "Em que medida o mundo do trabalho no Brasil é um espaço de possibilidades ou de barreiras para migrantes e refugiados?".

Sílvio Ricardo, do Acre: "Como é tratada a discriminação de migrantes e refugiados no país que sofrem com a barreira do idioma?".

Por fim, Nicole Matos, de Rondônia: "Como o preconceito afeta migrantes no trabalho no Brasil? Como enfrentar esses desafios através de abordagens individuais e coletivas?".

Pelo que percebi, a Lutiana não voltou, não é? (*Pausa.*)

Voltou.

Pode falar, Lutiana.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (*Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Pronto. O tempo é seu.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Estou aqui, Senador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O que aconteceu?

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – A gente teve um problema em como "desmutar" o Zoom.

Boa tarde a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Boa tarde.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Inicialmente, eu agradeço o convite do Sr. Presidente, o Exmo. Senador Paulo Paim, e também da Deputada Federal Carol Dartora. Cumprimento, ainda, Angel Mesias, migrante venezuelano, na pessoa de quem cumprimento todas as pessoas presentes, especialmente migrantes e refugiados.

Eu agradeço o convite que foi feito à Defensoria Pública da União para participar deste importante debate.

Eu sou Lutiana Valadares Fernandes Barbosa, sou Defensora Pública Federal e atualmente estou Coordenadora do Grupo Nacional de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio da DPU.

Bom, a DPU é a instituição autônoma e permanente que, de acordo com a Constituição, tem como função, como expressão e instrumento do regime democrático, a orientação jurídica e a promoção dos direitos humanos em defesa, em todas as instâncias, dos direitos individuais e coletivos das pessoas em situação de vulnerabilidade. E a DPU trabalha diuturnamente prestando assistência jurídica e promoção dos humanos de migrantes e refugiados.

Eu fiz aqui quatro breves apontamentos sobre os desafios dos trabalhadores migrantes, do trabalho para migrantes, que, em alguns pontos, até dialogam com a fala recente da Conectas.

Primeiro, eu queria destacar que, durante a pandemia, muitas pessoas ingressaram de forma irregular e permanecem de forma irregular, e isso é uma barreira para o trabalho. Então, a pandemia da covid não eliminou os motivos que levam à migração forçada; muito pelo contrário, ela aumentou, devido à crise econômica e social que provocou. Os Estados estabeleceram restrições para os que cruzassem fronteiras, os processos migratórios foram criminalizados, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

migrantes passaram a enfrentar ainda mais barreiras de entrada e permanência. No Brasil, não foi diferente: várias portarias ministeriais criavam obstáculos à migração, determinando que aqueles que infringissem as restrições de entrada estariam sujeitos à repatriação imediata, à deportação e ao impedimento de solicitar refúgio, por exemplo. Essas portarias violaram os direitos humanos de migrantes e refugiados... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Está falhando novamente a sua fala...

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (*Por videoconferência*.) – ... tratados internacionais, a evolução e a pressão já de retirada coletiva compulsória.

Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Está congelando a tua fala. Deve estar com algum problema na internet, Lutiana.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Vou tirar o vídeo.

Agora vocês me ouvem melhor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Melhorou.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Hã-hã.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Ótimo!

Então, é muito importante a gente revogar as portarias ainda vigentes desse período da pandemia, bem como rememorar esses acontecimentos para que eles não se repitam e para que sejam tomadas todas as medidas para a regularização migratória daqueles prejudicados por essas portarias ilegais. Nesse sentido, a DPU já realizou mutirões de regularização migratória, mas o ideal é que seja tomada uma medida de regularização em massa. A regularização migratória é de extrema relevância para a inserção no mercado formal de trabalho e gozo das garantias trabalhistas.

E aqui eu rememoro o PL da anistia, que está na CCJ da Câmara, o PL 7.876, de 2017, recentemente mencionado pela Conectas. É esse PL que originalmente concedia autorização de residência aos migrantes que ingressaram até o início da vigência da lei, se assim o requeressem dentro prazo de 18 meses, independentemente da situação migratória. Infelizmente houve uma emenda da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para abranger apenas aqueles que ingressaram até 21/11/2017, que foi a data da vigência da nova Lei de Migração. O projeto foi aprovado na CCJ com essas alterações, e a gente entende que é salutar uma anistia, especialmente nos termos do projeto original. O Estatuto do Estrangeiro teria pouquíssimas alternativas de regularização migratória, e a solução de muitos migrantes foi recorrer à solicitação de refúgio, de solicitar acesso, e o faziam não para fraudar o instituto do refúgio, mas por conta da insuficiência da resposta estatal em termos de regularização migratória.

Em alguns casos, a solicitação de refúgio era a única alternativa de regularização migratória. Como consequência, tem inúmeras solicitações de refúgio de pessoas já totalmente integradas ao país, mas que não fazem jus à proteção. Nos casos em que não se identifica com a hipótese de autorização de residência, mesmo que essa pessoa esteja integrada ao país há bastante tempo, poderá haver-se na irregularidade.

A anistia teria a virtude de evitar situações como essa e também possibilitar o exercício do trabalho informal. Atualmente, por conta da ausência de uma anistia, constroem-se soluções *ad hoc* parciais, como, por exemplo, a resolução conjunta que, recentemente, permitiu aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitantes de refúgio com CTPS assinada até 21/11/2017 a obtenção da autorização de residência. A anistia é desejável sempre que há mudanças na política migratória, como representa a Lei de Migração. Ela permite que seja zerado o passivo migratório.

Em resumo, a anistia amplifica um princípio da Lei de Migração, que é a promoção da regularização documental. A regularização documental permite a inclusão formal no mercado de trabalho e aponta para a garantia do trabalho decente, com todos os benefícios daí advindos, para o trabalhador e para o Estado. É importante ver, na amplificação da regularização documental, promovida pela anistia, um mecanismo de desenvolvimento social manifestado especialmente por meio do trabalho formal e decente.

O segundo ponto que eu quero ressaltar aqui é o conceito de trabalho para fins de regularização documental. Esse outro ponto diz respeito às exigências para a regularização migratória com base no trabalho.

No Brasil, não é qualquer imigrante que trabalha que pode obter a regularização migratória. A Lei de Migração assegura autorização de residência por trabalho sem estabelecer qualquer limitação ao conceito de trabalho, que é amplo. Porém, há limitações estabelecidas pelo Decreto 9.199, de 2017, e pelas regulamentações do CNIg.

Para o trabalho com vínculo empregatício, exige-se um contrato individual de trabalho ou um contrato de prestação de serviços. Além disso, exige-se a compatibilidade entre a atividade que será exercida e a qualificação e experiência profissional. Significa dizer que não é qualquer trabalhador com contrato que pode se regularizar. Ele tem que comprovar – ele ou ela – uma qualificação e experiência profissional bastante restritas de que diversos imigrantes, em especial aqueles de baixo perfil, não dispõem. Basta ver que é bastante raro que algum imigrante assistido da Defensoria Pública da União reúna esses requisitos de qualificação e experiência. Como consequência, eles não conseguem a regularização.

Já para o trabalho sem vínculo empregatício, há uma indicação de hipóteses taxativas igualmente restritas. Como consequência, pela regulamentação, não é possível regularizar o autônomo contribuinte individual ou mesmo o Microempreendedor Individual (MEI). Esse quadro acaba por desestimular o empreendedorismo do migrante.

O terceiro ponto que eu quero ressaltar aqui é a importância de revalidação de diplomas. Certamente, um dos grandes gargalos que enfrentamos para a integração laboral dos imigrantes é a necessidade de revalidação de diplomas. A precariedade de informações sobre documentação e os direitos dos migrantes e refugiados criam desafios para diversas coisas. E esse desafio da revalidação dos diplomas, em razão de altas taxas cobradas pelas universidades – custo de tradução de documentos e exigência de apresentação de documentos emitidos pelo país de origem.

Eu rememoro aqui que, no Brasil, a Lei 9.474, de 1997, que prevê os mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados, prevê que teve a ver com flexibilidade na exigência de apresentação de documentos por refugiados e, especificamente, com a facilitação para reconhecimento de certificados e diplomas emitidos no exterior.

A Lei de Migração prevê, entre os princípios e diretrizes que regem a política migratória, a promoção e o reconhecimento acadêmico e prática profissional. Então, precisamos pensar em medidas para facilitar a revalidação de diplomas para possibilitar o exercício das práticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais para o que as pessoas se qualificaram e, assim, termos uma melhor integração desses migrantes.

Por fim, eu vou falar de uma recomendação recentemente enviada pela Defensoria Pública da União à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, por meio da aprovação do PDL 405, de 2022.

Em 1990, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos...

Eu vou tentar religar a câmera, porque acho que agora a minha internet está melhor.

Então, em 1990, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias foi adotada pela Resolução 45/158, no âmbito da 48ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, e esse instrumento incorporou mais de 30 anos de discussão dentro da ONU, a respeito das relações entre direitos humanos e migração, inovou proteções mínimas aos trabalhadores migrantes e às suas famílias, independentemente de sua situação migratória. A despeito de configurar um marco na construção do regime internacional dos direitos humanos, apenas 58 países aderiram à convenção. É a menor adesão de um tratado de direitos humanos promovido no sistema das Nações Unidas, até a presente data.

O Brasil se inclui, infelizmente, entre os países que não ratificaram a convenção, apesar de ter iniciado as tratativas para fazê-lo no ano de 2010, por meio da submissão, no texto da convenção, à consideração do Congresso Nacional, pelo Presidente da República, através da Mensagem 696, de 2010. Nos anos seguintes, por duas vezes tentou-se criar uma Comissão Especial no Congresso para proferir um parecer da Mensagem 696, o que viria a concretizar-se somente na terceira tentativa, no ano de 2022. Assim que foi instalada a Comissão Especial, foi aprovado por unanimidade o parecer favorável do Relator à convenção, e, ao final de 2022, a Comissão Especial propôs o Projeto de Decreto Legislativo nº 405/2022, a fim de aprovar o texto da convenção e dar andamento à sua ratificação.

Considerando que o PDL 405, de 2022, está pronto para entrar em votação em Plenário, cabe enfatizar a importância da incorporação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias ao ordenamento jurídico brasileiro. A convenção é a única das nove convenções internacionais fundamentais sobre proteção de direitos humanos da ONU que não foi ratificada pelo Brasil. A adesão ao instrumento reforçaria o compromisso do nosso país com a proteção dos direitos humanos, tanto na esfera internacional quanto em nível nacional, fortalecendo direitos e garantias previstas pela Lei de Migração.

Dessa forma, a ratificação da convenção sinalizaria o comprometimento do Estado brasileiro com a promoção de condições dignas de existência e subsistência a essa população, que, por sua condição migratória, está mais suscetível a situações de vulnerabilidade e de exploração.

Ainda que a Lei de Migração esteja mais abrangente e mais protetiva em relação a trabalhadores e trabalhadoras migrantes em muitos aspectos, do ponto de vista internacional a convenção continua sendo um importante marco civilizador, do qual o Brasil faz parte, em especial à vista da retomada da participação brasileira nos debates internacionais de defesa de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitíssimo obrigada.

Em nome da Defensoria Pública da União, eu me coloco aqui à disposição e agradeço o convite que nos foi feito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dra. Lutiana Valadares Fernandes, Defensora Pública Federal.

Mais uma vez, os defensores mostram todo o seu compromisso com os mais vulneráveis. E você fez a fala que fez quase que um grande resumo daquilo que todos falaram, mas avançou em alguns temas, lembrando a importância dessa convenção internacional, da sua ratificação via PL 425, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – E aprovando o PL 425.

Muito obrigado. Ficam aqui nossas palmas pela sua contribuição. (*Palmas.*)

Vamos de imediato, agora, para o nosso convidado líder Angel Mesias, imigrante venezuelano.

Embora o tráfico tenha te prejudicado, você está aqui resistente.

O SR. ANGEL MESIAS (Para expor.) – Meu nome é Angel Mesias, sou refugiado venezuelano. Vai fazer três anos que cheguei ao Brasil.

É complicado lembrar como eu saí do meu país, porque a gente não saiu de férias; a gente foi obrigado a sair de lá por uma situação que para todo mundo não é um segredo.

A fome é uma coisa que ninguém merece. De minha parte, eu posso ser espancado, posso ser humilhado e explorado, mas a fome... Não quero voltar a passar por isso.

Consegui trazer toda a minha família, trabalhando muito em todo tipo de área. Estou com meu pai e com todos os meus irmãos, que estão estudando, graças a Deus. Eu sou cozinheiro e trabalho num restaurante há um ano e meio.

Não vou me estender muito. Se vocês têm alguma pergunta, eu posso responder tranquilamente.

Estou muito agradecido por estar hoje aqui com vocês, que são nossos irmãos brasileiros, e por me darem essa mão amiga, apoiando o migrante refugiado.

É muito difícil sair do nosso país, não tendo muitas oportunidades sem ele. Quando eu saí, durei três dias na selva, passando fome, passando necessidade. Eu sou estudado, sou administrador, tenho faculdade e passei dois meses na rua, quando cheguei ao Brasil, passando todo tipo de necessidades, mas segui lutando no dia a dia. Eu estou aqui hoje com trabalho, consegui trazer toda a minha família, porque, apesar do meu corpo estar aqui, meu coração estava na Venezuela.

É difícil sair e não saber falar. Ela falou um ponto muito importante: para a gente entrar no campo laboral e a gente ter uma melhor qualidade da vida, a gente tem que falar o idioma, tem que fazer curso, porque eu cheguei aqui e não sabia que se falava outro idioma. Eu peguei minhas coisas, peguei minha mala e falei: "Vou embora". Eu não sabia que aqui tinha outros costumes, outro idioma, outra religião. E para mim foi muito supressivo, não é? Mas agradeço, porque Deus colocou muitas pessoas boas no meu caminho – não quero pessoas ruins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só o que quero falar é sobre o que ela falou. A gente, para ter uma melhor qualidade de vida, a gente tem que ter um trabalho. Eu não cheguei aqui ao Brasil e disse: "Não, eu quero que me deem tudo". Não. Eu luto, a gente luta, porque o venezuelano é assim.

Também falo de outro ponto. A gente tem que ter documentos... Eu cheguei ilegal, eu não tinha documento, passei um ano sem documentação. Agora, tenho todos os documentos e posso ter um emprego legalmente.

Se vocês tiverem alguma pergunta, eu posso responder tranquilamente.

E essa é a minha apresentação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Angel Mesias!

Ele é um imigrante venezuelano que faz um depoimento emocionado da luta dos imigrantes, enfim, e que ele aqui, com muita resistência, com muita coragem, com muita fibra, eu diria, e competência... E competência tem e "só nos deem oportunidade". Ele mostrou aqui o bom combate que ele está fazendo, e trouxe todos os familiares, inclusive – não é? –, o que é muito bonito, muito importante. E recomendando a todos que estudem, que se preparem. Oportunidades existem. Eu trabalho muito com o ensino técnico, e o que eu mais ouço, devido aí, claro, a essa chamada inteligência artificial, as novas tecnologias, enfim, é que é fundamental o preparo dos nossos colegas.

O SR. ANGEL MESIAS – A gente também tem um coletivo, em que ajudamos a pessoas que estão chegando agora da Venezuela, junto com a ONU. E ajudamos a elas com roupa, coisas de casa, para elas terem uma ajuda para sustentarem-se e conseguirem um emprego. Ajudamos também com documentação.

É um pequeno coletivo, de nós mesmos venezuelanos, porque quem mais que eu que já passou por tanta necessidade? Quero trazer a vocês o que o imigrante é de verdade. Não é só falar: "Não. Eu saí no Brasil e pronto". Não. A gente passa muita coisa.

E, se alguma pessoa brasileira vai sair para outro país, tem que falar outro idioma, adaptar-se à cultura. Assim como a gente tem direito, a gente tem deveres também. A gente não vai trazer... Eu cheguei aqui ao Brasil: "Quero toda ajuda e...". Não, a gente tem que lutar, no dia a dia, por cada coisa que a gente quer.

Eu não consegui essa melhoria no meu país por causa da situação, mas aqui consegui. Eu estou lutando por minha família todo dia, todo dia, todo dia. E eles também estão aqui. E, assim como eu, tem muitas mulheres solteiras que tem um filho, e também a gente presta esse apoio para que elas não se sintam sós aqui, porque é muito complicado partir de seu país e sentir-se só. Isso é uma coisa que a gente não consegue como expressar, entendeu? Tem muitas pessoas ao redor, mas se sentem vazias, se sentem sós. É uma coisa que é supercomplicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, mais uma vez, Angel Mesias, imigrante venezuelano que dá aqui um depoimento de vida, de vida pessoal, e deixa recomendações para outros tantos e sobre a importância do apoio do Governo brasileiro e de nós todos que temos essa causa também como a um norte de vida. Por isso, estamos nesta Comissão.

Agora nós vamos para a Dra. Patrícia Gimenez Camargo, representante do Sindicato Nacional dos Tradutores – ela é a última painelista –, com o tempo necessário para as suas considerações, de dez minutos com mais cinco.

A SRA. PATRÍCIA GIMENEZ CAMARGO (Para expor.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Prezado Senador Paulo Paim, gostaria de cumprimentá-lo e também cumprimentar todas as pessoas aqui que nos acompanham nesta manhã e que também nos acompanham *online*.

Em nome do Sintra (Sindicato Nacional dos Tradutores), eu estou aqui representando nossa Presidente Ana Beatriz Caldeira Ferreira Braga Dinucci e demais membros da diretoria e agradeço o convite desta Comissão para participar de audiência pública tão relevante. Não tenho palavras para expressar nosso contentamento em poder contribuir com o debate, especialmente por, tradutores e intérpretes que somos, lutarmos incansavelmente na salvaguarda de direitos de refugiados e migrantes de todas as nações e especialmente da migração sul a sul – o sul global –, especialmente quando falamos da mobilidade forçada e das questões linguísticas envolvidas.

Minha presença nessa data memorável para o nosso sindicato e para mim, em particular, corrobora os achados de pesquisa acadêmica desenvolvida durante meu doutoramento, defendido na Universidade de São Paulo, em 2020, em que estudei a questão da interpretação comunitária médica e, junto a outros colegas, a questão da interpretação comunitária e dos direitos linguísticos de migrantes e refugiados.

Expor essas questões cruciais do mundo do trabalho – o que vocês fizeram muito bem – que nós sabemos que refugiados e migrantes enfrentam em nosso país tem implicações legais, uma vez que direitos humanos é garantia expressa em nossa Constituição; mas há ainda implicações de ordem prática, uma vez que entender como as instituições funcionam também é um direito dos refugiados e migrantes, ao menos se considerarmos a comunicação em idioma diferente do português como um direito linguístico da população refugiada e migrante, como bem nos apresentou o Angel nessa manhã.

Sem que essas barreiras linguísticas sejam dirimidas ou atenuadas, através da interpretação de línguas oralizadas que são as utilizadas pelos refugiados, as línguas dos povos originários ou ainda línguas de sinais, por meio da atuação do profissional intérprete comunitário, decerto afasta-se ainda mais a possibilidade do estabelecimento de relação de igualdade em qualquer esfera da vida em sociedade e, consequentemente, no mundo do trabalho. Aos refugiados e migrantes é, portanto, penoso cumprir atividades de ordem comum, tais como participar da vida em sociedade, com dificuldade aumentada no caso em que tem tutela de menores.

A utilização de serviços públicos é dificultada sobremaneira por conta da não comunicação ou de uma comunicação deficitária em língua portuguesa, o que leva, muitas vezes, à não regulamentação da documentação devido a medos diversos.

A falta de profissional intérprete qualificado nos mais diferentes ambientes de atendimento – serviços públicos, serviços médicos, esfera jurídica – conduz à falta de zelo pela proteção dos direitos humanos, conforme pontuam Ventura e Yuja em uma pesquisa de 2019.

Para os refugiados e migrantes, a dificuldade de prover o sustento está, em grande parte, relacionada à não comunicação em língua portuguesa do Brasil. Por outro lado, as empresas também enfrentam dificuldades na contratação de refugiados por um equívoco no entendimento do processo de contratação, conforme apontou pesquisa realizada pelo Prof. Leandro de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília, aqui nesta capital. Os números são alarmantes: 91% dos recrutadores indicaram não ter clareza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o processo de contratação, 65% confundem a condição de refugiado com a de muita pobreza, somente para explicitar alguns achados daquela pesquisa. Tanto o refugiado quanto o solicitante de refúgio que se encontrem em situação regular no Brasil podem trabalhar normalmente.

Entre os documentos que o estrangeiro recebe logo que pede refúgio está a carteira de trabalho. A entrada no mercado de trabalho fortalece a economia brasileira, uma vez que o refugiado passará a contribuir também com a nossa nação. No entanto, sem falar o idioma, geralmente migrantes e refugiados recorrem a métodos informais de busca de emprego que muitas das vezes são ineficazes e reduzem as chances de empregabilidade. As mulheres, por sua vez, ficam mais expostas, fazendo da busca de emprego um momento perigoso, pois são mais comumente expostas ao assédio sexual, conforme indicam pesquisas realizadas em nosso país.

A fim de estabelecer uma condição mais justa no mercado de trabalho, a atuação do intérprete comunitário incluiria, ainda que não exclusivamente, interpretações de entrevistas, preparação para as entrevistas de trabalho, solicitação de documentos, além de orientação quanto ao atendimento, entre eles o atendimento médico. Sabemos que vacinação é assunto de especial atenção, uma vez que as orientações e informações são de fundamental importância para o entendimento e a compreensão do sistema de saúde e do funcionamento das nossas mais diversas instituições, que, como sabemos, são bem diferentes de cultura a cultura. Cria-se, então, uma rede de apoio, ou uma rede que nós chamamos de referência, que tem por objetivo maior facilitar a convivência e a entrada saudável no mercado de trabalho.

Fornecer capacitação linguística deve ser uma preocupação, como nós temos e como ouvimos da Dra. Luana. No entanto, algumas pesquisas nos mostram que aprender o idioma não é uma questão primordial e primeira para esses refugiados e migrantes, porque eles estão ainda na luta para ter as suas necessidades primárias atendidas, entre elas: o trabalho, sustento, a manutenção da família. Ainda que o refugiado ou migrante demonstre interesse em aprender o idioma – o português brasileiro –, sabemos que o tempo é um limitador para a comunicação eficaz, afinal não aprendemos um idioma do dia para a noite.

Origuela, em 2022, indica outras questões que podem levar à dificuldade de se aprender um idioma, entre elas: passagem pelo país sem que haja planos de se estabelecer, nós sabemos que alguns migrantes e refugiados usam o nosso país, estão no nosso país como uma questão de passagem; falta de condições emocionais, temporais, financeiras, apego a questões religiosas, dentre inúmeras outras possibilidades.

Esperamos que o PL 5.182, de 2020, de autoria do Senador Paulo Paim, a quem cumprimento novamente, traga a possibilidade de alocação de tradutores e de intérpretes comunitários em todas as instituições públicas federais, estaduais e municipais, e que seja de forma permanente, conforme temos no texto daquele PL, ou através de formação de núcleos especializados de tradução e interpretação comunitária, especialmente organizados para atender às demandas específicas de cada área.

Nesse sentido, esperamos que o PL renda frutos e que nós tenhamos profissionais tradutores e intérpretes comunitários para atender às necessidades e dirimir as barreiras linguísticas enfrentadas por refugiados e migrantes que aqui se encontram. A regulamentação e a regulação da profissão de tradutor e intérprete comunitário é urgente. O Brasil é um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multilíngue, com habitantes que não têm proficiência em Língua Portuguesa, seja por serem falantes de línguas indígenas, seja de outras línguas. Esses cidadãos precisam ter apoio do Estado para que tenham assegurado o acesso aos direitos que lhes são garantidos pela Constituição Federal.

Nós, tradutores e interpretes, temos o preparo necessário para atender a estas demandas e estamos prontos para trabalhar em prol dessa acessibilidade. Mas há hoje uma falsa crença de que tradutores que atuam nas áreas de acessibilidade, como libras, legendas para surdos, audiodescrição, e que trabalham para refugiados e migrantes residentes no país devem trabalhar sem remuneração, como voluntários, mesmo sendo este um trabalho especializado como qualquer outro.

É nosso dever, no entanto, enquanto Sindicato dos Tradutores, alertar acerca das armadilhas que podem ser criadas caso não tenhamos uma clara visão e entendimento dos limites da profissão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRÍCIA GIMENEZ CAMARGO – ... dos valores a serem recebidos pelos profissionais, das competências e habilidades a serem relacionadas no perfil profissional desejado, de forma a continuar resguardando a segurança de refugiados e migrantes no mundo do trabalho e nas esferas da vida cotidiana.

Nossa argumentação está apoiada em estudos acadêmicos desenvolvidos a partir de entrevistas e da vivência com refugiados e migrantes, que demonstram a necessidade de formação de uma rede de intérpretes comunitários com um preparo adequado para que as barreiras linguísticas sejam atenuadas.

Receber e acolher refugiados e migrantes, levando-se em consideração os direitos garantidos, entre eles o direito linguístico, permite que eles participem da nova vida, enriquecendo a sociedade brasileira a partir da ampliação da bagagem cultural compartilhada, da pluralidade de ideias e do desenvolvimento de competências, ocorridos nas trocas multiculturais.

Além da atuação dos intérpretes comunitários brasileiros, há a possibilidade da formação de refugiados e migrantes para atuarem como intérpretes comunitários também, em médio ou longo prazo, como acontece em diferentes países ao redor do mundo, principalmente quando estamos perante idiomas raros, cuja oferta de intérpretes comunitários será menor e de maior dificuldade.

Promover a igualdade, quando se fala do idioma do refugiado ou do migrante, traz garantias das mais diversas ordens. Nesse sentido, o Sindicato dos Nacional dos Tradutores, como representante legal de tradutores e intérpretes, sempre vigilante quanto aos interesses da categoria e da população atendida, coloca-se à disposição para desenvolver, de forma excelente, as indicações de competência e habilidades a serem alcançadas no estabelecimento da profissão de intérprete comunitário, bem como na formação adequada de intérpretes refugiados e migrantes que, caso desejem, possam atuar e atender ao vasto mercado da valiosa comunicação multicultural e globalizada, como acontece em diversos países que contam com intérpretes comunitários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando a diversidade linguística como oportunidade e não como um problema, somente dessa forma conseguiremos ampliar nossos valores como o país e como povo.

Eu agradeço imensamente a oportunidade e o momento da fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Dra. Patrícia Gimenez Camargo, representante do Sindicato Nacional dos Tradutores.

Eu já falei na Comissão sobre esse projeto, e há aqui todo um entendimento já, uma opinião formada de que é uma das prioridades da Comissão esse projeto que regulamenta definitivamente a profissão de vocês para que eles possam atender. Eu perguntava aqui para a Luana, para me ajudar, que disse, entre migrantes e refugiados, nós estamos com mais de 1,5 milhão no Brasil, dos mais variados países. Aí a importância do trabalho de vocês.

A SRA. PATRÍCIA GIMENEZ CAMARGO – E também há a formação desses migrantes e refugiados que já se encontram conosco, que falam português – alguns deles excelentemente bem – e que poderiam também atuar como intérpretes comunitários. Então, cria-se uma via para a inserção no mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem.

Para concluir, eu recebi aqui do Sr. Tomás Alejandro Guzmán, que representa aqui Venezuela Global, Casa Venezuela. Ele me deu alguns dados que eu achei interessante, só para registro. Aqui são só de venezuelanos os dados que ele me passou. Onde se encontram os venezuelanos no Brasil: Roraima, 134.727; Santa Catarina, 45.053; Amazonas, 41.976; Paraná, 41.016; São Paulo, 30.463; Rio Grande do Sul – não falei mais forte Rio Grande do Sul, para não dizer que eu sou bairrista, mantive a linha –, 26.133; Mato Grosso do Sul, 9.526; Minas Gerais, 8.994; Mato Grosso, 8.757; Distrito Federal, 5.617; Rondônia, 4.789; Rio de Janeiro, 4.691; Goiás, 4.477; Pará, 2.252; Bahia, 2.114; Ceará, 1.473; Pernambuco, 1.457; Paraíba, 1.187; Espírito Santo, 926; Rio Grande do Norte, 524; Maranhão, 520; Acre, 483; Piauí, 296; Alagoas, 226; Sergipe, 211; Tocantins, 181; e Amapá, 106. Isso são só venezuelanos.

Eu queria agradecer muito, muito a todos vocês. Esta audiência pública atingiu, no meu entendimento, o objetivo que era de ter o retrato do mundo do trabalho.

Aqui, dou como notícia para vocês que... Uma SUG construída pela sociedade civil chegou à Comissão de Direitos Humanos há cinco anos... Como a CLT estava sendo – não vou dizer desmontada, mas vou dizer retalhada – retalhada, tirando uma série de direitos dos trabalhadores, eu acabei assumindo a relatoria do que seria a nova CLT, a CLT do século XXI, o mundo do trabalho. E, a partir desta audiência pública, eu vou pedir para os juízes, promotores, procuradores... Tem todo setor ali no trabalho; tem empresário, tem todos. Eu até tenho uma reunião com o Ministro Marinho para conversar sobre inúmeros temas, que vai ser agora neste mês ou no mês de setembro, e vamos falar também, claro, dos projetos pontuais como esse, importantes, para que circulem aqui, no Congresso. O Ministro Marinho, quero elogiá-lo, porque ele gostaria muito de estar aqui hoje e não pôde. Ele disse que gostaria, mas vamos conversar no dia 11 de setembro, se eu não me engano, em que tenho uma reunião com ele – sei que é na primeira quinzena de setembro – para falar do mundo do trabalho.

Mas eu vou fazer um capítulo específico da questão migrantes e refugiados, específico dentro da legislação global, naturalmente, mas com um carinho especial para esta sessão. Por que isso? Eu sempre digo que eu gostaria que lá fora eles tratassem os brasileiros como nós tratamos aqui os migrantes e refugiados. Esse é o meu sonho. Que eu não veja um colega, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amigo que tenha nos Estados Unidos, ou no Japão, ou na Nicarágua, em qualquer país para o qual ele, por um motivo ou outro, se deslocou... Eu dei como exemplo global, independentemente da questão ideológica. Mas que ele seja lá tratado como nós os tratamos aqui no Brasil.

Encerrada a nossa reunião, uma salva de palmas a vocês pelo brilhante trabalho que estão fazendo. (*Palmas.*)

Isso se chama políticas humanitárias.

Se vocês concordarem, eu gostaria, ao encerrar – está encerrado o trabalho da Comissão –, de tirar uma foto com todos vocês.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e catorze minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Deputado Túlio Gadêlha, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Alan Rick, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns e Prof. Paulo Fernando, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Mauro Carvalho Junior, Zenaide Maia, Augusta Brito, Wilder Morais, Angelo Coronel e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Sergio Moro, Leila Barros, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Socorro Neri, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle, General Pazuello, Carol Dartora e Reginete Bispo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2023 - CMMIR, de autoria Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE). **Finalidade:** Debater a regulamentação do art. 120 da Lei nº 13.445, de 2017 (Lei de Migração), seus desafios e propostas para institucionalizar a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. **Participantes:** Maria da Luz, Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram); Eliane Almeida, Vice-Presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes do Rio de Janeiro (CEIPARM-RJ); Bryan Sempertegui, Coordenador de Políticas para Migrantes do Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo (CMI-SP); Alexandre Norberto Canuto, Diretor Estadual de Políticas de Migração e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo (representante de: Subsecretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais); Fábio Andó Filho, Assistente de Projetos da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no Brasil; Jeancarlo Gorges, Procurador do Município de Itajaí-SC; Márcia Ponce, Representante do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (Cerma-PR); Silvia Sander, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Roberto Portela, Coordenador Nacional do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram); e Thales Egídio Macedo Dantas, Presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM-RN). A convite do Presidente, usaram da palavra os senhores afegãos Abdul Raouf Andewall e Kalil Abreu. O Presidente leu nota de pesar pelo falecimento de Daniele Nogueira Milani, colaboradora da Organização Internacional para as Migrações (OIM), ocorrido no dia 12 de setembro de 2023, em Roraima. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 11, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o fluxo migratório e as dificuldades da cidade de Pacaraima/RR com relação à saúde, à educação, ao transporte e à segurança pública causadas pela crise humanitária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advinda da Venezuela." **Autoria:** Deputado Federal Zé Haroldo Cathedral (PSD/RR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 12, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Túlio Gadêlha
Presidente Eventual da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira destina-se à realização de audiência pública, e a segunda destina-se à apreciação de requerimentos.

A primeira destina-se à realização de audiência pública e a segunda destina-se à apreciação de requerimentos.

Em atendimento ao plano de trabalho aprovado pela Comissão, esta audiência pública tem como objetivo debater a regulamentação do art. 120 da Lei nº 13.445, de 2017, a Lei de Migração, seus desafios e propostas para institucionalizar a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

Convido para tomarem lugar à mesa os seguintes convidados: Fábio Andó Filho, Assistente de Projetos da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no Brasil – por favor, Fábio, aprochegue-se, como se diz em Pernambuco –; Jeancarlo Gorges, Procurador do Município de Itajaí-SC; Márcia Ponce, Representante do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná; Silvia Sander, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur); Roberto Portela, Coordenador Nacional do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram); e, com participação remota, via Zoom, também aqui presentes conosco Maria da Luz, Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram); Alexandre Norberto Canuto, Diretor Estadual de Políticas de Migração e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo da Subsecretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais; Eliane Almeida, Vice-Presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes do Rio de Janeiro; Bryan Sempertegui, Coordenador de Políticas para Migrantes do Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo (CMI-SP); Thales Dantas, Presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, pelo endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório com todas as manifestações estará disponível no Portal do Congresso Nacional, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos seus expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até sete minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Também quero estender o convite não apenas aos Parlamentares, mas aos demais convidados presentes aqui, como a comunidade afegã, que está hoje conosco, se desejar fazer uso da palavra.

Dessa forma, passo a palavra a Fábio Andó Filho, Assistente de Projetos da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no Brasil.

O SR. FÁBIO ANDÓ FILHO (Para expor.) – Obrigado, Deputado.

Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar, na Presidência, a figura do Deputado Túlio Gadêlha, as autoridades aqui presentes, os Parlamentares desta Casa, os meus colegas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem um trabalho excepcional à frente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados. Estendo os meus cumprimentos também aos internautas, ao público que está acompanhando a transmissão desta importante audiência.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de prestar uma homenagem à Daniele Milani, nossa colega da OIM, que faleceu em virtude do acidente de trânsito na BR-174 em Pacaraima, na noite de ontem, e desejar uma boa recuperação às demais colegas que estavam no carro e estão sendo acompanhadas, estão sob cuidados médicos. Agradecemos a todas as pessoas que entraram em contato conosco para prestar solidariedade. Hoje é um dia de luto para a OIM.

Meu nome é Fábio, estou aqui representando a OIM, a agência da ONU...

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Fábio, desculpe-me por interromper, é só para também transmitir a nossa solidariedade à OIM e à companheira que toda a equipe perdeu com esse acidente, em nome da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. FÁBIO ANDÓ FILHO – Obrigado, Deputado.

A OIM é a agência da ONU para as migrações, foi criada em 1951, possui 175 Estados-membros, trabalha com o princípio de que a migração segura, ordenada e digna beneficia a todos e a todas. O Brasil é Estado-membro da OIM desde 2004; temos 250 colaboradores mais ou menos em 14 cidades das cinco regiões do Brasil, trabalhando em parceria com o Governo, a sociedade civil, as associações de migrantes, a academia e o setor privado.

Este é um momento propício para celebrarmos o retorno do Brasil ao Pacto Global para Migração, o que demonstra o comprometimento do país em trabalhar, de maneira colaborativa, para enfrentar os desafios migratórios e aproveitar as oportunidades que a migração oferece de forma coordenada e alinhada aos principais marcos globais.

Vale lembrar que o pacto é um instrumento de mão dupla, que beneficia tantos migrantes que chegam no Brasil quanto os brasileiros que vivem no exterior, favorecendo o desenvolvimento das comunidades de acolhida e a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Esse compromisso se reflete na iniciativa de construir, de maneira participativa, a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia pela via da regulamentação do art. 120 da Lei de Migração, de 2017. Nesse sentido, a gente parabeniza o Ministério da Justiça e Segurança Pública pela ampla consulta social que foi realizada no começo do ano.

A OIM segue apoiando o Governo Federal na construção da política e, nesse ponto, destacamos a importância de uma articulação com os governos locais, assim como está no art. 120. E aqui eu faço questão de mencionar o trabalho que a gente vem desenvolvendo junto com o Acnur e todos os nossos colegas que estão aqui presentes do Fonacceram e também o nosso trabalho na plataforma Migracidades, em que temos uma experiência de quatro anos com mais de 80 municípios e estados, que tem mostrado a capacidade que os governos locais têm para enfrentar os desafios e responder às crises, como foi a da pandemia, com soluções situadas na realidade de cada território, de forma criativa e inovadora, antes mesmo da regulamentação da política nacional.

O Migracidades tem, hoje, reunidas mais de 240 boas práticas desses governos locais que estão disponíveis no *site* da nossa plataforma e que mostram que o Brasil já possui excelentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativas de governança de migração e o enorme potencial de desenvolvimento que decorre da articulação interfederativa dessa matéria. E essa não é uma tarefa simples, porque a gente precisa fortalecer as políticas setoriais dos diversos sistemas públicos, o SUS, o Ciee, o Sistema Nacional de Emprego, as redes públicas de educação, os sistemas de participação social, entendendo o fenômeno da migração de forma transversal na tarefa da redução das desigualdades, na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade socioambiental e climática. São os governos locais e o trabalho de cada território que levam essa agenda adiante.

Aqui a gente já tem identificado o primeiro desafio da política nacional, que é ser indutora da inclusão da migração nessas múltiplas políticas setoriais que já existem.

O Brasil é uma referência para todo mundo na garantia de direitos de migrantes. De acordo com o art. 5º da Constituição de 1988, os princípios e diretrizes da lei de migração garantem, por exemplo, o acesso aos serviços públicos, à assistência social, à previdência, ao associativismo, entre outros, sem discriminação por nacionalidade ou condição migratória e em condições de igualdade com os nacionais.

Uma importante garantia é o princípio da não devolução, em qualquer caso que possa representar risco à vida, à integridade pessoal ou à liberdade da pessoa, em consonância com o Pacto de São José da Costa Rica.

Esse é um outro ponto-chave da lei e da política brasileira: migrantes vulneráveis e refugiados têm, salvo em situações excepcionais, os mesmos direitos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO ANDÓ FILHO – Isso é peça fundamental na tradição humanitária brasileira, assim como o fato de que o amparo da Acolhida Humanitária serve não apenas para garantir o ingresso regular, como também para fins de residência.

Essa consolidada abordagem da garantia de direitos é importante neste momento em que o país amplia sua cooperação internacional migratória, como o recém-regulamentado Acordo sobre Mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que se mune da experiência exitosa do Acordo de Residência do Mercosul e outros que a gente tem aqui na América do Sul.

Essa abordagem também pode ser levada para enfrentar novos desafios, como o da migração internacional relacionada ao meio ambiente, mudança do clima e desastres – a gente tem a experiência do Haiti –, mas a gente também pode aplicar em contexto de mudança do clima como aqueles do tipo hidrometeorológico.

Além disso, a gente tem agora uma abertura para novas possibilidades de desenvolvimento de soluções para pessoas que passam por processos lentos relacionados à mudança do clima, como a desertificação e tudo mais.

Então, a gente promove, dentro do Pacto Global para a Migração, no Objetivo 5, o desenvolvimento de novas vias regulares para que os migrantes possam entrar e se estabelecer aqui no Brasil de forma regular.

Encerrando...

Então, a gente tem esses princípios do Pacto Global, dos quais eu destaco o Objetivo 5, em que a OIM reforça a importância para ampliar a disponibilidade das vias regulares para a migração, evitando que as pessoas se encontrem em condição migratória irregular, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fator de vulnerabilidade para as famílias, para os trabalhadores e trabalhadoras migrantes, indígenas migrantes, inclusive crianças e adolescentes.

A gente tem também o Objetivo 12 do Pacto Global, que traz um desafio importante para a política nacional, que é reforçar a segurança jurídica e previsibilidade dos procedimentos migratórios, garantindo a observância do devido processo legal. É o caso da diferente aplicação das exigências documentais nas diferentes unidades da Federação, que geram imprevisibilidade, geram confusão entre os migrantes e sobrecarregam os sistemas de apoio às organizações da sociedade civil.

Último ponto. Nesse sentido, também precisa ter espaço para avançar na efetivação do direito à documentação. É o caso da garantia do registro civil de crianças brasileiras filhas de migrantes, o que já foi discutido nesta Casa durante a pandemia. Também, a gente pode trazer um olhar mais atento para essas mudanças que vêm com o futuro, compreendendo as especificidades da população migrante nos processos de inovação e de governança digital.

Nesse sentido, eu destaco as mudanças que acompanham a unificação documental em torno do CPF, para que eles não acabem restringindo a emissão deste que é um documento essencial para o acesso a direitos básicos dessa população.

Então, nos alegra ver que a agenda da Comissão está muito alinhada com os debates do Governo, da sociedade civil, da população em geral e entre as pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.

A OIM reafirma seu compromisso em seguir trabalhando em estreita colaboração com todos esses setores na promoção de uma migração segura, ordenada e digna, ao benefício de todos e todas.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Eu que agradeço à OIM. Parabenizo pelo trabalho. Agradeço aqui a exposição do Sr. Fábio Andó Filho.

Também estamos com o Deputado presente aqui na Comissão conosco, Deputado Paulo, a quem quero conceder a palavra. Vou abrir uma exceção aqui para que ele possa fazer uso da palavra, por um minuto, por favor, Deputado Paulo.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Bem, senhoras e senhores debatedores, como membro da Comissão, não poderia me furtar ao debate. Vou ter que me ausentar, porque eu estou lá na CPI do Futebol.

Mas ontem nós aprovamos uma PEC, em dois turnos, da lavra do Senador Anastasia, que fala da questão da nacionalidade, que lá foi relatada pela Deputada Bia Kicis e aprovada pela grande maioria.

E essa PEC é muito importante, porque ela vem reforçar o aspecto do direito *ius solis*, ou seja, o direito em razão do solo em que se nasce, em detrimento à exceção do *ius sanguinis*, pela descendência. De tal sorte que o debate em relação à regulamentação do art. 120, principalmente em relação ao banco de dados, como o Sr. Fábio acabou de falar, principalmente em relação ao registro civil das crianças nascidas de estrangeiros, reforçando, como eu falei, a tese disso.

Olha, então cumprimento V. Exa. novamente, pela Presidência, e peço escusas pela minha ausência, porque eu tenho que ir lá para a CPI do Futebol, o.k.?

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito bem, Deputado, seja sempre muito bem-vindo aqui a esta Comissão, pelas suas contribuições.

Dando continuidade, antes de passar a palavra ao próximo orador, eu queria registrar também que esta Comissão, junto com outros colegas, inclusive com a Deputada Tábata Amaral, havíamos feito um acordo para que não se alterasse, quer dizer, para propor uma alteração ao Código Eleitoral, permitindo que a propaganda eleitoral pudesse ser feita em duas línguas, desde que uma delas seja o português.

Isso é uma pauta muito importante para a inclusão de indígenas, imigrantes e refugiados no processo democrático. E parece que foi construído um acordo em que retiraram essa proposta, que foi encaminhada para o nosso grupo, e nós vamos fazer um apelo ao Presidente Arthur Lira, à Comissão que discute o novo Código Eleitoral, a reforma, a minirreforma eleitoral, para que a gente possa incluir novamente esse acordo, que foi construído com os nossos pares.

Mas agora, dando continuidade aqui, concedo a palavra a Jeancarlo, que é Procurador do Município de Itajaí, Santa Catarina.

Com a palavra, Jeancarlo.

O SR. JEANCARLO GORGES (Para expor.) – Obrigado, Deputado Túlio Gadêlha. Com sua licença, Excelência, eu o cumprimento e, assim, cumprimento a todos os Parlamentares desta Casa. Cumprimento os meus colegas de bancada.

Eu venho representando o Município de Itajaí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEANCARLO GORGES – ... e trago um abraço ao senhor, Deputado, tanto do município, como da nossa Univale (Universidade do Vale do Itajaí), que é pioneira no país, com o curso de Mestrado em Imigrações Transnacionais. Então esse curso de mestrado foi que abriu as portas para nós discutirmos, no Município de Itajaí pioneiramente, essa questão de imigrações e como isso afeta a população migrante.

Então eu peço sua licença para expor os eslaides, Deputado.

Problemas que nós formulamos: o desconhecimento sobre o número de imigrantes transnacionais nos municípios e estados, a inexistência de um local de referência aos migrantes transacionais, o desconhecimento por parte dos municípios e estados acerca das condições sanitárias, de saúde, educação, economia e laboral da população migrante transnacional. A inevitabilidade do fenômeno e a superação do "estranho à nossa porta". Este é um termo usado por Bauman. O imigrante não pode ser o estranho. Se ele escolheu a nossa sociedade para se integrar, ele é um irmão.

E retrato, por último, o *green swan*: um convite a novas fórmulas de enfrentar crises financeiras.

Como o colega Fábio acabou de falar, nós estamos repetidamente às portas de crises ambientais. Essa publicação foi do BIS, o Banco Central Europeu, revelando que as próximas crises econômicas que hão de acontecer serão crises decorrentes de catástrofes ambientais. Nosso trabalho, tanto na dissertação de mestrado como aquele desenvolvido na Escola Superior de Guerra, no ano passado, foi visando a integração da população migrante como um complemento à nação, aos estados e aos municípios na geração de uma potencialidade macroeconômica, como forma de enfrentar as crises que estão por vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A transversalidade do tema e a cooperação federativa multinível.

Segundo dados do IBGE de 2019, apenas 5,5% dos municípios do Brasil que possuem população migrante têm algum tipo de política pública – e por "algum tipo" eu digo, apenas e muitas vezes, um mero cadastro. Então, não há uma integração dessa população migrante aos serviços mais básicos de saúde, educação, como deveria acontecer.

Então, esse foi o livro de que nós participamos na Escola Superior de Guerra, no ano passado. Tive o prazer de escrever com outros colegas e o título do meu capítulo é: "Política Nacional de Migração e a Lacuna Integradora Federativa: à guisa de uma autoridade nacional de integração migratória". E a gente usa esse exemplo muito forte na questão Portugal e Itália. O mestrado que eu fiz, Deputado, era um mestrado sanduíche, justamente com a Universidade de Perúgia, na Itália. E nós trazemos o exemplo de Portugal e da Itália, onde existe uma autoridade de integração nacional, porque, convenhamos, a maioria dos municípios – e isso se pode verificar durante a pesquisa com os secretários municipais – não consegue lidar com uma estruturação metodológica em relação à migração. Então, é necessário – e por isso, hoje, essa participação aqui – que nós tenhamos uma ideia, de acordo com o art. 120, da criação de uma autoridade nacional migratória, que possa fixar parâmetros mínimos de observância por municípios e por estados – claro, respeitadas as competências federativas.

A criação de um projeto para institucionalizar nossa pesquisa: eixos e validações.

A dissertação de mestrado produziu um projeto com três eixos e sete validações: conhecer, acolher e integrar. Então, o migrante, de acordo com a nossa visão, é um partícipe do desenvolvimento local a partir do momento em que ele gera renda pra si e gera renda para a sociedade em que ele vive. Isso é uma proteção à própria autodeterminação do migrante. Então, de maneira geral, esses eixos foram criados observando a estrutura federativa do município de Itajaí, mas, obviamente, isso pode ser replicado para todo e qualquer município do país e para os estados.

Então, no primeiro momento, o conhecer. A Secretaria de Assistência Social: cadastro, conhecimento, onde mora, como vive, de que forma, do que precisa.

Em Itajaí, existe a Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, muito focada no combate à xenofobia e à discriminação.

No eixo 2, um acolhimento. Qual é, por exemplo, ou quais são as agruras de saúde que o migrante vive? E trago para a Comissão, Deputado, que os profissionais de saúde muitas vezes têm que se valer de aplicativos de celular para tradução. E isso, convenhamos, é um perigo para o profissional e para o paciente. Por que não a ideia de um processo seletivo em que se selecione um migrante para recebimento da população migrante, para ajudar no preenchimento das fichas, no acompanhamento posterior? Isso na parte de saúde.

Na parte de educação, eu faço um pequeno recorte no município de Itajaí, que não tem 300 mil habitantes, nós temos 365 alunos de nacionalidades estrangeiras. E eu não estou falando só a hispânica, do Haiti ou venezuelana, mas também africanos, Estados Unidos, Japão. Como é que se coordena uma base de educação para essa gama de nacionalidades? Isso, a Comissão pode ajudar a responder.

No eixo 3, Itajaí, nós temos na Univali uma incubadora de cooperativas. Se nós conseguirmos integrar o migrante – microcrédito, cooperativismo e o ensino para uma profissão –, de acordo com aquele município ou aquele estado, terá mais eficiência. Então, nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrair e reter talentos. Isso é o englobado no projeto. Esse eixo, em sete validações, é sobre o que nós estamos propondo a discussão, até uma discussão multicultural e de caráter disruptivo, de pensar diferente.

Essa foto foi tirada quando nós visitamos Roraima, isso é lá na rodoviária, Fábio. Nem todos que estão ali iam comer, tinha um limite de pessoas que iam ser atendidas. A gente está parafraseando aqui Aníbal, na Segunda Guerra Púnica, em que ele disse que, se não há um caminho a Roma, faremos um. Esse trabalho é dedicado a todos aqueles humanos que abriram o seu caminho, mesmo onde este não deveria existir.

O que a gente quer trazer para a Comissão, com todo o respeito, Deputado, é a nossa contribuição e nos pormos sempre em contato no que pudermos ajudar. Agradeço muitíssimo ao senhor, à Senadora Mara Gabrilli, que me convidou. Agradeço muito à Secretaria da Comissão, que foi extremamente gentil. E assim encerro, agradecendo a todos e desejando sucesso.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Eu que agradeço aqui as palavras do Procurador do Município de Itajaí, Jeancarlo Gorges.

De fato, a gente tem um tempo muito curto, porque temos muitos expositores, e sempre tenho tido a percepção de que falta mais tempo para completar o raciocínio, para poder trazer um pouco da visão e experiência de cada um que foi convidado para esta Comissão. Então, quero deixar bem à vontade. Nós temos o tempo de sete minutos, mas, se precisar se estender um pouco, qualquer convidado pode fazer uso da palavra até um pouco mais – um pouco mais. Muito obrigado.

Dessa forma, concedo a palavra à Márcia Ponce, representante do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. Por favor, com a palavra, Márcia.

A SRA. MÁRCIA PONCE (Para expor.) – Obrigada, Deputado. Boa tarde a todos e todas. Cumprimento a todos da mesa, na pessoa do Deputado Túlio Gadêlha. Obrigada pelo convite. Eu agradeço, de forma especial, à Deputada Carol Dartora, à Jéssica, que está ali, que fez o convite para nós do Paraná estarmos aqui representados. Cumprimento a todos, ao Paulo Illes, que está aqui. Que bom te ver!

E já trago uma experiência também do Paraná. Vou compartilhar um pouco do que nós temos trabalhado no tema da migração numa apresentação que a gente usou recentemente no Fonacceram. Muita coisa que está aqui nós discutimos a semana anterior lá no Fonacceram.

Com pouco tempo que eu tenho, toda a minha fala também já vai nessa provocação dos desafios que nós temos para a implementação dessa Política Nacional de Migrações, para a migração.

Então, só uma contextualização geral, acho que todos sabem que o Paraná tem sido um dos estados que mais tem acolhido esse movimento migratório, especialmente da Operação Acolhida, da interiorização. Então, o Paraná está nesse contexto bastante intenso desse movimento migratório, com uma realidade também bastante complexa, porque nós também estamos numa tríplice fronteira, e reafirmando que, mesmo no tempo da pandemia, foi a única fronteira que permaneceu aberta, pela questão, assim, intensa da facilidade do acesso via Paraguai. Isso também foi um grande desafio para nós – a Gabi, que está aqui, acompanhou bastante a gente lá no conselho estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente também tem essa realidade no Paraná, como um estado de pleno emprego, o que coloca o Paraná nesse cenário como um estado com muitas expectativas para acolhimento, mas, ao mesmo tempo que a gente tem um estado bastante... que tem essa venda muito positiva, de certa forma, de pleno emprego, e ela também traz muitos desafios, porque é um dos estados também que tem muitos resgatados do trabalho escravo. Então, acho que é isso que a gente também precisa olhar quando a gente fala da migração especialmente. E há uma dificuldade imensa de ter dados, de fato, concisos, de dados concretos mesmo desse movimento migratório para dentro do estado. Então, trouxemos só uma alusão ali da nossa realidade de tríplice fronteira também, porque ali é um grande fluxo de movimento muito intenso para o Paraguai, o que dificulta, inclusive, esse acesso, essa transição.

Mas a gente tem também muitos potenciais. Vou falar um pouco das potencialidades, e, nos desafios, a gente já indica aquilo que a gente vê como grandes desafios para a Política Nacional de Migrações também.

Então, nós temos no Paraná constituído um conselho por força de lei, de 2015. Temos a criação de um conselho estadual representativo, paritário – nove, governamentais; nove, sociedade civil – com reuniões mensais, e estamos no segundo plano estadual de políticas para a migração, para migrantes, refugiados e apátridas do Estado do Paraná. E é aí que a gente traz um desafio, porque não é só constituir uma política, um plano, mas como a gente, de fato, faz com que ele se efetive na ponta.

Como bem disse, ele tem que chegar a todas as esferas, e o município é onde a coisa acontece. E a gente vê as grandes dificuldades de você implementar um plano estadual.

A gente tem no Estado do Paraná– como eu disse, estamos no segundo plano – uma coordenação de política estadual para migrantes e refugiados. Dentro dessa estrutura da política do estado, foi criado um centro estadual de informação ao migrante. Então, existe um equipamento público do estado, que está hoje na cidade de Curitiba, na capital, mas que também não consegue chegar até onde realmente as maiores dificuldades acontecem, que são os municípios. Apesar disso, a gente tem ainda como potenciais avanços a criação de conselhos municipais e comitês municipais também, como é o caso do Comitê de Foz do Iguaçu – Tríplice Fronteira –, como é o caso de conselhos no interior.

Aí, são umas fotos também das nossas reuniões. Elas realmente são bem participativas.

Mas quais são os desafios que a gente, então, também percebe de novo? Os dados sempre são... acho que no Brasil, a gente pode falar com certeza, a questão dos dados é um desafio para nós, mesmo as agências trabalhando intensamente nisso.

A capacitação de servidores públicos acho que é um outro ponto que a política vai ter que dar conta. Como a gente faz com que os servidores compreendam que não é só criar uma lei, não é só criar uma política nacional, mas que eles entendam essa realidade da imigração, estando nos territórios.

Então, a gente ainda vê uma dificuldade muito grande dos servidores de reconhecer o migrante como um sujeito de direito, como alguém que pode acessar um serviço público, que pode acessar um Cras, que pode acessar a saúde pública. Então, são todos esses desafios.

A barreira linguística, como já foi dito aqui, com certeza vai aparecer muito, não só por parte dos migrantes, porque a gente está vendo esse movimento. Não é porque são migrantes venezuelanos – porque a gente acha que a gente entende o espanhol, e não, é uma barreira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linguística de fato –, mas também por parte dos servidores. Então, quando vem a fala, aqui, da necessidade de interventores culturais no atendimento, na ponta, nos serviços, é uma das grandes defesas que nós temos. Nós precisamos que os municípios e o Estado percebam que não é só falar um idioma, não é só aprender a falar uma língua. Tem outros aspectos culturais que envolvem essa integração e que precisam realmente de pessoas compondo esses quadros.

A falta de um alinhamento, acho que é outro ponto que a gente traz aqui também como um desafio – a própria Operação Acolhida, o programa de interiorização. A gente vê uma grande lacuna, um desafio muito grande de diálogo com os estados e os municípios, especialmente pela interiorização por vaga sinalizada de emprego. Então, há um desafio imenso nas pontas.

A alta rotatividade dos servidores que atuam na política de migração no Paraná – e aí eu trago um outro desafio para nós, essa rotatividade enorme, mudanças de governo e outras pessoas que assumem a coordenação. Com isso, repercute-se em uma falta de compreensão das atribuições dos espaços constituídos.

Então, nós temos muita dificuldade, por conta desses atores, de compreender, de fato, as atribuições de um conselho estadual, de uma coordenação de uma política e de uma atuação de uma secretaria, por exemplo. As funções acabam se misturando e a gente não consegue dar passos importantes.

A dificuldade de implementação dos planos estaduais por parte das secretarias. As secretarias têm muita dificuldade quando a gente fala na nossa política. No nosso plano estadual, são vários eixos – eixo trabalho, moradia, saúde, educação – e, das secretarias, pouquíssimas assumem essa responsabilidade de implementar isso nas suas bases, de fazer chegar isso aos municípios.

Por fim, também como grande desafio, eu coloco hoje a questão no Paraná de uma fragilidade da sociedade civil na participação desses espaços. A gente tem discutido isso muito dentro do nosso estado, a gente sabe que no Brasil a gente tem organizações extremamente fortes, históricas neste debate; mas, nos últimos tempos, a gente percebe uma fragilidade. Vou colocar uma fala do Ministro Silvio Almeida, que disse, lá no Paraná, recentemente, que os movimentos sociais, as organizações sociais têm um papel fundamental para fazer com que a política se efetive. Nós estamos no calcanhar do Estado, e nós vamos continuar no calcanhar do Estado, e, para isso, a gente tem que fortalecer as sociedades civis, os movimentos sociais, na defesa dessas pautas que são extremamente importantes.

Aqui eu só trouxe a capa dos nossos planos. O nosso conselho é bastante jovem, nós estamos na terceira gestão do conselho. É o primeiro plano, agora nós já estamos com o segundo plano, também com muitos desafios.

Então, era isso. Acho que eu não estourei muito.

Agradeço imensamente por estar aqui, acho que a gente tem muitos debates para fazer.

Muito obrigada, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Nós é que agradecemos, Márcia Ponce, pela sua exposição aqui conosco.

Eu gostaria também de registrar a presença do Sr. Paulo Illes, Coordenador-Geral da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seja muito bem-vindo, Secretário. Conte sempre conosco aqui. Precisamos contar também com vocês e temos contado até então. Agradeço a sua presença conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, gostaria de conceder a palavra para a Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Com a palavra, Silvia.

A SRA. SILVIA SANDER (Para expor.) – Obrigada. Boa tarde a todas e a todos.

Eu queria começar agradecendo o convite.

Queria cumprimentar as queridas e queridos colegas aqui da mesa, na pessoa do Deputado Túlio Gadêlha; cumprimentar também as colegas e colegas, na pessoa do Paulo Illes, que, no Ministério da Justiça, tem encampado este exercício ambicioso e desafiador de elaborar uma nova política nacional nessa matéria; e cumprimentar também os que estão acompanhando *online* e os demais que acompanham a pauta.

Fazendo coro ao que foi dito pelos colegas, claro, eu não poderia deixar de manifestar, em nome da agência da ONU para refugiados, a nossa profunda solidariedade aos colegas da OIM. A gente sabe que, ontem, aconteceu um acidente fatal com a colega Daniele, certamente, impactando, em particular os colegas da OIM, mas também todos os trabalhadores e trabalhadoras humanitárias que ali estão. Então, mais uma vez, reforço que a gente fica à disposição e muitíssimo consternada pelo acontecido.

De nossa parte, começo trazendo, um pouco, o recorte da nossa atuação. O Acnur, que é a agência da ONU para refugiados, trabalha, de forma mais específica, com populações refugiadas, apátridas e outras em necessidades de proteção internacional, no contexto de deslocamento forçado, o que, no Brasil, representa cerca de 650 mil pessoas de mais de 120 diferentes nacionalidades. A gente está falando de pessoas venezuelanas, mas também haitianas, cubanas, afegãs, ucranianas, pessoas de diversos países africanos. Portanto, a gente está falando de um universo desafiador e cheio de oportunidades, seja do ponto de vista do nível de diversidade sociocultural que essas pessoas trazem ao Brasil, seja pensando nas dimensões continentais e no espalhamento territorial dessas pessoas aqui no Brasil.

Há vários anos e, agora, de maneira mais específica, nos últimos anos, o Acnur tem trabalhado sempre para ampliar as possibilidades de acesso à proteção e à inclusão, no acesso a direitos para essas pessoas no Brasil, sempre em colaboração com os Governos – Governo Federal e também Governos de estados e municípios –, com a sociedade civil e outros atores que atuam nos territórios.

Parte dessa discussão, claro, tem como prioridade essa tarefa de, por um lado, transversalizar essa pauta de imigrantes refugiados e apátridas nas políticas setoriais, em todos os níveis, então, no Suas, no SUS, em políticas de geração de renda e empregabilidade; e, por outro lado, também desenvolver instrumentos de gestão – políticas, planos, protocolos, serviços de atendimento – que sejam especificamente destinados a essas populações, sobretudo em territórios, estados, municípios, regiões em que se tem uma maior concentração dessas pessoas. Aqui eu vou, por exemplo, destacar cidades e estados que estão em regiões de fronteira e outros territórios – pegando aqui o exemplo da Márcia – em que essas pessoas têm se concentrado, de forma mais volumosa, por entenderem que têm mais oportunidades. Então, é preciso olhar para esse cenário tão diverso e desenhar diferentes estratégias no marco das políticas públicas.

Nos últimos anos, nesse trabalho, a gente tem discutido, começando primeiro pelas redes locais de cidades e municípios que, historicamente, têm sido as primeiras a responder e a fazer esse movimento. Então, a gente sabe que os primeiros planos municipais, planos estaduais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas municipais e estaduais surgiram em cidades como São Paulo e em estados como o Paraná. A essa altura, a gente tem visto uma aceleração na criação dessas estruturas ao redor do país. Como exemplo, hoje a gente contabiliza cerca de 39 órgãos colegiados estaduais e municipais, comitês e conselhos, em sua maioria; 15 políticas normatizadas, seja em municípios ou em estados; e pelo menos 7 planos de gestão em vigência, além de outros tantos em elaboração – de novo, trazendo o exemplo aqui da Márcia –, como é o caso do Paraná.

A partir deste ano, felizmente, surgiu, então, essa nova oportunidade de, em referência ao art. 120 da Lei de Migração, a gente avançar um pouco mais e, então, discutir, a partir dessa abertura e do exercício desse movimento que o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, começou, a tão esperada Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. Tem-se falado em repetir, fazer uma segunda Comigrar, uma conferência participativa que inclua todos os entes ao redor do país para desenhar o que mais precisa de ser feito, seja do ponto de vista da transversalização nas políticas setoriais, seja na construção de uma política e de outras ferramentas mais específicas.

Portanto, a nossa primeira mensagem é que, ao nosso ver, é um momento de celebração, antes de mais nada. Como eu disse, isso é um pleito histórico da sociedade civil, dos movimentos sociais, das próprias populações refugiadas e migrantes. É um exercício muitíssimo desafiador pela estrutura federativa do Brasil e pelo nível de entes que têm que ser envolvidos, mas entendo que estamos aqui, irmanadas e irmanados, vários atores sociais – universidades, entidades comunitárias, sociedade civil, poder público – para fazer isso acontecer.

Há algumas prioridades e sinalizações que, de parte da agência da ONU para refugiados, a gente vem fazendo, seja no âmbito do grupo de trabalho que o Ministério da Justiça inaugurou, seja nas conversas com vários dos atores que estão participando desse exercício.

A primeira delas é lembrar que a gente tem uma moldura normativa muitíssimo favorável, seja no marco da Lei de Refúgio, que é a Lei 9.474, de 1997, uma lei especializada nessas populações, seja no marco da Lei de Migração e de outras tantas normativas que existem. E é importante, então, adotar não só essas duas normativas federais como ponto de partida e, claro, a própria Constituição, mas lembrar que essa discussão tem que se alocar na interseção entre Direito Internacional sobre Refugiados, Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário. Então, essa é a nossa moldura, do ponto de vista jurídico, em que a discussão entra.

Por outro lado, a gente tem dito e desejado que essa nova política nacional tenha um caráter de complementariedade, associando política migratória ao fortalecimento do sistema de asilo, ou seja, ao fortalecimento dos procedimentos e questões especificamente destinados à proteção de pessoas refugiadas, exercício esse que é, certamente, desafiador.

Outras prioridades que foram mencionadas: que essa política consiga endereçar esses desafios de coordenação interfederativa – então, que ela tenha esse espaço e estruturas para promover essa coordenação interfederativa e para conversar sobre apoio técnico, destinação orçamentária e outras várias possibilidades de cooperação –; que ela traga ao centro, como já vem sendo dito, estratégias de garantia de participação social dessas populações de forma direta nesses processos decisórios que lhes afetam – então, a gente sabe que está em discussão um conselho nacional destinado à pauta, a própria Comigrar e rodadas regionais da Comigrar, e, obviamente, seguimos aplaudindo e apoiando esse esforço –; e, por outro lado, que a política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também tenha não só estratégias de inclusão dessas pessoas no marco das políticas setoriais regulares, mas que ela também tenha estratégias de ativação de planos de contingência, sobretudo em cidades e estados de fronteira, em situações de chegada massiva dessas pessoas, seja como a gente vê agora em em Roraima, seja como a gente tem visto agora no Estado de São Paulo com os afegãos, seja com as situações que o Estado do Acre sempre nos convida a revisitar – e eu sei que as colegas do Acre estão aqui para falar um pouco disso –, então, que essa política nacional tenha esse desenho mais previsível de ativação de estruturas de resposta humanitária, sempre quando necessário, e que tenha essa discussão de inclusão social, acesso a direitos de uma forma regular.

Cito, por outro lado – só para mencionar algumas das ferramentas que a gente espera que apareçam aí nessa transversalização nas políticas setoriais –, instrumentos como a previsão de figuras de mediadores culturais para o atendimento em serviços específicos, possibilidades de abrigamento ou construção de abrigos com tipologia específica para receber essas populações, cursos de português e outras estratégias melhores para ampliar o acesso à revalidação, reconhecimento de diplomas e de certificados, a previsão – foi dito aqui – de aulas de português, criação de serviços como os Cras, que existem em São Paulo, ou outros de sua espécie. Então, tudo isso a gente entende e espera que apareça nesse desenho dessa nova política.

E, claro, eu não poderia deixar de mencionar que nesse desafiador universo de diversidade sociocultural, essa política tem que também dar conta de ter respostas mais especializadas a partir dos recortes de gênero, étnico-racial, de nacionalidade das pessoas que chegam. Então, é preciso trabalhar de uma forma mais específica com populações afrodescendentes, que, além de enfrentar xenofobia, lidam com racismo; mulheres e meninas que chegam sozinhas; populações LGBTQIA+ que não são do Brasil. Tudo isso também, é claro, tem que ser discutido e contemplado.

Para finalizar, o Brasil hoje está num momento muito interessante para fazer essa discussão, e este é um momento, digamos, vitrine em nível regional e global. Então, neste semestre, o Brasil assumiu a Presidência *pro tempore* do Mercosul, que é um fórum de intercâmbio muito interessante, e as boas práticas que sejam discutidas e feitas aqui no marco dessa conversa também podem beneficiar os países da região.

Por outro lado, tem um outro evento importante que vai acontecer este ano, que é o Fórum Global sobre Refugiados, que se insere no marco do Pacto Global sobre Refugiados, do qual também participa o Brasil. E esse fórum global é um momento para que o Brasil renove os seus compromissos por proteção e inclusão de pessoas refugiadas e outras em deslocamento forçado e também exponha as suas boas práticas.

Então, eu vou deixar – pensando na restrição do tempo – a minha fala aqui, com essas breves contribuições.

Mais uma vez, quero parabenizar a CMMR por esse calendário ambicioso de audiências e visitas. Acho que todos nós esperávamos muito por este momento. Quero agradecer e, enfim, estou ansiosa por ouvir as demais contribuições.

Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Nós que agradecemos aqui à Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), a Sra. Silvia Sander, pelas suas palavras. Também lembramos àquelas pessoas que querem assistir a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública e que não conseguiram chegar a tempo que ela vai estar disponível no Portal do Senado e, também, no YouTube, para quem quiser e puder assistir depois e ouvir cada fala, cada contribuição, com muita atenção, depois, em outros momentos.

De fato, existe muita bagagem, muito acúmulo em cada fala, em cada personagem aqui, e o tempo parece muito curto, mas quero, mais uma vez, deixá-los muito à vontade caso precisem se estender um pouco, para que possam concluir o raciocínio e trazer toda essa bagagem aqui para a Câmara, para o Senado, para a gente poder construir política pública.

Dando continuidade agora, concedo a palavra ao Sr. Roberto Portela, Coordenador Nacional do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram).

Com a palavra, Roberto.

O SR. ROBERTO PORTELA (Para expor.) – Deputado Túlio, minha saudação à Câmara e ao Senado e minhas condolências para a OIM – e para o Acnur, em extensão – por essa perda.

Eu sou um homem branco, de cabelos grisalhos e barba branca, uso óculos, estou com um blazer preto, uma camisa rosa e usando um colar indígena.

Nós estamos aqui hoje representando o Fórum Nacional de Conselhos e Comitês e, representando a cadeira da sociedade civil, eu compartilho com a colega do Acre também a representação aqui – nós havíamos compartilhado que ela iria fazer uma apresentação mais detalhada – do Fonacceram.

Como eu fui convidado a falar primeiro, eu só menciono que o Fonacceram é um órgão colegiado, criado entre estados que possuem um conselho ou comitê instituído por lei. Nós estamos no segundo ano de estrutura. Eu fui recém-eleito para a coordenação colegiada, composta por três estados. A coordenação colegiada para os anos de 2023 e 2024, é composta pelo Estado do Acre, pelo Estado de Goiás e pelo Estado do Paraná.

Nós temos hoje dez estados membros já participando e mais cinco estados em estrutura para adesão. Os estados hoje que compõem o Fonacceram são os Estados do Acre, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Eu, como representante da sociedade civil dentro do Fonacceram, queria restringir a minha fala a um aspecto muito específico da estruturação de uma política em nível nacional voltada para a migração, que é a prestação do serviço na ponta, pelos municípios, e na estrutura da prestação desse serviço pelos estados. Sem uma estruturação urgente da política, nós – e eu também, na condição de servidor público, coloco-me na situação – ficamos sem um norte e sem uma estruturação para a prestação de serviço.

Quando você não tem uma orientação definida na prestação de serviço, o que o servidor, o que a equipe de gestão faz? Ela busca uma estrutura por analogia. E essa estrutura, por analogia, hoje, quando a gente olha migrante, refugiado – eu não digo nem apátrida, porque a situação de apatridia é específica e, no momento em que ele é reconhecido, entra na categoria migrante ou refugiado –; essa categoria, por analogia, o que nós temos de mais próximo são os sem teto, são os sem abrigo. Então, naturalmente, quando o município ou o estado não têm um direcionamento na prestação de serviço, o que se aproxima mais dessa condição é a população em situação de rua. Então, os migrantes são vistos, na maioria dos municípios, como candidatos a uma extensão da política da população em situação de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que acontece nesse processo de analogia com a política de população em situação de rua?

Uma sombra total, um grupo humano que é jogado para debaixo do tapete, porque os equipamentos e a política não atendem integralmente aos refugiados e imigrantes; mas, para justificativa de prestação de serviços, sim, eu enquanto governo local, eu enquanto estado estou atendendo, porque tem equipamentos públicos que podem assistir.

Nesse sentido, nesse caminho, a gente entra... Eu vou me apoiar na fala do Fábio –Fábio, eu vou contrapor, está bem? –: o maior absurdo que a gente tem hoje em estruturação de política é valorizar boas práticas. Quando você valoriza e fomenta boas práticas, você está valorizando e fomentando o trabalho daquele servidor ou daquele grupo de servidores que não tinham um norte, não tinham de onde estruturar uma política, criam localmente uma base de prestação de serviços. Depois vem alguém, que seja o gestor, que seja uma agência ou que seja qualquer estrutura, organiza isso num contexto, apresenta como uma solução viável, isso não é transformado numa política de governo e, a partir da mudança da gestão ou do afastamento daquele servidor, a prestação de serviços se encerra nesse ponto.

Então, eu sou um defensor de que nós precisamos, sim, estruturar, de fato, uma proposta de política, senão a gente vai continuar brincando e vai continuar fingindo em todos os níveis.

Um outro aspecto que eu acho fundamental – e a gente cai nesse erro francamente – é entender a transversalidade como atendendo a uma necessidade. Quando você trabalha uma política exclusivamente pela transversalidade, é igual – numa linguagem coloquial antiga – a várias pessoas mexendo a mesma panela: ou a comida sai salgada ou ela sai sem sal. Então, a transversalidade deve ser o complemento, e não a estrutura da política. Nas nossas falas aqui, é o uso recorrente de processos de transversalidade.

Eu fiz mais uma pequena anotação aqui no que tange ao processo de integração do migrante.

O Acnur, por excelência, tem estruturas de integração de migrante: integração social, integração cultural, integração laboral, integração das crianças na escola. Isso é bastante efetivo e necessário, mas, se a gente não fizer, paralelamente a isso, uma luta estruturada contra o preconceito, contra a discriminação e contra a xenofobia... Pensando numa criança na escola: ela vai ter a vaga, ela vai ter o profissional de educação ajustado para atender, ela pode ter até o mediador cultural, mas, se não tiver uma estrutura voltada para o acolhimento, de fato, dessa criança no ambiente escolar, ela vai sofrer processos de discriminação, e esses processos de discriminação vão ser carregados para uma vida toda.

Assim acontece também nos processos de integração laboral. Se nós olharmos hoje que a população de pele negra é enxergada visivelmente como candidata a chão de fábrica, que a população branca, sobretudo latina, é visivelmente enxergada como serviços gerais ou como serviços domésticos, a gente não vai conseguir uma estruturação para o empoderamento desse migrante, desse refugiado, para aspirar a postos de trabalho mais qualificados e com salários de melhor estrutura.

Eu não quero nominar os nacionais aqui, mas nós sabemos que a população de pele negra se enxerga numa estratificação que o Brasil destina para a população de pele negra e dificilmente ela vai aspirar, ela vai sonhar, ela vai trabalhar para esse processo de ascensão e esse processo de contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu queria encerrar mencionando a questão mais grave ainda da população indígena não nacional em deslocamento no Brasil. É um outro grupo populacional para o qual a gente precisa, com mais afinco, de uma estruturação e de normas mais específicas de atendimento e acolhimento.

Levando-se em conta todos esses aspectos que eu ressaltei para populações urbanas, se a gente enxergar e entender que o Brasil não consegue lidar e não consegue tratar a sua própria população indígena, quiçá a gente consiga transpor para as populações em deslocamento da Venezuela para o Brasil.

E aí, quando a gente olha para a sombra da política de população em situação de rua sendo enxergada como uma política possível de atender as populações em situação de migração, a população indígena migrante está não é numa sombra, ela está num limbo total, ela está num vácuo total, porque aí cada município, cada prestador, cada estado vai olhar para esse núcleo como bem entender, um núcleo de hipervulnerabilidade, sem a menor condição de expressão e posicionamento político e que vai ficar refém e à mercê dos seus próprios processos de sobrevivência, apresentando-se, interagindo com a sociedade e indo para os jornais dizer: "Eu não estou sendo assistido". Mesmo a sociedade civil e o poder público se estruturando, se articulando, todos de cabeças baixas voltadas para uma estruturação de política, e, ainda assim, o grupo populacional levantando a mão e dizendo: "Eu não estou sendo assistido, eu estou abandonado".

Eu teria mais algumas coisas para falar aqui, mas eu encerro a minha fala.

Eu queria remarcar a presença da Prefeitura de Goiânia, representada por Eduardo Oliveira, Secretário-Executivo da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, nessa luta inglória para a implementação de uma política municipal de migração e na tentativa de endossar também o estado na estrutura de uma política local.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Nós agradecemos aqui a contribuição do Coordenador Nacional do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram), Sr. Roberto Portela.

De fato, a gente tem muito que avançar, inclusive ter pessoas por parte dos governos municipais, estaduais e Federal mais capacitadas para conhecer, principalmente, a realidade, a forma de organização dessas comunidades indígenas, como elas se comportam, as questões culturais que são intrínsecas de cada povo.

Então, faço coro à voz do nosso colega Roberto Portela de que precisamos estar atentos e buscar um serviço público cada vez mais qualificado.

Dando continuidade, a gente agora segue com a palavra da Sra. Maria da Luz, Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram), que está conosco remotamente.

Com a palavra, Maria da Luz.

A SRA. MARIA DA LUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Boa tarde a todos e todas.

Cumprimento os meus colegas também do Fonacceram, que estão presentes nesta audiência e os que estão *online* também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou falando aqui da fronteira com o Acre, num local bastante forte, que se reflete nas migrações. Agora o Acre está fazendo parte dessa coordenação nacional.

Em primeiro lugar, eu quero prestar aqui a nossa solidariedade ao pessoal da OIM, aos nossos colegas da OIM, nesse enfrentamento pela situação que ocorreu com uma equipe da OIM. Nós estamos tristes também com essa notícia e ao mesmo tempo estamos na torcida pela recuperação das pessoas que estão hospitalizadas.

Bom, tenho a responsabilidade de falar aqui em nome do fórum.

Queremos dizer que o Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes é uma instituição participativa, colegiada, de abrangência nacional, que tem como ponto focal justamente a busca da organização das políticas de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados, desde a esfera nacional, que inclui também aqui brasileiros retornados, nos estados e nos municípios. Eis a nossa luta.

A criação do Fonacceram foi em março de 2022, através de carta constitutiva, com esses estados que o Roberto acabou de nominar, e já estamos em campanha para que outros estados também façam os seus colegiados e componham conosco. Ele é paritário com representantes governamentais e não governamentais, porque a sociedade civil é imprescindível, e é paritário exatamente por isso, porque a importância é igual para todos nós e é um espaço de caráter permanente.

Ao lermos a proposta do plano de trabalho da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, nós observamos que o espaço do Fonacceram dialoga com o plano de trabalho da Comissão Mista, que ora propõe tratar do art. 120 da Lei de Migrações na busca de consolidar as políticas de migrações na esfera em nível nacional.

Para isso, tanto o Fonacceram quanto o Governo Federal e a própria Comissão devem reconhecer a importância das articulações setoriais, com participação realmente da sociedade civil, dos organismos internacionais, a exemplo dos colegas que estão aí na mesa, com diretrizes do Poder Executivo federal, conforme previa a lei, em cooperação com os estados e municípios, o que traz à luz a necessidade de um plano nacional, o qual poderá ser orientador na construção dos planos estaduais, precisando dos planos estaduais. E aí a criação de protocolos e fluxogramas, que já foi mencionado na fala de colegas, eu estava atenta, entre outros instrumentos que venha organizar essa política migratória.

A primeira plenária do Fonacceram aconteceu em Natal e de lá para cá houve mais dois encontros em Brasília. Nesses encontros nós abordamos temas de enfrentamento ao tráfico humano, regularização migratória, situação de afegãos, reunião familiar dos haitianos e tivemos mesa com alguns ministérios, a (*Falha no áudio.*)... esteve com a gente nesse último encontro, e agências da ONU também, para tratarmos dessas políticas. Nossos incidentes foram para isso, e esses encontros têm sido com essa perspectiva.

Em suas atribuições o fórum tem como objetivo principal a defesa e promoção das pessoas migrantes, apátridas e refugiados. E com esse foco, atentamente, também participaram grupos de trabalho das políticas públicas do Governo Federal, em vários eixos temáticos: educação, saúde, trabalho, entre outros.

Contudo, qualquer política necessita de investimentos que garantam sua permanência e sustentabilidade e que tragam respostas para as pessoas migrantes no momento das suas necessidades a evitar tantos sofrimentos, como a gente tem acompanhado nesses últimos 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, garantir direitos humanos em suas transversalidades, em saúde, educação, segurança em geral – e uma boa informação também, principalmente – e todos os direitos sociais previstos em Constituição.

Através do Fonacceram, nós observamos diversas configurações da mobilidade ou da imobilidade dos migrantes sobre as quais os estados, com seus colegiados – no caso, o Fonacceram também – e Oscs, têm-se debruçado, além de buscarem organizar essas políticas para públicos tão diversos – afegãos, venezuelanos, indianos, sírios, haitianos, etc. Quero dizer para os senhores que, só no Acre, nós catalogamos mais de 40 nacionalidades que passaram as fronteiras. Falo do Acre, porque estou falando daqui.

E também é necessária a conscientização da sociedade.

Outro espaço que o Fonacceram entende importante é a realização da II Comigrar, com o devido apoio aos estados e municípios que poderão realizar suas conferências e assim organizar suas demandas e contribuir com políticas duradouras.

Sabemos que as migrações de crise podem, sim, ocasionar movimentos migratórios adversos e muitas pessoas podem chegar, de um momento para o outro, ao Brasil, a exemplo das do Afeganistão, dos haitianos, por outros momentos que já aconteceram.

As configurações desses movimentos mudam, e assim não podemos esperar por elementos surpresa, como tem ocorrido, e buscar soluções improvisadas. Isso abre espaço para as organizações criminosas atuarem de diversas formas. O Fonaceeram está atento aos efeitos de uma política desestruturada e fragmentada. Isso pode ter como resultado o tráfico humano, exploração de toda natureza, o que se soma a outras dificuldades, como idiomas, inserção no mercado de trabalho, xenofobia e condições precárias de locais de moradia, dificuldades que se somam também aos desafios das nossas equipes que atuam no acolhimento.

Ademais, já se sabe que o movimento de pessoas migrantes ocorre e vai continuar ocorrendo cotidianamente por motivos diversos. Temos chegada de migrantes em aeroportos, brasileiros retornados ou deportados – Minas Gerais tem muito a dizer sobre isso –, brasileiros que precisam de assistência no exterior, situação nas fronteiras, que no Norte são gigantescas. Pelo que se entende é que há necessidade do fortalecimento também da Polícia Federal, da presença da DPU, nesses locais.

Enfim, vou citar mais alguns pontos rapidamente aqui, alguns apontamentos que merecem a atenção para a implementação da política nacional. O próprio fortalecimento do Fonacceram; a nossa responsabilidade de chamar outros estados, articular isso; apoio aos planos estaduais; criação de protocolos e fluxogramas; planos de contingência – podemos explicar depois em outros momentos as ações desses planos de contingência –; atenção nas políticas e controle das fronteiras, sem criminalização das migrações; diálogo com as políticas de direitos humanos setoriais de preferência com pontos focados em diversos itens, como saúde, entre outros; capacitação dos estados e municípios; incentivo a parcerias com instituições, inclusive empresas; envolvimento dos migrantes nessa construção, que é muito importante; institucionalização do processo de interiorização; tornar evidentes as boas práticas como incentivo; e, a exemplo do nosso fórum, Fonacceram, buscar soluções conjuntas sempre para os desafios; boa comunicação entre os ministérios – e entre os Parlamentares e os estados e municípios também é necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, agradecemos e nos colocamos à disposição, o Fonacceram, para contribuir tanto na construção do plano, na Comigrar, na realização da conferência, mas também iremos continuar reivindicando a promoção dos direitos dos migrantes previstos em lei e pactuados nos tratados internacionais.

E assim, puxando um pouco aqui para a nossa situação do Acre, lembrando do que a gente vivencia também por aqui, a destinação de emenda parlamentar, aproveitando o espaço que nós estamos aqui compartilhando, também são bem-vindas, pois poderiam contribuir com ações pontuais de caráter duradouro, a exemplo, aqui no Acre, de casas de passagem adequadas em Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e na capital Rio Branco. Cada estado que está aqui presente tem suas demandas e prioridades importantes e mais coisas a acrescentar.

Nós do Fonacceram agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição a todo momento para contribuir com essa política nacional, com os estados e os municípios também.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado, Maria da Luz, pela sua exposição aqui conosco. Muito obrigado pela sua fala e contribuição.

De fato, temos dez estados com o comitê instalado: Acre, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul... Tem mais um ainda que talvez tenha falhado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Piauí! É o Piauí que não está aqui.

Desta Comissão eu fui Presidente no ano passado e estou como Relator, e nós ainda não criamos o comitê em Pernambuco. É aquele ditado: "Casa de ferreiro, espeto de pau". (*Risos.*)

Mas eu tenho um compromisso junto com a Governadora Raquel Lyra, já nos reunimos com a OIM, com a Acnur, com outras entidades, para a gente tocar o fórum de Pernambuco neste ano ainda. E quero, em breve, poder fazer o convite a todas e a todos para a gente poder dar esse pontapé inicial em políticas públicas, em debates, em reuniões, para a gente acrescentar mais um estado ao Fonacceram e poder evoluir nas políticas de acolhimento a migrantes refugiados no nosso país.

Dando continuidade aqui, gostaria de conceder a palavra ao Sr. Alexandre Norberto Canuto, Diretor Estadual de Políticas de Migração e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo da Subsecretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais, que está conosco via remota.

Então, com a palavra, Alexandre Norberto Canuto, pelo Zoom. (*Pausa.*)

Pronto. Já o estamos vendo, mas não o ouvindo ainda, Alexandre. Pode fazer um teste aí? Ainda não o estamos ouvindo.

Deixe-me ver... Se a gente não conseguir ouvi-lo, eu poderia passar a palavra... (*Pausa.*)

O SR. ALEXANDRE NORBERTO CANUTO (*Por videoconferência.*) – Alô!

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Agora estamos ouvindo.

O SR. ALEXANDRE NORBERTO CANUTO (*Por videoconferência.*) – Ótimo, ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Boa tarde, meu amigo!

O SR. ALEXANDRE NORBERTO CANUTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Deputado.

Cumprimento a todos os presentes na pessoa do Deputado Túlio Gadêlha e também na presença da Maria da Luz e do Roberto, que são companheiros do Fonacceram, do qual o Governo de Minas tem sido assíduo e participativo, desde que – também junto com não só outros governos estaduais, mas também instituições da sociedade civil – assumiu essa tarefa de apoiar a qualidade de vida dos migrantes refugiados que chegam em vulnerabilidade ao nosso território brasileiro.

Também há aqui um outro público, que a gente não pode esquecer, os apátridas; e também o dos brasileiros retornados, sejam eles voluntários ou compulsórios; e, no caso, os deportados de outros países.

Bom, foi falado muito sobre a questão dos desafios aqui, eu não vou me prender ao histórico, mas há alguns itens que acho que a gente precisa pontuar: o financiamento de uma política de imigração; uma maior participação, não só dos entes subnacionais, como estados, Distrito Federal e municípios, mas também da sociedade civil, que envolva, inclusive, coletivos de imigrantes refugiados, apátridas e brasileiros retornados. E esse alinhamento é fundamental entre as três esferas de Governo e entre Estado e sociedade civil.

Bom, com relação a itens que a gente gostaria de deixar enquanto propostas, complementando o que os colegas do Fonacceram já trouxeram aqui, é a importância – muito aprendida aqui em Minas com o nosso saudoso Prof. Anastasia, muito aprendida aqui com a questão da governança – do envolvimento de instrumentos de governança. Então, uma política nacional, para ser exitosa, necessita pensar nas três esferas dessa estrutura, ou seja, a criação e institucionalização de instrumentos de planejamento e de gestão, a saber, nos planos dos três níveis de Governo, do municipal para o nacional, que podem ser construídos em paralelo com instrumentos de gestão: a já citada Comigrar, conferências associadas a audiências públicas com essa ampla participação; também a definição orçamentária; e, quiçá, um fundo para o setor.

Não sei se os colegas Deputados e Senadores têm pensado nisso, mas talvez a destinação de recursos específicos para um fundo voltado para a temática de migração possa ajudar muito a financiar a política nacional, além de um bom alinhamento entre as políticas aqui tratadas com as políticas de assistência social, tendo em vista que o ente local, ou seja, o município – que é o grande responsável, onde vai acontecer o grande impacto da execução das políticas sociais básicas, não só assistência social, mas também educação, trabalho e renda, entre outras – é o que vai sofrer impacto. Então, o alinhamento, considerando migrantes, refugiados, apátridas em vulnerabilidade, bem como brasileiros retornados, como um dos públicos dentro da linha de públicos da assistência social, pode ajudar e muito na implementação de tais políticas, não só em âmbito nacional, mas nos âmbitos intermediários, nos estados, Distrito Federal e nos municípios.

Bom, além disso, não uma normatização, mas um alinhamento – dependendo do tipo de unidades executivas, que se deve ter nos estados, porque cada um tem um formato, a gente sabe, de acordo com a *expertise*, com o tamanho do estado – sobre a unidade executiva a realizar as políticas no âmbito estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outros dois itens muito importantes que eu gostaria de ponderar é que, independentemente do tipo de financiamento, que seja muito pensada a possibilidade de parcerias com as organizações da sociedade civil para a execução de políticas. Por que isso? Sabemos todos que o estado sofre de uma limitação – muitos estados, municípios e o Distrito Federal sofrem com a limitação – da própria Lei de Responsabilidade Fiscal para a contratação e alocação de pessoas de concursos para determinadas políticas. Considerando que a temática de migração e refúgio, assim como outras temáticas de direitos humanos, são interseccionais, são intersetoriais e há um interesse também de instituições da sociedade civil, é fundamental que a gente possa fazer parcerias para que o estado possa coordenar, os entes federativos coordenem, juntamente com seus respectivos colegiados, que são as instâncias naturais para a pactuação, para a participação, além das conferências anteriormente citadas, mas que possam ser feitas parcerias para a execução das organizações já formadas e até futuras organizações da sociedade civil que podem vir a surgir, inclusive a partir de coletivos de migrantes e refugiados que, sabemos, têm se aperfeiçoado na compreensão da legislação brasileira.

Outro ponto fundamental que a gente gostaria de colocar é o alinhamento também na política de migração, sem deixar de lado o aspecto do enfrentamento ao tráfico de pessoas, principalmente ao tráfico internacional, e também a incidência do trabalho análogo ao de escravo, tendo em vista que muitos desses migrantes e refugiados em vulnerabilidade estão suscetíveis a essa situação. Portanto, é de suma importância atentar a esse aspecto.

Por fim, lembro, reforço, aliás, que a estrutura de conferências é uma estrutura muito importante na construção de políticas e nesse alinhamento federativo. Então, é o principal que nós gostaríamos de trazer aqui como contribuição de Minas Gerais, tanto do Governo quanto do nosso comitê estadual, que já tem participado, que já se tem alinhado com outros estados e com outras agências internacionais ao longo de toda essa trajetória de trabalho sobre migrantes e refugiados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Obrigado, Sr. Alexandre Norberto Canuto, pela sua exposição aqui, enquanto Diretor Estadual de Políticas de Migração e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo da Subsecretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais.

Queria registrar aqui a presença da Sra. Joyce Matias, Presidente Nacional do Instituto Kylie. Também, ao final, teremos aqui uma fala da Sra. Joyce. Também queria dizer que nós teremos uma audiência pública sobre a situação do povo afegão no Brasil, no dia 8 de novembro, juntamente com a discussão da situação do povo venezuelano e haitiano também. Já deixo o convite para a Sra. Joyce e seus convidados que estão aqui conosco hoje.

Dando continuidade, agora eu concedo a palavra para a Sra. Eliane Almeida, Vice-Presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes do Rio de Janeiro, que está conosco via Zoom.

A SRA. ELIANE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Boa tarde, Eliane!

A SRA. ELIANE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – É um enorme prazer estar, aqui, com vocês hoje, ainda que de forma virtual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo também meus colegas do Fonacceram.

Sou Coordenadora de Políticas de Migração e Refúgio, da Secretaria de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos do estado, e estou como Vice-Presidente do Ceiparm, que é um comitê que existe desde 2009; então foi o segundo no país para essa temática de refúgio e migração. A gente tem um plano estadual, que data de 2014, e atualmente a gente está numa fase de revisão desse plano, para incluir outras temáticas, como gênero, população LGBTQIA+, infância e juventude, atualizar esse plano mesmo para garantir a maior representatividade das identidades vulnerabilizantes da população migrante e refugiada.

Antes de a gente falar um pouco da regulamentação, acho que a gente pode resgatar um pouco a história dessa agenda migratória no país. Antes da promulgação da nossa Constituição Cidadã de 1988, a gente teve o Estatuto do Estrangeiro, que colocava a pasta de migração dentro do Ministério da Justiça, porque era algo a ser tratado, nesse período de ditadura militar, como uma coisa do medo do outro, o estrangeiro, o estranho, e a migração era sobretudo vista como um controle. Com a promulgação da Lei da Migração, em 2017, esse estrangeiro, essa figura que tem que ser repelida dá lugar ao migrante, e reconhece a ele os direitos básicos, como assistência social, saúde, educação, liberdade. E a gente tem que ter em mente que nem todos os países garantem isso. Às vezes, a gente pressupõe que as pessoas vão chegar aqui e vão saber os seus direitos básicos, e isso é equivocado, porque às vezes elas não têm isso nem no seu país de origem.

Então, do ponto de vista jurídico, a gente entende que o Brasil é muito receptivo à pasta de migração a partir dessa Lei de Migração. Então, o problema não está na lei, o problema está, para a gente, no campo da política pública, porque tem uma lei dizendo que as pessoas têm direito, mas a gente não tem justamente a regulamentação, e a regulamentação é como esse direito se instrumentaliza na prática.

É fundamental a gente ter uma política estruturante, principalmente quando a gente está falando de migração, porque, senão, a gente continua apagando incêndios, lidando com fluxos de nacionalidades, como se a migração não fosse um fenômeno que sempre existiu e vai continuar existindo – a gente tem os períodos dos haitianos, depois dos venezuelanos, agora a questão dos afegãos. E a política não pode ser setorizada dessa maneira, a gente precisa ter uma política que funcione, se não para todos, pelo menos para a maioria, ainda que tenha algum grau de especificidades. Mas a gente precisa ter isso estruturado para qualquer nacionalidade que seja, porque isso a gente vai entender como uma acolhida de migrante.

E tem algumas coisas que são semelhantes. Todo migrante que chegar sem uma rede de apoio, inevitavelmente vai precisar de um abrigo de uma forma emergencial. O Portela tinha falado da questão do Pop Rua, e é importante ressaltar isso, porque migrante não é Pop Rua. Migrante é uma pessoa que saiu da sua casa em busca de se salvar, em busca de ter o que comer. E a resposta que o Brasil dá para essa pessoa que está nos buscando não pode ser tratá-las como se Pop Rua fosse.

Então a gente precisa de abrigos diferenciados, especialmente que incluam as famílias. Hoje o nosso fluxo migratório é protagonizado por mulheres, crianças e adolescentes. Então, essa estrutura clássica do abrigo que a gente tem não funciona para essas famílias que estão em fluxo migratório. Quando a gente pensa no senso comum do homem jovem, sozinho, que está migrando para se aventurar, não é mais esse perfil majoritário que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas que buscam, muitas vezes, o Brasil em busca de saúde. Então, essas demandas específicas precisam ser contempladas, porque o migrante, o migrante ideal, essa figura, não existe. São pessoas que têm várias complexidades.

Um outro ponto é a questão do idioma e da mediação cultural, para a gente não incorrer no risco do que a gente entende de integração local ser uma ferramenta de opressão, uma imposição da nossa cultura, dos nossos costumes, do nosso idioma ao outro. Então, quando a gente fala de idioma, tem que ser numa perspectiva de uma linguagem de acolhimento, de facilitador, para que as pessoas tenham a possibilidade também de manter suas identidades, de manter quem elas são e não haver um apagamento dessa pessoa em nome de uma chamada integração local. Não é isso que a gente está entendendo como integrar.

E um terceiro ponto que eu acho que é superimportante é a questão da articulação com o MEC para a simplificação dos processos de revalidação e isenção de taxa. A gente poderia até pensar, já que tem a Operação Acolhida, em processos de revalidação na fronteira, porque, às vezes, o migrante sai da operação com vaga de emprego sinalizada, mas, por algum motivo, não dá certo. Então, se ele já vem com essas revalidações tanto do superior, mas do médio também... Lá no Estado do Rio, eu sou a porta de entrada também, junto com a Seduc, para revalidação de ensino médio, para permitir que ele consiga se colocar no mercado de trabalho caso essa vaga não dê certo.

A gente tem também alguns entraves como a questão de exigência de tradução juramentada. E a gente faz uma crítica a isso, principalmente quando a gente fala de universidade que tem no seu corpo docente pessoas que falam vários idiomas. Inclusive, isso é ponto de edital para as pessoas conseguirem entrar no mestrado, entrar no doutorado, fazer concurso. Então, as pessoas falam outros idiomas e poderiam ser mais bem aproveitadas para facilitar esse processo, ao invés de se exigir a tradução juramentada, que é burocrática, que é custosa e nem todo mundo consegue ter acesso a ela.

A gente teve a oportunidade de participar do GT da regulamentação, foi uma experiência muito proveitosa, e acho que o principal ganho é o MJ ter conseguido fazer essa articulação com vários ministérios. A migração precisa realmente ser ponto pauta dentro dos direitos humanos, desenvolvimento social, igualdade racial, saúde. Não dá para a gente restringir só ao MJ, porque, por exemplo, a gente fala que população LGBTQIA+ tem facilitação para o reconhecimento de refúgio, mas a gente, ao mesmo tempo, é o país que mais mata essa população. A gente, no próprio documento emitido, não respeita a identidade de gênero e mantém o nome de registro dessa população. A gente fala em aceleramento do processo de pessoas vindas de países africanos, mas nós somos um país que mata o Moïse, um país extremamente racista. Então, a gente precisa avançar nesse diálogo intersetorial e também em outras frentes.

Jogo até aqui para vocês um pouco como os Parlamentares podem e desejam se engajar nessa pauta. Aqui no Rio de Janeiro, a gente tem a figura da Dani Monteiro, que é uma Deputada que abraçou muito a pauta. Em Brasília, a gente tem o Henrique Vieira, que, inclusive, está com um PL para destinação de vagas ociosas para os refugiados. E a gente precisa de mais Parlamentares engajados para dar mais corpo para esses projetos e mais força, porque ninguém migra para ficar na rua, para perder sua liberdade, para sofrer xenofobia. As pessoas escolhem o país pela promessa, e essa promessa está na Lei de Migração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se, na lei, está dizendo que elas têm os seus direitos garantidos, a gente precisa trabalhar para que essa implementação ocorra de uma maneira que seja estruturante e em diferentes frentes.

Já deu o meu tempo. Então, eu agradeço, mais uma vez, o convite, a todo mundo que está aqui, assistindo, principalmente aos membros do Ceiparm, porque eu sou aqui só um rosto na tela de vocês, mas, por trás dessas pautas que eu trouxe aqui, tem todos os nossos membros, pessoas extremamente comprometidas, pessoas que já estão atuando nisso há muitos anos. Então, eu agradeço a confiança de todo o meu colegiado e agradeço a todos mais uma vez.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado, Eliane Almeida, pela sua presença conosco, pela sua fala qualificada. Tão jovem, tão qualificada, com uma fala tão boa, a Eliane, que é Vice-Presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro.

Dessa forma, antes de continuar para os próximos oradores – temos mais dois oradores convidados a esta audiência –, a gente gostaria de ler aqui a nota de pesar feita pela Comissão.

A Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional presta as mais profundas condolências pela morte da Sra. Daniele Nogueira Milani, trabalhadora humanitária da Organização Internacional para as Migrações (OIM), na última terça-feira, 12 de setembro de 2023, vítima de acidente de trânsito em Roraima, aos 39 anos de idade. A Comissão também estima a pronta recuperação dos demais passageiros do veículo. Desejamos transmitir a todas as 250 funcionárias e funcionários da OIM em atuação no território brasileiro os nossos mais profundos pêsames, especialmente para os familiares dessa jovem e competente trabalhadora humanitária. Neste momento de dor e de perda, a CMMIR oferece sua plena solidariedade e respeito e reassume seu compromisso em defesa dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas no Brasil.

Assino essa nota juntamente com Senadora Mara Gabrilli, o Senador Paulo Paim e a Deputada Carol Dartora. Agradeço aqui à OIM, mais uma vez, por nos enviar um representante.

Dando continuidade, a gente gostaria agora de passar a palavra para o Sr. Bryan, Coordenador de Políticas para Imigrantes do Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo, que está conosco via Zoom. Com a palavra, Sr. Bryan.

O SR. BRYAN SEMPERTEGUI (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Boa tarde, nós não estamos vendo você; só estamos ouvindo você. A comissão...

O SR. BRYAN SEMPERTEGUI (*Por videoconferência*.) – Conseguem me ver agora?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Isso, conseguimos vê-lo.

O SR. BRYAN SEMPERTEGUI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, todas e "todes".

Antes de tudo, eu queria estender meus pesares a todos os colegas da OIM, pelo falecimento da trabalhadora humanitária e, por parte da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, estendo esses nossos profundos pesares e nossos fraternos abraços para todos.

Queria agradecer o convite da CMMIR, na pessoa do Deputado Túlio Gadêlha, para que a gente possa discutir esse tema tão importante em nível nacional e dentro de uma Casa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrema importância para o debate público e social em termos da pauta migratória. Queria também cumprimentar todos os meus colegas aqui de mesa.

Eu corro o risco de ser repetitivo depois de tantas falas qualificadas, mas, enfim, tentarei aqui contribuir com todo o debate.

Eu falo aqui, só para me apresentar novamente: meu nome é Bryan Rodas, sou imigrante boliviano. Estou como o atual Coordenador de Políticas para Imigrantes e Promoção de Trabalho Decente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. Estendo meus cumprimentos também da Secretária Sonia Francine a todos.

A Coordenação de Políticas para Imigrantes tem um trabalho relativamente novo, em termos de política pública. Ela existe desde 2013 e, como principal pilar inicial, veio num processo de construção de uma política nacional em vanguarda em nível nacional, principalmente através de um paradigma de garantia dos direitos das populações imigrantes e também dentro de um paradigma de compreender esse sujeito enquanto sujeito de direitos dentro da sua multidimensionalidade. E, dentro desse paradigma, a gente, enquanto coordenação, atua muito num processo de dois pilares, tanto através da intersetorialidade e da transversalidade, mas também dentro da participação social ativa dessa população aqui no território.

Fruto desse processo, a gente, em 2016, lançou uma política municipal, que é a política Proposta Imigrante, Lei 16.478, aqui do município, que é regulamentada, que vem estritamente legitimar a presença dessa população aqui no território, mas, para além disso, compreender, enquanto agente participativo, politicamente e socialmente, dentro da construção, da implementação, do monitoramento e da avaliação de políticas públicas para esse público.

Compreendendo essa complexidade...

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Bryan, desculpe interrompê-lo. Será que a gente poderia solicitar que você retirasse o microfone e falasse pelo microfone do equipamento do computador ou celular que você está utilizando? Porque a gente está aqui ouvindo, conseguindo entender tudo perfeitamente, mas com muita dificuldade. Talvez fosse melhor, talvez, desplugar esse microfone...

O SR. BRYAN SEMPERTEGUI (*Por videoconferência*.) – Tentarei falar mais próximo. É que eu só tenho esse microfone, e a máquina não tem o microfone interno.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Está certo.

Pode continuar então. Vamos lá.

O SR. BRYAN SEMPERTEGUI (*Por videoconferência*.) – Vocês conseguem me ouvir melhor?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Está melhor agora. Vamos ver.

O SR. BRYAN SEMPERTEGUI (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Dentro desse processo da experiência aqui, em nível local, da cidade de São Paulo, a gente compreende a complexidade tanto da elaboração de uma política para a população imigrante para dentro das suas proposições e das suas dimensões, que, em nível federal, vem se desenhando, principalmente dentro dessa perspectiva transversal, intersetorial, e também com grande participação da própria sociedade civil organizada e, enfim, dentro dessa pluralidade da sociedade civil.

Compreendendo essa complexidade e compreendendo também as experiências elencadas aqui pela cidade de São Paulo, em termos de sugestões para o processo que vem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvendo em nível federativo, a gente compreende, como principal ponto fundamental dentro desse desenho inicial, a construção de mecanismos de participação social permanentes entre os diversos e diferentes níveis federativos, principalmente com a garantia da participação social imigrante e também em complementação de instrumentos pontuais de participação social no processo de ampliação dessa discussão.

A gente compreende que é importante escutar a população imigrante das diferentes territorialidades, das diferentes cidades, dos diferentes estados, a partir de um processo avaliativo dessa população heterogênea e a partir de um processo avaliativo também de que, dentro dessa própria heterogeneidade, há uma diferenciação territorial, e, por mais que elas estejam enfrentando desafios muitas vezes semelhantes, o contexto territorial é fundamental para compreender as respostas em nível local, frente a essas demandas específicas que são trazidas por essa população.

Para além disso, esse processo de construção de mecanismos de participação social permanentes à população imigrante de diferentes níveis federativos também respalda e reforça a compreensão, vinda por mais de 30 anos de luta dessa própria população, da necessidade de garantir a participação social e política dessas populações não só no processo de elaboração e consulta pública, mas também em todo o processo do ciclo de implementação que envolve a política pública em elaboração, implementação, monitoramento e avaliação. Então, a gente compreende que é um passo fundamental em nível federal para que se estabeleçam esses mecanismos de participação a essa população e se fortaleçam seus paradigmas de sujeitos ativos dentro desse território, dentro do Brasil.

Como uma segunda sugestão, conforme nossas experiências aqui na cidade de São Paulo, queria destacar também a necessidade de construção de mecanismos de coordenação e cooperação entre os diferentes entes federativos públicos, compreendendo a necessidade de que se precisa dialogar com os estados e os municípios, de que se precisam entender as diferentes contextualizações territoriais para que, a partir disso, também possam se construir ferramentas de engajamento local. Por que eu digo isso? E aí a gente pode colocar em termos de paralelo outras políticas que são elaboradas e são respaldadas em nível federativo, como a política de saúde, como a política educacional. É porque isso possibilita todo um processo de diálogo entre esses diferentes entes federativos e possibilita também construção de ferramentas de informação. Então, essas problemáticas de saber quantos imigrantes estão no Brasil, quantos imigrantes estão no estado, quantos imigrantes estão no município, quais são as principais demandas dessas populações em nível nacional, estadual e federal podem ser dialogadas de uma forma mais direta. E, a partir desse diálogo cooperativo e coordenado, podem se apresentar possibilidades, alternativas e práticas em termos de políticas públicas que atendam a isso.

E, para além disso ainda, dentro de uma perspectiva intersetorial – eu não me recordo do nome do colega que apontou isso –, não deixando a importância de compreender as políticas dentro dessa perspectiva intersetorial, é importante que esses mecanismos de coordenação e cooperação também construam ferramentas de engajamento local no sentido de compreender, dentro dessa setorialidade distinta de educação, saúde e assistência social, programas específicos de acolhimento a essa população em termos de complementariedade a uma perspectiva intersetorial. É claro que não se pode deixar de compreender que essas políticas precisam atender à população imigrante – porque essa população é sujeito de direitos –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente da sua situação migratória documental, mas que há necessidade também de complementações não só para engajamento dos poderes locais e dos governos locais, no sentido de compreender também uma diferente capacidade estatal de lidar com essas diferentes realidades, mas também de possibilitar que esses governos locais se incentivem em promover políticas de acolhimento a essas populações, que incentivem que esses governos locais comecem a iniciar capacidades estatais para responder a essas diferentes realidades enfrentadas por cada um desses municípios e estados.

Para não me alongar, espero que tenham me compreendido, peço desculpas pelo áudio e fico à disposição. A cidade de São Paulo, a Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos, reafirma o seu compromisso longínquo no processo de construção de políticas públicas para as populações de maneira mais acolhedora, participativa, junto com eles.

E é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado. Aqui escutamos o Bryan, que coordena políticas para migrantes do Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo. Nós o ouvimos muito bem, sua dicção é boa, você fala muito rápido, inclusive, mas conseguimos ouvir perfeitamente, Bryan. Muito obrigado pela sua participação.

Agora, o nosso último convidado, orador desta tarde, quase noite: com a palavra, o Sr. Thales Dantas, Presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte.

Com a palavra, via Zoom – está aqui conectado conosco –, o Sr. Thales.

O SR. THALES EGÍDIO MACEDO DANTAS (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Boa tarde!

O SR. THALES EGÍDIO MACEDO DANTAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Túlio, na pessoa de quem eu saúdo a nossa mesa nesta tarde, quase noite, como bem colocou.

Estou olhando para o Rio Potengi, aqui, direto de Natal.

A representatividade e a importância desta audiência, Túlio, eu acho que mostram a diversidade do tema e o quanto o nosso país, na verdade, é representativo. E esse tema de migrações perpassa não somente o centro-sul do país, como a gente costuma chamar o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste, como, principalmente, o Nordeste e o Norte do Brasil.

Eu começo a minha fala fazendo esse contexto principalmente porque a gente fala do Rio Grande do Norte, um estado pequeno, um estado pobre, na esquina do continente, marcado realmente por – e, quando eu falo Rio Grande do Norte, isso representa todos os demais estados nordestinos também – um processo de sete anos em que a gente vem vivenciando realmente problemas de ampliação da desigualdade.

E, nesse contexto, a migração – seja ela internacional, seja ela de deslocados internos – vem sendo um momento... Foi um momento, claro, em que a gente passou por pandemia, a gente passou por crise econômica e passou por um Governo realmente, o que antecedeu o atual, de desmonte das políticas sociais. Isso teve um impacto muito grande em nossos índices e um impacto também para quem atua na ponta, como quem está nos estados e quem está nos municípios e quem está na sociedade civil como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante a gente frisar que essa política migratória nacional não surgiu do nada, ela não veio de repente; é uma construção de muitos anos. A gente teve uma conferência nacional lá em 2014, no Governo da Presidenta Dilma, em que migrantes participaram. Foi um encaminhamento também, nessa perspectiva, lá para a sanção, em 2017, da Lei da Migração. Não foi mérito do então Presidente Michel Temer essa aprovação e essa sanção; muito pelo contrário, foi mérito, sim, de quem luta pela política migratória há muitas décadas no nosso país, que está aí representado seja presencialmente na audiência como também de casa, assistindo, ou no trabalho, enfim.

E, agora, a política nacional regulamentada a partir de uma portaria do Ministério da Justiça, desse grupo de trabalho, a gente vê numa perspectiva realmente de condensar e atualizar o que foi já debatido e vem sendo debatido hoje em todas as regiões do país.

Na Região Nordeste – eu estou no ponto de fala exatamente –, a gente historicamente não debate a migração, apesar de ser a região que mais fornece migrantes para as demais e de sofrer também. Os nordestinos, como os outros migrantes internacionais, sofrem quando vão para as outras regiões do país – vão para o Norte, vão para o centro-sul tentar a vida por N razões, seja para estudar, seja para construir uma outra perspectiva para ajudar os parentes que ficaram. Isso é uma realidade que aconteceu com o Presidente Lula, mas acontece no Nordeste como um todo pela falta de perspectiva, pela falta de condições de desenvolvimento.

Isso acontece também para os migrantes internacionais que chegam aqui no nosso país. Eles procuram, tradicionalmente, o Rio de Janeiro, o Sul, São Paulo, o Centro-Oeste, porque são os rincões de desenvolvimento, mas também vêm chegando aqui na Região Nordeste esses migrantes internacionais. E quem procura o poder público não é o migrante que tem dinheiro, que vem às praias do Nordeste "turistar", não; é aquele que de fato está numa situação de necessidade, numa situação em que é um beneficiário do Sistema Único de Assistência Social, do Sistema Único de Saúde, e é esse olhar que a regulamentação da política nacional migratória tem que ter para aquele migrante que precisa, para aquele migrante que precisa do Estado e precisa do suporte dos estados.

A política migratória que vem sendo desenhada no Brasil tem que ser intersetorial, mas ela tem que ser principalmente territorializada: ela tem que estar presente nos municípios, ela tem que estar presente nos estados. E é uma política que tem que ser encarada pelos gestores como sendo uma prioridade, não um mito, não um sonho, um devaneio, tampouco como sendo uma realidade que é de fora, como sendo uma realidade de filmes. A gente vivencia, e isso é importante falar, especificamente a migração dos últimos anos da Operação Acolhida, dos venezuelanos, que estados nordestinos, estados brasileiros receberam, mas uma das etnias dentro dos venezuelanos é a etnia dos indígenas warao.

Até 2019, aqui no Rio Grande do Norte, não se debatia essa situação da migração, apesar de que o Rio Grande do Norte é um estado muito turístico, a gente sempre recebe milhares de turistas internacionais. Só que, a partir do advento dos warao, que vieram com uma migração, vamos dizer assim, voluntária, não planejada pela Operação Acolhida, se ocasionou para os municípios e estados uma situação que não vinha acontecendo, e naquele cenário 2019-2020, um cenário realmente de desresponsabilização da União no processo. A gente passou os últimos quatro anos num processo em que o Governo Federal não vinha para a mesa de negociação com os estados e municípios nem com a sociedade civil. Foram quatro anos penando e fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o trabalho do Governo Federal enquanto estados, isso é importante a gente frisar. A importância dessa política nacional agora mostra o quê? Que a centralidade do debate tem que vir da União, com o apoio dos estados, dos municípios e com o suporte da sociedade civil, das agências internacionais.

Realmente é um trabalho em rede que a gente vem desenvolvendo. E é importante a gente frisar isso, que a consequência do processo desse decreto do Presidente Lula de regulamentação da política nacional migratória nos coloca como um desafio – como foi colocado aqui pelos meus colegas de Fórum Nacional também e agências internacionais – vem uma perspectiva de efetivar. Porque a demanda que a gente recebe, Túlio, é diária, seja de venezuelano, afegão, ucraniano. E tudo acontece.

É impressionante, quando a gente começa a trabalhar com migrações – eu já estava até falando um pouco antes de vir para participar da audiência; eu estava tendo uma reunião, e era exatamente isso –, quando a gente trabalha com o tema da migração, a gente acaba se apaixonando, por quê? Porque a migração é um direito humano fundamental, porque nós todos queremos fazer isso em alguma perspectiva, seja para estudar em outro país, estudar em outro estado; a gente tem essa perspectiva de realmente se deslocar.

E o papel do poder público, o papel do Estado brasileiro... Apesar de sermos um povo muito acolhedor – o brasileiro tem isso na sua cultura, a gente realmente tem isso de receber bem as pessoas, principalmente aqui do Nordeste –, a gente tem, em contrapartida, um Estado que não pensa essa inclusão, a gente tem um Estado bastante burocrático, com diversos documentos. A gente olha para a situação dos sistemas de migrações – isso é até um assunto para o Governo Federal, para o Ministério da Justiça –, tem uns cinco, seis sistemas para uma mesma pauta: quando você é apátrida, é um sistema; quando você é refugiado, é um outro sistema; quando você é migrante, é um outro sistema; quando você faz reunião familiar, é um outro sistema. E cada sistema... Em vez de ser um sistema unificado, de maneira desburocratizada para as pessoas nos estados poderem auxiliar esse atendimento, acaba que isso ocasiona uma grande fila junto à Polícia Federal, ocasiona que as pessoas não conseguem acessar um documento como uma revalidação de um diploma, como também não conseguem acessar o CadÚnico ou o cartão do SUS.

um documento como uma revalidação de um diploma, como também não conseguem acessar o CadÚnico ou o cartão do SUS. Então, os problemas que vêm para os estados e municípios muitas vezes são decorrentes de o Estado não fazer a sua parte – o Estado enquanto ente realmente – e de as agências internacionais e a sociedade civil fazerem o papel de cobrar e fazerem meio que um remendo num processo de garantia de direitos que o Estado já deveria ter se planejado para fazer, não é?

Eu acho que – só para encerrar também minha fala – a importância do momento que a gente está vivenciando agora, no nosso país, de plano plurianual participativo, do PPA participativo, que aconteceu nos estados também, numa perspectiva de inclusão de recursos para a política migratória. A gente fala muito sobre isso, mas a gente somente consegue executar uma política migratória com sucesso com dinheiro, não é? A gente não consegue fugir... E, se não tiver previsão no orçamento, a gente não tem como nem alocar uma emenda parlamentar, não consegue fazer esse *advocacy* junto aos nossos Parlamentares da base, nem com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, se os estados estão num previrem ali uma rubrica para que a gente consiga investir recursos, né?

Então, no próximo ano, na verdade, daqui a dois anos, vai ser momento de PPA também para os municípios. Então o papel que o Fórum Nacional, o papel que o Governo Federal, as agências nacionais têm para fazer é de inclusão, junto aos estados, junto aos municípios, de ações dentro de seus planos plurianuais, colocando a migração como sendo um tema, realmente, que já era para ter sido já colocado há muitos anos, como um tema que chegou para ficar e que já deveria ter sido colocado há muitos anos.

É isso.

Obrigado, gente. Obrigado, Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Obrigado. Aqui agradeço a contribuição de Thales Egídio Macedo Dantas, Presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, que faz parte também do Fonacceram.

Temos agora um momento de inscrição dos convidados, das pessoas que estão conosco aqui, no plenário da Comissão. Temos uma inscrição de Abdul, que vem pelo Instituto Kylie, que deseja fazer o uso da palavra.

Eu gostaria agora de conceder a palavra aqui ao Abdul, que vem aqui representando o povo afegão.

Com a palavra.

O SR. ABDUL RAOUF ANDEWALL (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. KALIL ABREU (Para expor.) – Senhoras e senhores, Sr. Deputado Túlio, como sou amigo do Abdul, nós temos... A gente vem de Praia Grande, com uma situação que ele tem. O pai dele é um grande advogado no Afeganistão, perseguido por... Através da organização OIM, eles conseguiram refúgio para ele vir para o Brasil. No momento atual, ele foi para os Estados Unidos.

O Abdul veio se referir à situação do Afeganistão, dos cidadãos do Afeganistão que estão procurando um visto humanitário. O Brasil concedeu esse visto através de várias embaixadas, como em Teerã, Islamabade, Ancara. E realmente é lamentável como no regime do Talibã não tem embaixadas do Brasil, para eles poderem chegar lá para pedir a proteção ou refúgio.

O SR. ABDUL RAOUF ANDEWALL –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. KALIL ABREU – Como ele está falando, o pai dele tem muitos contatos com pessoas, porque ele é conhecido no Afeganistão. Até ele colocou umas leis... Como ele é um grande advogado lá, eles ligam direto para pedir o visto humanitário. Como ele é conhecido, então, eu acredito, através das autoridades aqui, tanto no Ministério das Relações Exteriores ou no Ministério da Justiça, para conceder um visto, porque tem tanta gente que está, tipo, na fila de espera, tanto no Irã quanto em Islamabade, no Paquistão, porque no Afeganistão ele está como perseguido e está pedindo refúgio, então tem que ir para outro país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, através disso, ele que está com a família aqui, os filhos, a mulher, eu acredito que pode ter alguma solução, que o Governo brasileiro pode tomar uma ação agradável para essas pessoas que estão na espera para o visto humanitário.

O SR. ABDUL RAOUF ANDEWALL –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. KALIL ABREU – As pessoas que estão sendo perseguidas estão pedindo uma proteção e ajuda. Ele espera que o Governo do Brasil, o Governo brasileiro possa tomar uma frente como um país de braço aberto para todas as nações.

Muito agradecido a todos.

O SR. ABDUL RAOUF ANDEWALL –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. KALIL ABREU – O procedimento da situação de visto humanitário está em demora, demora bastante. Tem gente que está esperando há mais de um ano. Na verdade, é da seguinte forma: quem tem necessidade não recebe; quem não tem, às vezes, leva sorte de conseguir o visto humanitário. Lamentável que está muito demorado e devagar. Tem muita gente que está esperando e fala com ele direto pelo telefone.

Muito agradecido, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado. Eu que agradeço. Qual o nome do senhor?

O SR. KALIL ABREU – Kalil Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Kalil Abreu.

Agradeço ao Sr. Kalil Abreu, ao Sr. Adbul pela contribuição aqui na Comissão. Foi uma tradução um tanto temperada, mas deu para compreender bem aqui a fala do Abdul. Agradeço e digo que esta Comissão vai oficiar o Itamaraty, trazendo essa situação do povo afegão, que aguarda visto humanitário.

A gente tem um compromisso com os migrantes e refugiados no nosso país. Somos solidários também ao povo afegão, que sofre com o regime talibã, e, por isso, todas as providências que forem possíveis e estiverem a nosso alcance serão tomadas por parte desta Comissão. Agradeço ao Abdul e aos convidados aqui presentes.

Senhoras e senhores, pelo avançado da hora, em que pese termos algumas inscrições aqui de internautas que fizeram perguntas, queria pedir à Comissão para que deixasse o *e-mail* de cada convidado à disposição dos internautas que quisessem procurar algum dos convidados. Inclusive, eu mesmo coloco o meu *e-mail* à disposição da Comissão para responder a esses internautas.

Temos aqui um total de seis perguntas feitas: de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Amazonas, Paraná e São Paulo, mas, pelo avançado da hora e já tendo sido iniciado o Plenário da Câmara Federal, eu precisarei encerrar esta audiência pública.

Antes, gostaria de agradecer a cada convidado pelo trabalho que vem realizando em seus estados, por suas instituições que representam, pelo trabalho necessário para o nosso país: de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidado, de acolhimento, de estudos também, de escuta e levantamento de estudos de dados, para a gente poder avançar com as políticas públicas.

É dessa forma que nós acreditamos que vamos conseguir acolher melhor, ouvindo cada um, cada uma que chega, que busca no nosso país um asilo, que busca no nosso país um lugar de morada. E esse trabalho que vem sendo realizado por diversas entidades, comitês, fóruns, é um trabalho essencial para que essas pessoas possam enfrentar esse período que, muitas vezes, é o período mais difícil da vida dessas pessoas.

Então, gostaria de agradecer a cada um e cada uma aqui a contribuição dada; a cada convidado, quero dizer que a Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados sempre estará de portas abertas para que a gente possa trazer as pautas mais necessárias, como foi colocado agora há pouco pelo Sr. Abdul, afegão, que vem pedir agilidade na concessão do asilo humanitário, que está emperrado desde o ano passado, e este é o objetivo da Comissão: escutar e tomar providências.

Dessa forma, gostaria aqui de agradecer a cada um e a cada uma. Agradecemos a presença de cada ouvinte que está do outro lado da televisão, no Senado, ou nos acompanhando pelas redes sociais ou pelos canais no YouTube.

Como também não temos o quórum mínimo para deliberação, digo que não temos nada mais para tratar nesta reunião.

Cancelo, então, a reunião deliberativa que faríamos, por falta de quórum, e agradeço a presença de todas e todos, declarando encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. Força aos companheiros da OIM. Contem conosco.

(*Iniciada às 15 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e trinta e dois minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Alan Rick, Paulo Paim, Eduardo Gomes, Sidney Leite e Túlio Gadêlha, e ainda dos Parlamentares Rafael Brito, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Mauricio Marcon, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Sergio Moro, Leila Barros, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Socorro Neri, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle, General Pazuello, Carol Dartora e Reginete Bispo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças. **Participantes:** Juliana Wahlgren, Diretora Fundadora da Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica (REVIBRA); Tunisia Viana de Carvalho, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança e parceira do Grupo de Apoio a Mulheres Brasileiras no Exterior (GAMBE); Raquel Cantarelli, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; Teresa Nunes Shanks, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; Karin Rachel Aranha Mohamed Fayz, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; André de Carvalho Ramos, Procurador Regional da República; Érico Lima de Oliveira, Defensor Público Federal; Lutiana Valadares Fernandes, Defensora Pública Federal; André Veras Guimarães, Diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores; Claudia Grabois, Advogada e consultora especialista em Direitos Humanos, Direito Internacional de Família, Diversidades e Convenção da Haia 28; Natalie de Castro Alves, Co-fundadora do Instituto Nós por Elas; Damaris Cristine Lima Rodrigues, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; Neide Heiniger da Silva, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; e Michele Najara, Coordenadora-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Usou da palavra a senhora Joanna Alencastro, mãe envolvida em caso de sequestro internacional. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, com a participação dos seguintes convidados...

Antes de falar um por um, eu queria me desculpar pelo atraso, teve um atraso no voo, e dizer que eu estou muito feliz de ter vocês aqui. Eu vejo não como o começo, porque há muito muitas e muitos já vêm trabalhando, mas eu acho que é um grande momento de a gente conseguir transformar muita coisa para melhor nesse tema. Eu estou muito empolgada com a nossa audiência.

Então, eu queria falar dos nossos convidados. Com tantas mulheres, são dois homens que estão em primeiro lugar, mas a gente faz essa reverência a eles: André Veras Guimarães, Diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores; André de Carvalho Ramos, Procurador Regional da República, em participação remota; Érico Lima de Oliveira, Defensor Público Federal, participação via Zoom; Lutiana Valadares Fernandes, Defensora Pública Federal, participação também via Zoom; Juliana Wahlgren – falei certo? Acho que não –, Diretora Fundadora da Rede Europeia de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica (Revibra), participação remota via Zoom; Claudia Grabois, Advogada e Consultora Especialista em Direitos Humanos, Direito Internacional de Família, Diversidades e Convenção da Haia 28, participação remota via Zoom; Natalie de Castro Alves, Cofundadora do Instituto Nós por Elas; Tunisia Viana de Carvalho, mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança e parceira do Grupo de Apoio a Mulheres Brasileiras no Exterior (Gambe); Karin Rachel Aranha Mohamed Fayz, mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; Teresa Joyce Shanks Nunes, mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança, participação remota; Raquel Cantarelli, mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; Damaris Cristine Lima Rodrigues, mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; Neide Heiniger da Silva, mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança, participação remota.

Informo também que foram convidados a Advocacia-Geral da União, o Ministério das Mulheres, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e Deborah Silva Oliveira, Fundadora do Coletivo Mães de Haia, que não puderam comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-0612211.

Bom, quero agradecer a presença das autoridades e das mulheres brasileiras que vieram até aqui ou de forma remota, mulheres mães que enfrentam diversos desafios, que atenderam ao nosso convite e se dispuseram a vir a esta audiência pública. Muito obrigada pela presença de cada uma e de cada um de vocês aqui conosco. E eu quero agradecer também a presença dos Senadores que vierem. Quero cumprimentar a nossa pequena Senadora Ivani Boscolo, que é minha suplente, com muita honra, e os demais presentes nesta sala hoje. Muito obrigada a todos vocês.

Eu não posso deixar de levantar e de lamentar a ausência do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério das Mulheres, que não enviaram nenhum representante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo com o convite tendo sido enviado há mais de dez dias pela Comissão. Eu não posso acreditar que não há nenhum servidor público disponível nesses ministérios que possa vir trazer informações sobre as atribuições, sobre o que estão fazendo sobre um tema que tem afligido fortemente muitas mulheres, famílias, muitas mães e dezenas de crianças e adolescentes que precisam de respostas e auxílio do poder público. Infelizmente, tais ausências beiram o descaso com essas famílias e o desrespeito com Deputados e Senadores desta Comissão Mista. Eu, antes de vir para cá, estava no telefone, ligando para o Ministro, para a Ministra, implorando: "Puxa vida, a gente precisa de representante", mas, enfim...

Esta audiência pública é de extrema importância. É a primeira vez que reunimos tantas mulheres para trazerem seus depoimentos, para mostrarem, na prática, suas angústias e pedirem respostas.

Agradeço a parceria de sempre do Itamaraty com a CMMIR e agradeço também aos representantes do Poder Judiciário.

Há pouco mais de oito anos, realizamos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados justamente para discutirmos a aplicação da Convenção da Haia. Aquela audiência pública ocorreu em agosto de 2015.

Os casos dessas mães que fogem da violência e dos abusos cometidos por seus ex-companheiros estrangeiros muito me sensibilizam. Essas mães fogem em desespero para colocar seus filhos em segurança e para se sentirem protegidas em seu país, perto das suas famílias e, depois de muito sofrimento, em vez de encontrarem amparo ao voltarem ao Brasil, essas mães passam a ser consideradas criminosas. Infelizmente, esses casos continuam a ocorrer ao redor de todo o mundo, colocando, além das mulheres, muitas crianças e adolescentes em uma situação extremamente vulnerável.

Tal situação exige de nós, tanto no Parlamento quanto no Executivo e no Judiciário, uma atenção especial para defender os seus direitos. Eu tenho apelado para diversos ministérios, como o Itamaraty, aqui presente, mas, sobretudo, para o Ministério da Justiça e Segurança Pública e para o Ministério das Mulheres que possamos oferecer apoio para essas mulheres, mais especialmente, oferecer proteção para as crianças e adolescentes brasileiros, que muitas vezes não são ouvidos nas suas decisões judiciais, que as obrigam a voltar a viver em um país estrangeiro, sozinhas, com pais, muitas vezes, abusadores e que se valem da Convenção da Haia para retomar sua posição de poder e perpetuar os abusos. Também tenho mantido contato próximo com as instituições que buscam defender essas mães e proteger o melhor interesse para essas crianças e adolescentes, com a Defensora Pública da União, com o Ministério Público Federal e ainda com as associações de mães e de famílias, como as que estão presentes aqui, e esses são unânimes ao apontar que esse sistema precisa mudar.

Neste mês de outubro, ocorrerá em Haia, capital dos Países Baixos, que costumamos chamar aqui no Brasil de Holanda, a 8ª Reunião da Comissão Especial da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, de 1980. Essa será uma oportunidade ímpar para que os países busquem caminhos para reformar a Convenção da Haia e para oferecer maior proteção às mulheres e aos direitos das crianças e dos adolescentes, que não podem continuar sendo as maiores vítimas dessas disputas familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O padrão adotado no cumprimento desse tratado internacional é a devolução das crianças e dos adolescentes, minimizando a sua segurança e a do cuidador principal, que normalmente é a mãe.

Quando os Ministérios das Mulheres e da Justiça não se manifestam e os tribunais brasileiros adotam a posição de retorno a todo custo, não vemos uma política de salvaguarda ou de avaliação de risco para proteger essas crianças, devolvidas sob a égide da Convenção. Tampouco vemos nenhum tipo de acompanhamento dessas crianças para garantir que estejam seguras.

Os riscos, portanto, são muitos, e muito altos. Eu costumo dizer sempre, principalmente por trabalhar com deficiências, que as políticas públicas de prevenção são essenciais. No caso das mães da Haia, é urgente uma política pública robusta de prevenção para justamente evitar que casos de sequestro internacional de crianças ocorram.

Nós vamos ouvir diretamente de algumas mães que vivem esse drama as suas histórias, por isso é que lamento tanto a ausência do Ministério das Mulheres, que seria a principal pasta a liderar esse processo e a defender as mulheres, as mães, que sempre são as partes mais vulneráveis nesse processo.

Eu tenho defendido a criação e a difusão de cartilhas que apresentem, em linguagem simples e clara, quais são os direitos e os deveres de mulheres e também de homens brasileiros que queiram se casar com pessoas de outras nacionalidades.

Precisamos também capacitar nossos servidores públicos, aqui no Brasil e em nossa extensa rede de consulados ao redor do mundo, para conhecerem os direitos e procedimentos relacionados à Convenção da Haia para a proteção das crianças e da sua infância, mas também para salvaguardar os direitos das mães, muitas vezes vítimas de violência doméstica.

Por isso, nosso objetivo em promover esta audiência, em buscar reunir diversos atores – mães, sociedade civil organizada e representantes do Executivo e do Judiciário –, é buscar dar início ao protagonismo brasileiro, com uma posição mais ativa em prol da defesa do elo mais vulnerável, que são nossas crianças, nossos adolescentes e as mulheres brasileiras. Elas são a parte mais frágil e sofrem as consequências disso.

Então, reafirmo o meu compromisso com as medidas necessárias para que possamos construir, juntas e juntos, essa nova agenda. E vamos dar voz às nossas convidadas e aos nossos convidados.

Eu não queria que vocês ficassem tão chateados como eu estou com essas ausências, porque nossa audiência vai ser gravada e nós vamos fazer com que ela chegue a eles. Então, agora já virou um pequeno desafeto que nós vamos ter que consertar. Eles vão ter que se redimir, e com vocês, não comigo.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como temos uma participação expressiva de convidados na presente audiência, convidarei, primeiramente, para tomar lugar à mesa, as Sras. Tunisia Viana de Carvalho, Karin Rachel Aranha Mohamed Fayz, Raquel Cantarelli e ainda, a Damaris Cristine Lima Rodrigues, que está escrito aqui que ia ser remota, mas graças a Deus, ela está presente. (*Pausa.*)

Eu vou começar passando a palavra para a Tunisia, que é uma das mães que está presente, e depois eu passo já para quem está com bastante pressa no plenário remoto, que vai ser a Juliana Wahlgren.

Com a palavra, Tunisia Viana de Carvalho, que é uma mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança e parceira do Grupo de Apoio a Mulheres Brasileiras no Exterior (Gambe). Com você a palavra, Tunisia.

A SRA. TUNISIA VIANA DE CARVALHO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade à Senadora principalmente.

Hoje a minha filha vai completar dez anos. Quando a audiência pública, em 2015, aconteceu, minha filha foi citada, nessa audiência que a senhora mencionou. Eu sou grata por todo seu apoio e acolhimento desde aquela época.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada.

A SRA. TUNISIA VIANA DE CARVALHO – E hoje eu estou aqui para falar por muitas mães. (*Fora do microfone.*)

Obrigada. Ah, perfeito. Ah, o.k. Tá certo, obrigada.

Bem, vou tentar explicar brevemente. Eu tenho muito a explanar aqui.

O que é o Artigo 28 de Haia? "Os Estados signatários da presente Convenção, firmemente convictos de que os interesses da criança são de primordial importância em todas as questões relativas à sua [...] [guarda]; desejando proteger a criança, no plano internacional, dos efeitos prejudiciais resultantes de mudança de domicílio ou de retenção ilícitas e estabelecer [...] [procedimentos] que garantam o retorno imediato da criança ao Estado de sua residência habitual, bem como assegurar a proteção do direito de visita...".

O que significa cumprir Haia 28? Cumprir a convenção é usado constantemente como equivalente a repatriar a criança, mas qual o contexto social que leva uma mãe brasileira a entrar em Haia, seja viajando sem autorização ou praticando retenção ilícita do menor? Como repatriar uma criança reflete nos direitos da própria criança no pós-Haia?

Quais as garantias, ofertadas por outros países, de que a criança tem os seus direitos assegurados? Quais são os interesses superiores de uma criança? O que está em primeiro lugar quando se trata de decidir onde a criança vai morar a maior parte do tempo? A visão do superior interesse da criança é o objeto de várias discussões. Afinal, quem sabe o que é melhor para uma criança específica, além do contexto social maior e do conceito jurídico do superior interesse da criança?

O direito da criança em pronunciar: uma questão de direitos humanos. Acreditar na palavra da criança quando elas são maduras para serem ouvidas e não classificar as mães como alienadoras quando a criança fala em favor de permanecer com a mãe.

O reconhecimento do impacto do abuso doméstico nas crianças, como é bem reconhecido internacionalmente. Inclusive, há países cuja legislação reconhece explicitamente que a exposição ao abuso doméstico pode representar um dano significativo para menores e se apresenta como uma nova defesa contra o regresso em circunstâncias de abuso doméstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma menção à Relatora Reem, da ONU Mulheres. Também saiu, recentemente, um relatório mencionando Haia, diante da denúncia de uma ONG internacional, que se chama Philia. Eu vou retratar aqui para vocês o que de fato acontece com as mães no exterior para que elas cheguem a essa fatídica e trágica Convenção de Haia e a aplicabilidade no Brasil.

A mulher brasileira é duplamente oprimida fora do Brasil, não somente pertence à categoria mulheres, que historicamente são colocadas em posição subalterna em relação ao homem, mas também são do terceiro mundo, racializadas, marginalizadas e sofrem xenofobia. Mesmo no âmbito familiar, muitas vezes são impedidas de falar português com suas crianças, apesar de inúmeros estudos que defendem o bilinguismo como vantajoso para o desenvolvimento neurocognitivo das crianças, como também são impedidas de transmitir outras heranças culturais como arte e culinária brasileiras.

Quando essa mulher brasileira passa a enxergar o ciclo de violência doméstica em que vive e tenta buscar apoio em instituições de assistência social ou de saúde, não o encontra. À medida que as crianças vão crescendo e a violência vai escalando, cresce também o receio de perder o convívio com seus filhos, em caso de separação.

Pode passar essa parte. Obrigada.

Entrou em Haia? E agora? E agora, mãe? Os idealizadores do Artigo 28 da convenção não consideram que um dia as circunstâncias poderiam mudar e que mães talvez fossem fugir com seus filhos para se protegerem da violência doméstica a que eram submetidas.

No contexto atual, a convenção acaba sendo usada como uma arma contra mulheres, tal qual a Lei da Alienação Parental no Brasil. Não há valoração da palavra da vítima nem compreensão do contexto social em que essas mulheres e crianças vivem em outros países. O controle coercitivo pode ser impedido, caso o protocolo de perspectiva de gênero seja aplicado.

O que esses casos têm em comum? A mãe brasileira que fez retenção ilícita do filho que nasceu no Canadá; a mãe brasileira que ficou dois anos retida num barco na Europa; a mãe brasileira que tem um filho autista e sofre violência; a mãe brasileira que fez retenção ilícita da filha com dupla nacionalidade, suíça e brasileira; a mãe brasileira que fez retenção ilícita dos filhos que sofreram violência sexual; a mãe que está de tornozeleira, pois é, uma mãe que teve até o seu direito de ir e vir ceifado; a mãe brasileira que fez retenção ilícita do filho autista e foi presa na Suécia ao retornar, foi espancada, quase veio à óbito e, depois, no dia da guarda do seu filho, o genitor, que requereu a guarda dessa criança, através da Convenção de Haia, estava na África passeando – essa é a realidade das mães; a mãe que sofreu violência, está retida na África do Sul e que em breve vai voltar ao Brasil e abandonar a sua filha, porque está em precariedade financeira.

Protocolo de perspectiva de gênero do CNJ. É muito importante, ter em mente que não existe uma desigualdade de gênero única e universal. Isso porque as experiências de desigualdades são constituídas por inúmeros marcadores sociais que se interseccionam como raça e classe, por exemplo, ou seja, a multiplicidade de opressões opera em diferentes graus e formas sobre as pessoas.

Aqui eu vou deixar um pouco das nossas ações em que nós fazemos um trabalho de pré-Haia, porque a nossa intenção é proteger essa mulher e essa criança para que elas não entrem dentro da Convenção de Haia, porque nós sabemos o quão dolorido é e como o Brasil trata mulheres nessa condição com os seus filhos, é fatal: o trabalho de prevenção é calcado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difusão de informações sobre o Artigo 28, de Haia; o *Got Hagued*, auxílio na preparação da mãe para os processos, bem como apoio psicológico, consultoria aos advogados que trabalham para a compreensão social e a perspectiva de gênero; e, o pós-Haia, que é a parte mais difícil para nós, apoio técnico no processo de custódia, acesso às organizações locais e apoio psicológico.

E do que precisamos? Precisamos de atores do sistema, sejam policiais, advogados, juízes, médicos, assistentes sociais, técnicos periciais e dos conselhos tutelares, enfim, uma gama de profissionais que valorizem a palavra das vítimas, que tenham compreensão dos ciclos de violência e opressão e que saibam ter um olhar com uma perspectiva de gênero para este problema.

A mãe é a base e o laço mais importante da vida de uma criança. Eu deixo aqui um memorial de todas as mulheres com quem nós compartilhamos a dor. Elas passaram por processos de Haia; nós conseguimos auxiliar algumas fora do país para que não caíssem dentro da Convenção de Haia.

Eu tenho mais alguns dizeres, será que ainda tenho tempo disponível?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Tem dois minutos.

A SRA. TUNISIA VIANA DE CARVALHO – Tenho? Vou tentar ser breve.

Eu registrei alguns pensamentos meus quando estava a caminho aqui de Brasília.

O direito internacional público trata das normas e leis que regem as negociações entre países, como pactos e tratados, principalmente de direitos humanos. Já o direito internacional privado é responsável pelo conjunto de normas jurídicas criadas por um Estado ou bloco com a finalidade de resolver os conflitos de leis e espaço, no qual se aplica Haia e o seu Artigo 28, garantindo a efetividade do tratado, mas permitindo ao Estado do Brasil violar direitos humanos de crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente de violência doméstica perpetrada pelo genitor agressor.

O requerente possui ampla defesa disponibilizada pela AGU, acionada pela Acaf, tornando o Estado do Brasil cúmplice da violência, considerada violência institucional. Além do mais, a atuação da AGU torna-se parcial, pois o princípio da reciprocidade não se aplica em outros Estados-membros. Faz-se necessária a contratação de um representante legal no exterior para ajuizar a ação de repatriação, e muitas mães encontram-se em situação de precariedade financeira devido à violência patrimonial perpetrada pelo genitor agressor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TUNISIA VIANA DE CARVALHO – Infelizmente, nesses casos, são desconsiderados tratados internacionais, dentro deles o CEDAW, a Convenção de Belém do Pará para direitos de mulheres e meninas, o Pacto de São José da Costa Rica, o protocolo de gênero e a sua resolução, o ECA e a nossa Carta Magna, a Constituição Federal, que cita o art. 227 sendo enfático sobre o dever de todos em proteger a criança.

E, por fim, recordamos que a inclusão da AGU se deu no período do caso do menino Sean Goldman, em que não havia denúncia de violência doméstica contra o genitor, mas, sim, um imbróglio sobre herança. Então, o Senador estadunidense propôs embargos políticos econômicos contra o Estado do Brasil. Logo o Governo, naquele momento, entendeu que poderia ser prejudicado economicamente e determinou a atuação da AGU em todos os casos de Haia, 28, sem levar em consideração que a maioria dos casos são de mulheres, mães, vítimas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência doméstica, as quais tiveram os direitos negligenciados pelo Estado requerente, tornando o Estado do Brasil um agressor direto de mulheres e crianças, expondo a mesma mediação com denunciados, praticando violência institucional, repatriando as crianças e expondo a violência, situação intolerável.

Diante do exposto, senhores, faz-se necessária uma legislação para casos em que existem violações de direitos humanos, pois eles são inegociáveis, indivisíveis e invioláveis.

Obrigada. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada, Tunisia, pela sua fala.

O Ministro Flávio Dino ligou e já está mandando a Acaf. Então, teremos alguém.

Agora eu vou passar a palavra para Juliana Wahlgren, que não está no Brasil – e tem fuso horário aí. Ela é Diretora Fundadora da Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica (Revibra) e vai participar de forma remota.

Então, a palavra está com você, Juliana Wahlgren.

A SRA. JULIANA WAHLGREN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas, a todos e a todes.

Muito obrigada pelo convite à Comissão Mista e também à Senadora Mara Gabrilli.

Eu falo da Revibra (Rede Europeia de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica) e eu falo da Bélgica. Então, agradeço muito o espaço de poder falar em primeira ordem.

Tenho uma pequena apresentação aqui para vocês. Espero não ser repetitiva.

Eu acho que a conversa de hoje é muito importante para trazer a voz das mães. Então, fico muito feliz de ver Raquel, ver Karin, ver Damaris, ver Neide aqui, porque, se tem algumas pessoas que têm a voz da experiência "técnica", entre aspas, temos outras aí que têm a experiência da vivência, que é tão importante e, quem sabe, mais que a experiência dos advogados e dos atores de terreno.

Trago uma apresentação muito dentro do contexto Brasil-União Europeia, porque, é claro, como a convenção traz uma dinâmica internacional, não podemos limitar a interpretação da Revibra somente no eixo Brasil-União Europeia.

Acho também importante pontuar que a gente fala de um espaço de fala também das Mães de Haia, uma organização mãe-irmã com quem trabalhamos desde 2018, que, infelizmente, não puderam estar aqui hoje por problemas de saúde. Então, a Deborah Oliveira hoje teve que se ausentar. Como toda e qualquer mãe solo, sem família, desamparada não pode cumprir todos os compromissos profissionais, mas estamos aqui para falar com elas e para elas.

Como já foi falado anteriormente na fala da Sra. Tunisia, a Convenção de 1980, que trata sobre o sequestro internacional, dentro do aspecto civil, só quer falar de uma coisa: é do país onde a criança mora, da sua residência habitual e para onde ela deve retornar se a criança passa para um segundo país. Então, é uma matemática muito simples, que, inclusive, é tratada dentro do direito comercial. Se a gente olhar como Haia foi tratada, ela não é uma convenção necessariamente de direitos civis. Ela é tratada neste protocolo de direito comercial, mas não é assim que se vê, como se a criança fosse um ativo dentro das negociações entre países.

Como todos nós sabemos, a convenção tem cinco exceções. A mais conhecida é, realmente, o não exercício efetivo da guarda, da custódia sem o consentimento ou a concordância do pai ou da mãe. Aquele que é mais conflituoso no contexto brasileiro, que é o entendimento do risco grave à criança, do Artigo 13.1.b, porque no Brasil existe uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resistência em se estender e se aplicar e se entender como risco grave à criança não somente o que a gente chama de violência direta, mas também a violência indireta. Há a questão também da tese da criança madura, sobre qual é a idade perfeita para se escutar a criança. Aqui na União Europeia, já temos, inclusive, uma revisão processual que foi feita no ano passado que diz que a idade mínima, ou a idade média, não é nem mínima nem máxima, mas a idade média deveria ser de 12 anos, que serve de exemplo para que crianças possam ser ouvidas de maneira direta pelas autoridades competentes. O Artigo 20, que é um artigo muito pouco utilizado no Brasil, que é a questão da violação aos princípios fundamentais dos direitos humanos. E o Artigo 12.2, que fala sobre a não integração da criança após um ano. Então, a gente não poderia pedir a devolução, o retorno da criança durante um ano. Mas sabemos muito bem, como entendedores da prática e do direito que aqui estamos e dentro desta Comissão, que a teoria às vezes não condiz com a prática. E por isso estamos aqui.

A gente gostaria de pontuar essa conversa dentro de reflexões que nós entendemos, como Revibra, essenciais. O primeiro é que o Artigo 13.1.b não leva em consideração a evolução do entendimento do que é violência doméstica. Então, uma convenção que foi criada em 1980, antes mesmo de ser criada a Convenção sobre Direitos da Criança, que foi feita muito depois, dez anos depois, não contempla toda a dimensão e o subproduto do que seria o entendimento de violência direta e indireta e como afeta as células familiares.

Um outro ponto que eu acredito e que a Dra. Claudia Grabois também vai falar na sua fala é a questão da reserva de gratuidade de representação da Advocacia-Geral da União. Se de um lado a gente oferece gratuidade de justiça para quem começa o processo já no exterior, a gente não dá os mesmos critérios de gratuidade de justiça para quem está no Brasil. Então, se de um lado a gente nem verifica quanto um pai ganha, uma mãe ganha ao iniciar o processo no exterior, no Brasil existem critérios de hipossuficiência enormes que fazem com que essas mães se endividem e que talvez não possam acessar os melhores recursos jurídicos para uma defesa equalitária.

E de um outro lado, que é um aspecto que a gente vai elaborar durante essa fala, é a falta de interpretação profunda da exceção do Artigo 20. A gente fala muito do Artigo 13.1.b, que é a exceção da violência doméstica, mas, se a gente combinar com o Artigo 20, que é a violação dos direitos humanos, talvez o Brasil possa trazer reflexões muito profundas.

Então, vamos pensar o que acontece antes e depois que a criança volta? O que acontece antes de a pessoa voltar? Porque a convenção é feita dentro de um espírito que tudo pode ser resolvido antes de a criança voltar para o Brasil, antes de a mãe decidir voltar para o Brasil. Mas vamos entender, o que acontece antes de a mulher voltar para o Brasil? A brasileira é lida pelos sistemas fora do Brasil. Existe uma proteção efetiva de violência da vítima antes que ela possa realmente se proteger e pedir uma relocação judicial protegida dentro do sistema criterioso que prevê Haia?

Então, vamos lá. Mesmo que Haia preveja que a criança saia do país de residência atual e que tenha que ser com autorização de ambos os pais, quando a gente tenta fazer isso, tanto na conciliação, tanto no reconhecimento da violência doméstica, tanto no pedido de resolução equilibrado para o melhor interesse do menor, isso é tudo invalidado. E aí as mães desesperadas tentam voltar ao Brasil. Quando chegam ao Brasil, acontece, em alguns casos e em outros não, de a criança ter que ser retornada ao país requerente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece no país requerente? Como a questão é feita dentro do espírito de critérios quase comerciais, que a criança é quase uma *commodity*, é quase um produto, a gente não está falando aqui de um bem humano, a gente está falando simplesmente de uma mercadoria, de aplicação pura, simples e objetiva de um tratado, sem pensar no critério humano. A gente tirou da Convenção de Haia todo o aspecto emocional de toda a interpretação judicial.

A criança volta, porque a gente sabe muito bem que o Brasil não se importa com o que acontece antes e com o que acontece depois. O Brasil só se importa com o que acontece no meio. Onde está esse processo? Como a gente interpreta essa execução? E, entendendo as estatísticas mundiais de que 75% das pessoas que são acusadas de sequestro são mulheres, quando a gente entra no recorte migratório, vai entender que quase 90% dessas pessoas são mães migrantes e, se eu puxar mais um pouquinho, dentro das estatísticas de mães migrantes, a maioria é do eixo sul. O que a gente entende aí de desproporção do que é o entendimento do direito humano, da mais-valia humana, do direito fundamental? E aí, quando a criança volta, a gente tem quase um ciclo vicioso. Como a mãe não consegue reconhecer o seu direito no início, ela também não vai reconhecer o seu direito quando a criança volta.

E aí temos alguns aspectos complicadores que poderiam ser muito importantes na análise do Artigo 20, que é a violação dos direitos fundamentais, combinado com o Artigo 13.1.b, mas que são desmerecidos e invalidados pelo Judiciário brasileiro. Começamos pela criminalização do sequestro. Se no Brasil a gente entende somente pelos aspectos civis, no direito europeu – que é o eixo que eu quero analisar –, ele é criminalizado também. Depois nós temos a ruptura permanente das mães com os filhos. E, pior, como essa mãe é lida pelo sistema em tentar se equiparar e acessar novamente os seus filhos? O que acontece é que, nesse percurso de tentar achar rede de apoio e tentar se credibilizar como vítima e documentar a violência, como vamos documentar essa violência física, médica, financeira e ambiental? Em alguns países, com efeito, como o Reino Unido, a discriminação financeira nem faz parte do direito da violência doméstica. E a mental, como a gente documenta? E a assistência depois, como é que ela é documentada? E o apoio jurídico? Quem é que prova? É o acusado ou é a vítima? A gente sabe que na lei é aquele que é acusado que tem que provar, mas, na regra, na prática, é quem está acusando que tem que provar.

E o que ocorre? Nos poucos casos que a gente consegue levar à Justiça de relocação e violência doméstica, as sentenças são muito brandas em causas validadas. E aqui tem alguns exemplos. Temos um caso de 2019, de uma mãe, na Holanda, que, quando pediu a relocação, o pai falou: "Exijo o cancelamento do passaporte brasileiro, não quero elos familiares com nacionalidade fraca" – que é a brasileira. E um outro, um juiz belga, em 2020, em pleno covid, que fala: "Um único tapa na cara não é considerado violência física"; e fala ainda: "Um abrigo para vítimas é um risco de violência à criança". E depois, em 2003 – agora mesmo –, que fala: "A brasilianidade da mãe é um obstáculo ao exercício da maternidade". Isso foi feito no laudo pelo conselho tutelar na Alemanha neste ano.

O que nos leva é esse fenômeno que a gente chama de lacuna do direito, o *justice gap*, que pode ocorrer de maneira combinada ou separada e ocorre em diferentes momentos: ou na abertura da ocorrência de um inquérito, em que ela quer se fazer como vítima; ou durante a investigação, em que a prova é descredibilizada a todo momento, em que o apoio à vítima nunca é dado depois das decisões judiciais, o que é claramente invisível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E no relatório da Revibra a gente vê que os relatórios de violência doméstica são cruzados. A maioria dos casos são de violência psicológica de grande dificuldade de documentação. Nós temos também casos de violência administrativa, que não são reconhecidos em grandes países. A retenção do visto, cárcere privado, a questão da necessidade do visto financeiro para uma mãe ficar com o pai não são vistos como violência em alguns dos arcabouços financeiros dos países europeus. E o que leva? É que na parte de Haia, que nós chamamos aqui de HP, de Haia de prevenção, somente 10% não são vítimas de violência doméstica. A maioria, oito em cada dez mães tentando não entrar na convenção de subtração são vítimas de violência doméstica e se veem amarradas no exterior, dentro de um círculo permanente de violência. E daqueles casos que são judicializados no Brasil, 98% dos nossos casos que foram estudados entre 2019 e 2021, 2022, são casos de violência doméstica ativa.

Mas aonde queremos chegar? Na criminalização da violência, principalmente no Artigo 20. Quero usar quatro países de exemplo. Na Espanha, todos os casos da Revibra deste ano têm pena pecuniária e pena privativa de liberdade. Então, todas as mães que têm que voltar para a Espanha ou têm que ter um bom advogado, que não é oferecido pela assistência jurídica gratuita, porque elas não são residentes, têm que pagar para tentar fazer isso entre 750 euros a 7 mil euros, mais pena privativa. A Bélgica, além de tudo, interdita a mãe de entrar em território, mais a pena privativa de liberdade. A Itália aplica multa, em média, de 10 mil euros, mais pena privativa de liberdade. E a França, que é um combo disso tudo. Então, a gente vê a amplificação de Haia na criminalização quando a mãe fala: "Ah, então, tá bom. Vamos voltar à criança. Basta o acesso". Só que o acesso nunca ocorre. E é isso muito preocupante.

E a gente vem, como Revibra, tentar lembrar que a flexibilização do Artigo 13.1.b é importante. Essa flexibilização já existe dentro do Manual da Convenção desde 2020. O Manual da Convenção já disse que os países têm a liberdade de aplicar a interpretação da violência doméstica dentro do seu contexto nacional. Então, o Brasil já tem essa carta branca.

Um outro contexto é a questão do reconhecimento da criminalização dentro do Artigo 20. Por que a gente só pensa no durante no Brasil e a gente não pensa no antes e no depois? O que acontece com o acesso à criança depois que a mãe volta para cá? Por que o Brasil não avalia isso como risco à criança? Inclusive, a lei australiana e a uruguaia, que foram modificadas recentemente, preveem que o risco à violência pode ser futuro, não somente passado, e a documentação não tem que ser somente perfeita e concreta, pode ser circunstancial. Então, por que estamos bloqueando a documentação e a prova da violência em documentação tão rígida? E, de um outro lado, também a gente gostaria de concluir, a gente não precisa da revisão total da convenção para ser mudada, que é praticamente impossível com 108 países de maneira unânime. Podemos aplicar o Manual da Convenção de 2020, que diz que o Brasil pode ter uma interpretação local e flexível para as exceções da convenção.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, Sra. Juliana Wahlgren. Obrigada pela sua explanação.

Agora eu quero passar a palavra para Karin Rachel Aranha Mohamed Fayz, mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA MOHAMED FAYZ (Para expor.) – Primeiro, eu quero agradecer você, Mara, porque eu não sou uma mãe de Haia. O Egito não é signatário de Haia. Eu sou a única mãe aqui que tive meu filho sequestrado, mas o Egito não faz parte da convenção.

Eu quero corrigir aqui que eu não sou só uma mãe envolvida em um sequestro internacional, mas eu também sou uma vítima. Eu fui vítima do golpe do casamento, do golpe da cidadania, e o meu filho foi levado via terrestre. Ele foi levado pela Ponte da Amizade, que eu falo que é a ponte da inimizade, sem fiscalização, porque eu nunca dei autorização nenhuma de viagem para o genitor.

Eu e o Adam, a gente é vítima, vítima de um criminoso, de um genitor que veio com más intenções, e o meu filho foi levado sem fiscalização nenhuma. Pelo rastreio da Interpol, ele saiu pela Ponte da Amizade; do Paraguai ele foi para Madri; e de Madri ele foi para o Egito. Ele usou o passaporte americano do meu filho também, que tem dupla cidadania. O Adam chegou neste país com 28 dias. O Adam é brasileiro.

Vamos lá, agora. Eu luto há um ano e doze dias com vários órgãos. Primeiro, vou falar do Judiciário, porque o juiz me deu a guarda em 1º de dezembro de 2022, a guarda unilateral do Adam, mais o pedido imediato de volta do Adam – pedido imediato – desde o dia 1º de dezembro. E ele esqueceu de me dar o divórcio, porque o meu nome está aqui, de casada. Há um ano e doze dias, eu ainda sou casada com um sequestrador. A Polícia Federal já tem todas as provas de que o meu filho está no Egito, mas até agora não se encerrou o inquérito. A minha pergunta é o porquê. Por que não foi encerrado? Por falha, não é?

Hoje o Adam é uma criança desaparecida no Egito, sem nenhum tipo de contato comigo. O único contato – agora nós vamos falar de embaixada – que eu tive com o Adam... Eu não tive contato com o Adam. A embaixada conseguiu um contato com o genitor no dia 18 de abril deste ano, de 2023. Eles marcaram em um *shopping* e foi tirada a foto por um funcionário da embaixada.

Eu gostaria, Gabriel, que colocasse aquela foto dele, do pai beijando a boca do meu filho. Você consegue colocar para mim? (*Pausa.*)

Essa foi a foto que a embaixada me mandou. Essa foto é muito importante, ela está na internet, saiu na televisão... Eu gostaria muito que conseguissem colocar.

Foi essa foto. Dia 18 de abril, gente? Próximo do dia das mães. Foi esse presente que eu recebi, e foi o único contato que eu tive, em um ano e 12 dias, com o Adam. Eu não sei onde está o meu filho.

A embaixada sequer checou o endereço de onde está o Adam. Eu não vou nem falar o tratamento que eu tenho com a Embaixada do Cairo, porque não tem condições... Até hoje, todos os órgãos falam assim para mim: "Nós estamos acompanhando o caso". É esse tipo de resposta que eu tenho.

Mas, graças a Deus, a gente tem uma rede de apoio muito grande. Eu não sou de Haia, mas eu tenho amizade com as Mães de Haia, que me dão força, fora seguidores e mulheres que estão ali, que mandam mensagens para mim, diariamente, de força, para eu não desistir. E eu não vou desistir do meu filho. Eu não vou desistir. Eu já falei que eu só vou desistir no dia em que eu parar de respirar.

Depois de falar da embaixada, eu vou ser breve. Hoje eu venho aqui informar a todos os senhores que a Organização das Nações Unidas aceitou o caso do Adam. E a Dra. Andrea

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Romaoli Garcia, representante das Nações Unidas, já entrou com o pedido de uma medida cautelar. Também foi feita uma denúncia no Conselho de Segurança Internacional. E amanhã ela estará avisando, internacionalmente, sobre o caso do Adam.

Sem mais. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

E que isso sirva de exemplo para todas essas mães aqui. Que essa medida seja cumprida. E que o meu filho – eu gostaria que você colocasse o meu filho, aquela foto do girassol... (*Manifestação de emoção.*)

Eu ainda tenho um tempinho, não é? Vamos aproveitar.

E que o meu filho, esse anjinho, essa criança feliz, volte para cá, porque eu estou cheia de amor para dar, e tem uma família toda esperando por ele.

Sem mais. (*Manifestação de emoção.*)

Eu quero que todas vocês tenham seus filhos de volta, porque a gente merece. Nós somos vítimas. Nós não somos envolvidas. Nós somos vítimas.

Quero falar que eu agradeço demais à Mara por este espaço – ela já está acompanhando há um tempo –; à Tunisia, que acompanha desde o começo; à Raquel, que é uma graça – nós estamos juntas, não é, Raquel? Até dividindo o quarto hoje –; e à Damaris, uma fofa, que também está na mesma casa.

E desejo a todas que tenham os filhos novamente; principalmente a Neide, que vai fazer remoto. Eu falo com a Neide todos os dias. Nós nos falamos todos os dias. E o dia que uma não está bem, a outra liga. Isso é muito bonito, porque a força vem de uma para outra. Tantas outras mães, todos os dias, chamam a gente na internet para contar os casos delas, para ver se a gente pode ajudar.

Eu quero que o Adam sirva de exemplo.

Eu vou levantar essa bandeira e ajudar quem precisar.

Sem mais, muito obrigada. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada, Karin.

Eu vou aproveitar a oportunidade e vou chamar a Neide, porque a Neide está na Suíça e também tem uma diferença de horário grande.

Então, com a palavra, Neide Heiniger da Silva, mãe envolvida em casos de sequestro internacional de crianças.

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Olá a todos, boa tarde.

Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Olá?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Estamos ouvindo, Neide.

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão ouvindo? Ai, que bom.

Olá a todos, boa tarde. Eu me chamo Neide Heiniger. Sou mãe da Moara Luna Heiniger, uma mocinha de 13 anos. Vou contar um pouco da nossa história agora, já agradecendo a todos que estão aí para nos ouvir.

Minha filha foi repatriada de São Luís, no Maranhão, no dia 13 de junho de 2023. A gente estava no Brasil já havia mais de quatro anos, e os direitos da Moara foram todos violados.

O Juiz Clodomir Sebastião Reis não quis ouvir a Moara, não deu o direito de a Moara ser ouvida. É muito difícil falar de tudo agora, eu me emociono muito pela situação da minha filha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moara estava dentro do quadro do Artigo 12 e do Artigo 13.b da Convenção de Haia. O juiz Sebastião Reis passou por cima do laudo psicológico, em que estava declarado o risco que Moara estava correndo se voltasse para a Suíça; passou por cima do Ministério Público, que também era a favor de a Moara continuar no Brasil; e ainda mentiu na sentença, falando que o Ministério Público era contra a repatriação da Moara.

Moara foi dopada – porque, como Moara já era uma mocinha de mais de 12 anos, ela sabia de tudo o que estava acontecendo, rejeitava ver o genitor, rejeitava voltar para cá. Não posso falar muito, me desculpem, sobre o momento e sobre, ainda, algumas situações, porque, como todo mundo sabe, eu estou na Suíça lutando pelos direitos da minha filha e estou no meio de um processo no momento.

Quem não conhece a história da Moara pode seguir lá no Volta Moara. Lá estão todos os detalhes, a situação de Moara e nossa situação, a situação dela do momento, a nossa luta.

Graças a Deus posso contar com muitas amigas, com muitas mães, que estão nessa luta junto com a gente, porque o que foi decretado pelo juiz na sentença da repatriação da Moara não foi cumprido. A única parte que foi cumprida foi a de retornar minha filha para a Suíça, mas quanto à assistência, que está na ata da última audiência, nada se cumpriu, que é a ajuda psicológica, a ajuda jurídica quando a gente chegasse à Suíça; e nada disso a gente teve, nada disso foi cumprido.

A única coisa que foi cumprida foi a covardia da repatriação da minha filha. E a situação dela no momento é muito, muito, muito triste. A situação de Moara... Agora, no momento, ela já tem 13 anos, vai fazer 14 anos em fevereiro – está bem perto –, e a gente... Estamos aqui, não só eu como ela também. Ela está determinada a lutar, ela não fecha a boca, ela não para de falar: "Eu quero voltar para a minha pátria. Eu quero voltar para o Brasil. Eu sou brasileira, eu tenho todos os meus documentos". Moara tem toda a documentação dela brasileira: identidade, CPF, tem residência fixa, passaporte, certidão de nascimento.

Então, gente, onde está o corpo brasileiro? Onde estão as leis brasileiras que funcionem, que deem esse apoio para a gente ter as nossas filhas repatriadas, os nossos filhos, sabe? (*Manifestação de emoção.*)

A gente chega aqui, a gente é tachada como uma criminosa. Eu tenho um processo agora na Justiça também, eu estou respondendo a um processo criminal, corro o risco de ser presa, sabe? Estou sendo tratada aqui como uma criminosa, já passei por várias situações que eu... Como eu estou num processo aqui, eu não posso falar muito sobre a parte daqui, mas eu gostaria muito de falar sobre essa injustiça que foi feita no Brasil. Todos os laudos que tinha da minha filha o juiz rasgou. Agora eu gostaria de saber quem vai repor todos os danos por que Moara está passando, todos os danos por que eu estou passando. Mas o ser mais precioso é minha filha. Arrancaram meu coração e eu vim buscar. (*Manifestação de emoção.*)

Eu só saio daqui sem ela se eu for expulsa deste país. E, enquanto eu puder continuar aqui lutando, eu peço ajuda do Brasil, eu peço ajuda dos Senadores, do Presidente, de quem quer que seja.

Cadê? O que foi que o juiz assinou para repatriar a minha filha? Tem alguma ordem? Cadê a ordem dele que disse que era para a gente ter ajuda aqui? Cadê essa ajuda? Cadê o apoio para mim e para a Moara? Nós somos duas brasileiras que estamos aqui abandonadas, passando por xenofobia, não só eu, como minha filha também – ela tem duas nacionalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito triste, sabe? Eu penso, ela defende tanto o Brasil: "Mãe, o Brasil é minha pátria, eu amo o meu Brasil, eu quero voltar para casa". E eu falo: "Filha, eu estou gritando ao mundo, eu estou pedindo ajuda. Eu vou trazer você de volta, eu te prometo".

A Moara não é mais um bebê, ela sabe tudo que está acontecendo. Isso é uma vergonha, sabe? Eu amo o meu país, mas eu me sinto às vezes envergonhada porque a gente não tem apoio. Repatriam crianças e as mães chegam aqui... Meu Deus do céu, vocês não têm noção, a gente é muito machucada, a gente é muito maltratada, precisa de uma força muito grande para você poder continuar de pé, levantar todo dia e lutar para defender a sua pátria, defender a sua filha. Eu luto com a minha filha, não só eu, ela também, ela luta, os desejos dela, ela fala, ela é ouvida, mas não é escutada aqui na Suíça, e isso é muito triste, é muito triste.

Eu morei aqui, mas não tinha o meu direito também de ser mãe, fui para o Brasil. Quando ela chegou ao Brasil, eu fui, com autorização do genitor, eu não sequestrei minha filha. Eu já estava há mais de oito anos sem ir ao Brasil. Minha filha não conhecia a avó, não conhecia a família, e eu implorei que eu a levasse para conhecer. Ela queria muito, só conhecia por internet, e fui depois de oito anos. Quando chegamos ao Brasil, ela não quis mais, ela disse: "Mãe, por favor, nunca mais vamos voltar nesse país" – não só por causa desse motivo de não poder ficar comigo, de não ter o direito de ter a mãe, tem outros motivos também.

Infelizmente, no momento, estou no meio de um processo aqui e não posso falar tudo, mas a minha filha está muito, muito machucada, muito triste, muito abandonada. Eu preciso que alguém faça alguma coisa para nos ajudar a cumprir com o que o juiz determinou, uma lei que funcione. Como ele faz o compromisso de repatriar minha filha sem ser ouvida, sem deixar o direito dela ser respeitado, e não acontece nada, não tem ninguém que se responsabilize? Onde estão os nossos direitos, onde estão os direitos da criança e do adolescente? Onde estão os direitos de a minha filha ter a mãe? Minha filha é brasileira também. Já já minha filha está votando, está votando para gente no Senado, está votando no Governo. Nós não podemos ter ajuda para voltar para casa? A nossa casa é no Brasil.

Fiquei um ano vendo a minha filha por visita monitorada, como se eu fosse uma bandida, duas horinhas durante um ano. Agora estou conseguindo ver minha filha de 15 em 15 dias, a última visita foi semana passada, nesta semana agora que passou. Eu não sei o que vai acontecer agora quando eu for vê-la, o que vai acontecer. Tudo isso por causa de uma injustiça, de um juiz que poderia estar cuidando das crianças, que poderia estar ajudando, que poderia estar protegendo, mas jogou na cova dos leões, jogou para ser maltratada uma adolescente. E nunca vai esquecer isso, ela fala isso para mim: "Mãe, eu nunca vou esquecer o que esse juiz fez comigo, o que ele fez com a minha vida, o que está acontecendo comigo a cada dia. Eu nunca vou esquecer". Isso é muito triste, não só para mim como para várias, várias, várias outras mães que eu conheço, que eu vejo nesse sofrimento. Gente, pelo amor de Deus, isso tem mudar. Ninguém tem noção, só quem passa por essa situação tem noção de você ver a situação do seu filho.

Eu não tinha condição de ficar no Brasil. Eu disse: "Eu vou embora atrás da minha filha o mais rápido possível, eu não consigo viver sem meu coração". E minha filha é meu coração, é minha vida. E eu não saio daqui sem ela.

Eu peço muito, muito, muito que alguém no Brasil nos ajude e faça alguma coisa, que lute junto com a gente, que nos apoie, que apoie Moara, uma jovem que defende tanto a sua pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou expor tudo, quando acabar, desses processos nas mídias, nas redes sociais, para vocês verem o quanto Moara é apaixonada pela nossa pátria, pelo Brasil, sabe? E não tem o respeito, ninguém tem a dignidade de dizer: "Vamos ajudar essa mãe, vamos ajudar essa criança" – não só eu como outras também, não só a minha filha como outras filhas de outras mães também. A gente se sente abandonada, jogada, principalmente quando você está em outro país, falando outra língua, sendo olhada diferente, sendo olhada como uma criminosa. Eu sou olhada aqui como uma criminosa, gente. Vivi com minha filha muito feliz mais de quatro anos no Brasil e agora eu sou tratada como uma criminosa, e minha filha clama por mim dia e noite. Ela quer voltar para casa. Ela já gritou aqui para todos e ninguém ouve. Ela fala, mas eles não ouvem.

Que injustiça que esse juiz fez com minha filha, juiz do Maranhão. Ele fez essa grande injustiça com minha filha, de mandar minha filha para a cova dos leões de novo. A gente já tinha passado por muita situação cruel aqui. Isso tudo foi declarado no laudo psicológico que esse próprio juiz pediu. Ele estava ciente de tudo. Ele estava ciente de tudo que ia acontecer com Moara, com a volta dela para cá, de toda a situação. Ele sabia de tudo. O Ministério Público estava contra. Ele falou que estava a favor. Gente, pelo amor de Deus, como é que um juiz comete um erro desse tão grande com uma adolescente, prejudicando a vida de uma adolescente para sempre? Moara nunca vai esquecer tudo que a gente passou, o jeito que a gente foi pega no Brasil, a crueldade que fizeram com ela e comigo: seis Hilux cheias de Polícia Federal separando mãe e filha, separaram na noite. Às 12 horas da noite, nós estávamos dentro do tribunal de Areinha. Separaram a mim e minha filha. Isso numa sexta-feira. O juiz falou que na segunda-feira eu ia ver minha filha. Eu não vi mais minha filha. Doparam a minha filha e botaram dentro de um avião com o genitor.

Meu Deus, o que é isso? É um filme de terror total, um filme de terror total que nós estamos vivendo, que nós vivemos nesse período de repatriação da minha filha e que nós estamos vivendo até agora. Isso é um filme de terror. Eu não tenho outra explicação, eu não acredito. Às vezes, eu fico, sabe, chocada de a gente estar vivendo uma situação dessa. O que eu mais quero na vida é ajuda para a gente sair daqui, ajuda do Governo, ajuda que foi prometida e não é cumprida. Cadê as embaixadas, cadê os consulados? A gente pede ajuda e ninguém pode fazer nada. Ninguém faz nada por nós. Ninguém liga para a gente, a gente está aqui jogada. E somos duas brasileiras que queremos voltar para casa.

Então, eu deixo aqui meu apelo. Por favor, nos ajude, nos ajude a voltar para casa. Ajude a minha filha. Nós estamos precisando muito, muito de ajuda. Estamos contando só com os amigos, com as amigas, com as mães, com outras mães que se unem. E a ajuda que tem que ser feita não temos. Não temos a palavra de ninguém.

Eu agradeço muito à Mara Gabrilli, que escreveu e já provou nos ajudar. Tenho gratidão demais por ela, que veio aqui à Suíça, nos encontramos, conversamos, e provou de novo. Então, tenho gratidão a ela. O Suplicy também já escreveu uma carta para cá, pedindo ajuda para a gente. E eu desejo que alguém ouça, desejo que todas nós possamos gritar. Meu Deus, é isso. Eu agradeço desde já a todos, agradeço às outras mães que estão aí, agradeço aos que nos apoiam, nos ligamos, nos falamos. Isto é muito gratificante: a gente ter esse apoio.

E eu gostaria muito de pedir que ninguém se esqueça da gente, que ninguém se esqueça das nossas crianças, que ninguém se esqueça de que nós somos brasileiras e que precisamos voltar para o nosso país. Eu peço às leis brasileiras que façam alguma coisa, que mudem essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convenção da Haia, porque são todos violados os direitos das nossas crianças, de nós mães. Quando a gente volta, a gente não tem mais direito, a gente não tem nosso direito de ser mãe, nosso direito de ser mãe acabou a partir do momento em que as nossas crianças são repatriadas. Imaginem o quanto a criança sofre, imaginem o quanto a minha filha sofre. (*Manifestação de emoção.*)

Minha filha é uma adolescente, ela sabe de tudo que está acontecendo, e está num cárcere. Ela não pode falar com a mãe, porque eu sou julgada como uma criminosa; não tem liberdade para ficar comigo, para fazer uma ligação sozinha, quando está na casa do genitor. E agora eu não sei o que vai acontecer depois deste final de semana, em que eu a vi na última visita.

Eu desejo que a gente tenha sorte, que mude, que fique melhor, porque a minha filha não está bem, ela está muito, muito chocada com tudo isso. E eu falo: "Gente, não é fácil, não é fácil". Eu peço a todos que troquem essa lei, façam isso, pelo amor de Deus, porque está acabando com as mães, acabando com as crianças, acabando com a nossa vida, porque é uma luta muito grande, é uma luta muito cruel, é uma dor que não tem como explicar para ninguém, é uma dor muito cruel você ver o seu filho, você ver a sua situação... Você se sente incapaz, porque, quanto mais você luta, parece que mais a situação fica pior quando você está fora. Pelo menos quem está no Brasil pode gritar um pouco mais. Quando a gente chega a outro país, a gente fica muito, muito, muito triste, muito destruída, é muito pesado.

Eu peço a todos que ouçam, que nos ouçam, que ouçam as nossas crianças, que ouçam essas mães que estão passando por essa situação e façam alguma coisa por nós, em outro país. Nós somos brasileiras, nossas crianças também são brasileiras. A gente está aqui pedindo socorro para voltar para casa, a gente está pedindo socorro por ajuda jurídica, a gente está pedindo socorro por ajuda psicológica, e a gente não tem nada. Pelo menos que o consulado fale uma palavra de apoio, que nos atenda, que nos dê um aconchego, a gente não tem aqui. E isso é muito triste.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Neide...

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Isso é muito triste.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Acho que a gente vai ter que encerrar, porque tem mais...

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – ... outras mães para falar.

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Obrigada, muito obrigada a todos. Eu agradeço muito.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Eu tenho que te agradecer por esse depoimento tão emocionante.

É muito importante para a gente saber o que você está vivendo aí, os dramas que você está vivendo aí com a sua filha, com o seu ex-marido, com a madrasta, enfim.

Muito obrigada, Neide.

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Obrigada a você, Mara. Muito obrigada.

Deus te abençoe, continue assim, ajudando essas mães, a nós.

Um beijo grande no seu coração, fique com Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Você também. Beijo.

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Beijo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Agradeço à Neide por esse depoimento.

Eu queria passar a palavra agora para a Raquel Cantarelli, que também é uma mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança.

A SRA. RAQUEL CANTARELLI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer à Senadora Mara Gabrilli pela iniciativa de trazer esta pauta tão importante para ser debatida aqui no Senado e para que, juntos, possamos discutir e encontrar medidas adequadas para solucionar essa realidade tão triste que assombra mulheres e crianças brasileiras que sofrem silenciadas as consequências da Convenção da Haia.

Eu queria pedir para passar um vídeo, o primeiro vídeo, por gentileza.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – Eu não sei se deu para ouvir muito bem os gritos desesperados da minha filha ao ser levada pela busca e apreensão da Polícia Federal.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – Meu nome é Raquel Cantarelli, eu sou mãe da Julia e da Isabella, duas meninas de quatro e seis anos de idade, que se encontram, neste momento, nas mãos do próprio abusador.

Há três meses, elas foram arrancadas aos gritos dos meus braços de uma forma cruel, violenta e desumana. No dia 14 de junho, policiais armados de fuzil nos surpreenderam em nossa casa, às 6h da manhã, para entregar as minhas filhas, que dormiam seguras e tranquilas, a um agressor.

Se puder colocar o segundo vídeo, que foi o momento em que eu soube e que a minha filha soube também que elas seriam levadas embora.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – Esse foi o momento em que ela descobriu que ela voltaria para os braços do próprio agressor dela. Há três meses, as minhas filhas são privadas do amor, dos cuidados e do contato materno. Há três meses, eu não tenho qualquer notícia delas.

Em 2019, após sofrermos violência das mais diferentes formas, retornamos ao nosso Brasil, nos reerguemos, construímos um lar de amor longe de toda a maldade que nos machucava diariamente. Como mãe, não há violência pior do que presenciar a sua própria filha, na época com apenas dois anos de idade, ser abusada pelo próprio pai, aquele que deveria ter como dever maior garantir a proteção e a segurança.

E falando de abuso sexual infantil, é importante salientar que mais de 80% dos casos acontecem no âmbito familiar. Eu sei, é ruim, dói, machuca. E muitos preferem se calar e fazer de conta que essa realidade não existe até acontecer com o seu filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recentemente assisti ao filme O Som da Liberdade e me surpreendi em saber que existem mais pessoas sendo escravizadas hoje do que na própria época da escravidão. Em sua grande maioria, crianças entregues aos seus abusadores.

Segundo dados da Care, que é uma instituição irlandesa que cuida de crianças vítimas de violência sexual, uma em cada cinco crianças são abusadas naquele país. Duas dessas crianças são minhas filhas.

Ser vítima de violência em nosso país é muito difícil. Ser vítima de violência na condição de mulher brasileira imigrante é muito pior. Ela vem acompanhada da xenofobia, da violência de gênero, da violência institucional.

Escutar que a solução estaria em buscar proteção naquele país não me parece a melhor alternativa neste momento, visto que eu tentei e tentei muito, de todas as formas possíveis, me proteger e proteger as minhas filhas. Fui, diversas vezes, negligenciada. Após narrar as situações de abuso e violência que vivenciamos para uma enfermeira do centro de saúde, eu passei a ser ameaçada. Tive dinheiro, todos os meus documentos, incluído o passaporte das minhas filhas, furtados da minha bolsa pessoal. Meus *e-mails* e redes sociais foram invadidos, impossibilitando a minha comunicação e dificultando qualquer pedido de socorro. A minha linha de telefone foi cortada, e a internet de casa, suspensa.

Com a ajuda de uma vizinha, eu consegui um sinal de internet e encontrei um número de emergência destinado a brasileiros em situação de risco, da embaixada. Após verificadas as informações, foi enviada uma autoridade consular, que nos retirou de uma situação de cárcere privado, na qual eu me encontrava com as minhas filhas, uma delas ainda em fase de amamentação. Nós fomos até a delegacia, eu fiz um boletim de ocorrência, que durou mais de uma hora e meia, em presença de autoridades da embaixada brasileira, que, ao final, solicitou que fosse disponibilizado um abrigo de emergência, para que eu pudesse ser encaminhada com as minhas filhas. Foi informado, em tom de ironia, que não havia vaga para nós.

Então, a Tina, uma senhora irlandesa de coração gigante, que eu conheci na época em que fazia trabalhos voluntários, nos abrigou em sua casa. E, ainda na delegacia, a embaixada informou o endereço ao qual seríamos levadas, para que não fosse configurado sequestro.

No dia seguinte, ainda muito assustada, eu acordei, procurei uma ONG que cuida de mulheres vítimas de violência doméstica, chamada Women's Aid, e uma outra que cuida de crianças vítimas de violência sexual, a Care. Nesse mesmo dia, eu recebi uma intimação do próprio genitor, via WhatsApp, para comparecer à corte na segunda-feira de manhã, tudo arquitetado, sabendo que eu estaria sem documentos, sem dinheiro e sem tempo para conseguir um advogado.

Eu entrei em contato novamente com a ONG e foi agendada uma audiência especial, com o juiz, que me deu uma medida protetiva contra o genitor das minhas filhas. Ao comparecer à corte, a embaixada foi proibida de me acompanhar e de prestar qualquer amparo. A juíza ignorou a medida protetiva fornecida pelo juiz e disse que aquilo, para mim, não representava nada. Ela ordenou que as crianças retornassem imediatamente para a casa do agressor. Eu disse que eu estava com medo de voltar, que eu havia sido ameaçada e ela me disse que eu não precisava voltar, mas que as crianças retornariam para a casa onde uma delas foi abusada. Eu disse que eu ainda amamentava a minha filha, de apenas sete meses de vida, que o leite materno era a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua principal fonte de nutrição. Ela, então, me disse que o genitor poderia, nesse caso, encontrar uma outra mulher para alimentar a minha filha.

Como mãe, mesmo com medo, eu decidi voltar, porque eu jamais abandonaria minha filha. E foi então que vivemos os piores momentos das nossas vidas, situações de pânico e terror, como passear de carrinho com as minhas filhas, dentro do condomínio, e ele dirigindo, em alta velocidade, jogar o carro em cima de nós. Humilhação, ameaças, era essa a situação da casa para que fomos obrigadas a voltar. A comida apodrecendo, tudo sujo e sem condições de moradia.

Quando questionei sobre a falta de comida, ele me dizia que, se fosse eu, não me preocuparia com isso, pois eu não saberia o que tinha dentro e que seria fácil dizer que eu havia me matado, que eu não passava de uma imigrante e que eu não teria ninguém para olhar por mim. Eu era assombrada, dia e noite, com medo de acontecer algo comigo e não saber quem olharia pelas minhas filhas. (*Manifestação de emoção.*)

Ele colocava bilhetes de ameaça de morte no quarto onde eu dormia com elas e, diversas vezes, eu alimentava a minha filha com comida que era passada por cima do muro pela vizinha.

Eu chamei a polícia algumas vezes, a vizinha também, mas ao chegarem a casa e se depararem com a situação, os policiais diziam sempre a mesma coisa, que sentiam muito, mas que não podiam fazer nada.

Retornar àquele país e acreditar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – ... que eu serei defendida? Eu não acredito. Eu sou uma mãe lutando contra dois países pelo simples direito de amar e proteger as minhas filhas.

A violência parecia não ter fim. Na Irlanda, não houve uma investigação efetiva. Somente as assistentes sociais o questionaram e ele, obviamente, negou. E, com isso, elas decidiram simplesmente encerrar o caso.

Com a ajuda das autoridades brasileiras, da Polícia Federal, do Itamaraty, das embaixadas, eu finalmente consegui os documentos para retornarmos ao Brasil. Depois do nascimento das minhas filhas, foi a melhor sensação que eu experienciei até hoje: a sensação de liberdade, de estar de volta aqui à minha pátria. (*Manifestação de emoção.*)

Nós chegamos de volta aqui, escoltadas pela Polícia Judiciária do Porto, que, constatados todos os fatos e todas as provas, nos ofereceu a segurança de um retorno seguro.

Nós vivemos aqui durante quatro anos. Eu enfrentei o doloroso processo de Haia, que se iniciou com um comunicado da Acaf. Eu pude contar com uma excelente defesa da Defensoria Pública da União da primeira instância. Eu participei de audiências, entreguei pessoalmente os nossos passaportes para a Justiça Federal, e me certifiquei sempre de que meus dados estavam atualizados. Depois de quatro anos, foi decidido pela juíza principal que ao nosso caso se aplicaria o Artigo 13 da Convenção de Haia, que desobriga as autoridades do Estado envolvido de ordenar a repatriação quando existe risco grave de a criança ficar sujeita a perigo de ordem física, psíquica ou, de qualquer forma, ficar numa situação intolerável.

Com essa decisão, eu entrei com o pedido de guarda das minhas filhas pela Justiça estadual e foi definido, juntamente com o Ministério Público estadual, que fosse fixado, em caráter de emergência, a guarda unilateral das minhas filhas e suspenso o direito de visita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paterno, pelo risco que ele oferecia. Finalmente, eu pude respirar aliviada, para mim todo o pesadelo havia chegado ao fim. Ledo engano!

As minhas filhas são lindas, são saudáveis, carinhosas e tinham uma vida feliz aqui no Brasil, totalmente adaptadas, estudando, fazendo aulas de balé, de judô, tinham uma rotina preestabelecida, um lugar seguro e um lar de muito amor. Na decisão que culminou na busca e apreensão não foram levados em consideração um parecer do Ministério Público, da perícia técnica da Polícia Federal, da juíza de primeira instância, do parecer da assistente social, da juíza do processo estadual, do Ministério Público Federal, das medidas protetivas dada por um juiz irlandês, do relato consular e todas as outras provas que estão contidas nos atos do processo, constando toda a violência, tudo ignorado pelo TRF2, do Rio de Janeiro.

O genitor recorreu da decisão. Eu não fui informada, não fui intimada, não soube de nada e não tive o mínimo de defesa e sustentação oral por parte da Defensoria Pública da União em segunda instância. Eu fui surpreendida por uma decisão abrupta, provisória e que não respeitou o prazo de interposição de recurso pelo Ministério Público Federal.

Hoje estou aqui clamando por justiça, pois, mesmo depois de tanto, eu continuo acreditando na Justiça do meu país, em nossas leis de proteção à criança, de dignidade e direitos humanos, que as minhas filhas foram e estão sendo privadas. (*Manifestação de emoção.*)

E me dói ver, no meu processo, um magistrado afirmar que a Justiça de lá é melhor do que a daqui. Ele falou isso, esse foi um dos argumentos utilizados para a decisão de um desembargador que foi a favor do cumprimento da Convenção de Haia, ignorando a violência que eu e minhas filhas sofremos.

A Julia e a Isabella têm apenas quatro e seis anos de idade e já passaram por tanta coisa, elas não merecem tanto sofrimento.

A convenção é necessária, mas é preciso... (*Manifestação de emoção.*)

É preciso que seja averiguado, isso é desumano e fere as regras de direitos humanos e de proteção à criança. Eu acredito que devem ser mais bem analisadas e respeitadas as regras de exceção ao retorno, pois não retornar a criança também é cumprir a convenção.

Eu acredito também que deveria ser revisada a atuação da AGU em casos que envolvem violência. Eu não acho justo que criminosos não nacionais se utilizem da convenção para continuar perpetuando a violência e atingindo as mães em seu ponto mais fraco, os seus filhos. Ao utilizar da Convenção de Haia, os criminosos se tornam vítimas, passam a ser chamados, em nosso país, de genitores abandonados e são acobertados pela melhor defesa deste país, a Advocacia-Geral da União, muitas vezes contratando além, com os seus muitos euros e dólares, um ótimo e caro escritório de advocacia como assistente, tendo, assim, duas defesas dentro de um processo. Enquanto nós mães brasileiras sozinhas, com seus filhos, buscando oferecer o melhor para eles, contamos apenas com a Defensoria Pública, que conta com ótimos advogados, mas, como todos nós sabemos, eles estão sobrecarregados com inúmeros processos e impossibilitados de oferecer a atenção que casos tão sensíveis como esse necessitam e acabam deixando a desejar, como aconteceu comigo em segunda instância, e o resultado é um processo desigual e injusto para nós.

No meu processo, um dos desembargadores compara a minha história com a de um filme, e eu gostaria que fosse, desembargador, mas, para mim, é um pesadelo em que eu vivo acordada. A Justiça nem sempre acerta e dessa vez ela falhou muito com as minhas filhas, só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ainda há tempo de reparar. A minha vida se transformou em uma missão de busca para reencontrar as minhas filhas. (*Manifestação de emoção.*)

Não tem sido fácil, mas eu tenho a certeza de que vamos estar juntas novamente, e o que vai definir se vai ser daqui a um mês ou daqui a um ano é a minha capacidade de continuar lutando e acreditando, mas também contando com a Justiça aqui do nosso país para pedir a repatriação das minhas filhas, amparada pela exceção do Artigo 13 da convenção, minimizando, assim, toda essa dor que foi causada a dois anjos que não mereciam tanto sofrimento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – Eu seguirei firme com a certeza de que o melhor está sempre por vir. Antes de elas irem, eu prometi que a mãe daria um jeito e que estaríamos sempre juntas. E eu sei que, de onde elas estiverem, elas estão acreditando, e eu vou cumprir a minha promessa.

Eu queria dizer que eu não sou mãe de Haia, eu sou mãe da Julia e da Isabella. Elas são minhas filhas, e eu vou lutar por elas.

Obrigada. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – O Senador Eduardo Gomes veio acompanhar a nossa audiência. E fizeram a foto já, Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO. *Fora do microfone*.) – Fizeram?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Então, eu o convido para acompanhar a audiência aqui um pouco com a gente. Por favor, estamos precisando de Senadores.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO. Pela ordem.) – Cumprimentando a Senadora Mara Gabrilli, minha grande amiga e orientadora no grupo de que nós fazemos parte aqui de temas sensíveis, registro a minha solidariedade e o meu compromisso de recolher na Comissão todas as informações que foram dadas acerca do tema.

A gente vive, neste momento, no Senado, uma série de funcionamentos simultâneos de audiências públicas – eu estava em outra, vim aqui –, mas eu vou me inteirar do tema, Senadora, e você tem o meu mesmo compromisso das nossas causas para ajudá-la. Em determinados temas, a Senadora Mara nos orienta. Assim tem sido nesses cinco anos, e não vai mudar. Então, conte comigo.

Eu não vou poder ficar, porque eu vim aqui para que você tirasse a foto, mas vou pedir já à assessoria e vou pegar com a consultoria todas as informações. Você tem minha luta junto com você e com vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – O Senador Eduardo é um parceirão de tudo, do que diz respeito à pessoa idosa, à pessoa com deficiência, à pessoa com doença rara, tem um coração enorme e é um grande parceiro.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – E nós queremos você nessa causa. A gente precisa de Senadores sensíveis como você.

Essa foto não tem mais jeito? Já a tiraram? (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

Obrigada, Senador. Obrigada mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar a Damaris Cristine Lima Rodrigues.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO. *Fora do microfone*.) – Posso tirar a minha foto histórica?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Por favor. Por favor.

Com tanta mulher bonita nesta mesa...

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO) – Estou junto.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Damaris Cristine Lima Ribeiro, você tem a palavra. Ela é outra das nossas mulheres que foram vítimas de sequestro internacional dos seus filhos.

A SRA. DAMARIS CRISTINE LIMA RODRIGUES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Mara Gabrilli.

Quero agradecer pela oportunidade de estar aqui hoje falando sobre esse assunto que assola tanto as mulheres, as mães brasileiras.

Agradecer à Mara por ter abraçado a minha causa, por estar me ajudando.

Bom, eu tive... A minha filha, hoje com 7 anos, ela os completou ontem, dia 2 de outubro... Eu tive minha filha subtraída do Brasil pelo pai sul-coreano, levada para a Coreia do Sul, no ano passado. Eu estou, há um ano e seis meses, lutando para repatriar a minha filha para o Brasil. Infelizmente, eu não tive ajuda da Justiça brasileira, do Governo brasileiro. Eles não deram suporte à minha causa. Eu tive que entrar com o processo na Coreia do Sul para o retorno da minha filha ser aprovado e, infelizmente, hoje eu estou há um ano e seis meses longe da minha filha, sem contato algum com a minha filha. O genitor faz uma alienação parental muito grande.

Um ano e seis meses nessa luta, nesse sofrimento e, assim... (*Manifestação de emoção.*)

E, assim, para mim, é um sofrimento muito grande estar longe da minha filha, não ter um suporte e eu gostaria de... (*Pausa.*)

Ah, eu não tenho o que falar. Fiquei nervosa. (*Pausa.*)

Foi um relacionamento que eu tive com o genitor, um relacionamento abusivo. Eu me separei, fui vítima de agressões físicas, psicológicas, abuso patrimonial. Eu não tinha forças para sair de um relacionamento por causa da minha filha, por pensar na minha filha.

Depois de quatro anos de um relacionamento, eu consegui e saí e fiquei dois anos e meio com a minha filha, até o genitor vir ao Brasil e sequestrar a minha filha, furtar os documentos da minha filha, sair, levá-la e, simplesmente, dizer para eu esquecer que eu tinha filha. E, assim, hoje ele teve a chance de recorrer no país dele da sentença que foi favorável a mim. E eu estou aqui, lutando para a repatriação da minha filha e pedindo ajuda do Governo brasileiro, da Justiça brasileira, porque eles em nenhum momento pediram o retorno da minha filha. Simplesmente, pediram para eu entrar com um processo na Coreia do Sul. E foi o que eu fiz, porque a Justiça brasileira, o meu país, não me ajudou em nenhum momento. Eu fui na Defensoria Pública. Eles, simplesmente, disseram que não tinham advogados especializados no meu caso.

Então, é uma injustiça com todas nós mães que lutamos para ter nossos filhos perto da gente.

Então, eu só queria que essa lei, essa Convenção fosse revista, porque nós mães, a gente precisa dos nossos filhos perto da gente. Os direitos humanos precisam estar do nosso lado e, em nenhum momento, a gente teve isso ou tem isso.

Eles simplesmente lavam as mãos para o nosso caso. É isso. Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Unilateral.

A SRA. DAMARIS CRISTINE LIMA RODRIGUES – Eu tenho a guarda unilateral da minha filha. Tenho. Ele simplesmente levou a minha filha. E detalhe, ele ganhou a guarda da minha filha na Coreia do Sul. Eu não tive defesa alguma, ele simplesmente ganhou.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Mas agora você ganhou também. Ela vai voltar com a sua filha.

A SRA. DAMARIS CRISTINE LIMA RODRIGUES – Vai sim. (*Manifestação de emoção.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Bom, eu queria pedir licença para as outras mulheres que estão inscritas, porque a Lutiana Valadares Fernandes, que é Defensora Pública Federal, tem um horário e gostaria de falar.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora. Boa tarde a todos. Agradeço o convite da Senadora Mara Gabrilli e da Comissão Mista, na pessoa de quem eu cumprimento todos as membras e membros da mesa e todas as pessoas aqui presentes, especialmente as mães.

Vocês estão me escutando bem?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Está bom.

A SRA. LUTIANA VALADARES FERNANDES – Está bom? Ah, então, está ótimo.

Eu sou Lutiana Valadares Fernandes Barbosa, sou Defensora Pública e estou atualmente coordenando o grupo de trabalho nacional da Defensoria Pública da União, Grupo de Trabalho de Migração, Apatridia e Refúgio, e também sou ponto focal do Grupo de Trabalho Mulheres. A DPU trabalha diuturnamente prestando assistência jurídica e promovendo os direitos humanos.

Nos últimos anos, a gente tem observado esse fluxo migratório crescente e o surgimento de famílias que transcendem as fronteiras nacionais. Nesse aspecto, o deslocamento transfronteiriço de crianças e adolescentes pode levar a situações de conflito. A Defensoria Pública da União tem uma cartilha de educação em direitos elaborada pelo Grupo de Trabalho Mulheres sobre o sequestro internacional de crianças, que tem justamente essa lente de gênero. Vou falar um pouquinho da atuação da DPU e depois vou passar para a questão da lente de gênero.

A DPU atua na Justiça Federal na defesa das pessoas que não têm condições financeiras de contratar um advogado. Nesse caso, tanto mãe quanto pai ou outro responsável legal pela guarda que forem acusados da subtração ilícita de crianças podem procurar a DPU para promover sua defesa no processo judicial movido pela AGU. A defesa para impedir o retorno é bem específica e deve estar de acordo com as hipóteses da própria Convenção que irão obstar o retorno ao país de residência habitual.

A Defensoria incentiva a resolução dos casos por meio de mediação ou conciliação, de forma a estabelecer um ambiente amistoso para as crianças. E aqui, rememoro que a Convenção de Haia prevê que aquele que não exerce efetivamente a guarda ou direito de visita não pode ter o pedido julgado a seu favor e que, além disso, os artigos 12 e 13 da Convenção listarão as hipóteses de metas importantes para o impedimento do retorno, dentre elas: mais de um ano, quando a parte requerente demorar mais de um ano para fazer o pedido de retorno, é possível demonstrar que a criança já está integrada em seu novo meio, ou seja, já frequenta escola, já tem amigos, enfim, já criou laços importantes no país; a questão do risco grave, em que não será determinado o retorno quando existir um risco grave de a criança, no seu retorno, ficar sujeita a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perigos de ordem física ou psíquica, ou, de qualquer modo, ficar em uma situação intolerável; e a questão do desejo da criança, quando a própria criança, com idade e maturidade suficientes, se opor ao retorno.

E aqui é preciso considerar o seu grau de desenvolvimento e as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina oitiva obrigatória do maior de 12 anos, e sempre que possível, da criança quanto a assuntos que lhe digam respeito.

E agora eu vou falar um pouquinho da questão da lente de gênero. As disputas em razão da eventual ocorrência de sequestro internacional de crianças têm que levar em conta as especificidades próprias da análise a respeito da igualdade de gênero. E a respeito aos direitos das mulheres nos países de... (*Falha no áudio.*)

... o consentimento do ex-companheiro ou cônjuge para garantir sua regularidade migratória.

Assim, quando as mulheres são acusadas de sequestro internacional de crianças, é necessária uma análise pela lente de gênero, ou seja, conferindo uma especial atenção a questões que podem... (*Falha no áudio.*)

... estar relacionadas à desigualdade de gênero e combater todas as formas de violência contra a mulher, seja ela física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. A Convenção de Haia, infelizmente, não faz referência explícita à hipótese de violência doméstica, mas deveria fazer. A violência doméstica causa danos profundos no ambiente familiar, atingindo todos e todas que de alguma forma são expostos a essa vivência.

Nesse sentido, a sua ocorrência caracteriza a hipótese de não retorno da criança, pois se enquadra no art. 13 referido, expondo a criança a perigos de ordem física ou psíquica ou, de qualquer modo, a uma situação intolerável. Ainda que seja demonstrada a violência apenas contra a mãe e não haja violência física contra a criança, é possível caracterizar a violência psíquica e o ambiente intolerável.

Assim, essas questões específicas de gênero envolvem também a temática da disputa internacional relacionada à subtração de crianças, devendo ocorrer um olhar atento para que essas percepções não acentuem a desigualdade, a misoginia e o machismo enraizado em muitos dos países, inclusive no Brasil.

Eu agradeço aqui a oportunidade de falar sobre esse tema tão relevante, a oportunidade de ouvir tantas mães e suas histórias, e coloco a Defensoria Pública da União à disposição nesse debate, para que a gente possa sempre enfatizar a necessidade de uma lente de gênero e de um julgamento com perspectiva de gênero para as mulheres acusadas de subtração internacional de crianças.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, Lutiana.

Eu queria passar a palavra agora para Teresa Joyce Shanks Nunes, que também é uma mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança, e ela vai participar de forma remota.

A SRA. TERESA NUNES SHANKS (*Por videoconferência*.) – Boa tarde. Conseguem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA NUNES SHANKS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Senadora Mara e a todos presentes.

Boa tarde.

Meu nome é Teresa Joyce Nunes Shanks. Tenho 55 anos de idade. Morei 30 anos nos Estados Unidos. Com muita luta e muito esforço próprio construí por lá uma vida. Em 2018, deixei para trás a minha casa nos Estados Unidos, tudo o que estava dentro dela, o meu carro na garagem, e a minha mãe ficou com o meu irmão, pois ela não tinha condições de saúde para poder me acompanhar.

Deixei dois PETs muito queridos, todos os meus amigos e um emprego excelente para trás. Eu vim ao Brasil com os meus dois filhos e apenas algumas malas. Decidimos permanecer no Brasil, próximos à nossa família, porque a vida nos Estados Unidos havia se tornado insuportável e perigosa. Deixei tudo para trás para começar do zero, porque lá a minha vida se tornou um pesadelo.

Fazia três anos que eu havia me divorciado de um estadunidense. Eu respeitava o direito dele às visitas e, como ele não sabia dirigir, eu levava e trazia os nossos filhos até ele a cada 15 dias, para passarem o fim de semana. Ele sempre teve as suas manias. Mas eu descobri que o meu filho mais novo – quando teve condições de explicar para mim o motivo de ele não querer visitar o pai e o porquê ele urinava nas roupas quando chegávamos próximos à casa do pai dele, e vomitava, e me segurava e implorava para não entrar no apartamento do pai – estava sendo abusado.

No início eu pensava – entre aspas – "que eram abusos psicológicos, físicos." Mas com o tempo e a maturidade do meu filho, os abusos sexuais também foram revelados por ele. A minha filha mais velha, que, naquela época, tinha 12 anos, e ia sempre junto com o irmão nessas ocasiões, nas visitas, confirmou muitas das coisas que o meu filho mais novo dizia. Infelizmente, após tentar por diversas vezes procurar ajuda na Justiça americana, os meus filhos não foram ouvidos, não foram respeitados; e, ao contrário, fomos ameaçados.

Já aqui no Brasil, no processo de Haia, fui acusada de sequestrar os meus filhos. O meu ex, o genitor, conseguiu contratar os serviços de uma equipe de advogados particulares, especialistas na área, para representá-lo. Ele tem também o acompanhamento e todo o suporte da Acaf e da AGU. Além disso, ele tem direito garantido no Brasil, apesar de não ser brasileiro, à gratuidade completa de Justiça. Eu não tenho esse direito. Apesar de ser brasileira, a ADPU não pode me representar porque meu salário de professora é um pouco acima do máximo de dois mil e poucos reais que eles requerem para hipossuficiência. Ademais, apesar de ser um processo comum na vara civil, o genitor pediu que colocassem uma tornozeleira eletrônica em mim e passei mais de um ano com ela no meu pé.

Quais são as provas que temos no processo de Haia contra o genitor? Temos o laudo do Conselho Tutelar comprovando os abusos; três relatórios da vara – um da pedagoga com a assistente técnica... com a assistência social – desculpe-me! –; com a psicóloga perita, todos produzidos com estudo minucioso do meu filho mais novo. Temos o depoimento acolhedor de mais de três horas da minha filha mais velha; e temos um laudo, que eu trouxe comigo dos Estados Unidos; temos duas cartas escritas a punho por meus filhos ao juiz; temos o parecer contra o genitor preparado pelo Ministério Público do meu estado; temos o parecer de 17 páginas contra o genitor, preparado pelo Ministério Público Federal; e também agora, por fim, a sentença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorável a mim, do juiz federal na primeira instância. Todos esses que eu acabei de citar mantiveram que existe exceção a retorno, ou seja, existem exceções a Haia. Eu não sou sequestradora, eu sou mãe protetora.

Após o depoimento acolhedor da minha filha, adolescente de 16 anos, sobre os abusos sofridos do genitor, o Ministério Público Federal e o juiz determinaram que o genitor não poderia ter contato com os filhos durante esse processo de Haia aqui no Brasil, mas o advogado da União, após ouvir esse depoimento acolhedor, simplesmente concordou com o advogado do genitor. Por onde anda o Estatuto da Criança e do Adolescente nesses momentos? Por onde andam os direitos humanos garantidos na Constituição Federal? Por onde anda o protocolo de gênero?

Os meus filhos estão com 17 e 12 anos. A mais velha completará 18 anos em sete dias; o mais novo 13, em dezembro. As especialistas no estudo da vara indicaram que o retorno deles aos Estados Unidos geraria neles danos psíquicos inimagináveis. Eles são irmãos, não podem e não devem ser separados. Ambos clamam a quem queira ouvir que não querem voltar aos Estados Unidos e nem conviver de forma alguma com o genitor que abusou deles friamente.

E a Acaf e a AGU, nisso tudo? Infelizmente, provavelmente seguirão o que é, para todos os efeitos, um suporte ao genitor. Provavelmente o ajudarão a seguir adiante para a segunda e a terceira instância. Anos de litigância ainda pela frente, mesmo existindo exceções comprovadíssimas dentro do processo. Por que tanto sofrimento desnecessário para os meus adolescentes?

Estou aqui hoje para expor apenas uma história. Uma história da Convenção de Haia aqui no Brasil, a minha. Mas cada mãe aqui no Brasil e ao redor do mundo tem a sua própria história, a sua própria dor relacionada a essa convenção ou à falta de aplicabilidade dela, no caso de ser ao contrário. Se os filhos forem levados ao exterior, existe o mesmo suporte para elas? É importante notar que essa ação de defender o genitor estrangeiro gratuitamente não tem reciprocidade igual em todos os países signatários dessa convenção.

Eu me sinto entre as sortudas que ainda estou com os meus filhos. Sempre fui e ainda sou cuidadora primária deles. Nunca recebi pensão do genitor. Sempre fui a única a levá-los para a escola, a única a acordar durante a noite para ficar ao lado deles quando estavam doentes, a única a defendê-los de *bullying* na escola, a única a preparar todas as comidas saudáveis e gostosas que eles comiam.

Eu dei a luz e a vida a eles. E continuarei a cuidar e a protegê-los com a minha própria vida, pois sempre fui a cuidadora primária deles.

Portanto, eu carrego esse peso, essa dor, e também esse imenso privilégio.

Grata por me ouvirem hoje.

Agradeço à Senadora e a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, Teresa. Obrigada mesmo.

Estamos trabalhando. Acho que juntas, aqui, somos muito mais fortes.

Eu queria fazer uma alternância aqui da mesa e convidar os outros participantes que estão aqui.

Queria agradecer a essas mulheres maravilhosas.

Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês só nos ensinam, a cada palavra.

Gratidão.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA MOHAMED FAYZ – Nós é que agradecemos o espaço e a oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada, Karin.

Eu queria chamar André Veras Guimarães, que é o Diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores; a Natalie de Castro Alves, co-fundadora do Instituto Nós Por Elas; e a Michele Najara, Coordenadora-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. (*Pausa.*)

Oba!

Gruda mais perto de mim. (*Pausa.*)

Obrigada. (*Pausa.*)

Com a palavra, agora, o Dr. André de Carvalho Ramos, que é Procurador Regional da República.

O SR. ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e a todos.

Vocês me escutam?

Obrigado.

Obrigado, Teresa.

Então, boa tarde a todas e a todos.

Eu inicio cumprimentando e agradecendo o honroso convite à nossa Presidente, Senadora do meu estado aqui, Senadora Mara Gabrilli.

Sempre é uma honra estar nesta Comissão.

Eu vou fazer aqui uma breve apresentação.

Primeiro, uma autodescrição para aqueles que também nos assistem pela internet: sou homem, uso óculos, pele clara, cabelos castanhos. Estou aqui num ambiente com livros atrás de mim, de terno e gravata.

Sou coordenador nacional do Grupo de Migração e Refúgio do Ministério Público Federal; sou também observador, pelo Ministério Público Federal, no Conare; também aqui, como já foi bem mencionado, temos, no Ministério Público Federal, uma atuação tanto na parte extrajudicial, na proteção de direitos humanos, na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mas também na parte judicial, especialmente nessas ações que visam à implementação da Convenção da Haia no sequestro internacional de crianças.

Por aquelas junções dos destinos, sou Professor de Direito Internacional aqui da Faculdade de Direito na Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco, e tive um grupo de pesquisas só sobre a Convenção da Haia.

Aqui, os depoimentos mostram bem, Senador e eminentes e Exmos. membros da Comissão, determinados pontos que talvez mereçam destaque no relatório, e talvez mereçam, então, uma certa atenção da Comissão nas suas atividades que virão.

O primeiro deles diz respeito justamente à necessidade de buscarmos uma perspectiva de gênero, um atendimento àqueles relatos de violência que a Convenção da Haia não foi construída para abarcar. A Convenção da Haia nasce em uma linha de proteção do melhor interesse da criança. Ela nasce em conjunto com a própria Convenção da ONU sobre os Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Criança, que possui um dispositivo expresso. A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança busca justamente evitar esse tipo de ruptura, busca preservar o melhor interesse da criança, e, por isso, a Convenção da Haia foi construída com hipóteses muito restritas, que mantivessem a criança no local do qual a criança foi levada.

Então, por isso os depoimentos.... Toda a minha solidariedade a essas mulheres que sofreram e sofrem essa violência.

A Convenção da Haia, por outro lado, possui uma válvula de escape – vamos chamar assim –, que é o famoso art. 20, que aqui foi mencionado, que estabelece que também a devolução não será autorizada caso venha a violar princípios e direitos essenciais defendidos pela República Federativa do Brasil. Então, esse é um primeiro ponto importante que também tem que ser levado em consideração.

Outro ponto importante que tem que ser levado em consideração, pelos relatos aqui mencionados, é sobre o próprio acolhimento das mulheres, porque estamos falando de um perfil novo. A Convenção nasce em um momento em que o perfil da abdução eram abdutores homens; e hoje o perfil se vê ao contrário, vê-se que são mulheres que retornam ao Brasil e, muitas delas, como aqui bem mencionado, vítimas de violência. Então, há um outro ponto importante que é o retorno dessas genitoras ao Estado no qual a criança tinha residência habitual.

Há, sim, em vários casos, como aqui foi relatado, a criminalização, a criminalização do retorno. Há casos emblemáticos que foram divulgados na mídia brasileira, e isso é importante que também seja levado em consideração na avaliação a ser feita sempre.

E aqui também cumprimento o dileto Dr. André Veras, meu xará, grande especialista, defensor de direitos humanos no Ministério das Relações Exteriores; é sempre uma honra, uma alegria estar em ambientes com o Dr. Veras –, deve ser levado em consideração inclusive na própria avaliação da manutenção de laços da convenção com esse tipo de país que mantém essa criminalização. E por quê? A criminalização leva a uma alienação parental secundária, na medida em que há dificuldade de a própria mãe manter... mesmo que retornem ao estado da residência habitual da criança, há dificuldade. Então, mais um ponto de destaque aí, que deve ser levado em consideração pela Comissão, diz respeito a esse afastamento, que não estava previsto na convenção. A manutenção dessa criminalização, do meu ponto de vista, fere a própria essência da convenção.

E também algo que deve ser levado em consideração é justamente a necessidade de que se assegure, além da inexistência da criminalização, a manutenção dos vínculos, dos laços, no estado que recebe essa criança, fruto da aplicação da convenção. A convenção, então, na minha perspectiva, tem a sua prática, que necessita de uma avaliação constante. Aqui os relatos mostram isso. Há necessidade de se incluir perspectiva de gênero, de se entender violência doméstica, quer seja gerada uma situação que seja o retorno... que gere um sofrimento psíquico, como diz a convenção no Artigo 13, ou que gere uma violação dos direitos essenciais, uma vez que eu interpreto – e escrevo sobre isso – que a Lei Maria da Penha estaria dentro, claro, desses direitos essenciais protegidos pelo Estado brasileiro, o combate à violência contra a mulher estaria dentro desses direitos essenciais do Artigo 20, mas isso é necessário que seja demonstrado nesses processos.

E um último ponto, que talvez seja interessante, eminente Senadora, para uma reflexão, é que o CNJ regulamentou a Convenção da Haia e busca dar celeridade na devolução. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos a Resolução 449 do CNJ, e essa resolução merece também ser aqui debatida, para que se inclua essa perspectiva de gênero, que se estimule, até porque o próprio CNJ tem uma resolução sobre perspectiva de gênero. Então, entendo que é um parceiro, é uma instituição, é um órgão que compõe o Poder Judiciário, de acordo com a reforma constitucional da Emenda 45, e merece, então, também essa reflexão sobre como, de que modo manter aquele espírito da Convenção da Haia, que é uma resolução célere desses conflitos transnacionais, ao mesmo tempo que essa resolução célere não fira direitos, especialmente – como aqui já foi bem mencionado – daqueles que estão sofrendo violência nesses estados da residência habitual.

E, por fim, como se debateu muito a assistência jurídica aqui, é um tema também que me é muito sensível – no Ministério Público Federal nós lutamos muito, inclusive lutamos para que a Defensoria Pública da União tenha cada vez mais estrutura; tem aqui o Dr. Érico, que é também um Defensor Público extremamente combativo –, que também se tenha em mente a necessidade de se assegurar a assistência jurídica nesses estados nos quais há o maior número de relatos de falta de assistência.

Então, temos a Convenção da Haia sobre o Acesso Internacional à Justiça, de que o Brasil é signatário.

Temos condições também de buscar maneiras pelas quais esses relatos nos quais fica evidente que não houve assistência sejam debatidos com as nossas contrapartes, as autoridades centrais, e aqui que tenha um espaço para falar da autoridade central brasileira, que também tem uma *expertise* incrível nessa área, tenha um espaço de diálogo com as demais. Eu estimularia essa reflexão sobre esse espaço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS (*Por videoconferência*.) – ... de diálogo com as demais autoridades centrais, para que esse atendimento que é feito aqui no Brasil, como aqui foi bem mencionado pela Advocacia da União, seja também buscado algo similar nesses estados nos quais há o maior número possível de relatos.

Também acho que é muito importante que tenhamos esses registros, Senadora, esses relatos de maior incidência de discriminação contra a mulher brasileira. Eu atuo há mais de 27 anos na área, no Ministério Público Federal, mas especialmente na área de direitos humanos, e também não entendo que o fato de ser um país desenvolvido não possa passar por conjunturas de xenofobia, não possa passar – vou cumprir aqui meu prazo – por casos nos quais a mulher brasileira é vítima de violência e não tem a resposta adequada. Isso eu entendo que merece registro, merece acompanhamento. Também entendo que a autoridade central tem que ter um papel que seja voltado, claro, para a implementação da convenção, mas voltado também a entender os motivos pelos quais há isso tipo de vinda ao Brasil e buscar justamente, estimular a autoridade central desses países a averiguar por que há esses relatos de abandono, relatos de insensibilidade policial e outros, como foi bem aqui mencionado.

Agradeço de novo. Tentei cumprir meu prazo. O tema é vastíssimo. Estou sempre à disposição, Senadora. O Ministério Público Federal é sempre um parceiro da Comissão Mista, contem conosco.

E deixo aqui o meu abraço a todas e a todos, também aqui pelo YouTube, aqueles que fizeram uma série de perguntas superdifíceis, eu precisaria de um tempo absurdo para tentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responder essas perguntas. Um abraço especial a todas essas valorosas mães que deram seus depoimentos hoje. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, Dr. André, pela sua explanação.

Eu queria chamar o Dr. Érico Lima de Oliveira, Defensor Público Federal, que também está com horário e vai entrar de forma remota.

O SR. ÉRICO LIMA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli, pela acolhida, pelo convite, Senadora pelo estado em que resido, então, sou muito grato aos bons serviços da senhora e por representar o nosso estado aqui. Na sua pessoa, eu cumprimento todos os membros da mesa e todos os presentes na audiência.

O meu tempo também vai ser muito curto. Como defensor, eu quero falar da minha experiência do que foi atender as pessoas que estiveram implicadas na Convenção de Haia. Atendi três ou quatro casos e sempre são casos muito difíceis, a gente está na parte mais humana desse procedimento. A Convenção de Haia foi feita, foi confeccionada, como já mencionado aqui pelo Dr. André e por tantos outros, para não dar uma vantagem unilateral ao *left-behind parent*, ao pai que foi deixado para trás. E essa foi a visão com que a convenção foi formulada.

Então, tanto é que ela tem as suas exceções muito claras. Lá no art. 12, no art. 13, ela define o que é um ato ilícito e diz que são exceções a esse ato as questões envolvendo violência psíquica ou física, entre outras exceções, que são muito poucas.

E na Defensoria nós protegemos a mãe, em geral é a mãe. Pode ser o pai, mas em geral é a mãe que chega até nós e fala o que foi. A gente tenta encaixar numa das exceções. Muitas vezes, não é fácil você comprovar para a jurisprudência brasileira, para o STJ.

Primeiro que o risco deve ser grave e o ônus é todo nosso de comprovar a gravidade do risco. O STJ até falou que as alegações genéricas não servem, não são levadas em conta, mas às vezes a mãe só vem com a roupa do corpo. Não temo como comprovar a ameaça que estava sendo sofrida num país estrangeiro.

Então, para nós, nós alegamos o art. 13, mas é preciso ter em conta que nós temos o ônus. E gera uma carga muito pesada, na minha visão, para quem está defendendo a mãe que às vezes foi vítima de violência física ou psíquica.

Recentemente, o Comitê dos Direitos da Criança, que é o órgão responsável pela Convenção sobre os Direitos da Criança, emitiu uma decisão, acho que em 2022. Acho não, foi em 2022, o caso é JM x Chile, em que cotejou, falou: "olha, apesar de o Estado-parte, que no caso era o Chile, ter levado em conta, ter adotado o procedimento da Convenção de Haia, não procurou proteger o melhor interesse da criança, o interesse maior da criança, que está previsto lá no art. 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança". E nesse art. 3º, deve haver um diálogo entre a Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, e da Convenção de Haia aqui sendo tratada.

O que foi o caso chileno? Houve uma alegação de abdução de criança. A criança no caso tinha autismo e o pai, que ficou na Espanha, foi atrás da criança no Chile. E esse procedimento foi na primeira instância, na segunda instância. Chegou na Suprema Corte, a Suprema Corte simplesmente ouviu as alegações do pai em detrimento do interesse maior da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que comitê sobre os direitos da criança falou? Disse: "a gente não está aqui para rever o processo doméstico, que foi aplicado lá na Justiça chilena. O que a gente quer ver é se o processo que tramitou na Justiça chilena também procurou atender ao interesse maior da criança, que é o princípio que deve reger a tramitação da Convenção de Haia".

Então, deve haver um diálogo entre a Convenção de Haia, o procedimento adotado pela Convenção de Haia, e o princípio da Convenção sobre os Direitos da Criança, porque nem sempre o que foi provado na Justiça está atendendo ao interesse maior da criança.

Então, para finalizar, nós da Defensoria Pública da União temos muita dificuldade com esses casos, porque, na minha visão, a AGU, que está protegendo o tratado, tem, digamos assim, uma sobreforça nesse tipo de situação, porque é como se fosse uma reserva moral, ela diz que está protegendo o tratado, e a gente está protegendo a mãe e a criança, então, nós temos que nos atentar também à Convenção sobre os Direitos da Criança, que foi assinada e ratificada pela República Federativa do Brasil neste tipo de procedimento.

Era essa a minha fala.

Muito obrigado, Senadora e toda a audiência que nos vê.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada. É muito importante a sua participação, da Defensoria Pública Federal.

Eu queria passar a palavra agora para o Dr. André Veras Guimarães, que é Diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra, Dr. André. Obrigada.

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

É uma satisfação e uma honra fazer parte desta Comissão e trazer um pouco da experiência que eu tenho nesse tema para poder contribuir para o melhor encaminhamento do tema.

Eu sou Diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Itamaraty e venho trabalhando, há praticamente nove anos, com os temas da Conferência da Haia, de maneira geral, e com o tema da migração também. Eu vou centrar a minha exposição nas competências do ministério, que são as competências de negociação internacional, a defesa dos interesses brasileiros e também uma outra função do ministério, que é a assistência consular no exterior.

Como todos sabem, a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças foi concluída na cidade de Haia no ano de 1980, e o Brasil depositou um instrumento de adesão a esse compromisso internacional em 1999, passando a vigorar para o Brasil em 1º de janeiro do ano 2000. O depósito de instrumentos de ratificação desta convenção só foi possível ser feito após a aprovação do documento, a aprovação dessa convenção pelo Congresso Nacional brasileiro.

É muito importante sempre lembrar que esta Convenção da Haia, de 1980, que é chamada de Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, é uma das várias convenções que foram firmadas no âmbito da Conferência da Haia, que é um organismo internacional que tem por objetivo aproximar as várias legislações dos países. Ele se chama direito nacional privado, porque o fim dele é buscar aproximar e chegar às várias legislações para que se consiga resolver o problema da jurisdição, ou seja, uma lei de um país ou uma decisão de um país, como ela se aplica em um outro país. E a Conferência da Haia faz isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos convenção sobre o sequestro, nós temos convenção sobre notificação no exterior, nós temos convenção que fala especificamente sobre pagamento de alimentos, temos outra convenção, que todo mundo também conhece muito, que é a da apostila, que simplifica essas várias legalizações, que são necessárias para que um documento feito num país seja utilizado em outro, ou seja, a Conferência da Haia de 1980 é uma entre muitas conferências, muitas convenções.

E a convenção de sequestro, que no Brasil levou o nome de sequestro, nos outros países sempre eles usam o termo de retirada: é uma convenção que tem por objetivo impedir que uma criança seja tirada do seu local habitual de residência e levada para outro país. Sempre o objetivo, a partir do princípio de buscar o melhor interesse das crianças, é impedir e fixar uma jurisdição, ou seja, para que não haja conflito e para que não haja essa prática de retirar uma criança de um local para levar para outro país e nele buscar se escudar na legislação, os países decidiram assinar esse documento.

É claro que esta é uma regra geral: impedir que se retire a criança, mas nós temos uma exceção, duas, basicamente, estabelecidas pela convenção, que são, primeiramente, verificar se há uma grave ameaça à criança. Essa grave ameaça à criança, como estava fechada nesse conceito na convenção, as discussões posteriores também passaram o entendimento de que uma ameaça à mãe também é uma ameaça à criança.

Então, essa seria a exceção à regra, para que uma criança levada para um país não fosse devolvida. A exceção seria a alegação de violência, ou seja, os Estados definem pelo documento que a jurisdição, para as discussões sobre guarda, é a do local de residência habitual da criança, cabendo ao Estado para onde esta foi levada ou retida a obrigação de devolvê-la no prazo de seis semanas. E a exceção a essa obrigação é o art. 13.

Eu lembro que nós ouvimos aqui depoimentos de mães – eu me solidarizo, me compadeço dos casos –, ouvimos casos de mães que sofreram problemas semelhantes com países que não são partes nem da conferência e nem da convenção, ou seja, quando não se tem o recurso da convenção, que é esse arranjo entre os países, a situação se torna ainda mais difícil.

Quando você leva uma criança para o Egito ou para a Coreia do Sul, que foram os casos que nós ouvimos aqui, é preciso contar com outros mecanismos de cooperação internacional, que seja uma tramitação de uma carta rogatória, uma decisão judicial, ou levar a que esse pai ou essa mãe vá brigar, na justiça do país, pela guarda da criança. Eu já vi outros casos também e eu vejo que se torna ainda mais difícil, não é?

Ao longo dos últimos anos, nós vimos que os casos de sequestro, ativos e passivos, ou seja, sequestros que aconteceram com crianças no Brasil, ou seja, crianças trazidas para o Brasil e crianças levadas para o exterior, cresceram significativamente. E essa, eu acho que é a razão pela qual nós aqui estamos discutindo essa situação.

O outro dado importante é que, se num primeiro momento, nós tínhamos muitos casos, um desequilíbrio entre números de casos de crianças que eram trazidas para o exterior e de crianças levadas, hoje eles praticamente se equivalem em número, ou seja, nós temos disputas também de mães que estão buscando trazer os seus filhos do exterior para o Brasil, ou seja, a regra que vale para lá vale para cá, não é? Nós temos vários elementos para serem discutidos sobre aplicação, mas o princípio é esse princípio, que se aplica dos dois lados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo dos anos, com esse crescimento, várias medidas foram tomadas internamente, e nós tivemos participação, porque cabe a nós, Itamaraty, também fazer a defesa do nosso país no exterior, nas suas relações com outros países, ou seja, a questão da responsabilidade internacional. Uma vez que nós nos comprometemos, nós temos que também buscar cumprir os nossos compromissos.

Nós tivemos uma primeira questão, que foi muito importante, que foi fixar a competência da Justiça Federal, porque antes havia uma demora muito grande de disputa entre Justiças. Nós tivemos a decisão recente do Conselho Nacional de Justiça, que determinou prazos para julgamento. Nós tivemos a reformulação da rede de juízes, que é justamente um conjunto de magistrados, cada um de cada Tribunal Federal de Recursos, para que ele possa auxiliar o juiz, os seus colegas, para o melhor encaminhamento da questão, não definindo o julgamento, mas dando informação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES – ... porque a gente vê também que a falta de informação é um problema muito grande, não é? Então isso foi uma questão, uma medida que nós tomamos, juntamente com o Supremo Tribunal Federal, para que pudéssemos reformular essa rede e fortalecê-la.

Há a realização de seminários, a realização de treinamento de mediadores. Todas essas medidas foram derivadas da necessidade de dar uma resposta a esse crescimento dos casos. Sabemos da importância do tema para o Legislativo e também para a sociedade civil, sobretudo em razão das alegações de violência doméstica.

Nós temos o reconhecimento de que a convenção não é o melhor instrumento, mas é o instrumento que hoje nós temos. Mas nós temos um problema, hoje fundamental, que é o pós-retorno. Nós sabemos que há dificuldade de acesso, nós sabemos que há dificuldade quanto a questões migratórias, muitas mães não podem retornar. Nós temos problema de assistência jurídica, assistência financeira e, muitas vezes, casos até de criminalização.

Eu tenho muito mais que falar, Senadora, mas eu vou só tocar num aspecto fundamental que a senhora, na sua introdução, levantou, que é a realização da 8ª Comissão Especial especificamente dessa convenção, que acontecerá agora na cidade de Haia, em meados deste mês de outubro.

A Comissão Especial, como o próprio nome diz, é um grupo com representantes de todos os países que são parte da convenção e que se reúnem, não anualmente, mas que se reúnem até de cinco ou seis, depende um pouco da época. É uma reunião que acontece para que se faça o balanço da convenção, do que tem acontecido, quais são os problemas que são identificados.

Nós vamos – eu digo nós, Estado brasileiro – com uma comitiva da qual fazem parte o Itamaraty, o Ministério da Justiça, a AGU e os juízes de enlace, para que nós possamos discutir temas relacionados à convenção.

O próprio Dr. André de Carvalho Ramos, que eu cumprimento também, mencionou um dado importante. A convenção, quando ela foi feita, tinha um momento específico, que eram os anos 80. Depois de 40 anos, a gente sente que a convenção precisa discutir aspectos importantes. Para nós, Brasil, é o aspecto do pós-retorno. Esse é um aspecto muito importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntamente com um outro aspecto que não é da convenção, que é sobre a assistência, o aconselhamento e a informação das mães sobre todas as consequências de uma retirada, de acordo com o que prevê a convenção. A nossa delegação vai começar um movimento para discutir esses elementos do pós-retorno.

Não é um processo fácil. A senhora, que está no Parlamento, sabe como é a discussão Parlamentar. E, na conferência, é uma discussão parlamentar. São os vários países que vão discutir e vão tentar chegar a um compromisso para que a gente possa avançar nessas questões que são importantes não somente para nós. Vários países, sobretudo países do Sul, países em desenvolvimento, também enfrentam essas mesmas questões.

Senadora, eu fico por aqui. Eu sei que o tempo foi muito curto, o tema é muito complexo, mas eu me coloco à disposição não só para a senhora, mas também para todos os presentes, para poder trazer algum outro elemento do qual eu não tratei neste momento.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada, doutor.

Até sugiro... Por que não fazer um convite a um Parlamentar para participar, lá em Haia, dessa reunião?

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES – Nós temos que ver... A convenção tem todas as suas regras de participação. Podemos consultar. Isso não é um problema.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada pela sua explanação.

Bom, eu quero chamar a Claudia Grabois, que é Advogada e consultora especialista em direitos humanos, em Direito Internacional de Família, diversidades e na Convenção da Haia 28. A Claudia vai entrar por videoconferência.

A SRA. CLAUDIA GRABOIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Parabéns pela Presidência desta Comissão tão importante de migrações internacionais e refugiados.

Eu gostaria de começar a minha breve explanação com a leitura do Artigo 20 da convenção:

> O retorno da criança de acordo com as disposições contidas no Artigo 12° poderá ser recusado quando não for compatível com os princípios [...] do Estado requerido com relação à proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Esse artigo, de fato, tem uma relevância absoluta, porque está totalmente em consonância com a nossa Constituição Federal, com o art. 227 da Constituição Federal, que coloca a criança como prioridade absoluta no ordenamento jurídico.

Realmente, é emocionante ouvir as mães falarem dessa forma. Eu vejo que nos últimos anos, nos últimos 10 anos, esse fluxo de vinda para o Brasil de mães, que denominamos que são mães que fazem retenção ilícita, pela forma que chegaram, vem com relatos fortes de violência, vem com relatos, vem com provas, então, são indícios fortes.

Essa reforma, na verdade, passa a ser imprescindível porque, de fato, como foi dito anteriormente, quando a convenção foi pensada e elaborada, não era para ser uma convenção para se pesar contra mães que protegem os filhos de violência e contra pais que protegem os filhos também de situações de violência, era uma convenção para inibir o sequestro internacional de crianças, a retirada de crianças. O que a gente vê, hoje em dia, na verdade, são as mães chegarem ao Brasil sem proteção, as mães buscarem também as embaixadas dos países, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras, sem proteção, tanto que não há mais com tanta constância o caso de saídas súbitas, a maioria das mães que aqui se colocou demorou para sair do país de origem, do país onde elas residiam. Elas não saíram do país de onde residiam de um dia para o outro, a maioria delas buscou a Justiça, a maioria delas buscou proteção e a maioria delas também buscou a embaixada local.

Então, nós temos aqui um contexto de violência de gênero muito forte. Nós temos aqui um contexto de discriminação da mulher brasileira muito forte e muito assertivo também, são mulheres que relatam discriminação, de certa forma, extrema, são mulheres, na verdade, que chegam ao Brasil já com um sofrimento extremo, e essas mulheres têm que ser protegidas pelo seu país.

Eu vejo que há um avanço muito grande nas práticas da Defensoria Pública da União, vejo, também, uma efetividade muito grande na PGR, na atuação da PGR, e uma falta de reciprocidade. E por que essa falta de reciprocidade? Quando o Brasil ratifica a convenção, ele não faz a reserva de direito para o artigo da oferta da assistência jurídica gratuita e, sem essa reserva de direito, o Brasil se obriga à oferta.

O marco pode ser o marco da AGU estar atuando em todos os processos – talvez possa ser o caso Sean; isso é uma coisa –, mas o Brasil se obrigou a oferecer essa oferta gratuita. A mulher brasileira não conta com essa mesma oferta quando está fora do Brasil, e isso não tira em nada a importância da Acaf. A Acaf, na verdade, tem um papel fundamental. A Convenção, na verdade, requer essa Autoridade Central. A Autoridade Central brasileira lida com situações muito complexas. Isso é uma coisa que todas as pessoas envolvidas com trabalhos relacionados à Convenção, com casos relacionados à Convenção e todos os entes envolvidos precisam reconhecer; que são casos e mais casos de alta complexidade. Muitos deles vêm sendo resolvidos em mediação, assim como a AGU também vem tentando resolver e vem iniciando essa boa prática, que eu chamo de boa prática. O primeiro caso foi na França, eu acho que há dois anos atrás, de forma extrajudicial.

Mas o que não cabe em negociação? Não cabe negociação quando existe violência. Nós temos na mesa, por exemplo, um caso – eu posso falar sobre ele, não advogo para ele – de uma mãe que foi esfaqueada pelo pai, com uma medida protetiva. O que quer dizer protetiva? Com uma medida de afastamento total, com o pai com mandado de prisão, e ele sai com essa criança do Brasil – uma retenção ilícita, na verdade – para a Coreia do Sul. E o que acontece é que a eficácia da Acaf coreana não é a mesma. A Coreia do Sul é signatária da Convenção, pelo que me consta – corrijam-me, por favor, se eu estiver errada –, mas a Coreia do Sul ratificou a Convenção, é um Estado contratante. A gente não conta, na verdade, com os outros países fazendo essa defesa tão eficaz como a Acaf brasileira faz dos pais, isso de uma forma um tanto indiscriminada, um tanto indiscriminada.

Agora, é importante a existência da Acaf? É. Do que eu acho que é preciso aqui, na verdade, é de um ajuste de práticas: até onde a Acaf deve ir. A Acaf também não é obrigada a emitir parecer que retorne criança. A Acaf também deve respeito à Constituição Federal, que é a nossa lei maior. A Acaf também deve respeito a todo o nosso ordenamento jurídico. O nosso ordenamento jurídico é um ordenamento riquíssimo, é um arcabouço legal de proteção à mulher, de proteção à criança. E por que essas mulheres chegam ao Brasil, na verdade, sem contar com a proteção devida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E daí, é verdade que a gente não está falando de uma mulher que traz os filhos, de uma mãe que traz os filhos porque não gosta do país onde estava residindo, ou porque se cansou, ou porque mesmo está longe da família, porque isso é uma decisão de vida que foi tomada, não, a gente está falando sobre uma pessoa que não está sendo protegida no país de origem. Então, isso não é nem pós-convenção, isso é pré-convenção. Para a gente falar no pós-convenção, nós temos que pensar em uma série de medidas a serem tomadas porque, na verdade, a mulher não pode retornar ao país de onde ela saiu sem todas as salvaguardas, sem um acordo, na verdade, que permita que ela volte e que ela tenha o convívio com o filho da forma que ela tinha.

A gente não está falando de uma pessoa que saiu porque quis. Todas as pessoas que fizeram as suas exposições, que trouxeram os filhos para o Brasil, as mães que trouxeram os filhos para o Brasil, todas elas expuseram a violência pela qual elas passaram e crianças também vítimas de violência.

E não cabe desculpa. Quando uma criança é vítima de violência, a criança, na verdade, com processos... Porque a criança, na verdade, é o centro de um processo da convenção. Ela mal é mencionada, mas é o centro do processo da convenção.

Então, é ela que tem que ser protegida e é o seu superior interesse que deve ser protegido. E mal se fala em uma criança nos processos. As crianças são agredidas com socos. Há pais que se desculpam. Não cabe desculpa. A criança foi agredida com um soco. No Brasil, seria inadmissível que esse pai tivesse a guarda da criança. Então, é inadmissível que retorne para o país de origem.

Então, aqui nós temos, assim, uma gama de casos, todos eles super, assim, tristes. São tristes. Tristes para todos que os acessam. E a gente está tratando aqui de uma convenção do multiculturalismo, multicultural. É uma convenção de diversidade. E, quando a convenção foi elaborada, essa diversidade também não foi tão pensada e é uma coisa em que se deve pensar agora. Em outubro, tem-se uma chance de se pensar nisso, porque os países têm leis diferentes para a proteção da criança e proteção da mulher. E essas leis, internamente, devem prevalecer. E elas podem prevalecer, inclusive de acordo com a própria convenção.

Aliás, hoje não há nada que impeça que a convenção seja implementada e cumprida, defendendo os direitos das crianças e de suas mães que são vítimas de violência. Uma pessoa que comete violência contra a mulher pode cometer violência contra o filho, contra a filha. E há vários relatos e nós podemos pegar os indicadores também. Os indicadores da Convenção de Haia são públicos. Há decisões de vários estados contratantes.

Eu gostaria de... É muito pouco tempo para falar, na verdade, mas eu gostaria de pontuar o importante papel do MRE e das embaixadas e consulados ao redor do mundo, não só em matéria de informação sobre o que pode e não pode, mas sobre orientação, inclusive com a proposta de que possa ser um elo de informação ao Brasil, ao Ministério das Mulheres, sobre o que aquela mulher que se dirigiu à embaixada está passando naquele país, que tipo de discriminação ela está sofrendo, porque entendo, muitas vezes, que pode não ter pessoal suficiente, mas é preciso que tenha, porque nós estamos falando aqui de vidas. Estamos falando aqui de pessoas.

Outra coisa que eu não entendo é por que o Ministério das Mulheres, na verdade, a SPM tem uma resolução, tinha uma resolução, hoje Ministério das Mulheres, onde emitiria aparecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em todos os casos de Convenção de Haia, com relatos e denúncias de violência contra a mulher, e esses pareceres, nós não estamos vendo nos processos.

Então, é importante aqui a gente reconhecer que a existência da AGU é fundamental. A AGU exerce um papel fundamental no andamento do Estado democrático de direito. A Acaf exerce também um papel fundamental como Autoridade Central Administrativa Federal, inclusive na busca da garantia desse convívio. Nós estamos falando aqui na construção de um novo paradigma, um paradigma, na verdade, que também seja um paradigma de proteção e não seja um paradigma punitivista, no qual a criança seja de fato o centro da Convenção, no qual as sanções econômicas não possam falar mais alto, no qual, na verdade, os núcleos familiares e todas as suas diversidades possam ser considerados.

É muito importante que o Ministério das Mulheres volte a emitir o parecer. É importante esse acolhimento das mães pela Acaf e que a Acaf as escute também. Não sei como isso poderia acontecer, mas a Acaf fez esse movimento anteriormente e pode voltar a fazer, ou seja, de escutar as mães, de entendê-las, na verdade, sobre o que de fato aconteceu naquele país de onde ela saiu e, muitas vezes, de onde ela foi obrigada a sair.

Estamos falando aqui de violência, de pessoas que sofreram, de pessoas que têm os filhos hoje retirados, em situações totalmente adversas, e muitos deles em situações até digamos assim perigosas, conforme os relatos das mães, e de mães que vivem apavoradas com medo de busca e apreensão após uma audiência de conciliação ou após uma audiência de mediação. Busca e apreensão que pode acontecer na calada da noite a qualquer momento.

É importante que a gente consiga construir, na verdade, um comitê que possa trabalhar em conjunto com a Acaf, que possa ouvir as mães, que possa interagir com a AGU. Até porque, quando a AGU sabe... Por exemplo, aqui uma mãe disse que estava com tornozeleira e, quando a AGU sabe que uma mãe está com tornozeleira no âmbito da Convenção de Haia, acho necessário que ela tome alguma providência. A AGU não é um órgão acusador de mães e não é um órgão acusador de crianças, embora seja um órgão fundamental para o funcionamento do Estado democrático de direito.

Então, é preciso que esse olhar e que essa prática mudem. É preciso que seja, de fato, uma cooperação para um fim específico. Aqui a gente não está falando em colaborar, não, a gente está cooperando, está tentando cooperar para um fim específico que é de proteção ao superior interesse da criança. Ou seja, a proteção da criança como pessoa, como gente. A criança não pode ser coisificada dessa forma, ser tirada daqui e colocada lá. E a atenção a cada caso em específico. O que aconteceu naquele caso para essa mãe chegar ao Brasil dessa forma?

O que acontece, na verdade, quando uma criança é retirada do Brasil e a mãe não sente o empenho da autoridade central que deveria ter, na verdade, de uma forma muito efetiva, porque a autoridade central do outro país, muitas vezes, não age da mesma forma. E como, na verdade, essa reciprocidade pode ser construída. Eu acho que o momento de fazer isso... Eu penso que o momento de fazer isso é agora, essa construção pode ser agora!

Senadora Mara, nós temos hoje um momento ímpar mesmo. O que a Senadora proporcionou às mães, mas eu digo também, inclusive, ao Ministério das Mulheres, que não está presente, à Acaf, que está presente – parabéns pela presença; obrigada pela presença – porque é muito importante para a advocacia, é muito importante para todos essa presença. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação brilhante da PGR, da DPU, que avançou muito em matéria de defesa de direitos, inclusive, com resoluções; inclusive, com recorte de gênero, com atenção à violência de gênero, porque ela existe, ela é um fato. Ela pode ser observada, inclusive, sem leitura de indicadores. Basta acessar jornal, acessar o Google.

Então, eu espero que a partir desse momento e desse evento, tão relevante que aconteceu hoje, Senadora Mara, que seja dado um passo à frente para a proteção dos direitos das crianças, porque sem também que as mulheres tenham seus direitos assegurados conforme a Lei Maria da Penha, e essas mulheres vêm para o Brasil – são brasileiras em geral –, vêm para o Brasil, são brasileiras e esperam contar com a proteção da Lei Maria da Penha, a gente não tem justiça.

Então, é um embate muito grande, é um embate muito grande. Vamos lembrar do art. 12, mas vamos lembrar do art. 20. O art 20 é um artigo fundamental, porque, na verdade, ele assegura os direitos fundamentais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA GRABOIS – ... e vamos voltar ou vamos colocar, pela primeira vez, a criança no centro do direito quando se fala em Convenção de Haia 28, porque é o que nós precisamos fazer.

Então, fica aqui a proposta, Senadora Mara, de criação de um comitê que possa, na verdade, receber as mães, mas também monitorar e interagir junto à Acaf, junto à AGU, junto ao Ministério da Justiça em geral, de forma geral, ao Ministério de Direitos Humanos também, ao Ministério das Mulheres, em busca de soluções, em busca de boas práticas. Sem desmerecer a Acaf, sem desmerecer a AGU, sem desmerecer nenhum ente, na verdade, mas reconhecendo que nós precisamos avançar, principalmente nesse momento em que vários movimentos nesse sentido são feitos em diversos países. Movimento de proteção à mulher em casos domésticos e em casos de Convenção de Haia.

Eu sei que tenho que encerrar. Então, eu agradeço profundamente o convite, Senadora Mara, parabenizo-a muitíssimo, porque há mais de 10 anos, quer dizer, há mais de 10 anos ou há quase 10 anos, a Senadora tem sido a voz de muitas mães e uma propositora e defensora de propostas, na verdade, que acabam se tornando efetivas, mas só o acolhimento que acontece em seu gabinete já faz toda a diferença para essas mães que chegam com um sentimento de impotência tão grande.

Nesse sentido, muito obrigada, Senadora, e que venham mais audiências e mais construções em benefício não apenas das mães, não apenas dos filhos, mas em benefício das famílias. E que nenhum agressor tenha o filho repatriado, porque nós sabemos o que acontece. Nós temos o exemplo de vários países onde aconteceu o pior por colocar a criança junto com o agressor... (*Palmas.*)

... a exemplo da prática da reunificação.

Então, na verdade, não é uma novidade para ninguém. As pessoas que estão aqui, que são da área do direito conhecem. Então só tenho realmente a agradecer e falar para as mães que elas continuem nessa luta, que elas continuem unidas e que consigam, na verdade, cuidar dos seus filhos. E também quero falar para as mães que, na verdade, é preciso considerar toda essa diversidade cultural nas escolhas que são feitas. Isso também é fundamental.

Eu acho que se esse comitê for criado, a diversidade cultural tem que ser um dos pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senadora.

Obrigada a todos.

Boa noite!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Claudia, boa noite!

Você acha que não ouve daí, mas você foi muito aplaudida aqui.

A SRA. CLAUDIA GRABOIS (*Por videoconferência*.) – Eu ouço.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – E que bom!

Muito boa a ideia da criação do comitê. A gente também tem que agradecer a você, porque você tem sido uma orientadora, um baluarte para todas nós. Com certeza a gente conseguiu avançar muito em vários casos por conta da sua orientação.

Então, Claudia, muito obrigada.

Muito obrigada pelo seu envolvimento.

Eu queria dizer a vocês que a gente tem mais de 300 pessoas que mandaram mensagens aqui. Depois eu vou fazer um apanhado, porque com trezentas a gente vai ficar até amanhã aqui.

Eu posso deixar você para o *grand finale*? (*Pausa.*)

Então eu quero passar a palavra para Natalie de Castro Alves, que é cofundadora do Instituto Nós por Elas.

É uma honra, Natalie!

E ainda deixar claro que a Advocacia-Geral da União teve sua ausência confirmada e que o Ministério das Mulheres também teve sua ausência confirmada.

A SRA. NATALIE DE CASTRO ALVES (Para expor.) – Boa noite a todos. Vocês me escutam bem?

A honra é minha, Senadora.

Eu agradeço à Comissão e o faço na sua pessoa, que de forma muito corajosa e sensível pautou esse tema tão necessário e pautou em um momento muito oportuno. Agora em outubro, no dia 10, se avizinha uma data muito importante. No dia 10 de outubro é o Dia Nacional de Luta contra a Violência contra a Mulher. Então aqui a gente também está debatendo esse tema.

E eu já dirijo também todos os meus cumprimentos e registro a coragem dessas mães, que vieram aqui hoje, emocionaram e sensibilizaram. Eu sei que para vocês é um momento muito importante, mas também imagino ser extenuante relembrar e reviver e o quanto isso é necessário para que a gente mobilize as autoridades e faça a diferença.

Também faço os meus cumprimentos ao Deputado Túlio Gadelha, Relator e membro aqui desta Comissão, que sempre abre as portas para a sociedade civil.

Entendo, Senadora Mara, que o nosso objetivo aqui numa audiência pública é solucionar questionamentos. E tem um questionamento que ainda não foi solucionado. Nós sabemos que Haia autorizou que os países-membros interpretassem, conferissem legislações que dessem interpretações à convenção, a fim de sanar lacunas. A própria representante da Revibra falou isso. Então os países podem legislar para sanar lacunas, como as lacunas que as mães nos apresentaram aqui hoje, que simplesmente não são resolvidas.

Raquel – acho que foi a terceira mãe a falar, não é isso? –, a sua frase foi muito impactante. Você disse: "Não retornar a criança é também cumprir a convenção". Isso é um problema de interpretação. Essa interpretação, que é a correta, não tem sido dada e o Brasil pode corrigir. Por que ainda não corrigiu? É essa a resposta que a gente quer saber. Quais são os instrumentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós podemos mover para que isso aconteça? Esse relato sensível que vocês fizeram é uma força motriz para que a gente mova as esferas de poder, o CNJ e todas as esferas possíveis para que isso aconteça. Eu falo aqui como sociedade civil, eu falo como terceiro setor, eu falo como mulher, mas eu falo como alguém que ainda não é mãe. E por isso mesmo a gente se sensibiliza e, como terceiro setor, a gente tem o dever de acolhê-las.

Então o Instituto Nós Por Elas, que é um instituto vocacionado a levar à frente políticas públicas, nós somos responsáveis, Senadora Mara, pela aprovação aqui nesse Congresso Nacional do Pacote Basta, um pacote de medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, que inclusive tipificou no ordenamento jurídico brasileiro a violência psicológica. Esse pacote foi aprovado em quatro meses com uma colaboração absoluta desses Parlamentares e nós estamos aqui engajados e engajadas a ajudar as Mães de Haia. Então nós criamos uma campanha, o Nós Por Elas criou uma campanha: Nós Pelas Mães de Haia. Então estamos aqui nos colocando à disposição, estamos em Brasília, vivenciando a rotina. (*Palmas.*)

A salva de palmas é para vocês, gente. Estamos aqui para ajudá-las a promover as políticas públicas necessárias e a fazer a interlocução com o Governo, para que essas pautas avancem e para que essas interpretações e essas lacunas de interpretações sejam, enfim, sanadas.

Há dados da Revibra – e a representante deles esteve aqui hoje – que dizem que, a cada dez mulheres processadas por sequestro internacional dos filhos, nove são vítimas de violência doméstica. O que isso significa? Que a maioria das mulheres está fugindo de seu agressor. E aí elas se veem, se defrontam com o seguinte questionamento: "Eu volto para o meu país e abandono o meu filho com o potencial agressor? Ou eu levo o meu filho e sou acusada de sequestro internacional?". É essa a história que essas mulheres contaram aqui hoje e é essa a interpretação restritiva que hoje tem sido aplicada na convenção de Haia que as faz sufocar em uma dor que eu, como não sou mãe, só consigo imaginar. Então estamos aqui para movimentar a máquina, principalmente porque os instrumentos já existem. A possibilidade de mudar a alteração interpretativa já foi dada, já foi concedida. E vê-las chorar, Tunisia, é o que nos move para movimentar também todos os instrumentos possíveis.

Então eu venho aqui fazer um breve adendo também em termos de incursão na jurisprudência. É sempre bom entendermos que o Poder Judiciário está avançando na perspectiva de gênero – que bom, tardiamente, mas está avançando. E há já precedentes bem positivos.

Mas toda essa questão orbita, e a gente não pode desconsiderar, a discriminação, a xenofobia e a assimetria de recursos muitas vezes.

Como já foi dito aqui, exaustivamente, enquanto muitas vezes o pai tem a representação e o auxílio da AGU, as mães têm que contar com a Defensoria Pública, que está lotada de trabalho. E muitas vezes essas mulheres não conseguem dar vazão aos seus pleitos, que são absolutamente justos e necessários.

Eu queria terminar, Senadora, dizendo que, quando a Justiça tarda, ela falha. E, neste caso, quando ela falha, ela sufoca essas mulheres e sufoca essas crianças.

Então, estamos aqui para mudar.

Finalizo aqui a minha intervenção colocando o Instituto Nós Por Elas à disposição. Que todos nós estejamos pelas Mães de Haia para poder mudar esse quadro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cito, por fim, a nossa querida Gal Costa: é preciso estarmos atentas e fortes, porque nem tempo de temer a morte nós teremos.

Então, continuemos juntas. E contem conosco.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada. Obrigada, Natalie. Obrigada mesmo, de coração. (*Pausa.*)

Só para vocês terem uma ideia...

Cícero Neves, do Ceará: "No caso de brasileira vítima de violência doméstica permanecer no país da agressão com o filho, isso torna-se uma revitimização?".

São várias perguntas que a gente pode ir respondendo.

Flávia Granata, de São Paulo: "Com tantas provas de que essas crianças foram abusadas, como os genitores conseguem ter a guarda de seus filhos? Cadê os direitos humanos?".

Giovanna Oliveira, de São Paulo: "Como as autoridades do Brasil irão auxiliar Moara juridicamente? Ela precisa de advogados competentes urgente.".

Depois, Rodolfo, da Bahia: "Existe algum projeto no Senado para aprimorar a aplicação da Convenção sobre Sequestro Internacional de Crianças?".

Rayanne Sarandão, de Pernambuco: [Procuradoria-Geral da República...] Quais [...] [providências] serão tomadas [...]?

Então, são mais de 300 mensagens.

Depois que a Acaf falar, que a Michelle falar, eu posso até ler mais, se vocês se interessarem. Mas é importante o quanto de gente que está interessada em aprofundar, em saber qual vai ser a solução do caso de cada uma de vocês. Isso já é uma energia que transforma. Estou muito feliz com essa participação.

Agora, eu quero chamar a Michelle Najara, da Acaf, que é do Ministério da Justiça e Segurança Pública, agradecendo já o Ministro Flávio Dino por ter incentivado a Michelle a vir à nossa audiência.

Obrigada, Michelle.

Obrigada, Ministro.

A SRA. MICHELLE NAJARA (Para expor.) – Obrigada pelo convite.

Eu acho que é superimportante a participação da Acaf. Nós estávamos ansiosas, toda a minha equipe, para participar da audiência.

Pode ser que tenha havido algum ruído aí, mas tudo deu certo e nós nos sensibilizamos pelos casos que foram relatados. São os casos mais complexos que nós temos na Acaf. Conhecemos todas que estão aqui presentes. Já conversei com a Teresa pessoalmente, a Karin também já esteve na Acaf.

Enfim, são, realmente, os casos mais complexos que nós temos hoje na Acaf. Lembrando que hoje nós temos 227 casos, com todos os perfis, com todas as situações. Eu queria muito, antes de começar até a conversar sobre os casos em específico, fazer uma apresentação do que a Acaf faz, para as pessoas compreenderem o nosso trabalho, porque eu vejo – chegam até nós, através da imprensa, por *e-mail* – que as pessoas, às vezes, replicam informações erradas do papel da Acaf, e nós não temos um espaço para explicar: "Olha, esse é o nosso papel"; "Isso aqui nós podemos fazer"; "Nisso, você está perdendo tempo e energia, sendo que poderia adotar outras medidas ou até...", enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria muito de deixar claro qual é o papel da Acaf na subtração. Nós fizemos uma apresentação bem rápida. Eu peço dez minutos às mães que estão aqui presentes. Eu queria a atenção de vocês durante dez minutos e que vocês entendessem que nós temos 227 casos e que muitos deles não têm a questão da violência.

Então, essa apresentação é dedicada a esse universo de casos, mas nós vamos conversar, especificamente, com relação à violência, que é o que torna o caso mais sensível e mais complexo.

Mas, neste momento, entendam que essa apresentação se dirige a todos esses casos, principalmente para as pessoas que estão nos ouvindo, enfim, para que vocês, realmente, conheçam como é a aplicação, na prática, da subtração internacional.

Então, vou ser bastante didática.

Tenham paciência, que logo nós vamos ouvi-las. Tudo bem?

Bom, a primeira coisa aqui. De várias, eu ouvi... Desculpa. Eu ouvi todo mundo aqui falando "sequestro", quando, na verdade, no Brasil, subtração não é sequestro. E isso é uma vantagem para o Brasil, porque lá na Conferência de Haia, uma das boas práticas, e eles incentivam a boa prática, é a da não criminalização. E o Brasil pode se orgulhar disso, porque a subtração não é crime. Para quem é da área jurídica, principalmente, sabe o peso que é você falar sequestro, porque, quando você fala para uma pessoa da área jurídica "sequestro", vem na cabeça dela prisão, vêm na cabeça dela todas as consequências da prática de um crime, quando, na verdade, a subtração não é crime. No Brasil, ela não é crime, embora o seja em outros países.

Por isso, eu peço, e hoje eu falo que eu não estou sendo muito fina, porque eu já corrijo a pessoa imediatamente. Eu falo: "Olha, é um erro de terminologia jurídica que está no nosso decreto que internalizou as convenções – esse erro de terminologia "sequestro" –, mas que nós não usamos. E nós aconselhamos a todos, a todas vocês que parem de usar esse termo 'sequestro'". Não é sequestro no Brasil. E nem na convenção se usa o termo "*kidnapping";* usa-se o termo "*adoption"*. Então, nem na convenção, em inglês, eles utilizam o termo "sequestro", que tem o sentido de crime.

Então, vamos parar. Vamos tentar fazer um exercício de não usar mais essa palavra "sequestro", porque tem um peso muito, muito grave e isso indica a prática de um crime, que no Brasil não o é. No Brasil não é crime.

Outra coisa: Cantarelli, você disse que o pai é tratado como o genitor abandonado. Na Acaf, nós tivemos o cuidado, desde a minha gestão – eu cheguei à Acaf em março – de alterar todos os nossos modelos para retirar, primeiro, a palavra "sequestro", não usar a palavra "sequestrador", mas as palavras "requerente" e "requerido". Então, nós uniformizamos, buscamos ajustar todos os nossos modelos, porque nós achamos que o tratamento é importante, tem um significado amplo. E você tocou nesse assunto e eu lhe confirmo que nós alteramos

Então, a terminologia é muito importante, e isso é uma vantagem brasileira. É, inclusive, uma orientação com a conscientização da Conferência de Haia de não se criminalizar a prática, porque ela se reflete em vários aspectos, que eu vou trazer aqui para vocês. E é por isso que eu peço mais uma vez: vamos tentar evitar o uso da palavra "sequestro". É "subtração internacional de crianças", está bom?

A Acaf... Só um minuto, acho que eu estou... É, bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é a subtração internacional? Vocês as mães provavelmente devem conhecer bastante, porque devem estudar muito, mas, para as pessoas que não conhecem: bom, a subtração envolve o deslocamento de uma criança de um país para outro sem autorização de um dos genitores, não importa qual; ou, então, quando um genitor autoriza a criança e o outro genitor a visitar um outro país, e esse genitor que está com a criança permanece por um prazo maior do que aquele previsto na autorização de visita. Então, esses são os casos, os dois casos em que trabalhamos com subtração.

Por que é que eu falo isso? Porque a Acaf recebe todos os tipos de pedidos de auxílio envolvendo criança – tráfico, visitação – que não entram dentro da conferência, e, nesse caso, nós não temos competência para ajudar. Orientamos, falamos "Olha, precisa procurar a Defensoria, precisa ir até a polícia", mas não é porque a Acaf não quer ajudar, é porque a Acaf tem condições de ajudar nestes dois casos, de subtração ou então quando a pessoa, na verdade, fica por um tempo além daquele permitido por um dos genitores num país diferente. Aplica-se até os 16 anos; então, acima dos 16 anos a convenção se torna inaplicável. Como eu disse, não é crime no Brasil, não é crime.

A convenção... Cantarelli, eu concordo com você: cumprir a convenção não é só devolver a criança, é também aplicar corretamente as exceções do Artigo 13. A Acaf e o Ministério da Justiça... Eu tenho certeza de que eles entendem dessa forma, que não é só o retorno, é uma aplicação de forma correta. Se a própria convenção prevê o Artigo 13, prevê exceções ao retorno, quando você aplica essa exceção, você também está cumprindo a convenção. Isso é fato, isso eu te falo; eu trabalho lá, lido com vários casos e essa é a orientação que nós temos para cuidar do nosso caso.

Suspende o processo de guarda? Sim. Por determinação da convenção, não dá para tramitar em paralelo um processo de ação tanto na Justiça Estadual como na Justiça Federal. Então, assim que nós temos a notícia de que há um processo de subtração, de que há um pedido de cooperação, nós entramos em contato com a Justiça Estadual para poder suspender aquele processo até que se resolva a questão da subtração. Imaginem que nesses processos estão variados tipos de perfis de pessoas. Então, da mesma forma como tem pais que levaram a criança para o exterior ou mães que levaram indevidamente, mesmo que não seja num contexto de violência, enfim... Então, vejam que existem essas duas possibilidades.

A convenção beneficia tanto a retirada da criança do Brasil quanto as crianças que vêm para o Brasil, ela se aplica a esses dois polos, pensa nessas circunstâncias, nesse universo de situações.

E se não houvesse a convenção? Nós temos o exemplo claro da Karin. A Acaf só trabalha com outra autoridade central, então o nosso contato é outra autoridade central. Se não tiver essa autoridade central, o que a gente pode fazer é pedir auxílio ao MRE, porque não tem para quem a gente ligar ou mandar um *e-mail* para outro país. A Karin, nós já a orientamos várias vezes sobre isso: o Egito não é signatário. Nesse caso, as medidas realmente têm que ser adotadas ou diretamente ou pelo MRE. É muito mais difícil trabalhar esses casos com países que não são signatários da convenção. Tem problemas? Tem. Precisamos melhorar a aplicação no Brasil, é o que estamos fazendo, estamos trabalhando nisso, na conscientização de todos os órgãos envolvidos, mas sem a convenção, saibam, é muito mais difícil, é praticamente impossível. Você precisa contar com o MRE e ainda com o auxílio jurídico no próprio país, exatamente porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem essa intermediação entre as autoridades centrais, que é uma intermediação desburocratizada, é uma intermediação direta, por *e-mail*, imediata. Então, como o Egito não tem essa autoridade central, não tem ali com quem a gente tratar sobre o caso.

Vamos lá.

São dois pedidos de cooperação que nós temos, os ativos e os passivos. Os passivos são aqueles em que a criança vem para o Brasil. E aí o que acontece? Não foi atualizado o painel... O requerente entra em contato com a autoridade central estrangeira, e a autoridade central estrangeira entra em contato com a Acaf. Nesse caso, a Acaf entra em contato com o genitor que está no Brasil e tentamos fazer uma mediação. O papel da Acaf hoje é tentar buscar um acordo entre as partes, em casos passivos, em casos em que a criança está no Brasil, porque o acordo é a melhor solução.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE NAJARA (*Por videoconferência*.) – É claro que existem casos gravíssimos de violência em que isso não é nem cogitado, mas pensem que nós temos 227 casos e, na maioria deles, não tem situação de violência. Então um acordo é o melhor porque num acordo os pais vão decidir qual é a residência da criança, se a criança vai morar no Brasil ou se a criança vai morar no exterior. Quando as partes não chegam a um acordo, quem decide é um juiz, que não conhece as circunstâncias específicas daquela família, daquele núcleo familiar. Então hoje a Acaf faz um trabalho primoroso, específico, de ligar para as partes, de conversar com uma, conversar com a outra, para poder saber realmente se há essa possibilidade de acordo, porque é isso o que a gente precisa para evitar a judicialização do caso, ou seja, o envio do caso para a AGU. A partir de quando o caso vai para a AGU, quem vai decidir, nesse caso, é o juiz, é o magistrado, isso foge do controle da Acaf e também das partes.

No caso de ativo, é quando a criança sai do Brasil, o Brasil pede uma cooperação jurídica com a autoridade central estrangeira, envia todas as documentações e vai depender muito do perfil do país, de como é tratada a subtração nesse país.

Enfim, a Acaf não tem o total controle porque realmente vai depender muito de como o país trata os casos de subtração. E aí, não sabemos. Pode ser que eles ajuízem, caso não haja esse acordo. Nós temos dificuldade inclusive com países que estranham essa prática nossa de tentar um acordo. Então, por exemplo, tem país que eu não vou citar aqui, mas que, olha, o genitor que está aqui no Brasil quer tentar um acordo. Nós entramos em contato com essa autoridade central para ela entrar em contato com o outro genitor e ela diz: "Olha, mas como assim, com base em quê? Para quê?".

Enfim, botou tantos empecilhos nessa tentativa de mediação, e nós não podemos perder tempo porque tempo é crucial nos processos de subtração, porque o retorno imediato só vale a pena se ele for imediato. Se ele não for imediato, se houver uma demora muito longa, você está infringindo dois sofrimentos na criança. O primeiro de ela ter sido deslocada de forma abrupta do lugar. E aí, depois que ela se adaptar, ficar muito tempo, o processo judicial demorar quatro anos, vai ser um segundo sofrimento de devolver, se a decisão for no sentido de devolver. Então, o tempo, nós corremos contra o tempo. Então, nossa mediação é muito rápida. É pegar o telefone e ligar. Às vezes a mãe trabalha até as 18 horas, eu posso ligar só depois das 18 horas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversar. Às vezes, não; eu já passei por isso. Eu só consigo conversar com a mãe a partir das 18 horas.

Enfim, então a mediação é um dos objetivos em que nós trabalhamos a maior quantidade de tempo, mas nós temos que entender que há ordenamentos jurídicos, há países que não agem da mesma forma como o Brasil está agindo.

Só para ilustrar, nós tivemos uma mediação que foi totalmente feita na Acaf bem no início, quando eu cheguei. A criança retornou por acordo dos pais. Nós comemoramos, porque não é fácil. Você tem que ligar para um, conversar com um. Ligar para outro, conversar com o outro. Discutir os termos em que a criança vai embora.

No caso, havia prisão contra o genitor. Então, nós tínhamos medo de o genitor voltar e ele ser preso. Então, precisamos entrar em contato com a Interpol para ver se tinha levantado a difusão. Enfim, são situações muito delicadas. Conflitos familiares são muito delicados. Agora, imagine pegar um conflito familiar e colocá-lo em nível transnacional, em nível internacional.

É muito difícil. Você tem soberanias diferentes, você tem culturas diferentes. Vocês mães que se relacionaram com pessoas estrangeiras, vocês podem citar. São culturas muito diferentes, línguas, idiomas muito diferentes. Então, é um conflito familiar potencializado, com muito mais dificuldades. E a distância principalmente, a distância, a visita é muito complicada.

Bom, então, eu queria só mostrar o que é a função da Acaf. A Acaf atua no âmbito administrativo. Então, antigamente, antes de eu estar na Acaf, quando chegava aqui um processo de subtração, o que se fazia? Era enviada uma carta. Existia uma carta, era a carta de retorno voluntário. Eu acredito que, como o caso de vocês é mais antigo, vocês devem ter recebido essa carta de retorno voluntário. Era uma intimação, como se fosse uma notificação judicial.

Primeira coisa que nós fizemos foi rever essa notificação, porque a Acaf atua no âmbito administrativo. Nós não temos nenhum compromisso com o judicial. Enfim, é um órgão administrativo que quer buscar realmente resolver aquela situação entre os pais.

Então, nós temos primeiro a função administrativa. E nós não temos um poder de retirar uma criança e levar ela para um outro país ou de ir lá buscar em outro país essa criança. Nós não temos poder executório. Nós não temos como emitir um passaporte. A Acaf não emite passaporte.

A Acaf não emite documento. A nossa competência é fazer a intermediação com autoridades centrais, receber os documentos, dar orientação sobre o ordenamento jurídico. Então, vamos ver como que funciona a subtração, vamos supor, na Austrália; aí entramos em contato; reunimos; pedimos orientação de como que funciona ali. Esse é o nosso papel, e principalmente orientar os pais, tentar, ver se há aquela janela de oportunidade, investir numa possível conciliação e mediação entre os pais.

A segunda função é buscar o acordo, promover a colaboração entre o auxílio direto. O que é o auxílio direto? Se não houvesse as autoridades centrais designadas no âmbito da convenção, isso deveria ser feito através do MRE. Então, o MRE entra em contato – o Ministro pode me ajudar melhor – com o consulado aqui no Brasil, o consulado entra em contato... Enfim, seria pelas vias diplomáticas, que são bem mais formais, bem mais burocráticas do que é o nosso trabalho, que é através de *e-mail* e, às vezes, do WhatsApp. Então, essa intermediação é muito favorável para que se tenha essa solução da subtração muito rápida, até porque nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscando o retorno ou a solução do caso de uma forma bem rápida. E orientar também sobre o ordenamento jurídico brasileiro e também estrangeiro. Então, basicamente, essas são as nossas funções.

Como a Acaf não tem competência, a nossa competência é muito limitada a essa questão da intermediação, orientação, conversar com os pais, nós contamos com a colaboração de diversos órgãos. Então, nós temos o contato, a ajuda, a cooperação da Polícia Federal para poder localizar os menores, para poder emitir o passaporte, verificar a questão de mandados de prisão. Então, nós temos contato estreito com todos esses órgãos, mas a nossa conversa é através de WhatsApp: "Vê o caso da mãe da Samanta", por exemplo. É direto, a gente tem o nosso ponto focal e já resolvemos diretamente com o Conselho Tutelar.

Outra vantagem do Brasil. Eu sei que vocês disseram: "No Brasil é assim, a gente deveria ter uma reciprocidade", porque talvez não é no outro país, mas não é porque no Brasil é assim que a gente tem que abrir mão disso só como uma punição, porque o outro país não tem esse tipo de auxílio. Aqui, no Brasil, quando a gente recebe... Vamos supor, tem um pai ou uma mãe, num país no exterior, pedindo: "Eu não sei como o meu filho está aí no Brasil, ele está sofrendo violência"... Enfim, nós temos a notícia de que há indícios de que a criança não está bem, nós temos o Conselho Tutelar, que é uma rede superampla no Brasil, pedimos para que o Conselho Tutelar vá até a casa da criança, faça uma visita, para saber como estão essas crianças. Então, isso é também um outro benefício do Brasil, esse apoio que nós temos do Conselho Tutelar, essa rede.

Nós temos um caso recente aqui dos Estados Unidos, em que a mãe também pediu... Não, um juiz determinou que seja feita uma visita à criança que está nos Estados Unidos. Como que isso é feito? Nós pedimos para a autoridade central, a autoridade central disse: "Nós não temos competência para isso"; vamos recorrer, então, ao consulado brasileiro, para que providencie essa visita à criança, para saber das condições da criança. Mas o que eu estou dizendo, o que eu quero demonstrar e explicar é que as autoridades centrais se comportam de um jeito diferente.

Temos também a AGU, que tem a legitimidade para entrar com ação judicial, e vocês conhecem muito bem. Temos a Justiça Federal, que é onde se julgam os nossos processos judiciais e, na Justiça Federal, nós temos a rede de apoio, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE NAJARA – ... são os juízes de enlace, com quem nós trabalhamos também de forma estrita, fazemos reuniões periódicas.

Os juízes federais têm um papel muito importante, que é o de conscientizar os juízes que realmente julgam os processos de subtração.

A Justiça Federal não tem a competência para resolver casos de família, não tem. Em regra, no Brasil, quem resolve isso é a Justiça Estadual.

Em razão de ser um acordo internacional, isso atraiu a competência da Justiça Federal para lidar com esses casos de subtração. Então, muitas vezes, o juiz não tem aquela *expertise* necessária para poder julgar esses casos, daí a importância dos juízes de enlace, de estabelecer essa rede de conscientização, fazendo eventos, enfim, também é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a Justiça Estadual, que é onde os processos de guarda ocorrem, e há muitos casos de subtração que são, inclusive, ajuizados na Justiça Estadual. Então, nós orientamos que não é a competência, não é o caminho certo para discutir subtração dentro da Justiça Estadual.

Temos também o apoio do MRE, que é fundamental, porque para aquilo que nós temos... Devido às nossas limitações, sempre recorremos ao consulado, ao nosso consulado brasileiro, ao consulado que está localizado num outro país, enfim.

Essa é a nossa rede de contato, são os atores que participam dos processos de subtração.

Eu já estou terminando, tá?

Desafios, temos demais. Temos vários desafios. E o primeiro deles, vocês já sentiram, é a dificuldade de lidar com ordenamentos jurídicos diferentes, com a soberania dos países. A soberania dos países faz com que cada país lide ou atue da forma como ele quer. E não há como se intervir diretamente na soberania de um país, existem os limites soberanos.

Quer um exemplo? Se um país estrangeiro quiser que uma decisão estrangeira seja cumprida aqui no Brasil, vocês acham que simplesmente essa decisão vem para cá e ela vai ser cumprida e observada? Não. Essa decisão, dentro do nosso país, precisa primeiro passar por um processo de reconhecimento e eficácia para que ela seja válida no Brasil, lá no STJ.

Então, da mesma forma que, no Brasil, uma decisão estrangeira é bem difícil de ser reconhecida, porque tem um procedimento formal para ser reconhecida, isso acontece também em outro país. Essa dificuldade de se cumprirem decisões brasileiras em outro país é uma das nossas maiores dificuldades, nos limites da jurisdição.

Outro caso é a mediação. É muito difícil a mediação, embora a gente invista todas as nossas forças nela. Por quê? Você está em países diferentes, são línguas diferentes, ordenamentos, citações, como eu disse, da autoridade central, dificuldades até de contato: "vamos fazer uma sessão", enfim, tudo isso dificulta o processo de mediação, mas nós estamos adotando a mediação desde quando nós atendemos à pessoa, para não escalar o conflito.

Eu fiz recentemente o curso de mediação, aprendi várias técnicas.

Pela forma como você fala no *e-mail*, você já consegue mediar, acalmar o ânimo ali entre os parentes envolvidos no processo de divórcio, de separação, enfim. A mediação é feita constantemente lá na Acaf.

Outra questão: a criminalização da subtração. Já falei, é uma situação muito difícil.

Acesso à Justiça no exterior. Vocês comentaram aqui sobre a questão da assistência, que o Brasil concede assistência jurídica.

Mas lembrem que não são só situações que... Quando a AGU entra com a ação, a outra parte, independente de ser homem ou mulher, pode ser, às vezes, que ela não tenha condição de cobrir os custos de um processo. Então nós precisamos comemorar e divulgar que, no Brasil, a assistência jurídica é gratuita. Por quê? Exemplo: nos Estados Unidos, os nossos processos param quando não há acordo entre as partes na Acaf, por conta das dificuldades de você ter um advogado, que tem que ser privado para poder entrar com a ação judicial. Então é uma situação bastante complicada naqueles países onde a assistência judiciária não é fornecida de forma gratuita.

Lembrando que existem vários tipos de caso.

Então a nossa assistência judiciária é muito bem-vinda, muito embora a gente não tenha essa reciprocidade nos outros países. Alguns países a não oferecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A duração do processo judicial no Brasil também é um fator bastante conversado. Nós conversamos sempre, para poder ver o que é que se pode fazer. A nossa legislação processual tem prazos bastante amplos. Então a AGU tem um prazo de contagem de dias úteis, prazo em dobro. Isso também acaba alongando o nosso processo judicial.

E outra coisa, mas tem uma coisa que vocês precisam ter em conta: o juiz não vai mandar retornar uma criança de forma imediata. Na maioria, e eu posso confirmar para vocês, na maioria dos nossos processos, os juízes vão se preocupar em fazer perícia, em ouvir ambas as partes. É como eu disse, vejam o universo dos processos que nós temos.

Então isso pode alongar o processo, porque você faz uma perícia, você tem que ouvir os assistentes técnicos, enfim, todos aqueles procedimentos da perícia, que acabam realmente alongando o nosso processo. Depois vem o recurso, que vai para o Tribunal de Justiça; depois vem o recurso, que vai para o STJ, enfim, é algo que nós estamos trabalhando, com a articulação da AGU, com a articulação dos juízes de enlace, para ver o que é que se pode fazer para se reduzir o prazo desses processos.

A questão da violência doméstica. É uma situação muito difícil, a questão da violência doméstica. Por quê? Quando uma mãe, ou seja quem for, alega uma questão da violência doméstica, em primeiro lugar, se isso vai para o Judiciário, é preciso se comprovar. O desembargador... O desembargador, não, quem fez essa anotação foi o Defensor Érico. Ele falou assim: "Olha, nós precisamos, nós temos o ônus da prova". Nós temos o ônus da prova. Na Justiça, a pessoa que alega precisa ter um embasamento probatório.

Então, assim, em termos de violência, nós estamos tomando várias medidas. Por exemplo, nós, quando em dificuldades, nós pedimos à autoridade central, muitas vezes, documentos, olha, tipo um antecedente criminal, como nós temos aqui. As autoridades centrais falam "olha, isso é informação sigilosa, nós não podemos enviar esse tipo de documentos para vocês". Também, quando nós pedimos, ou então eles falam "isso aí não é, não está dentro do escopo da convenção". Tem isso também. Há uma dificuldade muito grande de você realmente reunir todos esses elementos probatórios de uma forma formal, para poder sustentar as alegações. Eu não estou falando de casos específicos. Eu estou falando no geral.

E com relação a isso também, não existe uma interpretação restrita sobre violência. Eu vi aqui que houve esse tipo de conversa, sobre quais são, o que é violência para um país, o que é violência para o outro. Pelo menos no Brasil, a violência é tratada de forma ampla. É o contexto familiar. Aquela criança vai ficar sujeita a um contexto de violência? Isso é o que interessa.

Nós não exigimos que a violência seja diretamente em relação à criança e nem em relação à mãe, enfim, é o contexto geral da violência. Nós temos casos concretos de que quando nós falamos, quando nós alegamos, olha, tem um contexto de violência e tal, a autoridade central foi expressa e falou assim: "Mas a violência é contra a mãe, não é contra o filho". Entenderam? Então, existe, lidamos com esse tipo de situação, mas eu garanto a vocês que, quando nós recebemos algum caso em que há indício de violência, nós não apuramos se essa violência foi direcionada a um genitor em particular ou à criança; é o contexto em que a criança vive.

Um outro ponto que eu queria trazer aqui para vocês é a questão da visitação, do acesso à criança. Na Acaf nós fazemos um trabalho de tentar – não em casos extremos de violência – assegurar a visitação, o acesso à criança, desde o início do requerimento. Isso se reflete de várias formas. A primeira forma: isso pode acalmar o ânimo dos pais, porque não escala aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conflito, pelo menos o pai ou a mãe está tendo acesso àquela criança *online*. Então, a gente teve um caso agora, que a gente está mediando, em que eu falei para a mãe: "Olha, deixa o pai ligar para ele uma vez por semana". A criança pode mostrar para ele um desenho que ela tenha feito, enfim, tentar manter esse contato, esse acesso, não nos casos mais sensíveis, mas nos casos gerais, nos casos comuns. Manter esse contato, por quê? Esse contato, primeiro, vai... As partes vão ficar mais... Não vai se escalar um conflito, as partes vão ficar mais tranquilas de ter acesso ao filho. Segundo, isso vai facilitar no pós-retorno, porque, se a criança mantém o contato com os pais desde o início do requerimento, desde o início do processo, num pós-retorno esse contato é muito mais fácil de ser mantido do que você ter que reiniciar um contato depois que a criança foi embora. Então, o contato, no início, vai beneficiar até, inclusive, o pós-retorno que o Ministro André comentou aqui com a gente.

Outra coisa importantíssima, quando você mantém um contato desde o início, que é o que a gente está tentando fazer, isso vai tornar menos traumática uma eventual decisão futura de retorno. Nós temos casos de crianças que, em razão da falta de acesso, retornaram sem conhecerem o pai, sem conhecerem o pai ou a mãe. Por quê? Porque houve zero contato, zero acesso. E isso é uma situação muito delicada, porque você tirar uma criança de forma abrupta de um pai ou de uma mãe para ela morar com um outro pai ou com uma outra mãe que ela não conhece mais é gravíssimo, é gravíssimo. Nem na adoção, porque a Acaf também acompanha o processo de adoção internacional... Na questão da adoção, nós temos um prazo de convivência para que a criança conheça os futuros pais. É a mesma situação aqui da subtração. Quando a criança perde o contato com o pai, se for muito pequenininha, pode ser que ela esqueça a figura do pai ou a figura da mãe. Então esse contato é necessário, é um direito da criança. Claro, não incluindo as situações extremas.

E há outra coisa também, um exemplo... Isso eu falo por mães, porque vocês estão aqui. Quando você impede o contato com o pai ou com a mãe, você pode ser acusado de estar promovendo alienação parental.

Então, num contato, numa ligação pelo WhatsApp, isso também pode até, inclusive, registrar provas, porque ficam registradas ali no WhatsApp, você pode dizer que o seu filho tem contato com ele ou com ela e isso pode até livrar a pessoa também de ser acusada de alienação parental. Então, a questão da visitação e do contato é bem importante.

Nós também estamos fazendo isso, investindo nisso, nesse contato, na Acaf, para, realmente, tentar assegurar que os pais liberem esse contato, porque ele é muito benéfico em todas as circunstâncias e durante todo o processo.

Outro ponto muito importante é a questão da entrega da criança. Se o juiz determinar que a criança seja entregue, tudo bem, é uma devolução. Enfim, o que nós podemos fazer, e é o que nós estamos trabalhando, nas últimas reuniões que nós tivemos com o juiz de enlace nós trabalhamos bastante nisso, é que essa entrega seja feita de forma humanizada. Então, você pega um caso em que a criança já está há mais de um ano no Brasil e vai ser devolvida para o pai ou para a mãe, se tem um laudo psicológico dizendo que aquela criança já não tem mais lembranças sólidas do pai, da figura do pai, da figura da mãe, que seja determinado um período de adaptação. Então, se o genitor ou a genitora vier buscar essa criança, que ela tenha esse período de adaptação para que ela crie novamente esses laços antes de determinar o retorno da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é algo que nós estamos discutindo com todos esses órgãos com que nós temos contato, de realmente nos preocuparmos um pouco mais com a entrega humanizada dessa criança e não a retirar de forma abrupta e entregar para um pai ou para uma mãe. Ela vai mudar para um outro país, não vai conhecer a figura desse outro genitor, enfim. Dependendo das circunstâncias, se a criança não tiver mais contato, dependendo do tempo, do laudo psicológico, realmente de entregar, de trabalhar com essa questão do cumprimento mais humanizado da decisão.

E, principalmente, a articulação com outros órgãos, porque a Acaf não trabalha nos casos de subtração sozinha. Então, ela precisa, realmente, da cooperação, da articulação com outros órgãos, você precisa conscientizar. Vamos supor, os juízes que vão decidir os casos de subtração precisam estar conscientizados da sensibilidade desse caso, da gravidade. E esse não é um trabalho que possa ser feito ligando para o juiz e dizendo: "Olha, é assim, assim". Isso tem que ser feito, todo o trabalho, com os juízes de enlace e com a AGU também. A AGU está bem empenhada, está trabalhando diretamente com a Acaf, temos várias reuniões, enfim.

Esses eram os pontos mais importantes que eu queria trazer de qual é o papel da Acaf no caso de subtração.

Senadora, eu agradeço, espero que tenha esclarecido, porque nós vemos que as pessoas, às vezes, criticam sem entender realmente como a Acaf trabalha, qual é o papel da Acaf, mas eu espero ter esclarecido realmente o nosso dia a dia, como que nós lidamos com os nossos processos.

Eu agradeço a atenção e peço desculpas se excedi bem o prazo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – A gente estava esperando que você excedesse.

A SRA. MICHELE NAJARA – Desculpa.

Ali, eu trouxe dados, é bem rápido. (*Fora do microfone.*)

Nós temos 227 casos hoje, 110 casos ativos e 117 casos passivos, ou seja, uma média muito parecida de crianças que vão e que voltam.

E as devoluções – esse é um dado muito importante –, em 2023, voltaram, retornaram para outro país, 17 crianças, mas devolveram 10 crianças e 9 crianças permaneceram no Brasil por uma decisão judicial, ou seja, 19 crianças ficaram aqui no Brasil; em 2012, 15 crianças foram para outro país e 13 crianças vieram de volta para o Brasil.

Então, em 2021, nós tivemos mais devoluções do que saídas de crianças do Brasil; isso mostra que a convenção ajuda os dois lados.

Isso aqui é só um retrato bem rápido sobre a quantidade de processos. Estados Unidos é o nosso campeão – temos a maior quantidade de processos nos Estados Unidos –, depois, Portugal, Reino Unido, Argentina e França, com dez processos cada um. Certo?

Bom, agora eu terminei.

Desculpa. O tempo é curto.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, Michelle. Superesclarecedor.

Eu vou abrir até para perguntas. Geralmente, neste momento, a gente abre para perguntas para Parlamentares, mas hoje as Parlamentares aqui são vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só dar uma lida. A gente conseguiu, de 300, diminuir bastante o número de pessoas que mandaram mensagem via internet, e são perguntas que, talvez, até vocês se interessem em responder. Enfim, eu fiz essa seleção.

Torres, de Pernambuco: "Como debelar a alineação parental que poderá surgir com a retenção de crianças em Estado estrangeiro?".

Eu selecionei algumas que eu acho que são dúvidas de muita gente.

Aline, do Distrito Federal: "Crianças com autismo e menos horas de tratamento no sistema local podem ficar no Brasil para tratamento continuado maior?". Uma pergunta da Revibra.

Outra, Gambe Supporting Women Abroad: "Existe uma decisão da corte internacional condenando o Chile por devolver criança autista. Como o Brasil age nesses casos?".

Andréa Romaoli, de São Paulo: "No caso de sequestro internacional de menor, o que deve prevalecer: direitos humanos ou direito processual?".

Giovanna Oliveira pergunta por que a Polícia Federal aborda mães no Brasil para devolver crianças aos genitores, mas não busca crianças sequestradas em outros países.

Lília Lopes, de Goiás: "No Brasil, vigora a Lei Maria da Penha. Por que o foro do último domicílio do menor tem mais força do que a segurança dessa mãe e [dessa] criança?".

Outra, Lília Lopes, também: "Por que, quando o Brasil pede que a criança seja devolvida, o outro país não devolve e, quando eles pedem para gente, a gente devolve?". São perguntas muito pertinentes. "Por que os nacionais são tratados como criminosos, tendo seus filhos arrancados de surpresa, enquanto o estrangeiro tem todo o suporte aqui?".

Eduardo de Abreu e Braga, de São Paulo: "Considerando que teremos eleições para o Conselho Tutelar neste ano, poderiam aprofundar sobre o papel que essa instituição exerce nesse tema?".

Uma xará aqui, Damaris Oliveira: "O que pode ser feito para facilitar que pais que não tenham recursos financeiros possam acionar a Justiça para recuperar com agilidade a criança?".

E a última, que eu selecionei, Giselle Silva, de São Paulo: "Os consulados brasileiros, ao registrar automaticamente os filhos de brasileiros no exterior, podem ser uma garantia de apoio às mães?".

Então, essas perguntas aqui, às vezes, são perguntas que a gente tem em mente.

Se alguém quiser responder alguma delas, fique à vontade. (*Pausa.*)

E a Juliana Wahlgren, Diretora Fundadora da Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica (Revibra), pediu para pedir para fazer uma pergunta também.

A SRA. JULIANA WAHLGREN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Mara Gabrilli e colegas da Comissão. Eu serei breve porque aqui já é meia-noite.

Uma reação à fala da Acaf na intersecção de Haia com a alienação parental, a Revibra e eu acho que muitos dos coletivos de mães e coletivos feministas refutam a aplicação da síndrome da alienação parental e, por consequente, o subproduto da Lei da Alienação Parental no Brasil. Não sou única, acho que somos muitas aí nesse Plenário. Acho que também é importante falar que, quando o Gardner criou a síndrome de alienação parental, foi num caso de sequestro internacional. Eu acho que é muito importante lembrar que a primeira vez que a SAP foi testada foi dentro de um caso de 1977 nos Estados Unidos para falar de sequestro internacional. A relação de Haia e síndrome de alienação parental são muito ligadas e a gente tem que lembrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, antes do direito doméstico, vem o direito internacional. O direito internacional já recusou a SAP quanto à aplicação da LAP como algo constitucionalmente possível.

A Organização Mundial da Saúde, a Cedaw, a Relatora pelos Direitos das Mulheres e das Crianças já declararam que a Lei da Alienação Parental e a síndrome deveriam ser revogadas no Brasil. Eu acho que o Brasil está muito atrasado em relação a esse entendimento. E travessar em Haia é um grande erro. Acho que a gente não pode nem tentar entender como a LAP ou a SAP podem ser um argumento dentro dos contextos de Haia. Não se aplicam aqui.

Uma outra reflexão também é a reflexão da prova. Eu acho que é muito romântico, e eu peço desculpas pela palavra, talvez seja eu a única mulher negra no Plenário e a gente, como mulher preta, é um pouco mais realista na documentação. Acho que é um pouco romântico acreditar que na Europa, nos Estados Unidos, no mundo, a gente consegue trazer dossiês de provas médicas, policiais, institucionais, provando exceções. Eu acho que a gente tem que ser um pouco mais realista e saber que, mesmo nos casos como o da Raquel, onde se foi comprovado, o da Raquel, na Irlanda, e o da Karin, no Egito, e de outras tantas mães, onde foi documentalmente provado que existe uma violação contra os direitos das crianças, como da Moara, da Neide, tudo foi muito bem documentado, mas o Governo brasileiro escolheu não argumentar.

Estamos aqui num momento onde a documentação não é mais um argumento, uma dinâmica entre prova circunstancial, documental e concreta; está no que o Judiciário brasileiro e os homens brasileiros no Judiciário entendem como prova. E nós, mulheres, aqui sozinhas, tentando numa convenção como essa, onde o próprio Ministério das Mulheres não está presente para provar que nossas vozes são importantes.

Então, eu acho que é muito importante, além da leitura jurídica, se fazer uma análise de conjuntura, de quem manda no Judiciário brasileiro. Além disso, semana que vem temos a Comissão Especial, a 8ª Reunião da Comissão Especial. Então, é complicadíssimo porque vamos falar um pouco do mesmo e a Comissão Especial não decide nada, quem decide é o grupo de ações parlamentares e assuntos políticos, que se reúne em março. Mas o que o Brasil pode trazer? Já conversamos aí com a Acaf, já conversamos com o Itamaraty, já conversamos com o Ministério da Justiça, já conversamos com o próprio Ministério das Mulheres, já conversamos em várias reuniões e protocolamos oito recomendações. Mas o mais importante é entender que a gente não pode minimizar a fala da mãe como prova. O Brasil não reconhece o que acontece depois do retorno como um problema. E daí, todas as mães que estão aqui, sem nenhuma exceção, não têm seus filhos. A gente não olha para o que está para fora, a gente só olha o que está para dentro e isso é um grande problema. Não podemos mais continuar assim.

Então, eu aplaudo a iniciativa da Senadora Mara Gabrilli, eu aplaudo a iniciativa desta Comissão Parlamentar. Eu estou aqui... já são meia-noite aqui onde eu moro, mas não posso deixar de pontuar e salientar que devemos começar a falar de boas práticas ativas. Não devemos esperar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIANA WAHLGREN – ... nenhuma PL, nenhuma revisão de Comissão. A própria Conferência de Haia, no seu manual do Artigo 13, 1, "b", emitido em 2020, já diz que os Estados-Membros têm liberdade para aplicar de maneira flexível a interpretação das exceções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o Brasil não faz isso? A Austrália já fez, o Uruguai já fez. Por que o Brasil não faz isso? Então, eu acho que esta Comissão hoje deve, talvez, aplicar o lado mais prático da solução e deixar o lado mais rígido, mais difícil da lei.

Peço desculpa por ser tão incisiva, e tão retórica, e tão rude. Talvez, um pouco mais pragmática na minha fala, porque eu já atendi, nos últimos três anos, quase 300 mães e as histórias são muito similares, são só histórias de dor, e a maior vítima aqui não são as mães, são as crianças.

Senado Brasileiro, Congresso Nacional, quem está perdendo são as crianças, e crianças brasileiras no exterior.

É só isso que eu tenho para falar.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – O Dr. André Veras gostaria de responder uma das perguntas.

Se vocês também quiserem, a gente dá um minutinho para cada um.

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES (Para expor.) – Eu só queria fazer primeiro uma retificação. Eu me expressei mal. Realmente a Coreia do Sul é parte da convenção. Eu quis dizer que é um caso, na verdade, quando eu fui falar, que é um caso ativo.

Mas é muito importante lembrar que nós trabalhamos com competências dentro do Estado e no meio internacional nós trabalhamos com as soberanias nacionais. Nós não temos o direito a fazer qualquer coisa no exterior. A atuação dos consulados e das embaixadas é muito limitada e também depende de recursos, ou seja, nós não temos recursos específicos para, por exemplo, contratar advogados. O que nós fazemos na assistência consular é que podemos verificar, acompanhar as mães, fazer uma visita, mas também nós vamos depender de uma visita se o outro genitor autoriza. Então nós trabalhamos com os limites.

Mas eu acho que uma coisa muito importante, que todos devem divulgar, é que os consulados – e aí quando eu falo consulados eu coloco consulados/embaixadas, quando não há um consulado específico... Que as mães ou qualquer um dos pais sempre levem aos consulados as suas dificuldades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES – ... seja qualquer tema relacionado a relacionamento, a violência doméstica, porque tudo isso é registrado, tudo isso fica. E o consulado pode ser um instrumento para auxiliar, por exemplo, um registro, um encaminhamento à sociedade civil. Então é muito importante.

Dentro das grandes limitações, eu acho que há muito para ajudar.

Nós temos cartilhas, nós procuramos divulgar informações. Mas, acima de tudo, é necessário que qualquer brasileiro no exterior conte com o consulado, conte com a embaixada para auxiliar, ajudar, encaminhar.

Outra coisa é como nós podemos auxiliar na cooperação jurídica. Quando nós saímos da área da Convenção de 1980 em si, nós trabalhamos com os institutos tradicionais, que são as cartas rogatórias, os pedidos de cooperação jurídica, como acontece também no Brasil. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um país quer, como a Dra. Michelle falou, uma cooperação, ele solicita ao Brasil para que a gente encaminhe para o Judiciário para que ele possa fazer.

Obrigado, Senadora.

Espero que eu tenha conseguido responder à pergunta sobre a cooperação e a atuação dos consulados.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada, Dr. André Veras.

A SRA. JOANA ALENCASTRO (Para expor.) – Quero fazer uma observação.

Eu não me apresentei. Eu sou a Joana Alencastro. Sou uma mãe que está passando pelo processo. A decisão na primeira instância está para sair a qualquer momento ou a qualquer dia. Eu posso ser surpreendida amanhã, hoje, com a decisão. A Tunisia me acompanha, assim como outras mães aqui conhecem.

Sobre o consulado, Ministro, eu procurei o consulado brasileiro em Bruxelas. Eu fui vítima de violência doméstica por mais de dois anos em Bruxelas, entre dois e três anos. Eu tenho 21 registros de busca por ajuda. Eu falei com uma pessoa do consulado, e nada foi feito, nada foi registrado. Eu pedi que o consulado enviasse o registro dessas denúncias que eu tentei fazer, e eles se isentaram. Eu já procurei funcionários do MRE aqui em Brasília para saber se a pessoa que me atendeu ainda está no consulado. Ela ainda está lá. Então os *e-mails* que foram enviados quando o processo começou foram ignorados, a pessoa deve estar recebendo. O MRE aqui em Brasília perdeu um ofício da minha denúncia ao 180. O Ministério de Direitos Humanos... Já estive lá presencialmente, falei com o ouvidor, está confirmado que esse ofício foi enviado ao MRE. Não foi encontrado dentro do MRE. Já tentei que pessoas de dentro também busquem esse ofício da denúncia.

Na delegacia da mulher aqui em Brasília... Eu fui ameaçada no Brasil, a separação se deu no Brasil, o genitor estava aqui. Apesar de eu já ser vítima há dois, três anos, ele estava aqui quando aconteceu a separação. Eu fui orientada pela equipe médica porque eu fui no hospital atendida, fui orientada pela equipe médica a procurar a delegacia da mulher. A delegacia da mulher não queria registrar, eu precisei que uma advogada que eu encontrei no momento de pânico, acordando no hospital...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOANA ALENCASTRO – Uma médica me indicou uma advogada, a advogada ligou e só por isso a delegacia registrou. A delegacia da mulher não quis saber de todo o histórico. Eu tenho essas 21 tentativas de pedido de ajuda durante mais de dois anos, e a delegacia não quis colocar nada disso no contexto. Eles registraram apenas o incidente que eles chamaram depois de uma discussão, onde eu fui ameaçada. E como o genitor entrou com o processo em menos de sete dias corridos, eu imagino que ele já tenha tido muita coisa pronta, porque para entrar com o processo de Haia em sete dias... Ele apresentou tudo na autoridade central da Bélgica já pronto, e no processo já apareceram provas de que ele já estava falando com a Embaixada da Holanda na Bélgica. Ele sabia que ele era o agressor, então ele já estava se preparando, com medo que isso acontecesse.

Por fim, a Acaf... Eu já falei com a Dra. Michelle presencialmente. Eu trouxe o caso da Teresa, que falou aqui, ao seu conhecimento também. A Acaf, além de ter me chamado de sequestradora já depois de março, e eu sei que isso foi uma atitude infeliz de uma funcionária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua, mas não houve nenhuma retratação quanto a isso. Eu fui chamada de sequestradora, então por mais que a Acaf diga que essa palavra não deve ser usada, ela continua, ou ela pelo menos continuou, e não houve pedido de desculpa algum. E recentemente, a Acaf se pronunciou no meu processo como se fosse um laudo psicológico. Alguém que é funcionária da Acaf, que talvez tenha se formado em psicologia, mas que eu não entendo que atue como perita legal, não é perita judiciária, se manifestou contra o laudo da perita judicial apontada pelo juiz, uma perita pós-doutora, com diversos trabalhos publicados, estudou em Harvard, uma pessoa com mais de 12 processos de Haia. A Acaf se pronunciou como se fosse um laudo psicológico, dizendo que o mesmo grave risco que a criança corre, porque tanto a perita como os terapeutas, as terapeutas do meu filho – que é um autista, é uma criança com deficiência, sim, que é oralizada, mas que não consegue expressar que gostaria de ficar com a mãe, porque ele fala muito pouco –, as terapeutas do meu filho disseram que ele corre um risco de dano irreparável se ele for afastado de mim. Ele foi hospitalizado por ter sido afastado de mim para uma adaptação escolar três vezes na Bélgica, imagina um afastamento permanente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOANA ALENCASTRO – E a Acaf se pronuncia dizendo que o mesmo risco que a criança corre sendo afastada de mim é o risco que ela corre sendo afastada do pai, o que não é comprovado por laudo nenhum.

Então, queria só mostrar que nós temos aqui vários *stakeholders*, temos várias organizações que atuam, mas, às vezes, na prática, não é igual ao que está no papel. Nem sempre esse apoio é dado às mães.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada.

Vai, Raquel.

A SRA. RAQUEL CANTARELLI (Para expor.) – Eu queria falar aqui sobre o pronunciamento da Acaf sobre a questão das provas.

Nós já falamos aqui, todas as mães falaram, foi registrado ali pela Revibra, pelas advogadas, a dificuldade que as mulheres lá fora têm para conseguir essas comprovações ou para ter esse acolhimento e esse atendimento em solo exterior.

E eu consegui, de certa forma, uma medida protetiva, dada por um juiz estrangeiro, lá na Irlanda. E, quando eu saí, vim para o Brasil, essa medida protetiva ainda estava em vigor, ainda estava valendo.

Eu procurei também ONGs, organizações, fiz diversos boletins de ocorrências, fui mantida em cárcere privado... A própria embaixada escreveu um relato consular, da própria embaixada, da situação em que eu estava, em que eu me encontrava, da qual eu saí com as minhas filhas. Tudo comprovado, apesar da dificuldade que é.

E, na Irlanda, para eu conseguir um boletim de ocorrência, de todas as vezes em que eu estive na delegacia, não me foi dado. Eles falavam que não podiam fornecer. E não me davam uma explicação.

E, logo depois – só depois que eu cheguei aqui no Brasil –, me falaram que eu poderia solicitar, via *e-mail*, e que esses boletins de ocorrência viriam completos, com todas as minhas entradas, com tudo que aconteceu na polícia. Inclusive, outras pessoas chamaram a polícia para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fosse até a minha casa – vizinhos presenciaram, viram a situação de extrema vulnerabilidade e violência à qual eu estava sendo submetida com as minhas filhas –, outras pessoas chamaram, não só eu. E eu fui surpreendida, recentemente, após ter solicitado à polícia irlandesa um *criminal record*, como eles chamam, onde viria todos os boletins, todas as entradas que eu dei na polícia. Ele, surpreendentemente, veio zerado, sem nenhum boletim de ocorrência, em meu nome, no país.

Agora, graças a Deus, eu não estive sozinha na delegacia. Porque, se eu tivesse ido sozinha, é a palavra da brasileira, imigrante, contra a palavra de um europeu. E ninguém acredita na gente.

Agora, graças a Deus, o meu boletim de ocorrência foi feito em presença de autoridade consular, durante uma hora e meia. Cadê esse boletim de ocorrência? Sumiu.

A Karin foi cobrada, em US$1 mil, para fazer um boletim de ocorrência em outro país.

Então, eu queria salientar a dificuldade que a gente tem de buscar comprovações naquele país. E é exatamente por isso que a gente vem aqui para o nosso país procurando defesa e proteção. E aqui, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual, a Juíza de Primeira Instância, enfim, várias pessoas, a assistente social que atuou no processo, todo mundo falou da violência, do abuso sexual e dos riscos que as minhas filhas correriam se voltassem.

E tudo isso foi ignorado, mesmo com todas as comprovações, como disse a Juliana do Revibra. Então, ter essas comprovações... Existe uma dificuldade muito grande para a gente conseguir e, mesmo tendo, é decidido pelo retorno da criança.

E a segunda coisa que eu queria falar, também, sobre a fala da Acaf, é sobre o contato com o genitor.

Eu não sei se a senhora prestou atenção, mas foi falado aqui que nove em cada dez casos de mães ou de pessoas que retornam para o país são em caso de violência – violências graves, de violência doméstica, no meu caso de abuso sexual com as minhas filhas e de abuso sexual contra mim também, de violência grave, de ameaça de morte...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – ... de cárcere privado e diversas outras coisas. Querer que eu chegue aqui ao Brasil, que eu pegue o telefone e ligue para o agressor das minhas filhas e para o homem que abusou da minha filha de dois anos é revitimização; é colocar a vítima de frente para o agressor; é colocar um lacinho na cabeça da minha filha e falar: "Filha, liga aqui para ele e fala com ele". Então, é uma violência absurda. A minha filha chorava e gritava para não poder falar.

E foi decidido pelo Ministério Público Estadual, pela Justiça Estadual, que a guarda seria dada à mãe, à genitora, que as crianças permaneceriam no Brasil sem contato com o genitor, por conta de todos os riscos que oferecia. Então, ser acusada de alienação parental porque a gente tirou do genitor o acesso à criança é como muitas vezes acontece aqui, de às vezes muitos juízes acharem que é importante o contato com o genitor, mesmo comprovando os abusos, porque faz parte, é importante o acesso e o contato. E não é. Você não pode fazer isso com uma criança, e é uma dor muito grande depois de você ter passado por isso tudo. E quando foi solicitado que eu tivesse feito as visitas, as chamadas de vídeo, eu fiz. E, agora, tem três meses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as minhas filhas estão sendo privadas do contato com a mãe, que sempre foi a cuidadora principal, que sempre amou, cuidou, preservou pela proteção e segurança delas.

Então, a gente precisa se atentar, porque na teoria é muito bonito falar, mas na prática não é isso que acontece. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Alguém mais?

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA MOHAMED FAYZ (*Fora do microfone*.) – Eu só queria falar um minutinho, eu não vou me estender.

A SRA. TUNISIA VIANA DE CARVALHO – Posso falar?

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA MOHAMED FAYZ (*Fora do microfone*.) – Pois não, mas...

A SRA. TUNISIA VIANA DE CARVALHO – Eu vou só... Não, é rápido.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA MOHAMED FAYZ (*Fora do microfone*.) – Vai lá, vai lá, vai lá.

A SRA. TUNISIA VIANA DE CARVALHO (Para expor.) – Eu aqui, acompanhando todas essas mães... Como eu citei no início da minha fala, o procedimento da minha filha foi arquivado em 2015. Foram necessárias mais de cinco mulheres, uma criança de 11 anos, que foi a minha enteada, e o meu procedimento só foi arquivado porque o vice-cônsul brasileiro foi agredido dentro do território nacional pelo genitor da minha filha. Quer dizer que todo o arcabouço de provas que eu tinha... E eu tenho, porque eu fui para um abrigo depois que minha filha nasceu, fui estuprada um dia antes da minha filha nascer, ele agrediu a minha enteada; sem contar que, quando eu cheguei no abrigo, em que eu fui acolhida três dias depois, eu descobri que eu não era a primeira vítima dele, e inclusive ele já havia sido preso, porque havia duas *restraining orders* – medidas protetivas –, para a ex-mulher e uma noiva. E, diante disso tudo, ainda a AGU favoreceu, alegando que seria possível ajuizar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TUNISIA VIANA DE CARVALHO – E quem arquivou o meu procedimento foi a Acaf. Mas não foi por conta das minhas declarações de cinco mulheres, da minha enteada, que foi afastada na Corte americana – porque, sim, ele foi afastado dela permanentemente –; foi a palavra de um homem hétero, branco, com fé pública, que comprovou que ele era um homem agressor.

E eu espero que nenhuma mulher tenha que ter tudo isso de provas e testemunhas para poder proteger os filhos. É isso aqui o meu desejo, e é por isso que eu estou acompanhando essas mães.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada a você.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA MOHAMED FAYZ (Para expor.) – Em relação ao consulado, que eu falei, da embaixada, não sei se é embaixada ou consulado lá do Egito, esse escritório foi indicado pela própria embaixada.

Para esse escritório eu mandei toda a documentação traduzida e juramentada, vocês sabem quanto custa a tradução. Eu gastei R$6,9 mil de consularização aqui na Embaixada do Egito em Brasília, mandei todos esses documentos, ainda gastei mais R$350 de Fedex para esses documentos chegarem rápido a esse escritório que eu não conheço e, sim, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicação da embaixada ali, acho que eles prestam serviço ali. E aí a conta veio para a minha advogada, Dra. Vanessa Andres. Tomamos um susto porque eu nunca vi isso no mundo, um escritório cobrar US$1 mil para fazer um boletim de ocorrência de desaparecimento de uma criança.

Michelle chegou depois do meu depoimento, mas depois eu quero falar com você.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA MOHAMED FAYZ – É isso que eu tinha que informar para vocês, porque não é a moeda egípcia, que é a libra egípcia, os *pounds*, como também é chamado na Inglaterra, e eles estão me cobrando US$1 mil por um boletim de ocorrência, mais US$2 mil por ano para a ação. Então estou muito feliz com a ação da ONU. Era isso que eu queria falar porque é um abuso o consulado, o tratamento comigo, o tratamento com os meus advogados e a falta de educação deles. Era isso que eu queria falar aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Só faltou a Damaris. Quer falar? (*Pausa.*)

Alguém mais?

Bom, nada mais havendo...

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Mara, me ouve?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Sim, Neide, te ouço.

A SRA. NEIDE HEINIGER DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, mais uma vez.

Eu gostaria de falar rapidinho com a Acaf. A gente mandou *e-mail*, eu mandei *e-mail* pedindo ajuda sobre a situação de Moara, falando da situação dela, em julho do ano passado, e até hoje a gente nunca recebeu nada, nunca recebeu um alô, o que foi que aconteceu. E também sobre as ligações que foram citadas, quando a gente chega ao Brasil com uma criança e tudo que a gente passa, trauma, tudo que aconteceu com o adolescente ou a criança, e a criança se recusa a falar com esse genitor, a gente não tem essa capacidade de pegar um telefone e obrigar nossa filha ou filho a falar obrigadamente com o genitor. Graças a Deus, a Moara foi a um juiz que permitiu, que mandou suspender as ligações que Moara tinha com ele depois que ele viu com os próprios olhos a situação de Moara em contato com o genitor, porque foi o próprio Juiz Clodomir que provou o contato da minha filha com o genitor. A partir desse momento, ele pediu laudo psicológico, e no laudo psicológico ficou claro que a Moara não poderia retornar para a Suíça, Moara não poderia voltar porque ela correria riscos, danos gravíssimos. Então, como a advogada da Revibra comentou, isso tudo que ela falou é a pura realidade. A gente pode chegar ao Brasil com todas as provas, com tudo que a gente tem, e a gente é tratada com a mesma discriminação com que a gente é tratada aqui.

A gente vai para o nosso país pedir socorro para os nossos filhos, que estão sendo abusados, que estão sendo massacrados e abusados. E a gente chega ao Brasil e não tem esse socorro nem para as crianças, que são brasileiras também, nem para a gente, que somos brasileiras. Somos mães, temos o direito de defender as nossas crianças, os nossos filhos.

Então, isso precisa trocar. Como a gente vai pegar a criança da gente e fazer com que ele fale com o genitor? De onde ele saiu, de onde ele foi abusado. A minha filha chegou no Brasil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se sentiu em casa. Ela disse: "Eu não quero mais voltar, aqui eu tenho minha mãe, eu tenho a segurança, eu tenho você, eu tenho amor".

É isso que eu quero que o povo entenda. E aí, quando a gente é repatriada, a criança da gente, porque a gente também vem junto. Não é só a criança que vem, a gente também vem junto. O coração da gente é arrancado, a gente não suporta ficar longe do filho.

E quando a gente chega aqui, a gente é tratada desse jeito. Para ver minha filha, para ligar para mim, minha filha é monitorada quando está falando comigo no telefone. Minha filha não pode falar de amor. Tem uma carta que a Justiça, advogados mandaram para o Brasil falando que a gente não pode falar de amor, não pode expressar os nossos desejos, não pode chorar no telefone. Não posso falar de amor com minha filha.

Então, ouvir isso é muito dolorido, é muito cruel. Você ter que obrigar seu filho a falar com o abusador. Isso é muito cruel. Falar isso aí para quem não está no nosso lugar é fácil demais, mas ninguém queira passar por isso. Ninguém queira ver seu filho passando por isso. Isso é muito cruel, é doloroso.

E isso tem que trocar, gente, pelo amor de Deus, isso tem que trocar. A gente tem que ter ajuda. A gente tem que ter alguém que olhe a gente quando a gente está em outro país. No consulado também, na embaixada sempre fui muito maltratada.

Tenho mensagens, *e-mails* que eu mandei de seis anos atrás e eu tenho todos aqui. Eu posso provar. Fui pedir ajuda na embaixada, no consulado, mandei *e-mail*, liguei. E a gente não é assistida, a gente não é ouvida, a gente não é respeitada.

Como que a gente sai de um lugar desse? A gente vai lá pedir socorro na embaixada. A gente vê a bandeira do Brasil e diz: "Ai, que bom, vou pedir ajuda aqui". E a gente não é, nem as crianças da gente. Então só serve para registrar o filho? Porque a gente não tem ajuda para os filhos da gente. A gente não tem ajuda em nada.

E a gente precisa ser acolhido aqui porque a gente é brasileira, a minha filha também é brasileira. Somos duas mulheres que queremos voltar para casa. Isso está claro, que minha filha quer voltar para casa e que a pátria dela é o Brasil.

Às vezes, eu sinto uma vergonha, sabe? De a minha filha ter tanto essa pátria, carregar com ela, e não ter ajuda. Não ter ajuda que um juiz prometeu, que a gente tem documentado. Então, por que ele fez isso com a minha filha? Quem vai arcar com os danos que minha filha está sofrendo? Eu gostaria de saber: quem vai assumir isso? Quem vai assumir o nosso trauma que a gente está?

Isso é cruel. A gente precisa de ajuda. Vocês precisam, o Brasil precisa fazer alguma coisa para ajudar essas crianças, para ajudar as mães, para ajudar a gente, para ajudar porque isso não pode ser assim, gente. Isso não pode continuar. É muita gente, são muitas mães. Eu já ouvi de outras mães. Meu Deus do céu! Isso é um terror que a gente vive.

Essa última mãe que falou agora há pouco. Meu Deus, uma criança que não pode falar direito, gente. Eu dou graças a Deus, minha filha já está grande, já está uma mocinha, mas está sofrendo muito também, muito, vocês não têm noção. A Mara Gabrilli já viu, ela sabe da situação da minha filha, eu conversei bastante com ela, tenho gratidão. Obrigada. Ela me dá uma assistência... Nossa Senhora!

Gente, muito obrigada pela atenção. Eu agradeço muito e eu peço para vocês que façam isso mesmo no Brasil, peçam socorro, ajudem e troquem isso. Isso precisa trocar. A gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ajuda, precisamos ajudar nossos filhos, precisamos pedir socorro, gritar muito, muito, cada dia mais. Não podemos fechar a boca, é gritar e abrir cada dia mais. Por favor. Obrigada a todos. Um abraço. Gratidão.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada, Neide. Obrigada mesmo pela sua contribuição.

E, para a gente encerrar, o Dr. André Veras gostaria de fazer uma fala rápida.

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Eu só queria pedir às mães... Eu não conheço casos particulares, mas o que eu posso dizer é que todas essas questões são de grande interesse do ministério. Nós temos consciência do nosso dever como instituição, das nossas obrigações funcionais, e eu tenho... É muito importante que esse tipo de informação, de denúncia seja encaminhada ao ministério. As nossas altas chefias têm muita preocupação com o tema de proteção, de assistência e é preciso fazer chegar. Nós temos os mecanismos internos, nós temos a Ouvidoria, nós temos a Corregedoria, mas, se esses canais não funcionarem, escrevam uma carta direta, escrevam ao ministro, escrevam à secretária-geral, para que a gente possa buscar apurar e melhorar. Eu tenho certeza de que... Eu espero – não vou dizer que eu tenho certeza – que isso seja a exceção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES (*Por videoconferência*.) – A nossa função é realmente assistir, e eu acho que nós temos os mecanismos para fazer e a preocupação e o interesse das chefias do ministério em cumprir a sua função institucional.

Era só isso. Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Muito obrigada.

Eu só queria até dizer ao senhor que eu fiz esse papel para a maioria das mães que estão aqui, de entrar em contato com o MRE e, muitas vezes, na maioria delas, eu acabei entrando em contato também com as embaixadas no Brasil e com as embaixadas no país em questão. E eu até tomei um pito, porque eu fui acionando o MRE e as embaixadas, e foi na maior boa vontade, eu não queria passar por cima de ninguém, mas tem toda uma hierarquia no MRE, que, a partir do momento em que você manda um ofício, em que se oficia o chanceler, a gente tem que esperar para ver qual a atitude dele, o que ele vai fazer com relação às embaixadas envolvidas naquele ofício. Mas eu já fui me adiantando, porque eu conheço os casos, e eles me desesperam, e aí eu esperei um pouquinho, mais um pouquinho, e aí eu fui acionando, não na má-fé, pelo contrário, mas num desejo de fazer mais. Então, é até importante que o MRE tenha, nesses casos, uma relação mais intrínseca com as embaixadas e postos consulares.

Até essa cartilha que a gente entende que se deve fazer, que possa informar as mães, os pais, os casais que resolvem se casar ou ir morar em outros países, para que eles tenham informação das consequências disso, caso haja uma ruptura no relacionamento. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – A cartilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho o MRE como uma referência, e é importante que as embaixadas trabalhem com celeridade nesses casos, claro, em parceria com o MRE, mas dando ouvido, atenção e carinho brasileiro às nossas mães. (*Palmas.*)

Eu falei naquela hora que era hora para encerrar, mas ainda não é.

A Michele quer falar alguma coisa, e depois a Claudia.

A SRA. MICHELE NAJARA (Para expor.) – Eu só queria esclarecer a questão do contato. Eu estou insistindo no contato porque, lembrem, eu trabalho com um universo de casos. São quase 230 casos. Eu não disse que isso tem que ser em qualquer situação, mas tem casos que são mais facilmente resolvidos se o contato da criança é mantido com o genitor.

Nós temos todos os tipos de fundamentos de subtração, até por egoísmo, por a pessoa não aceitar o namoro, sem uma forma de violência física ou psicológica, mas, enfim, a pessoa está machucada e quer aquela criança – às vezes, nem tem condições de criar a criança –, mas quer aquela criança como uma forma de vingança.

Então, nesses casos – é o que eu estou dizendo –, o contato é imprescindível para poder fazer com que os ânimos se acalmem, para facilitar a solução do caso.

Outra coisa. Quando eu falo da questão da prova, eu concordo que, quando você alega uma questão de violência, é muito difícil provar, o abuso é muito difícil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE NAJARA – ... provar, mas, hoje, o nosso Judiciário funciona assim.

Por isso, a orientação da Acaf, diante da experiência, da prática que ela tem, é a de que a mãe que sofra a violência procure fazer, sim, a maior quantidade de provas, reunir essas provas, deixar tudo registrado através do WhatsApp, porque, mesmo nos casos que nós temos aqui que houve isso, ainda foi difícil ou não surtiu o efeito esperado, imagine quando a pessoa chega aqui somente com a palavra.

Então, o mundo ideal seria: "eu sofri uma violência" e que isso fosse uma violência presumida, mas não é assim que funciona. Isso precisa ser orientado para as outras mães que estão passando por uma situação semelhante, e vocês têm contato com outros órgãos, com outros organismos, e podem fazer esse papel. Embora devesse ser assim, não é. Então, procure, realmente, organizar todas as suas provas, deixar tudo registrado.

Um último ponto: o consulado poderia auxiliar, talvez, adotar um protocolo de recebimento dessas mães, talvez um formulário, alguma coisa assim, porque, quando a prova é registrada através do consulado, ela tem uma força muito maior – uma força probatória muito maior.

Então, poderiam até, Ministro André, pensar em uma forma de protocolo de recebimento dessas mães que estão em situação de violência, para poder orientar os consulados a agirem.

Eu imagino que deva haver um contato, algum treinamento, para poder orientar realmente os servidores que trabalham nesses consulados a adotarem esse protocolo, uma forma de registrar a prova, foto, montar um dossiê, dar um destaque: olha, caso sensível. Porque quando a mãe vier ou acontecer alguma coisa, ela já tem ali aquilo registrado dentro do nosso consulado e vai ter uma força probatória muito maior.

Bom, são essas as considerações que eu queria. Desculpa.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada, Michele.

Agora a Claudia Grabois. Queria fazer uma finalização?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLAUDIA GRABOIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, sim, Mara. Desculpa, eu tive que sair, porque eu tinha uma formação também na área, quer dizer, na área de diversidade, mas já acabei. E daí achei melhor voltar. Estava aqui acompanhando na televisão e achei melhor voltar.

Eu acho fundamental o que a Michele colocou, mas também acho fundamental... É Michele? Michele, não é, Michele? É Michele? Desculpa.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – É Michele, da Acaf.

A SRA. CLAUDIA GRABOIS (*Por videoconferência*.) – Não, desculpa, é porque, às vezes, eu tenho uma questão com nomes. Desculpa, Michele, com todo respeito.

Acho fundamental o que a Michele colocou, eu acho, assim, que nós temos hoje, inclusive aí no Plenário, mães que chegaram com provas de consulado, com o apoio do consulado e com garantias consulares, e o consulado constatando a violência que estava acontecendo. Mas eu acho que esse apoio do consulado, esse braço consular, na verdade, é fundamental que funcione.

A gente consegue entender, na verdade, que isso pode aumentar bastante o trabalho, mas é uma questão de construção da dotação orçamentária. Mas eu considero realmente muito relevante.

E realmente o recorte que a Michele faz também é muito relevante, porque uma coisa são as mães que sofrem violência e as crianças que sofrem violência, ou só as crianças que sofrem violência, ou as mães que sofrem violência, isso, sim, reverbera nas crianças; outra coisa são as pessoas que moram em outro país, têm uma residência habitual em outro país, se separam, mas não querem ficar naquele país. Então essas pessoas, de fato, só podem sair por via judicial ou com autorização da outra parte.

Então isso, sim, esse recorte é relevante, porque quando a gente fala em fazer uma reforma, e essa reforma vai incluir violência, é preciso, na verdade, que esse recorte aconteça, porque senão, começa a ter uma transferência de residência habitual, automática, o que... Isso não pode ser abraçado de uma maneira tão fácil, dessa forma, porque significa uma ruptura de vínculos e de contatos com a família.

E é muito importante, sim, resumindo, tá?, essa questão da diversidade. O que, na verdade, é violência contra a criança e o que não é? Uma criança, por exemplo, que está com uma cueca suja porque o pai não trocou, isso não é violência contra a criança. Uma criança, na verdade, que é entregue para a mãe com uma roupa que não está limpa também não é violência contra a criança, e vice-versa.

Violência contra a criança é, na realidade, o que está estabelecido no ECA. E é isso que a gente deveria considerar, na verdade. Na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, considerar o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque existe, sim, isso. Eu não quero esse convívio com o genitor, eu não quero esse convívio com a genitora. Acontece. Eventualmente acontece. Então a Acaf tem que saber identificar. Assim como tem que saber identificar, no meu entendimento, os casos de violência e considerar as provas que as pessoas trazem.

Então, Michele, foi muito relevante a sua sugestão em relação ao apoio consular e às provas, que devem ser obtidas no país estrangeiro, antes de chegar ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, olha, neste plenário tem pessoas que chegaram ao Brasil só depois de muitos anos e de muita violência física sofrida, pessoas que chegaram com traumas de violência. Então, na verdade, é importante que se construa essa forma de agir.

Eu entendo perfeitamente, Senadora, que a Acaf lida com uma gama de casos, na verdade, difícil até de conceber. Entendo, também, que parte deles sejam resolvidos via mediação e faço um pedido para que não sejam resolvidos via mediação casos que envolvam violência contra a mulher e contra a criança. Muitas vezes, a família, a mulher, podem aceitar essa via... (*Palmas.*)

... com medo de perder o contato, numa repartição.

Para finalizar... Não quero mais tirar o tempo, porque eu não tenho mais tempo mesmo, eu cheguei aqui, agora, tardiamente, de volta.

Nós temos juízes, no Brasil, muito sensíveis, nós temos um Ministério Público Federal muito atuante, nós temos uma Defensoria Pública da União cada vez mais capacitada, com cada vez mais informação, com resoluções que fazem, realmente, esse recorte de gênero. Então, é o momento de se trabalhar em conjunto e é o momento de se exigir reciprocidade dos outros países.

A Acaf trabalha aqui com tanta eficácia! Então, o que se pede à Acaf é que considere a violência contra a mulher, a violência contra a criança, que se considere isso em conjunto. Mas o que se pede à Acaf, também, é que exija das outras Acafs, dos outros países, que tenham essa mesma eficácia: que quando uma criança é sequestrada para a Coreia, por exemplo, que eles ajam de uma maneira tão eficiente como a Acaf age, e para qualquer outro país, qualquer outro lugar que seja. Então, eu acho que é uma coisa assim muito importante.

A gente sabe que a Acaf trabalha em parceria com a AGU, que faz o relatório, e o relatório é encaminhado para a AGU. A gente sabe que faz parte até da atribuição da Acaf, mas não é necessário que esse relatório seja realmente sempre contra a pessoa que traz, depende do conjunto probatório que essa pessoa tem. Então acho que é hora de fazer essa mudança e que é a hora de reconhecer também a importância que a Acaf tem no cumprimento da convenção, a importância que a Acaf tem para trazer as crianças repatriadas de volta, as repatriadas, que são levadas para países estrangeiros sem autorização judicial, sem autorização da mãe ou do pai. Exijam que a Acaf exija essa reciprocidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA GRABOIS (*Por videoconferência*.) – É muito, muito, muito relevante, porque há casos, inclusive, que, por falta da reserva... Porque muitos países não oferecem essa advocacia pública que o Brasil oferece, gratuita, assistência jurídica gratuita. Já vi, sim, muitas mães ficarem no país estrangeiro onde tiveram os filhos subtraídos, porque a lista de ONGs oferecidas para a mãe, por exemplo – poderia ser para o pai –, não podia atender porque estavam sobrecarregadas.

Então, acho que é um assunto, sim, que tem que se encarar: reciprocidade. Se vai cumprir a convenção, mesmo fazendo esse recorte de violência, de gênero, de violência contra a criança, é preciso se fazer também essa exigência nos outros países, nessa advocacia, que seja oferecida, que tenham empenho em se encontrar, que o MRE também, que o Governo brasileiro, tanto a União, a AGU, quanto o Estado brasileiro se empenhem em oferecer, em tentar fazer acordos para que haja oferta de advocacia gratuita para as mães brasileiras no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa tomar o tempo de vocês, muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Obrigada, Claudia, obrigada.

Nada mais havendo a tratar...

A SRA. RAQUEL CANTARELLI (Para expor. *Fora do microfone*.) – Rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Sabia que não era nada... (*Risos.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – Muito rapidamente, falando da importância, talvez, para o Ministério da Justiça, de se atentar nos casos de retorno, das salvaguardas para a mãe, para o retorno dela, porque é muito difícil.

O Brasil define pelo retorno da criança, e as pessoas acham que é muito fácil. "Ah, então, a mãe vai para lá, vai lutar pela guarda e vai ter acesso à criança". Mas não é assim que acontece, muitas mães chegam ao país e são presas.

Eu, inclusive, tenho um pedido de prisão lá. Eu não sei como está, porque até agora eu não tive essa resposta da Acaf, da autoridade central de lá, de ninguém de lá, eu não soube se está realmente efetiva, mas tinha e talvez ainda tenha um pedido de prisão para mim de até 12 meses, ou seja, se eu colocar o meu pé lá na Irlanda para tentar ver as minhas filhas e saber se elas estão bem, eu vou para a cadeia direto do aeroporto.

Isso já aconteceu com outras mães também.

Além de ficar 12 meses presa lá, eu teria que pagar uma multa de até 2,5 mil euros. Então, assim, decidir pelo retorno e dizer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – ... simplesmente que a criança vai, sem se resguardar...

Eu acho que, assim, se tiver que decidir pelo retorno, porque foi decidido que não há violência, não há nada, mas que, na decisão de busca e apreensão, seja levado em consideração o melhor interesse da criança, porque a decisão... porque Haia fala sobre o retorno da criança resguardando o melhor interesse dela, que seria voltar à residência habitual, voltar ao convívio do genitor e tal, mas aí a criança vai e perde o vínculo materno, pode ser paterno também, mas, no caso, na maioria dos casos, é materno. Então, a criança sofre violência de novo, e de novo, e de novo, e de novo, porque as minhas filhas sofreram violência lá, sofreram violência na busca e apreensão e estão sofrendo violência agora, e não tem ninguém que vá lá na casa olhar as crianças.

A gente pede para a embaixada ir, e ela não pode ir. Não pode, porque ela não pode bater na casa e obrigar o genitor a fornecer informação da criança, é isso que eles falam para a gente. Então, a gente fica completamente vendido, sem saber sobre as crianças e tirando um direito da criança, porque nem é um direito meu ou da mãe de ter acesso à criança, mas é um direito da criança ter acesso à mãe ou ao genitor, então, isso não é visto.

Então, quando for feita a decisão de retorno da criança, que venha juntamente na decisão salvaguardas para que a mãe vá para lá, busque por justiça, que seja garantida a proteção dela naquele país, porque a gente morre de medo.

Eu recebo, nas minhas redes sociais, eu tenho mais de 200 mil seguidores, de pessoas me acompanhando, inclusive um monte deve estar *online* até agora assistindo, porque elas são incríveis, mas muitas pessoas perguntam assim: "Por que você não vai para lá?". Como se fosse algo simples, e não é. Não é fácil a gente ir para lá, porque o país protege o nacional. O Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acaba protegendo o não nacional, porque nos outros países lá nenhum vai armado de fuzil. Por exemplo, a Coreia do Sul não vai... Se for definido o retorno da filhinha da Damaris, eu tenho certeza de que a Coreia do Sul não vai armada de fuzil na casa do nacional deles pegar a criança para mandar para o Brasil, e o Brasil faz isso com o seu nacional.

Então, se tiver que ser definido o retorno, que seja da forma mais humanizada possível, como está falando ali, com um convívio. Eu não soube da decisão, então, que fosse feito com um convívio devagar, como ela falou, com o conselho tutelar, que faça essa aproximação, porque pegar as crianças e entregar para uma pessoa desconhecida...

Minhas filhas, por exemplo, não falavam a língua inglesa, e o genitor não falava português. Ou seja, uma preocupação minha é como as necessidades básicas das minhas filhas estão sendo atendidas: "Eu quero água. Eu estou com fome. Eu estou com dor de barriga. Eu quero falar com a minha mãe. Eu estou passando mal. Eu não gosto de comer isso". Foi totalmente uma pessoa desconhecida que não sabe absolutamente nada sobre as crianças: se tem alguma doença preexistente, se tem alergia a algum medicamento, se estava fazendo algum tratamento médico. A minha filha tinha médico no dia seguinte. Ela estava com conjuntivite, estava com o olho inflamado. Ela saiu com o olho inchadinho, porque pegou a conjuntivite na escolinha, e eu estava tratando, e ninguém sabia disso. Então, é, assim, sem se resguardar. Ela saiu daqui sem o cartão de vacinas. Como é que lá vão saber se ela já foi vacinada contra doenças? Se minha filha tivesse bronquite, asma e chegasse ao avião e, por conta do desespero, tivesse um ataque de bronquite e de asma, ela ia morrer no avião sem a bombinha, sem nada.

Então, ninguém me perguntou sobre a segurança das minhas filhas no retorno delas, como seria feito ou se eu poderia estar indo junto também para resguardá-las, para protegê-las ou para preservá-las, porque a gente está falando aqui sobre a preservação da criança e do melhor interesse do menor, e é isso que precisa ser falado, e não o foi. Eu escutei no meu processo inteiro falando que "é sempre respeitando o melhor interesse do menor, é sempre respeitando o melhor interesse da menor". No meu caso, aconteceu tudo, menos respeitar o melhor interesse das minhas filhas.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP) – Bom, nada mais havendo a tratar... É a oitava tentativa, mas vamos lá. (*Risos.*)

Estamos aceitando ainda.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. (*Pausa.*)

Ah, é? A Claudia? (*Risos.*)

A SRA. CLAUDIA GRABOIS (*Por videoconferência.*) – Mas é muito rápido, é muito rápido.

Nas audiências, quando acontece uma audiência de acordo, que se trate das salvaguardas das mães quando do retorno e, quando é feito um acordo aqui, que seja homologado antes no país estrangeiro, que este país estrangeiro, na verdade, possa receber esse acordo que foi feito aqui, até para que ele tenha validade nas duas jurisdições. Tem que tornar isso possível de alguma forma, assim como se fala em acordo espelhado e em ordem de reforço.

Muitas crianças nem saem dos Estados Unidos hoje pela questão da possibilidade de retenção. Então, os advogados aconselham a não saírem. A gente tem, pelo outro lado, na verdade, a necessidade desse retorno da mãe ser feito em garantia, e ele não vai acontecer só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque foi falado numa sala de audiência de um tribunal nacional, ele tem que ser válido também no país estrangeiro.

Só isto que eu gostaria de ponderar que é outra jurisdição.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Obrigada, Claudia. Importante intervenção.

Agora, vocês vão rir de mim. (*Risos.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Gratidão. Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 15 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Sergio Moro, Leila Barros, Alan Rick, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Socorro Neri, Prof. Paulo Fernando, Carol Dartora, Reginete Bispo e Túlio Gadêlha, e ainda dos Parlamentares Marcos do Val, Angelo Coronel, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Flávia Morais, Izalci Lucas e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Flávio Arns, Marcos Rogério, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle e General Pazuello. A reunião é suspensa às dez horas e hum minuto e reaberta às dez horas e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes:

1ª Parte - Emendas da CMMIR ao PLDO e PLOA 2024. **Finalidade:** Deliberar sobre as emendas da CMMIR ao PLDO 2024 (PL nº 4/2023-CN) e PLOA 2024 (PL nº 29/2023-CN). Relator das emendas: Dep. Túlio Gadêlha. **Resultado:** Aprovado o relatório das emendas ao PLDO 2024, que conclui pela apresentação de três emendas de inclusão de meta: **Emenda nº 1-CMMIR (PLDO 2024):** PROGRAMA 5115 - PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA DEFESA DOS DIREITOS; AÇÃO 20I7 - PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA; Tipo de Alteração: Inclusão; Meta Final: 10; **Emenda nº 2-CMMIR (PLDO 2024):** PROGRAMA 5837 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA, DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES; AÇÃO 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES; Tipo de Alteração: Inclusão; Meta Final: 100.000.000; **Emenda nº 3-CMMIR (PLDO 2024):** PROGRAMA 2316 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ASSISTÊNCIA A BRASILEIRAS E BRASILEIROS NO EXTERIOR; AÇÃO 20X0 - COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL; Tipo de Alteração: Inclusão; Meta Final: 15.000.000. São aprovadas também quatro emendas de texto ao PLDO: **Emenda nº 4-CMMIR (PLDO 2024):** Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII. Texto Atual: LXXIII - Ressarcimento das Contas do PIS/PASEP (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022). Tipo: Aditiva. O texto proposto deve ser adicionado: Depois. Texto Proposto: Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras; **Emenda nº 5-CMMIR (PLDO 2024):** Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126. Texto Atual: Art. 126. As agências financeiras oficiais de fomento terão como diretriz geral a preservação e a geração do emprego e, respeitadas as suas especificidades, as seguintes prioridades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

para:. Tipo: Aditiva. O texto proposto deve ser adicionado: Depois. Texto Proposto: § 15. As agências Financeiras Oficiais de Fomento devem estabelecer linhas de crédito específico com o objetivo de reduzir os impactos sociais consequentes dos fluxos migratórios internacionais forçados; **Emenda nº 6-CMMIR (PLDO 2024):** Referência: Anexo III. Texto Atual: ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. Tipo: Modificativa. Texto Proposto: LXXIV – Apoio às políticas públicas de controle migratório e de redução dos impactos sociais consequentes dos Fluxos Migratórios Internacionais Forçados; **Emenda nº 7-CMMIR (PLDO 2024):** Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art. 126, Inciso I. Texto Atual: I - a Caixa Econômica Federal, redução do déficit habitacional e melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando beneficiem pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, vítimas de trabalho escravo, mulheres chefes de família ou em situação de vulnerabilidade social, policiais federais, civis e militares, servidores da Secretaria Nacional de Políticas Penais e militares das Forças Armadas que morem em áreas consideradas de risco ou faixa de fronteira prioritárias estabelecidas no âmbito da PNDR, pessoas vítimas de violência institucional, por meio de financiamentos e projetos habitacionais de interesse social, projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural, inclusive mediante a prestação de serviços de assessoramento técnico, estruturação e desenvolvimento de projetos que propiciem a celebração de contratos de parcerias com os entes públicos para execução de empreendimentos de infraestrutura de interesse do país, e projetos de implementação de ações de políticas agroambientais;. Tipo: Modificativa. Texto Proposto: I - a Caixa Econômica Federal, redução do déficit habitacional e melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando beneficiem pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, vítimas de trabalho escravo, mulheres chefes de família ou em situação de vulnerabilidade social, pessoas vítimas de fluxo migratório internacional forçado por conflitos armados, catástrofes e situações que tenham como consequência a insegurança alimentar e nutricional. policiais federais, civis e militares, servidores da Secretaria Nacional de Políticas Penais e militares das Forças Armadas que morem em áreas consideradas de risco ou faixa de fronteira prioritárias estabelecidas no âmbito da PNDR, pessoas vítimas de violência institucional, por meio de financiamentos e projetos habitacionais de interesse social, projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural, inclusive mediante a prestação de serviços de assessoramento técnico, estruturação e desenvolvimento de projetos que propiciem a celebração de contratos de parcerias com os entes públicos para execução de empreendimentos de infraestrutura de interesse do país, e projetos de implementação de ações de políticas agroambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aprovado também o relatório das emendas ao **PLOA 2024**, que conclui pela apresentação das seguintes emendas de apropriação (ação + subtítulo + valor): 20X0 - Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil - Exterior; Valor: R$ 5.000.000; 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações - Nacional, Valor R$ 40.000.000; 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça – Nacional, Valor: R$ 50.000.000; 20I5 - Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior – Nacional, , Valor: R$ 20.000.000.

2ª Parte - Deliberativa. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 11, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o fluxo migratório e as dificuldades da cidade de Pacaraima/RR com relação à saúde, à educação, ao transporte e à segurança pública causadas pela crise humanitária advinda da Venezuela." **Autoria:** Deputado Federal Zé Haroldo Cathedral (PSD/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 13, de 2023** que: "Requer a realização de diligência externa desta Comissão, para realizar reunião na cidade de Rio Branco/AC, sobre a situação dos imigrantes que adentram ao Estado pela fronteira com o Peru." **Autoria:** Deputada Federal Socorro Neri (PP/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados n° 14, de 2023** que: "Requer Nota de Repúdio à xenofobia contra brasileira em Aeroporto da cidade de Porto/Portugal." **Autoria:** Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª, 5ª, 6ª, 7ª reuniões e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de novembro de 2023.

Os objetivos e diretrizes desta reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira é destinada à deliberação das emendas desta Comissão aos projetos de lei referentes ao Orçamento de 2024, e a segunda destina-se à apreciação de requerimentos, mas eu vou inverter e começarei pela segunda parte.

Então, vamos à segunda parte, que é a parte deliberativa da nossa reunião.

Daremos início a esta segunda parte da reunião, destinada a apreciar os Requerimentos nº 11, de autoria do Deputado Zé Haroldo Cathedral; nº 13, de autoria da Deputada Socorro Neri; e nº 14, de autoria do Deputado Túlio Gadêlha.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 11, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o fluxo migratório e as dificuldades da cidade de Pacaraima/RR com relação à saúde, à educação, ao transporte e à segurança pública causadas pela crise humanitária advinda da Venezuela.

Autoria: Deputado Federal Zé Haroldo Cathedral (PSD/RR)

Item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 13, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa desta Comissão, para realizar reunião na cidade de Rio Branco/AC, sobre a situação dos imigrantes que adentram ao Estado pela fronteira com o Peru.

Autoria: Deputada Federal Socorro Neri (PP/AC)

Item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS N° 14, DE 2023

- Não terminativo -

Requer Nota de Repúdio à xenofobia contra brasileira em Aeroporto da cidade de Porto/Portugal.

Autoria: Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

O Túlio está entrando.

Após feita a leitura, a gente aguarda o quórum para votação.

Enquanto isso, o nosso Relator está entrando na sessão. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Olha, vamos suspender a sessão por cinco minutos, porque o Deputado Túlio Gadêlha está com problema técnico para entrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ele já está acionando aqui a técnica para a gente dar continuidade à nossa audiência - está bom? -, à nossa Comissão.
(*Suspensa às 10 horas, a reunião é reaberta às 10 horas e 04 minutos.*)
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Olá, colegas, Senadora Mara Gabrilli. Desculpa o atraso aqui.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Olá, Deputado Túlio. Seja bem-vindo.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Obrigado, Senadora.
Eu vi que já temos um relatório avançado, a leitura desse relatório, não é isso?
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Não, não. Eu só li a segunda parte da audiência.
Agora, o relatório está aqui para você.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Está bom, Senadora. Agradeço...
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Aí você vê o que você consegue. Se ficar difícil, pode falar que, daí, eu dou sequência na leitura, tá?
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Certo, Senadora.
Eu queria pedir autorização à Presidência, à Senadora Mara Gabrilli para ir diretamente para o voto do Relator. Pode ser?
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Claro, claro!
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Senadora, só para...
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Pode, claro.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Como a gente estava na segunda parte dos requerimentos, eu vou sugerir que a gente suspenda essa parte e faça a inversão da pauta para o relatório das emendas.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Ah, para voltar, não é?
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Isso, porque já tinha feito a leitura dos requerimentos.
Estou aqui com..., deixe-me só...
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Eu vou fazer a leitura aqui da reinversão.
Então, primeira parte, emendas da CMMIR ao PLDO e ao Ploa.
Dando início à primeira parte, a Presidência comunica que foram apresentadas 15 sugestões de emendas ao Projeto de Lei nº 4, de 2023, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), sendo 11 emendas de metas e 4 de texto, e 10 sugestões ao Projeto de Lei nº 29, de 2023, Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), todas elas de apropriação.
Dessa forma, passo a palavra ao Deputado Túlio Gadêlha, para fazer a leitura dos relatórios e, no caso, ir direto ao voto.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Certo. Eu vou pedir só um minuto, Senadora, para eu achar o texto correto aqui, enviado pela equipe, porque temos dois textos aqui. Eu vou pedir só um minuto, está bom?
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Tá. (*Pausa.*)
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Oi, Senadora, voltei aqui. Vou fazer a leitura, então, do relatório.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) - O Congresso Nacional recebeu do Poder Executivo, em 14/04/2023, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, o Projeto de Lei nº 4, de 2023, PLDO 2024, que foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a CMO fixou o prazo de 08/11/2023 a 17/11/2023 para a apresentação das emendas ao PLDO.
Gostaria de pedir, Senadora, para ir diretamente ao voto. Tudo bem?
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Claro, claro, Deputado!
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Diante do exposto, votamos pela apresentação das quatro emendas ao texto da lei (Emenda 12, de minha autoria, e Emendas 13, 14 e 15, do Senador Hamilton Mourão), e apresentação das seguintes propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades:
a) Programa 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior; Ação 20X0 - Cooperação Humanitária internacional e Participação da Sociedade Civil (Emendas 2, 8 e 9, do Senador Paulo Paim, da Deputada Tabata Amaral e da Senadora Mara Gabrilli, respectivamente);
b) Programa 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações; Ação 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações (Emendas 7 e 11, da Deputada Tabata Amaral e da Senadora Mara Gabrilli, respectivamente);
c) 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos; Ação 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça (Emenda 1, da Senadora Leila Barros).
Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos, ainda, que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Nas emendas destinadas à mesma ação orçamentária, sugerimos adotar a de maior valor de meta.
Sala da Comissão, em 14 de novembro de 2011.
Eu peço desculpas pelos pequenos erros de leitura, Senadora. O carro balança muito e a letra é pequena, mas eu acho que me fiz compreender pelos colegas.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Deputado Túlio, para a gente fazer a votação depois está faltando uma pessoa para dar quórum. Será que você não consegue registrar presença?
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Senadora, vou tentar aqui, mas pergunto à Mesa da Comissão se não há possibilidade de registrar a presença pelo aplicativo Zoom, já que me faço presente aqui.
O SR. RICARDO MOREIRA MAIA (*Por videoconferência*.) - Infelizmente, a orientação da Secretaria-Geral é fazer o registro agora pelo sistema, mas, se o senhor tiver alguma dificuldade, a gente prossegue e, ao final, eu te oriento pessoalmente para conseguir o registro.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Tranquilo.
Eu queria sua orientação, Ricardo.
Eu estou aqui na sessão do Congresso Nacional...
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Ah, já deu 13, já deu 13.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Já deu?
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Já.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Ah, que bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Temos dez Senadores e três Deputados.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Que bom!
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Então, posso dar continuidade?
Encerrada a discussão.
Passamos à votação do relatório referente às emendas ao PLDO.
Em votação o relatório.
Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.
Passamos agora à deliberação do relatório referente às emendas ao Ploa.
Em votação o relatório.
Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado o relatório.
Informo que as emendas ao PLDO e ao Ploa serão apresentadas perante a CMO.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Parabéns, Senadora Mara.
O SR. RICARDO MOREIRA MAIA (*Por videoconferência*.) - Falta a leitura do relatório da LOA.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Ah, não lembrei.
Eu já votei.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Mas votou um. Pode votar o outro agora, depois da minha leitura, Senadora.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Está bom.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Deixe-me fazer a leitura do outro.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Desculpe-me, Túlio.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - O que é isso! Vou fazer a do outro agora, Senadora.
Um minuto só.
(*Pausa.*)
Está me ouvindo bem?
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Sim.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Peço sua autorização, Senadora, para ir diretamente ao voto.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Claro.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) - Diante do exposto, votamos pela apresentação das seguintes propostas de emendas de apropriação:
a) No âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Emenda nº 4, no valor de R$5 milhões, para a ação "20X0 - Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil", no exterior;
b) No Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a Emenda nº 5, no valor de R$40 milhões, para a ação "21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações";
c) No Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Emenda nº 6, no valor de R$50 milhões, para a ação "20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça";
d) No âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Emenda nº 7, no valor de R$20 milhões, para a ação "20I5 - Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Sala das Comissões, em 14 de novembro de 2023.
Obrigado.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Passamos agora à deliberação do relatório referente às emendas ao Ploa.
Em votação o relatório.
Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Informo que as emendas ao PLDO e ao Ploa serão apresentadas perante a CMO.
Agora a gente reinverte...
Eu já fiz, Deputado, a leitura dos requerimentos e agora vou à discussão.
Eu queria saber se tem algum Parlamentar que gostaria de fazer a discussão.
O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) - Eu estou contemplado, Senadora, com a apresentação dos requerimentos.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Deputado Paulo, quer fazer alguma observação? (*Pausa.*)
Está sem som. (*Pausa.*)
Oi, Deputado. Quando você falou, estava sem som.
O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) - Eu estou de acordo com os requerimentos.
Eu gostaria, no final, de falar de um outro assunto apenas.
A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Está bom. Está ótimo.
Então, encerrada a discussão, passamos à votação.
Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados os Requerimentos nºs 11, 13 e 14.
Aprovação da ata.
Antes de encerrarmos a reunião, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 4ª, 5ª, 6ª, 7ª Reuniões e da presente reunião.
Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Congresso Nacional*.
Prof. Paulo, com a palavra.
O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) - Sra. Presidente, Deputado Túlio, eu só queria deixar registrado, no âmbito da nossa Comissão, as minhas congratulações ao Ministério das Relações Exteriores pelo atendimento dos brasileiros que estavam lá na Faixa de Gaza e que puderam chegar, ontem à noite, sãos e salvos.
Então, eu queria fazer uma moção de congratulação pelo desempenho do Ministério das Relações Exteriores no sentido de não só trazê-los, mas de também aqui cuidar da documentação, cuidar da família. Já está sendo prestada assistência médica, tem uma senhora gestante também.
Só quero deixar, no âmbito da nossa Comissão, esse registro, porque a gente vive um mundo de tanta maledicência, de se falar mal, que é (*Falha no áudio.*)...praticar a "benedicência", ou seja, falar bem quando as coisas funcionam bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Apesar de ser de um Deputado de Oposição, mas neste momento não há nem Governo nem Oposição, é uma questão humanitária.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Puxa, Deputado Paulo! Muito bem lembrado, muito bem mencionado! Eu endosso a sua moção e também parabenizo o Itamaraty por todos os esforços, esforços feitos com humanidade, não é? É disso que a gente está precisando neste planeta, no momento. Obrigada pela lembrança.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Oi, Deputado!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) - Eu queria aproveitar e parabenizar também o Deputado Paulo pela fala e também apoiar a moção que ele apresentou em apoio ao Itamaraty, parabenizando pela operação bem-sucedida. Parabenizo, mais uma vez, o Paulo, pela grandeza. Eu acho que o Parlamento se engrandece quando temos Parlamentares sensíveis às causas humanitárias, que, independentemente de lado partidário, valorizam um trabalho quando é benfeito.

E também aproveito o momento para reforçar ao Itamaraty a necessidade de se trazerem os familiares daqueles brasileiros que chegaram aqui recentemente, hoje pela manhã, de madrugada, brasileiros que viveram dias horríveis de bombardeamento em seu território, em suas residências e que infelizmente não conseguiram trazer todos os seus familiares. Por isso ainda existem pessoas que nós podemos resgatar hoje na Faixa de Gaza.

Por isso, reforço mais uma vez a bem-sucedida operação, a importância dela, parabenizo a fala do Deputado Paulo e faço este pedido público aqui ao Itamaraty para que a gente possa olhar para aquelas famílias que ainda estão lá.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Obrigada, Deputado.

Então, a gente concretiza essa moção de apoio ao Ministério de Relações Exteriores, por todo o trabalho, e tem o apoio de todos nós. Parabéns, Deputado Paulo!

E acho que nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Parabéns, Senadora! Parabéns, Deputado Paulo!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Parabéns, Túlio! Parabéns, Deputado!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. *Por videoconferência*.) - Um abraço grande, gente!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Tchau!

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Tereza Cristina, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Giordano, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Augusta Brito, Eduardo Girão, Damares Alves, Socorro Neri, Josenildo, Daniel Barbosa, Duda Salabert, Sergio Souza, Sidney Leite, Nilto Tatto e Célia Xakriabá, e ainda dos Senadores Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Eliziane Gama, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Felipe Becari, Meire Serafim, Gilson Daniel, Zé Vitor, Ricardo Salles e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente, Vice-Presidente e Relator. **Resultado:** A Comissão é instalada, sendo eleitos o Senador Humberto Costa como Presidente, a Deputada Socorro Neri como Vice-presidente e o Deputado Sidney Leite como Relator. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 1, de 2023** que: "Requer, nos termos regimentais, a participação de membros da Comissão Mista de Mudanças Climáticas na COP-28, a ser realizada na cidade de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. A Presidência comunica a abertura do prazo para apresentação das emendas ao Projeto de Lei nº 4/2023 do Congresso Nacional (PLDO 2024) e ao Projeto de Lei nº 29/2023 do Congresso Nacional (PLOA 2024). A Presidência submete a ata dessa reunião à deliberação e ela é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. PP - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A reunião é destinada à instalação da Comissão e à eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator para o ano de 2023.

Com fundamento nos arts. 7º e 9º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, a função de Presidente desta Comissão será exercida por um representante do Senado Federal; as funções de Vice-Presidente e de Relator caberão a representantes da Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Eu sugiro, como só temos uma chapa, a eleição por aclamação.

Comunico, então, a candidatura do Senador Humberto Costa para o cargo de Presidente.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação do nome do Senador Humberto Costa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito, por aclamação, o Senador Humberto Costa, a quem passo a Presidência desta Comissão.

Parabéns, Presidente, pela eleição! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Bem, bom dia a todos e a todas.

Eu quero, inicialmente, agradecer essa eleição como Presidente da Comissão na forma de aclamação. Agradeço-lhes. Tenho consciência da responsabilidade que estou assumindo neste momento. Apesar da curta duração do nosso mandato, que vai até fevereiro do ano que vem, neste espaço, com certeza, nós podemos fazer muitas coisas importantes relativas a esse tema tão fundamental.

Então, a gente poderia partir para a eleição, primeiro, do Vice-Presidente e, depois, do Relator.

Eu pergunto se há algum entendimento, se houve alguma conversa no sentido de... Porque nós temos, para a eleição de Vice-Presidente, os nomes da Deputada Socorro Neri e do Deputado Sergio Souza; e, para a eleição do Relator, os nomes do Deputado Sidney Leite e do Deputado Sergio Souza. Pergunto se há algum entendimento ou se vamos fazer a votação diretamente.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Pois não, Deputado; foi nosso Senador também.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR. Pela ordem.) – Muito obrigado.

De forma bem rápida, eu estou nesta Comissão há mais de uma década, já a presidi e relatei, por algumas vezes. Acho que muitos dos colegas aqui já trabalharam conosco. É uma Comissão que está se instalando já no final do ano legislativo com o intuito de preparar ainda algum material para a COP, agora em novembro e dezembro, que acontece em Dubai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso contribuir mesmo não estando na Presidência ou na relatoria. Eu só gostaria de deixar aqui a todos a manifestação da minha vontade de ser o próximo Presidente da Comissão, no próximo ano. Eu sei que essa é uma deliberação que ocorrerá no momento oportuno, quando os partidos estarão debatendo nesse sentido, mas, pelo menos aqui, pelo meu bloco, que é o bloco do MDB, do PSD e do Republicanos, no qual também está o Deputado Sidney Leite – o bloco da Deputada Socorro é outro, o blocão –, pelo menos na Câmara dos Deputados, se nós pudéssemos convergir – porque a Câmara é que depois vai indicar – para o próximo ano, faríamos um acordo nesse sentido.

É a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Bom, aí teríamos que ver com os integrantes da Câmara, se é possível ou não. Não sei qual o encaminhamento que nós daríamos.

Pois não, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, os meus cumprimentos pela sua eleição.

É mais do que legítimo o pleito do Senador – porque foi posto que já ocupou –, do colega Deputado Sergio.

Nós temos pelo menos duas ou três reivindicações nesse sentido. A Liderança do Governo, assim como construiu o acordo para a composição neste momento, Deputado Sergio, se coloca à disposição para dialogar entre as opções que estão colocadas para o próximo período, para a próxima sessão legislativa em relação à eleição. Mas, assim... Nós temos outras reivindicações nesse sentido.

Eu acho que fica registrado aqui nesta Comissão o pleito legítimo do Deputado Sergio. E, como nós costumamos dizer, cada dia com sua alegria e sua agonia. Vamos celebrar a alegria de hoje, da eleição da Comissão, e, mais adiante, com os nomes apresentados, nós procuraremos fazer a melhor mediação possível, assim como fizemos neste momento, para a construção da Mesa Diretora desta importante Comissão para o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Perfeito.

Eu acho que a proposta atende à demanda do Deputado Sergio Souza.

Concordo com V. Exa. que é perfeitamente legítima a demanda que ele apresenta e acho que V. Exa., na condição de Líder do Governo, que sempre nos socorre no momento adequado, ainda que seja tardio, eu acho que tem condição de construir, juntamente com os demais Deputados, uma solução por esse caminho.

Dito isso, então, eu entendo que o Deputado Sergio Souza...

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) – Eu retiro a minha candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – ... retira a sua candidatura.

Nós podemos eleger a Deputada Socorro Neri como Vice-Presidente e o Deputado Sidney Leite como Relator por meio de aclamação.

Então, eu consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação? (*Pausa.*)

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu queria somente... Não vou fazer discurso, quero só... (*Pausa.*)

Por sugestão aqui de nossa assessoria, eu vou submeter à aprovação de V. Exas. o requerimento que demanda a participação de Deputados Federais e Senadores membros da Comissão de Mudanças Climáticas na COP 28, a realizar-se na cidade de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023.

Solicito, ainda, o envio de ofício aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, comunicando a aprovação deste requerimento.

Peço aqui aos Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras que aprovam o presente requerimento que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto.

Eu não vou fazer nenhum pronunciamento, mas queria somente fazer uma combinação com o Relator e com a Vice-Presidente.

Na semana que vem, praticamente, vai ser impossível uma reunião presencial, mas poderíamos fazer uma reunião, remotamente, para preparar um miniplano de trabalho até o mês de fevereiro e contarmos também com uma posição nossa de marcar uma próxima reunião para depois do feriado – imediatamente depois do feriado. E, se tivermos condição de avançar em alguma coisa com o que nós vamos levar lá para a COP, que possamos discutir.

Eu pergunto se alguém deseja se manifestar. (*Pausa.*)

Outra coisa que nós queríamos relembrar é que, na próxima segunda-feira, se esgota o prazo para a apresentação de emendas de Comissão para a LDO. (*Pausa.*)

Pronto. Então, para a LDO, dia 13/11, até 12h; e, para a LOA, dia 20/11, também até 12h. Está certo?

Bom, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário...

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Pois não.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Pela ordem.) – Deputado Sidney Leite.

E como fica o encaminhamento das emendas?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Nós temos que marcar uma reunião, não é?

Qual é a última data...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Mas a semana que vem está comprometida, não é?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Não, mas, na semana que vem, seria o envio. (*Pausa.*)

Pronto. A reunião a gente marca para a semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para informar, como o Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) foi encaminhado pela Presidência do Congresso Nacional nesta semana – nós estamos perfeitamente dentro do prazo –, eu creio que, nessa semana, dentro do cronograma, V. Exa. já poderia encaminhar as deliberações da Comissão para a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Teríamos que fazer na próxima semana ou pode ser feita a reunião depois do dia 15, na outra semana?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Ainda é possível na semana seguinte; ainda está dentro do calendário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Pode ser na semana seguinte.

Então, nós já combinamos a data da reunião para a discussão das emendas. E, nessa reunião, se possível, a gente já apresenta alguma coisa para esse período, que vai até fevereiro, está bem? (*Pausa.*)

Mas não pode ser depois do dia 15? Pode ser depois do dia 15, na outra semana?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – A LDO é na semana que vem. Então, tem que ser remotamente, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A LDO está prevista... Na verdade, é dia 19 a LDO, salve melhor juízo.

Só confirme o calendário aí, Carlão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Bom, eu vou me inteirar direitinho.

Se a reunião tiver que ser feita na próxima semana, eu estarei aqui. Eu posso organizar, abrir, e a gente pode fazer uma reunião remota, enfim, para a apreciação dessas emendas.

Bom, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço...

Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (PT - BA. Pela ordem.) – Não, é só para dar uma sugestão.

Evidentemente que o feriado é quarta-feira. Deu-se a extensão física do feriado – segunda, terça, quinta e sexta –, mas não a extensão virtual. Portanto, emendas podem, parece-me, ser recebidas pela Secretaria na segunda e na terça. E V. Exa., se achar interessante, já que o tempo está muito curto para se preparar alguma coisa para a COP, pode fazer uma reunião virtual alertando os pares e abrir o *zoom*, aqui ou mesmo de Pernambuco, se V. Exa. estiver lá – o que me parece justo no feriado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Eu vou para a eleição da Argentina, mas a gente pode fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para complementar.

Por ato da Mesa Diretora, semana que vem o Congresso Nacional funcionará de forma remota, então é perfeitamente possível assim fazer.

Foi confirmado, de fato a reunião da LDO, que está prevista para o próximo dia 16. Diante disso, então, seria necessário ter essa reunião anteriormente para o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Eu acho que nós podemos fazer o seguinte, no dia 12... Dia 12, não; que dia é terça-feira? Treze, catorze... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Sim, até...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Terça-feira é dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Vou repetir aqui o calendário.

Para a LDO, as emendas podem ser apresentadas até a próxima segunda-feira às 12h; para a LOA, até o dia 13, que é terça-feira... (*Pausa.*)

A LOA é dia 20 – tudo bem, então. E aí nós fazemos a nossa reunião no dia 14, remotamente. Pode ser esse o encaminhamento?

Eu estarei aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu acho, inclusive, que o questionamento do Deputado se refere às emendas para a LOA – não é isso? – e não para LDO. Então, teria um razoável prazo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Sim, sim.

Então, nós faremos a nossa reunião, remotamente, no dia 14 – certo? – para aprovação das emendas para a LDO.

E, antes disso, a Deputada Socorro e o Deputado Sidney se reunirão... Nós três nos reuniremos para pensar num miniplano de trabalho até fevereiro e pensar alguma coisa sobre a COP também, está bem? (*Pausa.*)

Quero agradecer também à Senadora Augusta Brito e à Deputada Célia, que chegaram ainda a tempo de registrar as presenças, embora nós já tivéssemos chegado aqui a um consenso, mas agradeço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Está ótimo!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Giordano, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Leila Barros, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaques Wagner, Augusta Brito, Wilder Morais, Eduardo Girão, Tereza Cristina, Damares Alves, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Socorro Neri, Flávia Morais, Amanda Gentil, Sidney Leite e Nilto Tatto, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Plínio Valério, Marcos do Val, Izalci Lucas, Paulo Paim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Cid Gomes, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Felipe Becari, Meire Serafim, Sergio Souza, Gilson Daniel, Zé Vitor, Ricardo Salles, Camila Jara e Célia Xakriabá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas ao PLDO 2024**. **Finalidade**: Discussão e deliberação das emendas da Comissão ao PLN 4/2023-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relator das emendas: Deputado Nilto Tatto. **Resultado**: Aprovada, por unanimidade, a apresentação, pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de 3 (três) emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas: **Emenda nº 1 - CMMC** - PROGRAMA: 1158 – Enfrentamento da Emergência Climática; AÇÃO: 21E4 – Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima; ACRÉSCIMO DA META: 10 Políticas Implementadas. **Emenda nº 2 - CMMC** - PROGRAMA: 6114 – Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios; AÇÃO: 214M – Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias; ACRÉSCIMO DA META: 298.307 KM² de Área Protegida. **Emenda nº 3 - CMMC** - PROGRAMA: 6114 – Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios AÇÃO: 20W2 – Enfrentamento dos Processo de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca. ACRÉSCIMO DA META: 50 Iniciativas Apoiadas. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação sobre as propostas de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que se refere ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

Comunico que o prazo para apresentação de sugestões de emendas ao PLN nº 4, de 2023, foi do dia 9 de novembro ao dia 13 de novembro, às 12h. Esgotado o prazo, foram apresentadas 18 sugestões. Ressalto que a Comissão poderá apresentar até três emendas.

Informo, ainda, que foi designado como Relator das emendas ao PLN nº4, de 2023, o Deputado Nilto Tatto, para quem passo a palavra, para que faça a leitura do seu relatório.

Com a palavra, o Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente, Senador Humberto Costa. Cumprimento aí os colegas Parlamentares – os Deputados e os Senadores – e deixo também aqui um agradecimento, Presidente, ao senhor e também ao Relator, o Deputado Sidney Leite, por me passar a responsabilidade para preparar o relatório.

E eu peço permissão aqui para ir direto à análise.

Então, foram apresentadas propostas de emendas de meta em número que extrapola o limite de três emendas desse tipo reservadas à Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para ser observado o limite máximo definido na regulamentação.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria: o primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos; o outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, abrangendo os problemas diversos pelos quais nosso vasto território passa.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalho desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, e também aquelas para as quais convergiu o interesse comum de mais de um Parlamentar.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação dos objetos constantes nas Propostas de nºs 1, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14, 17 e 18, rejeitando as demais. Será viabilizada a apresentação de três emendas de meta ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 – PLN nº 4, de 2023, do Congresso Nacional –, com a aprovação das emendas na seguinte forma:

Então, a primeira: contemplando as Sugestões nºs 1, 3, 4, 6 e 18, apresentadas pela Deputada Flávia Morais, Deputado Nilto Tatto, Senadora Jussara Lima e Senador Wilder Morais, dentro da Ação Orçamentária 21E4, que trata da implementação e monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima; e com uma inclusão de meta de dez políticas implementadas. Esta é a primeira.

A segunda: contemplando Sugestões nºs 5, 12 e 14, dos Senadores Jussara Lima e Rogério Carvalho, dentro da Ação Orçamentária 214M – "m" de "Maria" –, que trata da prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias, com a meta de 298.307km² de área protegida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a terceira: contemplando as Sugestões 11 e 17, apresentadas pelo Deputado Fernando Mineiro e Senador Rogério Carvalho, dentro da Ação Orçamentária 20W2 – Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca, com uma meta de 50 iniciativas apoiadas.

Dessas três aí, eu vou poupar os colegas Parlamentares de eu ler. Produzi aqui uma justificativa, se necessário a gente pode ler, mas elas estão dentro do relatório e, anexo ao relatório, o conjunto das 18 emendas apresentadas.

Esse é o relatório, esse é o meu voto. Peço apoio dos colegas Parlamentares.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Obrigado, Deputado Nilto Tatto.

Eu abro a discussão.

Em discussão o relatório.

Está inscrito para uso da palavra o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Senador Amin? Está sem som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Por videoconferência*.) – Agora foi liberado. Eu estava sob censura, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Agora foi liberado, agora vocês se preparem.

Presidente, é um prazer participar desta reunião. Quero cumprimentar igualmente o Deputado Nilto Tatto, membro da mais brilhante oligarquia corintiana de São Paulo. Eu gostaria muito de aplaudir, espero que seja um corintiano ou vou me decepcionar.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. *Por videoconferência*.) – Gremista, Senador. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas eu queria aproveitar este ensejo. A nossa Comissão é absolutamente nova e da maior importância, por isso não tenho nenhuma restrição ao seu parecer, mas acho que vou criar problemas quando eu apresentar a emenda à LOA, porque talvez repercuta a minha sugestão na LDO. Então, eu queria entrar com um *habeas corpus* orçamentário.

Queria que os senhores acompanhassem o meu raciocínio. Ontem fechei a edição dos *Anais* de uma sessão de debates temáticos que nós realizamos no Senado no dia 26 de outubro próximo passado, ou seja, há cerca de 20 dias, menos de 20 dias. Nessa sessão de debates temáticos, nós tivemos oportunidade de ouvir desde o Vice-Presidente da República, Ministro Geraldo Alckmin, até vários participantes de entidades governamentais, técnicos, especialistas em mudança climática e também em defesa civil. Eu não consegui ainda escrever a emenda que caberia na LDO, mas vou apresentar emenda à LOA e talvez com isso eu crie um caso que possa ser recepcionado ou não na LDO.

Quero dizer que são duas as prioridades que essa sessão de debates temáticos estabeleceu, e vou tentar apresentar na LOA. A primeira tem muito mais a ver com LDO do que com LOA – por isso é que eu estou pedindo essas desculpas prévias. É um esforço que nós temos que fazer para recomendar a integração das agências que estão atuando em matéria de mudança climática, prevenção e reação aos efeitos de mudanças climáticas e perturbações, que vão desde enchentes, temporais, deslizamentos, etc. a prevenção. Prevenção e reação.

E aí, eu queria dizer, Deputado Nilto Tatto, que a vida me ensinou a cuidar muito disso. Eu tive que enfrentar, como Prefeito, como Governador, especialmente há 40 anos aquelas enchentes devastadoras que o meu estado sofreu. Isso fez com que Santa Catarina desenvolvesse a sua defesa civil com muito cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E curiosamente nós somos o espaço territorial do Brasil, Senador Humberto Costa, mais sujeito a raios. É uma coisa meio incrível, não é?

Vivemos aqui no Sul estiagens cada vez mais longas, frequentes e sucedidas por enchentes. O Rio Grande do Sul saiu da estiagem que afetava mais de 200 municípios e entrou direto na enchente no começo do ano.

Então, quando você fecha o ano, nós temos 1.700mm de chuva. Portanto, normal. Só que a distribuição faz com que ocorra uma precipitação violenta e acumulada num prazo do ano, num espaço do ano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... e estiagem no outro prazo. Isso é o que nós estamos vivendo.

No Norte, aí eu falo do El Niño e La Niña, que são as perturbações que mais afetam essa transversal, do Equador até o Sul do Brasil, e o aquecimento no Atlântico Norte, que parece ser a grande determinante dessa seca, que tende a se prolongar até janeiro, fevereiro do ano que vem na Amazônia. Então, La Niña afeta o Nordeste, El Niño afeta o Sul, e esse aquecimento do Atlântico Norte.

Integrar as agências, sejam elas federais, as estaduais, as municipais e eventualmente outras, seria uma diretriz aparentemente simples de escrever, mas me parece necessária. Então, eu queria compartilhar com o Relator e com o Presidente. Eu me proponho a ajudar, só que eu não tenho esse texto ainda, e acho que ele deveria caber na LDO.

"Mas como é que o senhor não propõe e vem criar o caso?" Não, eu estou entregando um problema para nós. Como é uma Comissão praticamente inédita, eu acho que cabe essa certeza sobre a necessidade, mas a dúvida quanto ao texto eu ainda a tenho.

Não sei se eu me fiz entender, Deputado Tatto. Não sei se eu me fiz entender quanto à necessidade de nós escrevermos alguma coisa peremptória para integração das agências que podem nos ajudar a uma boa coordenação ou a melhorar a coordenação quanto às mudanças climáticas e os seus efeitos.

E a segunda foi uma apresentação que foi corroborada desde um especialista como Carlos Nobre, que participou da sessão de debate temático, a várias manifestações, de várias agências e Prefeitos que participaram da sessão temática a que eu aludi.

É muito singela. E essa, acho que cabe na LOA até. É a realização de um concurso nacional para a criação de uma cartilha cidadã de prevenção e reação a perturbações climáticas. Uma cartilha, eu estou falando de papel, mas não é papel, uma cartilha que será digitalizada, que será acessível nas escolas, que será disponível nas defesas civis, enfim.

Eu não quero chegar – para terminar – ao nível a que os japoneses chegaram. Os japoneses vivem dramas climáticos terríveis, de terremoto a enchentes e inundações, *tsunami*. E eles desenvolveram uma educação para fazer face a essas crises. E fazem inclusive exercícios. Hoje é dia de exercício. Talvez o Rio de Janeiro tenha tido a oportunidade de desenvolver alguma coisa mais parecida com isso.

Então eu estou escrevendo, para colocar na LOA, uma espécie de estímulo, de premiação para a elaboração de uma cartilha – veja a ambição – nacional, portanto, com os climas diversos que nós enfrentamos, para que o cidadão se proteja e se prepare, porque, ao que tudo indica, essas mudanças climáticas e os seus resultados vieram para ficar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos conviver com isso de maneira cada vez mais frequente – e, na medida em que nós não estivermos preparados, de maneira cada vez mais trágica. Basta lembrar quantas pessoas morreram neste ano, em face de enchentes, deslizamentos pelo Brasil afora.

Estas são minhas duas colocações, integração das agências e a premiação para uma concepção de uma cartilha que pudesse chegar a todos os níveis da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

E permanece em aberto a discussão do relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da presente reunião.

Parece que o Deputado Nilto Tatto deseja se manifestar. Com a palavra V. Exª.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero agradecer aqui, mais uma vez, Presidente, também ao Deputado Sidney Leite, pela compreensão, e os comentários do Senador Esperidião Amin.

Eu vou só comentar rapidamente aqui, Senador, que a previsão, inclusive, é a de que La Niña venha três anos consecutivos após o El Niño, invertendo, inclusive; aí é chuva no Norte e secas mais drásticas e prolongadas no Sul e no Sudeste.

Eu acho que é papel desta Comissão – eu não sei responder ao senhor do ponto de vista da LDO e também do Orçamento, mas podemos ver –, de repente, ver como é que o Cemaden está trabalhando do ponto de vista da adaptação especial, o conjunto de adaptações e como está preparando a população, com a previsibilidade daquilo que vai acontecer com mais intensidade, no caso das mudanças climáticas, para cada público específico. Então, você tem impactos para quem mora no meio urbano e também no meio rural. Então, a gente sabe como é que se trabalha isso e como que isso está trabalhado no Orçamento.

Queria fazer, inclusive, como sugestão, nesse caminho... Se vocês verificarem o conjunto das emendas que foram apresentadas aqui, todas trabalham nessa perspectiva principalmente da mitigação. Então, são ações muito importantes.

A sugestão que eu queria fazer, Presidente, é a de que, de repente, no próprio conjunto das emendas, tivesse, então, um diálogo com o próprio Relator da LDO, com o Relator do Orçamento, para ver como é que se trabalha isso. E depois, também, uma conversa no âmbito do próprio Executivo, em especial com o Cemaden, de como está organizando, a partir das preocupações levantadas pelo Senador Esperidião Amin. Então, isso é o que eu gostaria de sugerir, que a gente aproveitasse, então, toda a contribuição que veio aqui para a Comissão. De repente, até uma conversa presencial com o próprio Relator pode levar a essas contribuições aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – O.k.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação da ata desta reunião.

O Senador Esperidião Amin, pede a palavra. V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Somente para acrescentar, Presidente, que a representante do Cemaden que participou da sessão de debates temáticos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Regina Célia dos Santos Alvalá, trouxe contribuições muito interessantes a essa sessão que eu mencionei, do dia 26 de outubro, e mencionou diversos casos de iniciativas locais, de municípios, portanto. Claro que não foi uma observação universal, mas foi também em função da participação da Sra. Regina Célia dos Santos Alvalá que se consolidou, nessa sessão de debates temáticos a que eu me referi, a convicção da possibilidade de se procurar transformar numa mensagem mais acessível tudo que se possa reunir de prevenção e reação imediata em face de um desastre primário.

São várias contribuições, foi muito densa a participação dela. E isso vai ser publicado, esses anais, eu estou ultimando a sua preparação para publicação. Por isso que eu trouxe esse assunto, ainda não completamente amadurecido, mas fico muito grato pela receptividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. As sugestões de V. Exa. serão objeto de discussão desta Comissão.

Agradeço a todos os Senadores que compareceram a esta sessão, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço novamente a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Deputada Socorro Neri, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Giordano, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Zequinha Marinho, Leila Barros, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Damares Alves, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Flávia Morais, Sergio Souza, Sidney Leite, Gilson Daniel, Nilto Tatto e Leonardo Monteiro, e ainda dos Senadores Teresa Leitão, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Otto Alencar, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Tereza Cristina, Felipe Becari, Meire Serafim, Zé Vitor, Ricardo Salles, Camila Jara e Célia Xakriabá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A pauta é invertida. Passa-se à apreciação da **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas n° 2, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater “A reciclagem em ações integradas de adaptação urbana e mitigação aos gases de efeito estufa”." **Autoria:** Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas n° 3, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater “A importância do mercado de carbono regulado como estratégia para a neutralização de gases do efeito estufa”." **Autoria:** Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO). **Resultado:** Aprovado. A reunião é suspensa às quatorze horas e quarenta e quatro minutos e reaberta às quatorze horas e quarenta e nove minutos. Passa-se à apreciação da **1ª Parte - Emendas da CMMC ao PLOA 2024**. **Finalidade**: Deliberar sobre as emendas da CMMC ao PLOA 2024 (PL nº 29/2023-CN). **Relator das emendas**: Deputado Sidney Leite. **Resultado**: Aprovado o relatório, que conclui pela apresentação de quatro emendas de apropriação e uma de remanejamento. São aprovadas as seguintes emendas de apropriação (ação, subtítulo, valor em R$): **Emenda nº 1-CMMC** - 214P, Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, 400.000.000,00; **Emenda nº 2-CMMC** - 20Y1, Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal, 390.000.000,00; **Emenda nº 3-CMMC** - 00UD, Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente, 100.000.000,00; **Emenda nº 4-CMMC** - 00T5, Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais, 1.000.000.000,00. É aprovada a seguinte emenda de remanejamento (ação, subtítulo, valor em R$): **Emenda nº 5-CMMC** - 20Y6, Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Agropecuária, 45.700.000,00. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputada Socorro Neri
Vice-Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira parte trata da deliberação sobre as propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 e a segunda parte trata da deliberação sobre requerimentos apresentados à Comissão.

Eu quero aqui, então, propor que façamos uma inversão de pauta, iniciando pela deliberação sobre requerimentos apresentados à Comissão, para darmos mais um tempo para a chegada do Relator, que fará a apresentação do item nº 1 da primeira parte da reunião.

Os Deputados e os Senadores que se acham de acordo, que concordam com essa inversão de pauta, se mantenham como estão. (*Pausa.*)

Aprovada, então, a inversão de pauta, vamos passar agora para uma pauta deliberativa de dois requerimentos, ambos apresentados pela Deputada Flávia Morais.

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS N° 2, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater "A reciclagem em ações integradas de adaptação urbana e mitigação aos gases de efeito estufa".

Autoria: Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO)

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS N° 3, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater "A importância do mercado de carbono regulado como estratégia para a neutralização de gases do efeito estufa".

Autoria: Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO) e outros

Consulto a Deputada Flávia Morais sobre se ela quer fazer o uso da fala para a defesa dos dois requerimentos.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Para encaminhar.) – Obrigada, Deputada.

Presidente, Deputada Socorro Neri, queria, antes mesmo de fazer a defesa, registrar a importância desta Comissão de Mudanças Climáticas.

A gente sabe da importância desse tema. Hoje, todos os brasileiros estão sentindo na pele o quanto essas mudanças têm chegado e acontecido de forma rápida e o quanto é urgente que a gente possa trazer as mudanças de que precisamos para que a gente possa diminuir a emissão de carbono e melhorar as perspectivas para o clima do nosso país e do mundo.

Nós apresentamos aqui dois requerimentos: um é de uma audiência pública que vai tratar sobre a reciclagem, a importância dela para a readaptação urbana de forma integrada; o outro é também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública para debater a importância do mercado de carbono regulado como estratégia para a neutralização de gases do efeito estufa.

Hoje nós temos já um projeto tramitando que trata justamente do mercado de carbono, que já foi muito debatido aqui no Senado e já tem um parecer bem trabalhado. Nós estamos justamente acompanhando e queremos, nessa audiência pública, fazer um amplo debate nesta Comissão.

Por isso, quero pedir o apoio de todos os pares e, mais uma vez, parabenizar a nossa Presidente pela condução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Consulto a Deputada Flávia Morais se concorda com que eu possa subscrever o Requerimento nº 3, que trata do mercado de carbono, que também tem sido tema da minha atuação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, já com a realização de quatro audiências públicas – a última, inclusive, foi ontem – tratando de mercado de carbono.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Ótimo, claro que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Então, coloco em apreciação os requerimentos, em globo: o Requerimento nº 2 e o Requerimento nº 3.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados ambos os requerimentos.

O Requerimento nº 2, inclusive, já está com agenda definida, junto à Comissão. Será realizado, na próxima semana, dia 28, terça-feira, pois trata de um tema que será discutido na COP 28. Então, já fica essa data definida para a realização da audiência pública que vai tratar da importância do mercado de carbono regulado como estratégia para a neutralização de gases do efeito estufa.

Nós vamos, agora, suspender a reunião para aguardar a chegada do Relator para podermos, então, tratar do segundo ponto da nossa pauta de hoje.

(*Suspensa às 14 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 50 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Vamos retomar, então, a reunião, passando para a segunda parte, em que trataremos de emendas ao Ploa 2024.

Comunico que o prazo para apresentação de sugestões de emendas ao PLN nº 29, de 2023, foi do dia 9 de novembro ao dia 20 de novembro, às 12h. Esgotado o prazo, foram apresentadas 38 sugestões.

Informo que foi designado como Relator das emendas o Deputado Sidney Leite, para quem passo a palavra para que faça a leitura de seu relatório.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Como Relator.) – Sra. Presidente, primeiro, eu gostaria de registrar que eu estava em uma reunião com o Relator, no sentido de que – e eu defendo isso por convicção – quanto mais impositivo é o orçamento, mais a gente garante a transparência e a previsibilidade, haja vista que os Governos, seja federal, estadual ou municipal, precisam ter um planejamento exequível, com previsibilidade e com qualidade da aplicação do gasto financeiro. Então, estávamos tratando dessa questão, inclusive, de disciplinar os recursos oriundos de Comissão.

Foram apresentadas indicações de emendas em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas de apropriação reservadas à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. A observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na Resolução nº 1, de 2006.

Com relação à emenda de remanejamento, foi apresentada apenas uma sugestão destinada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com suplementação e cancelamento dentro de unidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamentárias do órgão Ministério da Agricultura e Pecuária. Para compatibilizar a sugestão da emenda com as regras da resolução, propomos a supressão do cancelamento de R$7 milhões indicados no sequencial 916, relativo à programação de competência do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, na ação destinada ao desenvolvimento da cafeicultura.

Esse ajuste deve-se ao fato de que as fontes associadas às programações do referido fundo deverem ser executadas apenas por esta unidade orçamentária, não sendo possível a utilização na Embrapa. Assim, sugerimos a apresentação desta emenda, no valor de R$45,7 milhões, destinada à ação "20Y6 - Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária".

Inclusive, para ressaltar, nesse mesmo diálogo com o Relator, sugerimos que nenhum recurso destinado a pesquisa, ciência e tecnologia seja contingenciado, que esteja fora do contingenciamento por parte do Executivo.

As emendas de Comissão devem atender aos seguintes requisitos regimentais: (i) exibir caráter institucional; (ii) manter estrita relação com as competências da Comissão; e (iii) apresentar interesse nacional.

À exceção das sugestões de nº 1, 5, 7, 11 e 12, que apresentam atuação direcionada para o Distrito Federal, o que, portanto, vai de encontro ao requisito de interesse nacional estabelecido na Resolução nº 1, de 2006, todas as demais emendas cumprem com as condições regimentais.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção consistiram em programações orçamentárias alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

No âmbito da fiscalização ambiental, a ação escolhida foi a "214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais", executada pelo ICMBio e que tem por objetivo o monitoramento, a vigilância, a fiscalização e o manejo integrado do fogo em unidades de conservação federais e seu entorno. Além de atender diretamente as sugestões nºs 2, 13 e 26, entendemos que também estão atendidas as sugestões nºs 10, 17 e 27.

A fim de promover ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e gestão e ordenamento participativo da pesca artesanal, indicamos a ação "20Y1- Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal", atendendo às sugestões nºs 25 e 31.

Propomos também a aprovação de emenda na ação "00UD - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente", a cargo do Fundo Nacional de Meio Ambiente, que se destina à aplicação de recursos em projetos nas áreas de unidades de conservação; pesquisa e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental; manejo e extensão florestal; desenvolvimento institucional; controle ambiental; aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas; e recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais, entre outras definidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Dessa forma, estamos atendendo as sugestões nºs 15, 16, 20, 24 e 36.

Por fim, atendendo a sugestão nº 21, recomendamos a aprovação de emenda na ação "00T5 - Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais", que julgamos de grande importância para prevenção de desastres.

Afinal, Sra. Presidente, nós estamos vivendo extremos de eventos climáticos, um na nossa região, no Norte, e outro no Sul do país. Inclusive há também diálogo com o Relator no sentido de que a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fique à mercê do evento para tomar medidas, sejam elas de prevenção, sejam elas de mitigação. Como a gente vê agora, na nossa região e no Sul, estão sendo necessários a edição de medida provisória, abertura de PLN, e muitas vezes isso vai acontecer na nossa região.

Em determinados segmentos, o evento vai passar para poder o recurso chegar, recurso que já tem certa limitação, já não atende por completo a necessidade, e nós enfrentaremos essa realidade. Por isso, eu entendo que essa emenda de ação da 00T5, no caso de enchentes dessa natureza que a gente está vendo no sul do Brasil e que ocorreu ainda este ano no Sudeste e em regiões do Nordeste, como no caso da Bahia, conseguirá, sendo executada de forma correta, atender essa realidade.

Diante do exposto, votamos pela apresentação das seguintes propostas de emendas de apropriação e de remanejamento, conforme o anexo quadro de detalhamento.

Emenda 1. Apropriação. Sugestões contempladas: 2, 10, 13, 17, 26 e 27. Autores: Senador Marcio Bittar, Deputado Nilto Tatto, Senadora Jussara Lima e Senadora Eliziane. Ação Orçamentária: 214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. O valor aqui sugerido é de R$400.000.000,00, na Modalidade de Aplicação 90, sendo R$100.000.000,00 no GND 4 (Investimentos) e R$300.000.000,000 em GND 3 (Outras Despesas Correntes)

Apropriação, 25 e 31. Senadora Eliziane Gama e Deputado Sidney Leite. Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal. Valor: R$390.000.000,00, sendo R$60.000.000,00 na Modalidade de Aplicação 90 e GND 4 (Investimentos) e R$330.000.000,00 na Modalidade de Aplicação 40, dos quais R$ 240.000.000,00 em GND 4 (Investimentos) e R$90.000.000,000 em GND 3 (Outras Despesas Correntes).

Apropriação. Atende as Sugestões 15, 16, 20, 24 e 36. Do Senador Humberto Costa, da Senadora Jussara Lima, do Senador Esperidião Amin, do Senador Rogério Carvalho e da Senadora Augusta Brito. Ação Orçamentária 00UD - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente. Valor: R$100.000.000,00, sendo R$80.000.000,00 na Modalidade de Aplicação 90 e GND 3 (Outras Despesas Correntes) e R$20.000.000,00 na Modalidade de Aplicação 40 e GND 3 (Outras Despesas Correntes).

Apropriação 21. Senador Esperidião Amin, autor. Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais. Valor de R$1.000.000.000,00, na Modalidade de Aplicação 40 e GND 4 (Investimentos).

Remanejamento. Indicação 34. Senadora Tereza Cristina. 20Y6 - Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária. Valor: R$45.700.000,00, na Modalidade de Aplicação 90, sendo R$20.000.000,00 em GND 4 (Investimentos) e R$25.700.000,00 em GND 3 (Outras Despesas Correntes).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o que temos, Sra. Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Quero aproveitar, Deputado Sidney Leite, nosso Relator, para parabenizá-lo pela assertiva conversa, tratativa com o Relator do Orçamento Geral, porque, de fato, não podemos concordar que áreas tão vitais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o desenvolvimento do nosso país tenham recursos contingenciados como temos observado acontecer ao longo dos anos.

Quero também parabenizá-lo pela preocupação e aqui compartilhar da sua preocupação de que tenhamos, no nosso Orçamento da União, de fato, a previsão de ações não apenas de prevenção, mas de mitigação e também de adaptação.

Nós chegamos já a esse momento. Os eventos climáticos extremos já estão acontecendo de uma forma em que a emergência climática já é uma realidade e nós precisamos tratar da adaptação com muita agilidade e muita responsabilidade no país inteiro. O papel da União, na sua dimensão também de aportar recursos, de aportar suporte técnico a essas ações e fazer a articulação nacional para que as ações aconteçam, se coloca como extremamente necessário e urgente.

De modo que compartilho com o senhor essa preocupação e haveremos de agir no acompanhamento por esta Comissão Mista de Mudanças Climáticas para que isso aconteça.

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da presente reunião.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença...

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu só queria fazer um registro e parabenizar todos os membros da Comissão, pois, haja vista o curto espaço, foram apresentadas 38 emendas.

V. Exa. e eu somos membros de outras Comissões e a gente não vê esse quantitativo de Comissões. Eu tive o cuidado de ler todas as propostas, com as emendas e justificativas, e, infelizmente, nós temos uma capacidade pequena dentre tantas demandas que a gente tem neste segmento.

Mas quero parabenizar todos os colegas, o que prevaleceu é o que a gente tem que ter, um início. É lógico que essas emendas ficam como sugestões, seja a sugestão de banco genético, da questão da biodiversidade como um todo, mas nós temos urgência porque precisam ser tratadas hoje, não só pelo Governo Federal, mas pelos demais governos dos estados e municípios, no sentido de que a gente possa ter um planejamento, executar esse planejamento, garantir aquilo que pode ser evitado, trabalhar na redução, e essa questão da transição energética é fundamental para que eventos dessa natureza não causem tanto prejuízo e tantas sequelas, se nós pudermos evitar seria melhor.

Então, é algo que ficava sempre no final das prioridades e eu entendo que passa a ser a prioridade número zero.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Deputado Sidney Leite.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Deputada Flávia Morais, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Efraim Filho, Zequinha Marinho, Leila Barros, Humberto Costa, Jussara Lima, Augusta Brito, Wilder Morais, Damares Alves, Esperidião Amin, Gilson Daniel, Nilto Tatto e Leonardo Monteiro, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Plínio Valério, Paulo Paim, Magno Malta, Zenaide Maia, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Giordano, Marcio Bittar, Cid Gomes, Eliziane Gama, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Felipe Becari, Meire Serafim, Socorro Neri, Sergio Souza, Sidney Leite, Zé Vitor, Ricardo Salles, Camila Jara e Célia Xakriabá. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2023 - CMMC, de autoria das Deputadas Federais Flávia Morais (PDT/GO) e Socorro Neri (PP/AC). **Finalidade:** Debater sobre a importância do mercado de carbono regulado como estratégia para a neutralização de gases do efeito estufa. **Participantes:** Eduardo Brito Bastos, Representante da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG; Caio Borges, Gerente de Política Climática Instituições e Direito do Instituto Clima e Sociedade - ICS; Natalia Renteria, Diretora de Assuntos Regulatórios da Biomas; Gabriela Savian, Colíder da Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura; e Monica Sodré, Diretora Executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas n° 4, de 2023** que: "Requer a inclusão da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente – ABREMA na audiência pública objeto do requerimento nº 02/23." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas n° 5, de 2023** que: "Requer que sejam convidados a Senhora Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima, e o Senhor Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, a comparecer na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas n° 6, de 2023** que: "Requer a realização de diligência no estado de Mato Grosso, para averiguar a situação do Pantanal mato-grossense." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada Flávia Morais
Presidente Eventual da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião está dividida em duas partes: uma audiência pública e logo após a deliberação de requerimentos.

A audiência pública será destinada à realização desse momento com o objetivo de debater sobre a importância do mercado de carbono regulado como estratégia para a neutralização de gases do efeito estufa, em atenção ao Requerimento nº 3 da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, de minha autoria e coautoria da Deputada Socorro Neri.

Estarão participando conosco – desde já, eu quero agradecer a todos os convidados, a todos os expositores que se apresentam nesta Comissão especial –: a Diretora de Assuntos Regulatórios da Biomas, Natália Renteria; Mônica Sodré, Diretora Executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps). Muito bem-vinda, Mônica; Eduardo Brito Bastos, representante da Associação Brasileira do Agronegócio; Caio Borges, Gerente de Política Climática do ICS – Instituições e Direito do Instituto Clima e Sociedade; Gabriela Savian, Colíder da Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura. Sejam todos muito bem-vindos. Eu tenho certeza de que será um momento de muito aprendizado e, com certeza, a contribuição, a presença e a participação de vocês enriquecem o nosso debate.

Também foram convidados Marcello Brito, que é Secretário-Executivo do Consórcio Amazônia Legal, e Viviane Romeiro, Diretora de Clima do Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável, que não puderam comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, em todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, os Parlamentares poderão fazer suas perguntas ou comentários.

Eu queria registrar a presença do Deputado Nilto Tatto, agradecer a presença e registrar publicamente a participação e atuação do Parlamentar em defesa dessa causa. Chega agora também o Deputado Leonardo, que é muito bem-vindo. E também registro a presença do ex-Deputado Israel Batista, que se faz presente junto conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, iniciando nossa audiência pública, eu passo a palavra à Natália Renteria, Diretora de Assuntos Regulatórios da Biomas.

A SRA. NATÁLIA RENTERIA (Para expor.) – Bom dia! Vocês estão me ouvindo?

Eu agradeço o convite, é um prazer estar aqui hoje. A minha fala vai ser dividida em três momentos. No primeiro deles, vocês vão me permitir repassar alguns conceitos, que eu acho que vão ajudar muito na discussão. Em seguida, nós vamos ver alguns números e, por fim, o desenho do texto atual do PL, que nós estamos conversando.

Eu queria rapidamente lembrar de onde surgiram os mercados de carbono e por que a gente está aqui hoje conversando sobre eles. Os mercados de carbono nasceram numa época da convenção que a gente chama era de Kyoto, quando eles eram mecanismos de flexibilização. O que isso quer dizer? Eles eram um instrumento utilizado dentro da convenção do clima para facilitar aqueles países que tinham uma obrigação de redução de gases de efeito estufa através de projetos em países que não tinham essa obrigação. Então, eles nasceram com esse desenho de mecanismo de flexibilização. Mas isso mudou. E na era de Paris, que é a era que nós nos encontramos agora, os mercados de carbono eles tiveram o que a gente pode chamar de uma ressignificação. O que é isso? Então, além de eles serem um mecanismo de flexibilização dentro da convenção climática, eles passaram a ser também um mecanismo de precificação do carbono nas economias nacionais. E isso nos importa, porque isso atinge a maneira que a gente está moldando a nossa regulação interna agora.

Então, o que a gente tem hoje no mundo para mercados de carbono? Além de eles atuarem dentro da convenção climática como um mecanismo de flexibilização para aqueles países ali envolvidos, nós temos, nos âmbitos nacionais, esses mercados como uma política pública, então mecanismos de precificação. E aí a gente tem o mercado regulado e o mercado voluntário.

Vamos entender um pouquinho mais.

Mercado regulado é uma política pública impositiva. Qual é o instrumento ali de trabalho desse mercado regulado? São as chamadas permissões, o que aqui, na nossa lei, está ganhando o nome de cotas. Ou seja, elas são negociadas entre aqueles atores. E no mercado voluntário? No mercado voluntário é diferente. Ele nasce de compromissos livres entre empresas, compromissos corporativos, eles são além da obrigação nacional. E aqui a gente está falando de crédito de carbono, vindos de projetos. Então, vocês estão vendo que o ativo é diferente e os objetivos desses mercados são distintos também. Então, a gente não deve falar que um é melhor do que o outro, pois eles são diferentes e têm objetivos diferentes.

Então, seguindo nessa linha, na semana passada, a gente pôde conversar, numa outra audiência pública, sobre o mercado voluntário, e hoje eu trago para vocês o mercado regulado. Qual é a dinâmica desse mercado regulado? Então, você tem a alocação dessas cotas, que eu comentei com vocês, através de uma autoridade reguladora. Então, ela é realmente o guarda-chuva desse sistema que vocês podem ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é vertical. Então, é essa autoridade que vai indicar os setores regulados, determinar o limite de emissões e como isso vai ser distribuído.

Em seguida, a parte operacional desse mercado... É muito importante a gente ter em mente que ele tem dois braços. Ele tem o reporte e o controle, e eles não devem ser misturados até por uma questão de seriedade desse mercado. Então, quem aloca, quem dá aquela distribuição tem que ser diferente de quem faz o controle. E aí, você tem todo o sistema de comercialização que vai em seguida. Então, vocês estão vendo que tem três níveis ali de operações desse mercado. No meio, você tem o coração do mercado, que é aquela fonte emissora que está acima do limite que lhe foi atribuído das suas licenças de emissão. Ela vai ter ali um... Ela ficou acima, ela vai ter um excesso; então, ela vai ter que buscar quem ficou abaixo. E aí, entre essas trocas, você acaba formando um mecanismo de financiamento num custo-benefício melhor para aqueles atores que são regulados. Então, essa é a lógica do mercado regulado. Você impõe um limite de emissão, mas você também facilita aqueles atores através da permissão dessa troca.

E o que é importante para o caso brasileiro? Vocês estão vendo aquele quadradinho final ali, laranja, os *offsets*? Então, isso é particularmente interessante para o Brasil porque nós somos um país classificado como produtor de crédito de carbono. O que isso quer dizer? Então, nós temos uma floresta tropical, como poucos países podem dizer que estão no mesmo local que o nosso, e a gente tem a capacidade, através de projetos, de soluções baseadas na natureza, que são manter a floresta em pé, recuperar a floresta e a agricultura de baixo carbono, de produzir créditos que podem entrar através dessa portinha no mercado regulado.

Gente, é uma portinha muito especial, e a gente vai voltar nela. Não é para inundar de crédito, senão você quebra com a lógica que eu apresentei para vocês. Tem que ter critérios de elegibilidade, sim, para a entrada desses créditos, mas é importante que a gente estabeleça essa interoperabilidade que vai valorizar o que a gente tem de especial aqui, no Brasil, que é esse potencial de produção de créditos NBS.

Enfim, aí agora eu entro em alguns números, para vocês entenderem um pouco mais do que é que a gente está falando. Quando a gente fala de mercado regulado, é um mercado que já existe no mundo. A gente já tem aí uma movimentação financeira importante. Eu trago para vocês... Essas barrinhas azuis crescendo são como que o mercado regulado cresceu nos últimos anos. Então, a gente tem ali uma explosão em 2020 – são as três barras finais: 2020, em seguida 2021 e 2022 –, um crescimento muito importante desse mercado, demonstrando que os compromissos das NDCs dos países... Eles estão implementando os mercados regulados justamente para estabelecer uma política interna de precificação e de cumprimento dessas obrigações de redução de gás de efeito estufa. Então, só em 2022 a gente teve US$63 bilhões que foram negociados no mundo em relação a mercados regulados. E aí eu trago outro número para vocês, que está embaixo ali, olha: mercado voluntário, US$1,3 bilhões. E aí vocês falam: "Nossa, mas que diferença importante! Será que o mercado voluntário é menos importante que o regulado?". Não, o mercado voluntário não é menos importante. O que acontece é que esse é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado que a gente diz que não é executado, ou seja, ele não chegou ainda no potencial que ele pode chegar, e o mercado regulado já está mais desenvolvido e mais implementado atualmente no mundo.

E aí, para confirmar essa informação que eu trago para vocês, aqui eu trago uns números de demanda de créditos de carbono no mundo. E a gente está bem no início ali do gráfico, a gente está em 2023; a curva ainda não começou a subir, a linha não começou a subir; e essa parte coloridinha dessa linha do meio é a previsão de crescimento para os compromissos já assumidos atualmente. Então, as empresas, hoje, no mundo já se comprometeram com projetos de descarbonização que envolvem o uso de *offset*, principalmente de remoção, para falar a verdade, mas também uma parte importante do outro crédito... do *offset* também que não seja a remoção.

E a parte de cima que está em branco é ao que ainda pode chegar, ou seja, a gente está falando aí de uma demanda de toneladas de crédito de carbono de 7 bilhões no mundo – e isso não estou falando de dólares, estou falando de toneladas de crédito de carbono, a demanda de toneladas de crédito de 7,7 bilhões –, e isso só se os compromissos continuarem a crescer no ritmo em que eles estão crescendo hoje. Então, já confirmada, a gente tem ali uma demanda já significativa, mas que tem um potencial de crescimento ainda maior.

Então, uma vez que isso aconteça, o mercado voluntário vai ser executado tanto quanto o mercado regulado, o que demonstra a importância de, dentro da nossa legislação, a gente criar caminhos para que os dois mercados possam se desenvolver.

Dito isso, eu trago aqui uma ilustração para vocês de onde que a gente está no nosso texto atual. Então, a gente teve um texto que foi aceito no Senado, que foi aprovado através da Senadora Leila, e esse texto está na Câmara em discussão. E o momento em que a gente está hoje é este. A gente tem o reconhecimento de um ambiente voluntário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATALIA RENTERIA – ... de um ambiente regulado, e isso funciona de uma maneira que existe a interoperabilidade entre esses mercados, então você pode... o desenvolvedor no mercado voluntário pode fazer a venda do crédito dele de forma direta ou através de um mercado organizado, e esse crédito entra no mercado regulado através de uma "portinha".

Lembram que eu mostrei para vocês ali o laranjinha?

Então, nessa portinha, e isso eu gostaria de destacar para vocês especialmente antes de finalizar, a gente tem duas utilidades desse crédito do mercado voluntário entrar no mercado regulado. A primeira é para trazer ali uma alternativa a mais para esses entes regulados de poderem utilizar uma porcentagem do *offset* dentro do sistema do mercado regulado, então, isso foi validado, inclusive, pelo estudo que foi desenvolvido pelo Banco Mundial e pelo Ministério da Economia, então, não é para essa porcentagem ser muito elevada, ela tem que ser calibrada, mas essa possibilidade existe e tem utilidade no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, tem uma outra utilidade que o PL trouxe para a entrada desse crédito, que é a exportação do crédito do mercado voluntário. Isso, para o Brasil, é muito importante porque onde está o mercado que vai comprar o nosso crédito NBS, o nosso crédito de soluções baseadas na natureza, é lá fora, pessoal, é o mercado internacional. E, pela legislação atual que está em discussão, é preciso que passe por essa portinha para fazer o ajuste correspondente e ser exportado.

E qual é ali o ponto de atenção que eu estou vendo? Existe – eu coloquei uma bolinha rosa para facilitar – o credenciamento de metodologias que vai ser feito de forma discricionária, ou seja, ele ainda vai ser decidido, e isso pode trazer potencialmente, isso pode causar um obstáculo para a exportação de créditos, porque, você imagina, um projeto demora anos para ser criado. Então, hoje eu faço um projeto de mercado de carbono voluntário que vai se desenvolver por 50 anos e se daqui a três anos eu tenho a indicação de que essa metodologia não vai ser aceita para o ajuste correspondente de exportação, eu não consigo exportar esse crédito. E isso é potencialmente um perigo para um país que tem características como as nossas, então, eu chamo a atenção para que a gente possa olhar isso com atenção. Fora isso, o mercado regulado está estruturado com um órgão deliberativo, um executivo e um consultivo, de maneira a possibilitar as trocas entre os entes regulados.

Enfim, o que eu queria trazer para vocês hoje aqui é que existem, sim, alguns pontos de atenção para que a gente possa possibilitar a abertura no mercado voluntário, ou seja, a parte tributária tem que ser uma parte razoável, uma parte favorável, o ambiente em que você negocia esse crédito, e você ter certeza se você está fora do mercado organizado ou dentro do mercado organizado também é um ponto de atenção para a gente olhar, mas, em geral, a gente tem um sistema que traz um mercado regulado para o Brasil.

E o financiamento climático, pessoal, tem três possibilidades, a gente pode fazer filantropia, a gente pode ter programas governamentais e a gente pode ter o privado. No privado é o mercado de carbono, no Brasil a gente ainda não tem o regulado e a gente precisa ter. Então, nós precisamos de todas as fontes de financiamento, sejam elas públicas, privadas ou filantrópicas, e a gente precisa das três agora. Então, é muito importante que a gente estabeleça um mercado regulado no Brasil olhando as nossas características primordiais, valorizando o que a gente tem de melhor, sem amarras ao mercado voluntário, mas tendo certeza de que o nosso mercado regulado é íntegro.

É isso, pessoal.

Um bom dia e muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Natália, nós que agradecemos essa atualização em relação ao parecer da nossa Senadora Leila e de todas as vertentes, para nós é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria passar a palavra agora à Diretora-Executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), a nossa querida Mônica Sodré.

A SRA. MONICA SODRÉ (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando o Senador Humberto Costa, que preside esta Comissão, cumprimentando também a Deputada Federal Flávia Morais, parceira e autora do requerimento que me traz a esta Casa. Gostaria de cumprimentar os Parlamentares que estão aqui presentes, assim como todos aqueles que nos acompanham *online*.

É uma satisfação voltar a esta Casa e também voltar a esta Comissão após a reinstalação dos seus trabalhos. É uma Comissão que tem como missão produzir políticas públicas na área que eu considero fundamental, que é a da mudança do clima, e nós acreditamos que a mudança do clima é a agenda política do século XXI.

Nos próximos dias, alguns de vocês estarão representando o Brasil, os interesses nacionais, na COP 28, o principal fórum climático mundial, e existe uma expectativa de que a Câmara dos Deputados aprove nos próximos dias um projeto de lei com um impacto significativo no campo socioambiental brasileiro, que é o projeto de lei que cria o sistema de comércio brasileiro de emissões, que a gente vai tratar aqui popularmente como a criação de um mercado regulado de carbono. É sobre isso que eu gostaria de tratar com os senhores e as senhoras hoje.

Quando, na semana passada, eu estive aqui nesta Casa, no Plenário, levando considerações ao Governo brasileiro sobre a COP 28, eu fiz uma provocação aos Srs. e às Sras. Senadoras sobre o termo potência verde, que eu escuto com uma certa frequência. Por todos os lugares existe uma expectativa, uma percepção de que agora chegou a hora do Brasil, porque somos uma potência verde.

No entanto, eu acho curiosa essa percepção de que somos uma potência para um país que já passou pelo ciclo do café, do ouro, da cana e ainda assim é um país em desenvolvimento, não conseguiu sair do rol dos países em desenvolvimento. O que eu quero dizer com essa fala, que foi exatamente a minha provocação na semana passada, é que ninguém está condenado ao desenvolvimento, e a história no Brasil está aí para mostrar que nós não estamos. Traduzir essa potência em resultados depende de ação, e esta Casa, hoje, tem a chance de transformar potência em ação.

Diante dessa conferência que se aproxima, nós temos pelo menos três recomendações ao Brasil. Primeiro, manter o Acordo de Paris e as suas metas; segundo, manter as ambições brasileiras que devem ser sempre progressivas; e, em terceiro lugar, aprovar a criação do sistema brasileiro de comércio de emissões. Essas três ações coordenadas nos trarão coerência.

Sabemos, no entanto, que a criação desse mercado não é uma bala de prata, não vai resolver todos os nossos problemas e, portanto, não deve ser subestimada. No entanto, a gente sabe também que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento, como falou a minha colega aqui anteriormente, é mais um instrumento à disposição dos países para reduzir as suas emissões, em especial no mundo em que a ciência já provou que aquece. Sua aprovação, nesse momento em especial, dá uma sinalização ao mundo sobre a nossa capacidade, a capacidade desta Casa, deste Parlamento, de transformar potência em ação.

Por isso, senhoras e senhores, eu venho aqui com um pedido, que é que nós sejamos pragmáticos e que nós promovamos essa ação. Está na mão de vocês a oportunidade e a responsabilidade de aprovar a criação de um mercado regulado de carbono no Brasil, ajudando a dar esse recado ao mundo nas próximas semanas, em especial, diante da conferência que se aproxima. É nítido, e aqui eu ressalto o valor que tem para a sociedade, o esforço que o Parlamento fez diante desse assunto, que já estava previsto na Política Nacional sobre Mudança do Clima desde 2009. Foi o Parlamento quem inaugurou essa discussão nos anos recentes.

Se a criação dessa legislação é complexa, e a gente viu aqui em dez minutos o quanto é, nós sabemos que a implementação e a regulamentação disso também o serão. A legislação começa não com uma legislação; uma legislação não acaba com a sua aprovação, ela começa com a sua aprovação. Sabemos também dos desafios políticos e dos inúmeros interesses que perpassam um projeto como esse, mas precisamos reconhecer que esse tema não só tem acúmulo, como, hoje, tem a partir do projeto que veio do Senado Federal, uma base regulatória relativamente satisfatória.

Sabemos que o tema é complexo e que pode alcançar melhorias e ajustes durante a sua regulamentação, o que exigirá adaptação, aprendizado e inovação, como nos mostra a experiência internacional. É chegada a hora, portanto, de que a gente dê o próximo passo. Se a gente olhar as experiências internacionais de mercados regulados em países com legislação mais avançada que a nossa, a gente vai ver que todos eles passaram por implementação faseada, em fases. É o caso da União Europeia, que implementou seu sistema de *cap and trade* em 2005 e, de lá para cá, reduziu 41% das emissões dos seus setores regulados e que tem usado hoje a experiência prática, o cotidiano, para fazer ajustes nas suas ambições e no seu controle.

Nós já estamos atrasados e não podemos deixar que a falta de um arcabouço regulatório no Brasil ameace a integridade de um mercado voluntário, que, como nós vimos, já está em operação e, principalmente, que a gente deixe de fazer avançar tecnologia, redução das emissões e crescimento econômico por falta desse ambiente regulado de um mercado de carbono no país.

As mudanças climáticas, senhoras e senhores, precisam fazer parte do imaginário, da preocupação e do repertório de cada um de vocês. Estima-se que hoje cerca de 50% do PIB nacional dependa dos ciclos da natureza. Parte do agronegócio está atenta e preocupada com isso, mas não podemos excluir da legislação *economy wide* uma parte do agronegócio que, muito em breve, terá as metodologias necessárias para fazer parte desse mercado e que é também um dos setores que será mais afetado com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança climática no Brasil. É importante que a legislação em discussão não limite essa possibilidade no futuro.

Diante disso, eu me encaminho para a conclusão da minha fala algumas recomendações muito específicas, em especial o projeto de lei que hoje tramita nesta Casa. São elas: a necessidade de aprovação de um mercado regulado de carbono que não represente, no futuro, custos mais altos para a competitividade dos setores econômicos no Brasil. Em segundo lugar, que o sistema brasileiro seja *economy wide* e que a entrada e regulação de setores econômicos do país sejam feitas em fases, e que as atividades primárias do agronegócio não tenham caráter de exceção na legislação, a exemplo do que acontece, por exemplo, na Nova Zelândia. Que o mercado regulado seja complementar e conectado aos mercados voluntários. O reconhecimento e a valorização dos mercados jurisdicionais, que já geram diversos resultados positivos ao país, como é o caso dos Estados do Acre e do Tocantins. Que haja fomento ao desenvolvimento de pesquisa, inovação e novas tecnologias para potencializar nosso desenvolvimento, atrelado à redução das emissões de gases de efeito estufa. Que nós compreendamos que a criação desse mercado é apenas uma das múltiplas soluções que precisarão ser implementadas e desenvolvidas no enfrentamento das mudanças do clima – é importante, mas que a gente também não o superestime. Que o arcabouço regulatório apresente uma governança participativa que inclua o setor produtivo e privado, a academia e a sociedade civil – as soluções para mitigações e adaptação às mudanças climáticas exigem a atuação de todos os setores da sociedade. A governança também deve respeitar e incluir as competências e especificidades das unidades federativas e municipais.

Mesmo com a aprovação do sistema de comércio de emissões e de outros instrumentos, como o marco regulatório de hidrogênio de baixo carbono, é preciso que esse Parlamento se ocupe de definir a natureza jurídica e o conceito dos ativos ambientais, juntamente aos esforços de taxiconomia verde que o Governo, o Executivo federal tem feito.

Por último, os instrumentos legislativos e as políticas públicas, as quais este Parlamento compete fiscalizar, precisam garantir não só a integridade ambiental, mas também o desenvolvimento social e econômico do país, para que nós tenhamos uma transição justa, em especial num país que é historicamente campeão de desigualdades.

Senhoras, senhores, o Brasil conta com vocês para transformar potência em ação. O próximo passo para isso pode ser dado por esta Casa.

Muitíssimo obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Bem, Mônica, vamos torcer para a gente conseguir aprovar. Acho que o momento é muito propício para isso.

O representante da Associação Brasileira de Agronegócio, Eduardo Brito Bastos, então, é o nosso próximo expositor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor.) – Obrigado, muito obrigado, Deputada, pela gentileza aqui.

É bom demais poder estar aqui de volta. A gente tem debatido esse tema já há algum tempo, e a gente entende como muito importante essa aprovação. Seria incrível ter o nosso Presidente Lula anunciando essa regulação na COP em Dubai. Ele embarcou ontem. Então, a gente tem realmente um prazo aqui apetado. A gente entende a importância desse tema e espero que esta Casa consiga fazer essa aprovação. Vai ser muito importante para o Brasil ter esse marco regulatório para esse mercado de carbono.

Eu vou dividir aqui minha fala em quatro pontos do que a gente quer ou pode fazer como Brasil; o papel do agronegócio dentro dessa discussão; o mercado de carbono e esses desafios e oportunidades que o setor tem.

O primeiro ponto que eu acho que precisa ficar muito claro aqui é que o mundo realmente espera do Brasil uma ação mais contundente na área climática, mas também para combater não só a insegurança na parte de clima, mas também a insegurança alimentar. São dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aqui: o 13, que é o de clima, mas também o 2, que é combater a fome no mundo. E acho que o primeiro recado que eu quero deixar muito claro aqui para vocês é que a gente pode fazer esses dois, é possível alimentar o mundo e descarbonizá-lo. A gente pode alimentar 20% do planeta Terra – hoje a gente alimenta cerca de 10%, o último número da Embrapa, de um mês atrás –, mais ou menos 800 milhões de pessoas dependem da produção brasileira. A gente pode dobrar essa produção, e a gente pode contribuir também com 20% da descarbonização do mundo.

Naquele gráfico que a Natália mostrou, a gente tem aí uma demanda próxima a 5 bilhões de toneladas até 2040; ela pode chegar em 7 bilhões em 2050, e a gente pode contribuir com 20% disso, ou seja, aproximadamente 1 Gigaton. Na verdade, só no plano ABC a gente tem lá 1 giga programado para capturar. Então, é possível, tem um caminho aqui.

Segundo ponto da regulação. É importante que a gente esclarecer aqui que quando o texto foi aprovado no Senado e veio para esta Casa, a gente começou a ver muita coisa: "o agro saiu da regulação". O agro não saiu. O que teve, a discussão ali foi a produção primária não estar incluída, porque não está em lugar nenhum do planeta Terra. Então, a agroindústria está lá, ela segue regulada. Todo setor que emitir mais que 25 mil toneladas vai estar regulado, não é só frigorífico – saiu muita matéria de frigorífico –, mas uma plantação grande entraria.

Então, a ideia aqui é que não tenha essa produção primária dentro dessa regulação neste momento. Enfim, todas as outras áreas do agronegócio, por exemplo, a agroindústria. Agroindústria é indústria, e ela está lá. Então, uma produção de cerveja, uma cooperativa que produz frango, que produz suíno, tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso está dentro da regulação. E um dos motivos de o agro primário não estar regulado em nenhum lugar do mundo, praticamente, é porque é muito difícil. A lógica aqui da regulação é que você consegue fazer esse controle, ou seja, as emissões são estacionárias. Você tem uma planta, uma fábrica, por exemplo, de químico, de plástico, você sabe quanto entrou de consumo de energia, você sabe quanto que foi produzido, quanto entrou de petróleo, você consegue converter tudo isso em um número e colocar à disposição do regulador para fazer, então, essas emissões de cotas ou permissões, como a Natália muito bem explicou. Numa lavoura, num ano, se você plantar milho e soja e, no ano seguinte, se der uma seca, como está acontecendo numa parte do Brasil hoje, ou se houver excesso de chuva numa parte Sul do Brasil... "Opa, eu não consigo fazer uma segunda safra". E aí? Como é que eu faço isso? Não é estacionário, é difuso. O nome disso é emissão difusa. Então, é muito difícil de controlar. "E se você plantar milho?", "Tá, qual variedade? Em qual época do ano? Qual adubo? Qual o tipo de prática agrícola?". Não dá para comparar uma produção agrícola a uma fábrica de cimento, por exemplo.

Então, é por essa razão que vários países que tomaram a decisão de se movimentar no agro têm uma regulação específica. Não é que o agro não é regulado, vários países tomaram essa decisão de criar políticas específicas. A Europa tem lá o seu CAP (Common Agricultural Policy), em que tem uma série de incentivos para promover a agricultura regenerativa, que é muito semelhante ao que o Brasil tem aqui no seu ABC e ABC+. Agora, a gente tem 13 anos de ABC, que é a agricultura de baixo carbono. Então, a gente tem uma política aqui. O ponto importante, claro, é interoperabilidade sobre a qual também a Natália comentou aqui. A gente combinou, então: Por favor, fale primeiro, porque você consegue dar vários desses recortes mais técnicos. Justamente essa ligação entre o regulado e o voluntário, em que o crédito gerado, nesse voluntário, pode ser incorporado parcialmente desde que ele tenha, então, essa autorização da autoridade competente.

Um outro ponto importante também aqui: o agro não representa 75% das emissões – a gente tem visto também muita matéria falando disso –, o agro representa cerca de 25%, 27% é o número exato do último reporte. Então, um quarto das emissões brasileiras vem do agronegócio, 50% da nossa emissão é desmatamento. Então, esse é um problema, esse é o principal problema que o Brasil tem. E a gente tem visto aqui um esforço muito grande do Governo de combater esse desmatamento, a gente tem reduzido esses números, e isso é muito importante, porque, de novo: dos aproximadamente 2,4 bilhões de emissão, 1,2 bilhão é de desmatamento, 600 milhões são de agricultura e 600 milhões são de todo o outro. A agricultura é a segunda maior em emissão. E é importante também, porque muitas vezes a gente compara com outras regulações do mundo, e, no restante do mundo e em boa parte do mundo do hemisfério norte, o perfil de emissão é exatamente o contrário do brasileiro. A gente tem aqui 75% das emissões ligadas ao uso do solo, 50% ao desmatamento e mais 25% à agricultura, e, no restante do mundo, aproximadamente 70% das emissões estão ligadas à energia fóssil, à queima de petróleo. Então, isso, obviamente, traz um olhar distinto na regulação brasileira, precisa ser assim, que bom que é assim, mas, de novo, lembrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui desses desafios, inclusive, de ajustar, por exemplo, fatores de emissão. Então, isso é um ponto importante.

O terceiro ponto aqui, eu comentei do mercado, e – obrigado! – a Mônica também comentou sobre isso, a regulação é uma das soluções. Ela não é a única. Ela é um dos vários instrumentos para regular um setor.

Então, a gente pode fazer a legislação, na nossa opinião, como Abag, como agronegócio, precisa ser feita essa regulação, mas o agro tem várias outras maneiras de ser regulado, por exemplo, plano setorial, que o Ministério do Meio Ambiente tem como obrigação conduzir, de fazer os planos setoriais do Brasil em cima das nossas contribuições determinadas, e, dentro desse plano setorial, obviamente, o agro está lá por ter 25% dessas emissões.

Dá para fazer, por exemplo, uma regulação. Para isso, não precisa nem de lei. Pode-se construir um decreto, por exemplo, para regular especificamente o ABC+. Transforma-se o ABC+ em um decreto. É uma opção.

Outra opção: a própria redução privada. Dentro dos setores, várias das empresas têm metas de redução, que a gente chama aqui de *insettings*, aquelas metas *Net Zero*, que a gente viu ali também na apresentação, e, obviamente, isso pode fazer essa transformação. E tem o lado do incentivo.

Então, hoje o Ministério da Agricultura tem trabalhado num programa, que vai ser apresentado na COP nesse final de semana, de recuperar 40 milhões de hectares de pastagens degradadas. Ao fazer isso, a gente sai de uma emissão de 2 toneladas para uma captura de até 4 toneladas, 2 toneladas na região dos Pampas e pode chegar a até 4 toneladas em algumas regiões específicas, como, por exemplo, no Estado de Rondônia.

Então, a gente pode sair apenas... Não é apenas, é um recurso, uma monta grande, mas, com incentivos, para fazer essa transição.

O último ponto de desafios e oportunidades é que o agro malfeito é parte do problema. E a gente não tem vergonha de dizer isso. Uma pastagem degradada é parte do problema. Uma granja de suínos que joga os seus dejetos no rio é parte do problema. Mas, quando a gente coloca um biodigestor para capturar, converter aqueles dejetos suínos em biometano, isso é solução. Quando a gente faz plantio direto, isso é solução. Quando a gente faz plantio de árvore, isso é solução. Quando a gente faz sistemas agroflorestais, integração lavoura, pecuária e floresta, tudo isso é solução. E é uma solução tropical que a gente pode fazer, não só no nosso país, mas levar para o mundo todo.

O que é importante aqui é que é importantíssimo e imprescindível a gente tropicalizar esses dados. Por quê? Porque quase tudo que foi desenvolvido no mundo até hoje foi feito sob o olhar do Hemisfério Norte, onde neva, onde faz frio, onde os solos são naturalmente, em geral, muito mais férteis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem um esforço aqui de apoiar a pesquisa e desenvolvimento, apoiar a nossa Embrapa, apoiar o CCarbon, que é um centro de carbono que está sendo criado junto à USP, lá no Estado de São Paulo, e vários outros, em parceria com várias outras universidades, a academia, para que a gente traga a melhor ciência para tomar as melhores decisões. Se a gente não fizer esse investimento, dificilmente a gente vai destravar.

Um olhar sistêmico, e eu fecho aqui a minha fala, de que, se a gente pensar numa cerveja carbono neutro... "Vamos fazer uma cerveja carbono neutro!". Que bacana! Mais da metade da emissão de uma cerveja vem da cevada, ou seja, nós temos que ir lá em Guarapuava, conversar com os produtores de cevada e montar um protocolo agronômico de plantio direto, de recuperação do solo, de uso de insumos biológicos. E tudo isso vai poder ajudar ou a reduzir a emissão, e/ou, no caso de agricultura, a aumentar a captura.

Mas olha só: "Eu vou produzir a cerveja. Eu tenho que engarrafá-la". Opa! Isso é vidro. Vidro é mineração. Não, mas depois que eu engarrafar, eu tenho que pôr num fardo. Pode ser feito um fardo de plástico, aí é petroquímico; pode ser um fardo de papel, aí é a indústria de papel e celulose. Todos esses setores vão ter que conversar.

E aí, de novo, a Mônica comentou aqui, a gente viu, claramente, na apresentação da Natália – estão cada vez mais bonitos os eslaides, parabéns – a complexidade disso.

Eu estou dando um exemplo aqui prosaico de uma cerveja, mas imagina fazer isso para todos os setores. Olha a quantidade de setores que estão envolvidos para a gente conseguir ter um produto zero na prateleira!

Mas o que é o mais interessante aqui é que se tem um país que consegue fazer isso é o nosso, porque a gente tem uma agricultura que foi desenvolvida, particularmente, ao longo desses últimos 50 anos, em que a gente aprendeu a tropicalizar, a fazer uma agricultura em um solo, em uma região, que, 50 anos atrás, era considerada inóspita. Era o ditado: Cerrado, nem dado! E hoje a gente vê como um celeiro.

Mas dá para fazer isso sem o desmatamento? Dá. A gente já mostrou que isso é possível. E é esse o caminho que a gente tem que fazer. Mas nós vamos ter que fazer juntos, com todos os outros setores construindo essa regulação.

Que essa regulação venha o mais rápido possível, que a gente possa, no ano que vem, construir esses planos setoriais; que esses planos incluam o agro – o agro está aberto a trabalhar nesses planos setoriais, a trabalhar a atualização desses fatores de emissão... A gente hoje tem, só nos dois principais dados do Brasil: metano, que é o segundo gás mais importante, depois do gás carbônico... Um dos métodos, que é o oficial brasileiro, multiplica por 21, e o sistema mais utilizado hoje no Brasil multiplica por 28 o fator de emissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Num rebanho, que é o segundo maior do mundo, o maior do mundo comercial, só perde para o da Índia, que não abate os animais, são 220 milhões de cabeças, multiplicar por 28 ou 21 faz uma boa diferença.

Então, de novo, a gente precisa investir numa boa ciência, precisa investir numa boa regulação e precisa investir em instrumentos financeiros.

Esta Casa pode dar esse recado para o mundo, trabalhando essas três frentes. A regulação está sendo feita agora, mas eu peço a vocês que olhem com carinho essas duas outras frentes também, do financiamento e da parte da ciência. Com esse tripé, nós seremos capazes de alimentar 20% do mundo e descarbonizar 20% do mundo. Esse é o caminho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – É muito importante a participação do Eduardo.

Eu tenho certeza de que hoje a agricultura adere muito à questão da regulação do mercado, da reparação das causas dessas mudanças climáticas, porque, com certeza, se tem um setor que é diretamente afetado, Deputado Leonardo, é a agricultura. A gente já percebe isso claramente. Hoje está muito visível e muito claro para todo mundo.

Então, eu acredito que com isso a gente tenha uma facilidade maior de construir, construir respostas que tenham essa composição.

Queria perguntar ao Deputado Nilto Tatto se quer fazer uso da palavra.

Aqui todos nós com uma correria muito grande, muitas ações ao mesmo tempo...

Com a palavra, Deputado.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para interpelar.) – Obrigado.

Eu a parabenizo pela iniciativa nesta Comissão, Deputada Flávia Morais.

Muito rapidamente... De fato, eu preciso sair correndo ainda tem uma atividade, participar também de uma outra reunião e depois passar em casa para fazer a mala para viajar logo mais à noite, lá para Dubai, na conferência do clima.

Eu quero fazer coro aí da necessidade de a gente ter evidentemente uma regulação no Brasil, rapidamente. Espero que a gente consiga inclusive debater isso na Câmara e aperfeiçoar inclusive o projeto. No fundo, o que me preocupa muito mais é do ponto de vista da governança. Vou dizer claramente aqui inclusive, Eduardo, precisa ser encarado não como uma terceira safra; nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensar a política do mercado de carbono como uma ferramenta dentro da estratégia geral daquilo que o Brasil precisa fazer para o enfrentamento da crise climática, do conjunto da política.

Ela não é uma oportunidade de ganhar dinheiro. Se a gente encarar como uma oportunidade de ganhar dinheiro, apesar de ser uma oportunidade para o Brasil, a gente corre o risco de perder inclusive a própria oportunidade logo ali na frente. Então, nós precisamos ter esse carinho. Por isso, nós precisamos olhar... Primeiro nós precisamos de ciência, nós precisamos de pesquisa para ver o que é que a gente pode fazer.

Nós precisamos dar respostas à crise climática. Nós precisamos assegurar que o aquecimento só fique em 1,5º. Se tudo aquilo com que a gente se comprometeu – e aí eu estou falando com o que nós humanos nos comprometemos no acordo do clima -, se se fizer tudo aquilo que foi assumido, já não vai ficar no 1,5º; vai para 2º, 2,5º de aquecimento. E a gente sabe das consequências dos eventos que a gente já vem assistindo.

Não vai ter agricultura no Brasil, em boa parte do território nacional, daqui a 15, 20, 30 anos se a gente não tomar medidas. Não vai ter agricultura. E aí, nós temos um problema que é interno nosso para poder fazer esse enfrentamento. É um problema que precisa ser debatido muito claramente dentro da Frente Parlamentar da Agropecuária, Eduardo, lá dentro.

Tem um percentual muito pequeno do agro do Brasil porque, quando falam "ah, mas falam que a agropecuária é responsável por 75", essa coisa se junta com o discurso que fala que de repente são os ambientalistas, que falam mal do agro. Quem fala mal do agro são aqueles 2% que hoje dão as cartas dentro da Frente Parlamentar da Agropecuária. Estou falando sério, a própria coordenação. Então, tem que debater internamente para a gente enfrentar esse desafio e ter uma legislação avançada que salve o agro também no futuro.

Desculpe falar muito aqui, Deputada, e peço perdão por sair. Quero parabenizar e cumprimentar a Mesa toda.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Nós que agradecemos, Deputado Nilton, que deixou muitas pautas para estar aqui conosco. E a gente sabe que, no seu mandato, essa é uma das pautas prioritárias, tem atuado muito em defesa do meio ambiente. É sempre muito bem-vindo.

Queria passar a palavra agora ao Gerente de Política Climática – Instituições e Direito do Instituto Clima e Sociedade (ICS), Caio Borges.

O SR. CAIO BORGES (Para expor.) – Muito obrigado, Deputada Flávia Morais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer em nome do Instituto Clima e Sociedade pelo convite para participar desta audiência pública. Queria parabenizá-la pela condução dos trabalhos e queria também cumprimentar os demais Parlamentares que estão aqui presentes e quem está acompanhando a gente também virtualmente.

Acho que muito já foi falado aqui, então vou tentar ao máximo não sobrepor o que já foi colocado e contribuir com a discussão.

Em primeiro lugar, destaco a importância de a gente estar avançando nessas discussões sobre a aprovação de um mercado de carbono regulado no Brasil, porque já faz mais de uma década que o país vem discutindo. Já foi falado aqui que o Governo esteve, durante muito tempo, elaborando estudos com o Banco Mundial para avaliar as possibilidades de, justamente, estruturação de um mercado no Brasil. Então, eu acho que a gente hoje nunca esteve tão próximo de tornar isso uma realidade como estamos agora.

E eu faço coro aos demais em lembrar... Eu acho que isso precisa ficar muito claro, porque ainda hoje, mesmo com o amadurecimento dos debates, vemos confusões conceituais e uma certa troca, aqui, de conceitos básicos em relação ao mercado voluntário, ao mercado regulado de carbono. A Natália fez uma ótima explanação inicial, mas eu queria repisar aqui principalmente o que é.

Já que o tema de hoje é o mercado regulado de carbono, qual é a função de um mercado regulado de carbono? E a resposta para isso é: ele pode ter múltiplas funções. Não existe uma única função para o mercado regulado de carbono. Ele pode ser um instrumento para se atingir um nível de redução das emissões, pode ser um instrumento para criar uma sinalização para o setor privado em relação ao preço do carbono e pode ser – acho que muito em sintonia com o que o Deputado Nilto falou – um instrumento para impulsionar mudanças estruturais na economia.

Eu acho que no contexto brasileiro, de um país em desenvolvimento, como a Mônica bem colocou, é muito importante que a gente faça o debate sobre o mercado regulado de carbono a partir dessa ótica de que ele pode ser um impulsionador para a reindustrialização ou a neoindustrialização brasileira.

Ele é uma política, dentro dessa caixa de políticas públicas, que pode, sim, ser muito importante para que o Brasil possa fazer a transição para uma economia de baixo carbono, deslanchando um ciclo virtuoso de adoção de tecnologias menos poluentes, industrialização verde, ganhos de eficiência e de produtividade por meio de processos industriais mais eficientes e menos poluentes e, também, por meio de estímulo à pesquisa de tecnologias de baixo carbono.

É fundamental, como também foi falado, que o mercado de carbono nunca seja visto como um fim em si mesmo. Ele tem que, justamente, estar conectado a uma visão estratégica de país mais ampla, que contemple uma estratégia de industrialização, tanto em nível nacional como subnacional, e também que seja conectado – eu volto no final a isso – a um arcabouço mais amplo de modernização da política climática brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria deixar aqui três mensagens principais sobre por que é urgente a gente estabelecer esse sistema de precificação de carbono no Brasil. Primeiro, porque, como já foi dito, as políticas de precificação são essenciais para que o Brasil consiga descarbonizar sua economia em linha com seus compromissos e com cenários mais ambiciosos.

A iniciativa Clima e Desenvolvimento, uma iniciativa que foi conduzida por diversos segmentos da sociedade e por entidades de renome na modelagem de cenários para a descarbonização da economia, inseriu a precificação de emissões como uma política crucial para que o Brasil consiga reduzir até 1,3 tonelada, gigatonelada, de carbono equivalente nessa década. Isso seria o equivalente à meta a que o Brasil se propôs perante o Acordo de Paris para o ano de 2025, a meta intermediária.

Segundo, é muito importante, como eu já falei, que o mercado de carbono seja um propulsor de transformação das vantagens comparativas que o Brasil já tem, de ser um país exportador com potencial agrícola, com uma alta reserva florestal, mas o Brasil tem também uma matriz energética muito limpa. E isso é fundamental para a gente pensar no mercado regulado de carbono, porque nós temos já intrinsecamente um posicionamento estratégico que precisa ser explorado frente aos demais mercados internacionais.

E hoje é uma realidade que o mundo está se fechando para produtos de alto carbono e está se abrindo para produtos de baixo carbono. Então, produtos que sejam muito carbono-intensivos serão penalizados nas negociações no comércio internacional.

E hoje, como já foi falado pela Natália, 23% das emissões globais já estão cobertas por algum tipo de mercado de carbono, o sistema de precificação, o que inclui imposto de carbono também, representando cerca de 40% do PIB global.

Isso se conecta com a terceira mensagem. Essas questões, essas preocupações sobre competitividade, sobre abertura comercial são um motivo muito legítimo e muito importante para que o Brasil avance urgentemente na implementação do mercado regulado, porque, quanto antes a gente fizer, quanto antes a gente souber fazer, a gente vai ter condições, então, de competir nesse mercado que cada vez se torna, como eu falei, mais aberto a tecnologias de baixo carbono e, quanto antes a gente também souber manejar esse instrumento, a gente vai poder fazer uso das flexibilidades do Artigo 6º do Acordo de Paris em relação a transações de redução entre os países.

Quais são os próximos passos em que a gente poderia pensar? Primeiro, a gente precisa começar, dar os primeiros passos. É preciso testar, é preciso aprender. Os primeiros momentos são realmente momentos em que a gente não consegue ter todas as definições, mas isso não deveria impedir que a gente avance na criação do mercado. Outros países que também instituíram seus mercados também não começaram já do zero com tudo definido. É uma governança experimentalista, é fazendo que se aprende a fazer. O mercado de carbono funciona dessa forma. A partir da operação, é que vai se ver se é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recalibrar o funcionamento, seja inserindo novos setores, seja tornando mais rígidos os limites de emissão, os *caps,* e por aí vai. Então, a primeira coisa é a gente realmente implementar e começar a próxima fase que é a fase de regulamentação.

E, nesse sentido, o PL que foi aprovado no Senado e que está sendo apreciado pela Câmara consegue atingir um bom equilíbrio entre criar uma moldura jurídica para que esse mercado seja efetivamente criado e, ao mesmo tempo, delegar para as próximas fases, para as instâncias do Executivo e instâncias de governança que serão criadas, a competência de definir algumas questões que realmente não poderiam ser definidas neste momento.

E aqui o que a gente pode trazer da experiência comparada? A gente pode trazer algumas boas práticas, e essas boas práticas servem para inspirar o debate, não necessariamente a gente precisa trazê-las todas, até porque existe uma variedade enorme de modos de estruturar esse mercado. Eu separei algumas aqui que eu acho superimportantes, porque elas são adaptáveis ao nosso contexto. Primeiro, a gente tem que entender que o mercado regulado por si só não é o que vai fazer com que o país tenha uma ambição e atinja suas metas, mas ele tem que estar em consonância com essa finalidade. Então, os *caps*, os limites de emissão, devem ser fixados de modo que obviamente a gente não tenha um cenário de continuidade – isso é básico. O cenário de continuidade, se o *cap* não tem uma adicionalidade, significa que o mercado de carbono não está cumprindo o seu papel de apoiar a descarbonização.

Tem vários aspectos de *design*, de desenho institucional que também são essenciais para fomentar confiança, credibilidade e integridade do mercado. Então é preciso que haja uma robustez nos mecanismos de verificação e de reporte para que a gente saiba efetivamente quanto cada fonte ou cada setor está emitindo e, a partir daí, fazer as conciliações das emissões. E esse sistema precisa ter credibilidade também a partir de um sistema de penalidades que seja capaz de efetivamente influenciar condutas. Se já se internaliza que o descumprimento dos tetos de emissões vai custar menos do que cumprir a obrigação, isso tira, retira a confiança nesse instrumento.

A participação, como já foi colocado pela Mônica, de diferentes segmentos da sociedade nas instâncias de deliberação consultiva e técnicas é importante também, porque é algo muito dinâmico. O mundo está mudando muito rápido, e a maneira como a gente vai trazer isso para dentro do mercado também só se fará a partir de uma escuta contínua e com a participação dos diferentes setores que podem alimentar e dar insumos para essas revisões periódicas.

E também é muito importante que a gente tenha clareza de que um mercado que está sendo criado praticamente do zero vai precisar de ter uma infraestrutura sólida. E isso vai requerer recursos orçamentários, recursos técnicos, recursos financeiros. Então tem um papel também para o Congresso no futuro de garantir a disponibilidade orçamentária para que as autoridades designadas consigam desempenhar suas funções e fiscalizar e supervisionar esse mercado de maneira adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só fazer um breve comentário sobre o mercado voluntário, que foi muito bem explicado pela Natália: sempre lembrar que ele serve a finalidades distintas, embora se cruzem em diferentes em vários momentos. O mercado regulado, como eu já falei, incentiva a descarbonização pela transformação dos setores produtivos, e o mercado voluntário pode ser uma poderosa ferramenta para atrair fluxos financeiros. Porém, a gente tem que ter muito cuidado com cifras que circulam na discussão de que o Brasil iria enriquecer por causa do carbono como uma nova corrida do ouro. É preciso ter muita cautela, porque não é tão claro.

Duas coisas: primeira, se a oferta desses créditos hoje está alinhada a um parâmetro *standard* de integridade necessário – e o mundo inteiro está discutindo como que a gente pode aumentar a integridade e a qualidade desses créditos –, então, mais do que ser um gerador de créditos de carbono, o Brasil precisa ser um gerador de créditos de carbono de alta qualidade. Isso é o que vai fazer com que o Brasil realmente atraia fluxos financeiros. E, segundo, também a gente não pode ter uma ilusão de que a demanda por esses créditos é infinita. Mesmo em um país como o Brasil, que tem uma reserva florestal imensa, a gente não seria capaz de prover todo o crédito de carbono necessário para o resto do mundo. Então todo mundo tem que fazer o seu dever de casa de realmente descarbonizar, sem exagerar no uso dos *offsets*, das compensações de carbono. Então esse é o dever de casa, obviamente, principalmente para os países desenvolvidos, mas também é um dever de casa para o Brasil.

Eu queria encerrar então, Deputada, recapitulando três mensagens principais. A primeira é que a precificação de carbono é um instrumento essencial nesse *mix* de políticas públicas de mitigação. E aqui eu volto, como eu disse no começo, eu gostaria de trazer novamente o enquadramento do mercado regulado com a política climática mais ampla. A gente precisa entender que no Brasil, a meta brasileira de descarbonização, a NDC e as suas futuras revisões não serão dependentes unicamente do mercado regulado; elas irão cobrir apenas um percentual das emissões brasileiras. E, como bem colocado pelo Eduardo, metade das emissões no Brasil são associadas ao desmatamento e principalmente o desmatamento ilegal, que não responde a um instrumento como esse.

Então, a gente precisa continuar com a implementação do Código Florestal, com as políticas de comando e controle que coíbam o desmatamento ilegal de maneira firme, e a gente precisa destravar – acho que precisa ter este debate – o financiamento climático no Brasil. A gente hoje fala muito pouco, no Brasil, sobre como a gente pode catalisar os recursos domésticos e internacionais para que eles sejam canalizados justamente para essas indústrias que vão precisar de capital para fazer seu processo de transformação. E isso precisa ser feito por meio de fundos públicos, como o Fundo Clima, instrumentos de desenvolvimento, de fomento, como o BNDES, agências regionais de desenvolvimento, mas a gente tem que falar no Brasil mais sobre como catalisar recursos privados e sobre como o Estado pode atrair esse capital a partir de instrumentos como garantias, como redução de risco, para que o setor privado, de fato, destrave esse investimento para essas tecnologias de baixo carbono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria deixar muito clara a conexão entre mercado de carbono e financiamento climático.

E a gente precisa também – e esta Casa terá um grande papel, sem dúvidas, como eu falei no começo – modernizar a legislação brasileira sobre clima. Nossa Política Nacional sobre Mudança do Clima é de 2009, ela foi adotada, inclusive, de maneira pioneira pelo Brasil, antes mesmo do Acordo de Paris, mas hoje ela está defasada. A gente precisa revisá-la para que a gente incorpore os compromissos que o Brasil assumiu perante o Acordo de Paris, a sistemática de revisão periódica das metas, e fazer com que o Brasil esteja à altura de países que já estão com a legislação climática de segunda geração, com compromissos legais vinculantes. Por quê? Não é só para ter lei, mas é porque isso tudo – e aí o meu último ponto – traz a previsibilidade necessária. O mercado de carbono regulado precisa ser inserido dentro de uma lógica de um direcionamento para onde o país está indo. Em outros mercados em que não havia uma clareza sobre quais eram as expectativas do Governo em relação aos setores produtivos de redução das emissões, o mercado não funcionou bem, não houve liquidez, houve muita volatilidade no preço dos ativos.

Então, esse tipo de disfuncionalidade a gente não quer ver no nosso sistema, e a gente já pode aprender com o que os outros países fizeram de errado. E um aprendizado muito claro é este: se há previsibilidade de qual é a trajetória de descarbonização, então, haverá maior previsibilidade para os agentes em fazer os investimentos necessários, levando em consideração os custos e principalmente as oportunidades de se ter um sistema de emissões de longo prazo.

Então, eu gostaria de finalizar dizendo que essa coerência no arcabouço jurídico, no arcabouço regulatório institucional é algo compartilhado, é um dever, é uma função que toda a sociedade brasileira tem que ter para garantir que realmente a gente vai ter um mercado potencializado que vai servir a esta finalidade de transformar o Brasil numa potência de baixo carbono.

Muito obrigado, Deputada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Muito bem, Caio.

Finalizando, então, essa primeira fase das exposições, eu queria convidar agora a Gabriela Savian, que é colíder da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

Com a palavra, Gabriela.

A SRA. GABRIELA SAVIAN – Obrigada, Deputada.

Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO. *Fora do microfone.*) – Tem um microfone para ela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GABRIELA SAVIAN – Acho que está funcionando...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) **–** Não está longe para você?

A SRA. GABRIELA SAVIAN – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) **–** Estou achando que você está um pouco longe, aí meio inclinadinha... (*Pausa.*)

Aí fica melhor.

A SRA. GABRIELA SAVIAN (*Fora do microfone.*) **–** Obrigada, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO. *Fora do microfone.*) **–** Imagina!

A SRA. GABRIELA SAVIAN (Para expor.) **–** Bom dia a todos.

Deputada Flávia Morais, queria cumprimentar a senhora e cumprimentar também a Deputada Socorro Neri, ambas da Frente Parlamentar da Transição Climática Justa.

Acho que essas audiências são importantíssimas para que a gente possa discutir sobre esses temas, para que a gente tenha um espaço para que essas questões se inter-relacionem, e que a gente possa trazer e reforçar aqui sempre os pontos relacionados ao tema de clima, no Congresso, as questões que são importantes para o posicionamento do Brasil, para a regulamentação da legislação e para que a gente tenha regras, regulamentações concretas robustas, para alcançar toda a ambição que se espera e de que se necessita. Acho que o Deputado Nilto Tatto também falou muito sobre isso, da importância e da necessidade que a gente tem de reduzir as emissões de maneira global.

E aí eu queria aqui, depois dos colegas de mesa aqui, que já trouxeram todas as discussões importantes aqui, mais reforçar os pontos que foram apresentados e também ter um espaço para que a gente possa dialogar e, quem sabe, ter algumas perguntas ainda para tratar de alguns pontos específicos, mas queria dividir a fala em três partes. Uma primeira parte será relacionada às emissões de gases de efeito estufa, às questões climáticas, para que a gente reforce para o que a gente está olhando. O Edu já falou um pouquinho, mas eu vou reforçar alguns pontos. Numa segunda parte, a posição da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, sobre o mercado regulado de carbono, o PL e o estabelecimento do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões. Numa terceira parte, serão complementadas algumas considerações, representando aqui o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), do qual eu faço parte, enquanto Diretora-Adjunta de Políticas Públicas.

Então, para que a gente reforce sempre, a gente está trabalhando um mercado, o Brasil está elaborando, construindo o seu mercado brasileiro regulado ou olhando para o mercado voluntário, para responder às demandas, às necessidades de redução de emissões. O Brasil é o quinto ou o sexto – dependendo de como a gente faz a conta – maior emissor de gases de efeito estufa do mundo em termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

globais; em termos *per capita*, é o nono emissor. Então, a gente precisa olhar para quais são as fontes emissoras no Brasil.

Já foi citado aqui, vale ressaltar, a gente tem 50%, mais ou menos, das emissões de gases de efeito estufa, no Brasil, que são oriundas de desmatamento e degradação. Esse é um componente importante para que a gente olhe – e aí pensando na estrutura das políticas públicas como um todo – quais são as políticas que endereçam a essa redução de emissões por desmatamento e degradação.

Vinte e cinco por cento das emissões – 25%, 27% – vêm do uso da terra do setor agropecuário, e outros 25% das demais atividades que se relacionam com as emissões.

O mercado regulado precisa olhar para a melhoria dos sistemas produtivos, para a redução de emissões de pelo menos os 50% que tratam dos diferentes setores da economia, e aí reforçando o ponto da Mônica no início, de o mercado regulado ter essa estrutura de *economy-wide*, que trate sobre os diferentes setores de uma forma gradual, parametrizando, trazendo as complementações, mas que ele trate sobre os setores da economia e que também ele se vincule numa estratégia de Brasil, numa estratégia federal, em termos de como o mercado voluntário vai dialogar, olhando para a parte de florestas, como dialoga com o mercado regulado.

Então, é importante ressaltar esses pontos, porque a gente não pode perder a perspectiva do que a gente está tratando. É mercado, mas é de redução de emissões enquanto país e é também de uma estratégia de como que o mercado brasileiro regulado entra nessa estratégia de políticas públicas para as suas reduções como um todo.

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura é um movimento *multistakeholder* que tem mais de 370 membros, que são representantes do setor privado, do setor financeiro, da sociedade civil, de diferentes representações e perspectivas, e busca, com toda a sua diversidade, reforçar o protagonismo do Brasil para uma nova economia de baixo carbono. E, por isso, a gente vê o mercado brasileiro regulado de carbono como muito importante nessa perspectiva de compor uma estratégia de economia para o Brasil, e, reforçando aqui os pontos que já foram ressaltados, como isso é importante para que os esforços globais e os compromissos brasileiros sejam atingidos.

Nas nossas discussões, nessa estrutura que a gente tem de diversos representantes, a gente tem que num dos grupos de trabalho, que é focado no mercado de carbono, foram construídos três pontos principais relacionados ao mercado regulado que a gente entende – a Coalizão entende – que precisam ser levados em consideração.

No primeiro, que está relacionado com a participação dos setores – e aí olhando para o setor agropecuário, olhando para toda a participação dos setores e reforçando a importância de se ter uma parametrização, um reporte, verificação claros e robustos com relação à redução de emissões –, se vê que a participação do setor agropecuário é fundamental para soluções de enfrentamento das mudanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climáticas e, por isso, deve compor o mercado regulado em termos, de forma gradual e com parametrização necessária para que, em todas as discussões de metodologias e tudo mais, as características específicas da agropecuária tropical possam ser levadas em consideração, mas que o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões não se feche agora para determinados setores A ou B, mas que tragam como um todo uma perspectiva de participação e protagonismo nessa agenda.

O segundo ponto que a Coalizão entende como importante é a estrutura de governança do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, que está muito focada no comitê interministerial e com uma participação na tomada de decisão bastante governamental. Mas levamos em consideração e gostaríamos de trazer aqui a importância da participação social e dos órgãos dos entes subnacionais, sejam eles os estados subnacionais ou os municípios, para que tenham também espaço e tomada de decisão neste âmbito do comitê interministerial e da tomada de decisão do órgão gestor do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões.

É importante ressaltar que a participação social é uma peça-chave também para a garantia das salvaguardas socioambientais, para a garantia do cumprimento do Marco de Varsóvia, para o alinhamento com o Acordo de Paris e o UNFCCC, que trazem a importância dessa participação de maneira geral.

Por último, o terceiro ponto, que a Nátalia já apresentou bastante aqui e que é importante ressaltar, é o da interoperabilidade, da harmonia entre o mercado regulado e o mercado voluntário, em termos de que a geração de créditos de carbono, especialmente oriunda das soluções baseadas na natureza, possa compor essa estratégia de Brasil, essa estratégia de redução de emissões dentro do mercado regulado, para que se possa, nessa implementação gradual, complementar as ações e complementar – não somente ser a peça-chave, mas complementar – as ações de melhorias de sistemas produtivos para redução de emissões.

Esses são os pontos em que a Coalizão tem contribuído para que se possa estabelecer um mercado regulado da maneira mais robusta, e a gente coloca aqui à disposição a Coalizão, para todas as discussões, não só no estabelecimento da lei, mas também nessas discussões de como se regulamentar e se implementar.

Complementando aqui, enquanto Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, queria ressaltar que, para além de... mesmo sendo mercado regulado, mercado voluntário, quando a gente trata aqui dessa sopa de conceitos, letrinhas e conceitos, quando a gente trata da geração de créditos, a gente pode tratar com relação aos créditos jurisdicionais ou aos créditos oriundos de projetos em áreas privadas.

Então, a gente tem diferentes formas de gerar esses créditos de carbono. Eu queria ressaltar o papel do subnacionais, dos governos subnacionais: os seus sistemas estaduais, os sistemas jurisdicionais de redução de emissões são importantes para que as ações pontuais dos projetos tenham um arcabouço, uma âncora em regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a gente sabe que, entre essas questões de projetos privados e programas jurisdicionais, existem muitas discussões com relação à sua qualidade, à garantia das salvaguardas, aos níveis de referência que são utilizados para mensurar a quantidade de créditos de carbono. E os sistemas jurisdicionais são importantes para que a gente possa ter uma compensação dos esforços, um pagamento de resultados pelos esforços dos governos subnacionais – nacionais e subnacionais –, para investir em ações para redução de emissões, especialmente para desmatamento e degradação, mas também são importantes porque dão a segurança jurídica necessária para que esses projetos se estabeleçam em parâmetros de alta integridade.

Queria também ressaltar que, para além das gerações de créditos de carbono, existem padrões internacionais que já são amplamente reconhecidos para o mercado de carbono, seja ele regulado ou voluntário. E é importante que, ao se estabelecer, na regulamentação, os parâmetros necessários para a geração de créditos para o mercado regulado ou o que vai ser levado em consideração de regulamentação no Brasil, para a geração de créditos para mercado voluntário, que se olhe para estes padrões internacionais para que a gente não estabeleça um mercado de carbono que não dialogue com o mercado brasileiro, que não dialogue com o mercado global.

E aí existem os padrões que tratam de créditos jurisdicionais, que tratam de projetos de *hedge*, de projetos de restauro, enfim, de desmatamento, de redução de desmatamento e degradação, mas também existem conselhos aí que vêm discutindo quais são esses parâmetros – que o Caio também já mencionou na fala dele – de alta integridade, que devem ser levados em consideração para que haja uma consertação dos problemas socioambientais, entre projetos e comunidades locais. A gente tem visto isto com muita preocupação: o assédio às comunidades locais que está sendo gerado por esse *boom* de projetos de carbono.

Então, é importante ressaltar a garantia das salvaguardas socioambientais, a garantia do direito à terra, a garantia da participação social e da ampla consulta livre, prévia e informada às populações locais, mas também para que esses créditos de projetos de *hedge*, de projetos de carbono estejam alinhados aos sistemas jurisdicionais, sejam eles subnacionais ou nacionais, e para que se tenha uma política pública, uma estrutura de política pública robusta para o desenvolvimento de baixas emissões. Porque, para finalizar, no final das contas, sendo o mercado regulado, sendo o mercado voluntário, o que importa é o clima, o que importa é a gente ter as ações concretas para redução de emissões. E, para que isso aconteça, as florestas tropicais são imprescindíveis, o papel do agro é imprescindível e a melhoria das práticas nos setores produtivos também é imprescindível, para que a gente, no Brasil, tenha uma contribuição significativa em termos de redução de emissões, mas que também, ao se investir o recurso oriundo desse mercado de carbono, seja ele voluntário ou regulado, as populações locais sejam consideradas, para que a gente tenha uma geração e uma transição econômica de fato acontecendo nos territórios e que as taxas de redução de emissões sejam sustentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já vimos uma redução de emissões do Brasil significativa em anos anteriores. O Brasil reduziu 80% das suas emissões há alguns anos, mas não conseguiu manter essas reduções lá embaixo. Por quê? Porque não se gerou uma economia que sustentou essas emissões reduzidas. E é para isso que a gente precisa olhar. O que importa é o clima, o que importa são as emissões. E a gente precisa trabalhar para que isso se dê de forma sustentada e gere uma nova economia oriunda de soluções baseadas na natureza e em harmonia com todas as considerações para o desenvolvimento de baixas emissões.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Então, mais uma vez, eu gostaria de agradecer a todos e todas as expositoras.

Eu gostaria, neste momento, de passar para a segunda fase, que é a fala dos Parlamentares, iniciando com a palavra do nosso querido Deputado Leonardo Monteiro, que está ali e fez várias anotações. Eu tenho certeza de que ele vai fazer uma palestra para nós agora.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar a Deputada Flávia Morais, nossa colega e companheira aqui na Câmara dos Deputados. Também quero cumprimentar o Senador Humberto Costa.

Primeiro, vou destacar a importância da reconstituição da nossa Comissão de Mudanças Climáticas aqui do Congresso Nacional. É importante a gente reconhecer a importância desta Comissão. Nós temos duas Comissões congressuais aqui no Congresso Nacional: que é a Comissão de Orçamento e a Comissão de Mudanças Climáticas. As outras são ou Comissões do Senado ou Comissões da Câmara. Então, é uma Comissão importantíssima. Esteve alguns anos sem funcionar. Você conhece das próprias atitudes do Governo anterior. Esta Comissão, apesar da independência entre os Poderes, Legislativo e Executivo, não funcionou. Então, o resgate desta Comissão é de fundamental importância, até porque nós vivemos um momento muito importante, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, com palavras fortes como transição energética, crédito de carbono; e, de fato, realizar uma reunião como essa, uma audiência pública aqui na Comissão, contribui, inclusive, para a gente ir popularizando essas palavras, esse tema – que é a questão do crédito carbono –, até para a nossa população poder compreender melhor, e a gente contribuir, inclusive, para que haja, de fato, uma participação social, como diz aqui a Gabriela, sobre um tema tão importante.

Com isso, eu quero também cumprimentar, se me permitem, a Profa. Bruna, lá da minha cidade, Governador Valadares, em Minas Gerais. Ela é professora da Universidade Federal do Piauí e está contribuindo lá com o nosso instituto federal.

Outro dia, eu fiquei encantado. Participei com ela de um debate também sobre essa questão de crédito carbono; e, felizmente, ela domina bem esse tema. Outro dia, quando vi aqui, na reunião, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização da audiência pública, foi uma pena, porque poderia até tê-la convidado para participar conosco. Ela a distância está participando e assistindo aqui a esta reunião.

Depois, quero, em uma outra oportunidade, Deputada Flávia, a gente realizar outras audiências públicas, até no decorrer da discussão sobre a aprovação do projeto sobre mercado regulado de carbono. Eu vejo que é importante, até a nós também aqui, Parlamentares, ter mais informações. É um tema novo. Como Parlamentar, acaba que a gente atua como um clínico geral, mas, nesse tema, eu vejo que é importante a gente, inclusive, ter mais informações, até para a gente votar com mais consciência, seja aqui no Senado, seja na Câmara dos Deputados.

O que me traz muita curiosidade e eu queria colocar para vocês, nessa segunda etapa, nas contribuições que vocês poderiam trazer sobre essa questão do crédito de carbono, é uma questão da certificação, porque a gente fala de mercado regulado e mercado voluntário.

Eu sou de Minas Gerais. A nossa realidade lá... O nosso país é um país continental. Nós temos a questão do agronegócio, que é a produção industrial – que é importante, do ponto de vista da produção do nosso país, a questão do PIB –, mas também nós temos o médio agricultor, o pequeno agricultor. Como é que ele poderia estar inserido nesse processo do mercado de carbono? Onde entraria o agricultor familiar?

Outra coisa: a gente também tem essa... Está na nossa cabeça, que, por o Brasil ser um país que tem muita mata, inclusive no Norte, o Brasil é importante nessa questão da produção de carbono e da captação do carbono, mas como é, então, a floresta que está em recuperação, que foi cortada, mas que está em recuperação, como é essa questão? Então, para mim, essa questão da certificação e também do financiamento climático. Alguém, inclusive, falou sobre isso, e é um negócio que me deixa curioso para ter mais informações, sobretudo essa questão da certificação e do financiamento climático.

No mais, quero parabenizá-la, Deputada Flávia Morais, pela realização da audiência pública, porque eu acho que esse é um tema oportuno. Nós temos que realizar mais debates como este, seja aqui, na Comissão de Mudanças Climáticas, seja na Comissão de Meio Ambiente, de que eu faço parte lá na Câmara dos Deputados, e parabenizar todos os debatedores aqui. Acho também que é importante a gente envolver outros setores da sociedade para garantir a questão da participação social, seja o setor produtivo, seja o agronegócio, sejam as federações representantes dos trabalhadores, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores, a Contag, as federações de trabalhadores...

Enfim, quero parabenizar pela realização da audiência pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Parabéns, Deputado Leonardo Monteiro, sempre atuante, participante. Nós somos colegas da CTRAB, Comissão do Trabalho, e ele é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado sempre muito atuante. Eu fico feliz de vê-lo aqui, Deputado. Eu sei que, com a dedicação do senhor, nós vamos trabalhar muito nesta Comissão.

Queria registrar a presença do Nelsinho, que foi Superintendente da Sudeco em Goiás, que está aqui conosco.

Nelsinho, seja bem-vindo também!

Eu queria dizer do quanto nós estamos preocupados e, ao mesmo tempo, Deputado, entusiasmados, acreditando. Eu acho que o momento agora é de esperança. Já estivemos aí mais preocupados. E a gente sabe do atraso, sabe do desafio que é estabelecer esse mercado de carbono regulado, estabelecer políticas públicas que sejam financiadas, que estejam bem organizadas e direcionadas. A gente sabe que isso tudo é um grande desafio, mas eu acredito que nós estamos virando a chave. Nós estamos saindo do momento de "ah, esse problema está muito longe de nós" para um momento em que nós estamos vendo acontecer agora, todos os dias, com esses eventos do clima, essas mudanças de clima, esses eventos inesperados que têm causado transtornos nunca vistos aqui no nosso país e que começam a preocupar todos os setores, todas as pessoas. Não tem lugar a que a gente vá, nesses últimos meses, nesses últimos dois meses, não tem lugar aonde a gente vá em que um cidadão brasileiro ou uma cidadã brasileira não faça um comentário sobre o calor que nunca teve antes e, em alguns casos, sobre as chuvas que vieram e que trouxeram transtornos nunca vistos antes.

Então, as mudanças climáticas que foram anunciadas pelos estudiosos, por aquelas pessoas que estiveram mais aprofundadas nesse tema, hoje estão presentes na vida de todo cidadão. Então, eu estou vendo claramente que nós estamos num momento muito propício para a aprovação da legislação, mas também para as mudanças de hábito, para as mudanças culturais, que, para mim, são o maior desafio desse tema que nós precisamos fazer em cada pessoa que vive no nosso país e que também vive no mundo.

Nós temos agora uma mobilização grande de um colegiado aqui do nosso Parlamento Brasileiro que deve participar da Conferência Mundial do Clima. Esse interesse já deixa também clara essa preocupação.

A Mônica colocou aqui de forma muito especial, ela colocou o dedo ali: com certeza é a pauta política do século XXI, e muitos Parlamentares já estão vendo isso, viu, Mônica? Então, a gente sente, Eduardo, você que trabalha na agricultura, o terreno neste momento fértil, para a gente poder trabalhar essa pauta e esse tema.

Por isso, Deputado Leonardo, é urgente, a gente precisa correr para especializar, para conhecer cada detalhe do que já foi debatido, cada detalhe dessa proposta nova para todos nós e desse tema que precisa chegar a cada canto do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta é uma audiência pública importante, nós precisamos, sim, Deputado Leonardo, fazer outras. Aqui, esta Comissão é o espaço para isso, esta Comissão Mista é o espaço para que a gente possa trazer vários diálogos e para que a gente possa aprofundar, especializar nesse tema.

Nós temos aqui a participação dos cidadãos, com várias perguntas, alguns comentários. Eu vou brevemente ler os comentários que eu considero relevantes e importantes. Logo após, a gente vai passar às perguntas.

Nós vamos agilizar essa parte, mas a gente quer aqui, desde já, agradecer a todos que participam, dizer da importância deste momento para o Brasil e para o mundo.

Eu acho que estivemos participando de um momento, até junto com a Raps e alguns Parlamentares, na Dinamarca, conversando, e, naquele momento, a gente via um jogo de empurra: "Ah, porque meu país é pequeno e o seu é grande". E na verdade esse é um problema de todo mundo, de todos os países, de todas as pessoas. Nós não temos como separar um canto: "Ah, aqui, nesse cantinho, nós não vamos ter problema de mudança climática. Ah, naquele cantinho, ali, não vai ter problema ambiental". Não, todo mundo vai ser afetado pela falta de compromisso, pela falta de interesse, pela falta de responsabilização de todos nós.

Então, acho que é um chamado. O Brasil precisa entrar e precisa entrar com pressa, precisa entrar com a sua competência e também com todas as riquezas naturais, potencialidades que ele tem para ajudar a contribuir com as respostas que nós precisamos dar.

Então, dos comentários a gente tem... Eu quero agradecer a todos que participam conosco, que assistem a esta audiência pública, começando pelo comentário do Rubens Caldeira, de São Paulo, que fala: "Pauta foca na dimensão da agropecuária [olhe aí, Eduardo], falta contemplar outras, como uso e ocupação do solo e cidades, processos industriais e óleo e gás". Com certeza é uma sugestão, Fabiana, para outras audiências públicas.

Paulo Horta, de Santa Catarina: "Efluentes urbanos e rurais são importantes fontes de gases estufa. Precisamos valorizar tratamentos alternativos como mitigação e adaptação".

Yago Magalhães, de São Paulo: "O mercado de carbono diminui a competitividade entre produções de empresa colocando o dinheiro como barreira, [...] [ou seja, paga-se] para poluir".

Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro: "[...] o Brasil não percebe [...] [seu] potencial e também não investe na otimização dos depósitos de resíduos".

Carolina Máximo, do Espírito Santo: "[...] [Precisamos de] políticas públicas que estimulem o desenvolvimento urbano inteligente, de modo a minimizar as emissões geradas pelas cidades".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria José, de São Paulo: "A ação [...] contribui para a manutenção das áreas de florestas, cabe ao mercado se desenvolver sem causar danos ao meio ambiente".

Passamos agora para as perguntas, que a gente vai direcionar. Eu gostaria de pedir... Vou fazer o direcionamento, vou pedir que anotem, e, assim que eu acabar de fazer, todos vocês vão repetindo rapidamente, fazendo as respostas. Peço que as respostas possam ser objetivas para que a gente não canse a nossa audiência.

Luíza Faresin, do Espírito Santo: "De que forma pequenos [...] agricultores bem como empreendedores serão beneficiados por este mercado? Como a agroecologia será inserida?". Eu queria direcionar para o Eduardo.

Ângelo Correa, do Rio de Janeiro: "A restauração florestal é de suma importância, mas quais investimentos [...] visam associar a conservação com o mercado de carbono?". Aí eu passo essa pergunta para a Nat, Natália.

Mereli Cristina, de São Paulo: "Como impedir que grandes organizações poluam [...] e depois simplesmente tentem compensar comprando créditos de carbono?". Essa eu passo para o Caio.

Estefani Fujita, do Amazonas: "Quais políticas públicas estão sendo propostas para fortalecer as iniciativas de [...] captação de carbono?" Gabriela.

Clemente Coelho, de Pernambuco: "Como é possível conciliar o mercado de carbono em territórios protegidos, com populações tradicionais?". Muito importante, Clemente, essa pergunta. Gabriela.

Rony Peterson, do Pará: "Serviços como produção de água e estoque de carbono podem se tornar uma complementação de renda ou a renda total de uma família no Brasil?". Gabriela.

Everardo Vieira, do Rio de Janeiro: "A regulação do mercado de carbono no Brasil permitirá a monetização das florestas pertencentes às reservas legais das propriedades rurais?". Vou passar para o Eduardo, mas a Nat quer falar também um pouquinho sobre isso.

E Beatriz Nogueira, da Bahia: "Quais os incentivos que serão dados aos proprietários de reservas?". Também o Eduardo e a Nat poderão falar sobre isso.

Tem algumas perguntas que não foram aqui direcionadas, mas que vão ser respondidas pela equipe aqui da Comissão. Todos vão ser respondidos.

Eu vou passar, então, a palavra para cada um dos expositores, peço que façam, então, as respostas de forma objetiva, e logo depois para as considerações finais.

Eu passo primeiro a palavra para o Eduardo Brito, que vai responder as suas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Deputada Flávia, obrigado, Deputado Leonardo Monteiro.

Eu vou tomar a liberdade aqui, como o senhor citou Governador Valadares, e vou dar o exemplo do café. A média dos produtores de café é de 20ha nesse país. Então são pequenos e médios produtores que compõem a grande maioria da produção do café do Brasil, que é, de longe, o maior produtor exportador do mundo. E o que é importante aqui é que, para projetos de carbono, muitas vezes a gente precisa de escala. Os custos desses projetos variam, mas estão em torno de R$5 milhões. Obviamente um produtor de 20ha não vai pagar R$5 milhões para fazer um projeto de carbono na sua propriedade. Então a solução que a gente traz aqui – e vale também aqui no caso da Luiza, quando ela pergunta desses pequenos agricultores, empreendedores, a lógica é muito parecida: agregação, cooperativismo, associativismo.

A monteCCer, do estado do senhor também, lá do triângulo, tem trabalhado bastante nisso para exportar café carbono neutro. E eles fizeram isso exatamente desta maneira: se juntando através de uma cooperativa para dar essa escala, para baratear o custo, virar um custo quase marginal numa cooperativa. E, assim, eles podem, então, estar nesse mercado. Hoje, com menos de 15 mil, 20 mil hectares de área, não vale a pena contratar esse projeto. Então, esse é um desafio que a gente tem.

De novo aqui, esse agregador pode ser uma associação, pode ser uma cooperativa, pode até ser uma empresa, por exemplo, de grãos. Então, pode ser uma Caramuru, lá de Goiás, ou qualquer outra empresa que possa fazer essa agregação. E esse é o caminho que eu vejo para endereçar.

Da parte de regulação para a parte de floresta, tenho certeza de que a Nat vai complementar muito bem aqui, mas quero só reforçar que existe já, no texto original da lei, esse olhar cuidadoso para APP e reserva legal, particularmente reserva legal, e também existe no art. 41 do Código Florestal. É importante a gente lembrar que esse artigo carece ainda de regulamentação, mas é muito importante, porque a reserva legal, em que pese ser uma obrigação legal, a própria lei diz que é um benefício coletivo, mas o custo da manutenção é privado. Portanto, o art. 41 do Código Florestal deixa muito claro ali que é preciso criar um mecanismo de incentivo para aqueles produtores que têm, particularmente para quem tem o excedente de reserva legal. Então, esse excedente pode ser, à luz da lei, convertido se a gente não quiser que se converta... E este deveria ser o olhar: a gente não querer. Então, para investir em aumento de produtividade e não em desmatamento, é preciso criar um mecanismo de incentivo. Então, daí vem essa parte nesse PL específico, mas também, só relembrando, no art. 41 do Código.

Deixo para a Nat aqui complementar, mas agradeço mais uma vez e coloco aqui a minha pessoa e a Associação Brasileira do Agronegócio à disposição para outras conversas, que – eu concordo com a fala do senhor – são muito, muito importantes para que a gente possa trazer cada vez mais informação para esta Casa poder tomar as melhores decisões, que, com certeza, têm um impacto enorme para este país.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Obrigada, Eduardo.

Eu gostaria de passar, então, a palavra para a Natália.

Natália, eu estou falando seu nome certo? É Reteria?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Renteria.

A SRA. NATÁLIA RENTERIA (Para expor.) – Bom, eu realmente vou complementar, com alguns pontos, a fala do Eduardo, só destacando que mercado de carbono ainda é um tema muito técnico. Então, não é toda área, não é todo lugar que gera um crédito e isso está muito ligado à própria ciência do clima. Então, é muito importante a gente ter esta noção: não é qualquer lugar que gera o crédito. Você precisa se associar a pessoas que entendem como que vai ser a ponte que vai te levar para aquela certificação e como que isso vai ser feito.

Nessa ponte e nessa conexão com pessoas, com empresas, com associações que vão assumir esse papel, é muito importante também que o Ministério Público e os nossos órgãos fiscalizadores brasileiros estejam juntos nesse processo para que isso ocorra da maneira íntegra e desejável possível. Mas é importante a gente desmistificar essa geração do crédito e entender que é necessário procurar esses parceiros que vão permitir chegar a essas certificadoras que, atualmente são internacionais. E para você gerar um crédito de carbono, você tem uma receitinha de bolo, que é uma que a gente chama: quais são as metodologias. Então, você tem que seguir uma metodologia determinada para, ao final, se você cumprir todos aqueles requisitos técnicos, ter o crédito de carbono. Então, é importante a gente entender isso também.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Um detalhe. Só uma pergunta sobre isso: as certificadoras internacionais (*Fora do microfone.*) a grande maioria das certificadoras são internacionais. Como é que a gente... A gente poderia estar trabalhando no sentido de ter certificadoras no Brasil, instituições nossas que pudessem certificar as pessoas que têm interesse aqui no Brasil? Porque hoje nós estamos dependendo da certificação de certificadoras internacionais.

A SRA. NATÁLIA RENTERIA – Excelente pergunta, excelente provocação. Esse é um ótimo tema.

O mercado de carbono é um mercado majoritariamente – majoritariamente – reputacional, ou seja, é muito importante a maneira que eu faço, como eu faço, qual o objetivo com aquilo. Eu não posso fazer qualquer coisa em mercado de carbono, porque isso gera questionamento e gera um crédito que não tem valor nem ambiental nem financeiro. Então, atualmente, qual é a realidade? O mercado de carbono veio de discussões internacionais. A gente está, justamente, desenvolvendo a nossa legislação, mas, no mercado voluntário, nós temos essas certificadoras internacionais, que são a referência, que estão há anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvendo essas metodologias, essas receitas de gerar o crédito, e nada impede que a gente chegue a ter certificadoras nacionais, nada impede, principalmente num processo de tropicalização, como o Eduardo trouxe tão bem, mas é preciso ter cuidado, é preciso ter cautela e responsabilidade na hora de desenvolver essas iniciativas, senão a gente acaba gerando algo que vai depor contra o nosso próprio mercado. Então, muita calma nessa hora, como dizem por aí, para que isso seja feito de maneira íntegra, no tempo certo, para gerar o crédito com a integridade desejada.

Em relação aos agricultores, essa questão da APP e Reserva Legal foi algo desenvolvido com muito cuidado pela Senadora Leila Barros quando ela cuidou dessa parte no texto que foi apresentado e aprovado. Então, já é uma determinação do nosso Código Florestal, que foi trazido para o texto do mercado de carbono, a validação de você gerar créditos em área de APP e Reserva Legal. E por que isso? Se já tem uma lei determinando isso, como é que eu vou... É válido gerar crédito de carbono nessas áreas? Sim, é válido. É válido porque, no atual momento, a gente tem uma realidade de déficit, de dificuldade de conseguir arcar com essas determinações legais. E esse crédito traz a diferença entre você não cumprir a lei, entre você não ter essa possibilidade, e você conseguir justamente atingir o objetivo legal. Então, essa adicionalidade é garantida porque, sem o crédito, sem a possibilidade daquele projeto nessas áreas, aquilo não seria feito. E essa urgência que a gente tem na matéria climática, que garante a adicionalidade, está, sim, em acordo com o nosso Código Florestal, em acordo com o texto que foi aprovado pelo Senado.

Por fim, eu vou responder a essa pergunta aqui do Ângelo, que fala sobre a questão da restauração florestal. A gente tem dois tipos de crédito majoritariamente, gente – eu vou falar "majoritariamente" porque existem outras valorações também –, mas a restauração florestal é o crédito de remoção, como o de um pasto degradado em que você recoloca a floresta, ali, e aquela absorção do crédito é chamada crédito de remoção. É um projeto que é intensivo de carbono e tem uma resposta muito mais longa no tempo.

E o crédito de conservação é o crédito de REDD, é o crédito chamado por essa expressão, por esse acrônimo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NATÁLIA RENTERIA – Essa sigla! Obrigada.

É o crédito que vai valorizar a floresta de pé, ou seja, você evita que ela seja desmatada em uma área que existe pressão de desmatamento. Existem também requisitos e técnicas que têm que ser observados, não é qualquer área de floresta em pé que gera o crédito de carbono.

Essa parte técnica, gente, tem que ser observada justamente para o mercado ser íntegro e para a gente conseguir responder a toda esta crítica internacional que está tendo em relação aos créditos de solução baseada na natureza: que ele não tem permanência ou que ele é de menor qualidade. E é isto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil tem que ter como uma posição de país, é falar: "O crédito brasileiro é um crédito íntegro, porque nós assumimos uma responsabilidade como país de entregar ao mundo um crédito qualificado". Isso exige um esforço de toda a sociedade, mas é isso que vai fazer diferença na nossa colocação no mercado internacional.

Então, sim, a gente tem, Ângelo, estas duas possibilidades: tem o crédito de restauro, mas também existe o crédito de conservação. Ambos alimentam um mercado voluntário de carbono.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Excelente, Natália. Muito obrigada.

Eu queria passar para a Gabriela. Vou deixar as mulheres primeiro – ouviu, Caio? Vou passar para a Gabriela, então.

Lembro ao Deputado Leonardo que a gente tem mais Comissão Mista. A gente tem a mista de combate à violência contra a mulher, que é mista; e tem uma também de povos refugiados.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Comissão Especial, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Comissão Permanente.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – É?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – É. Somos quatro.

Gabriela.

A SRA. GABRIELA SAVIAN (Para expor.) – Obrigada.

Eu fiquei aqui com três perguntas. Duas delas estão relacionadas ao mercado de carbono, e uma, aos pagamentos de serviços ambientais.

Com relação à Estefani, ela perguntou sobre as políticas públicas que estão sendo propostas para fortalecer as inciativas de captação de carbono. Acho que é importante ressaltar que a gente tem no âmbito nacional... Aí, pegando um pouquinho do que a Natália colocou, tem os créditos de carbono tanto por compensação de florestas em pé como de captação de carbono. A gente tem no âmbito nacional um arcabouço de políticas que, por um tempo, ficaram ali talvez não com a sua implementação completa, mas que agora podem e devem ser retomadas nessa estratégia de mercado de carbono, seja ele voluntário, seja ele regulado, para que a gente tenha essa estrutura de posicionamento de Brasil, de país, para quais são as ações que vão ser feitas. Existe a Estratégia Nacional de REDD, que é uma estratégia que pode olhar para esse mercado de carbono, mas que olhava antes para pagamento de resultados de redução de emissões e que trazia na sua estrutura uma forma de repartir os benefícios, de distribuir os benefícios para ações que, inclusive, podem ser tratadas de captação de carbono, de restauração, de recuperação de áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

degradadas, de recuperação de florestas desmatadas. Tem o Código Florestal, tem o Planaveg (Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa).

Então existe uma série de políticas públicas que precisam se coordenar nesse âmbito para responder, enquanto estrutura de Brasil, ao que se quer se posicionar para o mercado, seja o mercado de carbono ou seja também para pagamento de serviços ambientais.

Eu achei superinteressante a pergunta do Rony Peterson, que trata justamente dessa questão de serviços de produção de água, estoque de carbono, como que as coisas se complementam. E aí, um pouco dialogando com a sua pergunta, Deputado, com relação à renda da família no Brasil, pensando na agricultura familiar que o senhor trouxe, acredito que essas ações precisam se complementar. No âmbito da propriedade, da produção, elas precisam se complementar. Hoje a gente fala muito de mercado de carbono porque é a moeda, é a *commodity*, é a forma de monetizar esse serviço ambiental, mas a gente tem tantos outros que por vezes ficam esquecidos: o papel das florestas para conservação da água, o papel dessas áreas do Código Florestal que estão relacionados com APP e reserva legal para conservação da água, para conservação e manutenção da biodiversidade. E aí até se tenta trazer essa perspectiva da biodiversidade para o mercado de carbono também como um *plus* para o carbono, mas num desafio de como valorar, monetizar essa biodiversidade.

Então a gente precisa olhar de uma forma que esse valor que se dá para os serviços ambientais se complemente, sendo na propriedade privada e sendo nas estruturas das políticas públicas, para que, na repartição de benefícios, no investimento desses recursos que sejam captados, que sejam aplicados para essas ações que vão gerar mais captação de carbono, vão gerar ações que reduzam, de fato, as emissões. Então acho que essa interligação entre garantir que o mercado veja a viabilidade para investir e garantir que o investimento seja colocado para as populações, para as populações tradicionais, para as comunidades locais, para a agricultura familiar ou também para o agronegócio, para a agricultura de escala.

Finalizo com a pergunta do Clemente, que pergunta como que é possível conciliar o mercado de carbono com territórios protegidos, com populações tradicionais. A gente não falou aqui nesta mesa, mas é um desafio a regularização fundiária no Brasil, em especial na Amazônia – mas a gente sabe que é uma realidade e é um desafio para todo o Brasil. E esses territórios protegidos... Hoje é importante a gente ressaltar – eu comentei até na fala – esse contexto complexo de assédio às comunidades locais para projetos de carbono que chegam de cima para baixo, de forma violenta inclusive, tratando com as associações, com os presidentes das associações locais, mas sem fazer um processo de consulta livre, prévia e informada, sem fazer um processo de consulta ampla às comunidades. Então esse é um ponto que vale ressaltar de risco.

E a Natália falou dos riscos reputacionais. Essa questão das salvaguardas socioambientais é um dos pontos principais que têm sido pinçados desse contexto complexo e colocado em termos de deixar a régua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá embaixo e dizer que todas as ações não contemplam as salvaguardas. É importante ressaltar que a gente sabe que tem ações que estão buscando isso, mas é um desafio, inclusive em termos territoriais, conseguir fazer uma consulta livre, prévia e informada a todo o território, para todas as populações.

Então, nesse contexto de regularização fundiária, a gente tem territórios que já estão estabelecidos, que têm os seus títulos, têm a sua demarcação, enfim, têm a sua garantia dos direitos da terra, e têm outros tantos, especialmente quando a gente fala de populações tradicionais, quilombolas, tantas centenas de territórios coletivos que não estão ainda com o seu processo de titulação completo, do ordenamento territorial dessas comunidades locais.

Então é importante ressaltar que, quando a gente está tratando de uma política pública, a gente trata de uma distribuição de benefícios ampla que alcance não só aqueles que já têm titulação, mas também aqueles que não têm e que precisam ter também as suas formas de vida fortalecidas em termos de governança territorial, para inclusive manter as florestas em pé – e a gente sabe do papel dessas populações tradicionais na manutenção das florestas em pé.

Quando a gente está tratando de projetos de carbono é importante ressaltar que a titularidade da terra precisa estar completa. Todo o processo de regularização fundiária precisa estar completo para que se possa fazer uma assinatura de um acordo de um projeto de carbono. A gente vê hoje, lá no Pará, um caso específico em que um projeto de carbono foi feito em cima de uma área usando um título ou usando um documento que não é o título da terra e em que agora, depois de ter gerado – mesmo nos altos padrões internacionais de certificação – um crédito de carbono em cima de uma área sem documentação, está tendo toda uma discussão e trazendo um contexto de conflitos socioambientais bastante completo naquele território.

Então é importante ressaltar esses parâmetros necessários para que, de fato, a gente possa chegar ao momento de o Brasil dizer que o crédito de carbono gerado no Brasil é um crédito de carbono de alta integridade porque tem essa segurança jurídica e técnica necessária.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Muito bem, Gabriela. Muito obrigada.

Eu passo agora, então, ao Caio, para fazer as respostas.

O SR. CAIO BORGES (Para expor.) – Obrigado, Deputada.

Antes de responder, se me permite, Deputada, eu queria responder à pergunta do Deputado Leonardo sobre financiamento climático, para trazer um pouco mais, porque realmente é uma discussão que para o Brasil é fundamental.

Qualquer país em desenvolvimento vai enfrentar restrições fiscais para fazer o investimento na transição. A gente não tem, infelizmente, a mesma capacidade de um país como os Estados Unidos de destinar bilhões ou trilhões de dólares para incentivos, como foi o caso da legislação que foi aprovada nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos ou desses pacotes de estímulo. Então, a gente precisa ser criativo na maneira como a gente realmente vai catalisar recursos para essa economia de baixo carbono.

Então, Deputado, o financiamento climático é aquele que, de maneira muito simples, é o financiamento alinhado aos objetivos do Acordo de Paris. Então é um financiamento que é canalizado para setores, indústrias e projetos nas áreas de mitigação ou de adaptação – é bem importante deixar claro que não é só para a mitigação. E a gente está vendo, como a Deputada bem colocou, o aumento das ondas de calor, das inundações, das queimadas. Então, o financiamento também que traga resiliência para a infraestrutura sustentável, por exemplo, pode ser colocado como financiamento climático.

O Brasil assume a Presidência do G20 agora, e, no ano que vem, vai ser realizada a Cúpula do G20 no Rio de Janeiro. Na Presidência que se encerra agora, da Índia, foi feito um estudo por um painel de especialistas que estimou que o mundo vai precisar de US$1,8 trilhão adicional de recursos somente para mudanças climáticas, para combater as mudanças climáticas.

E o que os países têm feito para definir? Porque aí a primeira questão é como definir o que é financiamento climático e o que não é alinhado ao Acordo de Paris. Um instrumento de política pública é a taxonomia. A taxonomia é uma tipologia que vai classificar as atividades, os setores e os projetos para dizer se eles estão mais ou menos alinhados, e o Congresso tem projetos de lei nesse sentido, também o próprio Governo tem grupos de trabalho discutindo. Então, avançar também em definir uma taxonomia vai dar também essa sinalização para os agentes econômicos, se eles estão ou não estão investindo em projetos alinhados aos objetivos do Acordo de Paris.

É muito importante dizer que, no financiamento climático, há uma diversidade de fontes e de instrumentos. Então, pode ser capital privado, pode ser capital público, pode ser capital híbrido, que é aquele capital público que, de alguma forma, atua ali, juntamente, em parceria com o capital privado. Então, você pode ter um banco de desenvolvimento que dá um crédito diferenciado para um projeto para depois esse projeto, então, ser financiado pelo mercado a taxas não concessionais.

E também, só para encerrar essa questão do financiamento, eu queria dizer que, mais uma vez, no Brasil, a gente precisa aprofundar a discussão sobre como desenvolver mais o mercado privado e canalizar mais recursos para essas áreas por meio de criação de novos instrumentos. A gente tem *green bonds*, títulos verdes – são títulos importantes –, tratamento fiscal e rotulagem também de fundos. É algo importante para que os fundos de investimento sejam definidos como fundos verdes.

Muito rapidamente, Deputado, a pergunta era sobre como é que as corporações cumprem com suas metas de redução, sem somente se apoiar nas compensações. O que eu queria dizer aqui, de maneira muito rápida, é que é preciso limitar o número de *offsets*, o termo em inglês para compensações. Então, isto não precisa ser definido agora, mas vai ser definido em algum momento até que ponto vai se aceitar que o cumprimento do *cap* de emissões seja não pelo esforço de redução, por meio da troca, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma caldeira por alguma fonte elétrica, mas, sim, por compensação. Essa compensação pode vir de créditos de carbono gerados fora dos entes regulados, como é o caso, por exemplo, do setor florestal, que não entra, a princípio, no mercado regulado.

Então, é importante que, na fase de regulamentação, a gente pense no que a gente diz de cobenefícios. Então, é possível que o mercado regulado gere cobenefícios ao estimular atividades que a gente gostaria de ver, que estão fora, mas em que a gente quer ver redução de emissões, sequestro de carbono ou emissões evitadas.

Mas o grande problema – de novo, é preciso alertar, porque nunca é demais falar isso – é que a gente não pode baixar a guarda em relação à integridade desses créditos. Então, a integridade dos créditos. Por quê? Porque, no mercado regulado, a gente não tem uma linha de base que a gente compara, não existe isso. Essa é a grande diferença. No mercado regulado, se estabelece um teto, e todo mundo tem que ficar dentro desse teto; no mercado voluntário você faz um cenário contrafactual: como seriam as emissões se essas atividades existissem ou se eu não sequestrasse esse carbono *versus* o projeto que, supostamente, teria levado a essa redução. Fazer esse contrafactual com metodologias verificáveis é extremamente difícil, e hoje há muita discussão em relação a isso.

Então, é só para, de novo, a gente ter cautela no uso e sempre garantir que, sim, é importante que haja o uso de compensações, porque tem alguns setores que são mais difíceis de descarbonizar, e eles têm que entrar de certa forma.

Então, a gente não pode achar que eles vão ter uma solução da noite para o dia, mas é importante que isso seja feito de maneira parcimoniosa, para não matar o objetivo central, que é o de fomentar essa transformação industrial. Esse é o objetivo central do mercado regulado.

E gostaria de agradecer, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Obrigada, Caio.

Eu queria, então, dizer que foi um momento riquíssimo – não é, Deputado Leonardo? Foi muito importante a disponibilidade de vocês aqui, junto a esta Comissão.

Eu vou passar para as considerações finais. Nós estamos com o tempo meio estourado. Logo após, a gente deve passar para a segunda parte. Nós ainda vamos fazer a deliberação de alguns requerimentos. Então, por isso, eu vou passando de lá para cá para a Mônica Sodré fazer as considerações finais.

A SRA. MÔNICA SODRÉ (Para expor.) – Deputada, eu gostaria de lhe agradecer pela sensibilidade do convite, pela disposição de puxar um tema como esse. Nós tivemos a oportunidade, como a senhora mencionou, de estar juntas, no começo do ano, na Europa, discutindo uma agenda de energia, discutindo o clima a partir de uma perspectiva de energia. E eu fico muito feliz de vê-la à frente desse tema e tomando a liderança dessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria também de retomar uma passagem da minha vida. Eu sou cientista política de formação e estudei legislativo na graduação, no mestrado e no doutorado. E eu me lembro que parte da literatura da ciência política dizia que o Parlamento brasileiro não era afeito a temas de interesse internacional porque havia uma agência altamente insulada, que é o Itamaraty, para cuidar dos temas de política externa. E que, portanto, os Parlamentares se sentiam desobrigados de olhar para isso, porque isso não dava voto.

Eu fico superfeliz de ver esta Casa, com esta Comissão funcionando de novo, tratando um tema que, obviamente, é um tema doméstico, mas tem repercussões no cenário externo. E, como disse o Caio, nós teremos outras oportunidades internacionais. A COP é uma, a Presidência do G20, que se inicia no 1º de dezembro, é outra, e nós também teremos o exercício da Presidência dos Brics, agora com um grupo adicional, os Brics+. Isso abre ao Brasil oportunidades internacionais enormes na agenda de desenvolvimento. Eu fico superfeliz de ver o Parlamento brasileiro tomando contato com isso.

Acordos como o acordo da União Europeia e Mercosul, que estão em discussão mais ou menos há 20 anos e que a gente espera que saiam, certamente passarão por esta Casa. Então, o Parlamento tem, diante de si, a tarefa – como eu brinco – de frequentar o mundo e de nos colocar em linha com o que existe de mais atual na discussão para essa transição para uma economia de baixo carbono.

Eu disse na semana passada e eu encerro aqui repetindo: o Brasil está no centro do mundo e o mundo está de olho no Brasil. Eu espero que nós sejamos capazes de aproveitar essas oportunidades.

Obrigada, Deputada, pela sua liderança nessa discussão. Estaremos sempre à disposição no âmbito da Raps.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Obrigada, Mônica. Eu queria ressaltar a importância da Raps, que tem arregimentado Parlamentares que muitas vezes não têm muita afinidade com o tema e trazido para esse tema. Eu sou uma testemunha viva disso. Eu estou no quarto mandato, nunca participei desse tema nesta Casa. Tem várias pautas e aqui são muitos temas. É difícil a gente estar em todos, mas, com certeza, a percepção que a gente tem quando começa a discutir, debater e participar é de que esse é um tema de todos nós. Por mais que tenha alguns que estão há mais tempo, mais especializados, todos precisam estar falando, entendendo e se apropriando desse tema nesta Casa.

Então, eu quero aqui agradecer pessoalmente pelo enriquecimento que a Raps trouxe ao nosso mandato, quando nos trouxe para essa imersão, junto com outros Parlamentares, que, assim como eu, não tinham afinidade com a causa e que hoje estão envolvidos.

Eu vejo aqui que nesta Comissão Mista nós temos o Deputado Zé Vitor, que esteve conosco, e outros Parlamentares estiveram participando conosco e que se apropriaram desse tema nesta Casa, depois de tanto tempo. Então, a gente fica feliz por isso e a gente está aqui à disposição, para cada vez mais, entender, acompanhar e dar oportunidade para que esse tema tome a proporção que precisa no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Irei passar, então, para as considerações finais, a palavra ao Sr. Eduardo Brito.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor.) – Obrigado mais uma vez, Deputada.

Quero dizer que foi uma honra poder dividir aqui, com tantas amigas queridas, tanta gente de que eu gosto e admiro, com quem a gente trabalha já há bastante tempo. Mais uma vez, quero colocar a gente à disposição e deixar um recado, uma mensagem final muito positiva: hoje, daqui a pouco, às 2h30 da tarde, a gente vai criar a câmara temática de carbono dentro do Ministério da Agricultura.

As câmaras temáticas são instrumentos legais de apoio, suporte à política pública, inclusive dessa relação entre outros atores, com o Parlamento brasileiro. Então, quero aqui... Eu tomei a liberdade de pedir ao Ministro se eu poderia falar, porque a gente vai criar hoje à tarde, e ele disse "o.k., tudo bem". E a gente, então, está criando hoje à tarde essa câmara setorial exatamente para contribuir, de maneira mais robusta, com essa discussão. Então, convido também este Parlamento a estar mais próximo.

Mais uma vez agradeço e coloco a minha pessoa e a Abag à disposição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Obrigada, Eduardo.

Passo então a palavra para a Natália, para as suas considerações finais.

A SRA. NATÁLIA RENTERIA (Para expor.) – Deputada, primeiro, muito obrigada.

Foi uma honra estar aqui. Para mim é um prazer enorme. É um tema por que eu tenho muito apreço, então é um prazer poder contribuir com o debate de todos e compreensão de todos.

O que eu queria, talvez, sublinhar é que é nós estamos num momento histórico econômico de virada de posicionamento global. E, quando a gente está vivendo um momento desses, talvez a gente não tenha noção da dimensão da transformação de que a gente está sendo instrumento. Então, realmente não vamos perder de vista a importância de a gente caminhar aqui no Brasil com essa regulação de maneira coerente.

Isto foi trazido aqui, mas é importante lembrar: o mercado regulado é como uma colcha de retalhos, gente, com vários pedacinhos, e o mercado regulado é um deles. Então, vamos fazer o esforço para continuar. Que essa colcha seja costurada e que a gente, no final, tenha um cobertor com que possamos nos aquecer, não no sentido ruim da palavra, mas que nos traga energia para essa transformação necessária.

Então, muito obrigada e fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Obrigada, Natália.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à Gabriela para as considerações finais.

A SRA. GABRIELA SAVIAN (Para expor.) – Bom, Deputada, é só agradecer o convite e a oportunidade de a gente estar aqui discutindo essas questões climáticas e reforçar a importância de a Comissão de Mudanças Climáticas discutir esses temas e poder trazer as questões necessárias não só para o mercado regulado de carbono, mas para o âmbito da legislação brasileira, das políticas públicas necessárias para a redução de emissões. Coloco a Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura à disposição também para todos os debates e discussões, assim como o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Excelente. Obrigada, Gabriela.

Caio, para encerrar.

O SR. CAIO BORGES (Para expor.) – Também, Deputada, quero agradecer a sua liderança nesta Comissão também, colocar o Instituto Clima e Sociedade à disposição do seu mandato, dos membros dessa Comissão Permanente sobre Mudanças Climáticas e também nos colocar à disposição para futuros debates.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Eu agradeço mais uma vez a todos os expositores. Eu gostaria de deixá-los à vontade.

Eu declaro encerrada esta audiência pública e dou continuidade à reunião ordinária da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Aqueles que quiserem permanecer, podem; aqueles que não quiserem, fiquem à vontade para cuidar das suas agendas.

Eu passo, então, agora para a deliberação de requerimentos. Nós temos três requerimentos em pauta. Eu vou ler cada um dos requerimentos e passo logo após para a aprovação.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 4, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente – ABREMA na audiência pública objeto do requerimento nº 02/23.

Autoria: Senador Giordano (MDB/SP)

Os Parlamentares que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 5, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que sejam convidados a Senhora Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima, e o Senhor Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, a comparecer na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 6, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência no estado de Mato Grosso, para averiguar a situação do Pantanal mato-grossense.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Eu considero, então, agora aprovado.

Não havendo ninguém mais a se manifestar e nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Parlamentares Augusta Brito e Elcione Barbalho, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Daniella Ribeiro, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Jorge Seif, Mecias de Jesus, Fernanda Pessoa, Ana Paula Leão, Flávia Morais, Rosângela Moro, Enfermeira Ana Paula, Delegada Katarina, Laura Carneiro, Maria Arraes e Camila Jara, e ainda dos Parlamentares Lêda Borges, Zenaide Maia, Marcos do Val, Rodrigo Cunha e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ivete da Silveira, Magno Malta, Tereza Cristina, Damares Alves, Silvye Alves, Silvia Waiãpi e Jack Rocha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitas Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, a Senadora Augusta Brito e a Deputada Elcione Barbalho, e designada relatora a Deputada Camila Jara. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A reunião é destinada à instalação da Comissão, à eleição da Presidente e Vice-Presidente e à designação de relatora para o biênio 2023-2024.

De acordo com as regras regimentais de rodízio para Comissão do Congresso Nacional, a Presidência da Comissão, para o próximo biênio, ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a Vice-Presidência sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Havendo acordo... Comunico que há um acordo de Lideranças para a eleição da Presidência, tendo sido indicada para o cargo a Senadora Augusta Brito.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Presidência por aclamação. (*Pausa.*)

O.k.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Declaro eleita, por aclamação, a Sra. Senadora Augusta Brito para a Presidência desta Comissão.

Passo a Presidência da Comissão à Presidente eleita, Senadora Augusta Brito. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Boa tarde! Boa tarde a todas e a todos, especialmente Deputadas e Senador, que aqui nos honra também com a presença.

Eu vou dar continuidade aqui à eleição e, depois, a gente pode fazer uma fala, combinando tudo com a minha vice agora, porque agora a gente vai ser unha e carne. A partir deste momento, vamos trabalhar muito juntas, realmente, para defender e levar esta Comissão à frente, com toda a força que ela tem que ter.

Então, passamos à eleição, agora, da Vice-Presidência desta Comissão.

Comunico que, por acordo também das Lideranças, foi indicada para o cargo a Deputada Elcione Barbalho, que tanto nos orgulha.

Consulto agora, neste momento, o Plenário se posso fazer a eleição da Mesa por aclamação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo agora o consenso do Plenário, as Sras. Parlamentares e os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovada também, por aclamação.

Parabenizo já aqui a nobre Deputada pela Vice-Liderança e declaro eleita, por aclamação, a Sra. Deputada Elcione Barbalho para a Vice-Presidência desta Comissão. (*Palmas.*)

Está ótimo!

Eu agora queria pedir, rapidamente aqui, para fazer uso da palavra.

Primeiro, agradeço por toda a dedicação, especialmente da assessoria, das assessorias que se envolveram nesse processo, das Lideranças partidárias que também se envolveram nesse processo, especialmente o Senador Randolfe, que é o nosso Líder do Congresso – eu quero agradecer-lhe especialmente. Já tem alguns meses que a gente vem com essa luta para fazer realmente a instalação desta Comissão. Nós tivemos um papel de pedir aos Líderes dos partidos daqui, do Senado, para fazer a indicação e também da Câmara dos Deputados e Deputadas, para que a gente pudesse chegar a este momento, hoje, de poder fazer a instalação desta Comissão, acreditando que podemos, sim, nesta Comissão Mista de Combate à Violência contra nós, mulheres, fazer um trabalho maravilhoso, até porque ela é mista, então, envolve Deputadas, Deputados, Sanadoras e Senadores, o Congresso como um todo. Ela vai ter uma força muito importante para a construção também de propostas e proposições que a gente quer defender e das que já estão aqui, dentro do Congresso, que a gente também quer fortalecer com o trabalho da Comissão. Então, eu quero aqui fazer este agradecimento especial a todos e todas.

Temos também as Deputadas Federais, que aqui estão, que eu quero agradecer, lá do Estado do Ceará, a Fernanda, a Ana Paula, todas que aqui estão, a Maria Arraes e a Rosangela também, que aqui está. Eu agradeço imensamente.

Tenho certeza de que esta Comissão, para além de fazer várias proposições e visitas com o plano de trabalho que a gente vai apresentar já na próxima reunião, em que a gente vai trazer aqui a intenção já de um grupo desta Comissão, que poderá sofrer alterações, poderá ter também inclusão, porque a gente vai propor um plano de trabalho amplo, mas que pode ser ampliado, para atender todos os estados e, especialmente, todos e todas que estão fazendo parte desta Comissão, quer dar realmente uma grande dinâmica para que, no final, a gente tenha um relatório, como já teve anteriormente o que foi feito pela Deputada Federal também do Ceará, Luizianne Lins, um relatório bem conciso e bem importante, prestando atenção ao que foi feito dentro daquele relatório e ao que ainda não foi resolvido para a gente poder também não só incluir no nosso, mas cobrar em cima do que já foi feito pela Comissão que aqui estava anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, disse que ia falar pouco. Quero só realmente agradecer, agradecer aqui à Comissão como um todo, a toda a equipe técnica, que também se empenhou para que a gente pudesse chegar a este momento agora, e também dizer à nossa querida amiga Deputada, Vice, que a gente tem grandes trabalhos aí pela frente. Muito obrigada pela sua parceria lá na Câmara.

Era só isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

E, agora, já passo a palavra para a nossa Deputada Elcione, Vice... Depois eu passo para o Líder.

A SRA. ENFERMEIRA ANA PAULA (PDT - CE) – Gostaria de um minuto também, Senadora.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (MDB - PA. Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos os companheiros aqui dentro.

Obrigada pela indicação, pelo consenso.

A gente precisa rever algumas questões no que diz respeito à mulher. Neste lugar, é muito certo e é muito importante que a gente comece a fazer as nossas articulações, no bom sentido, porque hoje mesmo eu estou sabendo que deve ser cassada uma Vereadora lá do meu Pará, de Belém, e vai ser um homem que vai assumir. Quer dizer, a questão da lei de cotas, os seus direitos adquiridos, enfim, a gente precisa parar para fazer uma avaliação disso.

E aqui eu peço a você, Senador Randolfe... Muito obrigada pela sua intercessão. Creia que aqui você tem uma parceira.

Eu estou no meu sétimo mandato. Eu creio que já demonstrei para esta Casa, para este país, o quanto eu sou responsável e o quanto eu trabalho não só pela mulher; pelo idoso, pela criança, pelo adolescente, pelo próprio homem, porque nós todos somos iguais. A questão é apenas o sexo, que muda, mas os direitos... A democracia é única. Ela tem que ser exercida. E é nesse direcionamento que a gente precisa se fortalecer, dando, aqui nesta Casa, aqui neste ambiente onde vai funcionar a Comissão, esta Comissão Mista, a nossa participação. Nós precisamos sim.

A mulher ainda está bem aquém – já esteve próxima, mas fica muito a dever – de ver os seus direitos respeitados.

É isso que eu quero dizer a vocês.

Eu sou uma mulher extremamente aguerrida. O pessoal diz até que eu sou "furada na venta", porque, se existe uma coisa que eu não aceito é injustiça. É a consciência do meu dever cumprido. E não vai ser qualquer um que vai querer me atrapalhar. Eu só devo satisfação: primeiro, a Deus; segundo, ao povo do meu Pará, que me levou para este sétimo mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contem comigo, estamos juntas, juntas e misturadas, para fazer o melhor pela mulher brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – A Presidência já agradece e já passa a fala aqui para o nosso Líder, Senador Randolfe, que também poderá fazer a sua intervenção, já agradecendo mais uma vez e reiterando nossa admiração pela articulação para que a gente pudesse instalar esta importante Comissão hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para expor.) – Senadora Augusta, todas as homenagens à senhora, à Deputada Elcione Barbalho e a todas as mulheres que integram, que possibilitam a instalação, no dia de hoje, da Comissão Mista do Congresso Nacional de Combate à Violência à Mulher.

Eu quero, Senadora Augusta, em especial, registrar toda a sua determinação para que esta Comissão fosse instalada. Há algum tempo, a senhora já cobrava da Liderança do Governo e da Presidência do Congresso Nacional nesse sentido, e conseguimos, inclusive, com quórum mais do que qualificado, com as companheiras da Bancada Feminina da Câmara e do Senado aqui presentes e com a escolha que melhor não poderia ter sido, com toda a experiência e a combatividade que a Deputada Elcione Barbalho traz para esta Comissão.

Fico, em particular, totalmente honrado. A Elcione é uma das mais belas guerreiras da nossa Amazônia. Eu tenho certeza de que, com a Sra. Senadora Augusta na condução desta Comissão, fará um trabalho necessário nessa lacuna que o Congresso Nacional não estava ocupando, em que existia uma ausência da parte do Congresso Nacional, existia uma ausência à não instalação desta Comissão Mista. Sobretudo em tempos atuais, em que é necessário fazer um balanço, em que os direitos das mulheres mais avançam, tem um significado triste o diagnóstico de aumentarem os casos de misoginia – talvez até não tenham aumentado, passam a ser mais revelados. A misoginia e o machismo têm que ser combatidos dia a dia, e não é tarefa somente das mulheres combater o machismo e a misoginia. (*Palmas.*)

É tarefa de mulheres, de homens e das instituições da República, como esta, que está sendo instalada no dia de hoje.

Nós temos tido um aumento de casos de feminicídio em nosso país. É tarefa e função desta Comissão detectar, observar, combater, trazer à baila, trazer ao debate.

Então, na condição da Liderança do Governo no Congresso Nacional, eu tenho enorme honra de estar aqui presente. Eu me sinto... Permita-me a condição de me sentir privilegiado na condição de bendito é o fruto, mas é tarefa, repito: o combate ao machismo e à misoginia não pode ser feito somente pelas mulheres; tem que ser feito a partir da autocrítica masculina também. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta nossa sociedade, a estrutura da sociedade, a estrutura estamental da formação da sociedade brasileira, minhas caríssimas Deputadas e Senadoras, foi lamentavelmente forjada com base no machismo.

A primeira ordenação civil que nós tivemos, que teve cabo aqui, a Ordenação Filipina, no ano da graça de 1613, já proclamava lá, em um dos seus artigos, que era legítimo ao homem matar a mulher se a encontrasse em crime de adultério, mas não poderia ser feita a mesma coisa se estivesse um homem adulterando.

Então, essa é a estrutura de um direito civil e penal que foi formado lamentavelmente com base no machismo. É isso que tem que ser combatido e é isso tem que ser superado.

Isso só pode ser combatido com missão, atuação conjunta e com a função institucional que esta Comissão vai exercer, pela qualidade das Bancadas Femininas do Senado e da Câmara que vejo.

Eu acho que o machismo e a misoginia, em nosso território, não sei se estão com os dias contados, porque têm que ser combatidos todo dia, mas encontrarão nesta Comissão um adversário forte e feroz. O machismo e a misoginia estarão a ter grandes dificuldades aqui.

Que esta Comissão brilhe como instrumento do direito das mulheres de nosso Brasil. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Eu agradeço imensamente aqui ao nosso Senador e Líder do Congresso Nacional, Líder do Governo, por toda a sua compreensão. E já estou dizendo que a gente vai fazer uma campanha do Laço Branco, se a Comissão assim decidir – eu estou aqui só antecipando –, que é a participação do homem para combater a violência contra nós mulheres, e V. Exa. com certeza vai ser convidadíssimo a fazer uma grande palestra para vários homens e para a sociedade como um todo, porque a gente tem que incluir exatamente, para desconstruir, os homens no combate à violência contra nós mulheres.

Antes de passar a palavra à Deputada Ana Paula, eu queria aqui já fazer a designação da relatoria desta Comissão, que também é um cargo muito, eu diria, necessário, importante e talvez o mais fundamental na construção do trabalho, na construção de propostas também, apesar de ser um trabalho coletivo. E a gente quer aqui já designar para esta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra nós mulheres a Sra. Deputada Camila Jara, que poderá já até vir aqui, se puder. (*Palmas.*)

Quero dizer que também foi consenso a indicação pelos partidos, apesar... Já vou passar, depois eu passo à Ana Paula.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite: é só para pedir permissão porque eu tenho que me deslocar para a Comissão Mista de Orçamento – que tem uma mulher presidindo, que é a Senadora Daniella, e aproveito, em nome dela, para justificar a ausência dela, pela notória razão de que ela se encontra presidindo essa outra Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sucesso aqui à Comissão Mista.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, já agradecemos e entendemos plenamente.

Já passo a palavra à Ana Paula.

Ana Paula, nossa Deputada, também lá do Ceará, será um prazer ouvi-la.

A SRA. ENFERMEIRA ANA PAULA (PDT - CE. Pela ordem.) – Obrigada, Senadora Augusta, é só para parabenizá-la, parabenizar a Deputada Elcione e a Deputada Camila, mas não poderia deixar de me pronunciar para dizer da honra que nós temos por V. Exa. ser Senadora pelo Estado do Ceará.

Quando foi Deputada Estadual, teve uma excelente atuação na criação das procuradorias de combate à violência contra a mulher, dentro da Assembleia Legislativa, fomentando inclusive a criação de procuradorias nos municípios do Estado do Ceará. E a procuradoria trouxe para cá, para o Senado Federal, com a responsabilidade de conduzir, uma Senadora cearense, com *expertise*, com habilidade e que tem incutida na sua essência a pauta do combate à violência contra a mulher. Então é uma referência para nós no Estado do Ceará.

Eu tenho certeza de que a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher fará um excelente trabalho nesse biênio, com a representação feminina de mulheres aguerridas e de vozes fortes, como eu pude aqui perceber, mas também com a nossa preocupação em poder contribuir nesta Casa, dentro desta Comissão, com os projetos que ainda estão parados em nível de Congresso. Nós ainda temos alguns projetos que precisam andar, nós ainda temos algumas dificuldades no que diz respeito à representatividade feminina, e eu tenho certeza de que esta Comissão também vai se debruçar até sobre esses assuntos que não fazem referência somente à violência contra a mulher, mas também outros tipos de violência que nós vivenciamos no cotidiano da vida política.

A Senadora Augusta também é enfermeira, e nós enfermeiras somos majoritariamente mulheres, uma categoria majoritariamente composta por mulheres, e eu me sinto muito bem representada nesta oportunidade por ter uma Senadora mulher e enfermeira presidindo a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Parabéns!

Parabéns, mais uma vez, Deputada Elcione e Deputada Camila!

Desejo um excelente trabalho à frente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada. Eu agradeço à Deputada também, enfermeira lá do Estado de Ceará, Ana Paula.

E já passo aqui para a nossa já Relatora – a partir de agora já é Relatora –, nossa querida Deputada Camila Jara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAMILA JARA (PT - MS. Como Relatora.) – Boa tarde a todas.

Eu queria cumprimentar minhas colegas de mesa e dizer que é muito importante estar aqui com vocês que estão na batalha, no dia a dia, na luta para que a gente consiga promover mais do que políticas públicas para proteger a vida das mulheres, mas promover uma mudança de mentalidade social.

Eu acho que no final das contas esse é o nosso maior desafio, porque os projetos de leis que a gente cria aqui – inclusive, eu sou autora, junto com a Maria do Rosário, da lei dos órfãos do feminicídio – são projetos que tentam abraçar e acolher essas mulheres depois que elas sofrem a violência. E a nossa missão só vai ser cumprida a partir do momento em que nós não precisarmos ter uma Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, em que nós não precisarmos ter mais projetos de leis que punam os agressores contra as mulheres. Aí a nossa luta vai ter valido a pena, aí vai ter valido enfrentar todo este debate que a gente enfrenta no dia a dia, porque vai significar que nós mulheres não somos mais vítimas de violência pelo único fato de sermos mulheres ou de ousarmos ocupar os espaços, dizer nossas opiniões e decidir, inclusive, sobre o futuro e os rumos do nosso país, do nosso estado.

Nós estamos aqui hoje pelas 1,4 mil mulheres mortas nos últimos anos; nós estamos aqui hoje pelas mulheres que vieram antes de nós; e nós estamos aqui hoje pelas mulheres que vão vir. E eu tenho certeza de que elas vão vir numa sociedade mais justa, menos desigual, mais humana, onde nós não sejamos punidas pelos simples fatos de existir.

E eu tenho certeza de que a gente vai conseguir aqui dar andamento a esses projetos, porque a urgência e a demanda da sociedade são muito grandes. A gente precisa mostrar a diferença e dizer por que a gente quer ocupar o lugar na política: a gente quer ocupar para salvar a vida das mulheres, para evitar que essas mulheres sofram violência e, mais do que isso, para que a gente possa ser cada dia o que a gente quiser ser.

Muito obrigada. É um ótimo trabalho.

E que nós sigamos juntas para alcançar a igualdade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Muito bem. A Presidência concorda com a fala da nossa Relatora, nossa Deputada Camila Jara.

Já disse que a gente vai ter realmente grandes tarefas no combate à violência contra nós mulheres. E, quando eu digo violência, falo da violência política sobretudo, porque somos aqui também mulheres que estão dentro da política diretamente, mas, quando a gente é agredida com a violência política, tantas outras mulheres que não estão no cargo eletivo político são atingidas indiretamente. Então, faz parte dos trabalhos que a gente vai fazer, quando a gente conseguir apresentar o nosso plano de trabalho, também o combate à violência política de gênero, que também vem aí diariamente, cotidianamente. Nós, que somos mulheres, especialmente aqui dentro do Congresso... acho que cada uma sente isso todo dia, toda hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, dando continuidade aqui, quero passar aqui para a minha querida amiga Senadora Jussara, lá do Piauí, também uma mulher aguerrida, que pediu aqui a fala.

Aí, depois, a Deputada Delegada Katarina também, o que será um prazer.

Estou muito feliz hoje, nesta Comissão, de dar também a oportunidade de fazer interagir, de integrar mais Senado e Câmara de Deputadas – e Deputados –, porque são tão próximos e, ao mesmo tempo, a gente se distancia tanto pelos trabalhos e as tarefas de cada um e cada uma.

Então, Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. Pela ordem.) – Obrigada.

Quero cumprimentar aqui todas as Senadoras, as Deputadas que aqui se encontram, especialmente a Senadora Augusta Brito, que está assumindo a Presidência desta tão importante Comissão, que é a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; cumprimentar a Deputada Camila, que vai ser a Relatora, e a Deputada Elcione Barbalho, que é a Vice-Presidente.

E quero falar da importância que é esta Comissão e de escolher uma mulher tão antenada com o problema, uma mulher com muita sensibilidade, uma mulher valorosa que é a Senadora Augusta Brito, que é uma mulher que por sinal tem me inspirado. É uma grande amiga que tem me amparado muito nas horas de grandes aperreios, como dizem no Nordeste.

Quero dizer para a sociedade brasileira, especialmente para as mulheres brasileiras, que elas têm voz sim, e elas vão se encontrar nas vozes de todas nós mulheres que aqui nos encontramos, especialmente na voz da Senadora Augusta Brito, que é essa mulher de fibra, que é essa mulher combativa, que é essa mulher que está sempre preocupada com o que acontece com todas as mulheres brasileiras. E digo que, quando a mulher ocupa um espaço de poder, ela também está dando voz a todas as mulheres brasileiras. E esse aqui é o nosso compromisso. Aqui é onde nós devemos realmente dizer às mulheres brasileiras: "Nós estamos aqui para defendê-las, e é isso que nós vamos fazer nessa Comissão".

Senadora Augusta, Deputada Elcione, Deputada Camila e demais Senadoras e Deputadas que aqui se encontram, nós estamos juntas nessa luta. Nós temos que acabar com o feminicídio no país. Nós temos que acabar com a violência contra a mulher neste país, porque como bem frisou a Deputada Camila, nós podemos ser o que a gente quiser.

Aqui deixo meu abraço para todas vocês e contem comigo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, Senadora Jussara.

Eu sou suspeita. Não vou ficar falando porque a gente é muito amiga aqui. Eu acho que ela falou isso pela metade da amizade que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero aqui já passar a palavra para a Deputada Delegada Katarina, porque também é um prazer estar aqui, junto da Comissão, com essas grandes mulheres que vão contribuir muito com o nosso trabalho, tenho certeza.

A SRA. DELEGADA KATARINA (PSD - SE. Pela ordem.) – Gostaria aqui de parabenizar a Senadora Augusta Brito pela Presidência desta Comissão Mista; a Deputada Elcione também, pela Vice-Presidência; a nossa amiga Deputada Camila Jara, essa jovem tão combativa, tão inteligente. Quem acompanha a Camila Jara pelas redes sociais... Ela sabe fazer política de uma maneira muito leve.

E digo o seguinte: é muito importante que a gente discuta em todos os âmbitos a questão da violência contra a mulher. A violência contra a mulher perpassa por muitas situações, por isso é que a gente precisa de políticas transversais.

Senadora, eu sou Delegada de Polícia e estou Deputada Federal; fui Delegada-Geral do meu estado por muitos anos. Então, eu chefiei a Polícia Civil do Estado de Sergipe por muitos anos, e a gente começou a perceber que se enxugava gelo o tempo todo; que você, enquanto delegado de polícia, enquanto delegada, enquanto membro da Segurança Pública, você consegue fazer o depois, mas o antes, a gente não consegue. E é como a Deputada Camila Jara falou: o antes é o mais importante, porque quando uma mulher... A primeira vez que eu recebi uma mulher vítima de violência doméstica em uma delegacia no interior do estado, aquela mulher – isso há mais de 20 anos – com quatro filhos... E a gente sem saber o que fazer com ela. Com o marido, o agressor, eu sabia o que eu iria fazer; agora, com ela, eu iria fazer o quê? Porque naquele período, naquela época, não existia nem políticas públicas, nenhuma rede fortalecida para acolher aquela mulher. E, de lá para cá, as coisas mudaram, as coisas melhoraram, nós mulheres fomos tomando mais consciência do nosso posicionamento, do nosso poder, do nosso lugar na sociedade. Fomos conquistando espaços, mas a palavra é esta: nós fomos conquistando, nós fomos lutando, nada foi nos dado de graça.

Nos anos 50, a mulher não podia nem jogar futebol, porque era considerado esporte não condizente com a figura feminina, com o biotipo feminino. Arte marcial? Nem pensar, a mulher não podia praticar. Era levada para a delegacia se fosse pega jogando bola nos anos 50! Minha mãe era uma jovem senhora e não podia fazer isso.

E aí elas tiveram que lutar muito! As mulheres antes de nós tiveram que lutar muito para que nós hoje estivéssemos aqui numa Comissão Mista: eu, como Deputada Federal, a senhora como Senadora, todas nós aqui discutindo agora temas como esse.

Mas, vejam só, da Proclamação da República até hoje, se nós fizermos uma conta de quantas mulheres já se sentaram nas cadeiras da Câmara Federal – e eu falo isso porque sou Deputada –, isso não enche aquela Casa: foram trezentas e poucas mulheres apenas. Não tenho aqui o número exato. São 513 cadeiras... Então, isso demonstra que ainda falta muito, que alguma coisa está errada, que as políticas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inserção no nosso país ainda precisam melhorar, que o nosso país tem que ser visto – e todo país é visto como uma democracia consolidada, como um país civilizado, quando ele respeita as suas mulheres, quando ele luta pela igualdade de gênero. Então é por isso que hoje eu estou aqui.

Tenho certeza de que é por isto que cada uma das Senadoras e Deputadas estão aqui também: para que a gente possa lutar e encontrar soluções viáveis para isso, não apenas para curar as feridas, mas para evitar que essas feridas sejam abertas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Parabenizo aqui a fala também da Deputada e já agradeço.

Realmente, eu estou vendo aqui... Estou ficando com muitas ideias e acho que o plano de trabalho está só aumentando, mas acredito que a gente tem muito a contribuir, realmente.

Primeiro, são tarefas que vão ser simples e fáceis, mas que a gente sabe que precisam desta Comissão para que a gente possa organizar, sistematizar desde um projeto de lei que foi aprovado e ainda não está efetivamente sendo executado, desde novas proposições, desde acompanhamentos realmente que sejam por estados, que cada um aqui quer fazer, e a gente vai fazer também. E a nossa intenção não é ficar só discutindo e debatendo aqui dentro do Congresso. Aliás, não só, não, porque é muita coisa a gente poder fazer isso aqui, mas para além disso.

Primeiro, quando eu assumi a procuradoria no Estado do Ceará, quando eu fui Deputada Estadual, a primeira coisa que eu disse foi: se eu vou falar sobre violência contra nós mulheres, eu tenho que saber o que existe sobre isso. A partir do que existe, a gente cobrar ou acrescentar ou aumentar, enfim... Eu acho que a gente pode – já estou antecipando – sugerir depois que a gente veja o que nós temos, em nível do país. Qual é a rede verdadeiramente feita de enfrentamento à violência contra nós mulheres no país? Como é que a gente pode fortalecê-la? Quais são as leis?

Enfim, é só do que eu estou aqui me lembrando, porque eu fui Relatora, nessa semana dos órfãos do feminicídio. E esse projeto eu apresentei no Estado do Ceará e já foi aprovado lá quando eu era Deputada Estadual. Quando eu cheguei aqui, a primeira coisa que eu fui fazer foi apresentar o projeto aqui, e aí já tinha o da Câmara. E eu fiquei feliz. Que bom! Quero que seja o mais rápido possível. E, ao chegar aqui, eu fui correr para pedir a relatoria – mas é de uma forma que a gente entende a necessidade de a gente ter esses projetos e que eles efetivamente saiam do papel.

Com muita felicidade também, vou passar agora a palavra para a Deputada Leila Borges, já agradecendo aqui sua presença.

A SRA. LÊDA BORGES (PSDB - GO. Pela ordem.) – Boa tarde, Senadora; boa tarde, Deputadas Federais e Senadoras que compõem a Comissão nesta instalação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de qualquer coisa, eu presido, pela eleição direta das "minhas pares", ou dos meus pares, a Presidência da Comissão de Direitos de Defesa da Mulher da Câmara Federal. Por isso, solicitei ao meu partido que negociasse a vaga nesta Comissão Mista, haja vista que a representatividade da Câmara Federal também está, até o final desse ano desse meu mandato, representada por mim e pela Delegada Katarina, que é a minha Vice-Presidente.

Gostaria de pedir à Secretaria desta Comissão Mista que providenciasse o meu nome na titularidade, mesmo porque já registrei presença, e a presença foi aceita. Eu não estou vendo.. Meu nome é Lêda Borges.

Então, eu estou em primeiro mandato, Senadora, sou por Goiás, e estive Deputada Estadual por dois mandatos, Secretária de Estado da Mulher do Estado de Goiás, Prefeita, Vereadora, Secretária de Obras e Secretária de Educação. E, ainda, Presidente de uma agência que foi a primeira agência goiana de desenvolvimento regional do estado.

Bem, é uma satisfação estar aqui. Eu tenho uma vida pública de 28 anos – a minha, não é? A minha é de 28 anos, e já estou no final dela. Eu creio, porque eu vou deixar para a Camila, para outras pessoas, que eu vá mais uma eleição só, porque isso também cansa.

Então, eu queria compartilhar com vocês a minha forma de ver essas coisas. Nós, Senadora, promovemos uma discussão acerca do orçamento. Não se fala em política pública, que já fui do Executivo, Secretária municipal, estadual, Prefeita, todo o Executivo, só não fui Governadora... A gente se decepciona muito com orçamento. Nós votamos leis demais, neste país, e a efetividade delas, principalmente com relação à mulher e ao combate à violência... Não há orçamento para a legislação.

Fazer leis, a gente sabe, votar também e relatar também... Agora, se não houver uma união de esforços para que a gente determine o orçamento para prioridades... E o que eu estou vendo no orçamento, Senadora... E nada contra, mas o cobertor é curto, como se diz lá em Minas Gerais... Então, se o cobertor é curto, nós temos que definir prioridades. E o meu raciocínio é de Executivo, mesmo estando nesta Casa de leis.

O que é que eu penso? Empreendedorismo feminino é extremamente importante, porque sabemos que o ciclo da violência, a única parte do ciclo da violência que é visível e é material, racional, é o financeiro. Todas as outras dependências são subjetivas. A única objetiva é a econômica.

Bem, então, o empreendedorismo é muito importante, mas agora, entre matar e arrumar renda, se a mulher está morta, não tem renda, não é? Então, a minha visão é, se tem lá no orçamento, que está ainda sendo analisado na Câmara Federal, e a gente fez uma audiência pública, promovemos, com o nosso Relator, o Deputado... Como é, Erika?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÊDA BORGES (PSDB - GO) – Danilo Forte. Está lá o empreendedorismo, ótimo. Qual é para o combate à violência, para que a mulher não morra? – Que é o que a Katarina disse, que são as ações de prevenção, porque falar em construção de delegacia, já matou, já bateu, não é? Então, tem coisas anteriores a essa, que é a prevenção, e eu não estou vendo no orçamento.

Então, a gente precisa muito focar, neste momento, como Presidente até da Comissão, porque leis nós temos a do pânico, nós temos tantas leis importantes para o combate à violência – não é, Elcione? –, tanta legislação. Vou lhe dar um exemplo: dignidade menstrual, que não é nem sobre violência, é um direito que nos assiste em lei sancionada pelo Presidente da República. Tem orçamento? (*Pausa.*)

Isso é um absurdo, não é?

Bem, também quero discutir a questão da transversalidade. Eu adoro essa palavra, só que essa palavra gera uma irresponsabilidade. Então, hoje não se tem orçamento para o ministério: "Ah, porque é transversal", eu concordo. Na educação você trata também de violência, ou de empreendedorismo, em todas as pastas, em todas as áreas, mas isso também gera uma falta de compromisso com as políticas voltadas à mulher. Então, quanto ao orçamento, não pode estar lá só escrito que vai para a saúde e pronto; tem que ter o objeto. Para quê? É para o Programa Dignidade Menstrual? Quantos milhões? Quantos mil? Porque, senão, isso vai se perdendo. Na educação, cadê o programa de... "Ah, como são importantes as palestras!" Demais – já votamos isso –, obrigatórias! Pois é, e cadê o orçamento para tal?

Então, Senadora e todos que acompanham esta Comissão Mista, as nossas angústias eu creio que sejam as mesmas. E não adianta, na instalação ou durante as reuniões nossas, acharmos que está tudo bem; está tudo é muito mal, porque a capital do país é a que mais mata hoje mulheres. Então é sinal de que as políticas públicas que a gente aqui produz, muitas delas em legislação, estão falhas e, na minha visão, Senadora, elas estão falhas porque não há prioridade orçamentária ou no mínimo, qual percentual, o que temos de orçamento, para onde nós vamos levá-lo, quais as prioridades.

Então, essa é a minha contribuição. É um prazer estar com vocês todas, dividindo as nossas prioridades – não é, Elcione, Deputada? –, dividindo as nossas angústias e os produtos que vamos entregar à sociedade. A sociedade não entende de lei; ela entende que nós estamos a cada dia mais sendo mortas, e a cada dia há mais crimes cruéis, porque agora é com crueldade essa morte.

Então, eu quero agradecer, pedir desculpa pela demora na minha fala, mas é a primeira vez que eu acompanho uma Comissão Mista e eu acho que é a primeira vez que eu venho ao Senado Federal.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, Deputada, também no primeiro mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero até pedir desculpa pelo nome errado. Eu ainda perguntei de novo se era Leila ou era Lêda, mas, tudo bem, agora, nunca mais será falado errado, porque eu acho muito ruim. Então, já peço desculpa por isso. O nome vai estar constando, é indicação partidária, por isso a gente ficou aperreando os Líderes partidários, pedindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Não, está ótimo. É só para eles oficializarem, que, aí, ela já troca aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Então, pronto. Já vai ser mudado, não se preocupe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Está ótimo. (*Risos.*)

Que bom, Deputada! Eu tenho certeza de que nós temos muita coisa para contribuir, ainda mais já com essa sua tarefa lá da Câmara, trazendo para cá essa experiência também. A gente, com certeza, tem muito trabalho.

Antes da Deputada Maria Arraes, só para complementar eu vou devolver aqui a fala...

A SRA. DELEGADA KATARINA (PSD - SE. Pela ordem.) – Maria, Deputada, é rapidinho, viu?

Só para complementar aqui, aproveitando a fala da nossa amiga Deputada Lêda, Presidente da Comissão da Mulher, quero dizer o seguinte: a gente tem que se alertar para uma situação que eu acho que a maioria já sabe: mata-se muita mulher no nosso país. No ano passado foram mais de 1,4 mil mulheres mortas por feminicídio, fora outras causas, mas, por feminicídio, pelo fato de ser mulher, mais de 1,4 mil mulheres foram mortas. E esse número vai aumentar, a tendência desse número é aumentar, e eu vou explicar o porquê. Quanto mais a mulher se empodera, quanto mais a mulher não aceita determinadas condutas e atitudes, quanto mais a mulher diz "não quero mais; chega para mim" e se separa... Porque, se vocês forem observar, os feminicídios acontecem, na sua grande maioria, e isso a gente vê por dados de investigação, após a separação, quando aquele agressor entende que aquele objeto que ele tinha como dele – porque ele tem a mulher, naquele momento ali, como objeto – deixa de ser dele.

Então, a gente tem que tomar, Senadora, realmente, medidas urgentes com relação a essas políticas, com relação ao orçamento, para que sejam encaradas, realmente, de maneira séria, e priorizar isso, porque mais mulheres vão morrer. Então, nós temos que trabalhar a prevenção.

Era só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Eu já agradeço aqui.

E, antes de passar para a Deputada Marília Arraes, queria registrar aqui a presença da Defensora Geral do Estado do Ceará, Elizabeth Chagas; da nossa querida Defensora Mariana e Sâmia, que aqui estão. Já agradeço a presença das três. Sintam-se bem acolhidas aqui na nossa instalação, hoje, da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher – contra nós mulheres!

E agora tenho o maior prazer de ouvir a Deputada Maria Arraes.

A SRA. MARIA ARRAES (SOLIDARIEDADE - PE. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar a Mesa, que foi escolhida por aclamação: a Deputada Elcione Barbalho, como Vice-Presidente; a Deputada Camila Jara, como Relatora; e a Senadora Augusta Brito, como Presidente desta Comissão tão importante para nós mulheres.

Eu quero falar da alegria também de poder compartilhar, como membro, com essas colegas não só da Câmara, mas com a Jussara, aqui do Senado, com a Lêda Borges, que tem um histórico de luta contra a violência contra a mulher. É bom a gente estar aqui podendo discutir juntas meios e mecanismos para diminuir e minimizar esse tipo de violência tão brusca.

É importante a gente lembrar que quatro em dez brasileiras já sofreram algum tipo de violência, seja ela física, psicológica, mental ou financeira, e a gente está aqui hoje, juntas, pensando em uma solução como Deputadas, Senadoras, sociedade civil e instituições especializadas, como a Defensoria Pública aqui presente, e que a gente possa pensar em soluções, porque, em um relato, andando no meu estado, lá em Pernambuco, estive com uma vítima de violência contra a mulher que tinha um mandado de segurança, um mandado preventivo contra o seu agressor. Ela mostrou esse mandado para mim e disse: "Deputada, um papel não salva a minha vida".

E a gente está aqui, fazendo leis diariamente, para poder evitar esse tipo de violência e para poder punir aqueles que a praticam, mas é importante que a gente pense, como todas aqui já lembraram, da prevenção, seja uma prevenção dando a independência financeira de que essas mulheres precisam; a independência psicológica; que a gente coloque a violência contra a mulher na educação, para que nossas crianças aprendam desde cedo o que é a violência, o que as suas mães sofrem; que possam tratar isso na escola, com as suas professoras; e que a gente consiga, juntas, pensar em que esses números tão alarmantes, de que já falamos aqui – quatro em cada dez mulheres, 1,4 mil mulheres vítimas de feminicídio –, no ano que vem sejam menores, que seja sempre decrescente esse número e que a gente possa discutir aqui políticas públicas importantes para o nosso país.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Agradeço e, a cada fala, fico com mais certeza de que a gente está fazendo a coisa certa em juntar tantas mulheres com tanta experiência, com tantos projetos, para que a gente possa, verdadeiramente, dar o sentido a que esta Comissão está se propondo.

Agora, antes de fazer o encerramento, eu gostaria aqui de perguntar à Relatora o que ela acha de a gente já deixar uma previsão de 15 dias para que a gente possa apresentar o plano de trabalho da Comissão, que a gente pode fazer conjuntamente. Eu digo assim, a responsabilidade legal da história vai ser da Relatora, mas a gente pode contribuir, pode ajudar ou pode pedir para a assessoria também colaborar com ela. Eu vou ficar colada, ajudando aqui, porque é muito importante que nós estejamos dentro, especialmente participando desta Comissão, ativamente. Nós vamos ser só um instrumento de facilitar o que a Comissão, o conjunto dela como um todo, vai se decidir a fazer. Obviamente, a gente quer fazer o máximo possível para, realmente, fazer validar as políticas públicas, a questão do orçamento, pois não existe política pública sem orçamento, isso é real – eu também fui Prefeita numa cidade lá no meu estado, também fui Deputada Estadual por dois mandatos.

Então, que a gente possa, efetivamente, mostrar para que esta Comissão está sendo instalada e para que ela, no final deste mandato, tenha não só o início, não só essa instalação, não só o nosso plano de trabalho, mas tenha proposições que vão ser feitas, através da Comissão, trabalhos que vão dar resposta, especialmente à mulher que não sabe se é lei ou não é lei, mas também a gente tem que ter a lei. Além da lei, tem que ter o orçamento, tem que ter tantas outras articulações para que realmente isso possa fazer diferença na vida dela, porque, para ela, interessa se ela está segura, se ela vai viver livremente ou não, ou se ela está tendo, como eu disse aqui, o empoderamento financeiro. Vou falar assim, porque a gente tem um dado, lá no Estado do Ceará, de que 65% das mulheres que voltam a morar com o seu agressor é pela dependência financeira. A gente sabe que a dependência emocional existe, enfim, tantas outas, mas também a financeira. Sobretudo, 65% delas se submetem, porque elas não têm condições de manter, especialmente porque têm filhos e não têm como manter os seus filhos. Aí voltam e se submetem à violência para poder sobreviver, e a gente não quer só sobrevivente; a gente quer viver, e viver de forma livre e feliz.

Aí, eu quero agradecer, antes de encerrar...

A SRA. CAMILA JARA (PT - MS. Como Relatora.) – Senadora, só para...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Pronto.

A SRA. CAMILA JARA (PT - MS) – ... dar um encaminhamento.

Eu acho que a gente pode montar um núcleo de trabalho para fazer o plano de trabalho, e, aí, às Deputadas e Senadoras que quiserem contribuir e não puderem fazer parte a gente manda com um pouco de antecedência, daqui a duas semanas, para elas também darem as contribuições, e haver o tempo de a gente conseguir agregar a opinião de todo mundo antes da apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Vamos botar aqui em votação, não é? Vamos botar em votação a proposta aqui da nossa Relatora, a Deputada Camila Jara. Quem concordar...

A gente quer fazer essas conversas agora, um grupo de trabalho para poder realmente elaborar esse plano...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Promessa cumprida!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, Senador. Seja bem-vindo!

Mais um Senador aqui, homem, mostrando a importância de a gente envolver os homens também no combate à violência contra nós mulheres. Seja bem-vindo, Senador!

Então, eu estou entendendo que todo mundo concorda – não é? – com o plano de trabalho que a gente vai fazer e com esse grupo, para poder elaborar o plano de trabalho...

Então, não tendo mais nada a deliberar nesta... (*Pausa.*)

Opa...

Nós vamos aqui passar para a nossa Vice-Presidente...

A SRA. ELCIONE BARBALHO (MDB - PA. Pela ordem.) – Eu quero alertar o seguinte: é pública e notória essa questão do financeiro, do orçamento. Que a gente agilizasse essa nossa proposta, essa nossa reunião, para definir e levar ao Relator do orçamento, para... Senão, vamos perder o tempo que vai ser votado, e estendo à maioria: passam por cima mesmo. Isso não é novidade para ninguém.

Eu creio que nós precisaríamos verificar essa questão do orçamento, para poder trabalhar *pari passu* com o Relator, o Danilo, lá do Ceará. Tá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. *Fora do microfone.*) – É preciso ter leis mais duras, mexer no bolso no homem. Na hora em que começarem leis mais duras... Se ele deu um tapa numa mulher, vai ficar preso lá e só sai com uma fiança de R$20 mil...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – A gente está...

Já que eu não encerrei ainda... Vou deixar a senhora... Pode...

A SRA. ELCIONE BARBALHO (MDB - PA) – Eu tenho muita coisa para falar, pela minha experiência. Imagino que são... Eu estou iniciando o sétimo mandato... Quer dizer, ainda fui Vereadora dois anos... Enfim... A minha experiência, o meu dia a dia é isso aí.

Agora, há muitas coisas que a gente tem que levantar... E forçar essa questão da parceria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo sempre, isto não é mentira: a maior inimiga da mulher é a mulher mesma. Por incrível que pareça. E a gente precisa de solidariedade, de companheirismo... Entendeu? A gente se precisa, na verdade, porque só assim...

Não adianta nós sermos 52%, no caso do eleitorado nacional, se cada uma segue o seu caminho, não passa por cima, não tem respeito, não tem consideração...

Por exemplo, nós aumentamos aí na Câmara. Nós somos 93 hoje. Mas, sinceramente, não vi nada que pudesse marcar uma posição, dizer: "Poxa, elas vieram para acontecer".

Então, entre nós mesmas isso é muito difícil, gente. A gente tem que trabalhar isso com seriedade e afinco, bater – sabe? – nessa tecla, mostrando para a mulher que ninguém vai a lugar nenhum sozinho. Ninguém consegue ir a lugar nenhum sozinho.

Então é muito importante que a gente priorize esses assuntos, para que a gente tenha alguma coisa de resultado nessa questão da nossa Comissão, esta Comissão Mista, que é formada por Câmara e Senado, para que a gente dê um retorno importante para a sociedade brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada. Obrigada, Deputada, nossa querida Vice.

E agora, antes de encerrar, vou passar para o nosso querido Senador que aqui está, mas já dizendo que esta Comissão, que está sendo instalada neste momento, tem uma competência de poder propor, no orçamento, quatro emendas. Então, a gente já vai começar a fazer valer o nosso papel de Comissão Mista de Combate à Violência. A gente já pode pensar nessas quatro propostas, porque podem ser até quatro, a gente vai fazer quatro. E depois se unir e se organizar, para que a gente, conjuntamente, vá defendê-las também, quando for necessário, na Comissão de Orçamento.

Agora eu passo aqui para o nosso querido Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Senadora Augusta, muito obrigado.

Quero até pedir perdão por ter chegado um pouquinho mais tarde, estava num almoço fora, mas eu quero parabenizar a senhora, a Deputada Elcione, a Deputada Camila, pela instalação desta importante Comissão.

Quando falamos em mulher, não tem partido, não tem ideologia. Nós precisamos proteger as nossas mulheres.

A grande preocupação nossa, se eu puder fazer a título de contribuição, é que as vítimas, as mulheres vítimas de seus esposos, seus companheiros, acabam se submetendo à violência de novo por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade financeira. Eu ouvi aqui uma colega falando sobre, realmente, ter punição. Eu acho que foi a Jussara. Está linda vestida de Bolsonaro hoje, viu?

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Não, eu sou brasileira... (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Então, Senadora Augusta, desculpa a brincadeira, mas a senhora sabe do respeito e do carinho que eu tenho com a senhora.

E nós precisamos socorrer essas mulheres, porque elas são... Olha só, ela abre mão da sua vida profissional para ser mãe, para ser dona de casa, para lavar cueca de homem. Até aí tudo bem, é uma opção dela. O.k., educar os seus filhos, *show* de bola. Aí ela fica dependente financeiramente desse homem. Isso aconteceu com a minha sogra. Um dia o cara sumiu, e ela se viu largada no mundo. Pior do que sumir – pior do que sumir – é começar a beber, se drogar e descontar na mulher que está em casa, cuidando do filho, da casa, da comida e da roupa do cara.

E aí elas, muitas vezes, postergam para fazer, Senadora Jussara, o boletim de ocorrência. Postergam. Eu acho que tem uma estatística que diz que é a partir da terceira violência que ela sofre que ela vai prestar queixa. E, depois que o cara já se acostuma a bater, vai terminar em morte isso.

E ela tinha que ser protegida. Tinha que ter um trabalho, tinha que ter um lar, tinha que ter uma bolsa mulher, enfim, alguma coisa para socorremos as nossas mulheres, as empresas ajudarem, alguma coisa. E vocês estão aqui justamente para propor políticas públicas para as mulheres, especialmente vítimas de seus companheiros, para que elas tenham a sua independência, a sua dignidade de volta e para que não passem fome no final das contas. Elas estão preocupadas não só com elas; se submetem com medo de faltar comida para elas e para os filhos delas, e muitas vezes isso termina com o custo da sua vida.

Então, Senadora, obrigado. Parabéns! Conte sempre comigo. É um prazer, uma honra, um orgulho muito grande fazer parte desta Comissão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, eu agradeço ao nobre Senador. Quando eu estava desesperada para conseguir as indicações – Senador, vou fazer este registro – dos partidos, aí eu liguei para V. Exa. e disse: "O PL não tem nenhuma Senadora, mas indique aí um Senador, vamos ocupar a vaga, porque a gente precisa fazer a instalação e precisa do número regimental". E aí V. Exa. fez a atenção para que a gente pudesse instalar também esta Comissão. Eu agradeço. Partidos diferentes e...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Senadora Jussara, deixe-me falar uma coisa: ou eu vou para o PT, ou a Augusta vem para o PL. Alguma coisa vai acontecer! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Certeza, ele vem para o PT!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Porque foi amor à primeira vista. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O pessoal está pensando: "Será que vai ter apoio?".

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Senador, certeza: você vai para o PT, tem apoio para V. Exa. ir para o PT, certeza absoluta.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Eu quero dizer que eu tenho um grande carinho com a senhora, eu sempre brinco com a senhora, mas um grande carinho, respeito pelo seu trabalho, e pode de verdade contar comigo, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Eu digo o mesmo.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – E a ficha do PL já está aqui, quer agora?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Não, não, obrigada. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Brincadeiras à parte, a gente sempre diz que a gente se respeita. Enfim, é isto que a democracia exige da gente, que a gente tenha posições divergentes, mas que, na hora realmente de fazer o bem à maioria, a gente possa defender também o que a gente acredita. Assim, a gente vai se tratando bem. Ele diz que chegou aqui no Senado pensando que ia brigar demais com o Jaques Wagner e tal, hoje é o melhor amigo, não é? (*Risos.*)

O melhor amigo do Jaques Wagner é ele.

Mas, brincadeiras à parte, antes de fazer o encerramento do nosso trabalho, eu submeto também à deliberação aqui do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Posso submetê-la?

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Agradeço a todas e todos.

Foi aprovada, então, nossa ata de hoje, tirando as nossas brincadeiras, que sempre vai ter, porque eu sou do Ceará, então gosto de comédia, sempre vai ter um negócio para quebrar o gelo, porque a vida é dura, mas, porém, é boa. Não podemos reclamar, porque são oportunidades que nós estamos tendo aqui.

E eu agradeço muito a Deus, porque eu digo que eu sou uma cabocla lá do pé de serra, do meu Sertão, uma cidade de 15 mil habitantes, e consegui estar ocupando este espaço aqui; então, para mim é um grande privilégio, uma grande oportunidade de fazer por tantas outras que não têm esse mesmo oportunidade que eu estou tendo. É meu dever, minha obrigação sempre procurar fazer e trabalhar mais, como, eu acredito, tantas brasileiras e tantos brasileiros, especialmente cearenses, esperam de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço imensamente a todos e todas e vou declarar encerrada esta primeira reunião. Era só de instalação, disseram que não era nem para falar, mas sabe como é, a gente precisa sempre estar falando. E depois vamos combinar aqui sobre a nossa reunião e vamos entrar em contato para dizer o dia da próxima sessão, da próxima reunião ordinária, e também do nosso plano de trabalho, que a gente vai fazer conjuntamente.

Obrigada, agradeço a todas e todos, às assessorias, especialmente, que estão possibilitando que esses momentos aconteçam.

Grande abraço!

(*Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Teresa Leitão, Eliziane Gama, Jorge Seif, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Damares Alves, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Fernanda Pessoa, Dayany Bittencourt, Delegada Katarina, Silvia Waiãpi, Jack Rocha e Ana Paula Lima, e ainda dos Parlamentares Duarte Jr., Izalci Lucas, Paulo Paim, Pr. Marco Feliciano, Mauricio Marcon, Marcos do Val, Zenaide Maia, Abilio Brunini, Otto Alencar, Duda Salabert e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Plínio Valério, Daniella Ribeiro, Ana Paula Lobato, Tereza Cristina, Silvye Alves, Ana Paula Leão, Flávia Morais, Elcione Barbalho, Maria Arraes e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 1, de 2023**: "Realização de audiência pública com o objetivo de apresentar "Programa de Capacitação para Enfrentamento da Violência contra Mulheres e Meninas", projeto da Fundação Demócrito Rocha." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada e, após assinada pela Senhora Presidente, será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos que aqui estão.

Quero aqui cumprimentar todas as Deputadas que estão presentes, a Deputada Silvia Waiãpi – acertei? –, a Deputada Ana Paula também, que aqui está, a Senadora Jussara, a Senadora Teresa. Quero agradecer a presença dessas nobres Parlamentares, mulheres atuantes que estão na Câmara e aqui no Senado Federal também.

Vamos dar início à nossa primeira... Antes de começar a nossa primeira reunião já deliberativa de trabalho, eu queria justificar, porque a gente ficou de apresentar o plano de trabalho desta Comissão, mas a relatora que foi designada pediu para que a gente pudesse deixar para a próxima semana, porque ela estava com um compromisso. Então, já quero aqui pedir desculpas, porque eu queria que a primeira atividade fosse, realmente, o nosso plano de trabalho para que a gente pudesse mudar, com as intervenções que vocês podem já sugerir... Nós temos uma equipe que já está aqui recebendo sugestões, proposições das Parlamentares que compõem esta Comissão especialmente – não só das que estão compondo a Comissão, mas especialmente as que estão –, e aproveito aqui para dizer que a gente já está recebendo até para que, quando ele for apresentado, na próxima semana... Já tem o dia? (*Pausa.*)

Quarta-feira da próxima semana, a gente vai convocar para poder apresentar o nosso plano de trabalho para que seja de uma forma realmente, eu diria, ativa, pró-ativa, determinada e que a gente possa, no final desta Comissão, estar com várias proposições, indicações e propostas aí contemplando a todas, especialmente as que participam dela.

Agora, havendo número regimental, eu declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra nós Mulheres da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 18 de outubro de 2023.

A presente reunião é destinada à deliberação de um requerimento a esta Comissão, requerimento este de minha autoria, vendo que a gente quer dar andamento e já que foi adiada a apresentação de nosso plano de trabalho, para que a gente possa não perder tempo e possa agilizar esta audiência pública, que é a proposição desse requerimento.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER N° 1, DE 2023
- Não terminativo -

Realização de audiência pública com o objetivo de apresentar "Programa de Capacitação para Enfrentamento da Violência contra Mulheres e Meninas", projeto da Fundação Demócrito Rocha.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar "Programa de Capacitação para Enfrentamento da Violência contra [nós] Mulheres e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Meninas". Esse projeto é da Fundação Demócrito Rocha, que eu gostaria muito que todas pudessem conhecer.

E tenho uma proposição de data, inclusive, para que possa acontecer, se assim for aprovado, amanhã – já quero aqui deixar o convite feito.

E agora eu quero botar em votação esse requerimento.

As Parlamentares que concordam com o requerimento podem permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Já agradeço e declaro aqui que foi aprovado o requerimento da audiência pública.

E aproveito para reiterar o convite para essa audiência pública com esse objetivo, que será realizada amanhã, dia 19 de outubro, às 10h, no Plenário 2, aqui, nesta ala do Senado. Gostaria muito de contar com a presença de cada uma e de cada um que aqui está até para que a gente possa levar, se assim for desejado e discutido nessa audiência pública, essa experiência para os estados de todas que estão aqui e que tenham interesse. A gente pode viabilizar essa apresentação e esse curso para todos os estados, se assim, através da Comissão, for demandado pelas Parlamentares que a estão compondo.

E a gente... (*Pausa.*)

Antes de perguntar se alguém quer falar – porque eu acredito que a gente quer sempre falar –, eu gostaria de já dizer que nós tivemos uma reunião de trabalho com a assessoria que está responsável pela relatoria, e algumas demandas dentro do nosso plano de trabalho da Comissão já foram discutidas. Eu gostaria aqui de rapidamente pontuar algumas, até para que se possa despertar nas Parlamentares que aqui estão o desejo ou a curiosidade, ou até mesmo para dizer que já existe e compartilhar alguma experiência de outro estado que possa vir a incrementar a nossa ideia inicial.

Primeiro, nós estamos com uma proposta... Eu estou antecipando um pouquinho, mas vou botar só dois pontos, não vou nem botar desse plano de trabalho.

Primeiro – uma delas – é que a gente possa, de uma forma, eu diria, decentralizada, ir a todos os estados do nosso país. E ir para fazer o quê? A intenção é: já que se trata de uma Comissão Mista de Combate à Violência contra nós Mulheres, nós precisamos primeiro saber, verdadeiramente, o que existe de rede de enfrentamento à violência contra nós mulheres. E, para saber o que existe, a ideia, a sugestão que a gente está botando e trabalhando dentro do plano de trabalho é que a Comissão vá, através da Assembleia Legislativa de cada estado, ao estado, onde a Parlamentar desse próprio estado poderá coordenar e comandar toda essa visita da Comissão, que poderá ter uma audiência pública no estado, com a participação e a organização da Comissão.

E não só isso, porque a gente vai fazer uma parceria – a ideia é essa – ou um termo de cooperação com as Assembleias Legislativas para que cada Assembleia, coordenada pela sua Deputada Estadual, através da Comissão, coordenada pela Deputada Federal ou pela Senadora, possa fazer um diagnóstico do seu estado, fazendo visitas a todas as delegacias de enfrentamento à violência, a todos os juizados especializados, a toda Casa da Mulher Brasileira, se assim tiver nos estados.

E, no final – a gente tem todo um roteiro e um questionário a ser preenchido –, a nossa Comissão vai compilar todos os dados para que a gente possa ter aí, perto de uma realidade, um primeiro diagnóstico do que existe sobre o combate à violência, para que em cima dele a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

gente possa fazer as proposições baseadas um pouco mais na realidade e nos dados que a gente vai coletar.

Essa é a primeira sugestão da Comissão.

Espero que a gente consiga, porque, como eu disse, é uma coisa muito ampla. Eu sei da grande dificuldade. Nós tivemos um trabalho assim dentro do Governo do Estado do Ceará, através da Assembleia Legislativa, e por isso eu acredito que ele é possível e viável. E, no final dele, nós temos um relatório de todas as visitas que fizemos no Estado do Ceará, com as proposições, exatamente com o que foi diagnosticado através das visitas, e as proposições por diversos órgãos, seja pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo Judiciário. Várias delas já estão sendo acompanhadas e implementadas pelo Governo do estado.

Dito isso – eu disse que ia falar pouco –, eu queria aqui abrir a palavra. Se alguma das Deputadas quiser falar ou Senadoras, está aberto aqui para que possam fazer sua intervenção. (*Pausa.*)

Pronto, a nossa Deputada Silvia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Depois.

Então, a nossa Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a nossa Presidente, Senadora Augusta Brito, sempre muito envolvida no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher, sempre muito antenada e sempre em defesa das mulheres do nosso país; cumprimentar aqui a Deputada Silvia Waiãpi – seja bem-vinda, é um prazer grande –; e a nossa queridíssima e competente Senadora Teresa Leitão, de Pernambuco.

Gostaria de falar para a Senadora Augusta que o Piauí vem enfrentando muita violência em relação à mulher. Ontem mesmo, houve um caso lá na capital que chocou a todas nós mulheres e àqueles e àquelas que têm bom senso, de uma jovem enfermeira que sofreu violência doméstica. Ela já vinha sofrendo há muito tempo, e ontem ela foi espancada pelo parceiro dela, a pessoa com quem estava há algum tempo, o que chocou a todos nós piauienses. Não há como a gente não ficar indignada com esse tipo de coisa, porque não dá mais para a gente aceitar. É muita violência contra as mulheres. E acho que já se chegou a um ponto em que nós não podemos mais aceitar, em hipótese alguma, ficar dessa forma; nós temos que tomar realmente providências. A coisa tem que ser muito séria. Nós temos realmente que pesar a mão com leis para que seja inibido tudo isso, porque está fora, digamos assim – vou usar até uma palavra –, fora do normal até isso aí. É impossível a gente aceitar esse tipo de coisa em pleno século XXI.

Quero dizer para a Senadora Augusta que eu tenho todo o interesse lá no Piauí em levar a Procuradoria para a Assembleia Legislativa. Inclusive, eu já contatei com a Deputada Simone Pereira, porque é ela que vai, junto comigo, levar à frente, porque são cinco Deputadas Estaduais lá. Então, eu conversei com ela agora há pouco, e ela tem todo o interesse de levar esta Comissão até o Piauí.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – A Presidência agradece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu sei do empenho também com que nós vamos conseguir avançar de várias formas, com várias oportunidades de levar as experiências de um Estado para o outro, para que a gente possa fazer e construir uma rede em nível de país, uma rede que realmente funcione como rede, que seja interligada. Porque muitas vezes a gente vê um órgão como o juizado fazendo uma ação dentro do mesmo município em que nós temos um Centro de Referência de Atendimento à Mulher, em que nós temos uma delegacia, e eles não se comunicam. Essa rede precisa, primeiro, realmente ser ligada, e a gente tem esse papel, que acredito que a gente pode fazer através desta Comissão.

E agora já passo aqui para a Deputada Silvia Waiãpi – daqui para o final a gente aprende.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para discursar.) –

(*Pronunciamento em língua indígena.*)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Primeiro, eu falo na minha língua, para mostrar para vocês que eu existo, porque um povo que não preserva a sua identidade e nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio e nem sabe para onde vai. Talvez o que eu fale aqui choque algumas mulheres, mas eu venho falar de costumes e culturas. E, ao longo da minha vida, ao longo de toda a minha experiência, hoje eu posso dizer: nenhuma cultura pode ser superior ao direito à vida, à dignidade da pessoa humana.

Eu fui estuprada. (*Manifestação de emoção.*) Eu fui estuprada. E essa dor é uma dor da alma, que nunca será apagada.

Hoje eu entendo o meu papel e todos os dias eu peço à espiritualidade, a Deus, ou seja lá a quem for, para que não me deixe ser curada, porque é justamente essa dor que me move para proteger outras mulheres.

Mas eu não vou falar de mulheres adultas, eu vou falar daquelas mulheres, daquelas crianças, daquelas meninas que nascem hoje e que são abusadas sexualmente, porque alguém se aproveitou da cultura ou da pobreza daquela região.

Eu sou uma mulher da Região Norte, eu sou uma mulher do Norte, uma filha do Amapá, uma mulher da Amazônia brasileira, e hoje eu trago aqui para todas vocês, mulheres: nunca foi o boto. As crianças que nascem de mulheres e meninas ribeirinhas... não foi o boto que as engravidou, foi um molestador, foi alguém que se aproveitou de uma cultura para poder usufruir do corpo de meninas.

Existem mulheres que, dentro de culturas indígenas, é obrigatório serem tratadas como nada. Vocês sabem quantas mulheres recebem bordunadas na cabeça e são jogadas e abandonadas no mato para morrer, enquanto o filho delas não pertence a elas, e apenas ao pai? Isso também é violência contra a mulher, e nós vamos permitir que isso continue acontecendo, porque nós não fazemos parte daquela cultura indígena? Até quando a nossa voz vai ecoar apenas para as mulheres da cidade? Até quando a nossa voz vai permitir que meninas sejam entregues a casamento porque nós precisamos comer? Meninas de 11 anos, ribeirinhas, na cidade, ou até indígenas, engravidam aos 10, 11 anos de idade porque uma família precisa comer. O que nós estamos fazendo? Eu trago para vocês o grito das crianças do Norte que não podem se defender. (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E eu tenho orgulho de hoje poder estar aqui nesta Comissão dizendo para vocês, Senadoras: obrigada pelo trabalho de vocês. Obrigada, mas olhem para nós, mulheres e meninas do Norte.

Eu trago aqui a dor de uma mãe que viu a sua filha de 51 dias ser estuprada por um homem de 71 anos. Eu trago aqui a dor de uma menina que aos 17 anos teve coragem de falar para a assistente social, dizer: "Salve as minhas irmãs, porque eu tive dois filhos com o meu pai, e agora ele vai estuprar as minhas irmãs". E, no dia da prisão deste homem, o irmãozinho fala para a delegada: "A senhora vai deixar, vai prender o meu pai? E o que nós vamos comer?". Então, uma mulher, uma menina que já tinha o segundo filho do próprio pai, poderia continuar sendo violentada, estuprada, usada para que uma família inteira comesse?

Eu trago aqui o grito das mulheres e das meninas do Norte, que ninguém tem escutado. Ninguém tem escutado o nosso grito e o nosso gemido no meio da floresta. E eles culpam o boto. Eles dão vazão e desculpas de culturas que precisam ser mantidas. E quem lucra com os nossos corpos? O meu estado, o Estado do Amapá, é a rota do tráfico humano. Há alguns meses a Polícia Federal prendeu nove integrantes de uma organização criminosa que vendia meninos de dois anos para abuso sexual. Olhem, nós estamos falando de mulheres, nós estamos falando de estupro, da proteção dos nossos corpos. E quem vendeu uma criança de dois anos para ela ser abusada sexualmente?

Existe uma realidade escondida no meio da floresta, atrás dos rios, nas cidades mais longínquas, que as senhoras não viveram. Olhem para nós, mulheres da floresta, mulheres do Norte, mulheres do Marajó, meninas do Marajó.

Eu vejo hoje uma ação contra a Ministra Damares, porque ela ousou denunciar estupro de meninas no Marajó. Como nós, enquanto mulheres, hoje, Parlamentares, podemos permitir que alguém zombe de uma outra mulher que um dia foi estuprada? Podemos... Eu sei qual foi a dor de uma criança de seis anos que subiu em cima de uma goiabeira porque não aguentava mais ser estuprada, e ela queria morrer, ela queria se jogar lá de cima para acabar com o sofrimento dela, mas ela não viu o duende, ela não viu os reis magos, ela não viu um príncipe encantado. Na cultura dela, ela viu Jesus. Ela não se matou aos seis anos de idade. E, hoje, quando ela consegue ter coragem para dizer "eu vou salvar as crianças com a minha dor, eu preciso salvá-las", nós permitimos que homens zombem da menina de seis anos da goiabeira? Quando nós fazemos isso, nós tiramos a coragem das crianças de denunciarem. Quando nós permitimos que alguém que denunciou, que teve coragem de falar aquilo por que nós mulheres do Norte e crianças passamos e nós vemos esse tipo de atuação – eu não estou falando de questões ideológicas, Parlamentares –, quando nós permitimos que isso aconteça, nós tiramos a coragem de outras crianças de abrirem a boca e pedirem socorro.

Eu quero socorrer as minhas crianças. Eu tenho um município... O meu estado tem quase 600 mil pessoas – é um estado pequeno –, e eu registro, em um único município, 200 casos de abuso a cada três meses!

Senhores, senhoras, na cidade, eu posso denunciar muito facilmente. No meio da floresta, ecoa um grito de crianças, de meninas, de mulheres, que nós precisamos escutar, e eu sou a voz, porque eu sei o que é o abuso. Eu fui estuprada e não posso permitir que outras crianças passem pela dor e pelo abandono por que eu já vi tantas e tantas crianças passarem e por aquilo por que eu também passei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Que a voz e o grito das crianças do Norte sejam escutados neste Parlamento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – A Presidência fica até sem palavras, mas eu quero aqui dizer, de uma forma, eu diria... Eu não sei nem uma palavra que realmente você veja através desta Comissão...

Eu acho que tudo o que foi falado... Se assim me permite, eu vou falar você, pela sua juventude. Que seja essa confiança que você encontrou aqui nesta Comissão para fazer esse relato tão seu e tão nosso e de tantas outras mulheres, crianças, meninas, que realmente esta Comissão, através de cada Parlamentar, mas sobretudo as que estão tendo em você essa voz, que precisavam ter e que não tinham, porque você está aqui como...

É bom o Parlamento como um todo, é bom a gente poder ouvir a todas, especialmente, e a todos. E essa voz que só você pode falar com essa propriedade que falou tanto pela região, quanto pela dor já sofrida...

A gente espera que esta Comissão realmente sirva para a gente poder, juntas, fazer com que a sua voz, através da nossa também, seja uma só. Que a gente possa verdadeiramente fazer uma ação específica, porque cada estado, cada região tem uma especificidade que tem que ser respeitada. Sobretudo, a gente não pode deixar e fazer de conta que não existe algum tipo de violência, seja ele qual for.

E aí eu quero que, com essa confiança que você fez aqui, você consiga entender que você, nesta Comissão, terá o amparo e o que for preciso para que a gente possa construir conjuntamente as ações que possam vir a amenizar a dor de tantas meninas e meninos, crianças, especialmente mulheres, sobretudo da sua região, especificamente. Eu digo sempre: não só de uma região específica, mas também da região especificamente, respeitando as questões particulares de cada região.

Então, pode contar com esta Comissão. Espero que a gente consiga construir de uma forma efetiva ações, não só leis, porque eu costumo dizer que leis já existem tantas e a gente precisa efetivamente fazer com que elas saiam do papel para que a gente possa realmente garantir e desconstruir essa questão cultural do machismo e de tantas outras questões que fazem com que a mulher e as crianças, especialmente e sobretudo, sejam objetificadas ou de alguma forma violentadas, seja ela qual for, especialmente a violência sexual, que eu entendo que dói muito, aliás, todas, e a gente tem uma mágoa para a vida toda.

Então, tem meu respeito, meu carinho, minha consideração. Seja bem-vinda. Isso é muito necessário nesta Comissão para contribuir com o trabalho. A gente tem muita coisa para fazer, muita coisa para fazer, e a gente vai fazer. Eu tenho muita esperança de que precisava a gente se unir, se encontrar nesse momento para que a gente possa fazer com que outras pessoas não sofram, não passem pelo que muitas já passaram, inclusive nós.

Então, fico imensamente emocionada, mas, ao mesmo tempo, feliz em saber que agora a gente tem voz e agora a gente está aqui e nós vamos fazer de tudo para mudar a situação de outras.

Muito obrigada. Seja bem-vinda à nossa Comissão.

E agora já passo aqui a fala para a nossa Senadora Teresa e depois para a nossa Deputada Ana Paula Lima, também já agradecendo às duas que aqui estão.

A SRA. TERESA LEITÃO (PT - PE. Para discursar.) – Obrigada, Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero saudar a Presidenta desta Comissão, Senadora Augusta Brito, saudar a Senadora Jussara, as Deputadas Silvia e Ana Paula e dizer que a gente diz que está feliz de essa Comissão existir, mas é um paradoxo, porque essa Comissão existe porque existe uma chaga na sociedade que não deveria existir. Mas o fato de a gente tratar isso objetivamente e com vontade de superar é que nos faz estar aqui presentes nessa Comissão.

O depoimento que a todas nós emocionou da Deputada Silvia é um depoimento que revela o primeiro obstáculo que a mulher violentada enfrenta, que é superar o silêncio. Superar o silêncio, desabafar com alguém próximo, dizer a alguém de confiança da família e depois procurar um organismo de política de acolhimento e de proteção às mulheres, isso não é fácil. São muitos sentimentos que se colocam ao redor dessa atitude – a vergonha, o medo do julgamento dos outros, o medo de que o agressor aumente o seu grau de agressividade. Isso tudo a gente sabe que existe. Mas, ao mesmo tempo, eu acho que o que a Deputada revela na sua fala e tantas outras que contam o que passaram com as violações, ao mesmo tempo, isso nos dá um sentimento de sororidade, de empatia que vai nos mover na política, porque também existe a violência política praticada contra as mulheres. Imagine uma mulher que está na política e que sofreu violência sexual?!

Então, de fato, são coisas muito complexas, mas, ao mesmo tempo, muito reais. E, como disse a Senadora Augusta, a gente precisa enfrentá-las.

As políticas de combate à violência contra a mulher, quando começaram a ser colocadas na pauta – porque antes nem isso, a gente não tinha direito nem disso –, diziam que eram políticas de combate à violência contra a mulher. Depois a gente foi evoluindo, e os planos passaram a incorporar outras ações, outras atitudes que se esperam da sociedade e outras ações dos governos. Os planos são de combate, enfrentamento e superação da violência praticada contra a mulher. É isso que a gente quer. A gente precisa enfrentar por mais que doa em nós e em todas nós e nos homens de boa vontade... Então, a gente precisa, nesta Comissão, fazer jus ao nome que ela tem. Infelizmente é uma chaga que a gente tem que enfrentar para poder aprender a combater e buscar as alternativas de superação.

E aí eu digo, Senadora, que a proposta do requerimento que a gente aprovou agora traz também já um resultado de uma ação prática de organismos, de experiências executadas por governos que precisam, de fato, ser abordadas, ser compartilhadas para que a gente exercite e pratique nos demais estados e municípios do nosso país.

Não pude estar na abertura da Comissão, mas pretendo ser um membro frequente nas reuniões.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Agradeço muito, porque eu acho que esta Comissão, ao final... Não sei, não é? Penso eu que, daqui a um tempo, no final dela, possa até sair...

Eu queria também que não existisse uma Comissão do combate à violência contra nós mulheres, não existisse a necessidade de ter, mas nós somos prova viva de que existe a necessidade de ter. Mas, no final desta Comissão, desse relatório, eu acho que ela é muito oportuna, porque ela é mista e mexe com o Congresso como um todo, que a gente possa estar propondo para as duas Casas – assim eu vou falar, que é uma coisa só, mas são duas Casas – uma Comissão Permanente para falar dos direitos das mulheres, não só do combate à violência. Aí a gente tem que ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esse é um pensamento, porque, em alguns momentos na criação da Lei Maria da Penha, fazendo um breve relato aqui, existiram muitos questionamentos: "Por que não existe a lei do João, a Maria do João?". Simplesmente pelo fato de que não é o homem que apanha, não é o homem que morre por violência de gênero. Então, do mesmo jeito, se a gente, Deputadas e Senadoras e Senadores e Deputados, se unir para reivindicar que também seja criada uma Comissão Permanente de mulheres em cada Casa, uma Comissão na Câmara de Deputados e Deputados e uma aqui no Senado, eu acho que a gente pode contribuir ainda mais também ampliando esses debates não só sobre violência, porque violência são vários tipos. Eu posso dizer que até a negação de algum atendimento específico da saúde da mulher é uma violência contra nós mulheres; a negação de oportunidades e tantas outras. Só para ponderar, para a gente já ir pensando para o futuro.

Mas agora, com o maior prazer, quero passar aqui para a nossa Deputada Ana Paula. Obrigada, mais uma vez, pela presença sempre muito participativa. Em todos os ambientes que eu ando, ela também está. A gente tenta se desdobrar.

Olha, quero também aqui dizer, para a minha querida Deputada Jack: Seja bem-vinda, Jack Rocha. É uma querida também. Outra Deputada também muito atuante. Seja bem-vinda à nossa Comissão.

Ana Paula, pode...

A SRA. ANA PAULA LIMA (PT - SC. Para discursar.) – Obrigada, Senadora Augusta.

Sinto-me muito feliz em estar compartilhando com vocês a discussão de temas tão relevantes, que é a questão... Eu não gostaria de debater esse tema, mas ele existe e nós precisamos dar visibilidade, porque infelizmente a violência contra as mulheres, contra as meninas, está crescendo no nosso país, nos últimos anos, uma pandemia. Eu não sei se é porque aumentou o número da violência ou aumentou a coragem das mulheres em vencer o medo e fazer as denúncias.

Eu cumprimento também a Senadora Jussara, a Senadora Teresa Leitão, as minhas colegas Parlamentares, Deputada Silvia e Deputada Jack Rocha, que fazem parte dessa Comissão.

Apenas para colaborar, a violência contra a mulher existe em todos os lugares; é na floresta, é no campo, é na cidade; é com meninas e com mulheres, infelizmente. Então, essa cultura a gente precisa mudar, desconstruir essa violência que tem contra as mulheres.

Eu digo isso, Senadora Augusta, porque uma mulher que é vítima de violência, quando ela tem seus filhos, a menina vai entender que apanhar é natural; e o menino vai perceber que o pai batendo, espancando a mãe... Também ele vai reproduzir esse tipo de violência. Então, nós precisamos romper esse ciclo da violência. E isso também acontece na educação, nas escolas. Nós precisamos conversar com isso, com a nossa criança, com a nossa infância, com os nossos alunos nas escolas.

O Senador... O Ministro Camilo também tem um olhar atento para isso. A gente precisa debater esse assunto, porque às vezes é na escola que a criança se sente segura para relatar o tipo de violência que ela sofre ou que a sua mãe sofre. Então, a gente precisa debater esse tema na questão da educação.

Eu sou do Estado de Santa Catarina, fui Deputada Estadual e gostei muito da sugestão da Senadora Augusta para fazer essa interlocução com as assembleias legislativas. O Estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Santa Catarina tem uma lei que o nosso mandato aprovou... Por entender que Santa Catarina é um estado diferenciado? Não. Lá, as mulheres do campo e da cidade também sofrem. As meninas também sofrem. Nós aprovamos uma lei que hoje foi implementada no estado, que é o Observatório da Violência, porque a gente não sabia... Porque a Polícia Militar fazia uma ação, a Secretaria da Saúde fazia outra ação, a Secretaria da Assistência fazia outra ação, e a gente não tinha os dados da violência.

Num determinado momento, no Estado de Santa Catarina, houve uma CPMI, em que Senadoras e Deputadas Federais estiveram no meu estado, diante das denúncias que tinham.

Então, esse Observatório da Violência... Nós entramos aqui também na Câmara Federal. Acho que é um bom sinal para a gente trabalhar conjuntamente com o Senado Federal, para a gente entender e daí o Governo ter as ações mais específicas nas regiões, nos locais mais violentos em que isso acontece.

Estou muito feliz de estar aqui e poder contribuir um pouco com essa temática. Infelizmente, a todo momento, nós verificamos, pelos meios de comunicação, televisão, rádio ou mesmo pelas redes sociais, que mulheres estão sendo espancadas. E, nesse final de semana mesmo, um Deputado Federal espancou sua companheira. Deputada Silvia entrou com uma ação, que nós também vamos assinar, porque, se, na nossa Casa, nós temos isso aqui, a gente tem que fazer também alguma ação aqui nesta Comissão, porque isso aqui é o exemplo. Muitas pessoas se espelham no nosso comportamento, então isso não pode ficar impune. Qualquer que seja a sua posição, a violência contra a mulher tem que estar acima disso tudo.

Parabéns! Vou estar presente a qualquer momento.

Esqueci-me de falar da Deputada Jack? Não, a Deputada Jack está aqui. Ela é titular, e eu sou a suplente, mas estamos conjuntas na discussão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Eu já quero aqui dizer que todas têm o mesmo direito aqui. (*Risos.*)

Mas eu agradeço imensamente a contribuição.

E já quero sugerir, para o nosso plano de trabalho, que esta Comissão – que já está com força de Comissão e que pode sugerir, dentro do orçamento, até quatro emendas orçamentárias – possa fazer brevemente, logo após a semana que vem, na quarta-feira, quando vai ser a apresentação do nosso plano de trabalho, algumas sugestões de indicação de onde a gente vai alocar essas quatro emendas no orçamento, porque eu acho isso importantíssimo. Não se constrói política nenhuma sem recurso, sem orçamento. Então, que a gente faça de uma forma conjunta.

Outra observação, para que a gente também já possa botar no nosso plano de trabalho: que a gente faça uma proposição para a educação, para o Ministério da Educação, exatamente – também já tem o exemplo do Estado do Ceará; pode pegar o exemplo dos outros estados – para botar a Lei Maria da Penha, as noções básicas da Lei Maria da Penha, dentro dos currículos escolares. Pode ser que tenha outro, em algum outro estado, e a gente pode juntar e fazer essa proposta e levar para o próprio ministério. Podemos marcar uma reunião ou da executiva do ministério ou do próprio Ministro com a Comissão, com a presença de todas as Parlamentares que puderem estar presentes, para levar a proposta já feita. Isso, daqui a uns dias, a gente vai conseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, sobre o observatório, eu também já queria sugerir... A gente tem um observatório aqui, como já foi falado. Eles estão com novos projetos, enfim, de expansão. Eu queria que a gente pudesse convidar o observatório para fazer uma apresentação para a nossa Comissão, não sei se através de uma audiência pública, para que a gente possa dar conhecimento a todas que aqui estão e sugerir e pedir para os estados para que possa ser implementado também em nível de cada estado, de cada demanda e de cada realidade. Cada estado pode ter uma realidade diferente, e a gente vai aí tentando encaixar no que for possível.

No mais... A nossa querida Deputada Jack quer falar? Se quiser falar, fique à vontade.

A SRA. JACK ROCHA (PT - ES. Pela ordem.) – Saúdo a Presidenta, Senadora Augusta Brito. Quero muito saudar aqui as minhas colegas, minhas companheiras também, colegas Deputadas e Senadoras que estão conosco aqui nesta tarde, nesta Comissão tão importante e tão significativa.

Eu acho que o fato de a gente criar uma Comissão mista especial de enfrentamento à violência contra a mulher é porque a gente não pode se acomodar ou deixar de se indignar com a proporção do que vem acontecendo no Brasil. É assustador imaginar a crescente ordem de violência contra meninas de zero a quatro anos de idade, como mostrou a última pesquisa, caindo por terra o discurso da misoginia, o discurso da roupa curta, o discurso de que estava no lugar errado ou na hora errada. Quando a gente olha que dados da última pesquisa têm apontado para que essa faixa etária, hoje, seja um número muito acima do que a gente possa imaginar, eu acho que nós estamos falhando enquanto nação e podemos estar falhando enquanto Estado. Então, é um dever do Estado brasileiro, é um dever desta Casa, deste Congresso Nacional influenciar diretamente nos debates que tangem à violência contra as mulheres e meninas brasileiras.

E aí eu quero fazer uma referência: na última semana, nós recebemos no Estado do Espírito Santo a Ministra Cida Gonçalves para assinar a ordem de serviço da Casa da Mulher Brasileira no Município de Vila Velha. Também passamos no Município de Cariacica, onde vai ter também uma Casa da Mulher Brasileira. Mas mais do que isso é apoiar o Ministério das Mulheres quando a gente fala sobre a marcha das misoginias, porque as redes sociais hoje se transformaram em um espaço de grande desconstrução da luta das mulheres brasileiras e das mulheres de todo o mundo. Quando a gente fala que os perfis que não são ocultos estão autorizados a postar conteúdo e, inclusive, incentivar – incentivar – estupro corretivo em Parlamentares, em mulheres que foram eleitas para representar as vozes de tantas nós que são silenciadas, tem alguma coisa de errado. E a nossa Casa, o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara não podem admitir esse tipo de violência não só contra as meninas de zero a quatro anos, mas também aquelas que foram eleitas para darem voz a essas pautas. É uma responsabilidade não só das mulheres, mas dos homens também, que sejam comprometidos em não ter violência contra a mulher neste país.

Então, eu acho que é extremamente importante que nós façamos, dos próximos dias, das próximas agendas, que seja um ato constante o ato de repúdio à violência contra as mulheres.

Eu vejo que esta Comissão, Presidenta, terá um papel que não é um papel, eu diria, somente suprapartidário. A gente não está falando só da nossa condição de ser mulher, mas nós estamos falando da cultura de uma nação, que não pode mais admitir esse tipo de comportamento tão violento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero parabenizar pelo requerimento da audiência pública. Eu acho que nós precisamos apoiar as atividades aqui umas das outras, mas a gente precisa também reverberar nesta Casa, reverberar dentro do orçamento público, reverberar nos espaços em que a gente puder que a prioridade hoje do nosso país é cuidar das meninas e mulheres brasileiras, se a gente realmente quiser avançar para uma política de equidade, uma política de igualdade.

Muito obrigada.

Eu tenho certeza de que esta Comissão vai fazer muito pelo nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Agradeço aqui imensamente à nossa querida Deputada Jack Rocha pela contribuição.

Pelo que eu percebo aqui, esta Comissão realmente vai mostrar para que ela foi reinstalada aqui, vai fazer diferença, sim, nessa forma que a gente quer conduzir, coletiva, ampla, mas, sobretudo, com repúdio a qualquer tipo de violência contra nós, mulheres.

Quero aqui já fazer um convite, reforçar um convite. Também pedimos aqui que pudéssemos fazer uma sessão especial da Comissão sobre o Outubro Rosa, porque esta Comissão... Eu quero dizer que os tipos de violência são demais variados. Então, a questão da falta de prevenção, em se tratando de câncer de mama, também é uma violência contra nós, mulheres. Então, esta sessão especial veio de uma ideia de a gente fazer aqui no Senado, no Plenário do Senado, trazendo algumas iniciativas aqui do Senado que são feitas para servidores e servidoras, para a sociedade como um todo, mas, sobretudo, a gente quer – e pediu aqui a contribuição da Diretoria do Senado para isto – trazer especialistas na questão da prevenção e do tratamento de câncer de mama para falar, especialmente, para as servidoras terceirizadas, as que estão aqui todo dia nos serviços gerais, fazendo realmente... Que elas possam entrar no Plenário do Senado, na hora do seu expediente, para que se chame a atenção sobre a questão da importância do cuidado, do autocuidado no que se refere ao câncer de mama. Então, a gente já está conseguindo essa autorização.

Queremos fazer uma linda e significativa sessão, que já está agendada para o dia 25 de outubro, na próxima semana também. Que além de ser uma sessão muito ativa e participativa, sobretudo, ela também faça efetivamente a diferença na vida de tantas mulheres que estão aqui no dia a dia, que não têm a oportunidade de entrar no Plenário do Senado e muito menos de fazer uma mamografia. E a gente também quer fazer com que o Senado e a Câmara possam estar disponibilizando – já conseguimos algumas doações – para as mulheres que estão na faixa etária, que têm a necessidade de fazer, e não tiveram a oportunidade de fazer. Então, eu acredito que será uma sessão realmente especial aqui sobre o Outubro Rosa. Conto com a presença de todas que aqui estão. Convidem também outras Deputadas e Senadoras; convidem também outras servidoras que estão na Câmara e aqui no Senado, para que a gente possa fazer um momento muito significativo.

E agora aqui já aproveito...

Antes de encerrar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior... Desta reunião? (*Pausa.*)

Ah, desta reunião. A da anterior já foi.

Se as Sras. e os Srs. Parlamentares concordarem, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Eu declaro aprovada.

Muito bem, muito obrigada pela aprovação desta ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E quero já dizer que nós estamos muito felizes pelas possíveis atividades. Eu acho que, na próxima semana, teremos aí uma grande discussão, com um tempo bem mais amplo, sobre o plano de trabalho, que poderá ser mudado e poderá ser implementado durante o percurso da Comissão. Desde já agradeço hoje pelas grandes contribuições de cada uma que aqui esteve e está, porque a gente já vai englobar aqui também o nosso plano de trabalho.

Então, boa tarde a todos e todas.

Quero registrar aqui também a presença do cearense Marcus Vinícius, que aqui está com toda a sua comitiva.

Eu agradeço a todos os assessores e assessoras, especialmente também os da Comissão, lá do nosso gabinete, lá da relatoria – nossa Relatora não pôde estar presente, porque está em missão fora. Eu quero agradecer e desejar um ótimo dia a cada um e a cada uma.

Muito obrigada.

E, agora, a gente declara encerrada essa presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e oito minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Augusta Brito e Jussara Lima, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença do Senador Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Daniella Ribeiro, Ana Paula Lobato, Jorge Seif, Magno Malta, Tereza Cristina, Damares Alves, Fernanda Pessoa, Silvye Alves, Ana Paula Leão, Flávia Morais, Elcione Barbalho, Delegada Katarina, Silvia Waiãpi, Maria Arraes, Jack Rocha e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2023 - CMCVM, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Apresentar o "Programa de Capacitação para Enfrentamento da Violência contra Mulheres e Meninas", projeto da Fundação Demócrito Rocha. **Participantes:** Valéria Xavier, Diretora de Projetos Especiais da Fundação Demócrito Rocha; e Leila Paiva, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-CE. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senadora Augusta Brito
Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Leila Barros, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Margareth Buzetti, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Mecias de Jesus, Flávia Morais, Dayany Bittencourt, Rosângela Moro, Silvia Waiãpi, Maria Arraes, Jack Rocha, Camila Jara e Ana Paula Lima, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Paulo Paim e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Jorge Seif, Tereza Cristina, Fernanda Pessoa, Silvye Alves, Ana Paula Leão, Elcione Barbalho e Delegada Katarina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher n° 2, de 2023** que: "Requer Aprovação do Plano de Ações da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher para o biênio 2023-2024." **Autoria:** Deputada Federal Camila Jara (PT/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher n° 3, de 2023** que: "Requer Aprovação de Requerimento de diligência com ônus no âmbito desta Comissão, na Assembleia legislativa do Ceará, para conhecer e avaliar a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher em nível estadual." **Autoria:** Deputada Federal Camila Jara (PT/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher n° 4, de 2023** que: "Requer Aprovação de Requerimento de audiência pública com o tema “Violência de gênero e raça nos espaços de poder”." **Autoria:** Deputada Federal Camila Jara (PT/MS). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas desta reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Boa tarde a todas e todos aqui desta nossa Comissão, percebo e registro que nós estamos com número regimental para fazer a abertura dessa nossa Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Agora eu fiquei em dúvida: por que permanente? Não é permanente, não é? É porque isso aí já é uma sugestão, não é? Porque é uma coisa que a gente vai sugerir no final, mas eu fico incomodada com esse nome permanente se não é. E aí fica todo mundo que é realmente uma Comissão...

Enfim, vamos lá.

Comissão Permanente Mista do Combate à Violência contra a Mulher da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 25 de outubro de 2023.

O objetivo desta reunião é exatamente a apreciação do plano de trabalho desta Comissão para o biênio 2023-2024 e a deliberação de requerimentos.

E agora já quero passar para a nossa Relatora, Deputada Camila Jara, que vai fazer aqui a apresentação do nosso plano de trabalho.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER N° 2, DE 2023
- Não terminativo -

Requer Aprovação do Plano de Ações da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher para o biênio 2023-2024.

Autoria: Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)

A SRA. CAMILA JARA (PT - MS. Como Relatora.) – Bom dia a todas e a todos.

Requer Aprovação do Plano de Ações da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher para o biênio 2023-2024.

Dessa forma, estabelecemos as seguintes ações a serem executadas durante o biênio 2023-2024:

1. Diagnosticar e fazer o levantamento de todas as políticas da rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil;

2. Realizar o mapeamento dos dados e notificações de feminicídio junto às unidades da Federação;

3. Realizar diligências às Casas da Mulher Brasileira, para ver quantas unidades já estão instaladas no país, para conhecer e avaliar a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher;

4. Realizar audiências públicas nos estados, priorizando os que apresentam o maior crescimento no índice da violência contra a mulher;

5. Otimizar a parceria com o Observatório da Violência contra a Mulher, garantindo o seu papel de análise e consultoria à CMCVM, bem como a disponibilização dos diversos dados referentes à violência e seu ao enfrentamento;

6. Realizar levantamento dos projetos em tramitação no Congresso Nacional relacionados à proteção da mulher, prevenção à violência e punição de agressores;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7. Incentivar as Assembleias Legislativas de todo território nacional para que instalem as procuradorias das mulheres;

8. Debater sobre a violência política de gênero e como combater esse tipo de violência contra as mulheres em espaços de poder;

9. Garantir recursos para ações específicas relacionadas ao combate à violência contra a mulher, contemplando mulheres negras, indígenas, quilombolas, de matriz africana, ciganas, de comunidades e povos tradicionais, de terreiro, do campo, das águas, da floresta, lésbicas, transexuais, travestis, egressas do sistema prisional, com deficiência e com mobilidade reduzida;

10. Realizar audiências com mulheres vítimas de violência, movimentos de mulheres, autoridades públicas e instituições da sociedade civil;

11. Ampliar a discussão sobre os elementos de violência estrutural que se inserem no contexto da violência contra a mulher e o conceito de gênero;

12. Sessão especial do Senado Federal de prevenção ao câncer de mama, em alusão ao Outubro Rosa. Essa nós realizamos hoje;

13. Audiência pública sobre raça e gênero, em alusão ao Novembro Negro;

14. Diligências estaduais nas Assembleias legislativas dos Estados, para conhecer e avaliar a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher em nível estadual.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Agora, vamos abrir para discussão. Quem desejar discutir sobre o que acabou de ser lido pela nossa Relatora, Deputada Camila Jara. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então foi aprovado.

Parabéns à nossa Relatora.

E aqui já em seguida vamos aqui dar conhecimento a todos e todas que foram apresentados dois requerimentos, os de nºs 3 e 4, de autoria da nossa querida Deputada Camila Jara. Eu quero agora, se ela quiser fazer a defesa, passar para ela ou então já posso passar aqui para a nossa Relatora e proponente dos dois requerimentos.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER N° 3, DE 2023
- Não terminativo -

Requer Aprovação de Requerimento de diligência com ônus no âmbito desta Comissão, na Assembleia legislativa do Ceará, para conhecer e avaliar a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher em nível estadual.

Autoria: Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER N° 4, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer Aprovação de Requerimento de audiência pública com o tema "Violência de gênero e raça nos espaços de poder".

Autoria: Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)

A SRA. CAMILA JARA (PT - MS. Para encaminhar.) – Requerimento: requer a aprovação de requerimento de diligência, com ônus no âmbito desta Comissão, à Assembleia Legislativa do Ceará para conhecer e avaliar a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher a nível estadual.

Requer a aprovação de requerimento de audiência pública com o tema: violência de gênero e raça nos espaços de poder.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Eu queria aqui já botar em discussão o primeiro requerimento e já fazer aqui... (*Pausa.*)

Pode votar conjunto, não é? Mas eu quero fazer uma defesa bem rápida sobre eles.

Primeiro, já faz parte do que foi apresentado no plano de trabalho que a gente possa levar a Comissão em diligência para os estados. A sugestão de ser o Estado do Ceará foi para não perdermos tempo neste ano e, até organizar alguma outra proposição, não ir a nenhum estado.

Aí eu disse que em novembro, já vendo e botando, incluindo dentro de uns 16 dias de ativismo, a gente faria essa ação no Estado do Ceará até para gente ter como modelo, porque a gente organiza a Assembleia, organiza a Casa da Mulher Brasileira, organiza a Secretaria Estadual de Mulheres, para que a gente possa ver o que tem no estado e fazer uma audiência pública.

Eu já diria aqui que o segundo requerimento já pode ser, até a nível dos estados também, audiência pública na própria Assembleia Legislativa de cada estado, falando sobre a questão da violência de gênero e raça nos espaços de poder.

A gente ainda provoca uma audiência pública, faz uma visita da nossa Comissão bem ativa, para que a gente possa não só conhecer, mas também levar conteúdo e pegar conteúdo para, no final da nossa Comissão – eu sempre vou ficar dizendo –, a gente ter um relatório bem seguro do que nós estamos propondo, porque nós vamos fazer várias sugestões e proposições.

Então eu boto agora em discussão os dois requerimentos. (*Pausa.*)

Também não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Foram aprovados.

Já agradeço imensamente. (*Pausa.*)

Já vou perguntar. (*Risos.*) Agradeço imensamente aqui a presença das Deputadas que aqui estão e já pergunto quem queira falar ou acrescentar ou, se não quiserem falar, podem sugerir trazer até a Comissão sugestões. E podem também já fazer uns requerimentos novos para outros estados, depois do Ceará. Em novembro, a gente vai ter uma data, a gente vai combinar, para que possa possibilitar o máximo de participação de todas. E já fica uma sugestão para o próximo estado já fazer um requerimento para gente também andar aí nos demais.

A SRA. MARIA ARRAES (SOLIDARIEDADE - PE. Pela ordem.) – Só para registrar, Presidente, que eu sou do Estado de Pernambuco, e vamos fazer um requerimento para a gente ir lá, inclusive incentivar a abertura das procuradorias da mulher, porque já tenho mantido esse diálogo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as Deputadas Estaduais, mas a gente tem uma certa resistência, e é importante que nós juntas reforcemos esse pedido.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Vou dizer que eu fiquei arrepiada, porque, quando a gente fazia a expansão da Procuradoria paras as Câmaras de Vereadores, tinha resistência também em relação à implantação da Procuradoria nos municípios, e a Procuradoria da Assembleia Legislativa ia até lá, em missão, fazer audiência pública, chamava a população, mas também ia falar com o Presidente da Câmara, que, na maioria, é homem, não é? Íamos para convencer da importância desse equipamento. E, nos estados que ainda não têm – nós temos cinco estados que não têm a Procuradoria, se eu não me engano – a gente quer muito incentivar.

A SRA. CAMILA JARA (PT - MS) – Um deles é o meu estado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Pois é, olha aí. E o Piauí? (*Risos.*)

E a gente quer fazer esse incentivo. Por isso que eu solicitei para ser primeiro no Ceará, porque a gente vai lá, conhece, pega até a resolução, o modelo, já faz uma adaptação, para quando a gente for em tanto em Pernambuco como também no Mato Grosso do Sul, a gente já leva a resolução bem-feitinha e faz uma sensibilização para que as Assembleias possam começar também com esse procedimento.

Eu acho que ganha demais a população de todo o estado, porque começa na Assembleia para se interiorizar para os municípios através das Câmaras de Vereadoras e Vereadores; ganham demais as Deputadas, as Senadoras que estão envolvidas nesse processo, porque a gente está, de certa forma, fortalecendo o papel da mulher na política, não só o combate da violência doméstica familiar, mas também da violência política.

Pronto, a nossa querida Deputada Silvia também vai falar.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Pela ordem.) – Sra. Presidente, obrigada pela oportunidade. Eu queria sugerir e informar que eu acho que nós somos um Parlamento de mulheres que estamos imergindo nessa questão da violência em relação à mulher, como eu disse.

Na semana anterior em que nós nos encontramos, eu fui muito acalorada, é algo que me emociona a questão da violência em relação à mulher, e eu classifico que seja independente da idade, e isso acaba englobando crianças a esse meio.

Pensando justamente nisso, eu queria informar a vocês que eu vou fazer um mergulho no conselho tutelar que mais encontra casos de estupros de adolescentes e de crianças e, após eu acompanhar isso tudo, eu vou trazer o relato para vocês e sugerir, quem sabe, que nós não fôssemos até o Norte sentir como é a realidade, quando se trata da violência sexual ou da violência praticada contra a mulher, contra as mulheres do Norte, contra as meninas, contra as crianças. Para que possamos realmente trazer uma realidade que talvez nós não trouxemos à tona, na percepção do Parlamento, para perceberem como é cruel, como é muito difícil para a mulher viver ali.

Então avisando a vocês que eu estarei nesse mergulho durante os feriados, acompanhando ativamente, junto ao conselho tutelar, essas mulheres.

Obrigada. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Nós que agradecemos. Eu já estou achando que já é até um trabalho que vai ajudar a Comissão. A Comissão quer realmente trabalhar e fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máximo que a gente puder diante de realidades. Então, esse estudo, esse mergulho que você vai dar, você vai trazer com certeza proposições reais.

Só citando os estados que não têm Procuradoria ainda: Acre, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Piauí, Pernambuco e Paraíba. E a gente vai fazer um trabalho forte aqui na nossa Comissão para que a gente consiga implementar em todos os cinco estados. Nada justifica não ter uma Procuradoria, até porque o custo dela é tão inferior à grande necessidade e importância de tê-la, pelo benefício que ela traz.

Não tendo mais ninguém que queira discutir...

Quero registrar a presença da Deputada Flávia Morais. Muito obrigada por estar aqui.

E agora a gente já declara encerrada essa nossa...

Quero registrar aqui, em tempo, a presença da minha querida Senadora Jussara que acaba de chegar – também atuante. Acabei de falar que o Piauí ainda não tem a Procuradoria Especial da Mulher, mas vai ter. (*Risos.*)

E agora, antes de encerrar, vamos então colocar em votação, em deliberação aqui do Plenário. Já terminamos a discussão.

Quem concordar com os requerimentos aqui apresentados e também com o nosso plano de trabalho permaneça como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

E agora, antes de encerrar também, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas desta reunião e da reunião anterior. (*Pausa.*)

Então eu também declaro a dispensa da leitura. Foi concedida por todos e todas.

Aprovadas.

E agora, Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Acabei de dizer, não é? Já, já, é porque eu não sei seguir os protocolos. Aí eu quebro todos os protocolos. (*Risos.*)

Nada mais a falar, abro exceção para a Senadora Jussara, se ainda quiser dar uma palavrinha, a gente vai encerrando esta reunião, dizendo que é uma grande felicidade contar com todas e todos aqui, tendo a certeza de que a gente vai fazer um ótimo trabalho.

Parabenizo a nossa Relatora, estou muito feliz em tê-la aqui e toda a equipe que a acompanha – os assessores e assessoras.

Senadora Jussara?

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Pois não.

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. Pela ordem.) – Boa tarde à Presidente Senadora Augusta, à Deputada Camila Jara. Quero cumprimentar as Deputadas aqui presentes – prazer grande –: a Maria, a Silvia, que muito me emocionou na sessão passada, na reunião em que nós tivemos aqui.

Quero dizer que hoje nós também estivemos reunidas lá no Plenário do Senado, juntamente com a Senadora Augusta e a Deputada Camila, e foi um momento bastante especial porque muitas mulheres que estavam lá com suas histórias, com seus depoimentos. A gente, cada vez mais, tem a convicção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisamos estar unidas não só em defesa da violência contra a mulher, mas também pela saúde da mulher.

Então nós temos que focar muito isso. Como bem falou a Senadora Teresa Leitão, uma mulher sempre segurando a mão da outra aqui. Olha eu aqui com a Maria! Uma segurando na mão da outra, não é? Uma sempre dando o ombro para a outra.

Eu quero dizer também que eu estou aqui nesta Comissão juntamente com todas vocês.

Eu espero que a gente realmente faça a diferença, e que aqui as mulheres encontrem voz, encontrem as nossas mãos unidas em favor de todas as mulheres do nosso país.

Aqui o meu abraço à Senadora Augusta, essa Senadora bastante atuante, que vem lá do Ceará, cheia de energia, cheia de garra, que já foi Prefeita, já foi Deputada Estadual, e conhece como ninguém a realidade das cidades e das pessoas que nela residem.

Então, o meu apreço e o meu carinho muito especial pela Senadora Augusta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada.

Eu fiquei encabulada. Vão ficar pensando que eu fiz de propósito. (*Risos.*)

Eu volto a dizer da felicidade de ter esta Comissão e de ver tantas Deputadas e Senadoras especialmente atuantes, querendo participar.

Antes de finalizar, já que você falou em segurar na mão... Eu sempre gosto de dar este exemplo. Eu estava participando de um seminário, um evento com jornalistas, com o sindicato de jornalistas do Ceará, e uma mulher negra, na sua fala – toda vez, quando falam em segurar a mão, eu me lembro disto –, disse que achava lindo a gente dizer que ninguém solta a mão de ninguém, que concordava com isso, e completou: "Mas, na minha mão, ninguém segurou ainda". Uma mulher negra.

E aí eu disse que, realmente, além de não soltar, a gente tem que nos chamar à responsabilidade para verdadeiramente a gente segurar naquela mão. Aí, em todo lugar, em toda vez, eu boto isto para mim: será que eu estou segurando na mão? Para não soltar, eu tenho que segurar.

Isso é para que a gente tenha esta reflexão sobre os mandatos, sobre as nossas atitudes, até atitudes pessoais, porque, às vezes, a gente acaba naturalizando o machismo estrutural, que vem prejudicando e sobretudo nos tirando dos espaços de decisão e poder. Sem até perceber, naturalizamos isso.

Agora, eu declaro encerrada esta nossa reunião, com muita felicidade.

Temos muito trabalho pela frente e contamos com todas vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23139.40180-67

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e três minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Leila Barros, Jussara Lima, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Mecias de Jesus, Ana Paula Leão, Flávia Morais, Rosângela Moro, Amanda Gentil, Delegada Katarina, Laura Carneiro e Jack Rocha, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Ana Paula Lobato, Jorge Seif, Magno Malta, Tereza Cristina, Fernanda Pessoa, Silvye Alves, Elcione Barbalho, Silvia Waiãpi, Maria Arraes e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação das emendas da Comissão ao PLDO 2024 (PL 4/2023-CN). Relatora na CMCVM: Senadora Jussara Lima. **Resultado:** Aprovadas, por unanimidade, as seguintes emendas ao anexo de metas e prioridades do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024: **Emenda nº 1-CMCVM**, de iniciativa da Senadora Professora Dorinha Seabra, com ajuste de acréscimo de meta (Sugestão nº 41), PROGRAMA 5662 - Programa Mulher Viver Sem Violência; AÇÃO 21GJ - Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, ACRÉSCIMO DE META: 13; **Emenda nº 2-CMCVM**, de iniciativa da Senadora Augusta Brito (Sugestão nº 32), PROGRAMA 5661- Programa Igualdade de Poder e Decisão para Mulheres, AÇÃO 21GF - Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, ACRÉSCIMO DE META: 300; **Emenda nº 3-CMCVM**, de iniciativa da Deputada Elcione Barbalho (Sugestão nº 1), PROGRAMA 5662 - Mulher Viver Sem Violência, AÇÃO 00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira, ACRÉSCIMO DE META: 27; e as seguintes emendas ao texto do PLDO 2024: **Emenda nº 4-CMCVM**, de iniciativa da Senadora Eliziane Gama (Sugestão nº 5), aditiva ao Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19, § único, com o seguinte texto "§ 2º - para as ações de enfrentamento à violência contra a mulher deve-se observar como aplicação mínima o valor correspondente às dotações autorizadas no exercício de 2023 na lei orçamentária anual, incluídos os créditos adicionais até o encaminhamento da proposta orçamentária, corrigidas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o período de doze meses encerrado em junho de 2023."; **Emenda nº 5-CMCVM**, de iniciativa da Senadora Eliziane Gama (Sugestão nº 6), aditiva

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456328909

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23139.40180-67

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

ao Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXV, com o seguinte texto “XXVI – às ações destinadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres; XXVII - às ações destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.”; **Emenda nº 6-CMCVM**, de iniciativa da Senadora Eliziane Gama (Sugestão nº 7), modificativa ao Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção III, Art 87, Inciso VI, Alínea a com o seguinte texto “a) pessoas idosas, jovens, crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade social ou risco pessoal e social”; **Emenda nº 7-CMCVM**, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 16), modificativa ao Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, § 4, Inciso II, com o seguinte texto “II - observar a diretriz de redução das desigualdades, especialmente as entre homens e mulheres, de raça e de etnia, quando da aplicação de seus recursos”; **Emenda nº 8-CMCVM**, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 17), modificativa ao Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, § 4, Inciso III, Alínea a, com o seguinte texto “a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental, de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, de redução de desigualdades de gênero, raça e etnia e de implantação de infraestrutura social do cuidado, especialmente a disponibilização de creches e equipamentos de educação infantil em tempo integral próximos ao local de trabalho de seus empregados e a adoção de cotas de gênero, raça e etnia, entre outras ações afirmativas para esses segmentos”; **Emenda nº 9-CMCVM**, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 18), modificativa ao Corpo da Lei, Cap XI, Seção I, Art 153, § 1, Inciso I, Alínea r, com o seguinte texto “r) até 30 de abril, os relatórios anuais referentes ao exercício anterior, relativos à participação no orçamento das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas, contemplando, no mínimo, a Agenda Transversal e Multissetorial da Mulher, Igualdade Racial e a da Primeira Infância, bem como os critérios de apropriação, a base normativa e a memória de cálculo que permitam a reprodução e atualização das informações por terceiros, com segmentação das programações orçamentárias expressamente voltadas ao público-alvo em caráter exclusivo, das que tenham o como parte do público-alvo declarado e das que não tenham as mulheres como público-alvo exclusivo ou parcial, mas que tenham impacto positivo ou negativo relevante sobre a desigualdade de gênero, com notas explicativas dos tipos e pesos do impacto”; **Emenda nº 10-CMCVM**, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 19), modificativa ao Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, Inciso IV, com o seguinte texto “VII - instituições cujos dirigentes sejam condenados por trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual, ou violência contra a mulher, racial e de etnia”; **Emenda nº 11-CMCVM**, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 21), modificativa ao Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, com o seguinte texto “Art. 126. As agências financeiras oficiais de fomento terão como diretrizes gerais a preservação e a geração do emprego, o combate às desigualdades étnico-racial e entre homens e mulheres e a implantação de infraestrutura social do cuidado e, respeitadas as suas especificidades, as seguintes prioridades para:”; e **Emenda nº 12-CMCVM**, de iniciativa da Senadora Augusta Brito (Sugestão nº 31), aditiva ao Corpo da Lei, Cap III, Art 12, com o seguinte texto “XXVI – recursos para prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher”. A Presidência submete ao Plenário a dispensa de leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456328909

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23139.40180-67

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

reunião às dez horas e nove minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456328909

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE. Fala da Presidência.) - Bom dia. Bom dia a todos e a todas; à assessoria aqui presente; à imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra nós Mulheres da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 14 de novembro de 2023.

Nós temos aqui, como objetivo desta reunião, a apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, que é a LDO 2024, apresentada no âmbito desta Comissão.

A Presidência informa que foi aberto o prazo para apresentação das propostas de emenda entre os dias 8 e 13 de novembro - já se esgotou esse prazo. Foram apresentadas 48 sugestões de emendas, que se encontram disponíveis às senhoras e aos senhores membros desta Comissão.

Agora, eu quero passar a palavra à Relatora das emendas, a Senadora Jussara Lima, para poder fazer a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senadora Jussara. Fique à vontade.

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. Por videoconferência.) - Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) - Bom dia. Já a estamos ouvindo.

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. Como Relatora. Por videoconferência.) - Bom dia, Exmas. e Exmos. colegas Parlamentares, quero cumprimentar a nossa Presidenta Augusta Brito, essa grande Senadora que me confiou essa relatoria. Eu quero agradecer-lhe, amiga, pelo carinho e pela confiança em tão importante pauta desta Comissão, que é a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Considerando que o texto já foi disponibilizado para as Sras. e para os Srs. Parlamentares, peço licença para fazer somente a leitura do voto.

Voto.

Ante o exposto, somos pela apresentação das emendas de texto sugeridas, com exceção das Sugestões nºs 20 e 35, assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024. Vou passar a ler. Vocês têm aí e vão me acompanhar. O programa tem ação, descrição, acréscimo e meta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

5662 - Mulher Viver Sem Violência. Ação: 00SN. Descrição da ação: apoio à implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira. Acréscimo e meta: 27;

5661 - Igualdade de poder e decisão para mulheres. Ação: 21GF. Descrição da ação: ampliação da participação efetiva das mulheres nos espaços de poder e decisão. Acréscimos e meta: 300;

5662 - Mulher viver sem violência. Ação: 21GJ. Descrição da ação: políticas de prevenção, acesso à Justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres. Acréscimos e meta: 13.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de meta, para o sistema de elaboração de emendas.

Este é o meu voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) - Obrigada, Senadora Jussara, pela relatoria.

Eu quero, agora, colocar em discussão o relatório que acabou de ser lido pela Senadora Jussara. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Foi aprovado o relatório da Senadora Jussara.

Já agradeço o compromisso e a dedicação da Senadora para entregar essa relatoria no dia de hoje.

As emendas que já foram aprovadas por esta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu já quero aqui pedir, antes de encerrar os nossos trabalhos, que a gente possa submeter também a dispensa da leitura da ata desta reunião. (Pausa.)

Sendo acatada, as Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A presente ata foi aprovada.

E agora vamos pedir para que seja publicada no Diário do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

Já agradeço a todos e todas pelo empenho, e, nada mais havendo a tratar, a gente declara encerrada a presente reunião.

Um grande abraço a todas as Deputadas, Senadoras, especialmente à Senadora Relatora, Senadora Jussara.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23205.96426-03

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e dez minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Parlamentares Augusta Brito e Jack Rocha, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Mara Gabrilli, Teresa Leitão, Eliziane Gama, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Ciro Nogueira, Fernanda Pessoa, Ana Paula Leão, Flávia Morais, Dayany Bittencourt, Silvia Waiãpi e Maria Arraes, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Wilder Morais, Zenaide Maia, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Daniella Ribeiro, Jorge Seif, Tereza Cristina, Silvye Alves, Elcione Barbalho, Delegada Katarina e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2023 - CMCVM, de autoria Deputada Federal Camila Jara (PT/MS). **Finalidade:** Debater violência de Gênero e Raça nos espaços de Poder. **Participantes:** Naiara Fonteles, Presidenta do Coletivo Quintal de Palmares; Bartolina Ramalho Catanante, Presidenta do Grupo TEZ (Trabalho Estudos Zumbi); Manuella Mirella, Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE); Thaize de Souza Reis, Docente da UFMS; e Zelma Madeira, Secretária de Igualdade Racial do Estado de Ceará. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher n° 5, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar a "10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher'' e o "Mapa Nacional da Violência de Gênero"." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher n° 6, de 2023** que: "Requerimento de audiência pública com o objetivo de apresentar a cartilha "10 ações de políticas públicas para saúde mental de meninas e mulheres" na CMCVM" **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher n° 7, de 2023** que: "Requer à Presidência da República e ao Ministério das Mulheres informações referentes aos programas e ações de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte – Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação das emendas da Comissão ao PLOA 2024 (PL 29/2023-CN). **Relatora das emendas:** Deputada Jack Rocha. **Resultado:** Aprovado o relatório, que conclui pela apresentação de cinco emendas, sendo quatro emendas de apropriação e uma de remanejamento. São aprovadas as seguintes emendas de apropriação (ação, subtítulo, valor em R$): **Emenda nº 1-CMCVM** - 00SN – Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira, 1.000.000.000; **Emenda nº 2-CMCVM** - 21GJ – Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 700.000.000; **Emenda nº 3- CMCVM** - 21GG – Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres, 200.000.000; **Emenda nº 4- CMCVM** - 21GF – Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, 600.000.000. É aprovada a seguinte emenda de remanejamento: **Emenda nº 5- CMCVM** - 210W – Apoio à Organização Econômica e

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7021405197

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23205.96426-03

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais – nacional, 150.000.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos. A Presidência submete à Comissão a dispensa e leitura da ata da presente reunião, que é aprovada e após assinada pela Senhora Presidente, será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7021405197

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todas, boa tarde a todos e "todes" que aqui estão, nesta nossa primeira reunião do dia de hoje, aliás, da Comissão, porque foram várias outras.

Mas é que, já fazendo a abertura, quero só dizer que a gente vai primeiro só votar uns requerimentos e depois a gente começa a nossa audiência pública. Assim que for começar a audiência pública, eu quero ter o prazer de passar a Presidência da audiência que a gente vai realizar hoje para a nossa querida Deputada Jack Rocha, que vai presidir essa mesa de mulheres aqui, negras, maravilhosas, que vão poder - vamos poder - aqui fazer uma ótima audiência. Então, eu acho mais do que justo ela ocupar esse espaço de poder que é muito dela, que é muito nosso, que é muito de vocês, enfim. Então, vou ficar muito feliz e orgulhosa de tê-la aqui, presidindo essa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra nós, mulheres, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data do dia 22 de novembro de 2023.

A presente reunião está dividida em três partes: a primeira, para deliberação das emendas à LOA; a segunda parte, deliberativa; e a audiência pública, que será interativa.

A primeira parte desta reunião destina-se à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, apresentadas no âmbito desta Comissão.

A Presidência informa que foi aberto o prazo para a apresentação das propostas de emenda entre o dia 8 e o dia 20 de novembro. Esgotado o prazo, foram apresentadas 43 sugestões de emendas, que se encontraram disponíveis às senhoras e aos senhores que fazem parte desta Comissão.

Registro a presença da Senadora Jussara, que acaba de chegar.

E agora eu vou passar a palavra para a Deputada Jack Rocha, que vai fazer a leitura aqui do relatório.

Pois não, minha querida Deputada, pode...

A SRA. JACK ROCHA (PT - ES. Como Relatora.) - Muito obrigada, Presidenta desta douta Comissão, Senadora Augusta Brito.

Hoje é um dia extremamente importante, porque a gente está coincidindo uma audiência pública com, ao mesmo tempo, um rito da Casa, com o qual nós estamos chegando à finalização do Orçamento. E justamente antes da audiência pública, nós vamos fazer a relatoria dessas 48 emendas que foram recebidas nesta Comissão, que é uma Comissão Mista formada por Deputadas, por Senadoras, que tem o grande desafio de ser uma Comissão Mista de Combate à Violência contra as mulheres, que junta o Congresso Nacional. Daí a grande importância desse momento, até porque nós estamos aqui tendo que sintetizar 48 ações em quatro emendas, para que a gente se veja incluídas no Orçamento público.

Então, a presença de vocês aqui torna ainda mais relevante o nosso desafio de saber que políticas públicas para as mulheres, políticas públicas para as mulheres negras precisam ser feitas com orçamento também.

Dada a restrição numérica, o critério de seleção adotado foi das ações mais presentes nas sugestões de emenda apresentadas à Comissão, sendo escolhido o maior valor entre as sugestões de emendas escolhidas ou o somatório dos valores das sugestões de emenda que indicaram recursos em GND 3, a uma sugestão, e em GND 4, a outra.

Ação 00SN, apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira. Dez sugestões de emenda apresentadas. Emendas nºs 1, 11, 14, 20, 26, 27, 33, 34, 38 e 41.

Ação 21GJ, políticas de prevenção, acesso à Justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres. Dez sugestões de emendas apresentadas. Emendas nºs 2, 10, 12, 19, 23, 25, 28, 31, 35 e 39.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ação 21GG, igualdade de direitos e autonomia econômica das mulheres. Sugestões apresentadas: 13, 29 e 36.
E 21GF, ampliação da participação efetiva das mulheres no espaço de poder e decisão. Três sugestões de emendas apresentadas: 15, 18 e 32.
Do voto.
Diante do exposto, votamos pela apresentação das seguintes propostas de emenda de apropriação, conforme o quadro detalhadamente seguinte.
Sugestões admitidas: nºs 1, 11, 14, 20, 26, 27, 33, 38, das autoras Deputada Elcione Barbalho, Deputada Camila Jara, Senadora Ana Paula Lobato, Senadora Professora Dorinha, Senadora Augusta Brito, Deputada Ana Paula Leão, Senadora Jussara Lima, Senadora Eliziane Gama e Senadora Teresa Leitão. Ações orçamentárias: 00SN, apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira. Valores: R$1 bilhão na modalidade, sendo R$333 milhões em GND 3 e R$667 milhões em GND 4 - Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referência da Mulher Brasileira.
Emendas nºs 2, 10, 12, 19, 23, 25, 28, 31, 35 e 39, das Deputadas Elcione Barbalho, Senadora Ana Paula Lobato, Deputada Camila Jara, Senadora Professora Dorinha Seabra, Senadora Augusta Brito, Deputada Ana Paula Leão, Senadora Jussara Lima, Senadora Leila Barros, Senadora Eliziane Gama. Ação 21GJ: políticas de prevenção, acesso à Justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres. Valor: R$700 milhões na modalidade 90, GND 3.
Emendas nºs 13, 29 e 36. Deputada Camila Jara, Ana Paula Leão e Senadora Eliziane Gama. Igualdade de direitos e autonomia econômica das mulheres. Valores: R$200 milhões na modalidade 90; R$100 milhões em GND 3 e R$100 milhões em GND 4.
Emendas nºs 15, 18 e 32. Senadora Ana Paula Lobato, Senadora Professora Dorinha, Senadora Jussara Lima. Ação 21GF: ampliação da participação efetiva das mulheres nos espaços de poder e decisão. Valores: R$600 na modalidade 90, R$300 milhões em GND 3 e R$300 milhões em GND 4.
A quarta emenda... (Pausa.)
Essa daqui foi a quarta. Está bom, continuação do texto.
Sugerimos ainda que a emenda de apropriação da autora Senadora Augusta Brito, com código UO49101 e Código da Ação 210W, apoio à organização econômica e promoção da cidadania e o bem viver das mulheres rurais, de nível nacional, cujo valor solicitado é de R$150 milhões, seja transformado em uma emenda de remanejamento com cancelamento sequencial 0004630, fonte 1000, GND 3, modalidade 90, no valor de R$150 milhões.
Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões hora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
É o relatório, Sra. Presidente.
A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) - Obrigada, Deputada Jack Rocha.
Quero aqui registrar a presença de todos que aqui estão e também falar que, há uma semana, nós tivemos também a relatoria da Senadora Jussara no que diz respeito à LDO. Então, foi uma parceria entre Senado e Câmara, para que a gente pudesse dar oportunidade para tanto as Senadoras como também as Deputadas, por se tratar de uma Comissão Mista, terem uma participação efetiva nessas indicações de emendas através das relatorias.
Em discussão o relatório que acaba de ser lido. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não havendo quem queira discutir, em votação.
Os que concordam com o relatório que foi apresentado permaneçam como estão. (Pausa.)
Então, o relatório foi aprovado.
As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
E agora vamos passar rapidamente, até porque nós temos convidados aqui, a gente quer começar...
A SRA. JACK ROCHA (PT - ES. Fora do microfone.) - Posso fazer um comentário que a Flávia pediu sobre as emendas?
A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) - Com certeza.
Vou passar aqui a palavra para a Deputada Jack. Em seguida, a gente vai deliberar sobre alguns itens que aqui estão - são três requerimentos - e a gente começa já a nossa audiência pública.
A SRA. JACK ROCHA (PT - ES. Como Relatora.) - Obrigada, Presidenta.
Quero saudar também - acabou de chegar - a nossa Deputada Maria Arraes, a nossa Senadora Jussara também, que já estava aqui.
Quero dizer da importância dessas emendas que foram aqui aprovadas, Deputada Silvia, porque elas tratam de incentivos e mecanismos de criação de enfrentamento à violência.
Quando a gente fala de aprovar R$1 bilhão em equipamentos da Casa da Mulher Brasileira, nós estamos falando de serem ocupados os territórios que venham a atingir, principalmente, o combate à violência contra as mulheres, e aí também tem os recortes das mulheres negras.
Quero falar, então, sobre a realização, como foi aprovada, da ampliação efetiva das mulheres no espaço de poder e decisão, que é incentivar a realização de encontros, de festivais, de seminários, de simpósio, ou seja, fazer com que as mulheres sejam realmente participativas nesse processo. Nós sabemos que nós somos mais de 50% da população brasileira.
Quando a gente fala da igualdade de direitos, da autonomia econômica, nesta mesma Comissão, aqui, junto com a Senadora Augusta Brito e tantas outras colegas Deputadas e Senadoras, nós aprovamos a lei da igualdade salarial e remuneratória.
Então, ao colocar uma emenda que trata da igualdade de direitos, nós estamos, inclusive, confrontando um dado muito preocupante, que é o dado que a ONU tem levantado, falando que a gente vai levar 300 anos para chegar à igualdade.
Então, essa ação permite o apoio da execução de enfrentamento à pobreza, com todas as mulheres urbanas, rurais, negras, mulheres das águas, das florestas, ribeirinhas. Então, é uma ação muito importante que esta Comissão aqui tem aprovado.
E nós, no texto, acolhemos - e eu disse para a Deputada que falaria isso, a Deputada Flávia Morais, que também está conosco na Comissão da Mulher - a política de cuidados, para que a gente consiga elaborar uma Política Nacional de Cuidados. Então, essa emenda da Deputada Flávia Morais foi extremamente essencial.
Como a gente só poderia acolher quatro na relatoria, nós entendemos que faz parte da formação, que faz parte da Casa da Mulher Brasileira, que faz parte do combate à violência a Política Nacional de Cuidados.
Portanto, essa é uma emenda que visa também a autonomia, a gestão, a economia, a inserção das mulheres também na área econômica, na área do empreendedorismo, mas também na Política Nacional de Cuidados.
E, por fim, além de aprovar a emenda do bem viver, que é fundamental para nós quando a gente fala das mulheres negras, mulheres quilombolas, nós temos também a articulação de prevenção primária à violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acho - não só acho, eu tenho certeza, Presidenta - que esta Comissão, sob a sua Presidência, soube convergir 48 emendas transformando-as em 4, ao mesmo tempo priorizando que as mulheres brasileiras possam se ver nesse espaço tão importante...
Muito obrigada pela confiança da relatoria, pela generosidade e, principalmente, porque eu considero a Presidenta Augusta uma irmã nessa luta antirracista. Então, sabemos dessa importância da Comissão.
Muito obrigada, Presidenta.
A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) - Eu que agradeço, e agradeço imensamente, como foi dito, essa nossa irmandade. De certa forma, eu digo que aprendo muito só em observar a nossa Deputada Jack. Eu fico todo dia aprendendo e querendo aprender mais ainda com essa generosidade que ela apresenta sempre que a gente se encontra nos espaços, demonstrando sua inteligência, sua sabedoria e, sobretudo, sendo uma mulher agregadora. Então, eu me sinto muito bem também quando estamos convivendo, tendo a oportunidade de aprender, de discutir, de debater assuntos muito importantes para todas nós mulheres.
Eu vou passar aqui a fazer uma leitura. Eu não vou nem fazer a defesa dos requerimentos, porque eu quero começar a audiência pública, eu quero ouvir muito aqui as nossas convidadas. Eu vou só ler de que tratam os requerimentos e botar para a gente votar em bloco, para a gente já dar início à nossa audiência. Pode ser? (Pausa.)
Então, já vou começar aqui.
Primeiro requerimento:

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER N° 5, DE 2023
- Não terminativo –

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar a "10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher'' e o "Mapa Nacional da Violência de Gênero".
Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE).
Eu acho muito importante a gente ter, dentro desta Comissão, um momento específico para a gente estar não só recebendo essas informações, mas também discutindo dentro de uma audiência pública. Essa é uma proposição... Acho que passaria o dia todo para a gente debater e discutir o tema desse requerimento.
Outro requerimento:

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER N° 6, DE 2023
- Não terminativo –

Requerimento de audiência pública com o objetivo de apresentar a cartilha "10 ações de políticas públicas para saúde mental de meninas e mulheres" na CMCVM
Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós tivemos a oportunidade de conhecer essa cartilha, foi semana passada a sua apresentação. Então, também acho que nós temos que dar uma divulgação maior, temos que ampliar o que tem dentro da cartilha, porque foi feita com proposições, foram recolhidas várias evidências e várias proposições - dentre essas dez, cinco para o Executivo e cinco para o Legislativo -, para que a gente possa construir, até de uma forma conjunta, proposições e projetos de lei através desta Comissão, discutindo o que foi sugerido também nessa cartilha, que trata sobre saúde mental de meninas e mulheres.
Outro requerimento que requer audiência pública também:

2ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER N° 7, DE 2023
- Não terminativo –

Requer à Presidência da República e ao Ministério das Mulheres informações referentes aos programas e ações de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.
Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE).
Esse aqui não é de audiência pública, vou corrigir, é de pedido de informação com que a gente possa municiar também a nossa Comissão para poder informar, porque a nossa ideia aqui é sempre a de estar informando às mulheres todas tudo o que está acontecendo, especialmente no Governo Federal. Que a gente possa ampliar para que todas possam saber.
E agora eu vou botar aqui em bloco a votação dos requerimentos, dos três requerimentos.
Em discussão os três requerimentos. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
Os que concordam... (Pausa.)
A gente considera todos os três requerimentos aprovados.
E agora vamos passar especialmente para a nossa audiência pública, em que eu tanto criei expectativa e esperei. Eu vou ficar aqui ouvindo, mas eu já quero sair desta mesa e deixar a Presidência com a nossa querida Deputada Jack Rocha, que vai fazer todo o trabalho de convocar, formar a mesa e, a partir de agora, direcionar os trabalhos desta Comissão.
Com muito prazer e orgulho, passo a Presidência para a Deputada Jack Rocha.
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Audiência pública para debater a violência de gênero e raça nos espaços de poder, em atenção ao Requerimento nº 4, da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, de autoria da Deputada Camila Jara.
Convido para tomar assento à mesa as seguintes convidadas: Zelma Madeira, Secretária da Igualdade Racial do Estado de Ceará (Palmas.); Manuella Mirella, Presidenta da União Nacional dos Estudantes - e das estudantes (Palmas.); Naiara Fonteles, Presidenta do Coletivo Quintal de Palmares (Palmas.); Bartolina Ramalho Catanante, Presidente do grupo Trabalho e Estudos Zumbi (Palmas.); e Thaize de Souza Reis, docente da Universidade Federal de Mato Grosso (Palmas.).
(Intervenções fora do microfone.)
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - É de Mato Grosso do Sul - senão, a Camila Jara me pega, não é? (Risos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Informo também que foram convidados o Ministério da Cultura e o Tribunal Superior Eleitoral, que não puderam comparecer a esta audiência em razão de compromissos anteriormente agendados.
Antes de passar a palavra para as nossas convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados e das interessadas, através do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.
O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelas expositoras.
Na exposição inicial, cada convidada poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. E, ao fim das exposições, a palavra será concedida às Parlamentares e aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas e comentários.
Agora, com a palavra, a nossa querida Zelma Madeira, Secretária da Igualdade Racial do Estado de Ceará.
A SRA. ZELMA MADEIRA (Para expor.) - Boa tarde. Boa tarde a todas, todos e "todes".
Eu quero iniciar agradecendo o convite e cumprimentando a Senadora do meu estado, a Senadora Augusta Brito. E quero cumprimentar a Deputada Jack Rocha, que está aqui mediando este importante - para mim - debate.
Esta audiência é um debate crítico, propositivo, ao tratar desse tema tão caro, tão necessário quando se fala de reconstrução do Brasil, ao principalmente falar do nosso agenciamento como mulheres negras, na realidade brasileira.
Eu cumprimento as mulheres que estão aqui nesta mesa: Naiara Fonteles, Presidente do Coletivo Quintal de Palmares; a Bartolina Ramalho, e a gente já estava ali conversando, a Presidente do grupo TEZ; a Manuella Mirella, Presidente da UNE; e também a Thaize Reis, Professora da Universidade Federal de Mato Grosso.
Eu inicio...
(Intervenções fora do microfone.)
A SRA. ZELMA MADEIRA - É de Mato Grosso do Sul. Ave, Maria! Tem que dizer "do Sul". Está certo.
Eu inicio este tema: trabalhar sobre as violências de gênero e raça... Eu gosto de dialogar com Nancy Fraser, quando ela diz que não tem nada mais distante da realidade do que conceber o capitalismo, o patriarcado e a supremacia branca como sistemas separados, porque não são. Ao contrário, todos são modos de opressão de classe, gênero e raça, estruturalmente ancorados no capitalismo como formação social e como uma ordem institucionalizada. Portanto, raça, classe e gênero são eixos de dominação que se atravessam, que ocupam posições contraditórias. O capitalismo sempre precisa de sujeitos a explorar, a expropriar. E aí nós devemos considerar nos processos tanto de produção como de reprodução - principalmente de reprodução, que é o trabalho doméstico, é o trabalho do cuidado - a exploração e a expropriação. E o campo da reprodução e da expropriação tem raça e gênero designados: são as populações feminilizadas e racializadas. Então, se a gente não parte dessa primeira perspectiva, fica difícil compreender e ir atrás das raízes profundas da violência que nós sofremos como mulheres negras nos espaços de poder. Nós mulheres negras exercemos até hoje esse papel fundamental na relação de cuidado, de trabalho doméstico, servindo lá atrás, na escravidão, como experimento sexual para os senhores e seus filhos - este corpo negro, utilizado na sua máxima potencialidade, desde a casa grande até as casa de família nos dias atuais. Então, é preciso entender essa violência presentificada e naturalizada nos espaços, quer públicos, quer privados.
Quanto aos dados, a gente poderia passar a tarde todinha aqui trazendo os dados que elucidam a condição precária de vida dos grupos racializados de forma subalterna, porque nós estamos, sim, numa sociedade racializada. E o que é isso? É que ela divide benefícios, simbólicos ou materiais, em desvantagem de seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

grupos étnicos. E aí nós fazemos parte, como mulheres negras, dos grupos racializados de uma forma subalterna, bem como os povos originários, os povos de comunidades tradicionais, como as quilombolas, como as pertencentes aos povos de terreiro, como as ciganas.

As pesquisas têm elucidado, como uma pesquisa da República.org, que as pessoas negras representam menos de 15% do total de cargos de tomada de decisão no Executivo federal. Nesses cargos públicos, as mulheres recebem 33% a menos que homens na ocupação desses lugares. Então, eu preciso entender. Eu só encontro a razão de ser dessas desvantagens se eu entendo uma sociedade racializada e como ela vai distribuindo seus benefícios e vai gerando essa desigualdade.

É possível verificar que as mulheres negras têm habitado as bordas desse sistema; habitam a periferia. Este lugar que nós ocupamos... É por isso mesmo que nós precisamos de maior oportunidade, diante da distribuição desigual de recurso, para obter mobilidade e ascensão nessa estrutura em que perdura o racismo estrutural e que tem como consequência esse ranço do patriarcado como uma herança da escravidão.

É preciso decolonizar o olhar da sociedade brasileira quanto aos corpos femininos, desconstruir imaginários discriminatórios de nós mulheres, em particular de nós mulheres negras, pois reproduzem violações de direitos na esfera do trabalho, na esfera dos afetos, na estruturação das famílias, nas dinâmicas familiares.

O modo como nós mulheres negras somos tratadas se dá a partir de imagens e representações construídas historicamente como mulheres agressivas, raivosas, destemperadas e/ou com erotismo exacerbado. Então, são discursos dominantes que operam como verdade, cujas bases de sustentação estão no colonialismo e na escravidão.

Porém, nós mulheres negras, nessa contradição de ter esses estereótipos e esse imaginário social, também, numa contradição, ocupamos lugar e posição estratégica, e elas precisam ser avistadas. E por que nós melhor vemos, sentimos e fazemos a interlocução, o diálogo com os grupos discriminados? É porque nós estamos na periferia. Então, a gente consegue estabelecer esse diálogo e saber aqueles que são impactados pela desigualdade, pelo racismo de forma primeira, porque nós habitamos as bordas. Então, é por isso que é preciso que a gente ocupe os lugares de espaço de decisão, porque a gente sabe o que se passa lá embaixo, as experiências. Nós temos conhecimento de quais problemas atingem as nossas periferias, com condições de melhor incidir numa realidade social por meio de formulação de políticas públicas que provoquem transformação. Então, é por isso que nós queremos ocupar lugar de vantagem. É porque nós temos potência para estar lá, para melhor interpretar a realidade. Então, essas imagens negativas que nos posicionam no lugar da subserviência e da desumanização precisam ser transformadas em representações políticas positivas que nos validem como sujeitas e aí na reação contra o racismo.

E é superinteressante também esta audiência que está acontecendo no novembro da consciência negra, no novembro negro, em um momento que para nós é importante. Por quê? Porque, como grupo racializado de uma forma subalterna, o maior problema com que deparamos todo dia, o dia todo é com a nossa desumanização. Então, a celebração do 20 de novembro, do nosso herói da resistência negra, Zumbi de Palmares, é uma forma de nos humanizar. É aqui esse exercício de humanização.

É certo que nós estamos passando por uma crise humanitária, mas é importante o compromisso do Estado com a reparação histórica, com a inclusão daquelas discriminadas de forma negativa. Nós estamos ausentes nos cargos de decisão na administração pública, nós precisamos ser indicadas a assumir cargos. Nós mulheres negras temos uma diminuta rede de influência para poder estar... Não que a gente não tenha competência; são essas faltas de oportunidades que nos minam. E aí a gente, para atuar no campo democrático, é preciso pensar essas relações futuras e o que nós já vimos fazer. Então, quando eu falo dessas mulheres, de todas as mulheres racializadas de forma discriminatória, é negar todo o trabalho que elas já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

vêm realizando na preservação da natureza, quando há luta, demarcação e titulação das nossas terras, dos territórios dos tradicionais como quilombolas, como os originários e os indígenas. E toda a luta, não é? Quando você vai atrás de uma luta contra um racismo, você pode olhar que estamos lá como mulheres negras.

E, já me aproximando da finalização, as mulheres são as mais impactadas por essas desigualdades. Por isso mesmo, nós precisamos construir um país mais justo para nós mulheres, para nós mulheres negras, ocupando lugar de qualidade, com poder de decisão, empregos que sejam estáveis e bem remunerados. E muito pode ser feito. A gente não pode dizer assim... Tem muita coisa que a gente pode fazer. No Ceará, por exemplo, no Governo Elmano de Freitas e Jade Romero, nós temos a paridade de gênero no seu secretariado. Já é alguma coisa importante essas mulheres estarem à frente de pastas importantes com orçamento e tudo mais.

(Soa a campainha.)

A SRA. ZELMA MADEIRA - Precisamos melhorar, com certeza.

Também precisamos melhorar principalmente na questão racial dessa reputação.

Só para concluir, eu também participei de um programa que eu julgo de grande importância para o empoderamento de nós mulheres negras, que foi o Programa Ubuntu - aliás, que é. Eu sou da primeira turma, eu participei, achei muito interessante, porque é o fortalecimento das servidoras, das lideranças negras, no setor público, que nos auxilia, porque, nesta sociedade em que perdura o ódio e a discriminação, isto nos fragiliza muito: "Será que isso que eu estou fazendo está certo? Como é que eu vou liderar uma equipe? O que é ser uma líder? O que é uma liderança?". Então, é esse fortalecimento teórico-metodológico, mas também político, mas também afetivo para que a gente possa assumir.

E - aí mesmo - finalizando, é preciso dizer que nós não vamos ter desenvolvimento econômico, social e ambiental enquanto perdurar a... enquanto nós não tivermos justiça racial e de gênero.

Obrigada.

(Soa a campainha.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muitíssimo obrigada, Zelma! Incrível a fala da nossa Secretária de Igualdade Racial do Estado do Ceará. Augusta está aí vibrando, não é?

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE. Fora do microfone.) - Eu sou fã dela.

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Trouxe direto do Ceará para o Brasil, para o Congresso Nacional, para ocupar o espaço de poder.

E, com muita alegria, eu quero passar a palavra para essa Manu, que também tem uma instituição, não é? Já tivemos uma Manu, que foi a Manuela D'Ávila, Presidenta da UNE, e agora mais uma Manu também, representando aqui a nossa Presidenta da União Nacional (das estudantes e) dos Estudantes.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para expor.) - Muito obrigada, Deputada Jack.

Gente, fico muito feliz de poder participar aqui. Eu sempre venho para algumas audiências na Comissão de Educação, não é? Já quase sou uma convidada permanente, sempre estou por aqui, porque entendemos que aqui também é onde se discute o futuro da educação, o futuro das políticas públicas que vão atingir a nossa juventude, os nossos estudantes de todo o Brasil.

Eu queria saudar esta mesa maravilhosa! Eu acho que, quanto ao tema da violência de gênero e raça em espaços de poder, um exemplo de violência de gênero e raça é o retrato do Congresso Nacional como um todo. Mas hoje, vendo Comissões como esta, isso me traz esperança de que nós estaremos, cada vez mais, ocupando espaços que nos foram negados historicamente. E tenho certeza que esta Comissão aqui, assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

como esta audiência pública que acontece, é um grande passo para que a gente consiga combater essa violência que nos assola diariamente.

Bem, o que falar depois da Secretaria Zelma, não é? Eu fiquei aqui encantadíssima, mas vou tentar dar um pouco do recorte dos estudantes brasileiros. E, para a gente pensar junto um pouco aqui do debate, quando se fala de violência de gênero e raça nos espaços de poder, eu trago alguns questionamentos.

Mas antes, eu sou Manuella Mirella, sou Presidenta da União Nacional dos Estudantes, sou a segunda mulher negra e a primeira mulher negra e nordestina a presidir a União Nacional dos Estudantes. Sou formada em Química pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e hoje sou estudante de Engenharia Ambiental. Enquanto muitos acham que a juventude negra não poderia ocupar o espaço da ciência, da tecnologia, da inovação, a gente luta diariamente. Inclusive este mês, semana passada, conquistamos - e agora sancionada - a renovação da Lei de Cotas. É um grande passo, inclusive, contra e no combate à violência de gênero e de raça nos espaços de poder, porque a universidade é um espaço de poder e decisão do Brasil. Então, fico muito feliz de representar os estudantes nesse espaço.

Bem, para pensar um pouco do que são esses espaços de poder, eu acho que a Zelma trouxe relatos importantíssimos de como o Brasil foi construído, e acredito eu que um país... Eu costumo falar que o Brasil não tem 523 anos; tem muito mais, mas diz a história 523 anos, em que mais da metade da sua história foi de escravização do povo preto, em que existe uma sociedade que tem impregnada em sua estrutura o racismo, o machismo, as opressões, para conseguir alimentar um sistema que só visa o lucro, que não se importa com o outro, que não se importa com a coletividade. Então, é essa a violência.

E, quando você olha para a base da sociedade brasileira, sociedade brasileira essa que, você olha para a sua base da pirâmide, vai estar lá uma mãe preta, uma mulher preta trabalhadora. São as mulheres negras que conseguem carregar, e digo com propriedade, este país nas costas, que são, inclusive, as mais atingidas quando se fala de desigualdades sociais e as que são mais atacadas e retiradas desses espaços de poder.

Os espaços de poder na sociedade podem estar relacionados a espaços da educação, do trabalho, mas até a acessos básicos a bens e serviços. E quando você olha para o retrato do recorte racial e social, você olha que as mulheres negras, muitas das vezes, não conseguem ter acesso a bens básicos de saúde básica, sabe? Então, é um passo que nós precisamos dar, muito grande. Acredito que é através das políticas públicas que nós conseguiremos fazer isso.

Mas eu queria voltar aqui ao recorte da educação, porque acredito que as convidadas que vão falar aqui vão falar também de outras áreas da sociedade. Eu queria trazer aqui a realidade da educação brasileira e o recorte da raça, da juventude negra na evasão escolar. Na maior parte, é a juventude negra que evade da escola, e, quando você olha para a universidade, você viu, com a Lei de Cotas, a gente conseguiu transformar a cara da universidade, mas, ainda assim, quando olhamos para o tempo da pandemia, a juventude que evadiu da universidade foi a juventude negra, que teve que escolher entre ir para o subemprego e entregar iFood ou estudar.

E nós achamos que um projeto de Brasil forte, um projeto de Brasil que combata a violência de gênero e raça, perpassa pela permanência e existência dessa população nos espaços decisivos do Brasil. E acredito eu que, a partir da ciência, da tecnologia, da inovação, hoje nós temos um projeto de reconstrução nacional, um projeto que debate descarbonização, um projeto que debate neoindustrialização, um projeto que debate um Brasil forte, desenvolvido, com pleno emprego, mas é certo também que esse projeto perpassa pela universidade brasileira e ele precisa ser feito pelas mãos dos estudantes, que são a cara da população, população essa que é negra, população essa que é indígena, população essa que é quilombola, população essa que é periférica e que tem grande potencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Olha, quando a gente é convidado para falar sobre o tema de raça, de gênero, principalmente no mês de novembro, muita gente atrela ao debate do combate ao genocídio da juventude negra, ao combate às violências, como é o tema desta audiência, mas eu queria aqui, gente, destacar a nossa potencialidade, porque, quando políticas públicas acessam essa população e chegam a essa população, a gente consegue ter - eu, por exemplo, na universidade - milhares de jovens com a oportunidade de serem engenheiros, cientistas, professores, de terem perspectiva, porque a frase "violência de raça e gênero", a gente fica falando, mas qual é o peso dessa frase? O peso da violência é tirar o sonho de uma menina negra, de um menino negro de estar na universidade; o sonho de um menino periférico.

O recorte de classe, inclusive, é fundamental nesse processo. A juventude mais pobre talvez nem possa ter a oportunidade de sonhar, porque, às vezes, as nossas mães ficam mais felizes quando a gente volta para casa com o dinheiro da ajuda de um dia de trabalho no sinal do que com um boletim azul, pois a fome aperta, a fome dói. Então, nós precisamos combater a violência de gênero, de raça e, por consequência, de classe, que transversaliza esses dois debates. É necessário que a gente consiga pensar políticas públicas que acessem essa população.

E, para fortalecer a nossa potencialidade, nós temos milhares de meninas e meninos negros periféricos pelo Brasil que têm um grande potencial, que estão e conseguiram ingressar nos institutos federais, que conseguiram estar agora na universidade contribuindo com projetos que atingem a universidade diariamente.

Eu sempre falo e vou repetir o exemplo de uma cientista de que eu sou muito fã e amiga pessoal: uma cientista negra nordestina do Piauí que é a Jaqueline Goes de Jesus. A mulher liderou a equipe que sequenciou o genoma da covid-19 em 48 horas. Foi um cérebro negro brasileiro, uma mulher que teve oportunidade de acessar a universidade e contribuir para a mudança não só do Brasil, mas também do mundo. E eu falo sempre desse exemplo para mostrar que, se nós dermos oportunidades para essa população, se houver o combate às desigualdades do acesso a direitos básicos, à educação, ao trabalho digno, nós teremos, cada vez mais, uma população brasileira capacitada e forte.

Nossos sonhos não são negociáveis.

E acho que a gente precisa debater a violência de gênero e raça diariamente, inclusive com os temas, por exemplo, de não termos uma Ministra negra no STF ou da quantidade de Senadoras negras aqui, nesta Casa. A gente vem aumentando agora com a bancada negra no.... É mista, no Congresso, ou é só na Câmara?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MANUELLA MIRELLA - Só na Câmara. Com fé, vamos aí... Mas ainda precisamos eleger mais representantes negras, mais representantes negros das mulheres que sentem na pele a realidade do Brasil, um Brasil profundo, mas um Brasil, gente, que é gigante em suas dimensões continentais e que tem grandes potenciais.

E olhem só. Eu represento os estudantes universitários de todo o Brasil. E a minha contribuição à minha geração que eu posso dar é a minha luta incessante e diária para que a gente consiga popularizar mais os espaços de poder e decisão no Brasil, seja na escola, seja na universidade, seja aqui, no Congresso Nacional, seja no mercado de trabalho, porque isso dá dignidade às pessoas.

Isso não é apenas um tema do mês de novembro. Isso é um tema que precisa ser um projeto-base de Brasil forte e desenvolvido. Um Brasil forte e soberano é um Brasil em que se investe no povo brasileiro. E, quando se investe no povo brasileiro, a gente tem grandes retornos. Eu tenho muita expectativa de que a gente vai conseguir fazer isso junto. Um projeto de Brasil forte nunca vai ser feito e pensado por uma mão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

por um só grupo - há importância da unidade, há importância da popularização deste debate para que a gente consiga construir um Brasil mais justo, igualitário e soberano.
E a gente vai seguindo aqui, no movimento estudantil, mas tenho certeza de que, com Deputadas como a Jack...
(Soa a campainha.)
A SRA. MANUELLA MIRELLA - ... e nossas aliadas aí pelo Brasil... Nós temos muito a avançar, a avançar numa escola que tenha mais negros e negras, numa universidade em que se produza ciência, tecnologia e inovação pensadas no seu papel socialmente referenciado para atingir, combater as mazelas sociais, as desigualdades sociais e construir um Brasil forte, soberano e de todos nós.
Muito obrigada. (Palmas.)
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito obrigada, Manu. Muito obrigada à UNE. Muito obrigada pela luta de todos os estudantes e as estudantes, neste momento. Inclusive, você assumiu recentemente a União Nacional dos Estudantes e é uma referência tão importante.
Vamos agora ouvir a Naiara Fonteles, que é Presidenta do coletivo Quintal de Palmares.
Naiara, é com você. E eu tenho certeza de que aqui, nesse momento de discutir mulheres e poder, você trazer para nós o Quintal Palmares... A gente costuma falar, no movimento negro, que a gente vai fazer Palmares de novo. Esse aqui é o momento que a gente faz Palmares de novo. Seja muito bem-vinda!
A SRA. NAIARA FONTELES (Para expor.) - Bom, primeiramente, gratidão e axé a todos, a todas e a "todes".
Quero cumprimentar a mesa - eu me sinto extremamente lisonjeada de estar aqui, participando desse evento - e dizer que é de extrema importância estar fazendo parte desse momento aqui, agora.
Eu sou uma liderança dos movimentos negros do Mato Grosso do Sul, mas, sobretudo, sou uma mulher negra que me constituí militante dentro dos terreiros das comunidades tradicionais de axé, porque, quando a gente nasce dentro dessas comunidades, a gente entende que a luta pelos nossos direitos não é uma opção; a gente é obrigada a estar todos os dias nos levantando para estar na defesa dos nossos direitos e da nossa ancestralidade.
Mas eu venho colocar o contexto do terreiro para além de um espaço ancestral e de fé, entendendo que o terreiro, na sua composição, é organizado para que as mulheres negras tenham um papel preponderante, um papel primordial ali dentro. Então, é um espaço social e coletivo, que acolhe a todas as problemáticas da sociedade.
Então, quero dizer da importância de os terreiros se somarem ao Legislativo, ao Executivo, para contribuir na construção de políticas públicas. E, nesse sentido, o território me forma para eu ir além desses muros de terreiro e trazer nossa defesa ancestral. Eu sou uma mulher de Iansã, forjada na força dos ventos de Oiá.
A partir disso, eu me coloco à frente dessas lutas e dessas batalhas, colocando essas demandas e especificidades que nós temos da questão do racismo religioso, mas também trazendo esse enaltecimento do que nós produzimos lá dentro. É um espaço onde nós acolhemos várias questões. Onde o Estado não atua, os terreiros estão ali, fazendo esse papel de acolher as mulheres vítimas de violência, de acolher as crianças que estão sendo abandonadas pelos seus pais, de acolher essa juventude.
Então, o terreiro me forma e me mostra essa necessidade de estar também ocupando esses espaços; porque é disto que a gente precisa: ocupar os espaços. E aí, a gente se organiza, enquanto o coletivo Quintal de Palmares, reestrutura, lá na cidade de Dourados, e reativa o Conselho Municipal Afro, que ficou inativo por 13 anos. Nós conseguimos reativar, pegamos a presidência e estamos tocando esse conselho, fazendo essas políticas minimamente andarem, porque Dourados é uma cidade do interior do Mato Grosso do Sul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

o estado todo é um estado extremamente conservador, sobretudo é uma cidade - Dourados - do interior. Então, a gente vê os dados de feminicídio, e o estado lidera o índice de feminicídio no Brasil. Então, nós não podemos deixar de falar disso e sobre as nossas lideranças que estão morrendo.

Eu falo também ali da cidade onde tem um alto índice de violência contra a comunidade indígena, onde eles violentam as nhandesys, onde eles matam as nhandesys, onde a gente vê que as lideranças e as mulheres, sobretudo as mulheres de terreiros e as mulheres indígenas e nhandesys, estão sendo mortas pela questão do racismo estrutural. Então, não é possível que a gente pense em uma sociedade mais justa e igualitária sem a gente pensar no combate ao racismo. Eu acho que isso é extremamente fundamental para nortear todas as nossas propostas e políticas em todos os setores.

Então, a gente vem com essa construção e trazendo essa pauta do nosso interior do nosso estado ali, que é extremamente invisibilizado e conservador nessa questão de política. Na nossa cidade, a gente não consegue avançar na discussão de efetivar uma coordenadoria que paute as políticas públicas. Então, nós, enquanto coletivo, temos que estudar. Hoje, eu estou na Universidade Federal da Grande Dourados também, enquanto acadêmica do curso de Direito, porque a gente entende essa necessidade de estar cada vez mais se afirmando nesses espaços e se apropriando desses espaços que nos são negados e que são nossos por direito. Então, eu me coloco nesse espaço também como um espaço de ocupar mesmo, mas a gente sabe o quanto são penosos e o quanto são violentos esses espaços para a gente.

Então, nós estamos ali no coletivo fazendo esse movimento de base, que é o movimento dos terreiros, que é o movimento da periferia, mas também estamos nas universidades, estamos nas audiências públicas, estamos em todos esses setores da sociedade, colocando, enaltecendo e movimentando como os ventos de Oyá, trazendo essa necessidade, levando essa voz da ancestralidade feminina, sobretudo negra.

Então, eu acho que as companheiras da mesa têm muito o que agregar comigo, nós. Então, acho que a minha fala é basicamente nesse sentido, de a gente estar pensando esse território não só como território sagrado, mas também que propicia e que é uma oportunidade de auxiliar o Estado a executar essas políticas que são fundamentais, sobretudo de violência contra as mulheres, as crianças, porque é nesse espaço que são compostos os terreiros.

Então, a gente está nessa luta de combate ao racismo religioso das matrizes africanas, a gente está nesse combate ao racismo religioso das matrizes indígenas também, que é fortemente presente no Estado do Mato Grosso do Sul.

Então, para além de fazer essa denúncia também, quero colocar aqui uma proposição, já que nós estamos aqui neste espaço desta Casa de leis, para que se pense a violência, a criminalização de fato da violência da intolerância religiosa, do racismo religioso, porque, pelo que se tem, a gente tem dados, vários dados de lideranças de terreiro que são mortas diariamente, e aí são subnotificadas dizendo que infartaram, quando suas casas são depredadas, são invadidas, e isso não é considerado e não é tido como importância para o Estado.

Então, acho que o Estado precisa se atentar a este dever constitucional que é defender e garantir a integridade desses espaços territoriais, mas também reconhecer essa potencialidade que tem ali como um mecanismo de apoio para estar promovendo essas políticas.

Então, eu quero novamente agradecer e dizer que eu me sinto honrada de estar aqui com cada uma de vocês. E é isso, pessoal, muito obrigada! Axé! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito obrigada, Naiara! Muito obrigada por você trazer aí não só a visão de você como membro, liderança do movimento de religiões de matrizes africanas, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

também por ser uma jovem e saber que o nosso dever constitucional é a construção de um Estado laico e sem racismo. Muito obrigada!

Com a palavra agora - eu quero passar -, Bartolina Ramalho Catanante, que é do Grupo TEZ (Trabalho e Estudos Zumbi). Então, se a gente falou de Palmares, vamos a Zumbi agora.

A SRA. BARTOLINA RAMALHO CATANANTE (Para expor.) - A Zumbi!

Muitíssimo boa tarde. É uma honra estar aqui conversando, falando sobre um tema extremamente importante, principalmente no mês de novembro, que é o mês em que a comunidade negra, a etnia negra para, para refletir sobre todos os problemas oriundos a partir da raça. E aí a gente tem o 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra, que para nós representa muito essa reflexão. Então, Jack, é um prazer estar aqui. É uma honra!

Quero agradecer também à Deputada Camila Jara por ter proposto e nos indicado para fazer esta fala aqui. Eu trouxe como ponto de reflexão um pouco mais, para a gente pensar um pouco sobre o que nos leva a esses índices tão discrepantes de acesso ao poder. Por que a mulher, principalmente a mulher negra, não está nesse espaço de poder? E hoje nós fazemos uma reivindicação histórica por estarmos, para estarmos e pelo que isso representa para a nossa população, para a nossa juventude, para as crianças - não é, Naiara? - que frequentam as religiões de matriz africana. Tudo isso tem uma forte conotação que perpassa pela própria concepção de gênero.

Então, a concepção de gênero é este processo de construção social, em que homens e mulheres têm determinado papel. E no Brasil se caracteriza - ou como um todo se caracteriza no Brasil - que o homem é o sensato, o pragmático, o objetivo, o inteligente. E a mulher, não. A mulher é sensível, romântica, frágil, é o gênero frágil. E outros estereótipos vão se construindo nessa relação entre homens e mulheres em que, muitas vezes - muitas vezes, não: na maioria das vezes -, é o papel que se espera de determinado homem e de determinada mulher. É com esse perfil.

Então, começamos a refletir por aí.

No segundo aspecto, eu queria dizer aqui um pouco o que é raça. A raça também é uma construção social. Ela não é uma construção biológica, mas é uma construção social que se forjou principalmente na sociedade brasileira, nesses 523 anos, durante os quais a sociedade brasileira é formada por três etnias, mas prevalece um esteriótipo de sucesso, a etnia branca. E aí a etnia negra e a etnia indígena são menosprezadas, são subestimadas. Não se espera que as mulheres negras, as mulheres indígenas ascendam ao poder, ou mesmo que elas estejam em condições de serem dirigentes, de serem políticas, de exercerem determinado papel.

Então, nós partimos dessa premissa para poder quebrar isso. E, interessante, o que eu queria frisar? As duas construções são históricas, as duas construções são forjadas, as duas construções são aprendidas, são ensinadas. Não é este o papel da mulher, o de submissão; não é este o papel do negro, enquanto submisso.

Então, se são construções forjadas, se são construções historicamente construídas, nós temos que desconstruí-las, porque, se nós queremos mulher no espaço de poder e combater a violência contra a mulher, nós temos que desconstruir esse estereótipo, nós temos que ensinar as nossas crianças - eu sou educadora. Nós temos que ensinar às nossas crianças, à nossa juventude que é possível uma outra sociedade na qual o sujeito, a sujeita sejam reconhecidos pelas suas potencialidades e não pelos estigmas que a sociedade nos ensinou de uma forma deturpada.

Então, a gente sempre vê uma mulher como aquela que não vai conseguir dirigir uma empresa, ou como aquela que não vai conseguir ser uma ministra, ou, até mesmo, como aquela que não vai conseguir ser uma presidenta, porque a violência aflora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E aí, debatendo um pouco sobre essa questão da violência, essa violência que perpassa por essa questão da submissão também recai sobre a mulher. E, aí, uma das primeiras violências que nós temos é a violência doméstica. E o nosso Brasil é campeão em violência doméstica, é campeão em feminicídio. O Estado de Mato Grosso do Sul amarga esse quadro de altos feminicídios. E, nos últimos tempos, é um feminicídio com um grau, um nível muito grande de crueldade, a gente se espanta pelo nível de maldade, de crueldade. Assim, não basta só matar; é preciso matar com muita crueldade, com muita dor, com muito sofrimento. Então, é esse o quadro que a gente reverte.

E, quando nós vamos pensar na mulher na política - nós estamos aqui neste espaço -, a gente observa os tipos de violência que a mulher na política atravessa, desde a não priorização das campanhas políticas das mulheres. Nós fizemos campanha a vida inteira para os homens, mas, quando uma das mulheres diz que vai ser candidata, os homens todos continuam fazendo campanha para os homens. As mulheres têm que começar do zero, começar com seus assessores do zero, começar todo aquele conhecimento acumulado pelo homem, que não vem para acumular e fazer com que essa mulher, no momento da disputa política, já tenha o conhecimento construído historicamente junto com os seus. Então, esse é um tipo de violência que eu observo quando se fala em candidatura política de mulher, tá? Eu observo isso, é muito forte. Então, nós temos aí a ausência do conhecimento construído pelo seu partido, construído pelos seus pares, nesse empoderamento.

O segundo é a questão também do financiamento. Quanto ao financiamento, a gente não tem esse financiamento na campanha política destinado a eleger as mulheres. Tem um financiamento simbólico, certo? Mas não se tem a prioridade de eleger também 30% das mulheres para estarem nos espaços de poder, nos parlamentos e nos Executivos, para que possam decidir.

Bom, isso falando de mulheres. Agora, quando nós vamos falar de mulheres negras, aí a coisa realmente fica um pouquinho pior, porque a mulher negra está num outro papel e num outro nível que perpassa por não alcançar esse espaço de priorização. Somos muito boas - muito boas - para levantar a bandeira do partido, para compor os planos de governo, escrever planos de governo, escrever tudo, mas, se formos disputar, essa disputa se faz árdua e não tem prioridade. Então, eu acho que essas questões são muito violentas quando se discute a candidatura de mulher negra e a candidatura nesses espaços de poderes. Eu venho de uma realidade, de um estado em que nós nos afirmamos por ser Mato Grosso do Sul, que é esse estado agrário, extremamente conservador, diria assim, e que perpassa por essa realidade. E, no Mato Grosso do Sul, nós passamos oito anos com uma mulher só representando a Assembleia Legislativa. Agora, nós elegemos, na última campanha, duas mulheres. Mais uma assumiu na suplência, então tem três mulheres. Na prefeitura da capital, vereador, uma mulher. Há muito tempo que nós temos somente uma mulher, tá? Numa cidade que tem quase 900 mil habitantes.

Então, é duro o espaço de estarmos presentes fazendo todo esse empoderamento, fazendo toda essa campanha. Ainda continuamos com uma mulher na Câmara de Vereadores. Quando disputamos, falamos sobre essa violência política, nós precisamos, sim, organizar - enquanto uma medida séria de que eu penso que este espaço aqui tem que se ocupar -, fazer essa organização política com as mulheres. Nós precisamos estar com as mulheres. Nós precisamos nos debruçar junto com as mulheres sobre como fazer essa disputa política, como organizar, e organizar um financiamento também diferenciado para as mulheres, porque a campanha política perpassa pelo financiamento, perpassa por essa questão de estarmos à frente.

Então, eu vejo que este espaço aqui da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, nesta audiência pública, perpassa, sim, também por estarmos à frente do Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O Grupo Tez, que é o primeiro movimento negro do Estado de Mato Grosso do Sul, tem 38 anos de resistência ao racismo.
(Soa a campainha.)
A SRA. BARTOLINA RAMALHO CATANANTE - A gente frequentou um grande número de secretarias de estado e de prefeituras, propondo políticas públicas de combate ao racismo que deem empoderamento à população negra e à mulher de uma forma coerente.
Então, eu penso que é este o nosso grande legado, de que nós precisamos: nos juntarmos, juntar a mulher e cobrar, sim, a presença negra, a presença da mulher nos espaços políticos.
Muito obrigada. É isso que eu tinha que falar. Obrigada. (Palmas.)
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito, muito, muito, muito obrigada, Bartolina. Muito obrigada por trazer toda a sabedoria para essa audiência, pela importância dessa troca e por mostrar que a luta de Mato Grosso do Sul talvez não seja diferente da luta do Ceará, da luta do Espírito Santo, da luta de Roraima e de tantos outros estados; a realidade das mulheres brasileiras, das mulheres negras brasileiras.
Bom, quero registrar também aqui a presença do Deputado Estadual do Ceará, Fernando Santana. Então, seja muitíssimo bem-vindo, Deputado Fernando Santana. Pode ter certeza de que esta Comissão, que tem como Presidência aqui a nossa Senadora Augusta Brito, que cedeu gentilmente a Presidência também desta audiência pública, neste dia tão importante no nosso Novembro Negro, o acolhe, com muita alegria, neste momento. Saiba que nós estamos aqui juntos e juntas por um Brasil melhor.
Com a palavra agora, eu quero convidar a Thaize de Souza Reis, que é docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
A SRA. THAIZE DE SOUZA REIS (Fora do microfone.) - Acertou agora.
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES. Fora do microfone.) - Acertei agora.
A SRA. THAIZE DE SOUZA REIS (Para expor.) - Acertou. Mato Grosso do Sul.
Boa tarde a todas as pessoas.
Cumprimento a Deputada Jack Rocha, a Senadora Augusta Brito. Parabenizo por essa audiência pública e agradeço também à Deputada Camila Jara pelas indicações.
Quero dizer que estou muito feliz de estar nessa mesa, junto com mulheres tão potentes.
Não é tarefa fácil falar por último, depois de tantas falas muito inspiradoras, mas eu preparei aqui e vou compartilhar algumas coisas com vocês.
Então, eu inicio enunciando o meu lugar de fala, considerando raça, gênero e classe.
Eu sou uma mulher cisgênero. O termo cisgênero quer dizer que eu me identifico com o gênero que me foi atribuído no momento do meu nascimento ou mesmo antes dele.
Eu sou de cor preta e, portanto, negra, uma vez que no Brasil a categoria negra é composta pelas pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas.
Eu sou uma mulher de classe média, em função da minha renda, mas também da minha escolaridade, ocupação e dos direitos a que tenho acesso.
Sou psicóloga de formação e doutora em Psicologia. Sou professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Outros marcadores me atravessam e me definem, mas creio que esses sejam suficientes e permitem também demarcar o tom acadêmico da minha fala - professor sabe dar aula. (Risos.)
Debater raça e gênero, nesse espaço de poder, enfatiza um aspecto fundamental em relação às mulheres. Não somos todas iguais, assim como não somos nós, mulheres negras, também todas iguais. Eu acho que isso ficou bastante perceptível ao longo dessa mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Apesar de estarmos submetidas a opressões por sermos mulheres, essas opressões são vivenciadas de formas diferentes, a depender da raça, da classe e de outros marcadores sociais, como sexualidade, idade, existência ou não de deficiências, nacionalidade, cultura, entre outros.

O feminismo negro tem um termo bastante em voga na atualidade para falar sobre a interação entre formas de opressão. Trata-se do conceito de interseccionalidade, que, nas palavras de Kimberlé Crenshaw, busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação.

Como vivemos em uma sociedade patriarcal, o gênero se apresenta como um eixo de subordinação para os indivíduos não masculinos. A opressão de gênero, no entanto, é potencializada pela articulação do gênero a outros marcadores sociais. Um desses marcadores é a raça, um eixo de subordinação para pessoas não brancas ao redor do mundo, em especial no Brasil, uma sociedade marcada pelo racismo estrutural.

Lélia Gonzalez, uma importante intelectual brasileira que se dedicou à pesquisa sobre as condições de vida da população negra brasileira, em especial das mulheres negras, mas também se dedicou à política institucional, à militância, tendo sido uma das fundadoras do movimento negro unificado, nos ensinou que o colonialismo e a escravidão particularizaram a experiência vivenciada por mulheres negras e indígenas no Brasil e nos demais países da América do Sul. Então, apesar de esse termo interseccionalidade ter sido cunhado pelas feministas negras estadunidenses, a Lélia e outras feministas brasileiras já falavam sobre a intersecção entre eixos de opressão. Já na década de 1980, a Lélia discutia - e ela tem um texto que foi uma palestra e foi depois publicada - racismo e sexismo na sociedade brasileira. Nesse texto, a autora reconhece que não é possível pensar a experiência das mulheres negras sem considerar a articulação entre racismo e sexismo.

A Lélia, nesse texto, não fala especificamente das mulheres indígenas, ela também não fala de mulheres negras transexuais, mas eu acredito que a gente possa usar as análises da autora e estender também para esse grupo de mulheres.

A Lélia faz análise do papel ocupado pela mulher negra na sociedade desde o período colonial e ela nos mostra que esse papel pouco mudou até os dias atuais, seja de forma concreta, seja no imaginário social.

A autora identifica três papéis nos quais tentam aprisionar as mulheres negras: a mucama, a mulata, a mãe negra.

A mucama, na atualidade, é a empregada doméstica, função realizada principalmente por mulheres negras; a mulata, termo em desuso na atualidade, é a mulher negra hipersexualizada, a passista do Carnaval, que encanta com seu gingado durante os dias de festa, e depois retorna à invisibilidade; a mãe preta é a babá, que muitas vezes deixa os próprios filhos para cuidar dos filhos de outras pessoas.

A persistência desses papéis no imaginário social é um dos entraves para a presença de mulheres negras em espaços de poder. E aqui, por espaços de poder, eu entendo instituições onde são tomadas decisões que afetam a vida da população, bem como instituições que podem produzir conhecimentos e narrativas a respeito de si e de outrem. Alguns exemplos são as instituições políticas, econômicas, jurídicas, administrativas, midiáticas e científicas.

Nós, mulheres negras, somos minoria em espaços de poder, e o primeiro tipo de violência que se pode verificar é justamente o difícil acesso a esses espaços. A dificuldade não está apenas no menor acesso à educação e à qualificação, porque existem muitas mulheres negras qualificadas para ocupar os mais diversos postos, mas em especial pela persistência desses estereótipos negativos em relação às mulheres negras. Sobre nós recaem os estereótipos que recaem sobre as mulheres em geral, mas recaem também os estereótipos negativos atribuídos a pessoas negras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

De acordo com Pinheiro, seja no mundo das empresas privadas, seja nas instituições públicas, a nomeação de indivíduos para cargos diretivos é discricionária, envolve não apenas aspectos supostamente objetivos, como mérito e adequação aos requisitos, mas também elementos de natureza puramente subjetiva, como expectativas, percepções e pressuposições sobre disponibilidade, competências e adequação de perfil, entre outros, espaço no qual preconceitos e discriminações encontram terreno fértil para se manifestarem.

Nós, mulheres negras, somos um quarto da população brasileira, mas, em espaços de poder, não estamos representadas nessa proporção.

Observa-se ainda que, quanto mais alto o cargo, tanto em instituições públicas quanto privadas, menor a quantidade de mulheres negras. O que predomina nesses ambientes é a solidão, que pode representar uma barreira para as nossas ações, uma vez que, sozinha, pode ser muito desafiador lidar com grupos que se protegem para permanecer no poder, revelando o que Cida Bento tem descrito como o pacto da branquitude.

Em uma pesquisa realizada com 257 mulheres que exercem cargos de liderança em empresas privadas no Sudeste e também no Estado da Bahia, em 56% das respostas o racismo figurava como um dos principais entraves para se chegar ao cargo e, em 46% das respostas, o machismo, nas instituições.

Os dados dessa pequena amostra ilustram como a violência do racismo e de gênero impõe barreiras para que mulheres negras acessem espaços de poder e liderança.

Para aquelas que conseguem furar a bolha, a violência se mantém, seja pela necessidade de provar por que ocupa determinadas posições; pela imposição de padrões de comportamento em geral considerados mais masculinos e de padrões estéticos e de aparência em geral brancos, como os cabelos lisos, presos, controlados; pela não consideração das suas ideias e propostas; pelos menores salários que recebem, pelas perseguições e vigilância constante de seus desempenhos; pelas promoções negadas; e, entre outras violências, algumas delas podendo ser enquadradas como crime de racismo.

No âmbito da produção do conhecimento científico, que no Brasil se dá majoritariamente nas universidades públicas, as nossas pesquisas são acusadas de serem pautadas por experiências pessoais, militância, vitimismo, desprovidas de objetividade característica da ciência. Isso representa um entrave à produção científica de mulheres negras e indígenas, que enfrentam perseguições, têm seus saberes desqualificados, seus financiamentos negados.

A despeito dessas condições, temos produzido em várias áreas do conhecimento, mas o trabalho em ambientes hostis tem um alto custo para nós, que muitas vezes adoecemos na luta contra o racismo institucional.

Então, infelizmente, o que se observa é que a violência nos espaços de poder, que são majoritariamente masculinos e brancos, coloca barreiras para mulheres, em especial mulheres negras e indígenas, para que elas estejam nas diversas instituições sociais e possam representar as pautas do seu grupo social. Essa baixa inserção coloca sérias dificuldades para a democracia representativa no Brasil, uma vez que segmentos numerosos da sociedade não estão representados e podem não ter suas necessidades sequer consideradas.

Essa violência, no entanto, precisa ser analisada de uma forma interseccional, pois os dados apresentados ilustram que, apesar de as mulheres, de modo geral, estarem submetidas a espaços de poder, esse fenômeno pode incidir mais fortemente sobre mulheres negras indígenas, que estão em menor porcentagem quando comparadas a mulheres brancas.

Há que se pensar em estratégias e políticas específicas para atingir cada grupo de mulheres, para que todas possam estar devidamente representadas nas diversas instituições, pois só assim poderemos avançar no atendimento das necessidades dos diferentes grupos sociais. A implementação de políticas de equidade que tratem as pessoas diferentes na medida de suas necessidades pode nos mover em direção à correção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

sistema para que todas as mulheres tenham igual acesso às oportunidades e para que gênero, raça, classe e outros marcadores sociais não mais determinem as suas condições de vida.
Muito obrigada. (Palmas.)
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Bom, uma linda provocação diante de tudo aquilo para poder fechar. Você ainda falou, Profa. Thaize, assim: "O que eu vou falar depois da mesa?". Ela consolidou - eu acho - todas as falas, porque acabou trazendo para a gente esse grande dilema que nós vivemos aqui, no exercício do poder. Nós estamos falando, enquanto mulheres, de uma maneira geral, da exaustão de explicar por que a gente tem que lutar pela luta das mulheres, por que a gente tem que lutar pela luta das mulheres negras, quem cuida de quem cuida, quem cuida de quem está à frente de todo o processo. Então, excelente provocação, fala. E esse conteúdo vai estar disponibilizado depois, através das notas taquigráficas, também pelo site, a apresentação daqui da Comissão.
Feitas as considerações iniciais pelas nossas convidadas, passo agora a palavra às Sras. e Srs. Parlamentares, na ordem de inscrição que nós temos. Temos aqui a Deputada Silvia Waiãpi, a Senadora Jussara e a Senadora Augusta Brito. Eu só queria fazer uma sugestão, Senadora Jussara, porque a Senadora Augusta vai precisar se ausentar alguns minutos, só para poder inverter a sua...
(Intervenção fora do microfone.)
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Então, eu quero passar agora para a Deputada Federal, minha colega de bancada, a Deputada Silvia Waiãpi. Ela ontem, gente - eu preciso fazer um registro aqui - , fez uma fala excepcional lá do púlpito, na sua língua indígena, e eu até estava aqui comentando com a nossa Secretária, a nossa Zelma, sobre a sua intervenção de ontem, em que a gente estava falando sobre todas as nossas lutas de mulheres, enfim, do quanto é bonito, inclusive, e que o Brasil precisa conhecer.
Deputada Silvia Waiãpi, por três minutos.
A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para interpelar.) - (Pronunciamento em língua indígena.) Primeiro, eu falo na minha língua para que vocês saibam que eu também existo. Um povo que não preserva a sua identidade nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio nem sabe para onde vai. Eu quero agradecer a oportunidade de poder estar aqui e fazer parte desta Comissão Mista, com mulheres tão valorosas.
Tive a oportunidade de ser Secretária Nacional de Saúde Indígena, a primeira mulher indígena a sentar num posto como Secretária Nacional de Saúde. Tive a oportunidade de ser Conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial e trabalhar com mulheres quilombolas em Bujaru, no Pará; com ciganos no Ceará; com o Quilombo Mel da Pedreira no meu estado, no Estado do Amapá, e com judeus em Roraima.
E tive também a experiência de, durante uma dessas visitas, por exemplo, em Bujaru, receber um telefonema para que eu pudesse auxiliar numa contenda que houve, numa invasão de um terreiro em que tudo foi quebrado. Eu fui lá defender a integridade e o direito à fé também dos povos de terreiro. Eu não poderia me eximir da minha atividade, da função na qual eu estava, de aconselhar e obter a paz entre dois vizinhos, sendo um evangélico, que foi o que cometeu o ato, e a vítima, que foi um povo de terreiro, que foi uma mãe de santo. Então, a gente precisa entender que Deus, nesse conceito, se torna cultural, se torna expressão cultural de cada povo e precisa ser respeitado.
E aí nós vamos falar sobre a relativização da violência...
(Soa a campainha.)
A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) - ... sobre a questão do descrédito e da invisibilidade da mulher.
Nós não podemos simplesmente olhar para uma mulher e dizer que não doeu, porque está doendo. Cada um tem a sua história e a sua trajetória, eu cheguei a ser menina de rua no Rio de Janeiro e hoje ocupo este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

espaço, assim como vocês - e não foi fácil. Bom, e, quando se trata da violência, há este alto custo emocional para as mulheres em ter que se manter firmes para poderem vencer a violência. E é isso que eu faço aqui, nesta Comissão.

Eu fui violentada, há poucos dias, dentro da minha percepção, enquanto mulher, enquanto indígena. Tive a oportunidade de confidenciar...

(Soa a campainha.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) - ... à Manuella esse momento tão doloroso dentro do Parlamento. Eu fui considerada, no Congresso Nacional, um monstro, eu fui considerada a assombração do Congresso Nacional - eu, uma mulher indígena. Eu me senti violentada, porque apenas eu fui citada num vídeo com apenas a minha imagem como assombração do Congresso Nacional. Infelizmente, foi uma colega de Parlamento, e, mesmo comunicando a esta Casa e a esta Comissão, eu não fui acolhida na minha dor, me foi negado sequer... Então, hoje faz um pouco mais do que 20 dias que eu fui considerada um monstro no Congresso Nacional...

(Soa a campainha.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) - ... no Dia das Bruxas - no Dia das Bruxas -, e, infelizmente, até hoje, eu espero o pedido de desculpas da representante do Mato Grosso do Sul, que deveria olhar para mim como mulher, como indígena, como uma pessoa que também precisa ser respeitada. E eu sempre apoiei, Deputada, as pautas pertinentes, inclusive as de vocês, e estive lá apoiando, independentemente da minha concepção política. São mulheres, e eu irei defendê-las sempre.

Parabéns a vocês por alcançarem este momento histórico e hoje se fazerem ouvir neste Parlamento, nesta Comissão, cada uma contando a sua história, cada uma mostrando aquilo para que veio. Vocês estão de parabéns, e ninguém pode silenciá-las e subjetivar a dor e a violência.

Parabéns, senhoras! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito obrigada, Deputada Silvia Waiãpi.

Bom, agora eu quero que faça uso da palavra a nossa Presidenta da Comissão, Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE. Para interpelar.) - Eu agradeço à ótima Presidenta que aqui está, nossa querida Deputada.

Quero aqui cumprimentar todas as convidadas que aqui estão, dizer que eu estou muito feliz em poder ficar para ouvir cada uma daqui, dizer que eu aprendi muito nesta tarde de hoje. Poderia passar, se as nossas agendas não fossem tão atribuladas, o dia inteiro só para aprender, para compartilhar as experiências, para dizer que a gente compartilha, em alguns momentos, de dores que são semelhantes a nós, que somos mulheres. Eu sei que, evidentemente, a dor da mulher negra é bem maior, porque a violência também é bem maior sobre a mulher negra, a mulher indígena também, como aqui já falou a nossa Deputada Silva, que se manifestou.

Quero aqui dizer que estou verdadeiramente feliz e agradecida porque nós estamos, lá, no estado do Ceará, começando - são onze meses - a primeira Secretaria Estadual da Igualdade Racial, onde nós temos essa grande mulher, Zelma Madeira, que tanto nos orgulha, uma professora de profissão que nos ensina muito com a lição de vida também. Eu acredito que todos, e ela, sobretudo, estão fazendo um ótimo papel, apesar de todas as dificuldades que nós sabemos que ainda estamos enfrentando, até para poder construir essa secretaria, fazer com que ela verdadeiramente faça o que está se propondo a fazer. Não tenho dúvida da luta dela nem de todas que estão aqui, mas estou testemunhando porque conheço bem proximamente as nossas lutas lá do Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero aqui também agradecer à minha amiga Jussara, a todos que participaram, registrar a presença do Deputado Fernando Santana, também do Deputado Nelinho e do Deputado Guilherme Sampaio, que teve que se ausentar agora há pouco, mas esteve aqui presente também, por um bom momento.
Eu gosto de dizer que, em todos os momentos em que eu fui Deputada Estadual, eu sempre procurei envolver também os homens nessa pauta, que não é só nossa, que é exatamente...
(Soa a campainha.)
A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - ... do combate à violência contra nós, mulheres.
E por isso eu quero já agradecer a ele, que é o Vice-Presidente lá da Assembleia Legislativa. Lá nós conseguimos avançar com muitas pautas, sobretudo, também, implantando a Procuradoria Especial da Mulher, sempre contando com a presença dos homens, porque não se pode falar de nenhum tipo de violência contra nós, mulheres, se a gente não envolver os principais atores, que são os homens, que estão tendo que falar e estar presentes nesta Comissão também, numa audiência pública, para conhecer, para ouvir, até para poder a gente dizer assim: vamos aqui, peguem nessa mão, segurem verdadeiramente, vamos lutar para combater a violência contra nós mulheres.
Eu quero aqui agradecer, pedir desculpa porque eu vou ter que sair agora, correndo, praticamente, pedir desculpa à minha querida amiga, que hoje preside esta audiência tão bem. Quero aqui agradecer imensamente a sua disponibilidade e a de todos que aqui estão.
O nosso mandato aqui, dentro do Senado e da Comissão... (Pausa.)
É bom que a gente desconcentra tudo, não é?
A gente está totalmente à disposição das demandas que cada uma possa ter...
(Soa a campainha.)
A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - ... compartilhar, contribuir para a gente construir também que seja projeto de lei; não só construir projeto de lei, mas fazer com que os que já estão aí sejam efetivamente executados, como a Lei Maria da Penha, que a gente precisa tirar do papel em todos os seus artigos, porque ela trata também muito da prevenção, e a gente sabe que falta muito disso ainda.
Mas eu disse que iria falar pouco, queria só cumprimentá-las e agradecer mais uma vez a todos, à Comissão, aos assessores e às assessoras que aqui estão e fizeram esta audiência pública acontecer.
Muito obrigada.
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito obrigada, Senadora Augusta Brito, nossa Presidenta da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, pela sua intervenção.
Convido agora, para fazer a fala, a Senadora Jussara, muito querida também. Muito obrigada por participar deste momento tão importante.
A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. Para interpelar.) - Boa tarde a todas, a todos.
Quero cumprimentar a Presidenta em exercício, a Deputada Jack Rocha, que realmente é uma Deputada atuante, uma mulher espetacular - eu posso assim dizer -, que está sempre engajada nos movimentos, não só os movimentos negros, mas em todos os movimentos que a sociedade exige e que realmente requer que a gente esteja ali presente.
Quero cumprimentar a Presidenta da Comissão, que é a Senadora Augusta, que até dispensa comentário, porque é uma grande Senadora, é uma mulher, uma ativista, mesmo, dos direitos humanos, é uma mulher que realmente traz consigo essa questão da defesa e do empoderamento da mulher nos espaços de poder.
Quero dizer para vocês, mulheres, também que eu não gostaria de falar assim: "mulheres negras", porque deveria ser "todas mulheres", ser usado assim. Mas nós vivemos realmente num país em que foi colocado assim desta forma: "as mulheres negras". E eu sei o quanto vocês lutam para ocupar esses espaços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu venho de uma cidade do interior, lá no Sertão do Piauí, e eu fui Vereadora lá, fui a primeira mulher candidata. E, quando eu me candidatei, existia muito esta questão de um lado e de outro, e lá me chamaram de negra: "Ah, porque essa negra é isso, é aquilo", mas eu nunca me importei porque eu venho... A minha avó era negra, ela já faleceu, e isso nunca me perturbou.

(Soa a campainha.)

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI) - Mas eu ficava sem compreender: por que tudo isso? É como se fosse uma agressão me chamar de negra, era como se estivessem me agredindo, e eu nunca aceitei aquilo ali. Depois, eu fui Vice-Prefeita na minha cidade e depois caminhei por outros caminhos, e sempre eu estava ali, nos bastidores da política, porque o meu esposo já é Deputado, do sétimo mandato - eu acredito que a Deputada Jack deve conhecê-lo -, o Deputado Júlio Cesar, e eu tenho um filho também, que é Deputado Estadual lá, e a gente tem um trabalho muito forte.

Mas eu quero dizer para vocês que eu confesso que eu me afeiçoei muito a essa questão da mulher negra. Por que minoria? Nós somos a maioria da população brasileira, nós somos maioria, nós somos mulheres e precisamos umas das outras. Eu entendo e eu sempre coloco que a palavra é só a "sororidade", nós precisamos estar todas juntas de mãos dadas, uma ajudando a outra, e precisamos, cada vez mais, ocupar esses espaços de poder, porque é um espaço nosso, é um espaço também da mulher branca, da mulher negra, é um espaço das mulheres. Nós precisamos ocupar esse espaço que nos foi tirado.

Quando eu cheguei aqui, eu passei a compreender e a entender a dimensão, o tamanho, que é isto aqui, para poder a gente dar voz a outras mulheres, para empoderar outras mulheres, aquelas que não são ouvidas, aquelas que moram nas florestas, que habitam as florestas, que habitam o interior do Sertão nordestino, as mulheres do campo, as mulheres do Mato Grosso, as mulheres de todo nosso país.

Nós precisamos dar voz a essas mulheres, porque nós estamos aqui para isso, para dar dimensão ao que nós somos e ao que nós queremos. E nós queremos sim ocupar os nossos espaços. Eles são nossos e nós vamos lutar juntas. Contem comigo.

Eu saio daqui engrandecida com tantas palavras de tantas mulheres tão sábias, o aprofundamento de cada uma.

A Bartolina me deixou encantada, a Zelma, a Deputada Jack nem se fala, não é? Ela é fantástica. A Manuella, tão jovem e já com todo esse desprendimento, com toda essa garra de luta... A Naiara é professora... Que lindo uma jovem antenada com todos os problemas da nação. E aí vem a Thaize, psicóloga, fantástica a Thaize. Eu fiquei, assim, encantada: "Meu Deus, eu vou sair daqui uma mulher mais empoderada ainda", porque foram muitas falas, muitas falas que eu estou aqui, ó, colocando dentro de mim e que vão me ajudar bastante a compreender este mundo, este mundo de tanta desigualdade.

Mas nós vamos à luta, nós vamos lutar juntas.

Aqui deixo o meu abraço a todas vocês.

E essa grande mulher, essa grande Senadora, que é a Senadora Augusta, me encanta cada vez mais, porque ela traz pautas importantíssimas para o Senado Federal.

Quero deixar bem claro aqui a vocês: contem comigo!

O meu abraço. (Palmas.)

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE. Fora do microfone.) - Muito bem! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito obrigada, Senadora Jussara.

É justamente com esse convívio, que é a troca, que a gente vai avançando. Não à toa, conseguimos aprovar hoje aqui algumas emendas importantes para as nossas mulheres, especialmente para as nossas mulheres negras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Bom, feitas as considerações aqui, eu gostaria de saber se algumas das convidadas gostariam de fazer alguma complementação da sua fala, considerações finais. As pessoas que nos acompanham aqui...
Bom, por meio do e-Cidadania também, caso surja alguma pergunta, algum tema, alguma coisa que se queira colocar por alguém que nos acompanha, solicito que depois seja encaminhada aqui para a mesa.
Ah, chegou aqui: Letícia Melo, do Ceará, da cidade de Augusta.
Olha, gente, então eu vou dar três minutinhos aqui, para vocês todas fazerem a consideração final e a resposta dessas perguntas, pode ser? Porque tem gente também que nos acompanha aqui pelas redes sociais, pela internet, pela TV.
Bom, Letícia Melo, do Ceará, pergunta: "Há programas de conscientização e educação nas instituições de ensino e nos espaços de poder? Eles estão sendo de fato efetivos?". Primeira pergunta.
Segunda pergunta, da Giovanna, de São Paulo: "O enfrentamento da violência de gênero e raça se dará somente no âmbito criminal ou serão desenvolvidas ações mais abrangentes?".
Júlia Lessa, de Minas Gerais: "Existe alguma forma de jovens e crianças serem educados nas escolas sobre violência e como agir perante as situações?".
Temos aí a Lei 10.639, mais um monte de ações, aprofundar...
Flávia Scholz, do Paraná: "Como a violência de gênero e raça nos espaços de poder impossibilita ou atrapalha a participação da juventude?".
Josianne Francia, de São Paulo: "Como o Senado pretende interromper a violência de raça e gênero em espaços de poder valendo-se da reforma do Código Eleitoral?".
Perguntas interessantíssimas, não é, gente?
Então, tem gente acompanhando a gente, e eu quero colocar aqui os nossos três minutinhos, começando pela Thaize de Souza Reis, a nossa docente de lá da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
A SRA. THAIZE DE SOUZA REIS (Para expor.) - Fui pega de surpresa aqui. (Risos.)
Eu vou falar de um modo geral, acho que sobre as perguntas.
Agradeço a todas as pessoas que enviaram, também a todas as mulheres que enviaram as perguntas.
Eu penso que o combate à violência de gênero e raça é um combate que precisa ser em vários espaços. O espaço, como uma das pessoas perguntou, não só nos espaços judiciais, jurídicos. Na verdade, esse combate precisa ser de toda a sociedade. Acho que a Bartolina falou muito bem isso quando ela pontuou a necessidade de mudar as concepções que nós temos sobre gênero, sobre raça, de desconstruir esses conceitos, que são historicamente construídos e que contribuem para oprimir um grupo grande de pessoas.
Eu penso que a educação é um espaço importante para isso. Então, citamos aqui a Lei nº 10.639. É, realmente, uma das maneiras de lidarmos com a violência, ensinar sobre raça, como lidar com racismo, mas uma implementação efetiva dessa lei nas escolas, porque a gente tem notícias de muitas escolas que, infelizmente, não implementam ou que só fazem ações no mês de novembro. E aí, no final do mês de novembro, a gente fica todo mundo com um monte de compromisso, porque todo mundo quer discutir em novembro, mas a gente tem que fazer essa discussão ao longo de todo o ano. E a mesma coisa é a discussão da violência de gênero.
Então, se a gente tem aí algumas propostas, ideias que criminalizam, que tentam banir a discussão de gênero nas escolas, eu acho que a gente não consegue avançar como sociedade para pensar uma outra maneira de lidar. A gente não consegue desconstruir se a gente não tem esses espaços de discussão.
Não penso que a escola seja um único espaço de discussão, a gente tem outras instituições: a gente precisa fazer isso nos partidos políticos, nas universidades, enfim, nas empresas, mas a escola é um ambiente importante para a gente construir as novas gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu penso que esse enfrentamento é feito em várias frentes, pela mídia também, então acho que todas as instituições sociais têm um papel nesse combate, e isso precisa ser feito em todas as frentes, para que a gente não precise acionar só as medidas legais e judiciais, para que a gente não precise criminalizar, penalizar, para que a gente possa prevenir mais do que ter que remediar.
Então, penso um pouco, bem resumidamente, que seja isso.
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muitíssimo obrigada, Thaize.
E agora vamos passar para responder às perguntas.
Eu quero convidar a Bartolina, que também está lá no movimento, eu falo formando aqui também a universidade popular do saber dos coletivos.
A SRA. BARTOLINA RAMALHO CATANANTE (Para expor.) - Isso.
Eu vou começar pela educação e pelo movimento negro.
Eu faço parte do movimento negro, e a Profa. Nilma Lino defende a concepção de que o movimento negro é educador. Então, a partir do movimento negro educador, a gente faz esse movimento de estarmos em todos os espaços e ensinando, ensinando as nossas crianças, os nossos adolescentes, as mulheres periféricas, todas as pessoas, que a gente não nasceu nessa condição de subalterno, muito pelo contrário: não somos descendentes de escravos; somos descendentes de pessoas que foram escravizadas, e a nossa origem, a nossa identidade é africana.
É a partir dessa concepção que nós fazemos o nosso trabalho, que a identidade negra é extremamente fortalecida. Enche-nos de orgulho dizer que nós contribuímos, sim, com o desenvolvimento do Brasil, contribuímos, sim, com o desenvolvimento cultural, educacional, ou seja, nós temos todos os direitos de estarmos na sociedade, em todos os espaços que quisermos. Então, esse movimento educador perpassa por toda a sociedade, em qualquer faixa etária.
E a outra questão é que nós estamos completando os 20 anos da Lei 10.639 e que as escolas, as universidades, todos os estabelecimentos oficiais do ensino devem fazer o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, completando com a história do povo indígena.
Então, nós temos várias marcas que nos colocam no centro desse debate, não para resgatar, mas para desconstruir a antiga identidade de desvalorização, de submissão e construir uma identidade positiva, uma identidade que nos coloca no centro e no papel de poder.
E, aí, eu quero finalizar com uma citação da Davis, que diz assim: "Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta junto com ela". É isso, mais ou menos, que a mulher negra faz ao assumir uma instância de poder. Não fica mais igual como era.
Muito obrigada.
A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito, muito, muito, muito obrigada, Bartolina, pela sua intervenção. Tantos desafios que essas perguntas trazem...
E eu quero falar agora com a Naiara.
Naiara, com você, perguntas que nos instigam tanto: como solucionar o racismo estrutural?
A SRA. NAIARA FONTELES (Para expor.) - Bom, eu penso que nós temos leis extremamente efetivas - projetos de lei, leis constitucionais. O que nós precisamos, de fato, é fazer com que a branquitude, os Poderes Executivo, Legislativo e toda a sociedade percebam essa importância de estarem se mobilizando para a efetivação dessas leis.
Eu acho que as leis, sim, são cruciais e importantes, mas não só elas. A gente precisa de uma educação, e isso está previsto na Constituição, em leis. A gente tem todas essas leis que nos amparam, que dão essa visibilidade às nossas lutas, às nossas necessidades, às nossas pautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Sobretudo, a gente precisa que, de fato, a gente consiga avançar nessas pautas, e a gente sabe que, para isso, o movimento negro vem se mobilizando cada vez mais. Hoje a gente tem, na Câmara, a constituição da frente, que eu acho que é um avanço extremamente importante para estar debatendo dentro da Casa de Leis as nossas pautas, mas também a gente precisa... Porque a gente está presente nesses vários setores. Nós somos transversais. Nós estamos na cultura, nós estamos na saúde, sobretudo a gente está sendo vítima de alguma ausência dessas políticas, mas também nós estamos ali contribuindo fortemente para a efetivação e implementação dessas políticas.

Eu acho que o diálogo e estar dentro dessas comunidades que sentem essas necessidades é fundamental, essa escuta, porque a gente não quer somente ser representado, mas a gente quer pegar o microfone e a gente quer falar sobre as nossas demandas, eu acho que isso é fundamental.

E essa oportunidade está provocando e colocando essa população que tem a necessidade das políticas, que está sentindo as violências ali em suas bases, para dialogar, propor e colocar, cada vez mais em evidência, todas as contribuições que nós já, secularmente, temos colocado na sociedade.

Mas também eu acho que as leis são fundamentais.

Eu acho que a gente vem avançando, acho que é importante a gente ressaltar isso também, que tem um avanço, a duras penas, porque não é fácil a gente se colocar enquanto mulher, enquanto negra, enquanto mulher de axé, enquanto mulher periférica, nesses espaços de discussão, mas é necessário, e a gente vem se percebendo e a gente vem se colocando.

Eu acho que é importante também a educação, é um espaço fundamental para serem feitas essas questões de prevenção, de educação... Então, é primordial também que se tenha, na educação superior, uma garantia. A gente tem a Lei de Cotas, que garante o acesso, mas nós precisamos também estar lá com uma política de permanência, para que os nossos professores, a nossa licenciatura chegue à educação básica e seja protagonista e representativa para as nossas populações, para as nossas crianças que estão lá na base e precisam dessas representações, de fato, lá na sala de aula.

Então, eu acho que é basicamente isso.

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito obrigada, Naiara.

É o "basicamente" no sentido de que são muitas coisas, nada básico.

É extremamente desafiador, mas eu tenho certeza de que nós vamos conseguir. O processo de reconstrução está acontecendo. Com a nossa união, a nossa força, visibilidade, algumas coisas vão se superando a cada dia.

A Lei de Cotas foi citada aqui e a criação da bancada negra na Câmara, que teve um simbolismo muito grande para nós, Deputados e Deputadas, e a gente espera também que haja aqui no Senado, para que a gente consiga avançar.

Bom, agora eu quero ouvir a Zelma, nossa Secretária da Igualdade Racial do Estado do Ceará.

A SRA. ZELMA MADEIRA (Para expor.) - Então, aqui são muitas questões muito importantes, uma riqueza de questões, mas eu vou diretamente...

A nossa fala denuncia de onde a gente veio. Vou fazer uma fala de uma gestora da política de igualdade racial preocupada, como Letícia Melo já falou, Giovana também, muito preocupada com os processos educacionais, com as trilhas formativas, e, para poder pensar no combate ao racismo, à desigualdade e promover uma igualdade racial, uma equidade de gênero, eu acho que passa pelas políticas públicas, com certeza, universais, mas específicas. Específicas em quê? Aquela das ações repressivas, que é entender, por acaso, aqui no exemplo mais direto, que racismo não é brincadeira pesada; racismo é crime e, como tal, deve ser tratado. Então, tem, sim, que ter uma aposta nos processos aí, mesmo, de uma ação repressiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Há também as valorativas, que é o que a gente está fazendo muito aqui. E nós temos marcos legais, como já foi dito anteriormente pelas minhas colegas aqui de mesa: nós temos a Lei 10.639, nós temos a 11.645 - me ajudem... Eu tenho as diretrizes de uma educação quilombola, diretrizes para uma educação indígena... Nós temos marcos legais. Então, é preciso apostar em ações valorativas, que são processos educacionais, em que, se a gente ensinar, a coisa pode mudar.

E existe a necessidade de mudar a estrutura dessa sociedade, que são as ações afirmativas.

Vocês vejam que, dentro dessas três - ações repressivas, ações valorativas e ações afirmativas -, o que causa mais tensionamento são as políticas de ação afirmativa, em que a que pega mais é a modalidade de cotas raciais, pois nós podemos ter vários tipos de ações afirmativas. Por quê? Porque mexem na estrutura, que é o nosso assunto de hoje. O que nós queremos é justamente enfrentar esse grande fenômeno planetário da violência de gênero e racial para ocupar lugar nessa estrutura social. Então, nós precisamos... Vejam. Todas as vezes em que a gente for fazer um trabalho... E aí se arrasta há mais de 20 anos: nós não temos uma efetividade, uma concretude da realização da Lei 10.639. Então, vejam o quanto é necessário garantir as ações afirmativas até agora conquistadas e ampliar para outros campos. Por quê? Porque isso mexe nos lugares, nós vamos ocupar! Então, todas as vezes que for para a gente ocupar, vai ter sempre os tensionamentos.

E aí, ao mesmo tempo em que a gente conclui que nós temos muita vulnerabilidade, mas, se hoje nós estamos aqui... E a gente fica contente de ter a Deputada Jack Rocha, a gente se sente representada, e várias outras mulheres negras em espaço de decisão. Isso é fruto de uma luta! Nisso aqui não vem nada de graça! Isso aqui foi muito esforço, porque está tudo junto e misturado - vulnerabilidade e resistência negra! Resistência negra, a partir dos nossos parentes, no dizer indígena, por uma vida melhor!

É esta aposta que a gente tem que fazer nas políticas universais e específicas: repressivas, valorativas e ações afirmativas. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito bom, Zelma. Muito bom, muito bom.

Passo agora, para finalizar esta mesa maravilhosa, à nossa Presidenta da União Nacional dos Estudantes, a Manu.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para expor.) - Deputada, de novo, depois da Zelma, é muito difícil falar. (Risos.)

Olhem, foram muitas questões. E acho que cada pergunta dessa dava uma audiência pública nova, diferente. É um tema que é bem extenso e bem denso, mas o nosso trabalho, inclusive, é colocar esse tema diariamente, para que a gente consiga debatê-lo diariamente no Brasil.

Algumas das perguntas foram voltadas ao tema da educação. E, para nós do movimento estudantil - e eu acho que para grande parcela do Brasil -, só a educação consegue transformar a sociedade, a realidade das pessoas, porque, dando educação às pessoas, a gente consegue fazer com que as pessoas pensem, questionem.

A Deputada Jack falou aqui: como é que a gente vai conseguir superar esse racismo estrutural? Acho que a gente tem que superar a estrutura da sociedade, inclusive o sistema capitalista que nos mata diariamente, nos coloca de volta para a cozinha, nos tira da universidade, nos mata diariamente! Então, há um grande papel em que a gente tem de conseguir repensar juntos uma nova sociedade, mas acho que já existem - foram citadas aqui - políticas públicas efetivas. Eu acho que, inclusive, uma grande lei de combate à violência contra as mulheres é a Lei Maria da Penha, mas há o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 10.639... Eu acho que são passos fundamentais. E o nosso papel agora é fazer também com que essas leis sejam realmente efetivadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acredito que é na escola que a gente consegue ter acesso - ali numa sala de aula, com 40 estudantes, 40 meninos diferentes, vindos de realidades diferentes -, que a gente consegue apresentar uma perspectiva para além de português, matemática, história, geografia, um pouco de consciência social. E esta é a educação que nós defendemos: uma educação transformadora, emancipadora, que consiga dar a nossas crianças para que se tornem jovens, conscientes e preocupados com o coletivo, colocando a individualidade de lado.

Para concluir, nós da UNE, depois do caso que aconteceu - não sei se vocês acompanharam o caso na Unisa, em que teve uns jogos internos e alguns estudantes de medicina mostraram ali suas partes íntimas, um caso, um episódio horrível -, começamos um debate sobre as violências contra as mulheres que aconteciam na universidade. Ele não começou, porque é um debate já antigo da UNE, mas a gente evidenciou a importância da existência, por exemplo, de um protocolo nacional para que as instituições consigam coibir esses atos. Nossa ideia, inclusive, é coibir a violência, acolher a vítima e responsabilizar os agressores, porque esse fato nos mostra que aqueles que praticam o machismo, o racismo, que reproduzem essa violência acham que vão continuar impunes, que é uma brincadeira pesada, como a Zelma bem colocou aqui. Então, nós precisamos diariamente combater essas violências.

Eu acho que a questão da juventude é fundamental a partir do ensino básico, para formar jovens conscientes para ingressarem na universidade, com esse papel da educação, como disse, transformadora, para entregarmos à sociedade profissionais conscientes e conectados com esse projeto de transformação social.

Termino, porque está terminando aqui meu tempo, dizendo uma frase que a Lélia falou. O finalzinho a gente já vem superando, mas ela falou que a única saída que ela encontrou para superar esses problemas sociais foi ser a primeira aluna da sala e que é aquela história: "ela é pretinha, mas é inteligente".

Eu acho que a gente precisa reforçar que nós temos grandes potenciais, enquanto mulheres, enquanto mulheres negras, de reconstruir este Brasil e que, se nós não estivermos à frente desse projeto, nada vai para a frente. Então, mulheres, mulheres negras no topo, na reconstrução do Brasil mais justo, soberano e de todos nós! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. PT - ES) - Muito obrigada, Manu, nossa Presidenta da UNE, fechando aqui brilhantemente as contribuições.

Antes, porém, de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Congresso Nacional.

Nada mais havendo a tratar, eu quero agradecer à Camila Jara, proponente desta audiência pública - que justificou o fato de não poder estar presente aqui -, que proporcionou ao Congresso Nacional um debate extremamente importante. Que a gente possa levar daqui todo esse conhecimento e ganhar ruas, mentes e corações, para que a gente consiga construir um Brasil sem racismo e que valorize as mulheres e as mulheres negras.

Agradeço também a presença de todos e de todas, especialmente da nossa assessoria aqui do Senado e também da Câmara, que está conosco aqui, dando todo o suporte para que esta atividade possa ocorrer. Na pessoa de todos vocês da TV Senado e dos meios de comunicação e, principalmente, de quem fica aqui nos orientando, o nosso muito obrigada, porque ajudam a fazer com que as pautas do Brasil funcionem e cheguem até vocês. Então, o nosso muito obrigada.

Declaro encerrada a presente reunião. (Palmas.)

(Iniciada às 15 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 296DA608005AC51A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.